



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós- Graduação em História

**ARMAS, PÓLVORA E CHUMBO: A EXPANSÃO  
LUSO-BRASILEIRA E OS INDÍGENAS DO PLANALTO  
MERIDIONAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.**

Almir Antonio de Souza

Florianópolis – SC

2012

Almir Antonio de Souza

**ARMAS, PÓLVORA E CHUMBO: A EXPANSÃO  
LUSO-BRASILEIRA E OS INDÍGENAS DO PLANALTO  
MERIDIONAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

Florianópolis, Fevereiro de 2012

## RESUMO

A pesquisa trata da expansão luso-brasileira e os indígenas do Planalto Meridional na primeira metade do século XIX. O objetivo é compreender esse processo de invasão e conquista imerso numa convivência com um Brasil Imperial e escravista. O estabelecimento de uma rede de beneficiários das atividades de guerra e caça aos indígenas na fronteira Sul de São Paulo Provincial, que através dos chamados *usos e costumes da terra*, continuariam a ser usados na condição de cativo nos Caminhos do Sul do Brasil. A investigação procura demonstrar que estes mundos fronteiriços são atravessados pelo movimento e pelo deslocamento entre essas fronteiras, e que mesmo no conflito, e na guerra, é possível identificar atitudes, ações, e estratégias, de alianças e negociações que forjaram esse encontro. Os povos originários atuaram das mais diversas formas mesmo diante de um processo de coerção excessiva, se não dominavam totalmente a política e as estratégias dos invasores e não indígenas tiravam proveito delas em suas possibilidades de interpretação, e encaminhavam a luta por seu espaço territorial que permitisse criar as próximas gerações e afirmar a continuidade de seu modo de vida, sua cultura e de seu povo.

**Palavras chave:** História, Indígenas, Fronteiras, Brasil.

## ABSTRACT

The research regards the luso-brazilian expansion and the indigenous people of the Southern Plateau in the first half of the nineteenth century. The aim is to understand the process of invasion and conquest immersed in a living with a slave and Imperial Brazil. The establishment of a network of beneficiaries of the activities of war and indigenous hunting in the southern border of São Paulo province, which through the so-called *uses and customs of the land*, continued to be used in the condition of captive in the paths of southern Brazil. The research seeks to demonstrate that these bordering worlds are crossed by the movement and displacement of these boundaries, and even in conflict and war it is possible to identify attitudes, actions and strategies, alliances and negotiations that forged this clash. The aboriginal people have acted in many different ways even facing a process of excessive coercion, if they didn't master totally the politics and strategies of non-indigenous invaders, nevertheless took advantage of them in their possibilities of interpretation, and conducted the fight for their territorial space in a way to raise the next generation and to affirm the continuity of their way of life, their culture and their people.

**KeyWords:** History, Indigenous, Boundaries, Brazil.

## SUMÁRIO

Abreviaturas

Índice de Mapas, Tabelas, Quadros e Figuras

### **INTRODUÇÃO ..... 1**

Os Povos Seminômades da Fronteira. Nos matos, nos campos e povoados, ou na visão dos invasores: a “Horda de Selvagens que Erravam pelos Sertões Incultos” ..... 1

### **O TREM REAL DE GUERRA, UM BUTIM E EL REY ..... 32**

Nas Fronteiras de El Rey, a Guerra é Justa ..... 32

A Junta da Real Expedição e Conquista dos Campos de Guarapuava ..... 44

Diogo Pinto de Azevedo Portugal – um velho militar. .... 53

Antônio José Pahi, um líder indígena. .... 72

Vitorino Condá e Rita Faxó; Antônio da Rocha Loures e Francisco das Chagas Lima. Missionários, Índios e Milicianos..... 80

### **DE SÃO PAULO, POR SANTA CATARINA ATÉ SÃO PEDRO**

### **CONFLITO E CATIVEIRO INDÍGENA NOS CAMINHOS DO SUL ..... 101**

O Continente do Sul e seu caminho ..... 101

Os Senhores, o Mato e o Campo..... 109

O mais humilde, obediente, súbdito – As Milícias e o Coronel Luciano Carneiro Lobo ..... 131

Que o Senhor nos mande o que for servido: Homens, Armas, Pólvora e

Chumbo. .... 152

O uso e praxe na conformidade dos costumes antigos..... 162

Homens de ação e de letras – o Cativo Indígena e a Lei dos Órfãos ..... 172

### **A EXPEDIÇÃO ..... 207**

A Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava ..... 207

O Fim da Missão do Padre Chagas e a Saga de Vitorino Condá ..... 219

Índios Mansos e Índios bravos e a Expedição de Guarapuava..... 229

Um pequeno povoado, suas terras, e os semi-mansos de Vitorino Condá. .... 251

### **GUERRAS E FRONTEIRAS ..... 264**

Milicianos nos Campos de Palmas ..... 264

Vitorino Condá e Veri, Hermógenes Lobo e Pedro Siqueira: Homens de

Fronteira nos Campos de Palmas ..... 268

Homens Fragueiros ..... 289

Vitorino Condá e Nonohay. Índios Comandantes nos Campos e Matas de São Pedro.....	299
Entre <i>el malón</i> e o assalto. Doble – O Duplo, Nicué ou João Grande, Calfucurá- <i>Señor de Las Pampas</i> .....	311
Pedro Nicafim, Doble e a saga do clã dos “Grandes” .....	340
Vitorino Condá, Yanquetruz e Calfucurá. Entre a Guerra e a paz .....	349
<b>LEIS, TERRAS, ALDEAMENTOS E ÍNDIOS .....</b>	<b>356</b>
O Regulamento das Missões e a Diretoria Geral dos Índios.....	356
As Margens do Paraná.....	369
De Retorno ao “uso e praxe na conformidade dos costumes antigos” .....	373
A Lei de Terras, seu Regulamento e os Índios .....	377
<b>ALGUMAS CONCLUSÕES.....</b>	<b>392</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>397</b>
1.Mapa da Confederação Argentina em 1863 e província de Misiones. ....	397
2. Mapa da Província do Paraná no Império. (1864) .....	398
Anexo 3A .....	399
Anexo 3B.....	400
<b>ARQUIVOS E FONTES .....</b>	<b>401</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>409</b>

## **Abreviaturas:**

AHE – Arquivo Histórico do Exército

ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava

AMG – Arquivo Municipal de Guarapuava

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AHMJFS - Arquivo Histórico Municipal José Ferreira da Silva ( Blumenau)

AHRGS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

DEAP-PR – Departamento de arquivo do Estado do Paraná

ADNSBG – Arquivo da Diocese Nossa Senhora de Belém em Guarapuava

AGN – Archivo General de La Nación – Buenos Aires

BNA – Biblioteca Nacional de La Argentina – Buenos Aires

AN – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

DIHCSP- Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo

## ÍNDICE DE MAPAS, TABELAS, QUADROS, E FIGURAS

Mapa 1 – As províncias meridionais na primeira metade do século XIX com os lugares citados nos documentos da investigação histórica.....	26
Mapa 2 – O continente do Sul e seu caminho.....	103
Mapa 3 - O Paraná provincial no império.....	298
Mapa 4 - Parte do Mapa da Província do Paraná no Império.....	339
Mapa 5 - Vila de Guarapuava no Império.....	365

Tabela 1 – Bugres que se achão em Itapetininga.....	179
Tabela 2 -Mapa da população da Freguesia de Guarapuava e seu distrito .....	249

Quadro 1 - Relação dos objetos roubados pelos indígenas no estabelecimento na localidade de Itajahi Mirin, comunicado 1855. ...	234
Quadro 2 - Relação dos Índios que se acham existentes na Freguesia de Guarapuava -19 de Abril de 1830.....	238

Figura 1 - Carta Chorografica que contem a entrada, que mandou fazer o Governador e Capitão General Luís Antonio de Souza, comandada pelo Tenente Coronel Affonso Botelho, em que deseio abaixo os campos de Guarapuava, penetrando até os alojamentos do gentio Xoclan.....	46
Figura 2 – Corredores das Tropas. Lajes. ....	107
Figura 3 – Corredores das Tropas. Lajes. ....	108
Figura 4 - Caminho do Sul e Araucárias. Lajes. ....	129
Figura 5 - Campos Gerais e a mata de Araucárias.....	129
Figura 6 - Despesa que fez com os Indios Paulino Aires de Aguirra em 10 de outubro de 1831.....	181
Figura 7- Conta das Dispezas que tenho feito com os indios selvagens, de 19 de agosto de 1830 the 15 de março de 1832. Com sustento vestuario e com os goardas e destes especificados seus nomes salarios que ganharão meses e dias que vencerao.....	182
Figura 8 - Relação dos Indios existentes nesta Villa de Itapeva e seo termo são os que abaixo se declara. ....	194
Figura 9. Relação dos empregados na expedição de Guarapuava e índios que existem presentemente e recebem municio, de junho de 1832. ....	246
Figura 10. Lista dos indígenas que se acham em casas particulares na Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava...259	



## INTRODUÇÃO

### Os Povos Seminômades da Fronteira.<sup>1</sup> Nos matos, nos campos e povoados, ou na visão dos invasores: a “Horda de Selvagens que Erravam pelos Sertões Incultos”



As fotografias acima estão arquivadas no Museu do Índio.<sup>2</sup> São provenientes de Santa Catarina, das matas da região do Vale do Itajaí nos anos iniciais do século XX. O título original das fotografias aparece como “Matadores de Índios”. A imagem à esquerda traz o seguinte texto: “Matadores com crianças indígenas em canoas. Depois da morte de Índios, Martinho Marcelino que está sentado no centro da canoa conduz as crianças que escaparam para distribuí-las entre os matadores de seus pais em Santa Catarina.” A imagem à direita faz parte de um

<sup>1</sup> Dentre os povos originários do Brasil meridional, vamos dar ênfase aos Kaingang diretamente envolvidos em um complexo jogo estabelecido em condições fronteiriças. Eram, de forma pejorativa, chamados de “povos errantes” pelos invasores de seu território. De acordo com Lucio Tadeu Mota, em arguição feita na oportunidade da qualificação dessa Tese, os Kaingang não eram errantes, eles estavam manejando seus vastos territórios quando foram invadidos, exerciam assim uma condição de seminomadismo, ocupando, morando e se deslocando, dentro de seu espaço de vivência.

<sup>2</sup> Museu do Índio, Rio de Janeiro – RJ. Documentos audiovisuais e Iconográficos BRMISPIDASEVII1001-11009/ Álbum de Contato SPI 11004, 01-02. Duas Imagens-Violência Contra Índios. Fundo/série/subsérie: Serviço de Proteção aos Índios/documento audiovisual/Seção de estudos/ Violência contra Índios. 1 contato, P&B, 35 mm. Reprodução fotográfica, possivelmente de relatórios do SPI (não identificado). Álbum organizado pela seção de Estudo que informa ser o texto original das fotografias. O negativo não foi localizado. Foto 1 - Matadores com crianças indígenas em canoas. Ambiente e Conteúdo: Depois da morte de Índios, Martinho Marcelino que está sentado no centro da canoa conduz as crianças que escaparam para distribuí-las entre os matadores de seus pais em Santa Catarina. Foto 2. Fotografias de homens que matabam Índios na região de Santa Catarina. No anexo 3 a e 3 b, disponibilizo as fotos ampliadas, permitindo a visualização mais detalhada.

conjunto de fotos com a seguinte identificação: “Fotografias de homens que matavam Índios na região de Santa Catarina”.

O que chama a atenção nestas imagens é perceber que são crianças e mulheres indígenas recém-capturadas pelos homens que aparecem nelas. Podemos observar que uma dessas mulheres está amarrada na canoa, e perceber na face dessas crianças e mulheres o assombro e desespero de quem acabou de perder seus pais, seus parentes e amigos, e agora se encontra cativo e refém de desconhecidos e de um destino incerto.

O que os índios em Santa Catarina e no início do século XX tem a ver com o tema desta tese, que trata dos indígenas do início do século XIX no Planalto Meridional? As fotos revelam a permanência de uma prática corrente no início do século XIX. De certa forma, minha trajetória pessoal foi sempre muito influenciada por estas questões. Ainda adolescente, em 1979, tinha uma imaginação com relação às populações indígenas através do cinema e da TV, e das suas histórias de mocinhos e bandidos no velho oeste norte americano, onde em geral o índio era o bandido. Nesse mesmo ano, já estava lendo as histórias em quadrinhos de um personagem chamado Ken Parker, onde de forma inovadora para a época, se mostrava índios humanizados e uma história diferente e, entre outras inovações, trazia a contra capa com o título “Rastos no Vento, alguns escritos de índios na América” e, entre eles, a Rendição do Chefe Joseph que transcrevi na citação que segue:

#### A Rendição do Chefe Joseph

Estou cansado de combater. Os nossos chefes foram assassinados. Looking Glass está morto. Tu-hul-hil-sote está morto. Os velhos morreram todos. São os jovens que dizem sim ou não. Aquele que guiava os jovens morreu. Faz frio e não temos cobertas. As crianças morrem congeladas. Alguns dos meus fugiram para as colinas e não têm cobertas nem alimento. Ninguém sabe onde se encontram - talvez estejam morrendo congelados. Quero ter tempo de procurar meus filhos e ver quantos deles posso encontrar. Talvez os encontre entre os mortos. Escutem-me, chefes: estou cansado. Meu coração está triste e doente. Do ponto em que agora se

encontra o sol, eu não combaterei nunca mais.  
(Nez percé)<sup>3</sup>

A rendição de Joseph, líder dos Nez Percé, aconteceu em 05 de outubro de 1877, nas montanhas Pata de Urso no norte do estado de Montana, depois de 13 batalhas e uma fuga por 2740 quilômetros dentro do Canadá. Isto marcou a última grande batalha entre o governo Estadunidense e uma nação indígena (embora, na época, eu desconhecêsse que se tratava de um fato histórico). Mas, o interessante dessa história, é que revelava a um adolescente um mundo onde existiam outras histórias sobre os indígenas, mas que ainda falavam de terras distantes, a América do Norte. Descobrir que existia uma história de índios no Brasil só aconteceria muitos anos depois. Foi durante minha formação como historiador, na aprazível vida de estudante universitário, no curso de História na cidade de Florianópolis nos anos noventa do século passado. Pressionado por uma vontade de compreender as histórias sobre indígenas, passava a indagar os mestres da história, porque os índios não estavam em suas aulas. As respostas eram quase sempre as mesmas, a dificuldade das fontes, de localizá-las. A História Indígena era algo então por se fazer. Mas, algo mudaria. No final do curso, um professor de História do Brasil, Paulo Rogério Melo, dava aulas falando de populações indígenas e trazendo para a discussão um livro publicado em 1994 com o título: *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*; de autoria por coincidência (com os meus índios da juventude), de um professor e antropólogo Norte Americano John Manuel Monteiro.<sup>4</sup> A partir daí um estudante de graduação começava a imaginar que era possível então contar as história desses povos, ou pelo menos aquelas que podem ser recuperadas através das fontes históricas. Este livro demonstrava isso, sim era possível contar a história dos Índios na América Portuguesa.

Anos depois, já em 2003, quando iniciava uma carreira de professor colaborador no mesmo curso de história onde havia me graduado, dando aulas de pré-história (aulas essas onde eu era mais um aluno do que professor), encontrei outro livro que seria responsável pela principal motivação que impulsionou o princípio dessa tese, tratava-se de *Os Índios Xokleng. Memória Visual*, do antropólogo Silvio Coelho

---

3 BERARDI, Giancarlo. Rastos no Vento. Palavras e escritos dos Índios da América. *Revista Ken Parker*, Nº 14, ano II. São Paulo: Editora VECCHI dezembro de 1979, p. 4.

4 MONTEIRO, John Manuel. *Os Negros da terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

dos Santos.<sup>5</sup> Foi com este livro que pela primeira vez tomei contato com as fotos dos bugreiros, os matadores de índios ou caçadores de bugres, nome pejorativo dado aos índios do Sul do Brasil. Nessa época estava decidindo sobre qual pesquisa realizar para uma tese de doutoramento. Naquelas imagens de mulheres e crianças, assombro, desespero e tristeza em seus olhos, que voltaria a encontrar anos depois nas imagens do Museu do Índio que teimosamente abrem essa tese.

A tese de doutorado tinha se iniciado, e a partir de 2006, eu me encontrava pesquisando os caçadores de índios em Santa Catarina, e, nesse caso, o povo originário a ser evidenciado eram os Xokleng. Porém, essa história mais uma vez ia mudar. Atendendo os apelos do orientador (cujos estudos por mera coincidência se centram no planalto meridional onde a presença indígena é massivamente Kaingang) fui ao Arquivo Público do Estado do Paraná onde segundo informações recentes, encontrava-se um mundo de fontes sobre os índios. Quando de volta a Florianópolis, contentíssimo com as milhares de fontes que existiam entre 1853 e 1870 no estado do Paraná, ao referenciar o sucesso da viagem (embora nem eu mesmo percebesse que a pesquisa estava tomando um novo rumo), a Paulo Pinheiro Machado (o orientador), recebi nova informação de que grande parte do que existia sobre índios na região do Paraná antes de 1853, estava nos Arquivos de São Paulo.

No Arquivo Publico do Estado de São Paulo o primeiro problema - por tratar-se de documentos manuscritos na primeira metade do século XIX – era a compreensão imediata do texto. Nesta pesquisa encontrei uma relação de índios da expedição de Guarapuava, e encabeçando esta lista com o numero 1 estava Vitorino Condá, índio que deu nome a uma cidade, a um rio, símbolo da cidade de Chapecó, nome de um estádio do futebol, ícone do time de futebol “Chapecoense”. A história do índio Vitorino Condá ainda era mais um desses fantasmas de sua própria existência que, segundo a idéia vigente, impossível de ser localizada pela ausência das fontes. Além disso, a historiografia recente vê Condá como um colaborador dos povos não indígenas, um traidor dos índios e suas causas, e alguns amigos de academia, até me perguntavam, esse cara não era um bugreiro?

Em 2011, uma amiga mestranda em Geografia, ainda me contava que ia fazer um seminário em uma disciplina do mestrado sobre os índios de Chapecó, e que estava centrando sua discussão em cima de

---

<sup>5</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os índios Xokleng*. Memória visual. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

Vitorino Condá e seu colaboracionismo com os invasores das terras de seu povo, e que se ancorava principalmente na antropóloga Arlene Renk e sua análise que de certa forma negativava a história desse personagem histórico<sup>6</sup>. Afinal, quem vai se interessar pela história de um índio traidor, que tinha recebido homenagens dos não indígenas, pela sua atuação contrária aos interesses de seu próprio povo? Voltando ao Arquivo em São Paulo, o que eu via era que existiam várias pastas sobre vários lugares como Castro e Guarapuava, onde a maioria dos documentos era sobre as questões com os indígenas, mas meu alcance terminava por aí, para conseguir de fato compreender toda aquela documentação, era um passo de gigante, aprender em tempo recorde as bases da leitura paleográfica. Depois de fotografada toda a documentação a pergunta era: Como fazer isso, como ler o que ali se encontrava em minhas mãos? Tão perto e tão longe. O primeiro passo foi imprimir em tamanho A3, o material fotografado, e, a partir disso, muitas horas do dia e da noite, estudando cada letrinha, cada forma de escrever. O importante de tudo isso é ressaltar que minha pesquisa nesse momento, já estava indubitavelmente voltada para a expansão luso-brasileira no planalto meridional e os indígenas donos dessas terras, durante a primeira metade do século XIX. Dentro dessa pesquisa, um dos principais personagens que a todo tempo aparecia nas fontes era esse índio, cuja história estava e está sendo negativada – Vitorino Condá.

Explico o subtítulo dessa introdução. Na América Portuguesa foi lugar comum o colonizador marcar seu território nominal em oposição ao outro.<sup>7</sup> Dessa forma, as populações indígenas que habitavam as matas, e grande parte desse território, eram denominadas de *selvagens* e, como tal, atuavam como *hordas* nesses *sertões incultos*. Tais denominações agregadas de outras como *gentio bravio*, *gentio bugre*, *errantes das matas*, *bugres*, *índios bravos*, em contraposição aos

---

<sup>6</sup> RENK, Arlene. *Migrações: de ontem e de hoje*. Chapecó: Grifos, 1999. Assim nos diria a autora: “É nesse confronto que alguns índios foram aliciados pelos bandeirantes, como ocorreu com o Índio Condá, que passou para o lado dos brancos. Deu para entender por que a homenagem a ele? Ou por que os caras-pálidas iriam homenageá-lo? E o resultado de tudo isso? As terras, que antes eram dos indígenas, foram registradas em nome dos brancos.” (p. 8).

<sup>7</sup> Cf. FERRO, Marc. *História das colonizações*. Das Conquistas às Independências- séculos XIII a XX. São Paulo: Cia das letras, 2006, p.153-155. Nesta pesquisa, vamos colocar algumas vezes no texto, de forma proposital, as denominações depreciativas do olhar do não índio, cuja meta era permitir e justificar a conquista e invasão das terras indígenas. Queremos evidenciar as formas pejorativas em que se fundava a terminologia da conquista, do invasor, entre outras, as denominações dadas aos povos originários que deveriam ser conquistados, tais como horda de selvagens, bárbaros cruéis, devoradores de homens, etc.. Essa terminologia estava sendo manejada dentro de um arcabouço jurídico que viabilizava e justificava a invasão e a conquista.

povoadores que teoricamente estavam no bojo do que se chama civilização, era a maneira pela qual se fazia e justificava essa terminologia, estabelecida dentro de um arcabouço jurídico, cuja função era moldar a imagem do inimigo que precisa ser derrotado e conquistado, justificando essa conquista.

Durante o século XIX no interior do Sul do Brasil, saindo das praias, subindo a serra, entre litoral e planalto e, depois desse, nas encostas das serras, na mata fechada, nos grotões encostados aos penhascos, nos campos e faxinais, nas matas próximas às montanhas que compõem a Serra do Mar e nas florestas de araucária, habitava considerável população nativa. Ao contrário do pensamento do “vazio demográfico”, dos “sertões incultos” e das terras devolutas, existia uma significativa densidade demográfica<sup>8</sup>. Denominados de bugres, gentio bravo, os Senhores dos Campos e das Matas - os Índios- eram vistos como uma ameaça<sup>9</sup>.

Uma guerra silenciosa era travada, e os povos indígenas que viviam nas terras desejadas pela colonização, eram os inimigos a serem derrotados para possibilitar a invasão. A mata atlântica, as florestas de araucária, os capões, e os faxinais, por vezes se constituíam em um ambiente hostil. Nesse ambiente a penetração na vegetação é difícil, logo para quem nela vive, torna-se uma espécie de defesa contínua imersa em um sistema natural de proteção contra as investidas de patrulhas organizadas pelas tropas inimigas. Os povos indígenas que ali habitam, com esse sistema de autodefesa resistiam e estabeleciam uma

---

<sup>8</sup> Sobre este tema da invenção do vazio demográfico, ou das terras incultas, ou devolutas, no Paraná o historiador Lucio Tadeu Mota fez a crítica a essa invenção. Ver MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos Índios Kaingang. a história épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994, p. 7-51. Em Santa Catarina historiadores como Walter Piazza ajudaram a construir essa idéia das terras devolutas, das terras incultas e, portanto plenamente viáveis para o avanço das fronteiras, e a ocupação com as migrações, e conseqüente construção de vilas e cidades. Ver PIAZZA, Walter. *A colonização em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardeli, 1994, p. 252. Walter Piazza, ao pensar o interior catarinense, usa o termo *vazio demográfico*, é a ótica comum a certa historiografia, que olha a colonização apenas como a saga da imigração, do progresso e desenvolvimento, ficando à margem a consideração de uma significativa população que habitava e ou refugiava-se nas matas.

<sup>9</sup> Esses grupos étnicos pertencem ao tronco lingüístico Jê. Na visão do europeu, durante o século XIX, eram vistos como o gentio bravo, os Tapuias, ou simplesmente bugres e constituíam-se antes de tudo como inimigos e uma ameaça, já que respondiam as invasões com táticas e estratégias, como os invasores. Cf SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Editora Edeme, 1973. Ver também LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina*. Uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. Uma obra para pensar a Pré-história do povo Xokleng e Kaingang é REIS, José Alberioni dos. *Arqueologia dos buracos de bugres: uma pré-história do planalto meridional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

forma de guerrear, que se constituía numa guerra de contatos fortuitos, guerra de patrulhas, guerra de emboscadas, de certa forma silenciosa. As patrulhas de incursão promovidas pelos colonizadores não sofriam soluções de continuidade, tampouco da mesma forma o apresamento indígena. Durante as incursões, as expedições às matas, os índios derrotados na guerra, em geral, eram trazidos para os povoados a fim de serem escravizados. Tais expedições se configuravam como verdadeiras operações de guerra, militarizadas e organizadas como patrulhas de destruição e captura. A guerra que se travava não aparece de forma ruidosa, mas silenciosa, pois é operacionalizada dentro das matas, capões, bosques, nas patrulhas de emboscada, de incursão, de captura, nas inúmeras escaramuças, mas nem por isso deixava de exibir um alto grau de violência.<sup>10</sup>

Nos combates em áreas de mata fechada era comum que, nesse ambiente, as armas de cano longo, como as espingardas, pouco efeito e eficácia produziam, já que o armamento nesse período era pouco funcional nessas condições. Durante boa parte do século XIX, as melhores armas foram as pistolas curtas, chamadas de *reúnas*, quando de cano médio, e as *reúnihas* quando de cano curto. Estas últimas eram as preferidas dos caçadores de índios, mais o facão, a faca e o machado. Os indígenas possuíam a lança, o porrete e arco e flecha. Desconheciam o aço, a liga metálica para fabricação do facão, da faca e do machado, que (mais adiantado o século) mostraram sua eficácia no massacre aos alojamentos dos índios nas florestas e matas. Somente a partir do final do século XIX tornou-se mais comum o uso de armas de repetição como os *Winchesters*, as *Remingtons*, e os *Revólveres Colt e Smith and Wesson*, que já tinham demonstrado sua eficácia no extermínio dos indígenas nos EUA<sup>11</sup>. As armas de fogo podem se adaptar melhor às condições de guerra em áreas de mata fechada, e anunciavam assim para o século XX, o desaparecimento de muitos dos povos indígenas que foram combatidos pela colonização e povoamento determinado, em muitos casos, pela via do extermínio. Os textos do século XIX e início do XX que estudamos acabam sempre se referindo aos índios que

---

<sup>10</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. LANGFUR, Hal. O ouro vermelho de Minas gerais. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 1, Nº 10. Rio de Janeiro, Maio-julho de 2006, p. 56-62. Nesse artigo, os autores pensam a resistência indígena em Minas Gerais como uma guerra silenciosa.

<sup>11</sup> Dee Brown em *Homens e Sombras* (São Paulo: Melhoramentos, 1988) através das pesquisas e dos depoimentos colhidos pelo repórter Sam Morrison do *Sain Louis Herald* narra a história do Capitão Charles Rawley, herói da história americana na guerra contra os índios, e aqui se pode verificar um pouco da afamada “marcha americana para o Oeste”, cuja expansão se deu pela tomada das terras dos índios através de uma guerra de conquista.

estavam nas matas, como gentio bravo, índios bravos, selvagens, errantes, indígenas, ou simplesmente de forma geral de bugres<sup>12</sup>, como eram chamadas de São Paulo até o Rio Grande do Sul as populações indígenas.

Nessa pesquisa, os povos originários ou, dentro da terminologia usada pelo conquistador, a *horda dos selvagens errantes*, que queremos evidenciar são as populações indígenas que no início do século XIX, habitavam o território que era chamado, a parte primeira das terras meridionais das províncias no Brasil, e por isso, compondo até o surgimento formal do Paraná em 1853, a Quinta Comarca de São Paulo, a fronteira Sul da província, criada a partir de 1812, também conhecida como Comarca de Curitiba.<sup>13</sup> Essas populações habitavam o segundo e

---

<sup>12</sup> É necessário aqui, fazer um comentário sobre a terminologia empregada. No que se refere à palavra *Bugre*, em alguns trabalhos os autores já procuraram defini-la, nesse caso vou relatar essas possibilidades. Sílvio Coelho dos Santos, em seu trabalho *Índios e Brancos no Sul do Brasil. Op. Cit.*, a define nos seguintes termos: Bugre é usado no sul do Brasil para designar indistintamente qualquer índio. Sua aplicação tem conotação pejorativa, pois encerra as noções de “selvagem” e “inimigo”(p. 30). Rosilene Alves faz uso de Sílvio Coelho, em seu artigo “Bugres: As notícias correm!” Esse artigo faz parte do livro organizado por Cristina Ferreira e Méri Frotscher, *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*, publicado no ano de 2000 em Blumenau pela editora Nova letra. A autora diz que bugre é o termo usado para identificar qualquer indivíduo ou grupo do sul do Brasil, este termo era usado de forma pejorativa p.34. Já Dáercio Kieser, em sua monografia de conclusão do curso de história intitulada *Um discurso para justificar a ação bugreira*, defendida na UFSC em 1994, diz que os termos bugres, silvícolas, índios, indígenas, gentio, aborígene, autóctones e nativos foram empregados como sinônimos, independente de não serem contemporâneos entre si p.03 . Por fim a definição de Paulo Pinheiro Machado em seu livro “*Lideranças do Contestado*”, pela Editora da UNICAMP, em 2004. Paulo Pinheiro Machado diz que em relação à denominação genérica de Bugres, ainda hoje de uso comum no planalto, o padre Manoel Aires de Casal afirmava, em 1817, que era assim que os paulistas denominavam todos os grupos indígenas, do rio Tietê até o rio Uruguai. Cf. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfico do reino do Brasil.*, vol. 27. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1976, p.105. Essa observação sobre a palavra Bugre, está na nota de número 1 do primeiro capítulo do livro de Paulo Pinheiro – “Bugres, Tropeiros e Birivas ”. Em nosso entendimento, ao que parece a terminologia *Bugre*, essa forma pejorativa de chamar os grupos indígenas, foi típica de toda uma grande região meridional do Império no século XIX e XX; e, vai fazer parte não só no cotidiano popular, mas também na documentação existente do período nos arquivos. Embora seja usada de forma geral para denominar qualquer índio, na maioria das vezes, principalmente no século XIX, vai estar ligada a figura do índio que está e vive nos matos, o inimigo a ser conquistado, o *índio bravo*, aquele que resiste ao povoamento e o avanço das fronteiras da colonização, continuando com sua família, a tentativa da sobrevivência dentro de seu *modus vivendi*.

<sup>13</sup> A Província de São Paulo, na primeira metade do século XIX, estava dividida em 6 comarcas. Sendo a 1ª de Bananal, 2ª de São José, 3ª de Jundiá, 4ª de Itu, 5ª de Curitiba e 6ª de Cananéia. Daniel Pedro Müller. *Ensaio D’Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1836-37)*. 3ª Ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978. Fac-símile. p. 35-89. Até 1812, a sede da ouvidoria das terras ao sul da capitania de São Paulo estava instalada em Paranaguá. A partir dessa data, o núcleo administrativo foi transferido para Curitiba, determinando a *quinta*



terceiro planalto desta região, basicamente a partir da margem ocidental, na direção Oeste, no sentido do interior do caminho de tropas de Viamão, que unia os campos de criação de gado dos Pampas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, passando pelos Campos de Lages até a vila de Sorocaba, a principal feira de gado da Província de São Paulo.

Os remanescentes do principal grupo étnico destas populações atualmente se autodenominam Kaingang<sup>14</sup>, embora durante o período que abordamos a questão, entre 1810 e 1853, existia uma diversidade de grupos, como os Xokleng das matas ao sudeste da província, já nos limites com a província de Santa Catarina, ou como os Guarani e Kaiowa, e os Xetá, já próximos à fronteira com o Paraguai e Mato Grosso. Uma parte significativa do território em relação ao qual iremos tentar entender a história social de colonizadores, indígenas e seus embates, era habitada pelas populações que hoje se autodenominam Kaingang. Para os nossos estudos, os Kaingang serão um povo, onde de forma incidental e frequentemente, vamos acabar colimando o olhar e análise de nossos estudos e esforços. Ocupavam o interior, os chamados sertões incultos por onde, segundo a ótica dos conquistadores, *erravam* internados na *barbárie*.<sup>15</sup> Esses povos indígenas pertencem ao tronco lingüístico Jê, ou às sociedades Jês, no período colonial, eram chamados de Tapuias. Suas origens no sul do Brasil dentro do que é plausível e já foi apontada por John Monteiro, no texto *Tupis, tapuias e a História de*

---

*comarca* de São Paulo, também conhecida como *comarca de Curitiba*. Apud LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. Tese de Doutorado defendida no departamento de história da USP, Programa de pós-graduação em História econômica, São Paulo em 2006, p. 14-15.

<sup>14</sup> Vamos adotar ao longo da tese sempre que possível a Convenção para Grafia de Nomes Indígenas. Esta "Convenção" foi assinada por participantes da 1ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada no Rio de Janeiro, em 1953, de modo a uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. Foi publicada na *Revista de Antropologia* (vol. 2, nº 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152) e posteriormente nas primeiras páginas (não numeradas) do volume organizado por Egon Schaden, *Leituras de Etnologia Brasileira* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976).

<sup>15</sup> Os "errantes" era como denominavam os conquistadores invasores o *modus vivendi* dos povos em seus vastos territórios históricos, como os Kaingang que ocupavam boa parte da região em que estudamos, o oeste e arredores do chamado Caminho do Sul, que unia Viamão, Lages, Lapa, Ponta grossa, Castro, Itapeva, Itapetininga e Sorocaba, ou seja juntava as principais estâncias produtoras de gado sulinas a grande feira de venda e compra de animais, a feira de Sorocaba. Essas populações indígenas manejavam um território histórico que a partir da Província de São Paulo confrontava ao sul com a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a oeste com a região de Misiones, já em regiões de fronteira com Paraguai e Argentina e a leste com as matas fechadas da serra do mar e os Xokleng que nela viviam.

*São Paulo: revisitando a velha questão Guaianá*<sup>16</sup>, remonta às primeiras invasões dos territórios indígenas quando da chegada dos europeus, no início do século XVI. De acordo com John Monteiro, os Guaianás que aparecem nas fontes do período tratam-se sem sombra de dúvida dos Kaingang. Por sua grande área de domínio, desde São Paulo até as fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai, deixa claro, as condições de mobilidade destas populações, evidenciam uma enorme área de perambulação, firmando sua condição de seminomadismo. Tudo indica que esta condição de mobilidade permanece até o final do século XIX, inclusive como forma de resistência à ocupação e invasão de suas terras no Brasil meridional.<sup>17</sup>

A denominação Kaingang passa a fazer parte da literatura linguística, antropológica e histórica, principalmente a partir do início do século XX, com a publicação por Telêmaco Borba, então prefeito de Tibagi, do artigo intitulado *Observações sobre os indígenas do estado do Paraná*<sup>18</sup>, porém de acordo com os estudos do historiador Lucio Tadeu Mota, essa terminologia já havia sido anteriormente utilizada por outros viajantes que transitaram pelos territórios Kaingang no século XIX. A mais antiga dessas utilizações e recuperada como documento, segundo o historiador, foi o manuscrito do militar Camillo Lellis da Silva, da Armada Imperial, em 1849, quando fazia uma viagem de demarcação da futura estrada de Guarapuava até o rio Paraná.<sup>19</sup> De acordo com o militar Camilo Lellis da Silva, a nomenclatura de designação dos grupos por ele contatados seria *Caên-Gagn*, que provavelmente significava ‘gente das matas, gente das florestas, dos sertões’ ou o ‘índio propriamente dito’. Esta autodenominação de acordo com Lucio Tadeu Mota, cujo significado como *povo do mato*, remete à noção do meio ambiente enquanto constitutivo da identidade

---

<sup>16</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas, Tese de Livre Docência apresentada no Departamento de Antropologia da Unicamp, agosto de 2001, p. 180-193.

<sup>17</sup> Sobre os Kaingang meridionais ver LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os Kaingangues. Momentos de Historicidades Indígenas. In: KERN, Arno, SANTOS, M. Cristina dos. GOLIN, Tau. (Org.) *Povos Indígenas*. V. 5 Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 81-82. Sobre a direção do povoamento Kaingang ver: PINHEIRO, Níminon Suzel. *Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912*. Dissertação de Mestrado, Assis, UNESP, 1992, p. 110-33.

<sup>18</sup> Cf. BORBA, Telêmaco. “Observações sobre os indígenas do estado do Paraná” *Revista do Museu Paulista*, v. 6, São Paulo, 1904.

<sup>19</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. A denominação Kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística. In: TOMMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. UEL, 2004, p. 3-16.

desses grupos, embora tenhamos que levar em consideração que o termo mato nesse sentido, refere-se a uma extensa região e inclusive de muitos campos, lugares que eram manejados em suas perambulações.<sup>20</sup>

Embora seja de sensível relevância a discussão sobre a terminologia Kaingang e sua importância na constituição e busca da autodenominação pelos grupos indígenas, deixamos esta discussão aos seus especialistas, já que nosso interesse de estudo está mais intimamente ligado à questão das expedições e atividades de guerra, caça e captura de indígenas, e, na análise das fontes consultadas na primeira metade do século XIX esta denominação quase nunca aparece. O que vamos usar são as palavras que aparecem nos documentos aqui estudados, e nesse sentido, os grupos étnicos que habitavam as matas, as selvas, eram denominados de Índios, e grafados assim com a primeira letra em maiúscula, eram denominados também de Indígenas, e ainda com os termos pejorativos como bugres, gentio bravio, bravos, mansos, gentio bugre, selvagens, hordas, errantes, etc.. Aqui vamos procurar utilizar, na maioria das vezes, e sempre que possível, os termos e nomenclaturas que aparecem nas fontes, procurando seguir essa tendência durante toda a pesquisa.

Nossa história inicia-se através da chegada da família real ao Brasil, e de seu desejo de expandir as fronteiras imperiais. Esta expansão das fronteiras vai atingir também as terras indígenas no sul do Brasil. Iniciava-se o período Joanino na administração da América Portuguesa e inventava-se *um Brasil*. A vinda da família real encetaria um novo momento, principalmente a expansão no Sul da Capitania de São Paulo. Pelas Cartas Régias, o Príncipe Dom João declarava guerra aos índios ‘ditos bugres, os índios bravos’. Acelera-se uma expansão luso-brasileira em direção à conquista das terras pertencentes às populações originárias que habitavam o planalto meridional. Para entender melhor tal desdobramento do processo é necessário apresentar alguns pontos de inferência sobre alguns fenômenos que pretendemos demonstrar analiticamente: em primeiro lugar a *Colonização* dentro do contexto da ocupação territorial e da conquista; e num segundo momento as *Fronteiras* imersas neste bojo do processo colonizador e conquistador com as frentes de expansão daí decorrentes.

Nesse contexto no que se refere ao fenômeno da colonização, Marc Ferro ao verificar o pensamento colonial, no sentido da imagem

---

<sup>20</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. Os Índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, Lúcio T. NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye. (Orgs). *Uri e Wāxi: Estudos interdisciplinares Kaingang*. Londrina: Ed. UEL, 2000, p. 203.

que se tinha do colono e quem era o colono e o que ele representava durante seu próprio tempo de vivência, diria:

O colono, é verdade, dava duro: perseguido em seu próprio país antes de partir, fora se instalar ali aonde Deus o conduzira; lá pretendia cultivar a terra, crescer, multiplicar-se. Mas ‘fora obrigado a defender-se dos agressores, dos rebeldes e de outros canalhas’, Quão grande foi sua gloria, e meritório o sofrimento de ser um conquistador!<sup>21</sup>

Entendida a sensível ironia de Marc Ferro, a idéia do *conquistador glorioso*, do pioneiro desbravador, faz parte de um arcabouço intelectual e inclusive jurídico, onde o direito e as leis agiam também no sentido de estabelecer a conquista, como meio de civilizar povos “*bárbaros*”, no sentido imediato que a expansão territorial promovida pelo governo, pode ser quase sinônimo de colonização e do quanto essa colonização tem a ver com a submissão dos povos invadidos por este processo:

Nas diversas épocas da história, a colonização assumiu formas que podem ter sido diferentes, mas que também se superpuseram umas às outras. Dominar outros povos foi de fato o motor da expansão, qualquer que tenha sido o motivo declarado desse “imperialismo”, religioso no tempo dos árabes, religioso ainda nas expedições cristãs contra os infiéis, religioso mais uma vez quando católicos e protestantes desejam consolidar a expansão de sua fé, nos séculos XVI e XVII.<sup>22</sup>

No caso da submissão das populações indígenas que habitavam as áreas destinadas à colonização, a solução do Reino no Brasil, foi a guerra, a conquista e a conseqüente e, se possível, *catequese e civilização dos índios*. Com relação ao termo *civilização*, não se pode desprendê-lo sem total segurança à colonização. Para os colonizadores, o arcabouço teórico e jurídico que amparava estas ações de violência contra outros povos, centrava-se no termo *civilização*. Parafraseando

---

<sup>21</sup> FERRO, Marc. Op. Cit., p. 11.

<sup>22</sup> Idem, p. 34.

Marc Ferro, em muitos casos, o que aproximava ingleses, franceses, espanhóis e portugueses, era a convicção de que encarnavam a ciência e a técnica, e de que este saber e o progresso, em tese daí originário, eram como uma dádiva, um imenso favor que prestavam aos povos indígenas em sua sistemática destruição.<sup>23</sup> Essa discussão entre civilização, as destruições das conquistas, do processo colonizador-civilizador, e a barbárie, foi preconizada em várias instâncias. Mario Vargas Llosa em um ensaio sobre *Os Miseráveis*<sup>24</sup>, de Victor Hugo, já encontra no autor as contradições entre civilização e barbárie. Vargas Llosa nesta direção fez a seguinte análise sobre a crença da civilização culta, inimiga da barbárie, desde a publicação da obra máxima de Victor Hugo no século XIX, até o século XX:

[...] Desde la publicación de Los Miserables la realidad real há contradicho en sinnúmero de oportunidades la creencia de que la cultura es enemiga de la barbárie – la culta Alemania adoptó el nazismo y perpetró el genocídio de seis millones de judíos – y resulta difícil sostener hoy que el avance de la ciencia implica el simultaneo avance de la verdad moral. Por el contrario, el desarrollo de la ciencia en el siglo XX sirvió para apuntalar em algunos casos regímenes tiránicos y conquistadores que suprimían toda forma de libertad interior y practicaban el colonialismo y el imperialismo más desembozados o para amparar la explotación y el saqueo de los países pobres.<sup>25</sup>

A expansão territorial, a conquista, e o processo colonizador estavam imbricados diretamente com a questão institucional e jurídica da civilização. Assim, um conceito cultural - chamado civilização - e um sistema de valores que, de forma precisa, possuía função econômica e política; se constituem em matéria moldável que articulava a dominação e a conquista de outros povos e culturas.<sup>26</sup>

Alfredo Bosi, analisando mais precisamente o fenômeno na América e no Brasil e fazendo uma leitura de Marx em sua obra mais

---

<sup>23</sup> Idem, p. 39.

<sup>24</sup> VICTOR HUGO. *Os Miseráveis*. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

<sup>25</sup> LLOSA, Mario Vargas. *La tentación de lo imposible*. Madrid: Punto de Lectura, 2004, p.149.

<sup>26</sup> FERRO, Marc. Op. Cit., p. 40

afamada, *O Capital*, procura entender e explicar a difícil contradição entre o liberalismo brasileiro, cuja economia estava presa ao capitalismo europeu, e de certa forma vinculado a formas modernizantes; e o escravismo praticado conjuntamente a este durante o século XIX, e ao revés arcaico e retrógrado.<sup>27</sup> Na perspectiva de Alfredo Bosi, Marx já demonstraria em algumas passagens, que “*o processo colonizador não se esgota no seu efeito modernizante de eventual propulsor do capitalismo; quando estimulado, aciona ou reinventa regimes arcaicos de trabalho, começando pelo extermínio ou a escravidão dos nativos nas áreas de maior interesse econômico.*”<sup>28</sup> Para Bosi, de forma contraditória mais necessária para sua evolução, “*a expansão moderna do capitalismo comercial, assanhada com a oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder a formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados.*”<sup>29</sup>

De acordo com Bosi foram inúmeros os exemplos dessa natureza que assolaram a América, dentre os quais o genocídio de astecas e incas, obra de Cortez e de Pizarro, um dos marcos inaugurais, e entre muitos recomeços, um, pouco conhecido foi a chamada *Conquista del Desierto*, onde de forma sangrenta foram ocupados a Patagônia Argentina, a custa dos índios e mestiços patagões.<sup>30</sup> No entendimento de Alfredo Bosi o conceito colonização utilizado pela sociologia, pela geografia e a história atenuava a ‘conquista’, e as guerras decorrentes desse processo que foram realizadas junto aos povos originários das Américas.

Ainda em *O capital*, Marx afirmou o quanto “*os horrores bárbaros civilizados do sobretrabalho são enxertados nos horrores bárbaros da escravidão*”.<sup>31</sup> Fato é que ao processo colonizador, somam-se outras condições adjacentes e, entre estas, a fronteirização de lugares, o aparecimento de formas arcaicas de produção, de políticas de eliminação, aldeamento e afugentamento das populações indígenas. Estas e outras formas estruturantes, vão fazer parte deste fluxo da colonização que é retroalimentado pela expansão comercial que nesse contexto se desprende, gerando um processo de continuidade. É possível compreender este processo como de um influxo da colonização. A expansão colonial e o surgimento de novos lugares ditos de *civilização*,

---

<sup>27</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 19-25, e, o discutido ensaio “A escravidão entre dois liberalismos”, p. 194-245.

<sup>28</sup> Idem, p. 20.

<sup>29</sup> Idem, p. 21.

<sup>30</sup> Ibidem.

<sup>31</sup> MARX, Karl. *El Capital*. Vol. II, México DF: Foundo de Cultura Económica, 1995, p. 260

e que surgindo nestas condições de mediação, permite indubitavelmente e *a priori* o surgimento das caracterizações próprias de tipos de situações específicas e concomitantes, como é o caso das situações fronteiriças.

O estudo sobre as fronteiras merece uma apresentação de nossas apreciações neste contexto. Para entender a fronteira não podemos abandonar a idéia de territorialidade. O entendimento que temos procura seguir as tendências contemporâneas das ciências humanas, onde o conceito de um espaço zonal que abriga a linha-limite separando dois territórios ou duas estruturas espaciais, de uma fronteira linear, limítrofe entre dois territórios, ou entre conflitantes de uma região, preso à idéia de uma linha divisória entre oposições que não interagem entre si, é refutada. Pensamos a fronteira como um lugar de múltiplas ações e de interações entre os mais distintos matizes que, independente da vontade de uma linearidade, normalmente preponderante e como tal construtora de mudanças impostas, corrompe esta vontade, determinando múltiplas linhas de sentido e direção diversas, de encontro e desencontro, que se perdem em um emaranhado de relações complexas.<sup>32</sup> Nossas múltiplas relações vão acontecer entre grupos indígenas e não indígenas ao longo da expansão do império luso-brasileiro.

Este lugar de múltiplas ações e de relações complexas, não estará isento da diversidade das fronteiras étnicas. A partir dos pressupostos de Fredrik Barth, que iniciaram o processo de demolição das perspectivas que entendiam o índio como possível de ser assimilado, aculturado, e como tal, sujeito a desaparecer dentro da sociedade conquistadora e seu viés invasivo e colonizador. Dentro dessas fronteiras, percebe-se que as relações só podem ser múltiplas, e os lugares de alteridade, com seus encontros e desencontros estão estabelecidos dentro da afirmação que “*essas fronteiras são igualmente mantidas entre as unidades étnicas e que, conseqüentemente, é possível especificar a natureza da continuidade e a persistência de tais unidades.*”<sup>33</sup>

Para Barth as fronteiras étnicas são mantidas pelas permanências culturais imitadas em seu conjunto. “Assim, o grupo depende da persistência dessas diferenças culturais, ao passo que sua continuidade pode igualmente ser especificada por meio das mudanças da unidade resultantes das mudanças nas diferenças culturais definidoras da

---

<sup>32</sup> Sobre as diferenças entre os termos *limite* e *fronteira*, e sobre a *fronteira linear* ver FERRARI, Maristela. *Conflitos e Povoamento na fronteira Brasil-Argentina*. Dionísio Cerqueira, Barração, Bernardo de Irigoyen. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010, p. 21-51.

<sup>33</sup> BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo; Editora da UNESP, 1998, p. 226.

fronteira.”<sup>34</sup> O grande passo de Barth foi ter descoberto que a maior parte daquilo que denominamos cultura de uma população humana não é barrada por essa fronteira, não existe uma barreira; “ela pode variar, ser reconhecida e mudar, sem nenhuma relação importante com a manutenção das fronteiras do grupo étnico.”<sup>35</sup>

É preciso colocar que o pensamento de Barth precisa ser questionado. O sociólogo argentino Diego Villar, afirma que Barth trouxe importante contribuição na teoria antropológica, mas a leitura apenas de *Ethnic groups and boundaries* apela para um lado da teoria formal ou relativista da identificação étnica e deixa de lado as condicionantes materiais dessa etnicidade, em especial os fatores ecológicos e demográficos. Quando se revisa a argumentação de Barth a respeito da etnicidade, chama a atenção seu apelo constante e sistemático às perspectivas denominadas “ecológica” e “demográfica”. Dentro dessas perspectivas, se daria primazia a um ator racional, um personagem que negocia, escolhe e como tal atua livremente dentro de sua racionalidade. Diego Villar afirma:

Ao defender até as últimas conseqüências, a primazia do ator, ao combater os enferrujados fantasmas do funcionalismo, ao ignorar deliberadamente os sistemas, as estruturas, as hierarquias e todas as restrições possíveis, parece que Barth perdeu algo pelo caminho. Não se pode escapar a uma coerção excessiva simplesmente ignorando-a, nem a etiquetando como “ecologia” em um modelo na qual a *Free Choice* do ator individual reina soberana na hora de explicar a ação, tudo faz crer que a ecologia entra pela janela, para salvar a falta de condicionantes sociais ou estruturais- um recurso quase desesperado para estabelecer algum tipo de limite em situações nas quais a mera ‘transação’, a ‘escolha’ ou a ‘negociação’ entre os grupos étnicos ou os indivíduos não bastam para compreender problemas sociológicos concretos.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Ibidem.

<sup>35</sup> Idem, p. 226-227.

<sup>36</sup> VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de Etnicidade na obra de Fredrik Barth. In: *Revista Mana* 10(1): 165-192, Buenos Aires, 2004, p. 185.



Não pretendo na discussão que vou fazer sobre a invasão luso-brasileira às terras indígenas do planalto meridional, dentro da perspectiva de Villar, deixar pelo caminho algo importante e, portanto, necessário a compreensão das histórias humanas, como fez Barth. De acordo com Diego Villar, a etnicidade é um processo ancorado em condições históricas concretas.<sup>37</sup> Na investigação que proponho, os sujeitos históricos tinham suas possibilidades de negociação, escolhas, transações, colaborações e alianças. Mas, indubitavelmente, estão inseridos em um contexto de excessiva coerção e, desta forma, as fronteiras em que vou debruçar meus estudos, não seguem um modelo estanque, incorporam as diversidades das condições humanas, étnicas, sociais, estruturais e, portanto históricas. Sua nomenclatura poderia ser as fronteiras da expansão luso-brasileira sobre as terras indígenas do planalto meridional. Vou utilizar-me de uma categoria já recorrente, desde que compreendida no contexto de sua guerra de conquista – as fronteiras da colonização.

A terminologia ‘fronteira da colonização’ já aparece nos escritos de Frederick Jackson Turner e seu estudo sobre a fronteira nos Estados Unidos da América<sup>38</sup>, profundamente marcada pela famosa *marcha para o Oeste*, quando vagamente a indicava, como uma área de terras livres em contínuo recesso, aberta às oportunidades, lugar entre a civilização e a barbárie, que moldava o caráter das instituições americanas promovendo a assimilação dos processos migratórios, do espírito pioneiro, e da democracia americana. A condição fronteira ligada à América Portuguesa estudada por Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras*, com algum risco deveria evidenciar outros pontos, como a importante contribuição cultural das populações indígenas<sup>39</sup>, que esteve presente, em toda e qualquer situação fronteira diretamente ligada às condições de mobilidade e existência destes povos. Neste sentido, é necessário elencar alguns nuances da questão dentro da condição específica do contexto brasileiro.

No Brasil, a expansão dos horizontes da historiografia sobre o tema de fronteira e sua percepção além de mera divisão geopolítica ou territorial, é deixada para trás, pela primeira vez com Capistrano de

---

<sup>37</sup> Ibidem.

<sup>38</sup> TURNER, Frederick Jackson. *Oeste Americano. Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América*. Niterói: EdUFF, 2004, p. 23.

<sup>39</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 12-13. Um estudo sobre a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda é WEGNER, Robert. “Os estados Unidos e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: SOUZA, Jessé de. *O malandro e o Protestante*. Brasília: Ed. UNB, 1999, p. 237-256.

Abreu. Em *Capítulos de História Colonial* (1907) a fronteira foi, nesse caso, sobretudo conquista e luta para assegurar a posse de determinados territórios, antes de ser limite diplomaticamente acordado. No capítulo central do livro, “O Sertão”, Capistrano demonstra a influência dos hábitos e da cultura na cotidianidade, ao revelar as diversidades geográficas e culturais das diversas regiões, ao demonstrar que as bandeiras paulistas foram caçadas humanas que despovoavam as terras indígenas, cujo único objetivo era compor plantéis de cativos para trabalhar nas fazendas em São Paulo.<sup>40</sup>

Nos anos cinquenta, outra contribuição importante foi o ensaio de Vianna Moog, *Bandeirantes e Pioneiros* (1955), dedicado à comparação entre a expansão territorial no Brasil e nos Estados Unidos. O autor, buscando as origens de constituição dos modelos colonizadores, estabelece um contraste entre o empreendedor pioneirismo dos norte-americanos, contrapondo ao espírito predatório das bandeiras, identificando as fronteiras de colonização e povoamento dos pioneiros americanos *versus* fronteiras despovoadas das bandeiras brasileiras.<sup>41</sup>

Um dos avanços mais significativos na temática das fronteiras ocorreu com Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e fronteiras* (1957) livro que revela a expansão de São Paulo e dos paulistas, e a criação de uma ‘forma de vida peculiar’, baseada em uma economia agropastoril e com condições de produção muito distintas das que existiam no litoral. Esta expansão, segundo Sérgio Buarque de Holanda, foi obra de índios e mestiços que conheciam os perigos dos sertões e a maneira de contorná-los. Aprofundando sua discussão analisando a influência e a importância das populações fronteiriças, Sérgio Buarque de Holanda descortinava a contribuição cultural indígena, que fazia parte de um conjunto de aspectos vitais à própria existência do mundo fronteiriço, compostos de um lado pelos paulistas em suas caçadas e expansão territorial e, de outro, com os diversos grupos étnicos que se encontravam na frente colonial das fronteiras de São Paulo e sua importante contribuição cultural, necessária, cuja ausência teria inviabilizado a conquista.<sup>42</sup>

De forma mais recente podemos elencar o trabalho de José de Souza Martins, *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano* (1997). No capítulo “O Tempo da Fronteira”, o autor demonstra sua idéia sobre a fronteira, incorporando a demografia, o humano como

---

<sup>40</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 127-204.

<sup>41</sup> MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>42</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit.

diverso e complexo, em detrimento da fronteira dos heróis conquistadores, vinculada à terra e a sua posse por homens que vão se dizer pioneiros da colonização, quando na verdade são apenas invasores. Assim, a ocupação da terra se desenvolvia dentro de um conjunto de relações multiétnicas, mas não destituídas de conflitos sociais, conflitos esses, que, segundo José de Souza Martins, são de suma importância para o estudo do tema fronteira:

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.<sup>43</sup>

A fronteira nessa perspectiva é um lugar de encontros e desencontros, de alteridade, onde o conflito social não pode ser relegado a um segundo plano, mas antes é primordial para se entender o mundo fronteiriço. Entre as análises que queremos proceder, uma delas é a possibilidade de um pensar sobre uma nova discussão com a história e a historiografia, onde o mito do conquistador glorioso, do pioneiro migrante cai por terra<sup>44</sup>, e surge com força a história de homens e mulheres em um lugar onde estar vivo ou morto, pode ser apenas uma questão de sorte, probabilidades e disposições mutáveis. Na fronteira os despossuídos, independente de suas cores, procuram a sobrevivência no dia a dia. E, especialmente para nosso estudo, uma fronteira muito

---

<sup>43</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 150.

<sup>44</sup> Sobre isto ver HOBBSAWM, Eric J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 271-282. Ver também KLUG, João. A Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Org.) *O Brasil Imperial. Vol. III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 201-231.

perigosa – as frentes da expansão <sup>45</sup> coloniais, as frentes de deslocamento da população com sua civilização e as atividades reguladas pelo mercado, inerentes e seu movimento em direção às terras indígenas nos Campos e Matas Sulbrasileiras.

No início do século XIX, as fronteiras do Sul, no Brasil Imperial, avançavam em direção às terras indígenas. A ocupação do território com a colonização em muitos casos ainda resumia-se ao litoral, e cidades mais próximas desse litoral. O interior ainda era um mundo a ser inventado com o influxo da colonização dita civilizada, com seu desejo maior de invadir e ocupar as terras habitadas por inúmeros povos indígenas. Era preciso fazer avançar a fronteira agropastoril, plantar produtos básicos e viáveis, como o milho e o feijão, e principalmente, criar animais. Dentro dessa perspectiva, podemos centrar uma discussão em nossa região de estudo, as fronteiras no Sul do Brasil. Essas fronteiras faziam parte de um mundo peculiar, onde a criação de animais combinada com uma agricultura quase que de subsistência, descortinava um mundo a ser inventado, e estes conflitos que se estabelecem, são fluidificados por campos de tensão, como disseram os historiadores Adriana Fraga da Silva e Artur Henrique Franco Barcelos em relação ao contato interétnico nas fronteiras meridionais brasileiras:

A instalação e a organização de estruturas de suporte ao comércio, transporte, preia e trato com o gado, como vendas de secos e molhados, currais, corredores e estradas, picadas, locais de pouso, registros e pedágios etc., podem ser compreendidas como estratégias materiais de uma diferente espacialidade, a qual representava os interesses de uma frente de ocupação constituída tanto de espaços de movimento quanto de fixação. A paisagem gerada com a agregação dessa nova espacialidade também foi constituída por tensões e negociações entre a população indígena e os novos ocupantes. Por isso, a

---

<sup>45</sup> Os antropólogos, a partir dos anos cinquenta do século XX, foram os que divulgaram no estudo da temática sobre as fronteiras, a nomenclatura *Frente de expansão*, para definir as frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado Cf. MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. Op. Cit., p. 151-152. O autor prefere esse termo em detrimento do *frente pioneira*, por entender que a denominação frente pioneira esta ligada a uma história épica dos colonizadores europeus e brasileiros, enquanto que a *frente de expansão* está ligada a demografia e a ocupação da terra dentro de um conjunto de relações multiétnicas.

paisagem pode ser compreendida como um campo de tensão onde se apresentam diferentes e conflitantes interesses sobre um determinado espaço, constantemente modificado. Os conflitos e as negociações geradas entre distintos grupos sobre o espaço variam de acordo com os interesses dos agentes.<sup>46</sup>

Ainda mais ao Sul da América, nas fronteiras que se apresentavam para a colonização e povoamento das províncias hispanocriollas como Buenos Aires, as situações de tensões e de conflitos sociais teriam muito em comum em relação às áreas vizinhas no Brasil. Desta forma, conflitos e campos de tensões entre os adventícios e as populações indígenas que aí já viviam como Ranqueles e Mapuches também se sucediam. O historiador argentino Carlos Mayo, assim definiria a fronteira:

La frontera como experiencia configura un mundo de vivencias y prácticas cotidianas que no ha sido debidamente evocado por los historiadores, más interesados en reconstruir el enfrentamiento entre la sociedad indígena e hispanocriolla que en redescubrir sus interpretaciones, puntos de contacto y focos de mutua atracción. Porque cualquier conocedor del pasado de nuestras fronteras sabe sobradamente que la guerra no fue la única forma de relación entre índios y "blancos", la frontera jugaba, en este sentido, un papel decididamente ambiguo; separaba y ligaba a la vez. La guerra fue así seguida y aun acompañada por no menos intensos intercambios comerciales y roces sexuales, y el temor, el recelo y el rechazo no fueron la única manera de percibir al otro.

La frontera no fue una línea trazada sobre el desierto, resulto mucho más que eso, fue un médio ambiente y un proceso, un espacio geográfico y una sociedad con sus propios tipos sociales y su propia trama de relaciones, fue

---

<sup>46</sup> SILVA, Adriana Fraga da; BARCELOS, Artur Henrique Franco. A "terra de ninguém": índios e bugres nos campos de Cima da Serra. In: KERN, Arno, SANTOS, M. Cristina dos. GOLIN, Tau. (Org.) *Povos Indígenas*. V. 5 Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 54.

también, y por último, una cotidianidad y una forma de vida con rasgos peculiares.<sup>47</sup>

A fronteira assim dita não é uma linha esticada sobre o deserto, mais um lugar de lugares, além de conflitos sociais, de guerra, caça e caçadores. A fronteira configura outros momentos de contato interétnico, motivados por concepções e maneiras distintas de perceber o entorno simbólico e cotidiano, que pela escolha ou aleatoriedade, fixavam-se por vezes em mesmas regiões ou pontos, como no caso dos povoados e vilas que se formam nos territórios indígenas. As fronteiras nesse espaço em que estudamos jamais podem ser entendidas como lugares de vazio, pelo contrário, é um lugar povoado de muitos sentidos, muitas formas de compreender o mundo, de muitos encontros e desencontros, de chegadas e partidas, de vida e de morte. A fronteira é uma sociedade com seus próprios tipos sociais e suas tramas de relações, de amores e de ódios, de amigos e inimigos. Em suma, não existia nesse mundo a menor possibilidade de se encontrar um deserto, e uma única guerra, e por mais que se desejasse o vazio e a solidão, das terras devolutas e incultas, a priori, constituía de maneira inequívoca - um projeto impossível.

Não pretendemos ver os povos originários que habitavam a região desde os Campos Gerais, até os Campos de São Pedro do Rio Grande do Sul, como vítimas inermes, rebeldes, ou heróicos resistentes, ou ainda os desaparecidos da história. Entendemos os povos indígenas como sujeitos históricos, como agentes sociais, como devem ser os relatos das ações humanas. O processo evolutivo da ocupação da terra do interior da fronteira sul de São Paulo, vai acontecer paulatinamente pelas migrações e deslocamentos de pessoas das mais diversas origens. Nessa direção, vai se dando a ocupação dos sertões incultos, do vazio demográfico, das terras devolutas como assim eram chamadas pelo governo, e que em realidade, eram os campos, matas e florestas de caça, coleta, pesca, plantio, e de vivência de um grande número de grupos indígenas.<sup>48</sup> A colonização se dá por fluxos onde, independente da

---

<sup>47</sup> MAYO, Carlos. La frontera; Cotidianidad, vida privada y identidad. In: DEVOTO, Fernando y MADERO, Marta.(Orgs.) *Historia de la vida privada en la argentina. País antiguo. De la colonia a 1870*. Buenos Aires: TAURUS, 1999. P. 85.

<sup>48</sup> Sobre o território Kaingang entre o rio Iguçu e o rio Uruguai no Brasil meridional ver FERNANDES, Loureiro. Os Caingangues de Palmas. Arquivo do Museu Paranaense. Vol. 1. Curitiba, Paraná, Junho de 1841. Apud: D'ANGELIS, Wilmar, Et. Alli. *Toldo Chimbangue: História e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: Conselho Missionário Indigenista (CIMI- Regional Sul), 1984, p. 07.

origem étnica, todas as pessoas de forma contínua vão fazendo suas vidas em direção as áreas invadidas, ocupando a terra na medida do possível, e sua morada quase sempre vai ser a cabana de palha independente de serem imigrantes europeus, índios ou mestiços, e, esse fluxo de colonização tem suas similitudes para todos. O processo de colonização em direção as matas e florestas no sul do Brasil deve ser reavaliado em várias nuances, entre outros, as denominações genéricas que são direcionadas a estas populações, assim assinaladas como caboclos, que acabam por traçar um falso perfil dessa colonização, que passa a ser pensada só do ponto de vista da vitoriosa epopéia dos pioneiros, os que conquistaram a floresta, matando os animais selvagens que ai existiam e, entre esses bichos da selva, de acordo com o pensamento colonial e dos povoadores, ...o índio.<sup>49</sup>

As populações que habitam as áreas de mata ou próximas a elas, sofreram e ainda sofrem um enorme estigma de menosprezo e desconsideração, de forma que se usavam algumas expressões para identificá-los dentro dessas condições. Na colônia eram chamados de Cabocolos os índios<sup>50</sup>; e mais tarde, por uma corruptela da expressão cabocolo ou caboco, passam a ser identificados como caboclos os mestiços com os índios. Em 1755, um Alvará Régio de 04 de abril, fora expedido para favorecer os casamentos de índios e não índios, e proibia de tratá-los pelo nome injurioso de Cabocolos.<sup>51</sup> Desta forma, essa população que habita essas áreas é esquecida dentro do processo histórico chamado colonização no Brasil, e passam a ser denominados

---

<sup>49</sup>Sobre isto ver AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 246-247. O médico alemão Robert Avé-Lallemant em viagem pelo sul do Brasil em 1858, da qual deixou um relato, contava o encontro que teve nas matas no caminho de Joinville para Curitiba, com elementos da sociedade nacional, mestiços de índio com branco, em um mundo que chamara de índio-brasileiro e ao ser perguntado por esses últimos, sobre o que faria se encontrasse os ferozes bugres, disse que só atiraria em defesa própria, ao qual retrucaram os ditos nacionais, abanando a cabeça com reprovação – *O bugre é um bicho*. O próprio Avé-Lallemant concluía que o bugre não tem direito algum, porque não reconhece nenhum direito.

<sup>50</sup> Sobre isto ver o relato do viajante Georg Heinrich Von Langsdorff a Desterro em 1803, que dizia “os moradores dos lugares afastados no interior não são somente os mais pobres da Província, como também os que estão mais expostos aos assaltos dos nativos da região e dos índios, que aqui são chamados de gentio brava, povos selvagens ou Cabocolos”. O relato citado esta em HARO, Martinho Afonso Palma de. *Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC; Editora Lunardelli, 1996, p. 164.

<sup>51</sup> Alvará Régio de 04 de Abril de 1755. *Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo*. Volume III. Diversos. 3ª Edição. São Paulo: Tipografia Cardozo Filho, 1913, p. 36-39.

de ‘Caboclos’<sup>52</sup>, como forma pejorativa, e assim, passa a ser a denominação usada até hoje para pensar, índios, mestiços, brancos e negros, qualquer um que se estabelece dentro dessas condições de morada e com usos e costumes acentuados por esse tipo de *modus vivendi*. No entanto essa denominação será evitada nesse trabalho, uma vez que, durante quase todo o século XIX, ela não aparece de forma incisiva na documentação e será utilizada com força a partir do século XX, como avaliação degenerativa de *habitus*<sup>53</sup> e costumes desnecessários ao processo civilizador e eugênico no Brasil.<sup>54</sup>

Depois de discutidos alguns conceitos elementares à pesquisa e investigação, retorno ao objeto de estudo propriamente dito, a problemática envolvente e os objetivos. Em um primeiro momento é necessário discutir a história social das expedições e atividades de guerra, caça e apresamento dos indígenas, através da experiência de seus caçadores, na ótica de uma atividade financiada por colonos, sociedades de colonização e governos provincial e imperial, cuja finalidade estava envolta num processo de ocupação dos lugares de vivência dos indígenas, chamados pelos invasores de povos errantes, que deveriam

---

<sup>52</sup> Paulo Pinheiro Machado em *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias cablocas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, define essa categoria de estudo, a terminologia “Caboclo”, como o habitante pobre dos sertões, segundo o autor sua definição não tem uma conotação étnica (embora sofra uma grande influência dessa), a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural. É bom que se diga que na maioria das vezes o caboclo vai ser entendido como um mestiço de branco com índio, que faz sua morada perto das matas, vive pobremente e mantém certo contato com os indígenas. Ver também SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A Massambu*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988. Duarte Schutel em viagem pelos arredores de Desterro no início da segunda metade do século XIX retrata os habitantes do interior, os ocupantes do sertão em seus costumes em comum. Em minha opinião, o que temos que ter em vista, é que a denominação ‘Cablocos’ é parte de uma construção denominativa desenvolvida dentro e fora do texto escrito, e o que existe de fato, são as populações que possuem um *Habitus* (daí roubando a idéia a Pierre Bordieu), e seus costumes em comum, como pensou Edward Palmer Thompson, (na obra *Costumes em comum*) e, que formam esse caldo sócio-cultural e histórico.

<sup>53</sup> A idéia de *Habitus* aqui entendida é articulada por Pierre Bordieu. Cf. ORTIZ, Renato. *A Sociologia de Pierre Bordieu*. São Paulo: Olho d’Água, 2003, p. 39-73. Neste conjunto de textos de Bordieu encontramos o ensaio *Esboço de uma Teoria da Prática*, ou “Outline of a theory of practice” onde Thompson fez sua leitura do *habitus* de Bordieu, assim pensado como “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança.” Ver THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 90.

<sup>54</sup> Norbert Elias já tratou sobre Sobre o processo civilizador ver ELIAS, Norbert. *El Proceso de La Civilizacion. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.



ser erradicados de seus campos de morada e caça no sertão, permitindo a ocupação pelas frentes de expansão.

No século XIX e já bem adiantado o XX, enquanto se estabeleciam cidades, povoados e vilas, e as vias de ligação entre elas, os povos originários foram submetidos a um processo de invasão, afugentamento e extermínio em alguns casos; aldeamento e escravidão, alianças, negociações e resistência em outros. Uma das investigações que aqui iremos proceder vai ao encontro de um problema central na premissa de que no Brasil a ocupação da terra, com a expulsão e domínio sobre as populações nativas, possui ainda resistência aos processos de soluções de continuidade, tem suas permanências no contemporâneo. Além disso, é preciso também, como nos disse o historiador Carlos Mayo, compreender que as relações nas fronteiras, não vão ser sempre mapeadas, e somente, pelo conflito. “La guerra fue así seguida y aun acompañada por no menos intensos intercambios comerciales y roces sexuales, y el temor, el recelo y el rechazo no fueron la única manera de percibir al otro.”<sup>55</sup>

Queremos também demonstrar o desmonte dos grandes esquemas de migrações, para as pequenas, onde o migrante ocupa, invade, caça e é caçado. A procura dos momentos decisivos para os primeiros anos de guerra aos índios ditos Bravos nessa região, ou seja, aqueles que não se rendem ao colonizador e reagem em defesa de seu território. A formação e atuação de senhores colonizadores e invasores alicerçados em uma guerra imperial de conquista; de indígenas senhores da floresta, senhores do mato e dos campos alicerçados em uma luta de sobrevivência, resistência, negociação, e manutenção do domínio de suas terras.

O lugar da pesquisa, o espaço geográfico da investigação, não se restringe especificamente a um lugar, mas a lugares que se encontravam ao longo da expansão do império luso-brasileiro no planalto meridional, em sua primeira metade do século XIX. Região que inclui em seu sistema de cobertura vegetal, campos nativos, matas de araucária, Mata Atlântica, bosques, capões e faxinais. Região essa que no século XIX vai ser alvo do avanço das fronteiras do Império. É esse lugar que vou utilizar como delimitação do espaço de minha investigação (ver Mapa 1). Não dentro da já antiga e superada visão histórica da vitimização indígena. Temos que procurar compreender a difícil inter-relação multicultural e disciplinar que envolve os caminhos para solucionar essa problemática. Essas relações foram marcadas pelo conflito em muitos casos, pela via bélica e militarizada e eram passíveis de negociações e

---

<sup>55</sup> MAYO, Carlos. Op. Cit. Idem.

alianças. Quero discutir essas relações numa busca da história social que circunda e amálgama todas estas questões, e com as fontes históricas que se abram a este dever para encontrar algumas pistas sobre acontecimentos passados.

Mapa 1 – As províncias meridionais na primeira metade do século XIX com os lugares citados nos documentos da investigação histórica.



Fonte: [www.embrapa.br](http://www.embrapa.br). Adaptação e Criação: SPINA, Tiago. 2012.

A investigação que desenvolvo caminha no sentido de desmontar a idéia fixa de um pioneirismo conquistador, dos heróis conquistadores, de migrantes e colonos desbravadores e heróicos a lutar contra terríveis inimigos- os indígenas. Pretendo discutir a história do Brasil no século

XIX, trazendo as populações originárias – os indígenas, dentro de seu papel histórico no planalto meridional, entender as múltiplas relações que esses protagonizaram diante de um invasor que desejava seu corpo e suas terras. Um povo originário que não é amorfo, nem inerte, que não é massa moldável pelo discurso invasor e ocupacionista. As populações indígenas do Planalto Meridional desenvolveram formas políticas de lutar por seu *modus vivendi* e por seu território.

A problematização das expedições, investigando uma história social dessas e das atividades de guerras e caça que foram lançadas contra os índios, não pode ser evidenciada sem perceber a escravidão e o cativo indígena dentro das leis que se estabeleciam, e sua persistência no século XIX, mesmo diante dessas leis que por vezes a proibiam.

A escravidão e o cativo indígena no século XIX no Brasil meridional não haviam sido evidenciados, e nem mesmo nos séculos anteriores. Embora muitos estudiosos já tinham apontado sua existência, por vezes isso não passava de um ato minoritário diante de um quadro histórico que apontava que os índios não foram escravizados na história do Brasil, e pior, assim não o foram, porque não serviam para o trabalho por ociosos e vagabundos. Longe de querer fazer uma discussão sobre o trabalho indígena, ou o ‘lazer’ indígena, já que tal foi realizado por vários antropólogos, entre eles Pierre Clastres<sup>56</sup>, a partir da publicação da tese de doutorado de John Monteiro, *Negros da terra*, passou a existir um novo marco historiográfico dentro da história indígena. Percebeu-se, que a escravidão era um fato e um ato de várias épocas e, como tal, onde não era possível viabilizar um negócio mais rentável com a compra e venda e o uso da força de trabalho alheia decorrente do tráfico negreiro interatlântico, recorreu-se às expedições de caça e guerra a povos originários, com sua consequente escravização. Foi desmontado o esquema vitorioso do mito do bandeirante heróico e conquistador e a história de São Paulo foi descortinada nua e crua, em sua vergonha mais interior, a expansão com uma guerra de conquista e apresamento dos indígenas, as chamadas bandeiras de preação de indígenas, cujo objetivo final era montar uma forma de produção de bens em São Paulo, a partir de uma mão de obra exclusiva e de acordo com as possibilidades- a indígena. O planalto meridional foi drasticamente despovoado pela ação de diversas bandeiras paulistas, que neste período haviam se especializado na preação de indígenas. Durante o século XIX o termo preação, ou apresamento não é utilizado na documentação e nem mesmo

---

<sup>56</sup> CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Pesquisas de Antropologia Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

a caça, a nomenclatura referia-se a afugentamento, diligência ou escolta, entre outras. Paulo Pinheiro Machado um dos primeiros historiadores a reconhecer a escravidão indígena como uma prática que se desenvolveu até o início do século XX, assim nos diria:

[...] os paulistas aprisionavam indígenas de diferentes nações que iam encontrando pelo caminho. Eram vendidos em São Paulo e capitanias vizinhas. Estas expedições foram mais intensas no período em que os holandeses ocuparam a maior parte do nordeste brasileiro e dos portos de embarque negreiro da Guiné, São Jorge da Mina e Luanda. Porém, mesmo nos períodos subseqüentes e até o início do século XX, sempre foi rotineira a dizimação e escravização dos indígenas, principalmente dos aldeamentos que se situavam nas fronteiras de ocupação dos colonizadores.

A proibição legal da escravidão indígena não impediu nem arrefeceu o ânimo e a disposição dos sertanistas em continuar com tal prática. O gentio da terra continuou a ser escravizado com a elegante denominação de “índios administrados”. A legislação colonial portuguesa permitia que o colono usufruísse do trabalho indígena desde que o mesmo fosse catequizado, este era o processo de “administração” dos indígenas.<sup>57</sup>

De acordo com o historiador, sempre, e inclusive até o início do século XX, foi rotineira a dizimação e a escravização dos indígenas, uma escravização que tinha suas raízes na colônia, e que durante muito tempo era elegantemente tratado como ‘administração dos índios’, como já tinha assinalado John Monteiro em *Negros da terra*. Manuela Carneiro da Cunha estudando a política indigenista no século XIX, em livro intitulado *História dos Índios no Brasil*<sup>58</sup>, cuja publicação em 1992, junto com a posterior publicação de *Negros da terra*, demarcou

---

<sup>57</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. “Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do povoamento do planalto serrano.” In: BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia Maria Fávero (Orgs). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001, p. 13-14.

<sup>58</sup> Sobre as guerras justas ver CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

<sup>58</sup> Idem.

um antes e depois na história indígena, (a partir daí as pesquisas relacionadas com a história dos povos indígenas tiveram um aumento no Brasil), também assinala o século XIX, como uma época que o continuum da escravidão não sofreu soluções nesta continuidade. Todavia a autora enfatize o processo de invasão das terras dos índios, como o que caracterizou esse período, e a escravidão apareceu apenas como uma decorrência disso, e de certa forma minimizada. No Norte do país existem trabalhos que discutem a escravidão indígena no século XIX, como a obra de André Ramos, ao assinalar o mito de que a escravidão indígena havia terminado a partir do Diretório dos Índios publicado pelo Marques de Pombal, em 1755. André mostra que tal não aconteceu com os índios na Amazônia, que continuaram como mão de obra cativa durante o século XIX.<sup>59</sup>

Nessa investigação analiso e revelo a dimensão desta escravidão na primeira metade do século XIX no Planalto Meridional, através de uma multiplicidade de fontes coletadas por mim espalhadas em diversos arquivos, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, que descortinam esse momento com suas peculiaridades, sua estruturação e seus caminhos. Tais objetivos só foram alcançados em função da leitura paleográfica dos documentos inéditos em sua maioria e alguns pouco trabalhados. A leitura completa dos manuscritos é que permitiu compreender este processo. E a pergunta incisivamente colocada é: Por que diante de tantas Leis que proibiam a escravidão e o cativo indígena, ele persistiu durante todo o século XIX e mesmo até o início do século XX? Dentro de uma hipótese já demonstrada por John Manuel Monteiro: “os usos e costumes da terra”; indico através de uma seção transversal, um corte que perpassa essa condição – *a guerra justa*, inserida ulterinamente e embasada dentro de um direito que entendido como natural e, portanto admissível.

A tese foi dividida em cinco capítulos. No Capítulo 1: O trem Real de Guerra, um butim e El Rey; vamos tentar compreender entre os anos de 1809 e 1820, o processo de ocupação dos campos de Guarapuava, tendo como ênfase o contato interétnico entre povoadores e indígenas, na busca de entender em qual conjuntura se deu a tomada das terras dos povos indígenas que viviam nesta região - os Kaingang, e em quais circunstâncias se estabeleceu essa ocupação e a consequente instalação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém dos Campos de Guarapuava. A partir do início do século XIX, analiso a intensificação

---

<sup>59</sup> RAMOS, André R. F. “A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debates”. *Revista de Estudos e Pesquisas*. FUNAI, Brasília, v. 1, nº 1, p. 241-265, jun 2004.

deste povoamento, que além da ação dos homens e mulheres, que ali foram tentar a sua sorte, também teve suas influências marcantes da vontade do Estado Colonial Português e, nesse sentido, compreender as relações fronteiriças que vão se estabelecer.

O segundo Capítulo: De São Paulo, por Santa Catarina até São Pedro. Conflito e cativo indígena nos caminhos do Sul têm por objetivos analisar e compreender a ocupação das terras junto ao chamado Caminho de Tropas, ou o Caminho do Sul, a estrada que conduzia os rebanhos de animais e de produtos como couro, sal e charque dos campos de criação do sul do Brasil Império até a feira de Sorocaba, onde eram vendidos ou trocados por mercadorias tais como tecidos, roupas, aguardente, ferramentas, pólvora e armas. Utilizando fonte documental do período entre 1820 e 1831, das freguesias e vilas que faziam parte da São Paulo Provincial, procura-se analisar este processo de ocupação, que não foi destituído de conflitos com as populações que habitavam as terras a oeste da estrada, os índios Kaingang. Durante esses anos procura-se compreender o processo de guerra e caça a essas populações, desde a Vila de Itapetininga até a Vila de Lages, que em muitos casos foram colocadas em cativo ou mesmo escravidão.

No Capítulo 3 A Expedição, utilizando as fontes localizadas principalmente nas caixas dos documentos sobre Guarapuava, do Arquivo Público de São Paulo, somado à pesquisa nos arquivos de Guarapuava, faço um apanhado das relações entre índios aldeados, índios não aldeados e a população da Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava. Entre outras histórias, as do fortim Atalaia, que virou aldeamento e seus momentos finais e com ele o fim da missão do padre Francisco das Chagas Lima. Nesse contexto sobressai a figura de Vitorino Condá e o início de uma história e um personagem cuja frequência de aparecimento nas fontes seria massivamente maior do que outros; inclusive Presidentes de Província.

O estudo apresentado no Capítulo 4 Guerras e Fronteiras é resultado de uma investigação nos Arquivos Públicos do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Archivo General de La Nación, em Buenos Aires. O que se propõe é uma análise embasada através do estudo das ações de lideranças indígenas, dentro de acontecimentos que acompanham essas lideranças em momentos críticos de sua historicidade, permeados de ações como os assaltos, atentados, e assassinatos. Assim entre *el malón*, uma das formas de combate e resistência indígena em território argentino, e ‘o assalto’, de igual forma em território brasileiro, são comparados na medida em que determinam

escolhas e possíveis caminhos para uma interpretação sobre a História indígena. Durante os anos de 1800, entre os anos da virada para a segunda metade do século XIX, as províncias meridionais brasileiras e as províncias platinas, entre elas Buenos Aires, viviam em um tempo acentuado pelas questões fronteiriças e, principalmente, por fronteiras com as terras indígenas, que eram o alvo de cobiça e conquista tanto por parte de luso-brasileiros ou hispanocriollos. Dentro desta pesquisa, são elencadas algumas lideranças indígenas em suas ações, alianças, estratégias e negociações com a população não indígena. Dentro das escolhas e possibilidades, essas trajetórias em seus momentos críticos são pensadas dentro de um arcabouço que se propõe destituídas de um arquétipo ou padrão de análise, e inseridas como agentes sociais, e de tal forma sujeitos de sua história.

O quinto e último capítulo Leis, terras, Aldeamentos e índios, persegue a trilha das leis publicadas entre 1840 e 1854, e sua relação e importância com as populações indígenas. Durante esse período duas leis foram publicadas nas quais analiso suas relações, influencia e importância com os indígenas. A primeira diretamente relacionada com minha discussão é o chamado Regulamento Geral das Missões, e uma de suas consequências mais imediatas, a criação das Diretorias de Índios. Através da análise e leitura paleográfica dos vários documentos emitidos pelas Diretorias com o governo e com autoridades locais, faço uma apresentação da relação existente entre esta, os povoados e os aldeamentos e as populações indígenas. O mesmo acontece com a lei de terras, e, nesse caso o foco é a luta de Vitorino Condá por suas terras, e a continuação dessa luta por seus filhos, mesmo depois de seu falecimento.

## 1

**O TREM REAL DE GUERRA, UM BUTIM E EL REY****Nas Fronteiras de El Rey, a Guerra é Justa**

No início do século XIX, intensificou-se a colonização dos Campos Gerais de Curitiba e Guarapuava. Este novo povoamento foi uma ação dos homens e mulheres que ali foram tentar a sua sorte, mas também teve suas influências marcantes da vontade do Estado Colonial Português. A partir de 1808, com a chegada da família real à sua principal colônia – o Brasil - em fuga das hostes napoleônicas, intensifica-se uma preocupação com a ocupação do interior, a manutenção das vilas já estabelecidas e a possibilidade de criar novas vilas e novos caminhos e estradas. Também era premente a necessidade de manter abertas as principais rotas de comércio e continuar permitindo o avanço das fronteiras com povoamento da região, favorecido pela estabilidade e crescimento do caminho de Viamão, caminho das tropas que ligava, pelo planalto, as províncias platinas, o antigo Distrito das Missões e a Campanha Gaúcha aos campos de Curitiba e a cidade de Sorocaba, ponto terminal do gado muar tangido desde o sul.<sup>60</sup>

O caminho era instável. Muitas lavouras e estâncias iam se despovoando em decorrência da defesa que as populações indígenas faziam de seu território e, neste sentido, para afugentar, prender e matar os indígenas resistentes, Dom João escreveu uma Carta Régia<sup>61</sup> ao Governador da Capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, onde previa as ordens para o povoamento e desenvolvimento da agricultura e criação de gado, declarava guerra aos índios *bugres* desta região e permitia aos que os tomassem como prisioneiros em guerra que

---

<sup>60</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. “Bugres, Tropeiros e Birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano.” In: BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001, p. 14. Segundo o autor, as capitanias centrais, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro eram os principais consumidores de burros e mulas para o transporte de longo curso realizado por comitivas de cargueiros que trilhavam as mais difíceis picadas.

<sup>61</sup> Cartas Régias eram as correspondências emitidas pelo Governo Real, que indicavam ordens administrativas e gerais e possuíam força de lei.



fossem escravizados e empregados no trabalho para a expansão do país, concedendo sesmarias de terra, de acordo com os gastos e tamanho da empresa de cada um para vencer e submeter os indígenas. Na Carta Régia de 1808, assim proferiam os ditos de *El Rey* para possibilitar o combate aos indígenas:

Amigo. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se acham os Campos Geraes de Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que deságuam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos comprehendidos nos limites dessa Capitania e infestado pelos Indios denominados bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários, que os mesmos paízes tem procurado tomar sesmarias e cultivar-as em benefício do Estado, de maneira tal que em todo o terreno que fica ao oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa de Lagens, a maior parte das fazendas, que estão na dita estrada, se vão despovoando, umas por terem os índios bugres morto os seus moradores, e outras com o temor que sejam igualmente victimas e que até a mesma estrada chega a não ser vadeável, senão para viajantes que vão reunidos em grande número e bem armados, quando antes não havia memória, que os Indios atravessassem a estrada para a parte da serra, e que as fazendas a leste da estrada se consideravam seguras e livres, chegando agora até a atacar o Registro que está em cima da serra no caminho que vai da Villa das Lagens para Santa Catharina, e mostrando-se dispostos a querer atacar a mesma Villa, em cujas visinhanças tem chegado a matar povoadores; e constando-me que os sobreditos campos e terrenos, regados por infinitos rios, são susceptiveis não só da cultura de trigos, cevadas, milho e de todas as plantas cereaes e de pastos para gados, mas de linhos cânhamos e de toda a qualidade de linho, assim como de muitas outras preciosas culturas, além do que se acham no mesmo território terras nitrogenaeas e muitas minas de metais preciosos e de outros não menos interessantes; sendo-me também igualmente presentes os louváveis fructos que tem resultado das

providências dadas contra os Botocudos, e fazendo-se cada dia mais evidente que não há meio algum de civilisar povos bárbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza e lhes faça conhecer os bens da sociedade e avaliar maior e mais solido bem que resulta do exercício das faculdades Moraes do espírito, muito superiores às phisicas e corporaes: tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilisação e o reduzil-os a aldeiar-se, e gosarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meos povos, e até mostrando a experiência quanto inútil é o sistema de guerra defensiva: sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os efeitos da humanidade que com elles tinha mandado praticar ordenar-vos: Em primeiro logar que logo desde o momento em que receberdes esta minha Carta Regia , deveis considerar como principiada a guerra contra estes bárbaros Indios: que deveis organizar em corpos aquelles milicianos de Coritiba e do resto da Capitania de São Paulo que voluntariamente quizerem armar-se contra elles, e com a menor despeza possível da minha Real Fazenda, perseguir os mesmos *Indios infestadores do meu território; procedendo a declarar que todo o miliciano, ou qualquer morador que segurar algum destes Indios, poderá consideral-os por quinze annos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier*; tendo porém vos todo o cuidado em fazer declarar e conhecer entre os mesmos Indios, que aquelles que se quizerem aldeiar e viver debaixo do suave jugo das minhas Leis, cultivando as terras que se lhe approximarem, já não só não ficarão sujeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas serão até considerados como cidadãos livres e vasallos especialmente protegidos por mim, e por minhas Leis (...).<sup>62</sup> (os grifos são meus)

---

<sup>62</sup> Carta Régia do Príncipe Regente Dom João ao Governador da Capitania de São Paulo Antônio José da França e Horta, em 05 de novembro de 1808. *Coleção das Leis do Império*.

Na carta ao Capitão General e Governador da Capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, o Príncipe Regente Dom João VI declara guerra aos índios de toda uma extensa região – a fronteira Sul de São Paulo. Esta guerra é pensada como justa pelo Príncipe, já que, de acordo com o Governo Real, o estado antropofágico e de violência com que seguidas vezes atacavam os vassallos do Reino justificavam uma guerra não mais defensiva e sim ofensiva, com conquista e escravização dos vencidos. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha diria que a ‘guerra justa’ é uma instituição que data das cruzadas, é usada do século XVI ao início do século XVIII no Brasil para dar fundamento à escravização de índios livres e que, ao ser utilizada no século XIX, configurar-se-ia em um arcaísmo<sup>63</sup>. A autora ainda diria que ao ser invocada nessa época faz ressurgir a escravidão indígena que havia sido abolida pelo Diretório Pombalino meio século antes.<sup>64</sup>

Penso ser um equívoco considerar a *guerra justa* um arcaísmo no século XIX. A *guerra justa* não remonta às cruzadas, mas sim aos primeiros séculos do Cristianismo, e já se encontrava na teologia de Santo Agostinho. No medievo está presente nas cruzadas e na filosofia de São Tomás de Aquino e, nas palavras da autora, esteve presente no Brasil desde o século XVI até o XVIII. Mas está também no século XIX. Como que algo arcaico possa estar presente e sobreviver durante tantos séculos? A doutrina da *guerra justa* (*bellum iustum*) considera como ilícita uma guerra que não visa prevenir uma ameaça de mal para o Príncipe (legítima defesa) ou a reparar uma injustiça (injúria) de que o Príncipe ou os seus súditos tenham sido vítimas. Entre as injúrias contra o Príncipe estava a recusa à conversão ao cristianismo e a sua propagação, somado ao fato de exercerem rituais antropofágicos, no caso de populações indígenas.

O entendimento sobre esta temática - a *guerra justa* - é fundamental para entendermos a legalidade ou pseudolegalidade da escravização indígena nas Américas. Antes de me deter especificamente sobre a *guerra justa* declarada por Dom João, o Príncipe Regente em 1808, faço um apanhado sobre os aspectos inerentes a essa guerra justa no Brasil Colonial. Beatriz Perrone-Moisés ao se deter sobre os princípios da legislação indigenista do período Colonial afirma:

---

Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 156-159. Optamos pela manutenção da ortografia original neste e nos demais documentos do período de estudo.

<sup>63</sup> Sobre as guerras justas ver CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. p. 142.

<sup>64</sup> Idem

“*Contraditória, oscilante, hipócrita: são esses os adjetivos empregados de forma unanime, para qualificar a legislação e a política da coroa portuguesa em relação aos povos indígenas do Brasil colonial.*”<sup>65</sup>

Muito desta contradição e hipocrisia estava vinculado a um corte dentro da legislação: de um lado estariam os índios mansos e amigos, livres e aldeados; do outro lado estariam índios bravos e inimigos e, sobre estes, pesava a guerra e o cativoiro. O ‘porém’ desta legislação residia exatamente neste aspecto – a *bellum iustum* despertava interesses sobre uma riqueza que estava interna nas matas e sertões da América Portuguesa, a mão de obra indígena. De um lado, religiosos e uma parte do governo, desejando a catequese, a redução e conversão dos indígenas nos aldeamentos sob seu controle. No outro lado, fazendeiros e colonos buscando a ocupação da terra e a escravização dos índios. A Coroa Portuguesa produziu numerosa e contraditória legislação e, desta forma, pode-se afirmar que o padrão português de políticas indigenistas, neste período, é caracterizado como maleável, ambíguo e casuístico. Mas, volto a insistir, em um corte que acompanhava essa legislação e, neste sentido, não era ambíguo ou contraditório, embora se encerre numa condição hipócrita que já se arrastava desde os primeiros anos do cristianismo: a guerra justificada pela expansão da fé crista, dos domínios do rei e de levar a civilização e a catequese aos índios. Hipócrita, já que escondia seu principal interesse: a mão de obra indígena obtida do cativoiro resultante da guerra.

Para ilustrar melhor essa questão, tomo como exemplo a Lei de 10 de setembro de 1611, no reinado de Felipe III, Rei de Portugal e Espanha (instituiu as Ordenações Filipinas, durante a União Ibérica), com que se pretendeu favorecer os índios sem prejudicar os interesses dos fazendeiros e colonos, porquanto ficou permitido que se escravizassem os índios aprisionados em *guerra justa*, em período não superior a 10 anos. A lei instituiu o que passou a ser chamado de processo de administração dos índios, que tentava normatizar a redução para conversão ao cristianismo nos aldeamentos, mas seu verdadeiro intento era permitir aos moradores, lavradores, colonos e fazendeiros que possuíam plantéis de mão de obra indígena, continuar a dispor dessa força de trabalho e do valor material que daí resultava. Voltando ao teor da lei de 1611, que consegui localizar em sua íntegra nos Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo (publicado

---

<sup>65</sup> PERRONE- MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da.(Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. P. 115.

pelo Arquivo Publico do Estado de São Paulo). Em um relato histórico das leis emanadas pelos reis anteriores, Dom Felipe nos conta que seu primo, o Rei Dom Sebastião, mandou por uma lei, feita em Évora a 20 de março de 1570, para que não se cativassem os índios de maneira alguma, salvo aqueles que fossem tomados em *guerra justa*, que se fizesse com sua licença, ou do governador das ditas partes; e os que salteassem os portugueses, e outros gentios para comerem.<sup>66</sup>

Vinte anos depois, em 1590, nova lei iria reiterar a liberdade dos índios, porém mantém o cativo decorrente de *guerra justa*. O Rei Felipe III, em 1605 determinou “*que em nenhum cazo se podesse os ditos Indios captivar.*”<sup>67</sup> E, em 30 de julho de 1609, “*os declarey a todos por livres, conforme o direyto, e seu nascimento natural.*”<sup>68</sup> Depois desse histórico relatado pelo rei Felipe III de Espanha, o mesmo conclui que as leis de liberdade absoluta que declarou em 1605 e 1609 causaram muitos inconvenientes e, a partir disto, estabelece pela nova lei de 1611 um ‘porém’ para a liberdade dos Índios, o corte na legislação que aponte - a *guerra justa*. Desta maneira, assim determinava o Rei:

Declaro todos os Gentios das ditas partes do Brazil por livres, conforme a direyto, e seu nascimento natural, assim os que já forem baptizados, e reduzidos a nossa Sancta Fé Catholica, como os que ainda viverem como gentios conforme seus ritos, e seremonias, e que todos sejam tratados, e havidos por pessoas livres, como são, sem poderem ser constringidos, a serviço, nem a couza alguma contra sua livre vontade, e as pessoas que delles se servirem, lhe pagarão seu trabalho, assim e da maneyra que são obrigados pagar a todas as mais pessoas livres: *porém* succedendo cazo, que os ditos gentios, movão guerra, Rebellião, e levantamento, fará o Governador do dito estado junta, com o bispo sendo presente, e com o Chanceller, e desembargadores da Relação e todos os Prellados das ordens, que forem presentes no lugar donde se fizer a tal junta; e nella se averiguará se convem, e

---

<sup>66</sup> Cópia da Lei sobre a liberdade do gentio da terra e a guerra que lhe pode fazer de 10 de Setembro de 1611, no governo de sua Majestade Dom Felipe III Rei de Portugal e Espanha. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. V. 1, 3ª edição, 23 de maio de 1822. São Paulo: Cardozo e filho, 1913, APESP, p. 70-79.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem.

He necessário ao bem do Estado, fazerce guerra ao dito Gentio, e se Ella hé justa; e do acento que se tomar, se me dará conta com Rellação das cauzas, que para isso há, e eu as mandar ver, e aprovando, que se deve fazer a guerra, se fará, e serão captivos todos os Gentios que nella se cativarem.<sup>69</sup> (o grifo é meu)

No grifo acima, assinaiei o ‘porém’ para a liberdade dos índios - a *guerra justa*. A lei de 1611 além da escravidão por *guerra justa* estabelecia o processo chamado de administração dos índios que era, antes de tudo, uma forma disfarçada de escravização dos índios. Passados praticamente um século dessa lei, em 1708 nova guerra vai se declarar contra a rebeldia dos índios e, desta vez, as determinações do governo eram rígidas: “*Hey porbem de declarar que não só hão de matar a todos os que lhe resistirem, mas que hão de ser captivos os que selhe renderem, os quaes se venderão em praça publica aos que mais derem por elles.*”<sup>70</sup> Com relação ao processo chamado de administração dos índios, sua continuidade vai ser reiterada em 30 de Agosto de 1727, quando de um parecer do Desembargador e Ouvidor Geral da Capitania de São Paulo, Francisco Galvão da Fonseca, diante dos inúmeros pedidos de liberdade de índios que se criavam na casa dos moradores e viviam sob sua administração. O Ouvidor, em seu parecer, pede pela continuidade deste processo e, em vários artigos, procura dar uma normatização para o que era chamado de ‘administração dos índios’, e para a sua manutenção alega que sem este modo de proceder:

“se segue o destituírem-se os moradores destas Capitanias de gente, com que possam fazer suas lavouras e adiantarem suas grangearias, e na republica se introduzirem ociozos e vagabundos, que não tendo do que viver, tomão vida torpe e ocioza, servindo ao mesmo tempo nem a comúa, nem a utilidade particular.”<sup>71</sup>

Este parecer do Ouvidor para ter validade deveria ser acordado com a cúpula eclesiástica da cidade, o que foi feito no dia 25 de setembro de 1727, assinando com o Ouvidor desde o Governador da Capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, passando

---

<sup>69</sup>Idem, p. 72.

<sup>70</sup>Idem, p. 84.

<sup>71</sup> Idem, p. 85.

pelo Reverendo Jozeph de Vineyros, Reitor do Colégio da Companhia de Jesus, até todos os principais religiosos das demais ordens, e todos em relação a administração dos índios:

“uniforme mente votarão não ter a sua praxe exculpulo algum, eser de grande utilidade ao Sucego da Republica, e único meyo embeneficio dos Indios, e dos moradores, que sepossa achar para a boa administração dos Indios, e aumento desta capitania, e pax das consciências dos seus moradores.”<sup>72</sup>

Os índios e a dita *guerra justa* que era lançada contra eles, como se pode perceber, era uma das grandes questões da America Portuguesa, e também dos religiosos cristãos. Se a *guerra justa* permitia escravizar e matar pessoas, como podia fazer parte dos desígnios de Deus e dos cristãos? Aplicada desde os primeiros anos do cristianismo, a partir do século XV, quando se inicia o processo de conquista dos povos originários da América, torna-se necessário uma rediscussão de seus termos, de se aplicar uma guerra contra os índios da América, que possuísse um amparo doutrinário. Essa resposta, como não poderia ter sido diferente, surgiu dentro da própria igreja através de um dos seus principais juristas e doutrinadores, o Frade Dominicano Francisco de Vitória, mestre e teólogo da Universidade de Salamanca.

Em pleno fervor das discussões sobre os povos originários da América, e a conquista desses povos e terras para os príncipes e reis invasores, Francisco de Vitória atinge o ponto culminante de sua carreira em 1539, quando dá duas conferências *De indis et De jure belli*, destinada a direcionar a invasão promovida pelos espanhóis nas Américas e a guerra contra os povos que aí viviam, denominados pelos europeus de índios. Embora tenha ideia de que estamos falando em nossa pesquisa da América portuguesa e não da América Espanhola, a dimensão das conferências de Francisco de Vitória são analisadas atualmente pelos historiadores do direito como uma obra jurídica, que à época teve uma conotação evidentemente mundial ou, pelo menos, para o mundo cristão que à época se conhecia.<sup>73</sup> Depois dessa explicação necessária, na análise das conferências de Francisco de Vitoria (análise voltada para meu interesse de investigação), pode-se dizer que os índios,

---

<sup>72</sup> Idem, p. 92.

<sup>73</sup> Importante lembrar que o Rei Felipe III de Espanha, autor da Lei de 1611, reinava sobre Portugal (como Felipe II), onde o domínio da família Habsburgo estendeu-se até 1640.

para o Catedrático de Salamanca, não são escravos naturais e sim um povo que exercia um domínio sobre sua terra, porém seu estado de rudeza e inépcia justificaria a origem de direito para submetê-los. Este estado de ignorância e rudeza que à época, segundo os relatos, era pior que a demência, permitiria ao rei que os governasse, ou seja, se descortinava com Francisco de Vitoria, a falta de governo dos índios e, como tal, só podem existir sob o mando do Estado. Instituíam-se a tutela indígena e não convinha ao príncipe que abandonasse o governo desses territórios.<sup>74</sup>

A segunda conferência do Frade dominicano versava sobre o direito da guerra contra os índios, a partir da idéia da *guerra justa*, Francisco de Vitoria passa a discutir sobre várias dúvidas de direito e procedimento na guerra. Entre as dúvidas, uma delas é se era lícito reduzir crianças, inocentes e mulheres ao cativo e a servidão. O frade responde que no caso de guerra, onde é lícito despojar os inocentes de seus bens, é lícito reduzi-los a escravidão porque a liberdade e o cativo se encontram entre os bens da fortuna.<sup>75</sup> É evidente que todas as idéias de Francisco de Vitoria não estão aqui consubstanciadas, mas contribuíram sobre esta rápida digressão que aqui quis fazer sobre a *guerra justa*. Depois disso feito, volto a analisar a guerra declarada por Dom João, em 05 de novembro de 1808.

A Carta Régia de 05 de novembro de 1808 pode ser entendida dentro de sua complexidade jurídica onde uma prática permeada pelo pluralismo e ambiguidade é o que vai induzir quase todas as questões que envolvem o Direito Colonial. Na Carta, quando diz “*infestado pelos Índios denominados bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários, que os mesmos países tem procurado tomar sesmarias e cultivar-as em benefício do Estado*”, o Príncipe regente vê o Estado como o propagador de uma missão civilizacional e o bugre, cuja palavra já serve como pejorativo para denominá-lo de índio ruim, como um índio inimigo que, pelo Direito Colonial, não é visto como parte do Estado e Nação, não forma pessoas ou instituições jurídicas. Os bugres estavam fora do Direito estabelecido para estas mesmas Nações e, por isso, não se considera a sua humanidade e, como inimigo e não humano, estava sujeito a ações ofensivas de captura, destruição, escravidão e eliminação.

---

<sup>74</sup> VITÓRIA, Francisco de. *Os Índios e o direito da guerra: de indis et de jure belli relectiones*. Ijuí: Editora da Unijui, 2006, p. 126.

<sup>75</sup> Idem, p. 148.



A ambiguidade nesse caso se configura nessa aparente contradição, onde no século XIX, teoricamente existia toda a possibilidade aberta a novas linhas jurídicas que surgiam em termos de direitos à liberdade do indivíduo e, numa corrente oposta o homem ainda era escravizado e vendido como mercadoria, não só no Brasil, mas como em qualquer parte do Império Ultramarino Português. Dentro do Direito Colonial, ou seja, imerso na expansão e projeto colonial português, percebe-se que a contradição entre a preservação dos *usos e costumes* das populações não europeias e a “missão civilizacional” que cada uma das potências coloniais – e também Portugal - afirmava prosseguir junto daquelas populações era apenas aparente já que o pluralismo jurídico<sup>76</sup> que caracterizou a paisagem jurídica dos territórios colonizados pelos europeus, era a ferramenta de sustentação para as diversidades e adversidades da empresa colonial, cujas regras que presidiram à sua ordenação, emergiram das práticas sociais das pessoas envolvidas no encontro colonial.<sup>77</sup> Neste sentido, para os operadores dessa missão civilizacional a questão que se colocava era como apoderar-se do butim da *guerra justa*. Se fosse o contrário, a Coroa Portuguesa não teria expulsado os jesuítas do Brasil .

As violências cometidas pelo avanço da civilização eram compreendidas dentro destas clivagens, permitindo aos intelectuais europeus do século XIX, em suas confortáveis salas, explicar aos seus alunos e justificar a matança e a escravidão fora da Europa no século XIX. No caso brasileiro, o Direito Colonial esteve sempre ligado ao Direito Português e, portanto, em sua superfície, constituía-se fora desse pluralismo jurídico das colônias portuguesas na Índia e na África, mas, instintivamente, coexistia com uma prática crivada de pluralidades e

---

76 Sobre o direito colonial e a pluralidade jurídica, no entendimento de como se procede à codificação dos usos e costumes, dentro do projeto de concluir a missão civilizacional, ver SILVA, Cristina Nogueira da. “Codificação de usos e costumes na doutrina colonial portuguesa (séculos XIX-XX).” In: Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, Firenzi, n°s 33-34, t. II, 2004-2005, p. 899-921. Sobre o pluralismo jurídico, constitucionalismo jurídico, e direitos indígenas na América Latina ver FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. “Hitos del reconocimiento del pluralismo jurídico y el derecho indígena en las políticas indigenistas y el constitucionalismo andino”. In: BERRAONDO, Mikel(Org.) Pueblos Indígenas y derechos humanos. Bilbao: Universidade de Deusto, 2006, p. 537-567. Sobre o pluralismo constitucional e jurídico e os direitos dos povos indígenas da América Latina no século XIX ver FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. “A los veinte años del Convenio 169 de la OIT: Balance y retos de implementación de los derechos de los pueblos indígenas en Latinoamérica.” In: \_\_\_\_\_ . *Pueblos Indígenas. Constituciones y reformas políticas en américa latina*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010, p. 9-15.

77 SILVA, Cristina Nogueira da. Codificação de *usos e costumes* na doutrina colonial portuguesa (séculos XIX-XX). Op. Cit., p. 920.

ambiguidades que andavam de mãos dadas com *o uso, o costume, e a praxe* das leis aqui aplicadas.

Voltando à Carta Régia, o projeto de expansão é evidente ao ordenar o Príncipe Regente que ocupem o terreno e dali produzam culturas agrícolas, como o linho de cânhamo, e criem animais, principalmente o gado, desconsiderando os indígenas como nação. Tais terras são pensadas como portuguesas, o Príncipe Regente lembra que os frutos da expansão civilizacional na Capitania de Minas Gerais foram colhidos em função “*das providências dadas contra os Botocudos, e fazendo-se cada dia mais evidente que não há meio algum de civilisar povos bárbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza*”.

Aqui o futuro Rei deixa claro que falta aos índios bugres a humanidade necessária, que são rudes e não possuem competências espirituais e da razão e, referenciando o sucesso da guerra que tinha declarado aos botocudos de Minas Gerais, em maio de 1808<sup>78</sup>, entende que esse sucesso só é possível com a guerra e com medidas severas e como tal deve ser aplicada também aos *bugres que infestavam* os Campos Gerais, os Campos de Guarapuava e toda a estrada que unia São Paulo às Capitanias do sul. A missão da expansão colonial, para o Estado Português, era uma missão civilizatória e, portanto, não se tratava de forma alguma de invasão, ocupação, e destruição de outras nações e povos. O pensamento colonial e sua ordenação jurídica faziam a que todos acreditassem no projeto colonial como uma missão, um dever: o de levar os princípios civilizatórios para povos bárbaros, mesmo que para isso tivesse que se usar de medidas severas. Assim, a sociedade dos portugueses é *doce e pacífica*, e ao mesmo tempo, pode-se aldear e reduzir os *bárbaros* índios para gozarem dos bens permanentes desta sociedade, sob justas e humanas leis que regem os povos portugueses, mesmo que para isso fosse necessária a guerra e as mortes daí advindas.

Na Carta Régia que estamos estudando, Dom João declara a guerra aos bárbaros povos, a “doce e pacífica” sociedade colonial luso-brasileira libera o ‘trem de guerra’<sup>79</sup> português e ordena a guerra aos

---

<sup>78</sup> Carta Régia de 13 de Maio de 1808 de Dom João ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, mandando fazer guerra aos Botocudos que infestavam a província. *Coleção das leis do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 37-41.

<sup>79</sup> Denomina-se “Trem de guerra”, ao conjunto de forças militares cavalaria, infantaria e artilharia que somados a um grande número de soldados eram imbuídos de cumprir uma

índios *bravos*<sup>80</sup>. Atendendo o desejo de ambição, e conquista, com a concessão das terras através da distribuição de “*sesmarias proporcionaes às forças e cabedais dos que assim as quizerem tomar*”<sup>81</sup> e a possibilidade de utilizar-se do trabalho dos indígenas, sejam aldeados ou cativos de guerra com o que, já solucionava em parte o “*simples ônus de as reduzir a cultura particularmente de trigo e mais plantas cereaes, de pastos para os gados, e da essencial cultura dos linhos cânhamos e outras espécies de linho*”<sup>82</sup>. Desta forma, abriam-se os Campos para o povoamento e encaminhava-se o alargamento das fronteiras do Império. Nos anos seguintes os milicianos e tropas de linha dos Campos Gerais, desde Jaguariaíva até Curitiba, organizados em uma grande expedição de combate, invadem a terra que na linguagem das populações indígenas que aí viviam era denominada de Koranbang-rê.<sup>83</sup>

---

missão de conquista e invasão de terras, povos e nações. Quando eram mandados pelo Rei se chamavam o Trem Real de Guerra.

<sup>80</sup> Sobre as categorias de índios no século XIX, os índios mansos e os índios bravos, ver CUNHA, Manuela Carneiro Da. “Política indigenista no século XIX.” *Op. Cit.* p. 136. Segundo a autora, os índios eram vistos como fora dos conceitos de humano e, neste sentido, sua condição estava junto com a dos animais e por isso uma das categorias de índios que encontramos no século XIX eram os bravos e mansos. Os mansos eram os que já tinham sido domesticados e batizados e normalmente viviam nos aldeamentos. Eram vistos como amigos, e os bravos, os inimigos que não tinham sido domesticados e eram pagãos, os índios do mato, da selva, os selvagens, e que em geral eram assim chamados os que estavam nas fronteiras do Império, na medida em que iam sendo encontrados e guerreados. Fato é que no século XIX e já em boa parte do século XX, prevaleceram teorias eugênicas, que colocavam os povos indígenas como seres inferiores e discutia-se sua humanidade ou não. Sobre o pensamento científico do século XIX, e a aceitação dos índios durante longo período da história contemporânea como humanos inferiores em relação principalmente ao biótipo branco, tipicamente europeu ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil(1870-1930).São Paulo: Cia das Letras, 1995. Cf. MONTEIRO, John Manuel. “As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império.” In MAIO, Marcos Chor (org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCb, 1995, p. 15-22. Ainda sobre as categorias de índios, ver também o artigo sobre os Kaingang no Rio Grande do Sul de BRINGMANN, Sandor Fernando. “Fronteiras da inclusão e da exclusão. Reflexos do contato entre os kaingang e as frentes de expansão (séc. XIX).” In: KERN, Arno, SANTOS, M. Cristina dos. GOLIN, Tau. (Org.) *Povos Indígenas*. V. 5 Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> Sobre isto ver MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos índios Kaingang*. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994, p. 25. O autor neste livro conta a história épica dos Kaingang, denominação aceita hoje pela comunidade acadêmica e pelas populações atuais descendentes dos povos indígenas que habitavam a região no século XIX. Segundo o autor, o Koranbang-rê era o nome dado pelos Kaingang aos campos de Guarapuava, literalmente traduzido, significaria clareira grande. As populações Kaingang pertencem ao tronco lingüístico macro Jê, com várias subdivisões, tanto lingüísticas como grupais. Sobre os grupos Jê e sua distribuição pelo sul do

## A Junta da Real Expedição e Conquista dos Campos de Guarapuava

A partir da Carta Régia de novembro de 1808, organiza-se na Capitania de São Paulo, uma Junta formada pelo Capitão-General da Capitania, mais quatro membros deputados para planejar e executar a Conquista dos Campos de Guarapuava, entre eles o Deputado João Vicente da Fonseca, escrivão da mesma Junta, que passaria a se chamar a Junta da Real Expedição e Conquista dos Campos de Guarapuava. João Vicente da Fonseca colocou em livro todas as ordens da respectiva Junta<sup>84</sup>. O livro em questão está identificado como Secretaria do Governo da Província de São Paulo no Fundo destinado as Ordens Régias e Avisos Ministeriais relativos a Real Expedição e Conquista de Guarapuava.<sup>85</sup>

As ordens da Junta foram direcionadas para várias pessoas, principalmente para o Tenente Coronel Comandante do Almoxarife, o Intendente e mais possíveis empregados na Real Expedição, como seus comandantes e oficiais. Entre os membros da junta estava o Presidente da mesma, o Governador da Capitania Antonio José de Franca e Horta, o Inspetor dos Corpos Milicianos da Província, o Tenente-General José de Arouche Toledo Rendon, o escrivão e Deputado João Vicente da Fonseca e os Tenente Coronéis e Deputados João da Costa Ferreira e José Vaz de Carvalho .

Pensar que a conquista dos Campos de Guarapuava seria uma tarefa fácil, onde se reuniriam tropas, ocupar-se-iam os campos e se instalariam as povoações, implicaria em errar mais uma vez na tentativa

---

Brasil podemos ver em NOELLI, Francisco Silva. “O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil.” In: TOMMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004, p. 17.

<sup>84</sup> Tal livro encontrado no Arquivo nacional, após a leitura paleográfica, no que foi possível, já que o mesmo deve ter se molhado em algum momento de sua trajetória nos arquivos, e algumas páginas estavam praticamente ilegíveis, demonstrou-se revelador de um período um pouco ausente de fontes dentro da história do Brasil, o período em que se desenvolveu a Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava.

<sup>85</sup> João Vicente da Fonseca. Deputado escrivão da Junta. Neste livro se achão rubricado por mim aos deputados da Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava, com seus nomes servir para nelle se registrar todos os officios e ordens da mesma dita junta dirigida ao tenente coronel comandante do almoxarife, tesoureiro, intendentes e mais possíveis empregados na dita real expedição, outrossim neste mesmo livro vão registrados os provimentos passados as pessoas empregadas na dita expedição, e conquista. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - *Fundo Registro de Ordem Régias e Avisos Ministeriais relativos à Real Expedição e Conquista de Guarapuava contra os Indios*. – Codice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN) .

de conquista. A tomada destes campos já havia sido tentada fazia quase meio século, entre os anos de 1768 e 1774, no governo do capitão-General Dom Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens reais de Dom José. Foram sete anos de expedições infrutíferas no sentido da conquista. Dom João, através de seu Ministro das Armas, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, iria montar um trem de guerra Real não só para conquistar os Campos de Guarapuava, mas também para honrar o nome de seu avô o rei José, vingando as derrotas sofridas para os índios de Guarapuava no século que havia passado.

Foram no total 11 expedições, sendo que apenas na sexta expedição se logrou chegar aos campos onde em seus ranchos habitavam os povos originários. Em setembro de 1770 uma esquadra de soldados luso-brasileiros liderada pelo Sargento José Lourenço das Neves entram no centro das terras indígenas nos Campos de Guarapuava, no lugar de sua maior amplitude e com maior grau de perigo e risco de vida dada a presença massiva das moradas dos Kaingang. A entrada foi a mando do Tenente Candido Xavier de Almeida, que logo após também chegou aos Campos de Guarapuava. A décima expedição foi capitaneada pelo Comandante Tenente Coronel Afonso Botelho Sampaio e Souza e partiu a 17 de novembro de 1771, deveria ser a expedição final, ou a expedição de conquista e posse (Ver fig. 1). O que não ocorreu, os indígenas se utilizando da estratégia da dissimulação, procuraram se aproximar e demonstrar amizade, mas seu intento era outro: estudar o inimigo, suas armas e sua condição de ataque e defesa. No momento oportuno e gerando o fator surpresa, fazer o ataque. E tal foi o que aconteceu, em um ataque a um grupo que tinha a frente o Capitão Francisco Carneiro Lobo, sendo que esse conseguiu fugir, já que estava a cavalo, a mesma sorte não teve outros sete soldados que morreram em combate. A expedição bateu em retirada dos Campos de Guarapuava no princípio de janeiro de 1772, deixando os caminhos abertos e um contingente de soldados acampados na Serra da Esperança com o Tenente Candido Xavier de Almeida, para uma nova expedição de conquista. A undécima e última expedição saiu comandada mais uma vez pelo tenente Coronel Afonso Botelho em dezembro de 1773, que acampou na Serra da Esperança e expediu uma missão de

Figura 1 - Carta Chorografica que contem a entrada, que mandou fazer o Governador e Capitão General Luís Antonio de Souza, comandada pelo Tenente Coronel Affonso Botelho, em que deseio abaixo os campos de Guarapuava, penetrando até os alojamentos do gentio Xoclan. Desde o mês de novembro de 1771 ate janeiro de 1772.



Fonte: MOREIRA, Júlio Estrela. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá*. Curitiba, Imprensa oficial do Paraná, 1975, p. 936. Apud MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos índios Kaingang. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Op. Cit., p. 113.<sup>86</sup>

<sup>86</sup> Podem-se ver os dois itinerários: o do Tenente Coronel Afonso Botelho e a expedição do Tenente Candido Xavier de Almeida, um saindo de Curitiba e o outro do Porto de Vitória no

reconhecimento com 28 soldados e 63 cavalos, comandada pelo praticante Paulo de Chaves de Almeida e com seus auxiliares mais imediatos, Sebastião Cordeiro da Silva, Marcelino Gomes da Costa e o cabo de milícias Diogo Pinto de Azevedo Portugal. No dia 30 de dezembro, enquanto gravavam em uma árvore as iniciais V. R. P (Viva El Rey de Portugal), foram surpreendidos pelos índios no monte que havia sido denominado nas expedições anteriores de Atalaia e tiveram que fugir em 1º de janeiro de 1774, atravessando o rio Jordão e chegando ao acampamento da Serra da Esperança em 09 de janeiro. Diante da situação, as tropas do Tenente Coronel resolvem mais uma vez bater em retirada, e a conquista dos Campos de Guarapuava seria uma tarefa para os pôsteres.<sup>87</sup>

A Junta da Real Expedição já tinha na experiência durante o governo de Dom José que não poderia cometer os mesmos erros das onze primeiras expedições. O conjunto estrutural para invadir e ocupar os Campos de Guarapuava requeria uma logística de razoáveis proporções, era preciso montar um Trem de Guerra Real com cerca de trezentas pessoas, entre militares, povoadores e empregados, e uma das primeiras providências é o armazenamento de grãos que pudesse abastecer a expedição durante os primeiros meses permitindo, passo a passo, ir ocupando e tomando conta dos campos tão desejados para a criação de gado. A Junta determina ao seu Tesoureiro e Almoxarife, Coronel Manuel Gonçalves Guimarães, a compra dos seguintes viveres:

O Tenente Coronel Manuel Gonçalves Guimarães, e na sua ausência e o capitão Serafim Gonçalves Guimarães, em dinheiro que seus poderes tiverem para comprar a seiscentos e oitenta alqueires de feijão, três mil alqueires de milho, recolhendo-os e acondicionando em seleiros onde sejam servidos sem danificação para serem distribuídos no sustento das pessoas que de onde

---

rio Registro (Iguaçu). Os dois caminhos se encontram na fortaleza de Nossa Senhora do Carmo.

<sup>87</sup> SOUZA, Afonso Botelho de S. Notícia da Conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi na Capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*, V. 76. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, 1956, p. 7-25.

receberão em diligencia para os campos de Guarapuava na conformidade das reais ordens. São Paulo 03 de Março de 1809. <sup>88</sup>

Em março de 1809, já estão sendo armazenados 680 alqueires de feijão e três mil alqueires de milho em celeiros para abastecer as tropas de ocupação. Essa invasão foi pensada e articulada dentro de um plano de atuação. Dom João em nova Carta Régia de 1º de abril de 1809 ao Governador da Capitania de São Paulo, Antonio Jose da Franca e Horta, diz como deve ser executado o povoamento e a expedição, no intuito de civilizar os índios bravos que “*infestavam aquele território*”.<sup>89</sup>

Entre outras determinações de *El Rey*, na carta Régia de 1º de Abril de 1809, elencamos as seguintes: com relação à segurança do povoado, as casas deveriam estar afastadas umas das outras e, se possível, cobertas com telhas de barro, para evitar as flechas incendiárias e, além disso, deveriam estar rodeados por fosso ou trincheiras, esperando com isso manter afastados os índios bravos; os prisioneiros de guerra poderiam ser distribuídos para as tropas que os aprisionassem, podendo escravizá-los por quinze anos; Dom João também assinalava que a expedição deveria ter missionários, para os batismos e orientação espiritual dos índios prisioneiros e aldeados. Com relação à tropa de artilharia, recomendava que usasse canhões de calibre 3<sup>90</sup>, os pobres deveriam ganhar pequenos pedaços de terra devolutas, já que esses não conseguem ter sesmarias. O financiamento do povoamento será pago por um novo imposto com dez anos de duração cobrado no registro de Sorocaba, o valor seria de 200 réis sobre todo gado vacum ou cavalar que passar pelo registro nos primeiros cinco anos e de 100 reis nos últimos cinco. Os criminosos, e criminosas sentenciados ao degredo deveriam ser mandados para Guarapuava para

---

<sup>88</sup> Portaria da Junta da Geral Expedição e Conquista de Guarapuava, e exercida pela mesma, ao Tenente Coronel Manuel Gonçalves Guimarães e, na sua ausência, o Capitão Serafim Gonçalves Guimarães. São Paulo, 3 de março de 1809. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 3. Alqueire era medida de volume empregada para quantificar grãos. Um alqueire poderia variar de 12,5 a 13,8 litros.

<sup>89</sup> Carta Régia de 1º de Abril de 1809 ao Governador de São Paulo Antônio Joseph da Franca e Horta. Aprova o plano de povoar os campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território. *Coleção das Leis do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 36-40.

<sup>90</sup> Não foi possível verificar nas fontes o significado de um canhão de Calibre 3, possivelmente trata-se de um pequeno canhão com projéteis de ferro com diâmetro de 3 polegadas, equivalente aos canhões de 75 mm.



ali cumprirem toda a sua pena, tempo do degredo. A condição de expedição contra os índios, e de lugar que continha certo grau de dificuldade para se viver, fez da Real Expedição o destino de uma grande parte dos condenados ao degredo.<sup>91</sup>

Este plano de povoamento e ocupação, provavelmente arquitetado pela Junta e aprovado pelo Príncipe Regente Dom João e seu Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, foi seguido à risca, conforme passo a demonstrar analisando principalmente as fontes do Arquivo Nacional e também do Arquivo Histórico do Exército, onde pude encontrar as ordens do Conde de Linhares para a Junta da Real Expedição e Conquista dos Campos de Guarapuava.

O mais importante para a arrancada da expedição era o custeio da mesma, que na Carta Regia de 1º de abril de 1809 deveria sair do imposto cobrado no Registro de Sorocaba sobre todo o gado que entrasse ou saísse. A Junta passa então a organizar a administração destes tributos, e autoriza ao Tenente Coronel Antonio Francisco de Aguiar para responsabilizar-se como cobrador e administrador do tributo, podendo receber 6% de tudo o que for cobrado.<sup>92</sup>

Nas Cartas Régias, tanto a de 05 de novembro de 1808, como a de 1º de Abril de 1809, fica claro que os fazendeiros dos Campos Gerais e dos Campos de Curitiba, segundo a visão do Príncipe Regente e da Junta, grandes beneficiários da conquista, deveriam se juntar ao esforço

---

<sup>91</sup> Sobre os degredados de Guarapuava ver FERREIRA JUNIOR, Francisco. *A prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, UFF, 2007. Outro trabalho assaz interessante é o capítulo “Degredados, Castigados e Redimidos” da tese de Doutorado de LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. Tese de Doutorado defendida no Departamento de História da USP, São Paulo, 2006. A autora sobre a pena do degredo afirma: “*Tendo por base as Ordenações Filipinas, a pena de degredo persistiu no Código Criminal Brasileiro, aprovado em 1830. Este último reafirmou uma série de prerrogativas das leis elaboradas durante os governos dos reis Felipes a Portugal e instituiu o degredo como uma das ‘qualidades de pena aplicada a condenados’, os quais poderiam recebê-la em diferentes graus, dentro e fora do Império, por tempos variados.*” (p. 113).

<sup>92</sup> Provimento passado ao Tenente Coronel Antônio Francisco de Aguiar para servir de administrador e recebedor do tributo imposto no Registro de Sorocaba, S.P 19 de Abril de 1809. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 3.

de guerra, com mantimentos, verbas e escravos, ou ainda gente para ocupação e para os mais diversos trabalhos, principalmente na abertura das estradas. Não foi por coincidência que a Junta escolheu para recolher as ofertas dos fazendeiros, um destes beneficiários, o Tenente Coronel Manuel Gonçalves Guimarães:

Tendo sua Alteza Real determinado a conquista e civilização dos índios de Guarapuava e campos da Vacaria em beneficio de seus vassallos nesta conquista, e sendo o mesmo senhor em consideração que sobre todos ficão mais utilizados aquelles proprietarios das fazendas confinantes aos sertoes, habitados, e infectados dos mesmos gentio bárbaro; foi servido determinar no Avizo do primeiro de Abril do corrente anno, dirigido ao Excelentíssimo governador Capitão General Prezidente de tão junta; exigisse dos mesmos proprietarios, sem vexame dos mesmos, alguma contribuição proporcionada as suas facilidades, e as utilidades que a cada hum exultão desta tão importante, como útil e necessaria conquista. E por tanto determina desta Junta ao tenente coronel Manuel Gonçalves Guimaraes como proprietario de fazendas confinantes como zellozo do serviço do mesmo Augusto Soberano comandante a seu cargo receber as offertas que cada hum dos sobreditos proprietarios ainda mesmo quais quer outros bons vassallos de S.A.R quizerem fazer, ou seja em dinheiro, ou em gados, cavallos, bestas e mantimentos [...]

22 de abril de 1809<sup>93</sup>

Como se vê no excerto acima, a oferta poderia ser em dinheiro, gados, cavalos, bestas e mantimentos. Ainda segundo o plano de povoamento e invasão estabelecido pela Junta, pelo Conde de Linhares e por Dom João, a expedição deveria contar com todos os empregados

---

<sup>93</sup> Portaria da Junta dirigida ao Tenente Coronel Manuel Gonçalves Guimarães para tomar a seu cargo receber as ofertas que os povos contribuissem para a conquista de Guarapuava. 22 de abril de 1809. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 1.

necessários ao seu bom funcionamento como um cirurgião, missionários, almoxarife etc. Dessa forma, foi nomeado para Almoxarife, Tesoureiro e pagador geral da Real Expedição de Guarapuava o Major de Milícias, Manoel Antonio Rangel, para cirurgião, Guilherme Ellineor,<sup>94</sup> para 1º Capelão da Expedição, o padre Francisco das Chagas Lima e para 2º capelão, o monge Beneditino Pedro Nolasco.<sup>95</sup> O Ajudante do administrador e recebedor do novo tributo o Tenente Coronel Antonio Francisco de Aguiar será seu filho, o tenente Rafael Tobias de Aguiar.<sup>96</sup>

Ainda dentro do Plano estabelecido na Carta Régia de 1º de Abril de 1809, as pessoas sem estabelecimento fixo, na prática os ditos ociosos e vagabundos, deverão ser arregimentados também para o trabalho<sup>97</sup>. Assim, a população pobre vai ser recrutada para compor as tropas para a expedição, e desde São Paulo são mandados para compor a população de ocupação. O fato que se sucedeu à ordem real foi a reunião meses depois, em Curitiba, de tropas que foram deslocadas para a região dos campos de Guarapuava. Assim, o ano de 1809 foi o momento da chegada de uma enorme expedição com mais de 300 pessoas entre soldados, suas famílias, alguns operários e escravos. O objetivo da expedição era ocupar esses campos abrindo espaço para as fazendas de criação<sup>98</sup>. Porém, para que essas tropas pudessem estar reunidas em Curitiba, era necessário providenciarem-se seus salários, o que foi feito

---

<sup>94</sup> Provimento passado a Manoel Antônio Rangel para servir de almoxarife e thesoureiro e pagador geral da Real Expedição de Guarapuava. Vai receber 240 mil reis por anno por tempo de 3 anos e p. 4. Provimento passado a Guilherme Ellineor para servir na Expedição de Guarapuava o emprego de cirurgião por tempo de tres annos. 12 mil reis por mês durante 3 anos, .S.P 10 maio 1809. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 4.

<sup>95</sup> Provimento passado a Padre Francisco das Chagas Lima para servir de primeiro capelão da Real Expedição e conquista de Guarapuava.[...] com a qual vencera a cônica de dez mil reis por mês. Provimento passado a Frey Pedro Nolasco monge Beneditino para servir de segundo capelão da real Expedição e conquista de Guarapuava. Dez mil reis por mes.S.P 10 de Maio de 1809. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 7.

<sup>96</sup> Provimento passado ao Tenente Rafael Tobias de Aguiar para servir de ajudante do administrador e recebedor de novo tributo imposto no Registro de Sorocaba. São Paulo 17 de maio de 1809. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 7.

<sup>97</sup> Carta Régia de 1º de Abril de 1809 ao Governador de São Paulo Antônio Joseph da Franca e Horta.

<sup>98</sup> MOTA. *Op. Cit.*, p. 125-133.

pela Junta em determinação ao Tenente Coronel Manoel Gonçalves Guimarães:

[...] desde já agradecer-lhes refferido suprimimento; igualmente lhe veja, que sendo de á necessidade o pregar-se a tropa que vão em auxilio da expedição o seo competente soldo, que para Ella entrar, se perciza pelo menos, que V.M haja de remeter e mandar assistir em Curitiba com seis centos mil reis a cada mês até dezembro do corrente anno, tempo em que não só setem calculado certas despezas, que se deverão fazer endiario sustento dos empregados, como tão bem se conheça do verdadeiro rendimento do tributo [...]

Do seo conhecido zello, prestimo, espera esta junta huma prompta resposta, relativa ao segundo suprimimento, para á vista della fazer partir á expedição, dár as ultimas ordens ao seo expressivo commandante em chefe.

São Paulo 12 de Maio de 1809<sup>99</sup>

Seiscentos mil réis por mês até dezembro era o que o Tesoureiro e Almojarife deveria ter à disposição para pagar os soldos da tropa. O missionário e 1º capelão, que acompanhou a expedição, conforme o plano de Dom João, foi o padre Francisco das Chagas Lima que, sobre a conquista de Guarapuava, afirmou:

“A expedição mandada no ano de 1809 para Guarapuava entrou nessa conquista onerada com um trem de guerra assas exorbitante, e tropa de duzentos soldados sem contar o estado maior”.<sup>100</sup>

<sup>99</sup> Da Junta da Real Expedição ao Tenente Coronel Almojarife Manoel Gonçalves Guimarães. São Paulo 12 de Maio de 1809. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 3.

<sup>100</sup> Cf. Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do anno de 1821. Escrito pelo padre Francisco das Chagas Lima. In: Arthur Martins Franco. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Museu Paranaense, 1943, p. 259. O vigário Francisco das Chagas Lima, chegou a Guarapuava, em 17 de junho de 1810, junto com a Real Expedição Colonizadora dos Campos de Guarapuava, onde seria levantado o Fortim Atalaia, o que pode ser considerado o início da povoação portuguesa dos Campos de Guarapuava. O religioso possuía, além das atribuições atinentes e próprias do officio, a tarefa de realizar o registro dos nascimentos, dos batismos, dos casamentos e dos óbitos ocorridos no novo povoamento.

O Padre, Francisco das Chagas Lima era Capelão militar, comum nessas expedições que, como missionário, exercia suas funções na firme idéia de catequizar os índios, trazê-los à civilização e, conseqüentemente, ao trabalho na expedição e nas estâncias.

Pela escolha da Junta, do Conde de Linhares e do Príncipe Regente, o comando da Expedição recairia sobre a figura do Sargento Mor que comandava o Regimento de Cavalaria miliciana de Curitiba - Diogo Pinto de Azevedo Portugal - que recebe o título de Tenente Coronel de Milícias e passa a comandar o Regimento que se forma ordenado por Dom João. Diogo Pinto era um militar experiente nas escaramuças de combate aos indígenas, que já tinha combatido em outras ocasiões. Aos 22 anos de idade, tinha sentado praça em Santos e dois anos depois, quando era Cabo de Esquadra, participou nas expedições do Tenente Coronel Afonso Botelho, estando na última delas, quando teve de bater em retirada. Fazia parte da tropa de Paulo Chaves de Almeida que, debaixo de descarga das armas de fogo, conseguiu resistir às flechas indígenas, saindo em retirada no 1º de janeiro de 1774.<sup>101</sup> Diogo Pinto de Azevedo Portugal já tinha estado naqueles campos, saira derrotado, conhecia os caminhos e lugares, e assim como o governo, tinha contas a ajustar com os índios de Guarapuava.

### **Diogo Pinto de Azevedo Portugal – um velho militar.**

Diogo Pinto nasceu em São Bartolomeu dos Barqueiros, Província da Beira, Portugal, no ano de 1750. Aos 59 anos, é um militar acostumado com a dura disciplina, e com base em sua vivência, era sabedor que para realizar qualquer expedição contra os índios ou que envolvesse adentrar matas fechadas, não poderia estar ausente do contingente dessa o Prático, ou Mateiro como era chamado os guias, os homens que sabiam orientar-se nas matas fechadas, montanhas e serras, e tinham experiência em combates contra indígenas. É dessa forma que o Tenente Coronel em suas primeiras correspondências com a Junta da Real Expedição, deixa claro sua preferência por um destes profissionais

---

<sup>101</sup> SOUZA, Afonso Botelho de S. Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*. Op. Cit., p. 60-69.

em especial: o Prático<sup>102</sup> Sebastião Cordeiro da Silva, como demonstro a seguir:

Tendo prezente nesta junta o officio, que dirigio o tenete coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal commandante da Real Expedição e conquista de Guarapuava na data de 12 de Agosto proximo passado, em que pede a gratificação de doze mil reis por mez, contando the ofim de dezembro do corrente anno para Sebastião Cordeiro da Silva, a quem como homem pratico daquelles campos, havia convocado para o serviço de S.A.R., para guia na picada, e abertura do caminho, bem como as dispozições das primeiras roças em São Felipe por ser dos mais experientes lavradores daquelle continente; e attendendo a mesma junta das vantagens que devem resultar ao adiantamento da Real Expedição o refferido pratico; ordena áo mesmo commandante approvando a mencionada gratificação pelo tempo requerido; recomenda satisfazer pelo almoxarife da Real Expedição, dando conta dos progressos que haveram no decurso do dicto tempo, devida no seo zello. Da mesma forma ficao sciente esta junta, de haver chegado todo o trem a Curitiba, e de que atrás de agosto marchava a primeira columna para São Felipe<sup>103</sup>

Aqui já se revela a importância dos chamados práticos, ou mateiros. O salário que será pago a Sebastião Cordeiro da Silva, 12 mil réis, era mais alto que o salário dos missionários que acompanhavam a expedição e estava muito perto do salário do Major Manoel Antônio Rangel que recebia 15 mil réis por mês, a serem pagos desde o 1º de junho até dezembro de 1809. Este total de 105 mil réis foram pagos antecipadamente e deixados à mulher do Major.<sup>104</sup> No excerto também

<sup>102</sup> Assim se chamavam as pessoas que tinham conhecimento dos caminhos e sabiam se orientar e andar nas matas.

<sup>103</sup> Officio da Junta ao Comandante da Expedição Diogo Pinto de Azevedo Portugal. São Paulo, 07 de setembro de 1809. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo Registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 5.

<sup>104</sup> Officio dirigido ao Coronel Antônio Francisco de Aguiar administrador dos recursos da Real Expedição e Conquista de Guarapuava; em que determina que remete a quantia de 336: 300 reis para pagamento dos nomeados. 09 de setembro de 1809. Secretaria do Governo da

se verifica a partida da expedição de Curitiba, no mês de junho, e que a primeira coluna já se deslocava para o pouso de São Felipe, mapeado ainda nos tempos da expedição de Afonso Botelho. Sebastião Cordeiro da Silva, era o mesmo que nas expedições do Coronel Botelho havia acompanhado Diogo Pinto de Azevedo Portugal, na fatídica expedição da qual já falei anteriormente.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal, utilizando-se da autoridade que lhe permitia nomear e recrutar pessoas para a expedição, assim o fez. Mas muitos dos nomeados, para livrarem-se do serviço militar, ofereciam uma contribuição em animais, o que foi aceito pelo Comandante e encaminhado à Junta. Além disto, o Tenente Coronel desejava abrir um novo caminho para os Campos de Guarapuava que não seguiria o itinerário dos antigos caminhos da expedição de Afonso Botelho:

[...] que tendo nomeado varios officiaes inferiores, e soldados de regimento de cavallaria e milicianos de Curitiba, para marcharem na dita Expedição, destes ofereceram alguns animais para o real serviço da mesma constante da relação que enviava; sendo porem escuzas da referida marcha, que passando a facebellas, e marcar, se propunha a destinados na qual de efectivo serviço, pela necessidade que tinha deles tomando este expediente, por achar dever deminuir o numero dos indeviduos nomeados para factura do caminho, e primeiras roças como participava esperando a aprovação o que se lhe aprova na intelligencia de que as mencionadas escuzas se proporcionarão ao bem da mesma Real Expedição. Da mesma forma se observou o que acompanhava a certidão da camara, e a carta a mesma do Alferes Bernardo José Pinto, encarregado do comando do primeiro detalhe em que mostra, que a entrada de factura do caminho, deve ser feita pelo Campo do Capim, por dizerem os praticos e fragueiros daquelle certão ser a passagem principal da sahida, e entrada do gentio,

e por tal, se supor há caminho mais perto, e direito para os campos gerais de Guarapuava ao que se lhe responda, que fica esta junta persuadida de que a esta hora terão feito o mesmo commandante as necessarias explorações, e picadas, para realizar a lembrança ou parte daquelle Alferes, tendo em vista que o projectado caminho apontado na oitava instrução do seu serviço He o que se acha affecto a Sua Alteza Real.

São Paulo 12 de setembro 1809<sup>105</sup>

Essa mudança no itinerário foi também relatada pelo Tenente Antonio da Rocha Loures da tropa miliciana que acompanhava a expedição que deixou escrito:

Enformo que em 1809, entro a expedição para San Felipe, de Comd<sup>e</sup> em xefe, o tenente coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, trazendo consigo, soldados de 1<sup>o</sup> linha e meliciannos, donde eu tambem fui hum dos que acompanhei, esta deligencia fese o primeiro caminho de San Felipe, acompanhado as estradas antigas de Afonso Botelho, e por que este caminho, era emtranzitave, vendose os prejuizos que avia nos animais que caminhavam por aquele lugar, e conhesendose a distansia que era preciso caminhar, e volta que dava para estes campos, o dito tenente coronel, com os officiais que estavam presentes fizeram ver a junta desta expedição que tinha outro caminho muito melhor, veio ordem para se fazer este por onde esta, depois de se ter feito huma grande despeza pelo primero, quando naquele tempo, que o caminho entrava da fazenda de Guarauna, tivese hum prejuizo grande nos annimais quanto mais aumentando nove o dez leguas de sertao, que ora andase pelo campo, histo

---

<sup>105</sup> Officio deregido ao commandante da Real Expedição e conquista de Guarapuava em que aprova a exclução dos Milicianos que assitirão com animais para a dita expedição; e em que determina sigão pelo Campo do Capim, ao dito commandante e assentista fação vender toda porção de mantimento que de mais tenham comprado. São Paulo 12 de setembro 1809. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 5.



he o que poso emformar com tudo apronteise para comprirem a ordem que lhe foi entimada.<sup>106</sup>

A mudança no caminho era estratégica, os antigos caminhos já tinham demonstrado que eram prejudiciais aos animais, dado as grandes distâncias que tinham de percorrer por lugares quase intransitáveis. Nesse sentido, é que os mateiros, os homens práticos e fragueiros, buscavam uma trajetória que diminuísse estas dificuldades, inclusive seguiam as picadas e caminhos indígenas e suas entradas principais para o campo de Guarapuava. As agruras de uma jornada de guerra eram muitas, enquanto se organizava o material para a instalação das futuras casas do povoado, o 2º Capelão, o monge beneditino Pedro Nolasco, solicita sua saída da Expedição, e o Padre Francisco das Chagas Lima nomeia um novo clérigo para a dura jornada:

[...] Havendo-se a Junta por escuza do exercicio do segundo capellão da expedicao Frey Pedro Nolasco Ordena que o primeiro o padre Francisco das Chagas Lima haja de nomear hum clérigo que tenha os necessarios conhecimentos para seo coadjuntor [...] que visto o cirugião da Real Expedição, se ter comportado melhor nos deveres da sua obrigação esta junta tem por ora sustado a remessa de outro que lhe substitua.<sup>107</sup>

No ano seguinte, em janeiro de 1810, as tropas mais avançadas chegam aos Campos de Guarapuava, os primeiros a entrar foram os da

---

<sup>106</sup> Ofício do capitão Antônio da Rocha Loures Comandante do destacamento e presidio de Guarapuava ao Presidente da Província em 06 de janeiro de 1829. Informando sobre a expedição em 1809 sob o comando do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal da qual também fez parte como tenente miliciano. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 2, documento 17, ordem 987. APESP.

<sup>107</sup> Officio ao commandante da Real expedição em que contém 6 artigos, e no 1º que Assentista faça por os mantimentos 2º em que ordena escuzando o segundo capellao, 3º que o mencionado nome-e hum ajudante 4º em que participa sustada a remessa de outro cirurgião, e em 5º que fica apromptando a pregaria para as cazas, e em 6º que os soldados para o destacamento se fica apromptando as ordens para se remetter. S.P 17 de Janeiro de 1810. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 9.

força regular, comandados por um Tenente das tropas de 1ª linha, como escreveu o Conde de Linhares em correspondência ao Inspetor dos Corpos de Milícia da Capitania de São Paulo, o Tenente-General José de Arouche Toledo Rendon:

Recebi o officio que V.M me dirigio em 5 do corrente, que não deixarei de levar a presença de S.A.R o príncipe Regente Nosso Senhor, e muito agradeço a bella noticia que me da de principio da estrada de campos da Guarapuava, e da belleza dos mesmos , o que espero justifique a grande Idea de S.A.R de reiniciar a tentativa principiada no reinado do seu grande avo e Senhor Rey D. José o 1º de gloriosa memória.

Muito estimo a ação do tenente da legião, comandante da tropa de Linha, que primeiro entrou no campo, o que só senti foi que o general o mandasse retirar, pois S.A.R a manda novamente restituir ao mesmo serviço, onde pode ser-lhe muito útil.

Igualmente desejarei que o seu governador o mande aos mesmos campos, acompanhado de algum engenheiro, e do diretor de agricultura, que foi nomeado para os campos afim que se reconheção os meios mais promptos , e seguros de adiantar a civilização dos Indios, de promover a povoação, de fazer estabelecer fazendas de criação, de que resulte o conhecer-se logo a utilidade, que se poderá tirar dos mesmos campos em breve tempo.

26 de Fevereiro de 1810 – Conde de Linhares<sup>108</sup>

O Conde de Linhares felicita ao Inspetor dos Corpos de Milícia da Capitania de São Paulo e Deputado membro da Junta da Expedição e Conquista dos Campos de Guarapuava, José de Arouche Toledo Rendon, pelo início da abertura da estrada para os campos de Guarapuava e a chegada nestes do Tenente comandante de uma tropa de 1ª linha, o primeiro que entrou no campo. Dessa forma como escreveu o

---

<sup>108</sup> Conde de Linhares para José Arouche de Toledo Rendon em 26 de Fevereiro de 1810. Livros da Secretaria do Estado com as ordens do Conde de Linhares dos capitães generais e conselheiros das províncias do Brasil. Capitania de São Paulo 1808 – 1813 – N. 1 – Arquivo Histórico do Exército, p. 130.

Conde de Linhares e Ministro da Guerra ficava reiniciado a tentativa principiada no reinado do seu grande avô Rei D. José o 1º de gloriosa memória, da conquista dos Campos de Guarapuava. Mas, dessa vez, não se tratava apenas de um contingente pequeno, tratava-se do Trem de Guerra Real, e as estratégias eram diferenciadas, a partir de um acampamento que ficava no pouso chamado em São Felípe, lançou-se outro, onde deveria estacionar o novo quartel, um lugar chamado Campo do Capim, como escreveu a Junta da Real Expedição, em ordem ao comandante Diogo Pinto:

Sendo lida nesta Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava a carta que lhe dirigio na data de 14 de Janeiro proximo passado o tenente coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal commandante da mesma em que se representa as dificuldades que se encontrarão ate sair nos campos de Guarapuava, pelo antigo caminho de que havia tradição, chegando a disquartinar que ou metade seguindo o resto em piquado, calculando toda elle em trinta e tantas leguas de sertão quazi intransitavel pela sua sentida falta de pastos, [...] das pessoas a quem o mesmo commandante encarregou esta importante deligencia.

Apos que os mesmos igualmente certos que regressando os referidos empregados daquelles descobertos campos por uma nova picada ou trilha do gentio, de saída aos campos denominados do Capim, de que já alguns fragueiros e praticos daquelles certos havia dado noticia, acharão hum bom caminho cheio de excellentes pastos, e rincões bem tranzitavel e cômodo, na distancia da metade do que se acabava de explorar, e a rumo direito com todas aquellas vantagens que se esperão a melhor sorte desta importante expedição como certificam-se aquelles empregados, protesta de a despeza do primeiro caminho não obstante a despeza que com elle se tem feito; e certificando que seja menor a que se houver de fazer em todo segundo, ainda mesmo da que for necessária para acabar o primeiro. A vista de tao ponderosas reflexçoens e reconhecidas vantagens. Se ordena ao referido tenente coronel commandante que logo que

receber a presente ordem, e sem a mais pequena exitação faça mudar o quartel de Sao Felipe para o melhor passo do Campo do Capim, todo o trem da expedição, e a gente para a factura do novo caminho deste campo para os de Guarapuava. Seguindo a picada de Gentio. São Paulo 6 de Fevereiro 1810<sup>109</sup>

Os práticos e fragueiros já tinham dado a notícia de uma nova picada, ou trilha de gentio, acharam o caminho com bons pastos, mais transitável que tinha saída no campo do Capim. Era necessário, de acordo com a Junta, transferir o acampamento do trem real de guerra para esta nova entrada aos campos de Guarapuava. Em relação aos empregados na expedição, existiam os recrutados à força para o serviço militar, mas existiam também pessoas voluntárias, em geral famílias que por algum motivo econômico ou de subsistência viam na expedição uma possibilidade melhor de sobrevivência, como foi o caso de José da Silva Guimarães:

[...] Circunstâncias que o habilitao para continuar o real serviço de sua alteza, e ser útil na quella conquista. Deste fim se offerece a vossa excelencia, e aos mais senhores deputados, o de seja servido de interprete, o beneficio da communicação, e commercio com os mesmos Bugres; ou em qualquer outro Emprego, e occupação que for precisa na mencionada Conquista com aquella penção mençal, que V. excelencia e os mais senhores deputados julgarem competente ao exercicio do emprego, e risco de vida a que o suplicante vai expor-se com um casal de filhos, e cinco escravos para com estes pequenos braços dar principio do seu estabelecimento naquelle remoto certão.

Despacho: cedido ao suplicante pelo Emprego de Interprete da Lingua dos Bugres dos

---

<sup>109</sup> Ordem ao commandante da Real expedição, para que faça mudar o quartel de São Felipe para o melhor passo do campo do Capim, e o mais que nela se declara. São Paulo, 6 de fevereiro de 1810. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 12.

Campos de Guarapuava a quantia de quatro mil, e oito centos reis por mes contados desde o dia da sua marcha.

São Paulo 27 de fevereiro de 1810<sup>110</sup>

José da Silva Guimarães solicita um emprego na expedição, preferencialmente o de intérprete para o comércio e a comunicação com os índios, ou qualquer outro emprego, com algum salário mensal já que, de acordo com o suplicante, ele e sua esposa, mais um casal de filhos, e seus cinco escravos correriam risco de vida, mas mesmo assim gostaria de dar início a um estabelecimento naquele remoto sertão. Entre os meses de fevereiro ate o início de julho, existiu um silêncio nas comunicações sobre a expedição, do qual o Conde de Linhares solicitou informações ao Governador de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta:

Havendo já passado alguns mezes, sem que V.S de conta do estado em que se acha a Expedição dos Campos de Guarapuava, que S.M.R o Principe Regente N.S tanto tem mandar recomendar a V.S, e de que V.S<sup>a</sup> deveria ter dado conta ao menos todos os mezes; He S.A.R servido que V.S<sup>a</sup> informe logo dos motivos deste silencio, e dê conta de tudo o que se tem obrado, e do estado em que se acha a mesma Expedição, não só referindo o que setem avançado no terreno que se vai explorando, mas fazendo conhecer as sementeiras e rossas, que se tem preparado para o sustento dos Exploradores, o que tem rendido os fundos destinados para Expedição, e se os mesmos são sufficientes; e igualmente o que setem encontrado de Indios, e o que contar da sua índole, e estado de Civilisação, espero que V.S<sup>a</sup> senão descuide em cumprir esta reaes ordens, que tenho a honra de lhe dirirgir.

Rio de Janeiro em 6 de Julho de 1810 <sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> Requerimento feito por José da Silva Guimarães á Junta da Real Expedição na qual pede, se lhe arbitre hum emprego para se estabelecer nos campos de Guarapuava, persebendo a pensão mensal que a mesma junta achar justa. São Paulo, 27 de fevereiro de 1810. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 24.

<sup>111</sup> Conde de Linhares para o Governador Antônio José da Franca e Horta. 06 de julho de 1810. Livros da Secretaria do Estado com as ordens do Conde de Linhares dos Capitães Generais e

Este silêncio nas comunicações, provavelmente, estava vinculado à mudança do acampamento, que a essa época se chamava abarracamento. No mês de junho de 1810, o trem de guerra real já estava abarracado no campo do Capim. Foi dado a este novo abarracamento o nome de Linhares, em homenagem ao Ministro da Guerra, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares. No início de junho, o Comandante mais uma comitiva adentram os campos de Guarapuava, entre eles o missionário Francisco das Chagas Lima, que assim escreveu em suas memórias sobre este momento:

Reconhecido e aberto o caminho, marchou a Expedição a 10 de junho de 1810, e sem oposição do gentio chegou aos campos no dia 17 do dito mês, ás 10 horas da manhã. Levou oito dias o reconhecimento, e se fez até a distância de 10 leguas, e não se tendo encontrado habitante, passou-se a fundar, da parte d'alem do rio Coutinho, a povoação da Atalaia, nome que proveio de se ter erigido a primeira obra desta qualidade, com a elevação de 40 palmos, sobre quatro esteios, de onde a sentinella podia descobrir grande extensão do campo.<sup>112</sup>

A história pode ser uma dama loureira, como assim a denominou o bruxo do Cosme Velho- Machado de Assis, no capítulo “O delírio” de sua obra prima, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*<sup>113</sup>. Esta história dos vencedores e suas façanhas heróicas, procura mostrar o excerto acima como o momento fundador de Guarapuava, e Diogo Pinto de Azevedo Portugal como o principal protagonista e Francisco das Chagas Lima como primeiro coadjuvante, e assim se iniciava uma era. É evidente que para Francisco das Chagas Lima, em suas memórias, este é o seu momento de descoberta dos campos, mas, como já demonstrei aqui, essa entrada nos campos era apenas mais uma de muitas que já tinham acontecido. Em relação à fundação do povoado em Atalaia, tal não vai acontecer de imediato, e nem depois, já que Atalaia após 1820 com a

---

Conselheiros das Províncias do Brasil. Capitania de São Paulo, 1808 – 1813 – N. 1 – Arquivo Histórico do Exército, p. 144.

<sup>112</sup> LIMA, Francisco das Chagas. “Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava”. *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo IV, nº13. Rio de Janeiro: Typografia de João Ignácio da Silva, 1842, p. 45.

<sup>113</sup> MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 1997, p. 17.

ereção da Freguesia de Guarapuava a uma légua e meia, seria apenas fortim e aldeamento, e, tudo indica que antes de 17 de junho de 1810, havia no local (dado a entrada das tropas de 1ª linha, já em janeiro de 1810) algum tipo de abarracamento.

O Missionário Chagas também nos diz que passaram a denominar o monte, onde se ergueria o fortim e o posto de sentinela, com a palavra ‘Atalaia’ que significa ponto elevado de onde se vigia. Ora, esta denominação vinha desde os tempos da expedição de Afonso Botelho, e Diogo Pinto de Azevedo Portugal ali já tinha estado. E, em relação a esse, pode-se dizer que não tinha exatamente boas lembranças do monte Atalaia, (teve que bater em retirada e, com risco de perder a vida, em 1774) e durante os próximos anos, o velho Comandante vai realizar talvez sua maior guerra, a vontade de instalar a povoação em Linhares (um dos abarracamentos da expedição onde provavelmente estavam as terras e a família de Diogo Pinto), vontade que só vai cessar em 1820, quando morre aos 70 anos de idade, ainda lutando para juntar gente e montar o povoado, enquanto que a Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava havia sido fundada em 1819 pelo Padre Francisco das Chagas Lima e o Tenente Comandante de Atalaia Antonio da Rocha Loures. Uma determinada historiografia instituiu o mito fundador de Guarapuava no dia 17 de junho de 1810, e se erigiu em praça pública uma estátua de Diogo Pinto de Azevedo Portugal montado sobre um cavalo, como símbolo maior deste momento, porém como demonstro nas páginas que seguem, esta alegoria deixa de fazer sentido ao se revelar que os alicerces da atual cidade de Guarapuava foram colocados pela iniciativa do Padre Chagas e do então Tenente Loures e inclusive contrariando a vontade de Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Em junho de 1810, a primeira tropa de milicianos que vai abarracar no lugar chamado Atalaia, será a tropa do Tenente Antonio da Rocha Loures. Iniciam-se duas histórias, a da família Loures e a do fortim Atalaia, é nele também que vai estar o primeiro aldeamento indígena dos campos de Guarapuava. As terras deste aldeamento em 1818 seriam doadas como sesmaria para os indígenas por Dom João.<sup>114</sup>

---

114 D. Mateus de Abreu Pereira. Carta de Sesmaria pela qual V. Exa. S. A. R. Concede os Terrenos Compreendidos entre os Rios Coutinho e Lageado Grande nos Campos de Guarapuava. (cópia). Guarapuava: ACMG, coleção SC, 1818. Cf. LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo IV, nº13. Rio de Janeiro: typografia de João Ignácio da Silva, 1842, p. 49. Esta Carta de Sesmaria se encontra no Arquivo Histórico- UNICENTRO- Guarapuava, no site [http://orbita.starmedia.com/marcos\\_ae/guarapuava/documentos.html](http://orbita.starmedia.com/marcos_ae/guarapuava/documentos.html)

No dia 25 de agosto de 1810, o fortim é visitado pelos indígenas, que chegam de forma amigável, permanecendo três dias junto ao destacamento comandado pelo tenente Antonio da Rocha Loures. No dia 29 de agosto de 1810, os índios retornariam, mas dessa vez como inimigos atacando o fortim, conforme declarou, em parte a Junta da Expedição, o Tenente Loures:

[...] da parte de haver concluído o novo caminho e chegado aos campos de Guarapuava, mostrando o mappa de diversas explorações que se tenha feito abarracando-se na paragem chamada Atalaya bem como da primeira amigável vizita que fizeram os Bugres ao Destacamento abarracado por espaço de tres dias mostrando todas as demostraçoens de pas e amizade como os camaradas aly destacados, e aonde tornaram em dia vinte e nove mas já como inimigos atacando o mesmo destacamento, e lançando fogo dos Ranchos e frechando dous homens, como se ve da parte que deu o tenente commandante Antonio da Rocha Loures [...] exige outra povoação, para diante havendo fortificar-se de tal sorte que os bugres não possam chegar com a facilidade com que deram o primeiro assalto, tendo prontas as pessos da artilharia em todos os estabelecimentos, e acçoens para o que conservará o numero de duzentos soldados prontos, entre milicianos e pedrestes da ordenança da villas de Curitiba, e as mais a quem nesta decazião se espedem as competentes ordens. São Paulo 28 de setembro de 1810<sup>115</sup>

Como se vê no excerto anterior, o ataque foi repellido pelas forças do destacamento, resultando desse, apenas duas baixas, dois soldados feridos por flecha, embora alguns barracões que serviam de alojamento e armazém fossem incendiados. De acordo com a Junta, o êxito só havia

---

<sup>115</sup> Offício ao commandante da Real Expedição na qual determina haja de estabelecer a povoação na pasagem Atalaya. E em que mais participa a hida do Coronel Inspector das Milicias para os Campos de Guarapuava. E incluzo vai a relação da Cinquilaria que remete. São Paulo, 28 de setembro de 1810. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 25.



sido alcançado pelas medidas de segurança que já havia tomado o Tenente Loures, como a construção de paliçadas e fossos.<sup>116</sup>

No mês de setembro, a Junta da Expedição, diante dos fatos, não hesita em determinar ao Comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal a imediata mudança de todo o trem real com os 200 soldados e mais peças de artilharia para o lugar chamado Atalaia, onde deveriam abarracar e levantar o povoado, e caso os índios voltassem em paz bastaria *“agradalos debaixo de toda cautela, e vigilancia sendo a povoação estabelecida bem fortificada e arranjada se não animarão a atacalla como fizeram ao pequeno abarracamento da Atalaya.”*<sup>117</sup> Neste momento se estabelecia uma grande diferença em relação às expedições de Afonso Botelho, ao ataque indígena não se enfraqueciam as forças, ainda existia todo um trem de guerra para ser deslocado até o lugar chamado Atalaia, e onde deveria ser erigido o novo povoado. Um dos fazendeiros mais ricos da região o Sargento Mor José Felix da Silva dono da fazenda Fortaleza, contribui com 30 bestas, dez alqueires de feijão e 100 bois, oferecidos para ajudar a conduzir o trem da Real Expedição ao quartel de Guarapuava. Dom João determina ao Inspetor dos Corpos de Milícia e Deputado da Junta, o Tenente General José de Arouche Toledo Rendon, que vá ele mesmo até os campos de Guarapuava e tome providências para que se adiante o povoado e a civilização dos indígenas.<sup>118</sup> Em novembro de 1810, Diogo Pinto de Azevedo Portugal e o trem de guerra já estão instalados em Atalaia. Ficava configurada uma linha de destacamentos que começava na Serra da Esperança, no antigo pouso de São Felipe, depois em Linhares, e por final o fortim Atalaia, de tal modo que impossibilitava uma maior resposta em termos de ataque por parte dos povos originários. O Comandante comunicava à Junta, da segurança em que se achavam os abarracamentos de Guarapuava, Esperança e Linhares, destarte a morte de dois soldados, entre eles o irmão do comandante do fortim Atalaia, o soldado José da Rocha Loures, morto pelos indígenas ao transportar gado e mantimentos de Linhares para Atalaia, como se vê na comunicação da junta com o comandante Diogo Pinto:

[...] 11,15, e 17 de Novembro do corrente anno, sobre o seu conteudo tem a responder-lhe, que fica sertã da segurança em que

---

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Ibidem

<sup>118</sup> Ibidem.

se acha os abarracamentos do campo de Guarapuava, da Esperança e Linhares, e da pronta resposta que fica a dar aos officios ultimamente recebidos desta Junta do infelis acontecimento da morte do cabo miliciano Justo de Souza Bueno julgando se sem culpa alguma o soldado miliciano Daniel da Silva que concorreu para Ella, primo, e intimo amigo do falecido pela escrupulosas indagações a que procedendo mesmo tenente coronel commandante, e vos publica de tao involuntario susseço da morte do soldado Jose da Rocha Loures que foi assassinado por tres bugres, que em selada esperarão a condução do gado e mantimentos que se levava para o abarracamento, avisto pela pouca cautela do mesmo camarada, se adiantar dos mais expondo-se como de facto se expos a hum semelhante acontecimento. São Paulo 20 de dezembro 1810<sup>119</sup>

De acordo com a Junta, a morte de José da Rocha Loures foi causada por sua imprudência ao afastar-se da comitiva e percorrer sozinho os caminhos. Isso indica, de fato, o risco de vida que se corria na expedição. Tal risco de vida justificava um melhor salário, pelo menos assim devem ter pensado os dois missionários da expedição, que passaram a requerer aumento de soldo, já que o pratico Sebastião Cordeiro da Silva recebia mais do que eles. A Junta assim respondeu ao pedido dos Capelães da Expedição:

Que atendo esta Junta a representação que lhe faz o padre Francisco das Chagas Lima, vigario, e primeiro capellão da Real Expedição, e dos conhecidos bons serviços em que se tem empregado, no espaço de dezoito mezes, com honorário de dez mil reis cada um que mal lhe tem chegado para a sua decente subsistencia, se ordena ao commanadante em chefe lhe mande pagar a congrua de duzentos mil reis por anno

---

<sup>119</sup> Comunicação da morte de dois soldados, entre eles o irmão do Tenente Antônio da Rocha Loures, José da Rocha Loures. São Paulo 20 de dezembro de 1810. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 33.

com o vencimento do 1º de Janeiro desta em diante; e bem assim ao segundo capellao Antonio Texeira Camelo, na conformidadae da provizao incluza enquanto esta junta não mandar o contrario. Da mesma forma sendo atendiveis os bons serviços, que tem feito á Real Expedição o pratico Sebastião Cordeiro da Silva se lhe continue a mesma gratificação de doze mil reis menças durante o tempo que o commandante lhe mandar pagar.<sup>120</sup>

A Junta aceitou a representação dos missionários, até porque a experiência já tinha demonstrado, conforme aconteceu com a expedição de Afonso Botelho quando o padre abandonou a mesma, que tal fato poderia trazer graves consequências para o ânimo dos povoadores formada principalmente pelos milicianos e suas famílias, como o tenente Antonio da Rocha Loures, que ali estava com mulher e muitos filhos. A Junta aceita pagar um soldo para os Capellães, igual ao que recebia o Comandante da Expedição, ninguém menos que o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Este fato indicava que o Padre Francisco das Chagas Lima passava a exercer um poder importante na Expedição. Com relação ao vencimento do práctico Sebastião Cordeiro da Silva, a junta determinou que se continuasse a pagar seus vencimentos pelo bom serviço que tem prestado, enquanto o tempo que o comandante lhe quiser pagar. Sebastião Cordeiro da Silva era dos homens de maior confiança do Tenente Coronel Diogo Pinto, ao que indicam as fontes. Neste sentido, o Comandante ia sentir um duro golpe quando a Junta determinou a demissão de Sebastião Cordeiro e sua substituição pelo Tenente Manoel Soares do Valle, como podemos observar:

---

<sup>120</sup> Officio ao commandante no qual se determina que a povoação seja no campo do verde, e que de 1º Janeiro em diante pague ao 1º Capellão Francisco das Chagas a congrua de 200 mil reis por anno, e incluza a dita do 2º Capellao, e se continue a pagar o soldo do práctico Sebastião Cordeiro da Silva. São Paulo 12 de Janeiro 1811. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 38.

Sendo presentes nesta Junta os officios, que ultimamente the remetteo o tenente coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal nas datas de 30 e hum de Abril, e doze de Julho proximo passado [...]

[...], pela qual resposta, isto que toda a força da Real Expedição, deve assentar-se na projectada Povoação, para se empregar nos detalhes do seo augmento.

Que como esta Junta esta sciente pelas diversas participações que tem de que a nova Povoação apenas se acha riscada no lugar denominado Atalaya com madeira cortado para os seos edeficios, e alguns monjolllos, e roça de mantimentos, e com muito pouco adiantamento ate o fim de Junho, como participa o mesmo commandante na data de 12 de julho, tudo por causa dos serviços das roças; ultima exploração que ocupou muita gente, e mesmo pelo embaraço do invernozo tempo, que tem havido, Mande lembrar ao mesmo commandante, que em consequencia[...] que sabendo esta junta da eficiencia do pratico Sebastião Cordeiro, houve por bem nomear em seo lugar ao tenente Manoel Soares do Valle, a quem o mesmo commandante encarregará a exploração dos campos, pela pratica, que tem deste exercicio, e tudo o mais que o seo conhecimento permitir, para augmento da povoação, vem sendo neste emprego o mesmo ordenado mensal de 12 mil reis, que vencia o dito pratico Sebastião Cordeiro.

São Paulo 30 de Agosto 1811<sup>121</sup>

Em agosto de 1811, a povoação ainda estava apenas riscada no lugar onde deveria ser implantada, como se vê na citação, com apenas a madeira cortada para as edificações e alguns moedores de grãos e roça

---

121 Ordem ao commandante da Expedição para que faça reunir os generos, que se achão repartidos pelos diferentes armazens, a hum só, que deverá ser na nova Povoação, e em que mais ordens, que a nova povoação se estabeleça muy proximo a este; e em que mais escuza ao pratico Sebastiao Cordeiro da Silva nomeado em seo lugar ao tenente Manoel Soares do Valle. São Paulo 30 de Agosto 1811. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Indios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 41.

de mantimentos. O Comandante, além de substituir seu prático de confiança, deveria também reunir todos os armazéns dos abarracamentos em um só, próximo ao destacamento de Atalaia e o mais perto possível do novo povoado, e que todas as forças deveria estar concentradas neste lugar. Além disso, no mês seguinte, a 08 de outubro de 1811, a Junta daria uma reprimenda no Comandante Diogo Pinto pela forma violenta que, no mês de maio, teria tomado 60 bois da internada de Joaquim Barbosa Leite, ao qual foi mandado restituir a quantia respectiva ao valor do prejuízo.<sup>122</sup> No mesmo mês de outubro, o Cirurgião Mor dava parte à Junta das moléstias do Comandante Diogo Pinto. Para o restabelecimento deste deveria estar em Linhares, onde poderia se prover melhor de alimentos necessários para o tratamento que, por ora, ainda não existiam em Atalaia, lugar onde deveria residir o comandante.

[...] a participação da cirurgia mor da Real Expedição de Guarapuava das moléstias de que ultimamente foi acometido o tenente coronel commandante da mesma Real expedição Diogo Pinto de Azevedo Portugal. E attendendo por huma parte ou não haver ainda por óra na nova povoação de Atalaia a onde actualmente he obrigado a rezider o dito commandante todos os socorros necessarios de alimentos vegetais, e animais, que possa facilitar o seo melhoramento como he em Linhares mais proximo do povoado, e por outra o atrazo que pode haver na dita povoação com a sua falta, huma vês que se lhe agrave a sua moléstia.

Nesta mesma occasiao se ordena ao mencionado commandante, possa vir residir no lugar de Linhares por tempo de tres a quarto mezes.<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> Ordem ao commandante da Expedição na qual manda pagar a Joaquim Barbosa Leite a quantia de 276 \$ reis por meio de 60 bois que assitio para a mesma expedição. São Paulo 08 de Outubro de 1811. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 52.

<sup>123</sup> Participação ao Doutor ouvidor da Comarca de Paranaguá, para que de comum acordo com o comandante da Expedição mor faça lhe substituir o seo lugar interinamente enquanto o dito Comandante vem residir em Linhares para restabelecimento da sua saúde. São Paulo 15 de Outubro de 1811. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 53.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal durante um tempo de quatro meses ficaria residindo em Linhares, onde estaria mais bem provido de alimentos vegetais e animais, segundo o cirurgião. Pelo que se pode deduzir era em Linhares que o Comandante da expedição tinha suas roças e seus animais e empregados, e muito provavelmente onde estava sua família.

No ano seguinte, já em março de 1812, nem o soldo de 200 mil réis por ano animou o 2º Capelão Antonio Teixeira Camelo, que já tinha substituído ao Frei beneditino Pedro Nolasco e, após ficar doente, em carta à Junta da Expedição suplica a sua demissão, que é aceita pela Junta determinando que outro fosse nomeado em seu lugar.<sup>124</sup> Mas os trabalhos de cooptação de indígenas continuavam, a Real Expedição comprou três índios para servirem de interpretes ao preço de 12.800 réis cada um.

O coronel Antonio Francisco de Aguiar Administrador e recebedor do tributo emposto para as despesas da Real Expedição e Conquista de Guarapuava, entregue do dinheiro do dito tributo a Florentino de Moraes Ribeiro a quantia de trinta e oito mil e quatrocentos reis importancia de tres índios que o mesmo vendeo para a Real Expedição.<sup>125</sup>

A compra dos índios indicava um comércio que existia deste tipo de mão de obra, como trataremos no segundo capítulo. A aquisição destes índios para servir como intérpretes vai tornar desnecessária a presença na expedição dos chamados línguas, aqueles que falavam alguns dialetos indígenas, como José da Silva Guimarães que pedira emprego na expedição como demonstrei anteriormente. O ano de 1812 foi caracterizado como de intensificação da preocupação com a sobrevivência do núcleo de Guarapuava. Em maio, os índios passam a rondar a Expedição e tudo indicava serem em grande número, o que vai

---

<sup>124</sup>Requerimento do Padre Antônio Teixeira Camello a Junta da Expedição suplicando a demissão do emprego de 2º Capelão e Despacho da mesma Junta determinando a nomeação de outro. São Paulo 12 de Março de 1812. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. - Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 57.

<sup>125</sup>Portaria pela qual se manda ao Coronel Antônio Francisco de Aguiar, pagar a Florentino de Moraes Ribeiro a quantia de 38 \$ 400 réis importância de três índios que vendeo para Línguas da Real Expedição Mor. São Paulo 11 de Abril 1812. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordens régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. - Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 58.

gerar uma série de medidas de segurança, que a Junta manda observar ao comandante Diogo Pinto:

[...] ao tenente coronel commandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que logo que receber a presente ordem suspenda toda e qualquer exploração que distraia os empregados e forças da Expedição que reunidos na nova povoação se fortifiquem e conservem de maneira que possam reparar qualquer assalto, que os Bugres projetem segundo as suas condições não deixando contudo de agasalhar aquelles que voluntariamente chegarem a povoação e se quizerem cathequizar debaixo de huma bem entendida amizade e aliança [...]

As Villas de Curitiba, Castro e Lapa, para que nesta mesma occzião expede o Excelentíssimo prezidente as mais positivas ordens, quanto a promptidão e escolha dos melhores homens a quem se pagara o seo competente soldo na forma que esta ordenado; e por que estas com homens se devem conservar armados e promptos para conservar a povoação illeza de qualquer assalto nesta occazião se lhe remettem pela villa de Santos a de Paranguá cincoenta armas de fogo; esperando esta Junta, que o commandante em chefe haja de lhe participar sem perda de tempo.

1º o estado do armamento existente, suas muniçoens, e do que necessita para conservar a força dos cem homens armada 2º a utilidade dos mais empregados, ou se destes pode dispensar alguns, por inuteis, e desnecessarios como por exemplo os línguas, e outros que de nada tem servido. [...]

Neste momento de executar o commandante tudo o que acima fica ordenado, se lembra esta Junta, que no cazo de ser mais fácil, ou de melhor segurança em quanto se não prossegue a conquista em conservar as forças da Expedição reunidas no Abarracamento da Atalaia, attendendo a que deste, a nova povoação só distão quarto léguas, e que nesta apenas se principiavão alcançar ao seus primeiros fundamentos sendo serto, que ambos se não podem conservar, com as

forças que ficão determinadas, em tal cazo o commandante eu reunira na Atalaia se assim lhe parece mais conveniente fazendo-se forte nesta primeira povoação.<sup>126</sup>

Todas estas medidas acima tomadas pela Junta da Expedição anteviam um momento crítico, mas foram desnecessárias, porque neste ano de 1812 nos meses de junho e julho se apresentariam voluntariamente no destacamento em Atalaia mais de 300 índios, e tinha início o aldeamento e a história de Antônio José Pahi.

### **Antônio José Pahi, um líder indígena.**

Pahi chegou ao forte Atalaia com 25 anos de idade<sup>127</sup>, acompanhado de mulher, dois filhos e dois sobrinhos. Alguns dias depois chegou o irmão de Pahi, o índio Gruton, com mais alguns índios.<sup>128</sup> No ano de 1812, conforme *tabela do numero de Indios que se renderam a expedição, seu progresso e alterações*, confeccionada pelo missionário Chagas em dezembro de 1827, dava conta que nesse ano renderam-se à Expedição 326 índios<sup>129</sup>. Essas rendições em massa, chamadas de descimentos no período colonial, estão inseridas dentro de um contexto dos *usos e costumes da terra*, no caso, costumes estabelecidos na arte da guerra, mas particularmente na guerra mediada pelo militar ocidental com as populações indígenas.<sup>130</sup>

---

<sup>126</sup> Ordem ao Comandante da Expedição. São Paulo, 22 de Maio de 1812. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordens régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 59.

<sup>127</sup> LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava*. Op. Cit., p. 56.

<sup>128</sup> Cf. documento da Câmara Municipal de Castro, de 14 de dezembro de 1826. Apud FRANCO, Arthur M. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*, p. 218.

<sup>129</sup> Idem, p. 62.

<sup>130</sup> Conforme Beatriz Perrone-Moisés no artigo : “Índios Livres e Índios Escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro Da.(Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 118. A autora nos diz que “os descimentos eram constantes e incentivados ao longo da colonização (desde o Regimento de Tomé de Souza de 1547 até o Diretório Pombalino de 1757), os descimentos são concebidos como deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses. Devem resultar da persuasão exercida por tropas de descimentos lideradas ou acompanhadas por um missionário.”



Nestes casos, os líderes indígenas que convenciam os seus a viver no aldeamento próximo às povoações eram nomeados pelo Comandante da Expedição de ocupação com cargos militares, como os de Capitão, Tenente e Alferes que, longe de serem fictícios, obedeciam a regras e, na maioria das vezes, recebiam fardamentos e salários, mesmo que, normalmente, os vencimentos dos militares nos destacamentos, principalmente os de fronteira, fossem pagos com meses de atraso, quando eram pagos.<sup>131</sup> Mas, em nosso caso, não era um descimento, mas sim apresentação voluntária que parecia um ato de rendição.

O nome Pahi foi como a expedição entendeu o nome do líder indígena, mas a verdade é que Pahi é a forma que os índios Kaingang chamavam qualquer liderança grupal, conforme já disseram e afirmaram vários antropólogos; e, só para lembrar, já nas expedições de Afonso Botelho aparece essa expressão quando se encontram com os grupos indígenas e seu chefe, o *Pahi*, e quando, inclusive, chamam o próprio Tenente Coronel Botelho de *Pahi*.<sup>132</sup> Mas, o fato é que havia um grande número de índios em Atalaia, e a Junta da Expedição emitiu novas ordens ao Comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal:

Tendo preteritamente a Junta da Real Expedição de Guarapuava os diversos officios que o tenente coronel commandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal lhe dirigio nas dattas de 2, 14, e 30 de Julho, 9 e 25 de Agosto proximo passado em os quaes participa o estado em que se acha a mesma Real Expedição, e pede algumas providencias para o seo prosseguimento principalmente sobre o destino e arranjo que deve aos 337 Bugres que pela sua ultima participação ficarão alojados na povoação de Atalaia alem dos mais que vierem vindo com os seos, ou demostraçoens de amizade, e cada ganhara hu dos objectos desta Real Expedição [...]

a povoação sem que esta se arrisque com as forças dos seus empregados por alguma inopinada traição, ou mal entendida amizade e

---

<sup>131</sup> Na documentação que pesquisei os comandantes das povoações em muitas vezes queixavam-se a Junta da Fazenda, pedindo recursos para o sustento da povoação e principalmente reclamando do atraso dos salários que, às vezes, chegavam quase a dois anos, quando eram pagos.

<sup>132</sup> SOUZA, Afonso Botelho de S. Noticia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*. Op. Cit., p. 33.

todos os mais, que igualmente por seu gosto quiserem sahir guiados por pessoas capazes, e bem tratados em pequenos lotes, ou como melhor convier forão conduzidos para os campos geraes de Curitiba para ali serem aldeados, e estabelecidos de baixo da inspecção, e vistas do doutor Ouvidor daquela comarca João de Medeiros Gomes [...]

O Comandante observara que o bom tratamento que deve dar a estes selvagens não deverá jamais embaraçar o desejo de alguns destas famílias que voluntariamente queira tornar para as suas habitações ainda mesmo depois de vestidos, e de alguma forma familiarizados.

Assim como poderá conserder a algumas pessoas capazes aquelles índios que quiserem de sua livre vontade acompanhalos para os vestir e sivilizar, e da mesma forma tendo occasião oportuna fará conduzir para esta cidade ao índio Pahy e mais alguns de sua família se elle quizer para ser bem tratado, e vestido athe regressar se assim o exigir.<sup>133</sup>

Este excerto é revelador, deixa claro, entre outras coisas, a distribuição dos índios para famílias de Curitiba e Campos Gerais. Em relação ao número de índios apresentados, já há uma divergência no que se refere ao numero que foi relatado pelo padre Chagas, 326 para 337, mas o que importa é o destino destes indígenas, as providências que vão ser tomadas no caminho da tal missão de catequese e civilização. No caso acima, muitos serão entregues sob os cuidados de João de Medeiros Gomes, Ouvidor da Comarca de Curitiba, em pequenos lotes para serem entregues para “*pessoas capazes*”. O Ouvidor da Comarca de Curitiba recebe determinação da Junta “*afim de arranjar aquelles bugres, que forem enviados pelo comandante da Expedição, e fazer a remeça dos homens da ordenança que faltão para o estado completo da*

---

<sup>133</sup> Ordem ao commandante da Expedição para conservar na povoação a Atalaia os índios que assim o quiserem, e os demais remetelos para os campos geraes da Curitiba debaixo das vistas do Ouvidor daquela Commarca remetendo para esta cidade o índio Pahy, e mais alguns de sua família. São Paulo 28 de Setembro de 1812. Secretaria do Governo da Província de São Paulo - Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 61.

*povoação de Atalaia.*”<sup>134</sup> Com relação ao índio Pahy, ele e sua família vão ser conduzidos para a cidade de São Paulo, para ali serem vestidos e educados para o mundo dito civilizado luso-brasileiro.

Tendo chegado a esta Cidade o dito Indio Pahy, e seos semelhantes conduzidos pelo Tenente Coronel Manoel Antonio Rangel, e tenente Manoel Soares do Valle, forao vistos por esta junta, e por ordem da mesma novamente vestidos, brindados, e tratados com a melhor hospitalidade possível, para serem outra vez reconduzidos a povoação de Atalaia onde fação ver aos mais, que ali se acharem, e vierem vendo dos alojamentos o bom agasalho que tiverão, e a certeza da nossa amizade; para o que fez esta Junta entregar ao tenente Manoel Soares do Valle as ordens para este retorno [...] quizerem sahir para fora com alguém que voluntariamente queira acompanhar alguma pessoa capaz; hua vez persuadidos pelo Pahy, e os outros do bom agasalho, que lhe demos, e do bem com que os tratamos, serão remetidos ao Doutor ouvidor da Comarca de Curitiba para este os distribuir pelas cazas boas do Districto daquela Villa, e da de Castro, afim de que por este modo mais facilmente se acostumem aos nossos usos, e se sivilizem, sem despeza da real expedição, esperando-se, que estes não queirão voltar aos seos lares por Esso que estão mais distantes; para o que o commandante em Chefe se entendera com o referido Ministro, visto que nesta occazião reprezenta ser este hum meio de se poderem aproveitar em attenção as pequenas forças da Povoação e seu estado actual. Que não convem por ora, a projectada picada do novo caminho para Missoens.<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup> Officio ao Ouvidor da Comarca de Curitiba afim de arranjar aquelles bugres, que forem enviados pelo comandante da Expedição, e fazer a remeça dos homens da ordenança que faltão para o estado completo da povoação de Atalaia. São Paulo 28 de Setembro de 1812. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordens régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 63.

<sup>135</sup> Officio ao Commandante junto ao qual regressão os Indios, que vierão desta Cidade, e se remete os gêneros constantes da Relação incluza, e no mesmo se ordena o estabelecimento de hua espécie de aldeã perto da povoação aonde elles possuem viver ficando debaixo das vistas do

O tenente e prático da expedição Manoel Soares do Valle, juntamente com o almoxarife, agora Tenente Coronel Manoel Antonio Rangel, é que conduziram em uma comitiva Pahi e sua família até a cidade de São Paulo. O objetivo desta missão era estratégico, mostrar ao líder dos índios de Guarapuava e seus familiares o bom agasalho que tiveram e a amizade dos civilizados, assim todos foram bem tratados. Ficaram tempo suficiente para aprender o português, principalmente Pahi, pelo menos o necessário para servir de intérprete com outros índios e, na tentativa de atrair outros grupos indígenas para renderem-se e deixarem-se aldear.<sup>136</sup> No retorno, o Tenente Manoel Soares do Valle deveria levar as novas ordens ao Comando da Expedição e ao Ouvidor da Comarca de Curitiba para que, através da intervenção de Pahi, os índios fossem persuadidos a acompanhar alguma pessoa capaz e convencidos de serem bem tratados, seriam remetidos ao Ouvidor da Comarca de Curitiba para que fossem distribuídos aos moradores de Castro e Curitiba. Deste modo, a dita catequese e civilização dos índios, aconteceria “*sem despeza da real expedição*”.

Estrategicamente, tratava-se de dividir o inimigo, mandando os índios para longe de seus lares, inclusive pelas pequenas forças que ora se encontrava na povoação de Atalaia e, como tal, deveria se evitar qualquer nova exploração, inclusive a “*projectada picada do novo caminho para Missoens*”. Enquanto a abertura de um novo caminho para *Missoens* não se inicia, o Trem Real de Guerra passa a ser desmontado, ou pelo menos o número de homens para a empreitada já pode ser diminuído, os índios já foram “educados e catequizados”, e o butim já esta sendo dividido, já podia comemorar o Príncipe Regente, a conquista fora realizada.

Nos anos seguintes entre 1812 e 1814, segundo o Padre Chagas, os principais grupos que rondavam o povoado da Expedição no fortim Atalaia eram formados majoritariamente pelos grupos que ele denominou de Camés e Votorons. Pahi era Camé, e principal líder e atuava como intérprete, já que aprendera o português nos meses de convivência na capital em São Paulo. Do lado Votoron existia a liderança de Hyppolito Condoi, homem já ancião, batizado a 13 de agosto de 1812 após sobreviver a uma enfermidade e que, nos anos

---

Doutor Ouvidor da Comarca de Curitiba a distribuição dos mesmos e a proibição por ora do novo caminho para Missoens. São Paulo 31 maio de 1813. Secretaria do Governo da Província de São Paulo -Fundo registro de ordens régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 66.

<sup>136</sup> LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava*. Op. Cit., p. 55.

seguintes, retirar-se-ia com todo o seu grupo para uma campina depois do rio Iguaçú, a 32 léguas do fortim Atalaia, agregando grupos vizinhos, formando um corpo de 200 pessoas.<sup>137</sup> Hippolyto Condoi, ao contrário de Pahi, não colaborava com o missionário na composição de número maior de indígenas ao processo de vivência na reclusão do aldeamento. Condoi mantinha certa resistência à catequização e mudança de seu *modus vivendi*, ao mesmo tempo em que se deixava ficar.

De acordo com as memórias do Padre Chagas, os Votorons de Hippolyto Condoi viviam entre o povoado e as matas, eram resistentes à mudança de seus rituais e, não abandonavam suas festas poligâmicas e com bebidas alcoólicas. Não eram assim índios mansos, mas também não eram bravos, o reverendo os reputou dessa maneira como *semi-bárbaros* e difíceis de instrução.<sup>138</sup> Em 1817, conforme o relato do missionário foi morto Hippolyto Condoi, em uma noite de festas, motivado pela vingança de grupos rivais, que tinham suas crianças e mulheres raptadas pelo chefe Votoron.<sup>139</sup>

Com relação aos grupos indígenas que o missionário Chagas denominou de Camés e Votorons, é preciso que se considere que esses dois grupos em realidade fazem parte de um mesmo universo de duas metades clânicas denominadas de Kamé e Kairu, um mundo dual, exogâmico e patrilinear que orientava a sua organização social. A antropologia analisa a sociedade Kaingang como uma sociedade dividida em metades exogâmicas: os Kamés e os Kairus - os pintados e os riscados. Assim Camés e Votorons são metades e/ou subgrupos no interior da sociedade kaingang, que na época quando perguntados pelo Padre Chagas eles informavam não o nome da população a que pertenciam, mas sim a metade do seu pertencimento.<sup>140</sup> Curt Unkel Nimuendaju, indianista e humanista, em correspondência ao médico Dr. Hugo Gensch, de Blumenau, em 14 de abril de 1912, sobre suas experiências com os índios denominados de Coroados (essa nomenclatura derivava da maneira que cortavam o cabelo, com uma tonsura à moda dos Franciscanos), como também eram chamados os índios de Guarapuava, em dado momento de sua carta, alertava para o erro que alguns relatos incorreram em relação aos Kaingang, como os do

---

<sup>137</sup> LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. Op. Cit., p. 48.

<sup>138</sup> Idem, p. 49.

<sup>139</sup> Idem, p. 48.

<sup>140</sup> De acordo com as idéias e proposições de Lucio Tadeu Mota quando da qualificação dessa tese.

Padre Chagas que confundiram as metades de pertencimento ao nome dos grupos, inclusive Karl Martius:

Como os coroados do Paraná eles se autodenominam “KAIDNGYGN”. Tenente Borba, que como todo luso-brasileiro sente dificuldade em pronunciar as junções de consoantes como “DU” e “GU” ou o “Y” gutural dos Guaranis, introduziu este nome na literatura como “KAINGANGUE”. Também se autodenominam KAIDNGYGN- MBYGN (MBYGN-BANGUE) e nos Coroados do Paraná são chamados de “JAKVÂE-TÉIEAGN” ou “IAKUÂE-NDAG-TÉIE”. Como toda a nação, o grupo JAKVÚAE- TÉIE se divide em dois clãs exogâmicos ou grande-família: KAÑERU (KAYNRUKRI de acordo com T. B.) e KABMÉ(KAMÉ de acordo com T. B.). A última denominação foi má compreendida por Von Martius e outros, que pensavam ser o nome da horda. Os dois clãs se diferenciam por pintura preta em forma de traço(nos KABMÉ) ou pontos (nos KAÑERÚ).<sup>141</sup>

De acordo com Curt Nimuendaju, o sistema de bipartição em metades clânicas é uma característica comum aos povos Jês meridionais e demonstra a bilinearidade “Nós” e os “Outros”. Mas este sistema não deve ser visto do ponto de vista do faccionalismo, mas antes da complementaridade, pois é na parcialidade e suas alianças que se fundamentava a unidade Kaingang.<sup>142</sup> Explicado esta fundamentação sobre a sociedade Jê meridional, volto a discutir com os tempos da Expedição de Guarapuava, a partir do aldeamento dos grupos Camés e Votorons, como denominou o Padre. Da mesma forma que irei me

<sup>141</sup> Cópia de uma carta, onde Curt Unkel Nimuendaju Indianista e Humanista escreve ao médico Dr. Hugo Gensch de Blumenau com quem manteve correspondência anos a fio relatando, sobre suas pesquisas entre índios brasileiros. Aldeia de Araribá 14 de abril de 1912. Pasta 1.1 Índios, documento 14, Blumenau Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

<sup>142</sup> Sobre este tema, as metades clânicas Kaingang, ver VEIGA, Juracilda. *Organização social e cosmovisão Kaingang*: Uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê meridional. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Campinas, UNICAMP, 1994, p. 57-78. Ver Também BIASI, Renato Estevão. *A caminhada eclesial pós-conciliar junto ao povo Kaingang*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto teológico São Paulo. São Paulo, Pontifício Ateneu Santo Anselmo, 2010, p. 20-38.

utilizar das denominações utilizadas pelo Reverendo Chagas, vou também respeitar sempre as dadas pelas fontes durante o decorrer da tese.

O Aldeamento de Atalaia se instalava a duras penas, quer seja pelas ações de distribuição dos índios para fazendeiros e lavradores da região, quer seja pelas péssimas condições em que se alojavam em barracões, sujeitos às enfermidades e epidemias. Com ausência de roupas para o frio, e inclusive de alimentos, era comum que resolvessem fugir e retornar a vida nos bosques e matas. Em uma destas epidemias, em 1814, a peste exterminou quantidade significativa dos indígenas que viviam no aldeamento, e muitos se evadiram e retornaram às matas. Pahi ficara no aldeamento apesar da morte de sua mulher e filhos.<sup>143</sup>

Em 1814, depois da epidemia de peste, no mês de maio, Pahi é batizado, e casa-se com Facxó e Pa, ela na idade de 14 anos, que recém tinha sido capturada e trazida para a expedição pelo próprio Pahi.<sup>144</sup> Com o casamento e o batismo de Pahi, conforme o costume dos missionários de acrescentar nome português ao nome ritual que recebem os indígenas ao nascer, esse passa a chamar-se Antonio José Pahi e Facxó e Pa, passa a chamar-se Rita de Oliveira Facxó e Pa, em homenagem à esposa do Comandante da expedição Diogo Pinto de Azevedo Portugal.<sup>145</sup> De acordo com os escritos de Francisco R. Azevedo Macedo, Facxó e Pa foi serviçal e ama de leite do primogênito de Diogo Pinto, Francisco Pinto de Azevedo Portugal (avô de Macedo), falecendo em Guarapuava em 1889.<sup>146</sup>

A relação com a pouca idade para casar e amamentar é compreendida ao se perceber que a idade indígena para a vida adulta começa com a chegada da vida reprodutiva. Assim, aos 14 anos de idade, Rita de Oliveira Facxó e Pa já é esposa, mãe e ama de leite, ao

---

<sup>143</sup> LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava*. Op. Cit., p. 48. Portaria pela qual se manda ao Coronel Antônio Francisco de Aguiar, pagar ao Boticário a quantia referente aos remédios para a epidemia ocorrido na expedição. São Paulo 17 de junho de 1814. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. *Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios*. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 70.

<sup>144</sup> Livro de Assentos de Batismos de Pessoas Livres da Diocese Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Guarapuava: ADNSBG. Livro I, p. 17, 1812-55. Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava em 28 de maio de 1814.

<sup>145</sup> Livro de Assentos de Matrimônios de Pessoas Livres da Diocese Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. ADNSBG. Livro I, p. 10, 1812-1855. Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava em 20 de maio de 1814.

<sup>146</sup> MACEDO, Francisco R. Azevedo de. *Conquista Pacífica de Guarapuava*. Curitiba: Ed. Gerpa, 1951.

mesmo tempo em que nesta idade o sexo masculino nas relações indígenas já é homem para o trabalho e para a guerra. Os povoadores vão chamar os indígenas, a partir da idade de 12 anos, de *índios criados*, ou seja, já aptos para a reprodução e a vida adulta.<sup>147</sup>

### **Vitorino Condá e Rita Facxó; Antônio da Rocha Loures e Francisco das Chagas Lima. Missionários, Índios e Milicianos**

No final de dezembro do ano de 1814, a Junta da Expedição ordenou ao Comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal a entrega do comando ao Reverendo Capelão Francisco das Chagas Lima e, a título de licença, deveria deslocar-se à cidade de São Paulo e apresentar-se à mesma Junta.<sup>148</sup> O Comando interino da Expedição em mãos do Reverendo Francisco das Chagas Lima indica o quanto o poder temporal do padre tinha crescido durante a Expedição ao ponto de, independente de haver outros oficiais na expedição, estes foram descartados e o comando entregue ao missionário. A licença de Diogo Pinto não duraria muito, em agosto de 1815 vai receber uma série de novas ordens e retornar a Atalaia:

A Junta da Real Expedição e conquista de Guarapuava informada pessoalmente pelo Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal Commandante em Chefe desta Expedição dos progressos que se tem podido conseguir desde o seu estabelecimento até o presente, tem deliberado em execução das Reaes Ordens, a vista do estado actual em que se acha aquela Conquista demonstrado na memória que apresentou em Junta o mesmo Commandante que em quanto da parte immediatamente a S.A.R de tudo o de que foi informado, haja este de regressar para a povoação, e quartel da Atalaya de onde foi

---

<sup>147</sup> Em alguns documentos que estudei, várias vezes aparece essa denominação, *índios criados*, ou seja, aqueles aptos para a vida produtiva e reprodutiva.

<sup>148</sup> Ordem ao Commandante para vir a esta Cidade com o titulo de licença entregando o Commando ao Reverendo Capellao Francisco das Chagas Lima. SP 15 de dezembro de 1814. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 72.



chamado, afim de com a sua breve chegada passe a executar o seguinte: atendendo a grande despeza que se tem feito ordena despedir o almoxarifado e o pratico Manoel Soares do Valle [...] a respeito do caminho para Missoens, da sua representação a mappa fazendo-se huma picada em distancia de 10 legoas de muito facil tranzito ate o rio denominado Xopi, de onde se retrosedeo por se acabarem os mantimentos calculando-se deste até o do Uruguai quarenta legoas, e depois seis a saírem em Santo Angelo primeiro povo de Missoens, conforme se declarão dous bugres já cathequizados, que forão na exploração, que antes de o serem la tinhão hido pelo mesmo rumo, que se seguia, e o certifição alguns praticos daquelle certão. Igualmente se ordena ao dito Commandante que em principio de outubro próximo futuro haja de principiari digo de prosseguir aquela já principiada exploração, até chegar ao 1º Povo de Missoens como esta projectada, expedindo ao Pratico Antonio das Neves Ramos com os Fragueiros, e mais pessoas, que forem necessárias nesta importante deligencia, para o que vai authorizado de convocar, e levar sem a menor violência das Villas de Curitiba e Castro os homens próprios della, a quem pagará o soldo de cem reis por dia durante a exploração, até a sua chegada ao Quartel de Atalaia, depois de ultimada, despedindo-os para regressarem as suas cazas, pagos de todos os seos vencimentos. Espera esta Junta da reconhecida Actividade, e Intelligencia do Tenente Coronel Commandante haja elle mesmo de seguir e ultimar esta importante deligencia, que muito se lhe recomenda com a maior brevidade possivel afim deque em dias de janeiro próximo que vem se ache de volta nesta cidade para dar huma individual Conta della.<sup>149</sup>

---

<sup>149</sup> Ordem ao Commandante para despedir ao Almoxarife Geral e ao pratico Manoel Soares do Valle, suprindo estes lugares 2 empregados com menor ordenados e informando mais o prosseguimento desta principiada exploração para Missoens. São Paulo, 18 agosto de 1815. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. *Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios*. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 75.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal devia voltar à Atalaia, de onde tinha sido chamado, e iniciar uma série de providências, a primeira delas era diminuir os gastos com a Expedição e, para tal, deveria iniciar com a demissão do Almojarife Geral e do prático, o Tenente Manoel Soares do Valle, e contratar em seus lugares duas pessoas por um vencimento inferior. Um dos contratados seria o Prático Antonio das Neves Ramos. Ele e outros fragueiros conhecedores das matas da região iriam fazer parte de uma nova missão que foi dada ao comandante Diogo Pinto: principiar a estrada para as Missões, cuja determinação já fazia parte da Carta Regia de 1º de abril de 1809. Dois índios catequizados já tinham sido mandados para um reconhecimento, e, de acordo com as suas informações, com 10 léguas de fácil trânsito se chegava ao rio Chopim. Depois, com mais 40 léguas, chegava-se a Santo Ângelo das Missões. Mas voltaram do rio Chopim por já estarem sem mantimentos. No entanto, os guias afirmavam que eles mesmos, em outra ocasião, já tinham realizado esse percurso, e a isso certificavam também os práticos e fragueiros do sertão.

O comandante deveria se cercar dos melhores práticos e fragueiros capitaneados por Antonio das Neves Ramos, e que ficava autorizado a convocar homens das vilas de Castro e Curitiba, mas que o fizesse sem violência, pelo menos assim pedia a Junta. Embora o soldo fosse de 100 réis por dia, um pouco melhor do que os 70, 80 réis que se costumava ganhar um soldado, é provável que muitos tiveram que vir à força para a expedição. Atravessar aqueles sertões até a primeira povoação nas Missões, um lugar com os mais diversos tipos de risco, entre eles os ataques indígenas, não era o desejo de muitos e, principalmente, dos habitantes de Castro, que já haviam sido guindados ao esforço de guerra quando do início da Expedição de Guarapuava.

A Junta determina que até outubro deva sair a expedição e que em janeiro a mesma esperava poder contar com o retorno àquela cidade de São Paulo do comandante já com as notícias das novas explorações. O fato é que da teoria à prática vai uma distância, e a partida da expedição só se daria em novembro de 1815 e o retorno em setembro de 1816. Durante esse tempo, o Comando da Expedição desta vez não ficaria com o Reverendo Chagas, mas com o Tenente Antonio da Rocha Loures, uma nova correlação de forças se estabelecia nos Campos de Guarapuava. Atalaia era um lugar, um monte, um fortim, um aldeamento, um pequeno povoado que ainda não passava de alojamento

---

de soldados, os ranchos dos índios, o armazém, o lugar dos padres rezarem a missa e poucas casas. A partir do início do ano de 1816 passava a ter um novo comandante interino, embora sua nomeação só tenha saído em julho desse ano<sup>150</sup>. Antonio da Rocha Loures deixou escrito em ofício ao Presidente da Província de São Paulo, em 1827, que tinha iniciado seu comando em Atalaia no início de 1816 e que naquele mesmo ano buscando viver no aldeamento “*apresentarão-se trezentos e tantos índios*”.<sup>151</sup> Esta seria a última grande rendição dos índios de Guarapuava. Desta vez não foi necessário o reforço de medidas de segurança. A experiência com os indígenas já tinha alcançado outro momento e o avanço nos Campos de Guarapuava já havia se consolidado com as roças, sítios e campos de criação que se estabeleceram.

A Junta da Real Expedição envia ao Comandante Interino, o Plano Regulador dos Vencimentos dos empregados:

**Plano derigido ao Commandante interino para Regulamento dos Vencimentos da Real Expedição**

Antonio da Rocha Loures 200\$ mil réis por anno

Francisco das Chagas Lima 120\$mil réis por anno

O Reverendo Coadjutor Bento Marianno de Castro 120\$mil réis por anno

O Oficial ajudante Gabriel José Mendes 8.000 mil réis por mês

O Ferreiro 8.300 réis por mês

Dois lavradores de madeira 3.000 réis por mês

Dois Cabos de Esquadra a 4.500 réis por mês

soldados a 60 reis por dia

cinco bois por mês para sustento dos empregados, tropa, e Indios residentes, além dos mantimentos, que renderem as roças.

São Paulo, 9 de julho de 1816. Assina João Vicente da Fonseca,

Deputado da Junta, e escrivão da expedição<sup>152</sup>

<sup>150</sup> Ordem nomeando ao Tenente Antônio da Rocha Loures, Comandante Interino da Real Expedição. [...] Fazendo trabalhar os Indios que se achão catequizados e residentes na Povoação. São Paulo, 9 de julho de 1816. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370. AN, p. 78.

<sup>151</sup> Ofício do Capitão Mor Comandante da Expedição de Guarapuava, Antônio da Rocha Loures ao presidente da Província em 26 de Abril 1830. Série manuscritos, Ofício diversos de Guarapuava (1824-53), Caixa 230, Pasta 1, documento 10, ordem 1025. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

<sup>152</sup> Plano derigido ao Commandante interino para Regulamento dos vencimentos da real expedição. São Paulo, 9 de julho de 1816. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 83.

Como se vê no Plano de Vencimentos da Expedição, Antonio da Rocha Loures passa a ser o de maior remuneração, e os missionários passam a receber um soldo equivalente a de um Tenente, o que indica um novo arranjo de poder dentro do pequeno povoado de Atalaia. Mas esses tempos de comando do tenente Antonio da Rocha Loures estavam contados, uma vez que a missão do Tenente Coronel Diogo Pinto de abrir o caminho para as Missões passando pelo rio Chopim se encerraria no fim do ano de 1816 ou início de 1817, pelo menos é o que se pode deduzir através de uma ordem de pagamento ao administrador dos tributos da expedição, o Coronel Francisco Aguiar, em abril de 1817:

Em consequência dos Despacho da Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava com datta de hoje pagará V.S<sup>a</sup> ao Alferes do regimento de Cavalaria de Coritiba Atanagildo Pinto Martins a quantia de 186\$000 rs, importância dos seus soldos vencidos desde o primeiro de novembro de 1815, até 10 de Setembro de 1816, na diligencia em que foi incumbido dos Campos de Guarapuava até os Povos de Missoens.

São Paulo, 24 de abril de 1817.<sup>153</sup>

Uma das ordens ao Coronel Aguiar era para efetuar o pagamento dos vencimentos a um dos oficiais da expedição da Estrada para as Missões, o Alferes Atanagildo Pinto Martins, que após a descoberta de lugares como os Campos de Palmas e outros que estavam neste trajeto até as Missões, vai ser um dos principais donos de terras na vila de Cruz Alta, onde se tornou uma das lideranças políticas da região, e ascendendo na vida militar até o posto de Brigadeiro. O Coronel Aguiar ainda receberia a ordem de comprar mil varas de algodão para vestimenta dos índios aldeados<sup>154</sup> e, com relação ao pagamento dos

<sup>153</sup> Ordem ao Coronel Aguiar para pagar ao Alferes Atanagildo a quantia de 186\$rs, importância dos seus soldos. São Paulo, 24 de abril de 1817. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 85.

<sup>154</sup> Ordem ao Coronel Aguiar para comprar mil varas de pano de algodão, remeter para Guarapuava. A Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava ordena a V. S<sup>a</sup>, que haja de comprar com o dinheiro pertencente a dita expedição mil varas de pano de algodão para

empregados na expedição da ‘Estrada para as Missões’, se o Alferes como oficial recebeu em abril, os soldados da missão só irão receber das mãos de seu Comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal, no mês de julho, conforme ordens da Junta ao Comandante Interino Antonio da Rocha Loures:

Ordem ao Comandante interino em que se lhe aprovão as contas para esta ver, e participando-se que os Indios que quizeram, ou sair para fora, ou para suas terras, não embarasse.

[...], Se lhe participa, que nesta occazião parte o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, Commandante em chefe, a quem mandou esta junta entregar 1:200\$000 rs para que delles, depois de abatida a quantia de 226\$830 rs que devera despender com os soldos que vencerão as ordenanças que fizerão a exploração para Missoens [...] Para se curar das moléstias poderá permanecer em Linhares, um sitio pouco distante aonde em companhia de sua família ficando o commandante interino já intelligenciado de que logo, que o dito chefe melhore das suas enfermidades e ainda mesmo antes de acabar os seis mezes da licença queira ir residir na Povoação da Atalaia, continuará o seu Commandante em Chefe como d’antes pondo em execução o mesmo plano de intruçoens que ultimamente se determina, e no cazo que não se lhe deixando a sua moléstia precise de cirurgião da Real Expedição, o Commandante Interino lhe remettera immediatamente que lhe for pedido.<sup>155</sup>

A análise do excerto revela dois comandantes neste momento, o Comandante em Chefe e o Comandante Interino. Após o retorno de sua missão, Diogo Pinto vai entrar de licença para se curar de uma

---

vestuário dos Indios aldeados nella. São Paulo, 2 de maio de 1817. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 86.

<sup>155</sup> Ordem ao Comandante interino em que se lhe aprovão as contas para esta ver, e participando-se que os Indios que quizeram, ou sair para fora, ou para suas terras, não embarasse. São Paulo, 29 de Julho de 1817. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 86.

enfermidade, mas continua como Comandante em Chefe, e passa a residir em Linhares. Diogo Pinto leva consigo um Conto e 200 mil réis para as despesas da expedição descontadas a quantia a ser paga de 226\$830 réis aos soldados que serviram como ordenanças na exploração do caminho para Missões. Podemos observar que o vencimento do Alferes Atanagildo Pinto Martins era quase todo o vencimento das ordenanças. Não estaria aí o cerne da falta de disposição destes últimos para o serviço militar? Em salários irrisórios, que em muitas das vezes não eram pagos, ou pagos com meses de atraso. É determinado também ao Comandante Interino, que assim que melhore de suas moléstias, Diogo Pinto, se assim o desejasse, poderia residir em Atalaia e voltar ao Comando da Expedição e do povoado.

Em relação aos índios aldeados, é ordenado que o Tenente Antônio da Rocha Loures não coloque obstáculos para que estes saíssem da proteção do missionário Francisco das Chagas Lima, e fossem entregues aos moradores dos Campos Gerais e Curitiba. Mais uma vez fica clara a intenção da Junta, do Ouvidor de Curitiba, e do Comandante Diogo Pinto em possuírem o controle e a distribuição dos mais de 300 índios que se encontravam no fortim de Atalaia. Em agosto de 1817, depois de um ataque de índios ao povoado de Atalaia, é dada a ordem para que o Comandante em Chefe regressasse ao Comando da Expedição e passasse a conduzir para Linhares todos os empregados, o Trem Real, reunindo ali as Forças da Expedição para evitar outro assalto dos índios.<sup>156</sup> Estava desenhado um jogo de forças e poder, de aliados a Deputados da Junta, a aliados em Curitiba, e aliados ao próprio Rei. Pois, seis meses depois, a transferência do povoado ainda não tinha se realizado e, mais uma vez, a Junta da Expedição e Conquista dos Campos de Guarapuava emite novas ordens para a transferência de todo o Trem Real para Linhares:

Ordem ao Commandante em Chefe para proceder a mudança dos Empregados, para Linhares, Trem, e todo o mais, os que queiram ficar no dito lugar, será sem vencimento algum, chamando ao 2º Cappelão para em Linhares

---

<sup>156</sup> Ordem ao Commandante em Chefe para que regresse ao seu Commando, e passe a Conduzir para Linhares todos os Empregados, o Trem Real, reunindo ali as Forças da Expedição para evitar outro assalto dos Índios. SP, 16 agosto de 1817. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 88.

cumprir os seus deveres; e que os Índios que o acompanharem distribua pelos mais abonados moradores de commum acordo com o ouvidor de Curitiba. [...] ao mencionado Tenente Coronel Commandante que sem perda de tempo haja de por em execução a Ordem desta Junta de Dezaseis de agosto do anno passado na parte relativa a mudança de todos os empregados que se achão na Povoação de Atalaya para a de Linhares, Trem da Real Fazenda, e tudo o mais que ali se possa fazer de aproveitável a que já deu principio e que participa: Que a respeito dos Índios que se achão na povoação de Atalaya que observou na sua chegada mostrando desejos de abandonar os seus lares, haja de os persuadir, por meio da Brandura, e não pelo da força, em que se lhes pede resultar a sua saída para fora, fazendo as suas fortunas agregadas pelos moradores, estabelecidos nos Campos gerais de Curitiba, e então uteis a sy, e ao estado, e não aly, onde em tantos annos tem mostrado a experiência o nenhum prestimo, que se tem tirado delles desde o comesso de sua cathequização; e quando absolutamente haja algum que aferrado ao seu nascimento e costumes se queira embranhar outra vez nos seus Mattos, o não embarasse, o que He provável não aconteça, vendo sahir outros, e os Empregados. Que sobre a Representação que fez a esta Junta o Reverendo Capellão Francisco das Chagas Lima, pedindo ficar na povoação de Atalaya pelos motivos que expos, haja de lhe intimar a ordem da sua saída com os demais empregados para Linhares, por não ser admissivel a sua representação, porem que no caso de sua permanência que o seja desprovida das reaes despesas, e para que o 2º Capellão Bento Marianno de Castro, siga para Linhares, para exercício de seu ministério.

São Paulo, 25 de janeiro de 1818<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup> Ordem ao Commandante em Chefe para proceder a mudança dos Empregados, para Linhares, Trem, e todo o mais, os que queiram ficar no dito lugar, será sem vencimento algum, chamando ao 2º Cappelão para em Linhares cumprir os seus deveres; e que os Índios que o acompanharem distribua pelos mais abonados moradores de commum acordo com o ouvidor de Curitiba. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 90.

Nesta correspondência da Junta ao Comandante Diogo Pinto, verifica-se um campo de tensões, uma luta por terra, por poder, e pela mão de obra indígena, que além da instalação do povoado, era o principal motor de um conflito, um conflito entre dois lados e dois lugares: o lado do Comandante em Chefe Diogo Pinto de Azevedo Portugal e o povoado em Linhares; o lado do reverendo 1º Capelão da Real Expedição Francisco das Chagas Lima e do Comandante interino Antonio da Rocha Loures e o povoado em Atalaia. Diogo Pinto ao verificar o grande número de índios que se encontrava em Atalaia, em decorrência da rendição de mais de 300 índios no ano de 1816, passa a insistir na mudança do povoado para Linhares, mas também em levar consigo os indígenas. Percebe-se a relutância do Reverendo Francisco das Chagas Lima em aceitar essas ordens, já que insistiu em permanecer com o aldeamento e a povoação em Atalaia, e, junto a si, tinha o apoio de Antonio da Rocha Loures. Mas a Junta da Expedição deixa claro: se o Reverendo permanecer em Atalaia, que o faça sem vencimentos, e que o 2º Capelão Bento Mariano de Castro se desloque para Linhares para o exercício de seu ministério, que se cumpram as ordens já exaradas em 16 de agosto de 1817, que todo o trem real com seus empregados deveria deslocar-se para Linhares.

Os índios que “*quisessem sair para fora*”, deveriam ser distribuídos a pessoas abonadas dos Campos Gerais e Curitiba, sob os olhos e cuidados do Ouvidor da Comarca. Mas o fato é que a saída do povoado para Linhares ainda não se concluía, já que, a 22 de agosto de 1818, o Governador da Capitania em ofício ao Tenente Antonio da Rocha Loures determinava que este “*tenha sempre em vistas a que se fasa o maior numero de estabelecimento contíguos a estrada de Missoens.*”<sup>158</sup> Ao mesmo tempo, a Junta determinava ao Coletor dos impostos em Sorocaba:

O Sargento Mor Rafael Tobias de Aguiar Cobrador Interino do tributo destinado para a Real Expedição, e Conquista de Guarapuava entregará, do ingresso rendimentos ao Ajudante José Leite, ou outro Portador seguro a quantia de hum conto de reis, que devera conduzir e entregar no Quartel de Linhares ao Tenente

---

<sup>158</sup> Correspondência do Capitão Comandante do povoado de Guarapuava Antonio da Rocha Loures ao presidente da Província na freguesia de Guarapuava em 16 de novembro de 1825. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 41, ordem 987. APESP.



Coronel Comandante em Chefe da Real Expedição Diogo Pinto de Azevedo Portugal, para “este mandar satisfazer as despezas da referida expedição; remetendo a esta junta o resto que ficar existindo do mencionado tributo, que continuará a cobrar da mesma forma que setem cobrado ate agora por seu pai.”<sup>159</sup>

O Sargento Mor Rafael Tobias de Aguiar era agora o cobrador Interino do tributo em Sorocaba para a Real Expedição. A Junta, em 02 de julho de 1818, avisa o comandante Diogo Pinto que estava sendo mandado um conto de reis para as despesas da Expedição e que assim que recebesse esta quantia pelo ajudante José Leite deveria vir à cidade de São Paulo para prestar contas da expedição, acompanhado dos índios que quisessem vir, para que fossem bem tratados e retornassem depois ao aldeamento e convencesse os demais a saírem, uma estratégia idêntica a que já tinha sido utilizada anos atrás com Antonio José Pahi:

Ordem ao Ten Cel Commandante; avizando a remessa de 1: 000 \$ rs e em que se lhe manda vir a esta Cidade prestar conta do melhoramento da Expedição trazendo em sua Companhia os Indios. Tendo prezente nesta Junta aparte que dá o Ten Cel. Cmt em Chefe da Real Expedição Diogo Pinto de Azevedo Portugal na data de vinte e quatro de março próximo passado em execução do officio que se lhe derigio em 23 de janeiro antecedente, se lhe participa que na data de hoje se expede Ordem ao Sargento Mor Rafael Tobias de Aguiar Cobrador Interino do Tributo destinado as mesmas despezas, para lhe remetter hum conto de reis para a continuação della pelo ajudante Jose Leite, ou outro Portador seguro. Que logo, que tenha concluído a mudança do Quartel de Atalaya para o de Linhares, como lhe for ordenado, venha a esta cidade dar conta do

---

<sup>159</sup> Ordem ao Sargento Mor Rafael Tobias de Aguiar para que remeta ao Commandante em Chefe a quantia de 1: 000\$ rs e que continue a cobrar o tributo da mesma forma que cobrava seu Pai, fazendo remessa a Thezouraria Geral da Junta de Guarapuava de todos os ditos cobrados, e continuando nos tempos competentes. São Paulo, 2 de junho de 1818. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 91.

estado em que fica a Real Expedição com melhoramento da mudança, afim de se saber em acta despeza com que se deverá conservar. Que nesta mesma occazião poderá trazer em sua companhia todos os indios Baptizados e Catequizados tanto adultos, como menores que acompanharão os empregados na occazião da mudança, evierão Voluntarios como se lhe recomendou, e conduzindo-os bem como já vierão outros, e tornarão aregressar capacitando-os de que terão huma igual fortuna, ou melhor sorte. Que finalmente dar as Ordens que julgar necessárias ao Commandante Interino, para que conserve a guarnição no Quartel de Linhares na forma Ordenada, até o seo regresso em quanto se não mandar o Contrario.<sup>160</sup>

O Comandante Interino deveria manter a guarnição no Quartel de Linhares até a volta do Comandante em Chefe Diogo Pinto. Mas, o fim do fortim Atalaia e de seu aldeamento não foi decretado, ao contrário. Na mesma época, em agosto de 1818, o Reverendo Chagas consegue junto ao Rei um Decreto que permitia a fundação e ereção da Paróquia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava e, consequentemente, de uma Freguesia. O padre passaria a ser o Vigário Colado da nova Paróquia da Aldeia de Atalaia, recebendo a cõngrua de 200 mil reis por ano e seu coadjutor, 100 mil réis por ano.<sup>161</sup>

Tudo indica que durante todo o ano de 1819 a povoação continuou em seu lugar no fortim Atalaia e, lembrando que também funcionava como presídio para os degredados, seu Comandante ainda continuava Antonio da Rocha Loures. É provável que ao longo do ano de 1819 o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal estivesse às voltas com o recrutamento de soldados para compor os exércitos do sul na guerra contra Artigas. Mas a vida continuava no pequeno povoado de Atalaia e, em abril de 1819, o Capitão dos índios Antonio José Pahi, em umas de suas incursões nas matas, em busca da captura

---

<sup>160</sup> Ordem ao Tenente Coronel Commandante; avizando a remessa de 1: 000 \$ rs e em que se lhe manda vir a esta Cidade prestar conta do melhoramento da Expedição trazendo em sua Companhia os Indios. São Paulo, 2 de julho de 1818 Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . AN, p. 92.

<sup>161</sup> Decreto de 19 de agosto de 1818. Erige no lugar de Atalaya de Guarapuava uma Igreja Parochial com a invocação de Nossa senhora de Belém. Cartas de lei, alvarás, decretos e cartas régias de 1818. *Coleção das leis do império*. Rio de janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 80.

principalmente de crianças e mulheres indígenas para vender aos povoadores, acaba encontrando a morte com mais quatro de seus guerreiros, assim narrou o Padre Chagas sobre esse acontecimento:

O Capitão Antonio José Pahi, levado deste exemplo, junto com dez índios Camés tão bem marchou para o Oriente, na intenção de dar caça á outros Índios bárbaros, e vender os menores, que colher pudesse da boa fé, com que histo fez, não resta a menor dúvida; porem foi mal sucedido; porque chegando a hum alojamento de Índios, que se chamão Tactaias, sito nas margens do rio Ytatu, 26 léguas em distância da Atalaya, tanto não fes preza alguma, quanto movendo-se por esta cauza, entre huns e outros, grande contenda, morrerão nella quatro índios Camés, que acompanhavão o capitão Antonio José Pahi, o qual no mesmo conflito recebendo hum golpe mortal, quando já vinha de retirada para a Atalaya, depos de dous dias de marcha faleseco em caminho.<sup>162</sup>

Aqui, o missionário Chagas deixa claro que Pahi caçava entre indígenas rivais e o principal objetivo dessas caçadas era trazer para os povoados crianças e mulheres indígenas para vendê-las como cativas. Ainda sobre a morte de Pahi, temos o registro no Livro de Óbitos de pessoas livres da Diocese de Guarapuava:

“Aos vinte e hum dias do mês de abril de mil e oito centos e dezenove, nesta aldeia de Atalaia, onde eu me achava, chegaram seis índios adultos *com bagagem não pequena, de mulheres e meninos* e disseram uniformemente, que por efeito de um golpe mortal recebido em debate, que tiveram no interior do sertão com certos índios bravos denominados Tactaiás, tinha falecido, haveriam oito dias, o Capitão Antonio José Pahy, índio nacional deste continente de Guarapuava, na idade de trinta anos, pouco mais ou menos, e Neófito assistente nesta aldeia, onde era casado com Rita de Oliveira Facxó e Pá. De cuja notícia não podendo eu duvidar, passei a rezar pela alma

---

<sup>162</sup> Cf. Relatório do padre Chagas: Estado actual da Conquista de Guarapuava no fim do anno de 1821. Op. Cit., p. 246.

do dito falecido Antonio José Pahy os sufrágios de costume; quanto ao corpo, dizem, que o sepultaram no mesmo sertão onde morreu, por não permitir a muita distância que fosse conduzido a esta igreja. Do que, para constar, faço este assento. O vigário Francisco das Chagas Lima.<sup>163</sup> (os grifos são meus)

Como vemos, o Capelão da Expedição, Reverendo Chagas, evidencia o retorno de um grupo de guerreiros *com bagagem não pequena, de mulheres e meninos*. Os documentos, os cronistas, e alguns estudos históricos indicam, de fato, que existia um comércio com a venda e a compra de cativos indígenas e, como tal, nos campos e matas do povoado de Atalaia. Mesmo que Pahi e alguns de seus guerreiros recebessem alguma quantia em soldo pelos serviços militares prestados, quase sempre não era paga, ou era realizada com meses ou anos de atraso.<sup>164</sup> Desta forma, uma garantia de possuir alguma quantia monetária para as incertezas do futuro era o comércio de cativos, mesmo que para isso tivessem de realizar perigosas e arriscadas operações de incursão e caça aos índios rivais.

Após a morte de Antonio José Pahi, sua companheira, Rita de Oliveira Facxó e Pa, casa-se novamente, ainda no mesmo ano, com um índio Votoron de apenas 14 anos de idade, Vitorino Condá, que foi batizado pelo Padre Chagas antes do matrimônio.<sup>165</sup> Este menino de 14 anos, ou um *índio criado* de acordo com o olhar da época, será incidentalmente, de tantas as vezes que o encontramos nas fontes, um dos sujeitos que irão permear uma parcela significativa desta narrativa. Por ora, nos interessa voltar à morte de Pahi e dizer de que seu substituto não demorou muito para ser gestado. De acordo com as observações do Padre Chagas, a expedição passa a necessitar de um novo Capitão dos índios e é eleito para tal mister Luis Tigre Gacom a

<sup>163</sup> Livro de Assentos de Óbitos de Pessoas Livres, ADNSBG, livro 1, p. 16. Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava em 21 de Abril de 1819.

<sup>164</sup> Sobre os Índios e sua utilização como militares ver MOREIRA, Vânia Maria Losada. De Índio a Guarda Nacional: Cidadania e Direitos Indígenas no Império (Vila de Itaguai, 1822-1836). In: *TOPOI*, v. 11, nº 21, jul-dez. 2010, p. 127-142.

<sup>165</sup> Livro de Assentos de Matrimônios de Pessoas Livres da Diocese Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. ADNSBG. Livro I, p. 13, 1812-1855. Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava em 20 de novembro de 1819 e Livro de Assentos de Batismos de Pessoas Livres da Diocese Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. ADNSBG. Livro II, p. 17, 1812-1855. Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava em 20 de novembro de 1819.

“*quem se deu o titulo de Capitão, com auctoridade sobre os outros, porém condescendia em vícios bárbaros, e em os quais consumia parte do dia em bailar e embriagar-se.*”<sup>166</sup> O padre já tinha nos informado que os indígenas jamais quiseram abster-se de frequentar com excesso os bailes e festividades, entre bebidas embriagantes, chamadas de koafé, se feitas de milho e de koaqui, se feitas de pinhão e, durante estas festas, por vezes, resultavam lutas corporais. Após as festividades, “*metiam-se nos matos, nas malocas, tanto os homens como as mulheres, em que gastavam dias e semanas nas maiores obscenidades.*”<sup>167</sup>

Temos de compreender a visão de um Padre missionário no início do século XIX sobre as festividades dos indígenas, mas o que é certo é que apesar de aldeados, caçados e pressionados cada vez mais pelo avanço do influxo colonial, as populações de Camés e Votorons atuam de forma a resistir à imposição de outra religiosidade e mudança do seu *modus vivendi*.

Ao final do ano de 1819, a Junta da Real Expedição, muito provavelmente de acordo com as pretensões de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, determina o fim do Comando interino exercido pelo Tenente Antonio da Rocha Loures, reintegrando de forma plena o comando ao Tenente Coronel Diogo, que poderia continuar residindo em Linhares, primeiro ponto da real expedição, mantendo os destacamentos de Atalaia e da Esperança e seus empregados e, o mais importante, o Tenente Antonio da Rocha Loures passaria a ser o Almojarife e Tesoureiro da Expedição, um empregado direto sob as ordens de Diogo Pinto:

Portaria nomeando ao Loures o almojarife, e participação da Ordem ao Tenente Coronel Diogo Pinto Para encarregar-se no Comando em Chefe da expedição tomando Contas do Interino, e remetendo-as.

Havendo reintegrado pela minha Portaria de 21 de outubro ultimo ao Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal no Comando da Real Expedição e Conquista de Guarapuava em que sua Majestade o prover, para o continuar na Povoação de Linhares primeiro ponto da Real Expedição, mantendo o Destacamento da

---

<sup>166</sup> LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava*. Op. Cit., p. 56.

<sup>167</sup> Idem, p. 55.

Esperança, quando se instaurar, e o da posição da Atalaia, e seus empregados que ora existem debaixo das Ordens de que vai munido. Ordena ao Tenente Antonio da Rocha Loures, que se acha com o Comando Interino na povoação de Atalaia, qui logo que receber esta passa para Linhares a exercer o Emprego de Almojarife Thesoureiro da Real Expedição enquanto se não mandar o contrário, vencendo o mesmo ordenado de duzentos mil rs que tem recebido na qualidade de Comandante Interino.

São Paulo, 6 de dezembro de 1819.<sup>168</sup>

O salário de Antonio da Rocha Loures continuaria o mesmo para assumir as funções de Almojarife na nova povoação em Linhares, 200 mil réis por ano. O Capitão Comandante do presídio e fortim sabia que desistir da povoação de Atalaia e assumir uma função de subalterno em um novo povoado era um risco enorme de mais tarde ser demitido e todo um futuro estaria em jogo, além do que sua mulher e sete filhos já viviam e tinham suas vidas em Atalaia. Diante dessa situação, no mesmo mês de dezembro de 1819, no dia nove, o Reverendo Francisco das Chagas Lima, e o Capitão Antônio da Rocha Loures, decidem dar execução ao Decreto régio de 19 de agosto de 1818<sup>169</sup>, que autorizava a criação da Freguesia, para isso lavram um termo: o *Auto de Fundação da Freguesia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava*.<sup>170</sup> Somente a partir de 1820 é que efetivamente vai ser realizada a transferência do

<sup>168</sup> Portaria nomeando ao Loures o almojarife, e participação da Ordem ao Tenente Coronel Diogo Pinto para encarregar-se no Comando em Chefe da expedição tomando Contas do Interino, e remetendo-as. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordem régias e avisos ministeriais relativos à real expedição e conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370. AN, p. 93.

<sup>169</sup> LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava*. Op. Cit., p. 48. Talvez aqui nas memórias do padre exista uma confusão com datas, já que o decreto do Rei que permitia a ereção da vila é de 19 de agosto de 1818 e nas memórias vai aparecer 2 de novembro de 1818. Ver Decreto de 19 de agosto de 1818. Erige no lugar de Atalaya de Guarapuava uma Igreja Parochial com a invocação de Nossa senhora de Belém. Cartas de lei, alvarás, decretos e cartas régias de 1818. *Coleção das leis do império*. Rio de janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 80.

<sup>170</sup> Auto de Fundação da Freguesia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava (cópia). Rio de Janeiro: IHGB, lata 05, doc. 07, 1819. Na Freguesia Nossa senhora de Belém em 09 de dezembro de 1819. O auto de fundação encontra-se publicado em: TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. "Os Índios Caingangs (Coroados de Guarapuava), monografia acompanhada de um vocabulário do Dialecto de que usam." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Suplemento ao Tomo LI da Revista Trimensal. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro & Cia, 1888, p. 251-310.

povoado<sup>171</sup>, que vai se estabelecer distante uma légua e meia do aldeamento.<sup>172</sup>

A separação entre aldeamento e povoado foi acordada entre o comandante militar e o chefe espiritual. O capelão da expedição foi o principal defensor dessa transferência da Freguesia para outro local longe do aldeamento, segundo sua interpretação de que o contato entre soldados, povoadores e os indígenas contaminavam o processo de catequese e civilização dos mesmos.<sup>173</sup> Por outro lado, a decisão foi tomada também pelo Comandante da Expedição Antonio da Rocha Loures e é possível que este visse como o aldeamento poderia ainda continuar como um fortim, ou pelo menos uma ponta de segurança entre os ataques indígenas e a Freguesia, pois é certo que os degredados, segundo a Carta Régia, deveriam ser mandados para os campos de Guarapuava, acabavam cumprindo o degredo junto aos indígenas no aldeamento e, como recebiam armamento e munição<sup>174</sup>, juntamente com os guerreiros indígenas, poderiam suportar os ataques de outros grupos indígenas.<sup>175</sup>

Diogo Pinto de Azevedo Portugal continuava com as ordens que recebera do Governo da Província para instalar a expedição em Linhares e estabelecer o povoado. Em seu retorno da cidade de São Paulo, com sua tropa, são encontrados no verão de 1820, pelo naturalista Auguste de Saint-Hilaire que estava viajando pelos Campos Gerais e nos deixou a seguinte anotação:

A recente passagem do Coronel Diogo pela região contribuiu para aumentar o temor generalizado. Quando, em outros tempos, sob as ordens desse oficial, haviam sido iniciadas as obras do caminho de Guarapuava, a que já me referi em outro relato, os habitantes do lugar foram forçados a trabalhar nelas. Eles não

---

<sup>171</sup> Lima, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. Op. Cit., p. 49.

<sup>172</sup> Cf. Arthur Martins Franco. Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava. Op. cit., p. 193.

<sup>173</sup> Lima, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. Op. Cit., p. 56-57.

<sup>174</sup> Ofício do Comandante de Guarapuava Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província datado de 1824. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230. Pasta 1. Documento 1. Ordem 1025. APESP.

<sup>175</sup> Sobre isso ver LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização*. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878). Tese de Doutorado defendida no departamento de história da USP, São Paulo em 2006, p. 39.

recebiam paga pelo seu trabalho e eram tratados com extrema severidade. Mais de mil pessoas tinham então abandonado o distrito para se refugiar na Província de São Pedro do Rio Grande, e a cidade de Castro, à época de minha viagem, só apresentava casas abandonadas e em ruínas. O Coronel Diogo Pinto que, como já foi dito, encontrei na fazenda Morangava, tinha seguido o caminho direto e, enquanto eu dava uma longa volta, havia chegado a Castro. Trazia ordens de São Paulo para prosseguir com a abertura da estrada e fundar uma nova Paróquia num lugar denominado Linhares, onde já existiam, segundo se dizia, algumas casinhas. Quando se soube desta notícia, a desolação se espalhou por todas as famílias, e a maioria dos habitantes preferiu fugir a ter de se embrenhar novamente naqueles sertões infestados de selvagens e a ter de trabalhar praticamente sem nenhuma paga, longe de suas mulheres e de seus filhos, submetidos a um regime extremamente rigoroso sob a chefia de um homem habituado à dura disciplina militar.<sup>176</sup>

Quando Saint-Hilaire chega à vila de Castro, no verão de 1820, a encontra quase abandonada, em razão da fuga dos habitantes ao correr o boato de que o Coronel Diogo Pinto estava realizando mais um recrutamento, dessa vez para povoar Linhares, mas aos 70 anos, o velho militar não alcançaria um novo inverno, viria a falecer em 03 de maio de 1820. Nos anos 20 em diante, na agora freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava, com o Tenente Antonio da Rocha Loures e o padre Francisco das Chagas Lima, firmes no lugar definitivo da futura cidade de Guarapuava, ao sul de Atalaia, a distância de uma légua e meia. Já acrescida de muitos braços para o trabalho nos campos, nas matas e nas lavouras, com pobres recrutados, tropas de 1ª linha e ordenanças, jornaleiros, escravos, e muitos índios aldeados, as estâncias estabelecidas, o povoado instalado, a conquista dos campos de Guarapuava estava firme e em andamento. Depois de 1820, a liderança dos aldeados recaiu sobre Luis Tigre Gacom, o padre nos dizia “*é verdade que os fazia trabalhar na lavoura; porem ia capitanear na*

---

<sup>176</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. São Paulo: Editora da USP, 1978, p. 50.



*guerra com as hordas visinhas, o que tudo transtornava*”.<sup>177</sup> Ainda diria o missionário sobre o novo Capitão dos Índios:

Este índio chefe, com efeito era um tigre, sacrificando seus súbditos aos estragos da guerra, fazendo-se cabeça, para continuação das hostilidades, que os mesmos aldeados suscitam contra os Dorins. Elle, ocultando os seus intentos, sahia freqüentes vezes com escoltas armadas e com pretexto de caçada, e ia dar assaltos mortíferos aquelles que provocavam o ódio.<sup>178</sup>

As guerras e caçadas entre grupos rivais eram uma constante entre as populações indígenas. Os índios capturados na guerra eram - extraído daí o contato com os povoadores - adicionados na vida do grupo vencedor como cativos. A venda destes para os povoadores seja pelo pagamento em dinheiro ou através de mantimentos como roupas e cobertores para o frio, comida, ferramentas, e por vezes armas, faz parte da fronteirização destes lugares e são próprios das atividades e relações sociais que se estabelecem nas fronteiras<sup>179</sup>. Há um comércio de cativos indígenas existente principalmente ao longo do caminho que ia para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que trataremos no capítulo seguinte. Por ora, volto à rivalidade entre os grupos indígenas, e o não alinhamento entre lideranças Camés e Votorons, como ocorreu com Vitorino Condá, no ano de 1823, pela falta de aliança que existia com Luis Tigre Gacom. Com apenas 17 anos, seduzido pela ideia de viver fora do aldeamento, retira-se com um grupo acima de cem pessoas para um lugar chamado Campo do Pinhão a 12 léguas de Atalaia, como escreveu o Padre Chagas:

Ainda couza peor aconteceu por sedução dos Votorons; porque ficando na Atalaya, na retirada dos mais, hum rapaz Votoron de nome Fuoc-xó, este se instruiu na Doutrina Christã, e passando o tempo de catechumano, foi baptizado, tomando no baptismo o nome de Vitorino, e cazou com a viúva do fallecido Capitão Antonio José Pahí, com a qual viveu em boa paz hum ano,

---

<sup>177</sup> Idem, p. 57.

<sup>178</sup> Idem, p. 50.

<sup>179</sup> MAYO, Carlos. *La frontera*; Cotidianidad, vida privada y identidad. Op. Cit., p. 96-97.

pouco mais ou menos. Passado este tempo vieram ocultamente a Atalaya alguns índios Votorons, somente a seduzir, e acompanhar para os Certoens a Vitorino Fuoc-xó; este miserável cedeu a sedução, levando com sigio não somente sua mulher legítima, como dous índios Camés, já baptizados, e cazadoz, hum de nome Nicoláo Herimbanc, e outro de nome Miguel Endará.<sup>180</sup>

Padre Chagas afirmou que o grupo de Votorons que se retirou em 1823 retornaria em 1827.<sup>181</sup> Vitorino, que na citação anterior aparece como Fuoc-xó (provavelmente uma confusão com o nome de sua esposa Facxó), em seu retorno, já aparecia nas correspondências do período como Vitorino Condá, e com apenas 21 anos já era a principal liderança Votoron no aldeamento. Nesse retorno, não estava mais acompanhado de apenas uma mulher, Rita Facxó. Estavam ao seu lado mais duas mulheres: Delfina Venhuhe e Catarina Fuecó.<sup>182</sup> Mas, como já disse, as histórias de Vitorino Condá vão povoar as páginas que seguem e, por ora, convém voltar ao comandante da Expedição, já definitivo em seu posto e já com o título de Capitão em fins de dezembro de 1822. Antonio da Rocha Loures receberá a seguinte correspondência da Junta da Expedição:

Conforme a Junta e o Aviso Imperial de 16 de Agosto próximo passado dirigido ao Ex<sup>mo</sup> Governo Interino desta Provincia, acompanhado dos 5 individuos, que ora partem para os Campos de Guarapuava constantes da Relação nominal junta, com afim de se empregarem na Agricultura, dando se lhes terras, ferramenta e algum gado em os ditos Campos de Guarapuava. Se ordena ao tenente Antonio da Roxa Loures Comandante

---

<sup>180</sup> Cf. Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do anno de 1821. Escrito pelo padre Francisco das Chagas Lima. In: Arthur Martins Franco. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Museu Paranaense, 1943, p. 247.

<sup>181</sup> Lima, Francisco das Chagas. *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava*. Op. Cit., p. 49.

<sup>182</sup> Sobre isto ver TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismaes e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas, UNICAMP, 2005, p. 138. A autora nos diz que “nos registros onde os diversos grupos ligavam-se pela rede de relação de parentesco da Igreja, Vitorino Condá era denominado Vitorino Facxó.”(p.138).

desse Destricto, confie terreno suficiente, e marcado aos mesmos.

relação nominal dos 5 individuos

Manoel Antonio Villa Nova

Jose da Costa

Antonio Manoel

Afonso Henriques

José Fernandes

São Paulo 3 de dezembro de 1822.<sup>183</sup>

A distribuição de terras não era procedimento comum. Estas pessoas que eram encaminhadas a Guarapuava faziam parte de um contrato, onde se vendia esses lugares na expedição. Um deles, Manoel Antonio Vila Nova, vai fixar-se definitivamente em Guarapuava, inclusive como homem de confiança do comandante Loures, e durante muito tempo será o Cabo Administrador dos Índios, já na década de 1830. No ano anterior, em sessão do Conselho Geral da Província determinou-se, “*novamente ao ouvidor de Itú, e o Commandante de Guarapuava, que os Indios Caiapóz, e os Bugres, não apanhados com as armas na mão em guerra contra nós não são escravos.*”<sup>184</sup> Essa preocupação em evitar os abusos do cativo indígena volta a fazer parte de nova reunião do Conselho Geral da Província, em novas ordens ao Comandante de Guarapuava:

Em ampliação, e explicação da Sessão antecedente se ordene ao Commandante de Guarapuava não faça novas bandeiras para dentro do recinto de sua jurisdição, sem ordem expressa deste governo, limitando-se somente a repelir a força com a força em Guerra Justa, e se lhe ordene muito, e muito, que não se dem castigos de surras, e outros infamantes aos indios antes sejam tratados com toda a justiça, e caridade Cristam; não sendo considerados os indios apanhados em guerra justa se não como prisioneiros de guerra, e sómente obrigados por oito annos aos serviços da lavoura, e economia, como se fossem agregados, ou

---

<sup>183</sup> Ordem ao Comandante da real expedição Capitão Antônio da Rocha Loures. São Paulo, 3 de dezembro de 1822. Secretaria do Governo da Província de São Paulo. Fundo registro de ordens régias e avisos ministeriais relativos à Real Expedição de Conquista de Guarapuava contra os Índios. – Códice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370. AN, p. 95.

<sup>184</sup> Sessão 28ª do Conselho Geral da Província de São Paulo, 29 de agosto de 1821. *DIHCSP*. V. 1, 3ª edição, 23 de maio de 1822. São Paulo: Cardozo e filho, 1913, APESP, p. 46-47.

alugados, sem contudo se lhes pagar salários, e sómente comida, e vestuário, como hé de justiça. Palácio do governo de São Paulo em 1 de setembro de 1821.<sup>185</sup>

O governo de São Paulo cria novo direito estabelecendo o cativo limitado dos índios por oito anos, contrariando as determinações da carta régia de 1º Abril de 1809, que dizia que os índios aprisionados em *guerra justa* poderiam ser escravizados por 15 anos. Era uma tentativa de coibir um comércio de cativos indígenas que tinha se instalado ao longo dos séculos, enraizado em uma política de usos e costumes antigos, onde os luso-brasileiros não entendiam outra situação para os indígenas que não fosse a conversão pela sua utilização como mão de obra. O Conselho também alerta para que se evitem as surras e castigos infames. Mas o que se escondia diante dessa preocupação dos Conselheiros da Província de São Paulo? Abrigado por uma guerra, dita justa pelo governo estava o cativo dos índios em sua fronteira Sul, principalmente em torno dos caminhos para os campos de criação de gado das Missões.

A Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava tinha alcançado seu objetivo. Os campos haviam sido conquistados e o butim de guerra, composto pelo corpo dos conquistados e por suas terras, estava e seria distribuído entre moradores das vilas e povoados, e principalmente por aqueles que contribuíram com ajuda financeira, material ou mesmo com gente para compor as tropas de ocupação. A partir da morte de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, o Trem Real de Guerra, que já havia sido desmontado bem antes, deixa de existir totalmente, passando a ser uma lembrança e entrando para a história da expansão luso-brasileira no planalto meridional, uma história que dava seus primeiros passos, e que ia perdurar durante todo o século XIX.

---

<sup>185</sup> Sessão 29ª do Conselho Geral da Província de São Paulo, 1 de setembro de 1821. *DIHCSP*. V. 1, 3ª edição, 23 de maio de 1822. São Paulo: Cardozo e filho, 1913, APESP, p. 47-49.

## DE SÃO PAULO, POR SANTA CATARINA ATÉ SÃO PEDRO. CONFLITO E CATIVEIRO INDÍGENA NOS CAMINHOS DO SUL

### O Continente do Sul<sup>186</sup> e seu caminho

A história da Fronteira Sul de São Paulo pode ser contada pela análise e compreensão da ocupação e invasão das terras indígenas, junto ao chamado Caminho das Tropas, ou o Caminho do Sul, a estrada que conduzia os rebanhos de animais e de produtos como couro e o charque, dos campos de criação do Brasil meridional até a feira de Sorocaba, onde eram vendidos ou trocados por mercadorias tais como tecidos, roupas, aguardente, ferramentas, pólvora, chumbo e armas.<sup>187</sup> Utilizando fonte documental, das freguesias e vilas que faziam parte da São Paulo Provincial, procura-se perseguir este processo de ocupação, que não foi destituído de conflitos com as populações que habitavam as terras principalmente a oeste da estrada, os índios. Procuramos compreender o processo de guerra e caça a essas populações indígenas, desde a Vila de Itapetininga até a Vila de Lages que, em muitos casos, foram colocadas em cativeiro ou mesmo escravidão. Para compreender a sociedade e seu tempo contextualizado, é necessário abrir espaço para os relatos e documentos e, com a literatura e as abordagens vigentes, tentar elucidar algumas questões basilares e de extrema urgência para a História do Brasil Meridional do século XIX.

Nesse capítulo se vai analisar em que dimensão de fato existia a escravidão indígena no século em foco, principalmente em sua primeira metade nos caminhos do sul do Brasil, e mais especificamente entre os anos de 1820 e 1833. Procuramos conhecer as estratégias, técnicas e táticas utilizadas na guerra entre indígenas e não indígenas, a estrutura social desta sociedade de fronteira e a reconstrução das formas que se utilizavam para a caça aos grupos indígenas e seu consequente cativeiro.

O Caminho das Tropas, Caminho do Sul, Caminho de Sorocaba, Caminho de Viamão, a Estrada do Sul, ou o caminho para o Continente do Sul, como muitas vezes nas fontes, vai ser chamado o

---

<sup>186</sup> Encontramos na documentação estudada várias vezes esta expressão “O Continente do Sul”.

<sup>187</sup> Sobre o comércio de Sorocaba com as tropas do sul, ver BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade numa economia de abastecimento interno (Sorocaba nos séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1994.

planalto, as terras altas que seguiam para o interior, adentrando pampas e campanhas. Na verdade, não era propriamente um caminho, mas uma rede de caminhos, que unia comercialmente os campos de criação de animais, desde Viamão, os Campos de Cima da Serra e as missões jesuíticas fronteiriças a província de Corrientes, passando pelo sertão de Lages (como era chamado à época), invernando nos Campos Gerais entre Vila do Príncipe (atual Lapa) e Itapetininga, cujo ponto terminal era a Feira de Sorocaba, que funcionava durante todo o ano e onde as mercadorias e tropas de animais eram comercializadas. O percurso saindo de Sorocaba, entre Itapetininga e Curitiba, passava pelos Campos Gerais, e após seguia até a Villa do Príncipe (atual lapa), atravessava o sertão de Lages em Santa Catarina e chegava aos campos de criação de gado em Vacaria, já na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (Ver Mapa 2). O Caminho fazia parte de uma rede comercial que havia se estabelecido desde a colônia a partir da ocupação da Campanha Gaúcha da província de São Pedro pela Companhia de Jesus. Das missões que os jesuítas fundaram na região sul do Brasil, e em partes dos países vizinhos, no século XVII, e que foram destruídas pela aliança de tropas espanholas e portuguesas, sobraram, nas pastagens dos Pampas e do Planalto, dezenas de milhares de cabeças de gado vacuum e muar. Estes rebanhos errantes e sem dono, chamados de gado alçado ou orelhano, passaram a ser reunidos em fazendas montadas principalmente por paulistas, que vinham apresiar índios nessas regiões. Vilas como Lages e Vacaria tinham uma economia, um comércio incipiente movido principalmente por fazendas que com este gado alçado, e a criação propriamente dita de animais mantinham a vivência e o cotidiano do estabelecimento desses lugares.

O século XVIII no Brasil da São Paulo Provincial foi marcado pela abertura de caminhos, estradas e novas freguesias, vilas, e cidades. Antigos caminhos indígenas eram ampliados, ou simplesmente mapeados, e contavam nestas expedições de abertura de caminhos e estradas com vaqueanos e guias indígenas. A antiga Estrada Real pelo litoral era um conjunto de picadas que ligavam as capitânicas meridionais unindo a colônia de Sacramento a Rio Grande, Laguna, Desterro, São Francisco, Paranaguá e Santos. O percurso para a condução de tropas de animais era muito moroso, pela necessidade que existia da travessia de vários rios e suas desembocaduras no mar. O caminho sobre a serra acompanhando o planalto foi a melhor alternativa encontrada, o tempo de viagem e seus riscos diminuía bastante. Os antigos caminhos indígenas, e as novas picadas abertas

Mapa 2 – O continente do Sul e seu caminho



Fonte: [www.embrapa.br](http://www.embrapa.br), Adaptação e Criação: SPINA, Tiago. 2012.

pelos paulistas permitiram uma ligação por terra entre o Sudeste e o Brasil Meridional. As Capitânicas centrais do Brasil (principalmente Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), com o progresso da mineração, necessitavam de animais de tração e, especialmente, da mula, que eram os únicos animais que transportavam cargas em grandes distâncias por caminhos impraticáveis. Como um grande número desses animais estava e era criado na região das Missões, o Caminho por Cima da serra, com esta demanda significativa, a partir da segunda metade do

século dezoito, passa a ser o Caminho das tropas, o Caminho para o continente do sul, o caminho das tropas de animais e seus condutores, e dentro desse movimento se fundaram freguesias e vilas, como Sorocaba, Itapetininga, Itapeva da Faxina (atual Itapeva), Castro, Lapa, Palmeira e Lages.

Paulo Pinheiro Machado no artigo “Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano” nos dá a seguinte informação sobre o caminho das tropas:

Com o caminho das tropas se formaram um longo curso de fazendas de invernada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorde do gado extenuado pelas longas jornadas. O Planalto, iniciando em São Pedro e seguindo até a capitania de São Paulo, era dominado pela mata de araucária e entrecortado por formações de campos naturais em Cruz alta, Passo Fundo e Vacaria, no Rio Grande do Sul, Lages, Campos novos, Curitibanos e Estiva (Canoinhas), em Santa Catarina, e Palmas, Guarapuava, Lapa, Castro, Palmeira e Curitiba, no Paraná.<sup>188</sup>

Fazendas de invernada e criação de animais, combinado com uma agricultura mais de subsistência do que de comercialização. “A invernada” era a expressão dada para o descanso dos animais que estavam sendo tropeados, chegavam a estes lugares no fim do verão, e aí passavam o outono e o inverno, recuperando o peso perdido no caminho, para na primavera seguirem em direção a feira de Sorocaba. Os Campos Gerais, com seus lugares como Itapetininga, Castro, Itapeva da Faxina, Palmeira, apresentavam-se de forma apropriada para realização da invernada. Auguste de Saint Hilaire, sobre isto escreveu:

As excelentes pastagens dos Campos Gerais são aproveitadas como invernada para as numerosas tropas de burros que vêm do Rio Grande do Sul, divididas em pontas de quinhentos a seiscentos animais. As tropas chegam em fevereiro, depois de atravessarem o Sertão de Viamão, entre Lapa e Lages, onde perdem muito

---

<sup>188</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. “Bugres, Tropeiros e Birivas: Aspectos do Povoamento do Planalto Serrano.” IN BRANCHER, Ana Lize, AREND, Sílvia (orgs.) História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001. p. 15.



peso. Comumente, em lugar de forçarem os animais a prosseguir viagem, os tropeiros deixamos descansar nos Campos Gerais até outubro, quando então seguem para Sorocaba. No começo da invernoada os camaradas que acompanharam a tropa até ali são mandados de volta, com a exceção de dois ou três sendo contratados outros quando se reinicia a viagem.<sup>189</sup>

Não se pode deixar de pensar, lendo essas informações, na mobilidade destes lugares fronteiriços que, ao invés de isolados e estacionados no tempo, permitiam uma verdadeira movimentação em curso. Homens que eram contratados para as tropeadas eram, antes de tudo, homens que estavam sempre se deslocando de um lugar ao outro, vinham com uma tropa, voltavam ao sul, e depois retornavam com outra tropa de animais. A vida nas tropeadas de animais era difícil, assim como a lida diária nas fazendas. As privações de conforto, de alimentação, os riscos e a distância do lar eram efetivamente elementos que tornavam as tropeadas mais difíceis, assim como as chuvas, que elevavam o nível dos rios, dificultando a travessia dos animais, e, mesmo os pequenos arroios se transformavam em rios caudalosos, que os tropeiros evitavam cruzar, assim como as matas mais fechadas. Para auxiliar no manejo das tropas de gado e facilitar seu deslocamento pelos campos, sem risco de fuga das rezes, de infestação de parasitas ou de contaminação por doenças, foram construídos os “corredores de tropas”, ladeados por “taipas”, que são muros de pedras empilhadas de modo a criar uma cerca por longas distâncias sobre os campos do Planalto, tal como se fosse uma estrada. *“Atribuída aos escravos africanos, a construção destes corredores, também ajudava a limpar as pedras do*

---

<sup>189</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. São Paulo: Editora da USP, 1978, p. 23. Os relatos dos viajantes, pelo Sul do Brasil, tem sido sempre, um suporte razoável para nossos estudos e interpretações sobre a história dos séculos passados, são numerosos os intelectuais que os estudaram para interpretar o país e o passado. No caso de Saint-Hilaire, seus relatos são de uma contribuição substancial para a história, e aqui, também não vamos ser diferentes, vamos nos servir também de seus estudos, e as possibilidades dos relatos como fontes para a interpretação histórica. Comparando e cruzando com outros instrumentos do ofício de historiador, como os documentos oficiais e outras possibilidades de testemunho da história, os relatos de viajantes se tornam valiosíssimos para a consecução de nossos objetivos primordiais da investigação histórica.

*terreno de modo a facilitar o crescimento da pastagem.”*<sup>190</sup> (ver Fig. 2 e Fig.3)

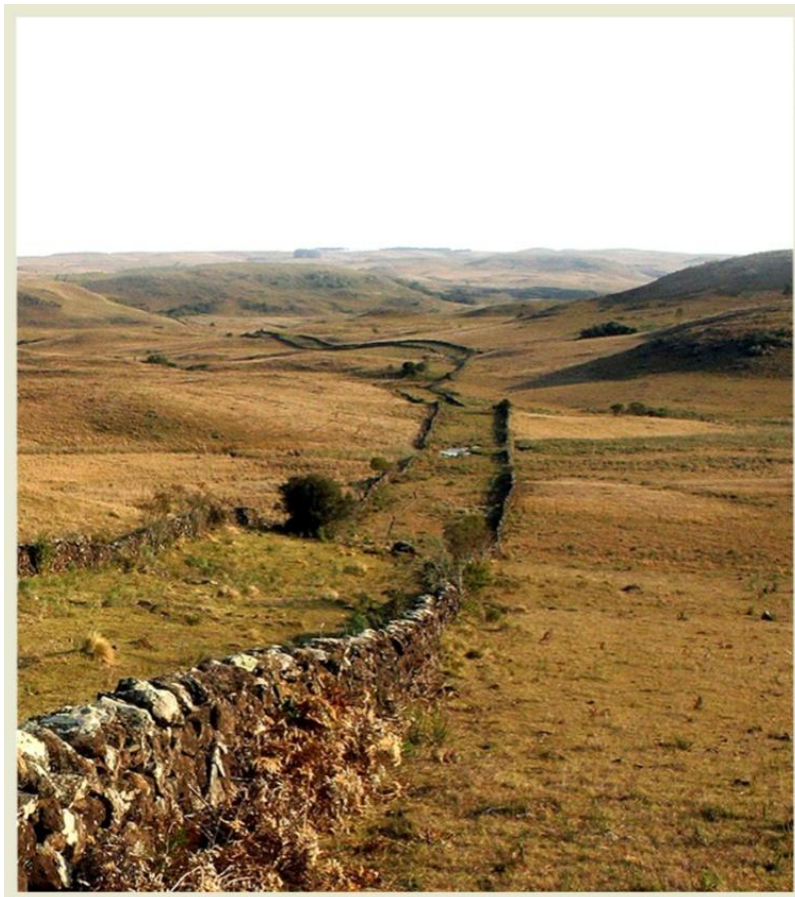
As tropas eram o resultado final do trabalho diário nas fazendas para engordar o gado, curar bicheiras, castrar novilhos, distribuir o sal para os animais, consertar mangueiras, cercas e currais, fazer a doma de cavalos xucros, marcar os animais, cuidar dos reprodutores e aumentar o rebanho. Depois de algum tempo preparando os animais, os peões escolhiam os de melhor porte e mais saudáveis, separavam-nos dos demais, e os tropeavam para vender. Tão logo os animais alcançavam o ponto de abate, ou um porte adequado para o serviço de cargas no caso dos muares, começava o planejamento da tropa que conduziria os melhores animais aos consumidores finais. O tipo de animal a ser tropeado, a quantidade de peões disponíveis, eram variantes que somadas a outras como as necessidades de alimentação, de munição para caça e defesa, de dinheiro, entre outros fatores, faziam que dificilmente as tropas pudessem ser planejadas de uma só maneira, mas sofriam sempre adaptações conforme seus objetivos e meios.<sup>191</sup>

---

<sup>190</sup> HERBERTS, Ana Lúcia. *Arqueologia do caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas*. Tese de Doutorado do programa de Pós-Graduação em História pela PUCRS, 2009, p. 542.

<sup>191</sup> DIAS, Haylor Delambre Jacques. “Cultura Serrana Tropeando pelo Planalto Catarinense”. *Revista História Catarina*. Ano V, Numero 32, junho 2011, p. 62-82.

Figura 2 – Corredores das Tropas. Lajes.



Fonte: <http://paulochagas.net>

Figura 3 – Corredores das Tropas. Lajes.



Fonte: <http://www.bemparana.com.br>

O viajante Auguste de Saint-Hilaire sobre a Estrada do Sul, como também era chamado o Caminho do Continente, deixou informações importantes:

O trecho da Província de São Paulo que eu tinha percorrido entre Sorocaba e Curitiba era formada por uma língua de terra estreita, isolada no meio de uma região inculta, e se pode dizer que na extremidade dessa língua de terra o Brasil se interrompia, por assim dizer. Com efeito, do lado do mar erguia-se, quase inacessível a Serra do Paranaguá, e depois de Lapa, também chamada Vila Nova do Príncipe, situada a 12 léguas de Curitiba, era necessário, para sair da província, atravessar 60 léguas do Sertão do Sul, ou Sertão de Viamão, região totalmente despovoada e

infestada de selvagens, onde a estrada não passa de uma sucessão de perigosos atoleiros.<sup>192</sup>

O Caminho para o Continente do sul, nas palavras do naturalista francês, era uma estrada de muitas faces, em alguns momentos, bem cuidada, cercada por muros, em outros lugares não passava de uma confusão de atoleiros, dado o passo contínuo dos animais por estes lugares, e em outros era mal cuidada e decadente. A parte que ia de Sorocaba até Curitiba, durante os anos 1820, era uma estrada mais no seu termo propriamente dito. Depois de Lapa também chamada de Vila Nova do Príncipe, estava o sertão do sul, ou de Viamão, lugar de perigosos atoleiros, e próximo às terras indígenas, lugar de povos originários e, é sobre esses os povos indígenas, os não indígenas e invasores, e esses lugares que passo a tratar.

### **Os Senhores, o Mato e o Campo.**

Para conhecer os ‘Senhores’ e seus lugares: o Mato e o Campo<sup>193</sup>; um dos documentos que se abre a estas e outras possibilidades é o relato de viajantes, como o de Saint-Hilaire. No verão de 1820, Auguste de Saint-Hilaire, após deixar para trás o registro de Sorocaba, atravessava os Campos Gerais, seguindo o curso do rio Jaguariáiva. No seu caminho, uma de suas paradas foi na fazenda homônima ao rio, de propriedade de Luciano Carneiro Lobo, onde escreveu:

Poucos instantes depois da minha chegada, o Coronel levou-me para ver as suas vacas e bezerros, que estavam chegando ao curral. Os vaqueiros, a cavalo, iam tocando os animais à sua frente, e se alguma vaca se desgarrava do rebanho, eles a cercavam a galope e a traziam de volta.

O Coronel queixou-se bastante da vizinhança dos índios hostis, que às vezes atacavam as propriedades dos paulistas. Como a população branca tivesse diminuído a partir de

---

<sup>192</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 72.

<sup>193</sup> Uso essa oposição no sentido de pensar domínios sobre espaços, e nesse sentido incluo os povos originários, os indígenas, e do outro lado, os invasores, seguindo esse curso estabelecemos na voz dos relatos, depoimentos, e documentos esses lugares “o Mato e o Campo”. O Mato, com a invasão luso-brasileira passa a ser refúgio e domínio dos povos originários e, os campos abertos, cada vez mais, como os lugares de domínio e expansão da conquista.

certa época, os índios se tinham tornado mais audaciosos, e a seca de 1819, cujos tristes efeitos eles também experimentaram, contribuiu para aumentar sua ousadia. Fazia pouco tempo eles tinham invadido os pastos do Coronel, onde mataram alguns cavalos e comeram a sua carne, coisa que jamais haviam feito até então. Poucos dias antes de minha chegada a Jaguariaíba, eles tinham sido vistos rondando a propriedade. O Coronel mandou buscar imediatamente alguns de seus soldados, para que perseguissem os índios, e fazia poucas horas que eu havia chegado à fazenda quando vi aparecerem oito homens a cavalo, bem armados e prontos para marchar contra o inimigo, no dia seguinte. Alguns deles já tinham tomado parte nesse tipo de caçada, e me deram algumas informações sobre a maneira como era feita. Eles saíam à procura de rastros de índios, e os seguiam até as suas moradas, caindo sobre eles de surpresa. Os homens empreendiam a fuga sem se defenderem, tão logo ouviam os tiros de fuzil, e os atacantes se apoderavam das mulheres e das crianças. Como os índios, procurando vingar-se, sempre armavam emboscadas no caminho onde os brancos passavam, estes voltavam por outro caminho para escapar a isso.<sup>194</sup>

No excerto, Saint Hilaire anuncia a perspectiva de se começar a compreender a forma de atuação, e a conformação mesmo do *modus operandi* das atividades e expedições de caça e captura aos indígenas. Como vemos, segundo o naturalista, a população branca havia diminuído e com isso aumentou a ousadia dos índios. A diminuição do número de invasores nas terras dos índios nos Campos Gerais foi determinada menos pela reação desses últimos, do que as campanhas de recrutamento para campanhas militares sejam internas ou externas ao Brasil, principalmente no Distrito de Castro, o que fazia com que muitos moradores fugissem temendo serem recrutados para o chamado esforço de guerra. Continuando a análise, segundo Saint Hilaire, os ataques aos grupos indígenas eram feitos de surpresa, e depois de um prévio reconhecimento de seu lugar de abrigo, seguia-se o combate, onde após

---

<sup>194</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 35.

a descarga das espingardas, escopetas e pistolas, os homens eram mortos ou então fugiam, finalizando com a prisão de mulheres e crianças.

Este *modus operandi* é praticamente o mesmo em todas as operações de combate e destruição a acampamentos vistos como inimigos pelas expedições de guerra e caça. O elemento surpresa determina ao atacante nítida vantagem e, para que se consiga o sucesso na missão, deve ser precedida de expedições de reconhecimento, de localização do acampamento indígena, de suas entradas e saídas, de seus postos de vigia. Sendo assim, o ataque era realizado em geral nas primeiras horas antes do amanhecer, e muito melhor após algum evento festivo, quando o inimigo no torpor da embriaguez, do cansaço e do sono profundo era despertado pelo terror do estampido das armas de fogo, e a morte, destruição e cativo que anunciavam.<sup>195</sup>

A atividade de reconhecimento do terreno, ou seja, descobrir a morada dos índios e fazer o levantamento de tudo que interessa ao bom êxito da expedição era uma tarefa das mais difíceis e os homens que as faziam em geral eram os guias dessas, experientes na lida com o mato e os índios, homens que sabiam se defender com pólvora e chumbo:

O Coronel Luciano Carneiro era depositário da pólvora e do chumbo que o governo enviava aos Campos Gerais para que os seus habitantes pudessem se defender dos bugres e dos selvagens. No dia em que os oito paulistas recém-chegados deviam pôr-se em marcha, o coronel distribuiu entre eles uma certa quantidade

---

<sup>195</sup> Essas estratégias seguem praticamente o mesmo *modus operandi* em toda América, basta lembrar o lendário General Custer e o Sétimo de Cavalaria que entrava ao amanhecer com canhões e cavalos sobre as tendas dos Sioux no também lendário velho oeste americano. Dee Brown em *Homens e Sombras* (São Paulo: Melhoramentos, 1988) através das pesquisas e dos depoimentos colhidos pelo repórter Sam Morrison do *Sain Louis Herald* narra a história do Capitão Charles Rawley, herói da história americana na guerra contra os índios, e aqui pode-se verificar um pouco da afamada “marcha americana para o Oeste”, cuja expansão se deu pela tomada das terras dos índios através de uma guerra de conquista. O mesmo autor em outro clássico, *Enterrem meu coração na curva do rio* (Porto Alegre: L&PM, 2006), relata a destruição sistemática dos índios da América do Norte. Lançando mão de várias fontes, como registros oficiais, autobiografias, depoimentos e descrições de primeira-mão, Dee Brown faz grandes chefes e guerreiros das etnias Apache, Dakota, Ute, Sioux, Cheyenne e outras contarem com suas próprias palavras sobre as batalhas contra os não índios, os massacres e rompimentos de acordos. Todo o processo que, na segunda metade do século XIX, quase exterminou essas populações do cenário do oeste americano. Esses e outros estudos contribuíram para mudar o modo de o mundo ver a conquista do Velho oeste americano e a história do extermínio dos indígenas, que nos EUA eram denominados pejorativamente de peles-vermelhas.

de munição de guerra; deu a cada um uma ração de carne, de farinha e de sal para três dias, e eles partiram. Alguns deles entraram, antes, no oratório do coronel, abriram o nicho onde estava guardada a imagem da virgem, ajoelharam diante dela e oraram por alguns instantes.<sup>196</sup>

Luciano Carneiro Lobo era um dos mais abastados fazendeiros dos Campos Gerais, possuidor de várias fazendas e muitas cabeças de gado, e como tal era o fiel depositário da pólvora e chumbo para abastecer as armas de fogo, que longas ou curtas, eram de ante carga, carregava-se pela boca a pólvora, socava-se e depois se introduzia o chumbo. O acionamento era por pederneira, ou seja, a percussão era extrínseca, e dava apenas um único tiro, o que permitia certa vantagem de fuga ou reação ao opositor. Os oito paulistas a que se refere o viajante, municidados e com ração de guerra – farinha, carne e sal -, que partiram depois de rezarem diante da imagem da Virgem Maria, provavelmente pedindo proteção para a expedição contra os índios, eram todos ou quase todos destes que dentro deste mundo de criação de animais, fazendas, estâncias, picadas, estradas, matos e campos, eram chamados de Vaqueanos, mas também eram lembrados como práticos, ou como mateiros. Seus salários eram no máximo o equivalente ao soldo de um cabo de milícias, algo em torno de 4\$500 réis por mês. Qual o ganho, então, destes práticos, desses experientes que eram tão caros e valiosos aos comandantes de vilas, povoados, e rocios? O ganho estava no resultado destas expedições, no aprisionamento de mulheres e crianças indígenas. O preço de venda poderia atingir eventualmente até 100 mil réis, por uma mulher ou criança indígena o que, nestas condições, aparecia como um excelente negócio. A venda era facilitada pela proximidade que vilas e povoados tinham ao caminho de tropas, assim não era tarefa difícil arrumar um comprador já que a necessidade de mão de obra estava desde Sorocaba em São Paulo, até Viamão já em São Pedro.

Um destes vaqueanos, de nome Joaquim Correa, era um dos paulistas que estavam ao serviço do Coronel Luciano Carneiro Lobo, cujas habilidades adentravam a coragem e o fato de já ter experiência em entradas no mato para as quais sempre era voluntário. Vamos encontrar outro destes vaqueanos em Itapeva da Faxina, como Jesuíno, que em 1830 brigava na justiça pelo direito de propriedade sobre uma

---

<sup>196</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 35.



índia que teria retirado do mato em uma expedição. O advogado do governo de São Paulo, político e ex-Presidente da Província Manoel Joaquim de Ornellas pronunciando-se a respeito da contenda declara-se contrário às pretensões de Jesuíno, entre outros argumentos, de acordo com o jurista, Jesuíno que havia servido de comandante na expedição *“alem de muito ambiciozo é bem conhecido por péssimo homem como não tivesse na tal diligencia apanhado bugre algum para vender, pois que sempre foi o seu negocio, e era do que vivia, quis por em praça a dita bugre para ao menos repartirem o seu producto.”*<sup>197</sup>

Saint Hilaire continua seu relato falando dos indígenas que vai encontrando pelos caminhos entre Sorocaba e Curitiba, e nos deixa valiosas observações sobre o principal grupo étnico desses lugares: os Kaingang, que segundo suas observações eram denominados de Coroados:

Os paulistas dão aos bugres vizinhos de Jaguariaíba o nome de Coroados porque, segundo dizem, esses selvagens costumam fazer no alto da cabeça uma pequena tonsura, que em português tem o nome de coroa. Segundo informações unânimes dadas pelas pessoas mais instruídas do lugar, esses índios constroem suas casas com paus cruzados, a maneira dos luso-brasileiros, e as cobrem de folhas de bambu ou de palmeira; mas não rebocam as paredes com barro, e fazem as casas extremamente compridas, de maneira que várias famílias podem morar juntas. Esses selvagens cultivam o milho e o feijão, e parece que não são totalmente estranhos a alguns tipos de indústria. Um dos soldados da milícia que tinham vindo à fazenda para participar da expedição contra os índios mostrou-me uma saia de mulher coroadada, feita de um tecido muito grosseiro, é bem verdade, mas extraordinariamente resistente. Uma índia dessa tribo, que havia sido aprisionada e o Coronel conservava em sua casa, me disse que para fazer aquele tipo de tecido era empregado a casca de um certo cipó, que inicialmente era mergulhada na água e depois batida com pedaços

---

<sup>197</sup> Resposta do Advogado e ex-presidente da província de São Paulo Manoel Joaquim de Ornellas sobre o direito a liberdade e escravidão de uma Índia. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 1, documento 95 A, ordem 1012. APESP.

de pau até se transformar em estopa; com essa estopa eles faziam uma espécie de corda, enrolando-a sobre a coxa. Finalmente o tecido era feito a mão, sem a ajuda de uma agulha ou de qualquer instrumento análogo.

Quanto aos coroados dos Campos gerais, é bem provável que eles e os indígenas de mesmo nome que habitavam as terras próximas de Guarapuava formassem uma só nação e que, em consequência, eles nada tem em comum com os coroados do Rio Bonito nem com os do Presídio de São João Batista.

Os paulistas se revoltavam contra as mortes e destruições feitas pelas diversas tribos de bugres que, desde Itapetininga até Curitiba, habitam as proximidades da estrada. mas ninguém jamais os acusou de antropofagia, crime que era atribuído outrora a tantas tribos indígenas.<sup>198</sup>

Parte das áreas entre Sorocaba e Lages, junto à estrada do sul, era de roças, e muitas das casas eram de pobres que ocupavam os lugares perto da mata, feitas de forma rústica, cujo único reforço era os tapumes de argila. Telhas de barro era elemento raro mesmo nas habitações da maioria dos povoados como Guarapuava e Palmeira. Por isso, de acordo com o viajante, os ‘Coroados’ moravam em casas tais quais as dos luso-brasileiros, possuíam uma cerâmica de boa qualidade e até superior a dos paulistas, fabricavam tecidos, e faziam roças de milho e feijão. Tais atividades demonstram um grau de especialização tecnológica e sedentarismo, o que confirma esses povos originários como seminômades, e ocupando vasto território de deslocamento e morada.<sup>199</sup> Os Coroados assim eram chamados pela pequena tonsura que faziam no alto da cabeça em forma de coroa como anotou Saint-Hilaire e que estes não deviam ser confundidos com outros grupos Coroados do sudeste brasileiro. Manuela Carneiro da Cunha observou para esta região que a expressão Coroados designava genericamente os diferentes grupos que usavam na cabeça uma espécie de coroa de

<sup>198</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 35-36.

<sup>199</sup> Como já disse no início da Tese, Lúcio Tadeu Mota, em errata da qualificação dessa, assim os define, por manejarem vastos territórios de morada e deslocamento.

plumas.<sup>200</sup> Os Coroados do Sul estavam longe de assim serem denominados pelo uso de coroas de plumas, seu corte a moda dos frades franciscanos, é que determinava essa nomenclatura.

Ainda segundo o naturalista francês, os Coroados não eram antropófagos, mas devastavam e assassinavam desde Itapetininga até Curitiba. Com relação à antropofagia é sabido o quanto esta foi utilizada pelo invasor para acusar os povos originários e assim permitir a guerra justa diante de uma ofensa imensurável. No que concerne aos ataques e mortes provocados pela reação dos povos indígenas à invasão de suas terras, pode-se inferir que estes ataques tinham sua justificativa não só pela reação à invasão, mas também pela apreensão de bens que a sociedade invasora colocava em seu território e como tal lhes era de acesso permitido. E mesmo no que se refere à veracidade pelo menos na proporção real destas, também esta fundamentado em um “perigo”, o perigo indígena, que determinava as reações legalizadas que se configuravam nas diligências e expedições de caça e captura de índios que estavam nas matas.

Saindo um pouco de Saint Hilaire, mas ainda dentro do ‘Caminho para o Continente do Sul’,<sup>201</sup> e dentro do tema do apresamento e cativeiro dos indígenas, na vila de Lages, o Delegado Guilherme Ricken em correspondência ao Presidente da Província João José Coutinho no ano de 1852, ao escrever sobre a ausência de um aldeamento apesar do município estar rodeado de sertões povoados por diferentes indígenas, dizia que tal acontecia e se justificava pelo desleixo em catequizá-los:

[...], e também ao modo com que os moradores até há bem poucos anos procedião contra elles, cassando-os como animaes, com o interesse de lhes apanhar e captivar os filhos donde resultou que os índios entranhando-se mais pelas mattas dentro, criarão ódio mortal contra a raça branca, o que talvez ainda por muito tempo frustrará qualquer tentativa que se queira fazer para chamá-los à Civilização.<sup>202</sup>

---

<sup>200</sup> Sobre as guerras justas ver CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da.(Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 151.

<sup>201</sup> Em alguns documentos que estudamos aparece esta expressão o “continente do sul”, algo como o interior, o planalto, as terras altas que fugiam das praias e do litoral.

<sup>202</sup> Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho, descrevendo Coroados e Botocudos, em 14 de Janeiro de 1852. Série: Offícios

Em Lages, de acordo com o Delegado, os moradores cassaram os índios como animais, com o objetivo de apanhar e fazer escravos os seus filhos, e tal ocorreu em várias localidades ao redor do chamado caminho do sul, aos índios cada vez mais restou a fuga para dentro das matas mais inacessíveis. Assim como o viajante francês, o Delegado Guilherme Ricken também descreve os coroados:

Todos os Índios são aqui appellidados pelo nome genérico de Bugres; entretanto que existem duas nações bem distinctas que são conhecidas pelos nomes de Coroados e Botocudos. A primeira destas nações assim denominadas, talvez por huma corôa grande que todos tem aberta no alto da Cabeça, à moda dos frades, habita os Sertões ao Oeste desta Villa, e nunca passão para l'este da Estrada Geral que vem de São Paulo para este Municipio. Estes Índios forão cathequisados em Guarapuaba, e ali receberão as primeiras noções de Civilisação; largarão porem o Aldeamento e tornarão à vida errante tornando-se o flagello dos viandantes que em grande numero transitão pela mencionada estrada [...] O Character destes indígenas He menos feroz do que o dos Botocudos com quem vivão continuadamente em guerra, e de quem se tomão muito. Elles fazem prisioneiros e principalmente quando apanhão mulheres brancas que levão para o matto, e também tem apparecido negros entre elles. Suas armas e utensílios são fabricados com rara perfeição, e alguns que tenho visto são muito curiosos.<sup>203</sup>

As observações do Delegado em comparação as do naturalista se assemelham em vários pontos. À industriiosidade dos Kaingang, com seus arcos, flechas, panelas, vasos, tecidos, casas de boa construção, a opinião é uma só: os trabalhos são fabricados, nas palavras do delegado, “com rara perfeição”. Com relação à denominação Coroados ambos concordam que assim chamavam-se pelo corte de cabelo e sua pequena tonsura à moda dos padres franciscanos, mas é preciso lembrar que

---

dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 5-5v. APESC.

<sup>203</sup>Idem.

Saint-Hilaire observou também que alguns coroados apresentavam cabelos cortados de forma igual, e outros os deixavam compridos atrás. Além de possuírem opiniões idênticas no que se refere ao “perigo indígena”, segundo o delegado, os errantes Coroados eram o flagelo dos viajantes que transitavam pela estrada do sul. Acrescenta o delegado Guilherme Ricken que faziam prisioneiros em seus assaltos, e costumavam raptar mulheres brancas que levavam para o mato.

Guilherme Ricken e Saint-Hilaire também foram unânimes com relação a identificação dos inimigos dos Coroados, apontaram um grupo em especial, que vivia do lado leste da estrada para o sul, internados nas matas abaixo das serras entre o litoral e o planalto -os Botocudos. Ambos apontam o fato de usarem adornos abaixo do lábio inferior, chamados de botoque, e daí a expressão ‘Botocudos’, embora essa expressão estivesse muito mais vinculada aos discos labiais usados pelos Krenak, os botocudos de Minas Gerais, enquanto que os botocudos inimigos dos Coroados usavam ornamentos labiais não em forma de disco, mas de forma cilíndrica, chamados de tembetá. O Delegado Ricken fez comentários mais precisos sobre os Botocudos:

Os botocudos que trazem por distincção o beijo inferior furado, e com huma grande rodela de pao, vivem nos sertões que separam este Municipio do littoral da Provincia; achão-se no estado primitivo de natureza, e nunca largão sua vida errante; não se apresetem nem queirão relação alguma com ninguém; mattão tudo quanto encontrão, e até os seus proprios que depois de criado entre nos, lhes cahem nas mãos. He proverbial a paciência e tenacidade com que estes índios espreitão huma casa, e infallivel a desgraça quando chegão a attacar. Elles tem grandes alojamentos em pontos certos debaixo da Serra, e que Ca de cima facilmente se reconhecão pela fumaça; vivem segundo consta na maior miséria, e nehuma commodidade conhecem. Os seus arcos e flechas apesar de fortes são muito mais grosseiros e imperfeitos do que o dos coroados. o seu numero deve ser considerável, pois em todas as partes apparecem vestígios d’elles.<sup>204</sup>

---

<sup>204</sup> Ibidem.

Errantes, selvagens, primitivos, miseráveis, vadios, perigosos e ferozes, termos pejorativos que já indiquei como parte do arcabouço que juridicamente instituiu a guerra, e a conseqüente escravidão dos Índios. O interessante é a observação de que habitam ao leste da estrada e como tal seus inimigos, os Coroados, habitavam do outro lado da estrada o lado oeste, simbolicamente eram povos que se dividiram em orientais e ao sol nascente e outros ocidentais e ao sol poente. Tal divisão pode esconder uma origem comum. Coroados e Botocudos pertencem ao mesmo tronco lingüístico, os da sociedade Jê, também chamados de tapuias, ou, segundo Francisco Silva Noelli, os jês meridionais ou do sul<sup>205</sup>. Sílvio Coelho dos Santos já dizia que os Xokleng linguisticamente se filiam ao grupo Kaingang, e recentemente num seminário nas dependências da UFSC em 2009, denominado “*La Klãnõ, os caminhantes do sol, povo Xokleng*”, em uma palestra com os caciques e os mais antigos da terra indígena La Klãnõ, Aniel Priprá, Cacique Presidente da terra indígena, disse que os Xokleng conseguiam entender os Kaingang e vice-versa, e que os Kaingang comentavam que por vezes era mais fácil entender um Xokleng, do que entenderem-se um Kaingang do sul e outro do norte.<sup>206</sup>

A denominação Xokleng foi construída por antropólogos, sertanistas, e missionários. Ao que parece é uma derivação de Xocren, ou Xocrens que o Padre Francisco das Chagas Lima menciona de passagem em suas *Memórias da Conquista de Guarapuava*, e que já apareciam como inimigos históricos dos Coroados habitando as matas em direção ao litoral.<sup>207</sup> Ainda no século XVIII, na décima expedição da tentativa de conquista de Guarapuava, a comandada pelo tenente Coronel Afonso Botelho de Souza, e que foi derrotada pelos índios, a expedição teria se encontrado no dia 18 de dezembro de 1771, com “*os índios da nação Xuclan segundo alguãs palavras, que se lhes tem percebido.*”<sup>208</sup> Esse encontro pode indicar a presença no planalto dos

<sup>205</sup> NOELLI, Francisco Silva. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. UEL, 2004, p. 26-27.

<sup>206</sup> PRIPÁ, Aniel. Palestra no seminário *La Klãnõ, os caminhantes do sol, povo Xokleng*. História, Direitos, saúde, Educação. Florianópolis, UFSC, 04 de dezembro de 2009.

<sup>207</sup> LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo IV, nº13. Rio de Janeiro: tipografia de João Ignácio da Silva, 1842, p. 52.

<sup>208</sup> SOUZA, Afonso Botelho de S. Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antonio de Souza Botelho

Xokleng, já que a estrada para o sul estava em seus primórdios (não no que se refere a caminhos e picadas, mas no sentido de estrada mesmo), a separação entre Xokleng e Kaingang ao leste e oeste da estrada pode ter iniciado por esses tempos. O Viajante Saint-Hilaire recolheu também essa denominação, e a grifou como Socrês, recebeu essa informação de duas índias coroadas de Guarapuava, que não sabiam a que grupo pertenciam, mas identificavam seus inimigos e entre eles os Socrês, que tem o costume de perfurar o lábio inferior.<sup>209</sup> Curiosamente, outra terminologia que foi utilizada para denominar os inimigos históricos dos Kaingang, era a própria palavra Kaingang, cujo significado remete, como já assinalei na introdução dessa tese, à noção de gente da terra, gente do mato, ou ao índio, ao humano propriamente dito, como disse Silvio Coelho dos Santos. Até a metade do século XX, alguns estudiosos ainda assim os denominavam, mas principalmente após a tese de doutorado de Silvio Coelho, a denominação Xokleng passa a definir esse povo originário, que atualmente é aceita por eles e pelos estudiosos. Mas observa o antropólogo Silvio Coelho dos Santos que o grupo não tem termo de autodesignação:

A esta conclusão chegamos depois de investigar junto a vários informantes idosos e junto ao pacificador, Eduardo Hoerhan. Este confessou-nos que a preocupação de nominar o grupo é dos civilizados e não dos índios. Não há termo de auto-identificação. Utilizam o termo “ânhele”, que significa gente para se referirem a alguma pessoa que se aproxima, como quem diz: lá vem gente ou simplesmente gente. Usam também o termo “angoiká”, com o significado de pessoa, para se referirem a alguém que desconhecem o nome, como quem diz: quem é aquela pessoa? Os termos, entretanto, não podem ser tomados como auto-designação. Parece-nos importante este detalhe, por que vem demonstrar que os Xokleng não tinham necessidade de termos para se auto-classificarem, pois não são eles que fazem o indivíduo índio e muito menos integrante desta ou daquela tribo. Paralelamente surge a necessidade do nacional em identificar. E essa

---

Mourão, conforme as ordens de sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*, V. 76. Rio de Janeiro, Divisão de publicações, 1956, p. 226.

<sup>209</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 84.

identificação afirma-se não na realidade apresentada pelo grupo tribal e sim em qualquer atributo que certos membros do grupo apresentem, como por exemplo o botoque dos Xokleng ou o cabelo cortado ao alto da cabeça, em forma de coroa, dos Kaingang. Daí as designações Botocudo e Coroado, tão difundidas no sul do país para referir a grupos tribais.<sup>210</sup>

A essa citação de Sílvio Coelho dos Santos, de igual valia soma-se as observações feitas por Auguste de Saint-Hilaire acerca das denominações dadas às inúmeras etnias que habitavam o Sul do Brasil, quando por aqui passou:

[...]quando se perguntava a um índio o nome de sua tribo, este, á semelhança do que haviam feito as duas índias coroadas de Curitiba, não respondia a pergunta e sim mencionava imediatamente o nome das tribos com as quais seu povo estava em guerra. Isso parece provar que cada tribo, em seu isolamento, se considera como o povo por excelência, o povo único, por assim dizer, e que os nomes das diversas tribos são quase sempre apelidos dados pelos portugueses ou que elas próprias dão umas as outras. Já chamei a atenção, em outro relato, para o fato de que a palavra tupi é um verdadeiro apelido, originado da língua geral, e que os Caiapós não tem nenhum nome para designar a sua tribo e devem aos paulistas a denominação que lhes é dada hoje. O nome de Botocudos é evidentemente um apelido tirado, com algumas modificações, da língua portuguesa; o dos Coroados é uma palavra da mesma língua que não sofreu a menor alteração. O que ficou dito acima servirá para explicar por que razão se encontram em vários autores, tantos nomes diferentes de tribos. o que acontecia era que uma mesma tribo podia ter vários nomes, ou melhor, vários apelidos, conforme o número de seus inimigos.<sup>211</sup>

---

<sup>210</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil. A dramática experiência Xokleng*. Florianópolis: Editora EDEME, 1973, p. 31.

<sup>211</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 85.



De acordo com estas proposições, uma grande parte das populações indígenas que foram invadidas pelos paulistas não se autodenominava, mas recebiam uma nomenclatura que lhes era atribuída pelo oponente, sejam eles índios ou não índios, um processo histórico vai lhes determinando uma terminologia. No caso dos caminhos do Sul, já foram Coroados e Botocudos, e assim foram denominados até o início do século XX. No município de Blumenau, no Vale do Itajaí em Santa Catarina, o médico alemão Hugo Gensch em um trabalho intitulado “*A educação de uma menina indígena*”, fruto de sua experiência com uma Xokleng que adotara como filha, e encaminhado para discussão em um Congresso de Americanistas em Viena em 1908, nos daria a seguinte informação sobre Coroados e Botocudos:

A história dos índios de nosso estado resume-se, até agora, na guerra interminável de extermínio aos mesmos. Contrastando com esta situação, já existem no vizinho estado do Paraná, aldeamentos de índios, classificados como “catequizados”, mesmo que a “catequização” se manifeste apenas na prostituição gratuita de moças e mulheres do aldeamento, e na degradação dos homens entregues ao vício de bebidas alcoólicas! Ninguém se tem dedicado, de verdade, a esses indígenas que, assim, servem de exemplo comprovante da afirmação de burgueses zurreos, que destes representantes da raça parda, nada de bom poder-se-ia esperar.

Os nossos índios, até agora, não foram ainda objetivo de estudos científicos. Nada se sabe sobre a origem étnica dos mesmos, seu idioma e os seus costumes. Hoje costuma-se denominá-los de “Botocudos” apenas por usarem um botoque no lábio inferior, sendo eles tratados, amanhã, como “Coroados”, pela razão de terem alguns deles, adotado o corte de cabelo com tonsura.<sup>212</sup>

---

<sup>212</sup> Tradução de um resumo do Trabalho: “A educação de uma menina indígena.” Colaboração para a solução do problema dos Índios, do Dr. Hugo Gensch, médico com prática em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. Dedicado a memória do amigo sincero, abnegado e corajoso dos índios brasileiros: Couto Magalhães. *Trabalho apresentado no XVI Congresso de “Americanistas Internacionais”*, realizado em Viena, em 1908. Pasta 1.1- Índios, documento 13, AHMJFS (Blumenau).

Se o Médico Hugo Gensch dizia que até o início do século XX os índios em Santa Catarina eram chamados de Coroados ou Botocudos, a partir daí e da construção de uma etnohistoria ou de uma antropologia histórica, passam a ser denominados de Kaingang e Xokleng, no caso do primeiro uma derivação da expressão designativa do eu humano, do lugar que se ocupa, o índio a *priori*, e no caso do segundo, permaneceu o olhar do outro, de Xocrén para Xokleng (segundo o mestre Silvio Coelho, Xocrén significa taipa de pedra<sup>213</sup>, da mesma maneira que Xokleng), e talvez seja por isso que embora aceitem essa denominação, ainda buscam outras formas identitárias próprias como La Klãnõ, os Caminhantes do Sol. Tais terminologias (Kaingang e Xokleng) passam a ser escritas da forma atual, desde a normatização da grafia de nomes indígenas a partir da convenção da Associação Brasileira de Antropologia em 1953, substituindo então os designativos Caingangues e Xoclengues, com a permuta do “C” por “K” e da supressão da articulação plural.

Voltando aos Campos Gerais, é necessário tratar da Fazenda Fortaleza de propriedade de José Félix da Silva, citada por Saint-Hilaire, mais um proprietário que dentro de uma terra que se ocupava de forma quase militarizada, recebia o cargo honorífico de Oficial de Milícias:

José Félix da Silva era o seu nome, e ele passava por ser um dos homens mais ricos da Província de São Paulo, sendo ao mesmo tempo famoso por sua avareza. Esse homem tinha-se casado com uma mulher pobre, e como a tratasse com extrema severidade ela planejou desembaraçar-se dele mandando assassiná-lo. Empreitou dois facínoras para que dessem cabo dele, mas o homem se defendeu valentemente e conseguiu escapar [...] Esse infeliz homem tinha chegado a tal ponto de desconfiança que conservava trancadas a chave as suas mínimas provisões e encarregava o seu neto, um menino de oito ou dez anos, de aparar a sua barba.<sup>214</sup>

---

<sup>213</sup> É possível que assim os denominassem devido ao seu lugar de morada nas serras próximas as grandes paredes de pedra, onde acima destas vai estar o planalto, o continente que ia para o sul até a terra do fogo.

<sup>214</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 42-43.

José Felix da Silva fundara a sua propriedade no início do século XIX. Estabeleceram-se em uma área das mais incrustadas e próximas as populações indígenas, o nome 'Fortaleza' vinha de sua atitude de defesa na guerra contra os índios, acompanhava as formas clássicas de construção defensiva preconizada para esses lugares, possuía fosso e muro de paus em ponta como lanças, uma fortaleza no limite fronteiro, na linha clara que separa o mato e o campo; o campo para os invasores, e o mato cada vez mais lugar de refúgio e como tal de morada indígena. Sua ação corajosa de aí se fixar trazia em seu bojo o incentivo para que a partir dessa época muitos agricultores se estabelecessem nas redondezas, animados pelo exemplo e pela proteção de um fazendeiro que contava com muitos peões e escravos para a defesa do lugar contra o ataque dos indígenas.

Saint-Hilaire traz informações importantes neste relato sobre a fazenda Fortaleza no que se refere às relações entre índios e não índios nos Campos Gerais:

Fortaleza era, na época de minha viagem, a fazenda que se achava mais profundamente incrustada nas terras ocupadas pelos selvagens. Eles freqüentemente a invadiam e causavam desordens, os homens do Coronel os perseguiam, matavam alguns, aprisionavam mulheres e crianças. Os escravos de José Félix da Silva jamais iam trabalhar nas plantações sem estarem armados.

Os índios vizinhos de Fortaleza pertenciam, como os de Jaguariaíba, à tribo dos Coroados, e exibiam também uma pequena tonsura no alto da cabeça, mas usavam os cabelos compridos atrás e aparados na frente, à altura das sobrancelhas. José Félix me disse que tinha entrado numa das casas dos selvagens, confirmando o que me havia sido contado na casa do Coronel Luciano Carneiro, ou seja, que a habitação era construída à semelhança da dos portugueses e dispunha de uma considerável provisão de milho e de feijão. Além dos tecidos que já mencionei mais atrás, freqüentemente se tomavam arcos e flechas dos Coroados de Fortaleza, bem como machadinhas de pedra, vasilhas de barro, cestos, colares feitos de dentes de macaco, etc.; mostraram-me uma panela que

havia sido tomada deles, e me pareceu tão bem feita quanto a dos paulistas.

As informações contidas nessa citação confirmam que existe uma guerra contra os indígenas, com objetivos claros, conquistar a terra, escravizar os vencidos, e realizar o butim, mesmo que sejam machadinhas de pedra, vasilhas de barro, cestos, colares feitos com dente de animais ou panelas de barro. Tomar o território, os bens dos inimigos e dispor deste como lhe convier, esses são objetivos de qualquer guerra, mesmo a defensiva. A conquista no caso da ofensiva, ou reconquista no caso da defensiva, incorpora a apropriação de bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis, seja a terra a ser invadida e ocupada, seja os utensílios e ranchos de morada, seja o corpo do inimigo. Indubitavelmente, é a regra da guerra – a conquista.<sup>215</sup> Todavia, há de se considerar as complexidades que envolvem essas condições de guerras e fronteiras, que são caminhos múltiplos que podem ser melhor compreendidos quando se aceita a pluralidade destes termos, já que existem muitas guerras e muitas fronteiras, embora chego a concluir que não se pode perder o foco, não se pode agarrar a pluralidade como um discurso ingênuo, onde relações de amor, trocas e relações amistosas apareçam como único fio condutor e a guerra, conquista, destruição, conflitos e cativeiros apareçam em segundo plano, ou desnecessários, ambos encerram suas funcionalidades históricas e, como tal, podem ou devem estar interligados.

Com José Félix da Silva, repete-se o que já foi dito: a confirmação dos ranchos indígenas construídos como um chalé com cumeeira e duas águas, à moda luso-brasileira; bens manufaturados com certo grau de especialização; provisões de milho e feijão, resultados de roças cultivadas ao longo do ano e corte de cabelo diversificado com cabelos compridos atrás e cortado rente na frente, contudo mantendo no alto da cabeça a tonsura, como os franciscanos.

O viajante Saint-Hilaire vai encontrar na casa do tenente coronel José da Silva Félix, assim como já havia encontrado na casa do coronel Luciano Carneiro Lobo, mulheres e crianças indígenas que haviam sido capturadas no mato recentemente, e acrescentava:

---

<sup>215</sup> No Capítulo 1 e na introdução, fiz uma discussão sobre esse termo “ Guerra de conquista”, dentro dos parâmetros estabelecidos por Alfredo Bosi e Lúcio Tadeu Mota, como um processo que inclui a invasão, com a conseqüente ocupação, exploração sistematizada do butim e a imposição de uma dominação cultural institucional, embora já sabemos através dos estudiosos que a aculturação e integração dos conquistados não se realiza de maneira uniforme, se é que se conclui, na maioria das vezes a resposta para isto tem sido negativa.

[...] Seja como for, e considerando-se tudo o que eu disse até aqui sobre os Coroados dos Campos Gerais, tribo dos Bugres, é mais do que evidente que em seu estado selvagem eles são superiores em inteligência, engenhosidade e previdência a muitos outros povos indígenas, e talvez o sejam também em beleza física, por conseguinte, devia ser feito todo o possível para aproximá-los dos homens de nossa raça e estimular o casamento entre eles e os paulistas pobres, que não se devem envergonhar do sangue indígena, pois há muito tempo esse sangue corre em suas veias. Convém deixar bem claro, entretanto, que seria bem mais fácil fazer esses esforços em prol dos Coroados do que exterminá-los ou reduzi-los à escravidão.<sup>216</sup>

Apesar de fazer uma defesa do fim do extermínio e da escravidão indígena, sugerindo a miscigenação com os Kaingang que, segundo o naturalista, em engenhosidade, inteligência e beleza física era um povo superior a outros povos indígenas que conhecera e, portanto, não deveria se envergonhar um paulista pobre de casar-se com um Kaingang ou uma Kaingang, e tampouco de seu sangue indígena que já corria em suas veias. Olhando-se com mais calma as assertivas de Saint-Hilaire, percebe-se que ao indicar apenas os paulistas pobres para a miscigenação, revela o ponto de vista de uma classe abastada, esses não devem se misturar, e sua defesa dos índios é, no mínimo, contraditória, pois o naturalista vivia dentro de mundos de serviçais e escravos, e ele mesmo tinha seu índio particular e serviçal – Firmino, que comprara em Minas Gerais. Assim como Saint-Hilaire, muitas vezes se levantaram em defesa dos indígenas, mas muitas delas contraditórias em sua ação, já que muitas dessas defesas legislavam em causa própria e em defesa de seus interesses, como indicarei mais adiante em vários momentos, embora não se descarte alguns posicionamentos concretos e destituídos de contrariedades na defesa dos povos originários.

Quanto mais próximo das terras indígenas e das matas, como é o caso da fazenda Fortaleza, mais intenso será o contato com os povos originários. Este contato, nesse caso, e especificamente durante o

---

<sup>216</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 44.

período que abordo, é evidenciado pelo conflito e, sem sombra de dúvidas, pelo cativoiro. Dizer que era uma tarefa fácil, e que os Kaingang não passavam de vítimas inermes, incapazes de reagir à altura da guerra que se fazia contra eles, seria uma temeridade e um erro, as fontes históricas e o processo histórico demonstram séculos de resistência a invasão e ocupação de seus espaços de morada e convivência. Saint-Hilaire sobre isso nos escreveu:

Nesse local voltei a encontrar o guia que me havia sido fornecido pelo Tenente Coronel José Félix e que tinha seguido na minha frente. Esse homem declarou-me que havia esperado por mim porque uma das matas vizinhas servia de asilo aos índios selvagens, e me mostrou as ruínas de um paiol ao qual eles tinham ateado fogo um ano antes, quando ainda se achava atulhado de milho. As árvores haviam coberto, anteriormente, o local elevado onde nos achávamos naquele momento, mas o tenente-coronel as mandava cortar a fim de poder controlar mais facilmente os movimentos dos índios.

Em breve passamos por um lugar onde, dois anos antes, os índios tinham matado dois homens que trabalhavam numa plantação, três outros tinham conseguido escapar, correndo para campo aberto onde os selvagens não se atrevem a ir. Eles massacraram a golpes de porrete os que tinham caído em suas mãos, esmagando-lhes as cabeças e despojando-os de tudo. A pouca distancia do local onde isso ocorreu avistei a casa de uma das vítimas. Tratava-se de um homem nativo da ilha dos Açores; ele cultivava o linho com grande sucesso, a sua mulher tecia com ele panos bastante finos. Sozinha, privada do seu protetor natural, essa infortunada mulher não pôde continuar num lugar onde tudo lhe lembrava a sua desgraça e onde sua vida estava sob constante ameaça. Ela deixou o lugar, e sua casa ficou abandonada.<sup>217</sup>

O relato demonstra os assaltos e ataques de indígenas a sítiantes que vivem próximo às matas e a reservatórios de comida, como os

---

<sup>217</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 44-45.

paiois de milho. Esses assaltos eram estratégias de defesa do território, de pilhagem, e de ataque, e que buscava afugentar estes moradores mais adentrados fronteiriçamente, o que de fato surtia efeito, pois como demonstra o relato, depois do ataque, a viúva do açoriano morto no ataque à plantação, abandona o lugar, sua casa e a roça de linho de cânhamo.

Auguste de Saint Hilaire, naturalista, apaixonado pela botânica, pela paisagem e pela descrição dos lugares e suas pessoas, nos caminhos do Sul, nas fronteiras de São Paulo Provincial no primeiro semestre de 1820, através da descrição de plantas, animais, geologia e descrições etnográficas, desenha o cenário natural e sociogeográfico, descreve pastagens, morros, matas fechadas e sombrias, campos imensos, perto das matas de araucária e Mata Atlântica. Mata essa que subindo as montanhas, abre-se no cenário deslumbrante do encontro da serra com o planalto, onde o olhar se abre para a imensidão dos campos, dos faxinais e campinas. O campo era lugar para desenvolver a criação de animais, o mato ao contrário, um conjunto de difícil penetração para a ação humana, o lugar onde não se caminha sem o auxílio de um dos maiores desbravadores deste lugar – o facão, bem afiado, com a lâmina de tal maneira, que possa ser utilizado para fazer a barba e suavemente cortar os pelos, ou seja, na expressão popular afiado como uma navalha. Ora, era com esse instrumental que se abria o caminho no mato, se fazia as picadas, cortava-se galhos, construía-se abrigos, ou também como arma de defesa ou ataque contra os indígenas, e nesse caso deveria ser capaz de decepar um braço. Isso significa dizer que armas de fogo neste caso, na mata fechada, as de cano longo, eram impróprias, ficavam presas nos muitos pequenos galhos e espinhos que ficavam abaixo da copa das árvores, e dificultavam sobremaneira o avanço no terreno. Pistola curta e, se possível, duas, para possuir mais de um tiro, e facão, estes eram o instrumental preferido para as ações de caça aos índios, as chamadas “entradas”.

Saint-Hilaire descreve os Campos Gerais como uma paisagem com muitos campos, pequenas matas, montanhas ao longe com matas fechadas, rios caudalosos ou não, pequenos riachos e arroios. Um lugar onde a mata de araucária prevalece, misturando-se com a Mata Atlântica, formando a chamada floresta ombrófila mista, num espetáculo de rara beleza aos olhos dos viajantes (ver fig. 4 e 5). Mas não só para embelezar o Planalto e as Serras serve a *Araucaria angustifolia*, é extremamente útil como madeira para qualquer fim, desde a construção de casas até mastros e vergas de navio, e para as populações indígenas, durante o inverno, seu fruto, o pinhão, era um alimento valioso, e não só

para os indígenas, como também para os paulistas, que usavam em sua alimentação, na alimentação de porcos, e como recurso de sobrevivência nas expedições.<sup>218</sup>

Este lugar de campo e criação de animais, de certa forma, e por alguns estudiosos assim é chamado, indica um tipo de vivência social denominada de campestre, ou uma sociedade do campo, longe de avaliar estes conceitos, minha análise vai à direção de entendê-la como um lugar de contraposição à mata, no sentido da mobilidade. O campo é representado pelo espaço mais aberto, onde se pode deslocar montado sobre cavalos, burros ou mulas. O mato é lugar de difícil penetração, de pouca mobilidade, de difícil orientação. No primeiro caso, para a lida no campo, meninos desde cedo aprendem a atirar o laço, a formar o rodeio e correr atrás de cavalos e bois. Os homens andam quase sempre a cavalo, e a sela de montar, possui outras formas, como o lombilho, e em vilas como Castro, um dos principais ofícios vai ser o de seleiros e lombilheiros. Os habitantes dos campos Gerais, homens e mulheres de todas as classes sociais e econômicas, no momento em que possuem dinheiro partem para o Sul, para comprar tropas de muares, para vendê-los em seu lugar de morada ou em Sorocaba.<sup>219</sup> Mas não é só de bois e mulas que se organizavam este mundo de animais, havia também a criação de outros animais como carneiros, porcos e cavalos. Estancieiros como o Coronel Luciano Carneiro Lobo, da fazenda de Jaguariáiva, possuíam muitas éguas e cavalos, e costumava comprar potros no Sul, que ele revendia com lucro depois de mandar domá-los.<sup>220</sup>

Estas estradas e caminhos não eram lugares livres da presença dos governos e sua fiscalização. As estradas faziam parte da estruturação do poder imperial. Para atravessar os rios, fazia-se necessário pagar pedágios e o transporte. Esses pedágios eram organizados por pessoas que tinham alguma influência na região, e

---

<sup>218</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 16.

<sup>219</sup> Idem, p. 19.

<sup>220</sup> Idem, p. 22.



Figura 4 - Caminho do Sul e Araucárias. Lajes.



Fonte: <http://www.festadopinheiro.com>

Figura 5 - Campos Gerais e a mata de Araucárias.



Fonte: <http://www.clickfzdoiguacu.com.br>

normalmente, já possuíam alguns bem. Perto dos pedágios se instalavam as vendas, e nelas se realizavam os negócios, inclusive o empréstimo de dinheiro para o chefe das comitivas, como no caso do pedágio do posto fiscal do Registro de Curitiba, situado na entrada do sertão, a três léguas da Vila do Príncipe. Os tropeiros, para pagar o pessoal que voltava para o Sul, e os que seguiam até Sorocaba, pegavam dinheiro emprestado nestas vendas e na volta, depois de negociado a tropa de animais, pagava-se o empréstimo. Mas, da quantia que tomavam emprestada, apenas uma pequena parte era paga em dinheiro, o montante do empréstimo era em tecidos e outras mercadorias, que era na prática a moeda de troca para pagar os peões da comitiva, essas mercadorias e tecidos tinham sempre preços muito elevados. Os vendeiros fizeram parte da acumulação de capital nesses lugares.

Giralda Seyferth, analisando a instalação de vilas como Brusque em Santa Catarina, assinalou que nesse caso, os vendeiros, através do controle dos preços das mercadorias e dos empréstimos, eram os únicos que podiam “*acumular capitais que não se limitavam aos recursos reduzidos de uma pequena propriedade agrícola.*”<sup>221</sup> Em nosso caso, os donos destas vendas, em geral, eram estancieiros, donos de muitas terras. Mas de forma igual fizeram parte de um processo de ganhos de capitais. Porém, para nossos estudos, o que mais interessa é que eram responsáveis pelo endurecimento da vida de vaqueanos, peões, lavradores e outros despossuídos do Império, que viam suas possibilidades reduzidas diante de um quadro de dificuldades extremas.

A vigilância nestes postos fiscais era exercida por Guardas da Milícia, encarregados de evitar o contrabando, que havia sido constante quando esse serviço fora exercido por tropas regulares de infantaria, já que estes, oriundos em sua maioria de outros lugares e muitos arregimentados à força para o serviço militar, estavam mais susceptíveis à corrupção. “O contrabando tornou-se mais raro depois que os soldados foram substituídos pelos milicianos, que possuíam alguns bens e corriam o risco, em caso de fraude, de vê-los confiscados.”<sup>222</sup> Em muitos casos, as margens dos rios era policiadas por moradores que exerciam esse serviço sem nada receber, mas que intentavam com isso, justificar um possível não alistamento junto aos recrutadores do Império.

---

<sup>221</sup> SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí* - Mirim, um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1999, p. 116.

<sup>222</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit., p. 64.

Milicianos, ordenanças, tropas regulares de infantaria, cavalaria e artilharia, pessoas dos mais diversos ofícios, agregados, lavradores, estancieiros, vaqueanos, peões, funcionários do governo, jornalheiros, escravos e índios vão compor grande parte dos personagens que se envolviam com este mundo circundante ao caminho de tropas, suas muitas fazendas e pequenas lavouras, suas estradas, caminhos e picadas. Um mundo que no início do século XIX não adentrava mais de 13 léguas em um espaço geográfico que aparecia na cartografia da época, como terra dos índios bravos, ou terra dos indígenas.<sup>223</sup> Para os paulistas do interior, à época, uma légua era o equivalente à uma hora de caminhada, no sistema métrico, 6,6 km. Como a caminhada pela mata dificulta o passo, diminuindo o ritmo da progressão, caminhar acima de 13 léguas nestas condições, poderia significar ser apanhado pela noite e ter o regresso ameaçado.

As relações entre estes lados em conflito, que interagem em processos decorrentes da invasão e ocupação das terras indígenas, passo a analisar adiante, e embora estas inter-relações se tenham dado de forma múltipla - e não só a evidenciada pela guerra -, pretendo continuar perseguindo o caminho das fontes históricas que se apresentam para desvendar algumas intersecções e estas, em sua maioria, revelam a sua interface de maior práxis - as expedições de entrada à terra dos índios bravos.

### **O mais humilde, obediente, súbdito – As Milícias e o Coronel Luciano Carneiro Lobo**

Luciano Carneiro Lobo, rico fazendeiro, que fez fortuna antes da virada do século, em 1795 compra a fazenda Jaguariaíva, onde depois da morte da esposa, em 1806, passa a residir. A fazenda Jaguariaíva não é a única de sua propriedade, em verdade possuía várias fazendas como as de Boa Vista e Limoeiro. O tamanho das propriedades e da riqueza de um homem media também o tamanho da honraria militar que podia comprar. Luciano Carneiro, pela dimensão de suas muitas posses e muitas pessoas que comandava, era Coronel de Milícias. Saint-Hilaire definiria o Coronel Luciano Carneiro Lobo como uma pessoa bondosa, amável e hospitaleiro e que levava ao exagero a afeição respeitosa por vezes ingênua e quase filial que os brasileiros tinham pelo rei e pelo governo. Porém gostaríamos de salientar que Luciano Carneiro Lobo era homem poderoso, e sua ação de reverência e humildade perante o rei e o

---

<sup>223</sup> Idem, p. 53.

governo eram estratégicos. O Coronel era dono de muitas terras, possuía escravos e empregados, agia sobre grande parte de três distritos: o de Itapetininga, o de Castro e o de Curitiba. Recebia ajuda do governo sendo beneficiário de verbas, materiais e tropas governamentais. Logo sua ação longe estava de ser ingênua, e fazia jus ao seu nome, o Coronel era um velho lobo do sertão e, em 1820, no tempo da viagem de Saint-Hilaire, aos sessenta anos de idade o Coronel é uma das principais personagens de articulação e mando nos Campos Gerais, dono de muitas fazendas e uma estância de criar com cinco mil reses e seiscentas éguas, e uma tropa de trinta bestas mansas para as conduções do Sul para a mesma estância.<sup>224</sup> Na prática, era um dos mais poderosos estancieiros de uma grande região que iniciava em Itapetininga e terminava em Curitiba. Em Jaguariaíva vai viver até a morte, aos 82 anos, em 12 de maio de 1842. Uma marca dos muitos documentos que deixou, e que enviava de vários distritos, o que demonstra suas muitas propriedades, além de uma comunicação truncada e com uma maneira de homem rude, mais acostumado à lida do campo do que as letras, era o fato de assinar suas correspondências assinalando sua obediência, humildade e reverência ao governo. Mas essa obediência e reverência comum nesta época no trato com as autoridades, e que o Coronel levava ao exagero, tinha muitas nuances, escondia uma rede de aliados potenciais, como seu filho o capitão Mor José Carneiro Lobo que exercia o Comando da Companhia de Ordenanças de Castro. As Ordenanças faziam parte das Milícias Coloniais (embora funcionassem quase que à parte destas), e, como seu próprio nome diz, essas tropas são destinadas ao expediente das vilas e freguesias, faziam o policiamento, cuidavam do aquartelamento, do almoxarifado, e como tal seu Comandante, por assim dizer, também comandava o povoado. Em 1820, quando Saint-Hilaire passou por Castro, José Carneiro Lobo ocupava o posto de Sargento Mor, mas já era nessa época o Comandante da Companhia de Ordenanças. Saint-Hilaire o definiu como uma pessoa prestimosa, atenciosa, e de uma gentileza louvável, nas palavras do viajante, José Carneiro Lobo “se tratava de um homem excelente.”<sup>225</sup> Mas, olhando com mais cuidado as fontes, percebe-se que José Carneiro Lobo comandava a vila de Castro com mãos enérgicas e com uma dura

---

<sup>224</sup> Do Coronel Luciano Carneiro Lobo, ao Presidente da Província de São Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros. Na vila de Castro em 12 de julho de 1825. Seção Manuscritos, *Ofícios Diversos de Castro e Guarapuava* (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 36, ordem 987. APESP.

<sup>225</sup> SAINT-HILAIRE, Op. Cit., p. 65.

disciplina, que ia desde o recrutamento forçado dos desvalidos e mais pobres para o serviço militar até os castigos corporais nos cativos, como o açoite no pelourinho até a morte. Para exemplificar tais procedimentos, tomemos um caso em especial, o do Sargento Mor do 18º Regimento de Cavalaria José Correa de Miranda, que em correspondência ao governo da Província assim nos contou:

Não obstante eu ter me todos os dias perseguido por vários moradores desta vila de Castro e seu distrito rogando-me cobertos de lágrimas para que eu ponha na respeitável presença de V. Ex<sup>a</sup> as grandes injustiças e violências do seu capitão mor Jose Carneiro Lobo; nunca eu exmo Sr quis pegar na pena para participar a vossa excelência, e couza alguma tanto porque a mim me não compete mais do que cuidar na disciplina de meu regimento pois sua Alteza Imperial de mim a confiou e porque os meus sentimentos me não conspiraõ mais que a fazer bem, que he o fim para que nasce porém Ex<sup>mo</sup> Sr como eu sou católico e sigo a Lei de Cristo e em defesa de Lei não tenho dúvidas de perder a vida, he o motivo porque não posso deixar de patentear a V<sup>a</sup> E<sup>a</sup> orrendo cazo por citado pelo referido Capitão Mor o qual aconteceu da maneira que segue em o dia 22 do corrente estando na Igreja Matriz desta Vila de Castro para contrairem o Santo Matrimônio Joaquim Pinto, com Maria Joaquina moradores no distrito com seus padrinhos e outras várias pessoas da sua cometiva esperando só que a noiva se acabasse de completar para se receberem. Entrou pela porta dentro o mencionado Capitão Mor e pelas suas próprias mãos prendeu ao assima referido Joaquim Pinto que era o noivo, esto mesmo dentro da Igreja debaixo do Arco Principal, e por semelhante atestado ficou o casamento por concluir atacando por tão endigno procedimento a Religião profanando hum Templo Sagrado, a quem se deve o maior respeito chegando demais a mais dizer a noiva o referido Capitão Mor que se

deitasce ao mundo por ella lhe representar que ficava perdido por não cazar.<sup>226</sup>

O Sargento José Correa de Miranda comandava o regimento de cavalaria na vila de Castro, e estava sendo perseguido pelo Capitão e outros moradores da cidade, já que não concordava com a forma que o capitão conduzia as coisas da vila, e decide corajosamente enviar uma correspondência ao Presidente da Província, denunciando o que ocorria, dizendo na carta que para defender a lei não temia perder a vida. Inicia o texto dizendo que o faz banhado em lagrimas e desespero, e relata uma das arbitrariedades do Capitão, quando interrompeu um casamento para prender o noivo, que com o matrimônio poderia evitar o recrutamento para o serviço militar, e ainda mandou a noiva que “se deitasce ao mundo”, pois é o que representava não mais se casar. O Sargento José Miranda continua sua narrativa, denunciando outras arbitrariedades criminosas do Capitão José Carneiro lobo:

Refiro a V. Ex<sup>a</sup> mais o ocorrido também para que V. Ex<sup>a</sup> fique mais bem Entelegenciado da péssima conduta do mesmo Capitão Mor o qual aconteceu tão bem da maneira que segue: Sem culpa alguma contra a vontade de sua Senhora mandou prender huma negra cativa e despoticamente mandou surrar no Pelourinho desta Vila pondo-a Enteiramente nú, a razão de todo o povo contra todas as leis e divinas acrescendo de mais o Estar a negra pezada e por acusa dos assoites que apanhou morreu e morreu a criança e ella esteve quasse a morte. Estes e outros acontecimentos que por orrendos se fazem endignos de serem levados a respeitável prezença de V. Ex<sup>a</sup> são a cauza geral da Expartrição deste distrito pois tendo ele Ex<sup>mo</sup> Sr mais de 6.000 habitantes o referido Capitão Mor com as suas violências e despotismos, tem feito auzentar-se mais de 3.000; e estão continuando auzentar-se

---

<sup>226</sup> Correspondência do Sargento Mor Jose Correa de Miranda da Villa de Castro ao Barão das Congonhas do Campo presidente desta Província de São Paulo em 31 de dezembro de 1826. Comunicando a perseguição que sofre de muitas pessoas da vila e do capitão Mor Jose Carneiro Lobo e a forma injusta e violenta com que o capitão comanda a vila de Castro. Seção Manuscritos, *Offícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31)*, caixa 192, pasta 1, documento 64, ordem 987. APESP.

mete por isso a compaixão Ex<sup>mo</sup> Sr huma Vila que sendo a sua situação huma das mais bellas desta Província tanto para o comércio pois pelo meio dela passa a Estrada que vai para Vila de Coritiba segue a que vai par a Vila Nova do Príncipe e a que vai para a Província do sul. Constão tem por ser banhada por um rio que abunda de peixe tendo de mais a mais hum clima saudável e alegre venha a ser Ex<sup>mo</sup> Sr por cauza de um homem que não tem lei nem religião pois a sua família nunca vai a missa inteiramente dezerta o que sertamente aconteceria se esta Província não tivesse hum Presidente como V. Ex<sup>a</sup> que pela sua Siencia, virtude, tenho toda a certeza e mais este povo que tanto em V.Ex<sup>a</sup> confia mandara dar aquelas providencias que lhe parecerem justas a fim de que se atalhem tantas atrocidades.

Nesta mesma participava faço ver a V. Ex<sup>a</sup> que eu não desejo ser acreditado sobre minha palavra, mais sim que V. Ex<sup>a</sup> vendo seu gosto mandar hum official de maior tomar hum exato conhecimento tanto do que eu tenho a honra de participar a V Ex<sup>a</sup> como do estado desta Vila e seu distrito para que o depois da informação do mesmo official V. Ex<sup>a</sup> mandar o que ser servido.<sup>227</sup>

Como podemos observar, o Sargento denuncia a morte de uma cativa grávida que foi posta nua no pelourinho e açoitada em praça publica sem culpa e contra a vontade de sua dona, e acrescenta que a Vila, apesar de ser o principal entroncamento para as estradas do sul, via sua população diminuir, e que tal era devido principalmente ao Comando desumano e arbitrário do Capitão Mor José Carneiro Lobo. Ora, ao que tudo indica, José Carneiro Lobo não era exatamente um homem excelente, como havia definido Saint-Hilaire em sua passagem por Castro. Porém, é preciso que se diga que o Sargento justifica o esvaziamento da Vila de Castro apenas pela ação do Comandante do Povoado, mas o que acontecia em Castro perpassava a idéia maligna do vilão, ou de um único responsável pelo esvaziamento da vila. Saint-Hilaire já tinha dito que o recrutamento para os esforços de guerra eram o principal responsável. Castro, já tinha sido repetidas vezes guindada ao esforço de guerra, promovendo recrutamento aberto, onde os tidos

---

<sup>227</sup> Ibidem

como vadios, porque não eram casados, ou não exerciam profissão fixa, eram obrigados, por vezes a força e a ferros servir ao Império.<sup>228</sup> Em 1810, muitos foram forçados a entrar na expedição para Guarapuava, seja como moradores, seja como milicianos e, em 1819, o mesmo comandante do recrutamento de 1810, o Tenente Coronel de milícias, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, e que agora necessitava de corpos para montar o efetivo do exercito do Sul, ao passar pela cidade, deixou a população em polvorosa, a qual fugiu em grande parte da cidade. Como a Guerra Cisplatina só foi resolvida em 1828, com a criação da Republica Oriental do Uruguai<sup>229</sup>, durante esse período muitas foram as vezes que se recrutava homens para o esforço de guerra, o que transformou a vila de Castro em uma cidade quase abandonada.<sup>230</sup>

Somente outro esforço de guerra justificava o não alistamento, a luta contra os indígenas e suas expedições. Em 1820 o Termo de Castro era limitado, ao nordeste, pelo rio Itararé, que o separava do distrito de Itapeva, e ao sul era separado do Termo de Curitiba pelo rio Tibagi; o território ocupado pelos índios limitava-o do lado oeste, leste e norte; a leste ficam as grandes matas que chegam até a beira do mar. Castro de freguesia e simples paróquia passou a categoria de Vila em 1788, surgida também neste esforço de estabelecimento da rota comercial do “Continente do Sul”. Lugar onde se estabeleceram homens como Luciano Carneiro Lobo, filho do Oficial de milícias Francisco Carneiro Lobo, Capitão de Cavalaria auxiliar da Vila e Distrito de Curitiba que, no ano de 1771, acompanhou a expedição aos campos de Guarapuava de Afonso Botelho de Souza, a décima, que teve de bater em retirada, acossada pelos índios, que poderiam chegar aos quinhentos. Em um desses embates, no dia 08 de janeiro de 1772, homens comandados pelo Capitão Francisco Carneiro Lobo, acabam sendo massacrados pelas flechas indígenas, o Capitão, que estava a cavalo, conseguiu fugir, como vemos na citação que segue:

[...] O Capitão Carneiro que ia a cavalo, tinha-se apeado a beber água com elles, e montando outra vez, continuava para onde elles o guiavam, acompanhando-o sempre um grande

---

<sup>228</sup> Sobre o Recrutamento Militar no Brasil no século XIX ver MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 110-135.

<sup>229</sup> ABELLA, Gonzalo. *Artigas el resplandor desconocido*. Montevideo : BETUMSAN, 2007.

<sup>230</sup> SAINT-HILAIRE, Op. Cit., p. 35-55.



numero de Indios, mas como ficava mais alto pode ver um dos camaradas morto no chão, e conhecendo a traição dissimulou, e tanto que pode ganhar alguã distancia deu de esporas ao cavalo, e a toda carreira ganhou um passo pela banda de baixo onde bebeu água, estando todo o alto coberto de Indios, e correndo venceu o escarpalhes com a felicidade de lhes não acertarem as infinitas flechas com que lhes atiraram, sendo providencia do altíssimo, para que escapando viéssemos ao conhecimento da aleivosia, e ferocidade daqueles cruéis inimigos.<sup>231</sup>

Luciano Carneiro Lobo já recebera como herança do pai a luta pela ocupação dos campos e o consequente embate como os povos indígenas. Este legado do estabelecimento das fazendas de inverno, criando animais e estabelecendo outra guerra, a guerra contra os indígenas, uma guerra silenciosa, mas que estava longe de ser imaginária. Fruto também da idéia do “Perigo Indígena”. Embora esse perigo tenha suas reais dimensões de acordo com as oportunidades e interesses envolvidos em cada momento que ele ocorre, ou teria ocorrido, ou vai ocorrer, está longe de ser fictício, poderia ser irreal em algumas situações, mas, em sua maioria, existia e era palpável e factível. O Coronel Luciano Carneiro Lobo comandava as expedições contra os índios, não na prática, mas em sua organização estratégica, decidia quem executava as missões, quem as comandava, quando seria realizada, e era quem autorizava a expedição propriamente dita. Utilizava todo seu poder de mando e articulação inclusive para defender seus comandados do recrutamento para as forças imperiais que lutavam nos conflitos com as províncias do Prata, como mostro a seguir:

He do meu dever participar a V<sup>as</sup>. Ex<sup>as</sup> que atreis mezes pasados apareceu hú tordo de bugres tão perto da fazenda daminha residência que não excedeo dehú quarto de legoa, ede próximo sahirão na fazenda do limoeiro, não podemos viver em socego, todos os moradores vizinhos, e viajantes andão assustados, pelo perigo que corremos; He perciso que em socorro para

---

<sup>231</sup> SOUZA, Afonso Botelho de S. Noticia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*. Op. Cit., p. 44.

que hajão de ordenar que haja hua guarda de vinte e sinco homens com hú Comandante todos destes moradores, sendo municiaados de pólvora e xumbo ficando obrigados a fazerem a guarda do Porto quando seja perciso, e rondarem do itararé, athe o tabagi ao menos duas o mesmo anno, ficando esta parte ezienda de todo o mais serviço.<sup>232</sup>

O Coronel propõe uma guarda de 25 homens para fazer a vigilância da região contra o ataque dos índios, com um comandante, formada todas por moradores que fariam a guarda do porto e rondariam do Itararé até o Tibagi duas vezes por ano, municiaados com pólvora e chumbo e que estes estariam isentos de “*todo o mais serviço*”. O porto que se refere o coronel são os atracadores de passagem dos rios, pontos estratégicos a serem defendidos, já que era comum o contrabando e mesmo o roubo de canoas pelos indígenas.<sup>233</sup> A isenção de todo o mais serviço significava dizer que estes homens estariam isentos do recrutamento, por estarem na proteção do Coronel Luciano Carneiro que, na prática, apesar de um tom de reverência às autoridades da Província e do Império, na maioria das vezes, não solicitava autorização, mas apenas comunicava suas decisões e o encaminhamento que dava às muitas situações em que estava envolvido, principalmente no que se referia aos indígenas.

O procedimento e as estratégias tomadas em relação ao perigo indígena e sua relação com um possível não recrutamento dependia realmente do lugar e situação envolvente. Comparando, por exemplo, com o que acontecia não muito longe da fazenda de Jaguariaíva e do Coronel Luciano Carneiro, na vila de Itapetininga, seu comandante o Capitão Mor Francisco Xavier de Araujo, ao contrário do Coronel, dizia que o perigo indígena alegado por moradores pobres para não serem recrutados era fictício, e que tal não existia, e que também não podiam deixar de ser alistados por serem pobres, pois que a maior parte do distrito as pessoas eram todas pobres, e com relação ao filho do lavrador

---

<sup>232</sup> Do Coronel Luciano Carneiro Lobo ao Conselho Geral da Província em 18 de Abril de 1823 na fazenda de Jaguariaíva. Comunicando a saída de índios perto de sua fazenda e de outras, e da necessidade de montar expedições de ataque e defesa contra os indígenas, com uma guarda formada por moradores que executariam o serviço do porto quando seja preciso e rondar do Itararé até o Tibagi, e como tal deveria estar isentos do recrutamento militar. Seção manuscritos, *Of. Div. Itapetininga (1822-29)*, Caixa 259, pasta 1, documento 16, Ordem 1054. APESP.

<sup>233</sup> SAINT-HILAIRE, Op. Cit. p. 51.

Antonio Reis, José Reis que foi recrutado, ainda lhe ficavam outros três. Deixo as palavras e a pena ao próprio capitão que assim escreveu:

Obedecendo ao Venerando Desejo de V.  
 as Ex<sup>as</sup> passo a informar sobre o alegado no requerimento de Antonio Reis morador na Freguesia de Paranapanema destricto desta Villa, o que falso de verdade porquanto o gentio que alega há dezecies annos que o dito gentio atravessou a estrada geral que segue para a Villa de Itapeva, que andavão de corso, e chegarem a dita Freguesia em seo termo, onde fizerão alguns insultos, sendo afugentados pello povo, nunca mais voltarão, sendo aquella visita ultima athe o presente, e no mais alegado sobre a falta do filho de nome José Reis que foi recrutado desta, ainda lhe ficarão tres filhos, sobre sua pobreza, He verdade; porem quaze todos os mais habitantes deste districto são pobres que vivem de seo trabalho, mas apenas lhes consta que He necessário huma semelhante deligencia se afugentao com as familias aos Certoins sem que então temão o gentio, que para qualquer remessa de recruta dão hum numerozo trabalho, acolhelos.<sup>234</sup>

Itapetininga foi guindada à vila em 1770, um pouco antes de Castro, no processo de alargamento de caminhos e fronteiras dos anos setecentos. Com relação ao alegado pelo Capitão Comandante ao dizer que as famílias fugiam para os sertões para não serem arregimentadas para o serviço militar, e como tal, nessas condições, não temiam o tal perigo indígena, é preciso acrescentar que em seus arredores, a presença indígena era factível e, com relação à fuga para os sertões, por vezes muitos fugiam não em direção ao mato, mas seguiam a estrada do Sul, em direção ao continente, como assim era chamado o planalto que se estendia terra adentro. Também é preciso dizer que, por vezes, nem os casados conseguiam fugir ao alistamento. Perder filhos, amigos, e

---

<sup>234</sup> Ofício de Francisco Xavier de Araújo Capitão Mor Cmt da Cia de Ordenanças de Itapetininga ao Conselho Geral da Província em 14 de Maio de 1823, sobre o perigo indígena e a justificativa dos lavradores para não serem recrutados para o serviço militar. Seção manuscritos, *Of. Div. Itapetininga (1822-29)*, Caixa 259, Pasta 1, Documento 10 a, Ordem 1054.

parentes, que eram deslocados para o litoral, onde eram embarcados rumo ao Sul, significava às vezes a ruína de uma família, de uma lavoura, do abandono da casa. Fugir para o mato, como impuseram alguns depoimentos, escondia uma injustiça social desmedida que arrasava povoados (principalmente o povoado de Castro). Os recrutamentos para o esforço de guerra, salvo as exceções, era algo indesejável e cruel, mas o Império precisa crescer, e para isso tem que sacrificar seu povo, e principalmente os mais pobres e desvalidos.

Os mateiros, ou ainda os práticos que caçavam índios, que por vezes eram moradores, ou viajantes que se deixavam ficar, estes tinham quem os defendesse - o Coronel Luciano Carneiro. Diante das ações de recrutadores de um lado e as ações indígenas do outro, levando-se em conta que o esvaziamento dos lugares fazia crescer o avanço e os ataques indígenas a instalações como portos, paióis, e ranchos de lavradores, os abastados e comandantes das povoações atentavam para esta última ação, para justificar a defesa de seus homens e moradores protegidos. Em correspondência de 17 de dezembro de 1823 ao Conselho Geral da Província, o Coronel escreveu:

Tendo a honra acuzar a repussão do officio de V.Ex<sup>a</sup> datado de 11 de outubro com resposta de outro, que a V.Ex<sup>a</sup> dirigi relativamente os distúrbios que ordinariamente fazem os gentios abitantes destes sertoins. Fico inteligenciado da pronta providencia que V<sup>s</sup>.Ex<sup>s</sup> são servidos dar: más parece-me do meu dever levar a respeitaveis presença de V<sup>s</sup>.Ex<sup>s</sup> o meu parecer a este respeito; penso sera melhor fazer-se esta diligencia pella corporassão das ordenansas desta Villa com espesealidade os abitantes de bairro, não só por serem moradores, e esta saberem já por donde devem entrar e sahirem em the darsse com elles; como tão bem por serem os mais entereçados na conservação das suas propiedades do que os melecianos que vindo longe, constringidos por largarem as suas cazas, não poderão entrar no matto com aquella atividade que estes outros e athe sendo por esta maneira poupa as despezas a fazenda nacional outro sim me ocorre levar a respeitavel presença de VEx<sup>a</sup> que avendo nestes districtos huma companhia denominada de aventureiros de qual inda há parte cujo composto hera de trinta homens, desta se poderia tirar parte

para juntar com á ordenansa fazerem as entradas; e os melecianos que existem mais perto deste posto há de deis leguas, e os mais de vinte portanto sendo percizo melesianos, para destas entradas bastarão alguns destes que morão mais perto.<sup>235</sup>

Ora, o Coronel recebe ordens do Conselho Geral da Província para realizar as diligências contra os índios através das Companhias de Milícias, porém coloca seu parecer a respeito, dizendo que o melhor a ser feito é realizar as patrulhas com os próprios moradores, pois os milicianos vindo de longe, constringidos por largarem as suas casas, não entrariam nos matos com a atividade necessária, ao contrario dos moradores que sabiam entrar e sair do mato, e estavam interessados em defenderem suas propriedades, e no caso de se chamar milicianos, que fossem os que morassem nas redondezas, na medida da época, no máximo a um dia de caminhada, ou poucas horas a cavalo, entre 10 e 15 léguas, ou no máximo a 20 léguas. As tropas segundo o coronel devem ser montadas com a companhia de ordenanças da Vila (comandada pelo filho do Coronel - José Carneiro Lobo) e com uma companhia de mercenários de 30 homens que havia no distrito, chamada apropriadamente de companhia de aventureiros, mas Luciano Carneiro Lobo não para por aí, acrescenta a lista de seus comandados e moradores do local, os homens que poderiam compor as diligências, desses todos moradores de dois bairros, o bairro do próprio coronel, Jaguariaíva, e o Bairro de Furnas, cuja relação anexou ao seu ofício:

#### Componentes para expedição contra os Indios

##### Bairro de Jagoriaiba

Jose de Oliveira  
Antonio Machado  
Manoel Bento  
Bernardo  
Mariano  
Remigio  
Joaquim dos Santos

---

<sup>235</sup> Do Coronel Luciano Carneiro Lobo ao Governo da província, Jaguariaíva em 17 de dezembro de 1823. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-29), Caixa 259, Pasta 1, Documento 19, Ordem 1054. APESP.

Francisco Vás  
 Custodio  
 Florindo  
 Antonio Jose Domingo  
 João dos Santos  
 Jesuino  
 Jose Mariano

Jose dos Santos e Jose de Miranda (Estes dois soldados, são foragidos de dois paradeiros e ainda lhe ficão mais foragidos e estes dois nomeados são muito atentados)

Modesto  
 Joaquim Ruberto  
 Jose Pinto Solteiro  
 Jose Pinto Casado

Bairro das Furnas  
 Manoel Joaquim de A.  
 Theodoro F.  
 Manoel I. de Almeida  
 Manoel Pinto  
 Jose Felizardo

E percizamos de 35 homens, porque alguns, adoeserem e outros fazem viagem. Estes homens, me pedem que querem ser prevelegiados de todos os mais servisos, só sim alguma guarda no Porto, ou deligencia no bairro, porque para vila tem catorze legoas.<sup>236</sup>

Da relação contam 25 componentes todos moradores, que o Coronel informa que querem ser dispensados dos demais serviços além da expedição, a não ser alguma diligência no porto do rio Jaguariaíva, ou um patrulhamento no próprio bairro, já que destes bairros até a vila eram quatorze léguas. Aos soldados José Miranda e José dos Santos, o Coronel salienta seus defeitos, que para o trabalho em questão pode ser uma qualidade, era comum que pessoas foragidas de algum lugar fossem incorporados ao trabalho em outros lugares, e no caso ser “atentado” poderia significar ser um bom soldado para a luta. O Coronel ainda

---

<sup>236</sup> Do Coronel Luciano Carneiro Lobo ao Governo da província, Jaguariaíva em 17 de dezembro de 1823. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-29), Caixa 259, Pasta 1, Documento 19a, Ordem 1054. APESP.

informa que são necessários um total de 35 homens, pois muitos que faziam parte de seu efetivo para as expedições contra os índios estavam doentes ou em viagem, e que o fato de serem moradores defendendo seus interesses, não haveria dispêndio para a fazenda nacional. Muitos desses moradores desejavam auferir alguma vantagem com o apresamento dos índios.

Em Itapeva da Faxina, declarada Vila em 1769, apenas um ano antes de sua vizinha Itapetininga, seu Comandante, de uma forma diversa vai relacionar os índios com o recrutamento. Este, ao contrário do Capitão Comandante de Itapetininga, vê no recrutamento um problema sério no que concerne ao perigo dos indígenas e ao trabalho nas roças, pois a maior parte dos homens andava fugida com medo de ser recrutado para o exército. Com a necessidade de se fazer diligência para afugentar os indígenas, dava maior trabalho conseguir reunir homens para tal tarefa, e sem braços para a lavoura havia a possibilidade de faltar mantimentos para um próximo plantio:

[...] E porque muitos serem ocultado nos certões temendo o recrutamento será cauza emfalivel de aver falta de mantimentos para a siguinte colheita e se ouver alguma invazão dos bárbaros que tantas hostildades tem praticado nos suburbios e limites desta Villa veio me sem gente para repulsar os ataques dos gentios, vai na relação dos quatro recrutas Joaquim Domingues o qual inda que seje casado largou de todo de amores emcaminhado com outra mulher cazada, sem esperança alguã de se juntar com sua mulher a muitos anos, e vive em hua vida totalmente ociosa.<sup>237</sup>

Enquanto o Comandante de Itapeva analisa o temor do recrutamento, e o esvaziamento da formação de grupos para caçar índios e ao mesmo tempo alista recrutas inclusive casados como Joaquim Domingues, mesmo que para isso o acuse de ocioso e adúltero, na Vila

---

<sup>237</sup> Correspondência do Cap. Mor Manoel de Mello Rego Comandante da Cia Ordenanças da Vila da Itapeva da Faxina ao Presidente da Província em 20 de Abril de 1824. Comunicação sobre recrutamento, fuga dos moradores para a mata para não serem recrutados, o “perigo indígena” e a falta de efetivo para fazer diligencias contra os índios. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 1, documento 18, ordem 1012. APESP.

de Castro o Coronel Luciano Carneiro, continuava a defender seus comandados destinados às expedições contra os índios:

[...] que chegando a esta vila o Alferes de Cassadores Benjamim José Gouveia incombido do recrutamento, tem este delegado que eu lhe de dois homens que destes por ordem desse excelentissimo governo para afugentação e guarda do gentio barbaro, que infestão os contornos desta mesma Villa. Estes homens Ex<sup>mo</sup> Sr dispendio algum fazem a Fazenda Nacional, sempre se achão promptos para cumprirem com o emprego para que forão alistadas e separados, por cuja razão da-se por que devem ser isentos do recrutamento por cujo motivo não tenho franqueado athe as sabias determinações de V. Ex<sup>a</sup>  
238

Luciano Carneiro Lobo mais uma vez protege seus homens para “afugentação e guarda do gentio bárbaro,” do recrutamento para as fileiras dos exércitos que iam para o sul, não franqueia seus homens para atender a determinação das autoridades, e demonstra mais uma vez seu poder de mando no Distrito de Castro, e longe de ser um cordeiro pronto para ser imolado, ao contrário, era um verdadeiro lobo astuto e forte, que atacava seus inimigos e defendia seus protegidos, armado dessas qualidades. No inverno dos Campos Gerais, em julho de 1824, Coronel Luciano Carneiro Lobo voltava a se preocupar com os indígenas. Em carta ao Presidente da Província, assim escrevia:

Dou parte a Vossa Excelencia que entrarão vinte e três homens destes o comandante mandei pedir na Fachina ao Capitão Mor Mello por ser muito vaqueano de Matto, para se unir com o cabo que temos neste distrito, epearão sete dias de viagem sahirão em três dias por causa do grande temporal de chuva epouca pólvora eballa disse o cabo que por mais um dia oumais não sahirão no campo, onde na outra vez sahirão e não

---

<sup>238</sup> Do Coronel Luciano Carneiro Lobo, ao Presidente da Província de São Paulo, Lucas Antonio Monteiro de Barros. Na vila de Castro em 12 de julho de 1825. Seção Manuscritos, Officios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 36, ordem 987. APESP.



seguirão para diante por cauza de se acabar o municio e hua bugra que hia servindo deguia emperrara então querer seguir para diante e além disso disparar hua espingarda eajunta ser pouca erecearem por cauza do tiro os bugres fazeremilhe alga traição por cujo motivo voltarão. Agora temos asertado no 1º de julho tornar a dar outra entrada asi descobrir o campo e temos receio de encontrar com algum alojamento equeremos ordens de Vossa Excelencia se devemos atacar ou o que devemos fazer a dita bugra que foi de guia dizia que o campo hera muito grande enele tinha muito servos, viado branco e avestrus cuja bugra fugio outra vês para o mato. Excelentíssimo e Ilustrissimo Senhor os trinta homens que os antesores de Vossa Excelencia meconsederão huns estão doentes outros são crianças por cujo motivo represento a Vossa Excelencia pedindo mais sete homens constantes da relação junta outro sim dizeis saber se devo continuar aproucurar apolvora eballa empoder do Capitão Mor da Fachina conforme, determinoume os antesores de vossa excelencia . Deos guarde a Vossa Excelencia por muitos annos.<sup>239</sup>

Depois da vitória nas primeiras escaramuças contra as populações indígenas, que habitavam as matas e campos gerais, os povoadores não indígenas, ou simplesmente os que invadiram os territórios destes últimos, compostos de estancieiros, lavradores, negociantes, jornaleiros, empregados dos diversos ofícios, escravos, agregados, degredados pela justiça, e milicianos, começam a ocupar os espaços agora já com mais segurança, embora a guerra continuasse como guerra de guerrilhas, nas expedições de combate na mata entre índios e colonizadores. O Coronel Luciano Carneiro não fugia desse pormenor e em julho de 1824, no trecho acima nos fala de uma entrada no mato que mandara proceder nas imediações de sua fazenda, as entradas eram a maneira como se chamavam as patrulhas de incursão, onde cada entrada no mato é vista como uma missão muito perigosa e difícil de ser cumprida, e, portanto, deve ser executada por homens

---

<sup>239</sup> Ofício de Luciano Carneiro Lobo, ao presidente da Província de São Paulo, em 1º julho de 1824. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Curitiba (1822-1830). Pasta 1 , Caixa 205, documento 32, Ordem 1000. APESP.

práticos nestas operações. Os líderes destas entradas eram quase sempre mateiros experientes. Em sua fazenda o coronel tinha um cabo de confiança e mandou pedir ao Capitão Melo comandante da povoação de Itapeva da Faxina, *um muito vaqueano de mato*. Sobre a atividade dos vaqueanos, entre outras funções na estância, sabemos que são o braço armado do estancieiro<sup>240</sup>, e entre estes havia os mateiros, ou seja, aqueles que executam todos os trabalhos com a lida dos rebanhos, e somado a habilidade de ser especialista nas expedições em mata fechada, ainda é soldado para qualquer guerra. O que se percebe é que os líderes dessa expedição eram homens muito experientes e que possuíam habilidades necessárias e fundamentais para realizar esse trabalho.

No ofício do Coronel, o grupo que tinha já dado uma entrada no mato e preparava a segunda entrada era composto de 23 homens, a sua munição era sempre pouca, as balas e a pólvora eram contados e, na época, o armamento utilizado era precário. No que se refere às armas portáteis, as clavinhas e pistolas utilizadas são ainda de carregar pela boca, a chamada antecarga. O carregamento com cartucho metálico de retrocarga, só vai chegar com força ao Sul do Brasil na virada do século<sup>241</sup>. Dessa forma, a vantagem das armas de fogo, nos combates e escaramuças das operações de guerrilha em relação às armas indígenas era minimizada pela mata, e nesse sentido, neste tipo de guerrilha, as estratégias de combate e sobrevivência dos índios aumentavam, e com isso eram aumentadas as suas chances de permanecer como povo<sup>242</sup>. As entradas tinham quase sempre como objetivo primeiro descobrir os alojamentos dos indígenas e, depois, realizar o apresamento necessário.

---

<sup>240</sup> Sobre isto ver MACHADO, Paulo Pinheiro. Op. Cit., p. 11-31. O autor nos diz que o peão da fazenda ou da estância deveria dar conta de toda a lida do campo e como homem de confiança do patrão era também um soldado para as guerras contra os inimigos, e à disposição das iniciativas políticas e militares de seu chefe e, com razoável empenho, muitas vezes com o risco da própria vida.

<sup>241</sup> As armas de ante carga mostravam-se eficientes nos combates em campo aberto, nas áreas de selva, seu uso era quase restrito à primeira carga, nesse sentido, a economia de disparos deveria ser uma constante, o primeiro disparo deveria ser bem realizado, mas no caso da caça aos indígenas, o efeito surpresa, somado ao pânico que causava nos arranchamentos indígenas em plena madrugada, trazia significativa vantagem aos caçadores.

<sup>242</sup> São inúmeras as técnicas e estratégias adotadas até os dias atuais pelos exércitos de selva do mundo inteiro de origem indígena, as armadilhas tanto para caçar animais, como para matar homens dentro da selva, são um exemplo disso. Armadilhas como o mundéu, a arapuca, o alcapão e mesmo as diversas formas de se construir um abrigo que segue a tradição indígena, como os tapiris, a forma clássica de fazer as cabanas com palha e troncos amarrados com cipó imbé. Sobre a influência da cultura material dos indígenas sobre os paulistas ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das letras, 2008.

A sua importância era tal que o Coronel tinha uma tropa de 30 homens à sua disposição concedidos pelo antecessor Presidente da Província, e reclamava agora que lhe mandasse sete homens para reforçar o grupo, já que alguns estavam doentes e outros se tratavam de crianças. O Coronel Luciano Carneiro Lobo comandava destacamento de homens que o governo de São Paulo colocava à sua disposição, dentro do contexto de organização ainda colonial, embora não estivesse o Coronel dentro de uma Companhia de Ordenança formalmente constituída, ingressava dentro desse contexto do povoamento através das milícias. Saint-Hilaire o chamava de Coronel, mas Luciano Carneiro Lobo era apenas um fazendeiro que tinha homens para o trabalho militar e por isso era visto por todos como Coronel. Temos de entender o funcionamento das chamadas milícias coloniais, dentro do contexto americano, embora em todos os países haja as peculiaridades. As milícias faziam parte da organização da conquista, no caso específico da análise do povoamento, ele se faz nessa ótica, cada povoador, atua, de certa forma, antes de outra coisa, como um soldado a serviço do estado, e os seus líderes serão, na lógica, os mais abastados, aqueles que por seus meios vão possuir as maiores e melhores terras, constituindo as grandes estâncias, e de acordo com suas posses, ocupam os cargos dentro dessa estruturação, que vão desde alferes até coronel<sup>243</sup>. As milícias coloniais e as ordenanças eram os apoios fundamentais para a tropa regular, que era chamada de 1ª linha; e essas, por sua vez, vão compor a 2ª linha. Fabio Faria Mendes definiria da seguinte forma o estamento militar colonial na América Portuguesa:

A organização militar da América portuguesa reproduzirá a divisão fundamental que se delineara em Portugal em fins do século XVII, entre a *tropa de linha* e os terços de *milícias e ordenanças*. As instituições militares européias importadas, todavia, cedo tomam novos contornos na sociedade colonial. Os modelos de organização militar terão de se adequar às limitações materiais e humanas que prevalecem no Novo Mundo,

---

<sup>243</sup> Sobre as Milícias Coloniais ver FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder*, vol. I. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, pp. 215-230. O autor faz excelente estudo da estruturação do poder da colônia e a importância fundamental das milícias nesse contexto, onde o povoamento e a formação das vilas estavam intrinsecamente ligados ao estamento militarizado.

assim como às características próprias da guerra colonial.<sup>244</sup>

Nelson Werneck Sodré no clássico *Historia Militar no Brasil* diria que diante das dificuldades e da falta de recursos para estabelecer na colônia numerosas tropas de linha, as Milícias iriam ser a solução para o problema. “Nelas é que a Coroa exercerá o seu esforço e, com isso, definirá a sua posição. Onde se torna necessário, para a preservação da ordem interna, isto é, para a preservação de seus interesses, para assegurar o seu domínio, a Milícia vai adquirir grandes proporções.”<sup>245</sup> Em relação ao Sul do Império, as fronteiras abertas e a proximidade das matas e as guerras conduzidas contra os índios e inimigos externos delimitam uma atuação das chamadas Companhias de Ordenanças. Nelson Werneck Sodré, assim definiria as ordenanças no Brasil sulista:

De sorte que, no sul pastoril, as ordenanças continuam a constituir a ossatura do sistema militar. Elas encontram naquela área todas as condições para ganhar uma amplitude que as torna o elemento necessário e indispensável. Porque, na luta pelo gado e na luta pelas pastagens, surge uma organização militar, moldada pelas Ordenanças, em que o padrão antigo, dos primeiros tempos da colonização – a população em armas – assume as proporções naturais e conjuga-se com a situação regional. Em outras áreas, antes da mineração impor as alterações já mencionadas, as Ordenanças enfrentavam o risco episódico; no sul pastoril é o

---

<sup>244</sup> MENDES, Fábio Faria. *Op. Cit.* p. 110-135. O autor diria que: “As ordenanças haviam sido criadas em fins do século XVI, como uma tentativa de regularização de formas de prestação militar de tipo eminentemente litúrgico, buscando comprometer os poderes locais com a administração e a defesa local. Elas eram a resposta possível ao problema da defesa territorial, em um contexto de escassez de recursos e indisponibilidade de meios de administração independente dos poderes intermediários.” (p. 114)

<sup>245</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Editora Expressão popular, 2010, p. 65. A segunda edição desse clássico, quase meio século depois de sua primeira edição em 1965 pela Editora Civilização brasileira, é saudada com entusiasmo pelos historiadores da renovação dos estudos da história militar brasileira. O autor sobre os militares no sul do Brasil diria que: “Com o desenvolvimento do regime pastoril sulino e seu caráter fronteiriço, e as disputas pelo gado e pelas pastagens, envolvendo elementos de origem espanhola, da área vizinha, surge o último inimigo, o castelhana, impondo um extraordinário desenvolvimento local das *ordenanças*, calcadas na estrutura social peculiar à sociedade pastoril, e abrangendo a totalidade da população, refletindo a divisão da sociedade em classes.” (p. 79).

contrário que acontece, o risco é permanente, a terra é um acampamento militar, os habitantes estão continuamente mobilizados, a luta é o quadro constante e não a situação transitória.<sup>246</sup>

Essa condição da terra como um acampamento militar, vai estar presente no povoamento do Sul de São Paulo, nesse sentido “a vida militar era apenas um aspecto da vida comum, uma de suas formas: a estância era a forma de reunião para o trabalho e para a guerra, e dela provinham, espontaneamente, a fileira numerosa da peonada como os quadros de chefia, e os comandos”.<sup>247</sup> Assim nos campos Gerais, em Jagoariahíba, nas freguesias que se formavam, ou em Palmeira, ou em Guarapuava, e mesmo em Castro e Curitiba, muito dessa condição da expedição militar, da terra como acampamento militar, não tinha solução de continuidade. E, nesses casos, as relações de subordinação estão atentas e ligadas à própria estância:

“O espírito de subordinação ao chefe natural, o pai ou o patrão, o aguçamento de determinadas faculdades intelectuais, a sobriedade dos costumes, a resistência física, o trato das armas, o hábito das cavalgadas e rodeios, faziam do homem da estância um combatente excepcional.”<sup>248</sup>

Essas condições do mundo da estância podemos pensar que se enquadrava dentro da situação vivida pelo Coronel Luciano Carneiro Lobo, que às voltas com as incursões indígenas, em sua correspondência ao Presidente da Província, nesse texto anexa a seu ofício uma relação de sete homens para compor suas tropas de vaqueanos de mato, indicando seus nomes, em uma lista anexa que mostramos a seguir:

Homens para o trabalho das entradas

Manoel Americo Maxado  
Manoel Joaquim de Almeida  
Joaquim Maxado  
Florentino José

<sup>246</sup> Idem, p. 72-73.

<sup>247</sup> Idem, p. 108.

<sup>248</sup> FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro. (Povoamento e Conquista)*, Rio de Janeiro, 1941. Apud In SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Op. Cit. , p. 108.

Joaquim Correa este de muito se carece  
 por vaqueano duas entradas no mato e alem disso  
 trepa empinheiros para descobrir as alturas ebem  
 Todas as duas vezes entrada voluntaria  
 José Soares  
 Francisco Leones. <sup>249</sup>

O interessante nessa relação é o de nome Joaquim Correa, que o coronel anota ao lado, “*este de muito se carece por vaqueano, duas entradas no mato e alem disso trepa em pinheiros para descobrir as alturas e bem*”. A subida em grandes árvores permite ao caçador observar a paisagem de cima, encontrando seus caminhos, orientando-se no terreno, facilitando achar as picadas, e os rastros que levavam aos alojamentos dos índios. Esta técnica é chamada de *peconha* <sup>250</sup>, de origem indígena, ao ponto que para conseguir uma companheira, os guerreiros índios deveriam ser bons caçadores e exímios trepadores de árvores <sup>251</sup>, técnica apreendida pelos experientes *Vaqueanos de Mato*, como Joaquim Correa, o homem de que tanto carece o Coronel. Se voltarmos a 1820, vamos lembrar que Saint-Hilaire, quando ali passou, deixou registrado como se procediam as caçadas, as chamadas entradas no mato - entradas no arranchamento dos índios - que eram feitas sempre de surpresa, e atirando com as espingardas, clavinhas e pistolas. A estratégia dos índios era a fuga, os adultos do sexo masculino que não conseguiam fugir em geral eram mortos, e as mulheres e crianças em sua maioria, eram trazidas para as vilas como cativos, disfarçadamente chamados de prisioneiros de guerra e depois submetidos ao processo chamado de administração de índios, que disfarçavam uma sincera escravidão <sup>252</sup>. Mas lembremos que o naturalista Saint-Hilaire, também

<sup>249</sup> Relação Junta ao texto do Ofício do Coronel Luciano Carneiro Lobo, ao presidente da Província de São Paulo, em 1º julho de 1824. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Curitiba (1822-1830). Pasta 1, Caixa 205, documento 32 a, Ordem 1000. APESP.

<sup>250</sup> Essa técnica é também utilizada pelos militares, no Curso de Operações de Guerra na Selva do Exército Brasileiro, realizado no CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército Brasileiro) em Manaus, selva amazônica brasileira. Os candidatos a guerreiro de Selva para conseguir sua comida, tem que pegar uma mensagem no alto de uma árvore e tem que acessá-la utilizando-se da técnica da peconha, com uma pequena adaptação com o auxílio de um pedaço de corda.

<sup>251</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 303.

<sup>252</sup> Sobre a administração de índios ver MONTEIRO, John Manuel. *Os negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das letras, 1994. Em vários momentos o autor demonstra o que na verdade configurava a administração de índios pelos bandeirantes de São Paulo, que escravizavam os índios para constituir uma alternativa para a

nos disse que as casas dos índios eram iguais as que faziam para viver os luso-brasileiros, ou seja, em geral, os lavradores e jornaleiros viviam em cabanas de palha iguais as indígenas, com a única diferença de cobrir as paredes com argila. Suas lavouras estavam nas piores terras, em geral perto do mato e dos povos indígenas. Ora, isso implica em muitas coisas, primeiro é dizer que esses homens e mulheres tinham costumes em comum aos índios, e as trocas e aprendizados eram constantes.

Os índios, por sua vez, iam buscar a habitação mais internado na mata, fugindo da perseguição contínua das entradas e caçadas executadas pela expansão luso-brasileira ao longo dos séculos. Em função da proximidade com as populações pobres que estão perto do mato, e também de toda a falta de espaço em que essas populações se submetiam pela pressão da expansão portuguesa, através de um fluxo de um processo que caminhava, cada vez mais por esse viés, *os costumes em comum*, que acabavam determinando também e facilitando as estratégias de combate e caça aos índios que se desenvolviam ao longo dos séculos, e por outro lado determinavam estratégias de sobrevivência das populações indígenas. Uma das estratégias de guerra utilizadas pela colonização, como já vimos anteriormente, é a de buscar aliados dentro das populações indígenas, aliados esses que na maioria das vezes são os líderes desses indígenas, e com posições de comando tipicamente militares e recebendo inclusive soldos e munição, e esses homens não só facilitavam o aldeamento, como ajudavam no processo de obrigar os aldeados a trabalhar na agricultura, e principalmente agiam como soldados do destacamento e comandantes dos índios aldeados, e muitas vezes executavam entradas e caçavam outros grupos indígenas para trazer para as vilas. Estratégia utilizada em quase toda a conquista e seu influxo colonial.<sup>253</sup>

---

mão de obra, assim constituíam seu próprio sistema de produção com a mão de obra que estava a disposição e era possível de ser encontrada, ou seja - a indígena.

<sup>253</sup> Cf. BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. Porto Alegre, L&PM, 2006, p. 174. Essas estratégias não estavam restritas ao Sul do Brasil, acompanhou toda colonização, inclusive a dos EUA, ali, povos como os Pawnees que eram inimigos dos cheyennes, eram utilizados como batedores, os chamados *Scouts*, localizando os acampamentos cheyennes e suas tendas, matando homens e mulheres.

## **Que o Senhor nos mande o que for servido: Homens, Armas, Pólvora e Chumbo.**

No ano de 1826, o Coronel Luciano Carneiro Lobo ainda estava às voltas com os *bugres* que, segundo ele em carta ao Presidente da Província, “*andão muito brabo, etemo que farão algua desordem pellas estradas. Eu não tenho pólvora, para fazer hua entrada, Enem na vila há que se possa comprar.*”<sup>254</sup> Existe sem sombra de dúvida sempre a preocupação com os índios, até porque os costumes já indicavam que durante a ocupação, com as seguidas entradas, imaginava-se a possibilidade de que cristianizados, os índios deixassem de existir, pelo menos como um problema, o tal “perigo indígena”, ou seja os índios iam desaparecendo, integrando-se à sociedade nacional como cativos, e, como tal, sujeitos a desaparecer como povo paulatinamente, isso determinava durante os séculos da colonização, as práticas de combate e ocupação. Assim sendo, em *Jagoariahiba*, Luciano Carneiro Lobo está ciente disso, e continua buscando pólvora, chumbo e meios de avançar com o processo de colonização nos campos e matas perto de sua fazenda.

Nos anos vinte do século XIX, em pleno caminho das tropas entre Itapetininga e Castro, as circunstâncias mediavam muitas das idéias que se faziam sobre determinado assunto. No que concerne ao dito “Perigo Indígena”, como demonstrei anteriormente, o fato de ser pobre, sem muitos recursos, seja de que natureza, fora da proteção de um estancieiro abastado, via de regra, fazia com que as autoridades os utilizassem para as expedições e atividades com os indígenas de acordo com seus interesses. Em abril de 1826, em Itapeva da Faxina, um lavrador de melhores relações, Pedro Leite Pedroso, conseguiu escapar da prisão por faltar a uma “Mostra Geral”, e libertar seu filho Fabiano, que se encontrava preso por faltar à dita Mostra Geral e por ser acusado de ladrão de gado, o que provavelmente era uma falsa acusação do Capitão Mor Manoel de Melo Rego, conforme as defesas apresentadas. O filho do lavrador, de então 19 anos de idade, era o braço direito para cuidar da roça e se defender de criminosos e do ataque de indígenas. A “Mostra Geral” era uma espécie de exercício mensal e dominical, onde o Capitão Mor da Vila reunia para uma revista os moradores aptos para o serviço militar. Neste caso, o morador foi defendido por três

---

<sup>254</sup> Ofício de Luciano Carneiro Lobo, dono da fazenda Jagoariahiba ao Presidente da província, datado de 26 de Abril de 1826. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Curitiba (1822-1830). Caixa 205, pasta 1, documento 74, ordem 1000. APESP.



autoridades, um Cônego, um Governador, e um Juiz<sup>255</sup>, e nestas defesas é que se observam as reais intenções de Manoel de Melo Rego. Deixamos de apresentar as outras defesas e nos limitamos à defesa do Cônego da Catedral, Jerônimo Paes de Almeida, que era o maior interessado na liberdade do lavrador, já que não concordava com as ações do Capitão da Vila:

[...] e que sei que he grande trabalhador, não só por que he o que sustenta hua numerosa familia como por ter vindo alguns annos a minha fazenda ajudar a derrubada da rossa: attesto mais que Pedro Leite he ultimo morador daquelle certão, e por consequencia o mais sujeito a invasão dos Indios silvestres, cujas moradas muito pouco distão deste lugar; e tao bem he constante que este homem, e sua família tem sido sempre perseguido pelo Capitão Mor daquelle Villa por faltarem alguma vez ahua mostra geral que costumava fazer mensalmente, não atendendo a grande distancia de quinze leguas, e o perigo em que ficava esta famillia....<sup>256</sup>

O interessante neste caso é a motivação apresentada para a defesa, de acordo com o capitão mor Manoel Mello do Rego, o Cônego Jerônimo Paes de Almeida e seu irmão o Juiz Ordinário Antonio Paes de Almeida mantinham com ele algumas intrigas e contendas e, entre elas, o acusavam de vender em praça e fazer leilão de índios capturados nas entradas:

Persuadiram a V. Ex<sup>a</sup> que os gentios que se vão prizionados nesta Villa tem sido algua vês remattados em praça, equ sobre elles tem avido

---

<sup>255</sup> Correspondência de Anselmo Joaquim da Costa Gavião, Governador das Armas da Província do Mato Grosso ao Presidente da Província de São Paulo, 14 de maio de 1825. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 1, documento 51b, ordem 1012. APESP. Correspondência de Antonio Paes de Almeida, Juiz Ordinário na vila de Itapeva da Faxina ao Presidente da Província em 10 de abril de 1826. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 1, documento 51c, ordem 1012. APESP.

<sup>256</sup> Carta do Cônego Jerônimo Paes de Almeida da Catedral de São Paulo ao Presidente da Província pedindo por Pedro Leite Pedroso que havia faltado a uma mostra geral alegando o “Perigo Indigena”. São Paulo, 20 de abril de 1826. Seção Manuscritos, *Ofícios* Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 1, documento 51 E, ordem 1012. APESP.

leilão que He falsa esta aserção mostro pella allistação da Camara nº3, senão for bastante mostrarei pellos meios que V. Ex<sup>a</sup> determinar. He verdade que as peças empregadas nas bandeiras que frequentemente mando aos certos para reprimir os reconhecidos prejuízos que resultão dos gentios quando com frequencia não são repellidos. São homens pobres the compreção e impossibilidade de conservarem e tratarem dos gentios os que prizionam e ficão nesta casa tentar vender os serviços de 15 annos remediando suas nessecidades por gentios prizioneiros mas bem tratados. Estabelecerão entre elles que quando fosse pago por hum ou mais gentios venderem seos serviços metade do dinheiro ser para quem pagou a entrada e metade repartida com igoaldade por todos os mais camaradas, assim ficão satisfeitos. Quando o Conego Jeronimo Paes se ofereçeo para a Cathequeze dos Gentios o mais nunca se lembrou praticada mas somente meios de continuar intrigas comigo; porque sendome ordinado por V. Ex<sup>a</sup> desse eu ao dito Conego hua arroba de pólvora com xumbo com pederneira e as armas de Fogo,[...] <sup>257</sup>

Conforme se percebe, embora o Capitão negue o fato de que os índios eram leiloados em praça pública, admite que fossem vendidos pelas pessoas que participavam das entradas, e que o dinheiro era repartido metade para o dono da entrada e a outra metade pelos demais participantes. Com relação ao Cônego, o Capitão diz que o mesmo nunca praticou a catequese dos índios, embora tenha se oferecido para tal, mas que a pólvora, o chumbo e as armas solicitadas pelo Cônego para proceder a Catequese lhe foram entregues conforme o ordenado. Armas, pólvora e chumbo para fazer a defesa contra os índios enquanto se faz a catequese pode parecer contraditório, mas se observadas as condições que se estabeleciam, verifica-se que era de acordo com a

---

<sup>257</sup> Correspondência do Capitão Mor da Vila de Itapeva da Faxina Manoel de Mello Rego ao Presidente da Província de S. Paulo, 12 de maio de 1827. Faz referência ao não recrutamento de lavradores próximos a terras indígenas do qual discorda, relata os fatos das intrigas e contendas com os irmãos Paes de Almeida, Jerônimo, Cônego, e Antonio, Juiz Ordinário. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 1, documento 51 , ordem 1012. APESP.

época e com os interesses de cada um. O Cônego e seu irmão, o Juiz Ordinário Antônio Paes de Almeida, possuíam terras e tinham interesses concretos em armar-se, mesmo que para teoricamente catequizar, já que o recebimento de armamento e munição é sempre bem vindo em lugares fronteiriços e em constante situação de conflito. Com relação aos índios e seu comércio, vendidos como mão de obra, cada vez mais se afirma essa assertiva, configurando um quadro, onde as entradas, ou as expedições, em grande parte não eram somente punitivas ou defensivas, eram expedições de caça, que tinham um propósito, auferir lucros com a venda de cativos, em uma rede comercial ancorada em caminhos e estradas que ligavam uma extensa região. Ainda dentro da temática do perigo indígena e o recrutamento, seja para as entradas contra os índios, seja para o serviço militar para os exércitos do sul, em junho de 1826, o mesmo Capitão Francisco de Xavier Araujo, da vila de Itapetininga, que acusava os pobres de se justificarem na desculpa do perigo indígena para não serem recrutados pois precisavam defender suas roças e famílias, de forma surpreendente, agora diante do aparecimento de indígenas próximos à terras de estancieiros, passa a solicitar o costumeiro às autoridades: homens, armas, pólvora e chumbo:

A respeitável presença de V. Ex<sup>a</sup>, apresento, com esta a representação dos capitães Antonio de Almeida Leite, e Jose Gomes Pinheiro, moradores da Villa de Sorocaba estancieiros das fazendas do Rio Claro, cujas existem distantes desta Villa 15 legoas, aos primeiros campos, em cima da serra; as ultimas fazendas outro tanto, ou mais, e para alem dellas vão inúmeros campos incultos aonde se pença estarem os Indios alojados, por que annualmente girão por aquellas fazendas, com menos abundancia, que ao presente, que parese pertendem exterminar no todo os vigias das ditas fazendas, com consequência a fazer se hir escoltas desta Villa; pore se deve ser a custa daquelles proprietarios tanto em municio como em jornais, sendo as tomadas providencias os que assistiram como fica dito; para se poder fazer huma deligencia suficiente, e com menos perigo exige virem alguas pessoas da Villa de Itapeva daquelles versados nestas deligencias que conhecem o modo de acautelar-se das traições dos Indios; pois do contrario pode haver maior perigo,

e menos fructo, por não serem homens versados nestas deligencias os desta Villa; e para este fin exige ordem de V. Ex<sup>a</sup> ao Cap<sup>mor</sup> daquela dita Villa de Itapeva; tão bem a polvora e xumbo, que para aque veio da Fazenda Nacional, faz mais de vinte annos passados, foi gasta em entradas naquelle tempo sobre o gentio, que havião abundado por este distrito, e Freguesia de Paranapanema em cujo tempo fizerao vários assassínios, e portanto exige nosso provimento; o que tudo reprezento a V. Ex<sup>a</sup> que mandará o que for servido.<sup>258</sup>

Quando os índios aparecem próximos a terras dos grandes estancieiros, determinam providencias totalmente distintas em relação ao seu aparecimento e ataques aos mais pobres. No caso do surgimento deles próximos as terras dos Capitães Antonio de Almeida Leite e José Gomes Pinheiro, imediatamente, o Capitão Francisco de Xavier Araújo passa a organizar as expedições de afugentamento dos índios que, segundo ele (em outro ofício dizia que os índios há anos não apareciam), agora passavam a ser um perigo para os vigias das fazendas, que poderiam ser exterminados, e para tal, solicita ao governo da Província que fosse enviada mais pólvora e chumbo, que toda a que tinham, já havia sido gasta durante os últimos vinte anos na guerra contra os índios. Tal procedimento, contraditório em seu âmago, demonstra-se extremamente coerente dentro de suas relações sociais em que se cogitavam interesses e benefícios em comum. Em janeiro desse ano de 1826, na vila de Castro, para construir a ponte sobre o Jaguariaíva, de acordo com José Carneiro Lobo, Comandante da Vila, necessitava-se muitos homens *“por ser esta obra dificultosa pelo lugar ser perigozo de Bugres, no meio do mato, e distante desta Villa pelo menos 20 legoas, e por isso perciza gente bastante.”*<sup>259</sup> A região entre estas vilas e que

---

<sup>258</sup> Do Capitão Mor de Itapetininga Francisco Xavier de Araújo ao Governo da Província de São Paulo. Itapetininga, 19 de junho de 1826. Comunicação sobre o perigo indígena e a necessidade de se lançarem escoltas, e para tal se pedia autorização para se fazer a guerra, e envio de pólvora, chumbo, e vaquianos, os práticos na mata e que serviam de guias e comandantes destas expedições. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-29), Caixa 259, Pasta 1, Documento 65, Ordem 1054. Transcrição N° 4. APESP

<sup>259</sup> Do Capitão Mor José Carneiro Lobo, comandante de Castro ao Presidente da Prov. Lucas Antonio Monteiro de Barros em 12 de Janeiro de 1826. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 42, ordem 987. APESP. Comunicando a construção de uma ponte sobre o Itararé, e o “perigo indígena” para a construção desta.

estava dentro do perímetro dos caminhos de tropa possuía esta característica que a definia um convívio com as populações indígenas que, incorporados à vivência das vilas ou vivendo nas matas, em guerra ou não contra os não indígenas, eram uma realidade. Estavam longe de pertencer a um mundo de imaginação.

Itapeva da Faxina possuía em seu cotidiano um convívio com as populações indígenas de forma intensa. Em decorrência desta *práxis*, em Itapeva se encontravam homens que possuíam habilidades para o combate aos indígenas. Estes homens estavam sendo requisitados também pelo capitão Francisco de Xavier Araújo, que solicitava ordem do governo para poder contar com os “daquelles versados nestas deligencias”, como não conseguira, no mês de julho, expediu a escolta de perseguição:

No dia 31 do dito mes findo de julho, fiz seguir huma escolta de 34 homens em deligencia de afugentar aos indios brabos que tem contaminado as fazendas dos campos novos deste districto; porem com o pezar, de me parecer, não farão suficiente deligencia, pella falta de homens prácticos, por não vierem da Villa de Itapeva os quatro homens que pedi para o dito fim; ao que me respondeo o Capitão Mor, da mesma, em officio de 17 do mesmo mes findo, que ao prezente o não podia fazer, por se acharem occupados em efectiva delegencia de gentio; e que com oportunidade o faria.<sup>260</sup>

O bom cumprimento da missão, mesmo com uma tropa de 34 homens, de acordo com o Capitão, fica prejudicado na ausência dos chamados “homens práticos”, estes homens em numero de quatro já estavam em uma “*efectiva delegencia de gentio*” às ordens do comandante de Itapeva da Faxina, e que assim que cumprissem essa missão poderiam se apresentar na vila de Itapetininga. Não muito longe dali, no vizinho distrito ao Sudoeste da vila da Faxina, o distrito mais fronteiriço às populações indígenas, Castro, o Coronel Luciano Carneiro

---

<sup>260</sup> Ofício do Cap. Mor Francisco de Xavier Araujo ao governo da província de São Paulo Itapetininga em 08 de Agosto de 1826 comunicando uma diligência de 34 homens para afugentar os índios, mas que tal não era suficiente pela ausência de homens práticos. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-29), Caixa 259, Pasta 1, Documento 18, Ordem 1054. APESP.

Lobo continuava preocupado com os índios e organizando as expedições de combate aos indígenas:

Dou parte a V. Ex<sup>a</sup> que mandei fazer hua entrada aos gentios por estarmos muito atacado delles, que estão saindo por estradas e invernadas, e cabo de dezaçette dias de matto sobre elles, tiverão emcontro onde se gastou mais de hua arroba de pólvora, no combatte, que tiverão com elles para asim se poderem escapar, pois os dittos gentios puzerão mangas pellos lados aviltados, porem não perigou camarada algum por sahirem debaixo de fogo, assim sepode apanhar dois alcós e tres frexas, as quais remetto a V.Ex<sup>a</sup>, a escolta foi de trinta homens por auxillio que medeu o Capitão Mor porque os trinta e çeis homens que tenho listado alguns já falecido e outros auzentes aseus negocios; Pareceme Ex<sup>mo</sup> Senhor, ser de justiça este povo da vila de Castro, V. Ex<sup>a</sup> privilegiado do recrutamento da 1<sup>o</sup> linha, quais andão tudo reçaabiado, e fugidos para o continente, e outros metidos pello matto, que quando se perciza para hua entrada destas custa muito a descubrirçe, e se V. Ex<sup>a</sup> não olhar para esta Villa com bons olhos, de serto que fica a Villa acabada, e os Indios saindo pellas Fazendas e estradas estes já com muito conhecimento que as armas de fogo dá só hum tiro, logo avanção; E agora Ex<sup>mo</sup> Senhor He que setem visto o grande n<sup>o</sup> de gentios que há nestes sertoins, e as grandes estradas delles que parecem estradas do caminho do continente [...]

Ex<sup>mo</sup> Senhor He de muita neçeçidade que V. Ex<sup>a</sup>, nos mande dar trinta reuninhas curtas e bous, que as armas que há porca são cumpridas, muito roins, casim mesmo não há. Tãobem participo a V. Ex<sup>a</sup> que já meacho sem polvora e xumbo para as entradas, e pertendo mandar buscar nessa cidade por ordem que tenho dos anteceçores de V. Ex<sup>a</sup>, e da junta ao menos quatro arobas com xumbo.O mais humilde reverente súbdito.  
Luciano Carneiro Lobo<sup>261</sup>

---

<sup>261</sup> Correspondência do Coronel Luciano Carneiro Lobo ao Vice-Presidente da Província Luis Antonio Neves de Carvalho na Villa de Castro em 13 de Agosto de 1827. Comunicando o

Essa passagem é reveladora de muitas ações e táticas das expedições de combate e caça aos índios como, por exemplo, a duração dessas expedições que podiam ir até um mês de atividades dentro do mato. No caso acima, durou dezessete dias de mato sobre os índios. As táticas de combate indígena, cercando os flancos com grande número de guerreiros armados de arco e flecha e que impedem a fuga, e o uso de mais de uma arroba de pólvora para romper o cerco, ou seja, a descarga das armas de fogo ainda era uma forma eficiente para o combate. Nessa expedição não foi possível vencer os indígenas, e a captura de crianças e mulheres não existiu, mas ainda conseguiram um butim de arcos e flechas. O número de pessoas nesta expedição é quase sempre algo em torno de 30 homens, o que completa o efetivo de um pelotão, ou de três esquadras. O Coronel adianta que os índios já sabem “*que as armas de fogo da só hum tiro, logo avanção,*” o que deixa claro que as populações indígenas não são destituídas de táticas de guerra. Se a guerra existe, o que é claro, existem aprendizados e formas de vencer o oponente, no caso citado os índios venceram, como muitas vezes o fizeram. A guerra da fronteira era uma guerra silenciosa, que se escondia atrás dos muitos anos. Já nas expedições comandadas por Afonso Botelho Sampaio e Souza e mais precisamente no dia 30 de janeiro de 1773, em uma quinta-feira, no monte chamado Atalaia, em um combate onde foram derrotados pelos índios, com a mesma tática de cercar os flancos, já aparece a informação de que os índios já conheciam as armas de fogo e sua utilização, e já sabiam que dava apenas um único tiro, mas não conheciam a recarga<sup>262</sup>. As táticas de combate com armas de fogo foram desenvolvidas pelos ingleses, onde os homens dividiam as cargas de tiro, de forma que enquanto uma esquadra atira, a outra recarrega, assim mantendo um fogo cerrado durante um tempo maior. Essa tática funcionava bem em campo aberto, e assim com cavalo e arma de fogo, o soldado era muito superior, e por isso que vamos encontrar em algumas fontes que os índios dificilmente apareciam em campo aberto. Isso não significa dizer que os índios preferiam viver no mato ao campo, mas nas circunstâncias da guerra estabelecida, o campo era vantajoso ao invasor e o mato um abrigo aos povos originários, que permitia melhor defesa

---

“Perigo indígena” pedindo pólvora, chumbo e pessoal para as expedições e entradas contra os índios. Pedindo armas curtas já que as longas não eram tão eficientes para o combate. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 76, ordem 987. APESP. Transcrição nº 6.

<sup>262</sup> SOUZA, Afonso Botelho de S. Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*, p. 62-63.

diante da reduzida operacionalidade das armas de fogo. Voltando ao Coronel Luciano Carneiro, ele deixa claro que as armas longas não servem para as “entradas”, e solicita que o governo lhes envie reuninhas, as pistolas curtas de acionamento por pederneira. As reúnas eram as pistolas maiores, e as reuninhas possuíam uma pequena extensão de cano, o que facilitava o transporte e seu uso na mata fechada. Por isso que comandantes ou vaqueanos, sempre que podiam, portavam duas pistolas e um bom facão ou sabre de combate.

Luciano Carneiro Lobo, nesse mesmo documento que analiso, continua protegendo seus homens do recrutamento para a 1ª linha, como eram chamadas as forças regulares do Império, o que não impedia que fossem recrutados para as entradas contra os índios e compusessem o efetivo das milícias, as chamadas 2ª linha. O Coronel alerta o governo para o abandono da Vila de Castro, onde muitos preferiam fugir a serem recrutados para a 1ª linha, *“quais andão tudo reçabiado, e fugidos para o continente, e outros metidos pello matto, que quando se perciza para hua entrada destas custa muito a descubrirçe, e se V. Ex<sup>a</sup> não olhar para esta Villa com bons olhos, de sertto que fica a Villa acabada”*. O Coronel anota ainda o perigo indígena, e o grande numero de índios que habitam os sertões e as grandes estradas que construíam que, segundo o Coronel, eram semelhantes às estradas do caminho do continente. Estas estradas indígenas são conhecidas hoje como Peabiru, uma rede de caminhos e estradas que ligavam simplesmente o Atlântico ao Império Inca.

Com relação aos apelos do Coronel para que a Vila não fosse um lugar abandonado, tem sua fundamentação no fato de que a Vila de Castro, assim como outras, estava vinculada a um processo de formação de linhas de combate que pudessem compor o exército nacional, que a essa época, ainda buscava compor efetivos e fortalecer cada vez mais uma tropa regular, ou seja, a 1ª linha. Mas o Coronel não pedia por qualquer um, pedia principalmente a isenção do serviço para seus comandados, ou seja, para homens que de certa forma já estavam alistados no serviço das ordenanças ou das ditas entradas contra os indígenas. Logo, se o Coronel aponta que a população está fugida, e não só para o mato, mas também para outros lugares, seguindo o caminho do Sul, ou, nas palavras do coronel, os caminhos do continente, percebo que esta fuga está vinculada a todo um processo, desde o período em que o Império recrutava, até a ação dos grandes proprietários que, dentro de seus títulos milicianos e, como tal, Tenentes, Capitães e Coronéis, e também comandantes destes povoados, que em geral utilizavam, manipulavam e se beneficiavam dos homens e mulheres mais pobres,



sejam lavradores ou empregados em diversos ofícios, sejam vaqueanos ou peões, ou qualquer pessoa desvalida do Império que tinham difíceis condições de sobrevivência. A fuga ou o abandono era uma ação estratégica onde a sobrevivência em curso ainda era melhor que perder tudo ou a vida servindo o Império em guerras distantes, ou em permanecer vivendo em um lugar de muitas dificuldades sob a regência de proprietários e abastados lutando por benefícios e vantagens próprias.

Fernanda Sposito<sup>263</sup> faz uma análise sobre o perigo indígena nestes mesmos lugares de São Paulo Provincial que estudei: Itapetininga, Itapeva da Faxina, Castro, entre outros. A autora nos diz que a justificativa do “perigo dos selvagens” não deve ser tomada ao pé da letra, já que não havia um consenso sobre a real dimensão desse perigo e que a alegada “ameaça dos bugres” poderia funcionar como uma estratégia para fugir do recrutamento ou como uma justificativa para atacar os nativos em sua terra, à custa dos cofres públicos.<sup>264</sup>

Concordo com Fernanda Sposito, mas é preciso acrescentar algumas considerações sobre essa questão. O dito “Perigo Indígena” fazia parte de um contexto - a guerra -, logo, ele não existia por invenção ou por simples desejo alheio ou próprio; existia, antes de tudo, porque estava alicerçada entre malhas poderosas de um avanço invasivo. Esses avanços invasivos e de conquista territorial sobre um opositor, quando não conseguem uma vitória imediata, geram uma contra guerra, e essa contra guerra se define por um conjunto de ações de combate, reconhecimento, perseguição, pilhagem, captura e rapto.

No caso específico da conquista territorial que os portugueses imprimiram aos indígenas, e especialmente os paulistas, essa conquista foi estabelecida em cima de uma guerra secular onde a selva, a princípio, não possuía um interesse econômico ou comercial, a não ser pelas incursões dentro das populações indígenas para capturar braços para compor uma mão de obra. Este tipo de guerra ao longo dos séculos acaba se constituindo como uma guerra de guerrilhas, com combates fortuitos entre os lados envolvidos. No século XIX, com a busca da definição de espaços fronteiriços e o interesse em ocupar as terras indígenas e especialmente as áreas com riqueza minerais, ou com campos para a criação de animais, intensificaram-se essas ações

---

<sup>263</sup> SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros*. Indígenas na formação do estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Dissertação de Mestrado em História Social, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

<sup>264</sup> Idem, p. 166.

guerrilheiras, tanto de um lado, como do outro. Nosso problema está no fato de perceber que do lado das intenções da dita sociedade invasora, a luso-brasileira, estava um processo lento de ocupação, invasão e conquista dos indígenas. Nesse contexto permanecia, no caso paulista, em especial, um *habitus*<sup>265</sup>, uma forma de proceder alicerçada nos usos e costumes antigos, a caçada a índios, na busca de conseguir vantagens pecuniárias com a sua escravização. Para concluir, penso que dentro de um contexto tão amplo, a ameaça dos índios e um perigo iminente pode e deve ser utilizada para quem vive próximo às terras indígenas, seja para evitar um recrutamento para a 1ª linha das forças imperiais, para conseguir recursos para se defender, ou ainda como estancieiro, utilizar-se deste expediente para financiar as expedições contra os índios, na busca de continuar o lento processo de ocupação e invasão, auferindo algum lucro com a venda dos cativos. Longe de ser imaginário, no caso do Brasil Meridional, embora com suas nuances de utilização em benefício próprio, o perigo indígena era factível e interligado a um processo de guerra de conquista, onde o governo amparava esses empreendimentos mandando o que era servido: homens, armas, pólvora, balas e chumbo.

### **O uso e praxe na conformidade dos costumes antigos**

No ano de 1825, pedidos de munição e ordens para invadir os acampamento indígenas acontecem a todo o tempo, e nesse mesmo ano em agosto, nas proximidades da localidade de Pinhais, o Capitão Mor Antonio José da Silva, Comandante interino do quartel da Vila de Curitiba informava que o Sargento de sua unidade destacada em Palmeira havia comunicado que, na região, índios tinham sido vistos, e pedia permissão para segui-los:

(...) He que o Capitão Mor da 8ª Companhia de Ordenanças Verisimo Antonio de Souza, aquartelado nos distritos da Freguesia da Palmeira me participou por officio de 23 do corrente, que o sargento daquela respectiva companhia Joaquim Ruiz Danhoso, He participado, que o gentio bárbaro sahirão emhua paragem denominada o Pinhal, onde aquele povo planta eque querião aquele mesmo povo, armarem

---

<sup>265</sup> Cf. ORTIZ, Renato. *A Sociologia de Pierre Bordieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003, p. 39-73.

hwa escolta eseguilos, porque do contrário poderia aver algumas desgraças; e para o sosego dos povos, ordenei aodito capitão Mor no mesmo momento, que mandase ajuntar *homens fragueiros*, armados e que arranjasse hwa escolta de numero avultado, e que os mandase *seguir conforme hum uso e praxe na conformidade dos costumes antigos*, por ser ali saidor delles, de sorte que não perigase indevido-o algum juntamente que não inovase couza alguma e do seu resultado me participase para cumprir com os meus deveres. (os grifos são meus)<sup>266</sup>

Para a pesquisa o que fica mais uma vez evidente são os processos baseados nos costumes, ou nas palavras do Capitão Mor Antonio Jose da Silva da Villa de Curitiba “*conforme hum uso e praxe na conformidade dos costumes antigos*”<sup>267</sup>, e a *praxe* era não perder homem algum nas operações de captura dos índios, e isso significava matar e capturar os inimigos, e com o mínimo de resistência por parte dos índios atacados. O que se percebe, cada vez mais, é que essas operações de incursão e captura dos índios eram sempre realizadas com muito pensar e planejamento. Buscavam os melhores homens disponíveis, armavam-se bem, procuravam entrar sempre com um número equivalente a uma tropa, no caso um pelotão de combate e que não deve estar em perigo nenhum homem, não inovando nada, tudo deveria estar conforme *hum uso e praxe na conformidade dos costumes antigos*. Os homens deveriam ser *fragueiros*, homens de mato, homens de montanha, homens preparados para o combate nesses lugares. E, aí na localidade dos Pinhais, em 1825, não seria diferente, os homens do Sargento Joaquim Ruiz sairiam para caçar os índios que ousaram sair do mato, procurando um pouco de espaço já que a situação era cada vez pior para os grupos indígenas que viviam na mata, pois seu espaço de deslocamento estava agora cada vez mais reduzido, e ousar era preciso, mesmo que isso arriscasse a sobrevivência do grupo que entrava na mira de seus perigosos e *fragueiros* caçadores. Essas caçadas não eram incomuns, em Guarapuava o vigário Francisco das Chagas Lima

<sup>266</sup> Ofício do Capitão Mor Comandante Interino do quartel da Villa de Curitiba Antonio José da Silva Carram ao Presidente da Província em 31 de agosto de 1825. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Curitiba (1822-1830). Caixa 205, Pasta 1, documento 55, ordem 1000. APESP.

<sup>267</sup> O “costume antigo” poderia ser uma desculpa para legitimação de uma prática em crescente desuso. Sobre isso ver THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das letras, 1998.

contava que eram muitos os esforços de particulares para escravizar os índios, “*movendo-lhes bruta guerra; e aprisionando a muitos, conduziram como despojos a quatro meninas e quatro meninos, que venderam a brasileiros*”.<sup>268</sup> Foram inúmeros os casos em todo o Brasil Meridional de aprisionamento de índios, com a desculpa de doutrinação, onde meninos e meninas, teoricamente, seriam educados por pessoas que os recolhiam, mas o vigário Francisco das Chagas Lima, desconfiava dessas boas intenções, pois com esse pretexto, “também houveram outros que recolheram para suas casas, para seu serviço, índios da mesma aldeia. Eu não afianço a boa fé, mas dever-lhe-iam ter dado um salário correspondente ao seu trabalho”.<sup>269</sup>

Muitas dessas expedições envolvidas com os índios estão relacionadas com a abertura de picadas, ou de ampliação de antigos caminhos indígenas. Os proprietários e autoridades locais das regiões envolvidas neste processo tinham um interesse específico nesta abertura das estradas, já que depois de funcionando, além do pedágio, passa a serem necessários funcionários e o cargo de inspetor de estradas, que era mais uma forma de conseguir ascender dentro da estrutura imperial. No ano de 1827, o caminho do Sul pelos Campos de Palmas, já iniciado em novembro de 1815 pelo comandante Diogo Pinto e o Alferes Atanagildo Pinto Martins, volta a pauta e, mais uma vez se buscava abrir a chamada “Estrada das Missões”, que a partir de Guarapuava pudesse se chegar à Vila de Cruz Alta, nos antigos campos das missões jesuíticas. A intenção em geral era buscar novos caminhos que diminuíssem as distâncias entre os objetivos e que viabilizasse a comunicação entre frentes de povoamento e ocupação. A estrada para o sul, a partir da Vila do Príncipe, só possuía uma direção – o sertão de Lages até chegar à Vacaria, já nos campos de São Pedro do Rio Grande. Guarapuava estava nos campos do terceiro planalto, e a partir daí se encontravam novos campos até chegar ao lugar que à época se chamava o Departamento de Missões. Antigos caminhos indígenas já existiam, mas justamente pela presença indígena, essa tarefa era das mais difíceis, o Vice-Presidente da Província de São Paulo Luís Antonio Neves de Carvalho ao indagar a Câmara de Vereadores de Castro sobre quem seria a pessoa indicada para tal missão recebeu a seguinte resposta:

---

<sup>268</sup> LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo IV, nº13. Rio de Janeiro: typografia de João Ignácio da Silva, 1842, p.60.

<sup>269</sup> *Ibidem*.

Recebeo esta Camara o Respeitável officio de V. Ex<sup>a</sup> em data de 12 de maio próximo passado ao qual responde: O suspeito mais efficiente para a exploração do caminho para o sul por Guarapuava hé o capitão Antonio da Rocha Loures lá existente, pois que neste distrito serão acha individuo algum com tanta agilidade e que mais conhecimentos tenha para mencionado fim e ainda mais diremos serão achão em nosso distrito sugeito a quem se possa encarregar huma tal missão, e que a desempenhe. Lembre-se mais achar esse pais destituído de homens do Corpo das Ordenanças que sejam sufficientes acompanhar a diligencia e exploração tal qual suprem a dita sobre o caminho por Guarapuava para o continente do sul, cujo deverá hir sahir no principio do departamento de Missões para commodo dos viandantes os indivíduos mais ageis para o fim dito se achão empregados na milícia [...]<sup>270</sup>

De acordo com os vereadores da Câmara de Castro, Antonio da Rocha Loures, o Comandante do povoado de Guarapuava era a pessoa certa para essa empreitada, a nova exploração do caminho para o Sul unindo Guarapuava a Cruz Alta. Assim, financiados pelo governo provincial, Antonio da Rocha Loures e seus comandados poderiam explorar os novos campos e terras que se estendiam pelo sudoeste da província de São Paulo e Oeste de Santa Catarina, até chegar a São Pedro. Tinha-se a continuação das primeiras explorações de terreno até as Missões e a vila de Cruz Alta dos campos de São Pedro, iniciadas em 1815. Dentro deste tema da abertura de caminhos, no ano de 1828, os moradores de Curitiba, e da Freguesia de Palmeira, já com campos de criação de gado em Guarapuava, sob a influência do Capitão Comandante da 12<sup>a</sup> Companhia das Ordenanças de Curitiba, Dom Ignácio de Araujo, resolvem abrir um novo caminho para Guarapuava. O caminho que estava sendo utilizado foi o aberto por Diogo Pinto de Azevedo Portugal nos anos da expedição de conquista de Guarapuava,

---

<sup>270</sup> Correspondência da Câmara de Vereadores da Villa de Castro ao Vice-Presidente da Província Luis Antonio Neves de Carvalho, 1º de julho de 1827. Informa que a pessoa mais indicada para a exploração o caminho de Guarapuava até Missões na Província de São Pedro era o Cap. Mor Antonio da Rocha Loures Comandante da Companhia de Ordenanças e da Expedição de Guarapuava. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 72, ordem 987. APESP. Transcrição n° 5.

juntamente na época com o então Tenente Antonio da Rocha Loures, que agora ao receber ordens para executar uma estrada da mata que seguisse os caminhos da expedição do Tenente Coronel Afonso Botelho, deixa claro sua contrariedade, pois entendia que a estrada que haviam construído tinha sido uma decisão da Junta Real da expedição de Guarapuava (ver capítulo 1) e que naquele tempo, que o caminho entrava da fazenda de Guaraúna, já causava um prejuízo grande nos animais “quanto mais aumentando nove o dez leguas de sertao, que ora andase pelo campo, histo he o que poso emformar com tudo apronteise para comprirem a ordem que lhe foi emtimada.”<sup>271</sup>

Como o caminho que existia em relação ao antigo caminho da expedição de Afonso Botelho de Sampaio e Souza aumentava em algumas léguas o trajeto, elevando o tempo necessário para percorrê-lo, Don Ignácio de Araújo intenciona abrir uma nova estrada da mata seguindo o percurso da expedição de Afonso Botelho de Sampaio e Souza e chegar, através de um caminho aberto a pique de facão - a chamada picada-, até os campos de Guarapuava. Partindo de Curitiba, com um grupo de homens armados, iniciam a expedição. Comandados pelo Capitão, os moradores de Curitiba e do Distrito de Palmeira, sentem a obrigatoriedade de fazer com que o caminho se torne uma futura estrada para Guarapuava, para melhor cuidar de suas novas criações nos campos daquela povoação, e já sabem que para manter aberto o caminho, tem de se defrontar com os índios. A Expedição é uma dupla missão: aumentar a facilidade de deslocamento do caminho e procurar os vestígios e pistas dos índios para segui-los e capturá-los.

As entradas na mata também tinham objetivos relacionados ao apresamento indígena, que permitia arrebanhar mão de obra para o presente e futuro da povoação, uma aventura produzida por homens bem armados. Essa história é narrada na correspondência de uma função recém-criada em 1827 pelo Império, a de Juiz de Paz <sup>272</sup>, que era uma forma de tentar organizar a administração judiciária como um contrapeso ao poder da magistratura profissional, principalmente nas

---

<sup>271</sup> Ofício do Capitão Antonio da Rocha Loures Comandante do Destacamento e Presídio de Guarapuava ao Presidente da Província em 06 de janeiro de 1829. Informando sobre a expedição em 1809 sob o comando do Ten. Cel. Diogo Pinto de Azevedo Portugal, da qual também fez parte como tenente miliciano. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 2, documento 17, ordem 987. APESP.

<sup>272</sup> Sobre os Juizes de Paz ver MENDES, Fábio Faria. *Op. Cit.*, p. 110-135. Assim nos diria o autor “Os juizes de Paz, combinando amplas funções judiciais, administrativas e policiais, foram criadas em 1827 para servir de contrapeso à influência da magistratura profissional. O Código de Processo Criminal (1832) ampliaria ainda mais as suas atribuições, assinalando-lhe poderes de polícia administrativa.” (p. 129).

novas freguesias que se constituíam no Brasil Imperial, e assim no ofício do Juiz de Paz da Freguesia de Palmeira, José Caetano de Oliveira ao Presidente da Província, aparece os pedidos dos comandantes dos povoamentos, onde figura nesse momento, quase sempre como medida principal o envio de munição e homens, e indagam ordens para as entradas. O que fica claro é que todos já sabiam o que fazer a partir dos usos e costumes antigos: entrar; matar os resistentes; capturar poucos homens e a maioria das mulheres e crianças.

Os moradores armados, depois de encontrarem moradas de índio junto à Serra da Esperança, que calculam serem uns oito índios, que tinham acabado de fugir, pedem autorização, para quando se conclua o caminho em direção a Guarapuava, que para essas entradas só fossem pessoas “municipiadas afim de apanhar-se alguns, e depois depersuadillos que anossa mente He viver com elles, e brindallos com ferramentas, jóias, do contrário só impedem a franqueza do caminho por hum lugar tão útil ao comercio”.<sup>273</sup> Para abrir um novo caminho para Guarapuava era necessário retirar dali os indígenas, e uma das estratégias era presenteá-los com ferramentas e jóias (as quinquilharias feitas de vidro). Essa sempre foi uma das muitas táticas de aproximação que foram utilizadas com os índios americanos desde a chegada dos primeiros europeus. A idéia que possuíam os portugueses de que queriam viver com “elles e brinda-los com ferramentas e jóias”, encerra de fato a legalização da missão civilizacional e suas contradições, na crença que possuem uma missão autorizada pelo direito colonial, a de levar para essas almas o mundo perfeito da doce sociedade luso-brasileira colonial, ao mesmo tempo em que pedem munição para capturá-los, dentro da ótica do comercio e da construção da estrada, é parte da já até aqui falada pluralidade em que se encerravam todos os traumas e tragédias da conquista colonial.

O Capitão Mor Domingos Ignácio de Araújo, em correspondência ao Governo, relatou o resultado da expedição:

[...] Muito certão para descubrir os olhos.  
E sobre dito Indio não remito nesta ocazião por  
que se espera sirva de interprete para os outros  
procurando-se meios para se ouver vestigio delles  
nesta carta a inviarmos com brindes a fim de  
vermos se por este meio se consegue a

---

<sup>273</sup> Ofício do Juiz de Paz da Freguesia de Palmeira José Caetano de Oliveira em 9 de junho de 1828 ao Presidente da Província. Série manuscritos. Ofícios Diversos de Curitiba (1822-1830). Caixa 205, pasta 1, documento 99, ordem 1000. APESP

cathequese, meio que receamos não tenha bom êxito por ser este Índio de pouca idade. Não deixo de expor a V. Ex<sup>a</sup> que da bera do certão he junto a dita serra da Esperança donde voltarão os da deligencia medirão-se nove legoas, e cento e quarenta, e seis braças, e da dita serra ao Campo supoem-se ter tres a quatro legoas segundo o que consta por tradição que na expedição mor de Dom Afonso Botelho este abarracouçe abaixo desta serra, e da le contão alguns antigos que sahião ao Campo de Guarapuava, e voltarão no mesmo dia, e este traço que agora fizerão vai quase aquelle mismo, e espera-se encontrar antigos vestigios da expedição mor certificando mais, que da dita serra a esta distao onse legoas, e pelo campo de que nos servimos distão vinte quatro legoas mais o menos [...] O que se não pode conseguir por temer-se ao gentio, motivo que me move apressadamente dar parte a V.Ex<sup>a</sup>, por que ao passo que nos encontrermos com esta nação tão perto de nós, e fizemos estrada, por onde infallivelmente já elles nos terão seguido, ou se deve afugentar, ou procurar meios de os agradar a fim de os domar; portanto pondero a V.Ex<sup>a</sup> não só dificuldade de transitar-se pela estrada de que nos servimos por se encontrarem mais oito rios caudalozos, pontes e canoas facilitarão suas passagens, e isto mesmo he defficil conservar-se naquelle certão como taobem se nos offereça este mesmo por onde se não encontrão se não hús pequenos regatos, a mesma muito prosperava pela facilidade que averá se conseguir-se o caminho que espera para Missoens; por que passarão as tropas este certão em tres a quatro dias. So nos resta que V.Ex<sup>a</sup> nos socorra com providencia de pólvora, e armamento .<sup>274</sup>

Neste relato, o Capitão Mor Domingos Ignácio de Araújo, fala que o antigo caminho da expedição de Afonso Botelho pode ser reaberto, e o interessante é que passados mais de meio século, a abertura

---

<sup>274</sup> Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira 8 de junho 1828. Domingos Ignácio de Araújo, Capitão Mor da 14<sup>o</sup> Comp. de Ordenanças da Villa de Coritiba. Seção Manuscritos, Officios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 85, ordem 987. APESP.



desse caminho apresenta como obstáculo a mesma razão, a presença indígena nestes lugares, daí que, mais do que solicitar a autorização ou apenas comunicar um plano de ação é colocar em evidência, a conquista, ou a tentativa da conquista dos povos originários que aí habitam. O Capitão coloca a seguinte solução para o problema, “*ou se deve afugentar, ou procurar meios de os agradar a fim de os domar.*” O novo caminho diminuiria em menos da metade a distância do percurso, de 24 léguas para 11 léguas e, para concluir a missão, o capitão pede o de sempre: pólvora, chumbo e armamento. Esta missão da abertura da estrada vai continuar em pauta em Castro, onde proprietários de terras e vereadores da Câmara Municipal em 10 de dezembro de 1830 vão encaminhar um abaixo-assinado ao governo da Província solicitando a instalação de um destacamento de tropa regular com 50 praças e autorização para realizar os serviços da estrada de Palmeira a Guarapuava:

[...] um destacamento de cinquenta praças de tropa regulada, que servirão não só de guarda as suas pessoas, e fazendeiros, como de respeito, e estorno aos insultos, e tentativas dos Índios, devendo então serem colocados vinte na Freguesia dêz no campo denominado Pinhão: dêz no campo do capam Bunito, e dêz no campo Real, pontos estes que parecem formão o centro de todos os estabelecimentos.

Igualmente necessitam de huma pozitiva ordem do mesmo Ex<sup>mo</sup> Senhor para todos os habitantes, e interçados naquelle lugar com adjuntorio da gente para fazer a estrada do certão.<sup>275</sup>

Ora, com uma tropa regular, ou seja, da 1ª linha, composta de 50 homens, facilitaria a segurança dos proprietários, que dividiriam este efetivo para a vigilância dos campos de criação, possibilitando assim os trabalhos para a construção de uma nova estrada, além do que permitindo ocupar esses lugares e mantendo afastados os índios, motivo

---

<sup>275</sup> Abaixo-assinado de proprietários de terras e vereadores da Câmara Municipal de Castro, 10 de dezembro de 1830, ao Presidente da Província. Solicita a instalação de um destacamento de tropa regular com cinquenta praças e autorização para juntar pessoas para a construção da nova estrada de Palmeira a Guarapuava. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 37, ordem 987. APESP.

principal desse abaixo-assinado que, ao que tudo indica, foi organizado pelo maior interessado na estrada, o Capitão da Freguesia de Palmeira, Domingos Ignácio de Araújo.

Como se percebe, o óbice para a consecução dos objetivos dos proprietários e autoridades locais estava na presença dos possuidores originários daquelas terras, os índigenas. E dentro deste quadro em que identifico as práticas, as rotinas, o cotidiano destes trabalhos, atividades e expedições contra os índios, seguem uma ordem já instituída na longa duração, nas palavras dos homens e mulheres que viviam esses tempos, firmada e enraizada em costumes antigos. Em Itapeva da Faxina, o aparecimento de vestígios da presença dos índios instituía as medidas de sempre, realização de escoltas de perseguição e a solicitação de pólvora, bala e chumbo:

Tem ouvido nos subúrbios desta Villa frescos vestígios dos gentios os quais a muito annos tem infestado a maior parte das fazendas matando a muitos moradores e destruindo suas cazas e como elles se axão bem perto da Villa hé de esperar como em semellante ocaziõins tem acontecido elles não se retirarem aos seus alojamentos sem atacarem alguns moradores.

Para aliviar aquelle infalível perjuizo estou ajuntando hua escolta para hirem sobre os ditos indios e que deverá entrar nestes oito dias. A pólvora para semelhante deligencia que for mandada pelo governo desta provincia esta acabada por tanto vossa excelência me determinara se devo mandar na forma que se tem praticado condusão para V. Ex<sup>a</sup> mandar assistir com dois baris de polvora competente chumbo, e bala.<sup>276</sup>

Mas, a relação com os índigenas não é só um descortinar de maldades concebidas em muitas guerras e fronteiras, havia vozes ou discursos ou movimentos que tentavam estabelecer contatos mais amistosos, embora em grande parte esse discurso emanasse de órgãos vinculados à Igreja ou entidades e associações ligadas direta ou

---

<sup>276</sup> Ofício do Cap. Mor Comandante Interino da vila de Itapeva da Faxina Joaquim de Mello Rego ao Presidente da Província, 04 de março de 1829. Comunicando o “perigo indígena” e a necessidade de fazer uma escolta contra os índios. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 1, documento 65, ordem 1012. APESP.

indiretamente a elas, cujo objetivo era a cristianização dos indígenas, e dessa forma, em sua ótica, pela conversão encaminhá-los a civilização e afastá-los da barbárie. O Cônego de São Paulo tentava normatizar as ações de contato com os índios, e em relação a essas determinações em julho de 1830, o Sargento Mor Comandante do destacamento de Itapeva da Faxina, depois do aparecimento dos índios no bairro de Guarey e Lagoa Grande, em que segundo o sargento os índios apenas estavam buscando mantimentos e dando mostras que não fariam mal algum, a reação dos moradores foi a de sempre, baseada no uso e praxe na conformidade dos costumes antigos:

Em comprimento a ordem de 27 de novembro de 1829, dirigida pello antecessor de V.Ex<sup>a</sup> sobre o modo de proceder na conciliação deo gentios selvagens; passo a representar que tendo a parcido nas lavouras, e rossa dos moradores do bairro de Guarey, e Lagoa Grande sertã porção dos ditos selvagens a tirarem mantimentos dando mostras de que não farião mal algum pello aparecimento nas casas, e comunicações nas estradas com que se com portava: acontece neste acto um morador de Guarey Antonio da Silva Ramos com estes vestigios, que aparecião indo ver suas testadaz, e roças, e com effeito vereficiado da serteza dos bugres com vocam alguns de seus vezinhos, e sem ordem, e nem participação alguma, avançam-se ao matto em N<sup>o</sup> de seis companheiros levando huma bugra Lingua, e na estrada de Guarey a bugra repugnou seguir para diante por conhecer aquelles Indios ser de Guarapuava dizendo ser o tumulto grande:este homem fez voltar e dita bugra, e convocou mais vezinhos em N<sup>o</sup> total de vinte, e entrou a poz dos bugres, em ultimo pouso procurando elles a madrugada seguinte como sempre foi de costume para combate,....<sup>277</sup>

---

<sup>277</sup> Do Sargento Mor Cmt. do destacamento de Itapeva da Faxina ao Cônego de São Paulo sobre o modo de proceder na conciliação dos gentios selvagens. Itapeva da Faxina em 06 de Julho de 1830. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 2, documento 5, ordem 1012. APESP.

## **Homens de ação e de letras – o Cativo Indígena e a Lei dos Órfãos**

Nos anos finais da década de trinta do século XIX, nos lugares e povoados, nas adjacências ao caminho para o continente do sul, o cativo indígena, alicerçado na prestação de serviços por 15 anos previstos na carta régia de 1808, passa a ser um motivo de discussão em várias instâncias, no Conselho Geral da Província de São Paulo, nas várias autoridades das vilas, freguesias e cidades, entre advogados e políticos. Pressionados por discursos que vinham de fora ao Brasil, e principalmente pela Inglaterra, que buscava acabar não com o sentido desumano da escravidão, mas substituí-la em toda parte do mundo moderno pelo trabalho assalariado; pressionados também por discursos dentro do Brasil, por homens e mulheres realmente favoráveis à causa indígena e com reais intenções de vê-los longe do cativo, mas próximo ao mundo dito civilizado, e como tal cristianizado. O que se verifica é que mesmo os contrários ao cativo, desejavam o seu fim, mas não reconheciam a essas populações sua soberania e autonomia, antes sim, os queriam sob a tutela do estado luso-brasileiro. A administração judiciária das vilas, freguesias e lugares, remontavam às Ordenações Manuelinas de 1514, onde, em lugares que com seus termos possuíssem mais de 400 vizinhos, deveria existir um juiz de órfãos, cuja principal função era a proteção dos incapazes, e principalmente dos menores. Em lugares onde não existia o juiz de órfãos, tal tarefa cabia ao juiz ordinário. A partir de 1827, com a criação do juiz de paz, este passa também a ser responsável pelos órfãos das vilas e lugares.

Na prática, isso significa dizer que Juízes de Paz, Juízes Ordinários e Juízes de Órfãos, tinham como incumbência zelar pelos índios que, entendidos como incapazes de cuidar de si mesmos, deveriam estar tutelados, sob a proteção do Estado Imperial. Mas, o que se percebe, é que estes Juízes de Paz, em raras ocasiões, saíam em defesa dos índios. Nos anos finais da década de trinta dos oitocentos, nestes lugares que pesquisamos, começam a aparecer em vários momentos, documentos assinados por juízes relacionados com os indígenas, pedindo pela liberdade de alguns, encaminhando relação de índios prisioneiros e em cativo, etc.. Tal passa a acontecer pela pressão e ordens que começam a receber para fazer cumprir a lei já que em tese, ninguém, no seu estado livre, pode ser tomado como cativo, a não ser se assim nessa condição jurídica tenha nascido, ou passa a adquirir esse estatuto pela derrota na guerra, ou por dívida contraída superior a sua capacidade de pagá-la. Desta forma era pensado o

regimento da escravidão de acordo com as ordenações coloniais emanadas dos Reis de Portugal e Espanha. Mas, na condição de prisioneiros, e amparado na lei secular e “natural das gentes”, a guerra justa, podiam ser colocados em cativo, e assim conduzidos a ferros, para lugares de trabalho, conforme se verificou em Itapetinga no ano de 1828, onde por lá passou o Cabo de Esquadra Elias de Araújo e o cabo Feliciano José Ferreira conduzindo índios prisioneiros de Guarapuava para São Paulo. O Cabo Elias de Araujo recebeu do Sargento Mor Domingos Afonso Rosa a quantia de quatro mil trezentos e vinte reis emprestados para custeio de despesas até São Paulo, quantia que esse tomou ao governo para na volta pagar ao sargento em Itapetinga, o mesmo fez o cabo Feliciano, que tinha ficado na vila com índios que estavam doentes, e que recebeu a quantia de mil trezentos e vinte reis, conforme declarou o sargento em ofício ao governo de São Paulo:

Recebi a respeitável participação de V.Ex<sup>a</sup>, em data de 16 de janeiro findo declarando haver sido entregue ao cabo de esquadra Elias de Araujo a quantia de quatro mil trezentos e vinte reis para saldo de outra igual quantia com que assisti ao dito cabo nesta Villa, para sustento dos indios que conduzio de Guarapuava; cuja quantia recebi pello mesmo cabo quando regressou por esta: quanto a indicação do meu officio de 2 de janeiro tende a quantia de mil trezentos, e vinte reis com que assisti ao cabo Feliciano José Ferreira constante do recibo incluso; cuja foi para munición de tres indios vagagem da mesma condução asima dita, por doentes, que seguirão pella direção das villas desta estrada, a essa capital; e por falta do devido esclarecimento foi entendido pella primeira dispeza de que faz menção: quanto ao fornecimento dos recrutas, e guardas, fico na intelligência participada, nesta mesma occasião..<sup>278</sup>

O Cabo Feliciano José Ferreira, na data de 10 de agosto de 1828, passou recibo ao Sargento da quantia emprestada, a qual o

<sup>278</sup> Ofício do Sargento Mor Domingos Afonso Rosa, Comandante das Ordenanças de Itapetinga ao Presidente da Província, 13 de fevereiro de 1829. Comunicando o pagamento e recebimento de gastos com a condução de índios de Guarapuava para São Paulo. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetinga (1822-29), Caixa 259, Pasta 1, Documento 93, Ordem 1054. APESP

sargento anexou a correspondência, como demonstro a seguir: “*Recebi do Senhor Sargento Mor Comandante a quantia de mil trezentos e vinte dinheiro que dispendi com tres Indios que conduzi desta Villa hem lugar a vila de Sorocaba por verdade paso a prezente.*”<sup>279</sup> A frequência das comunicações entre governo e autoridades de povoados e lugares ao Sul de São Paulo, com relação aos indígenas é algo considerável. Existem lugares, nos quais praticamente quase toda a documentação está vinculada a essas questões, como Guarapuava e Itapeva da Faxina. Em Itapetininga, como não era muito diferente nesses termos, em janeiro de 1831, o Comandante do povoado cumprindo ordem do governo de São Paulo<sup>280</sup> passa a informar os índios livres e em cativeiro, que se encontravam nos termos da vila a forma como foram adquiridos, o tempo de servidão e o tratamento que recebem:

Relação de Indios selvagens que existem no distrito desta Villa de Itapetininga, como abaixo se declara.

Achão-se nas fazendas dos ajudantes Manoel Paulino Aires de Aguirre, secente e cinco Indios, entre adultos e miúdos de ambos os sexos os quais sendo vistos por alguns moradores vizinhos das ditas fazendas forão convidados, e reduzidos pelos ditos ayudantes que lhes derão todo o acolhimento, e de prezente existem alojados em sua liberdade, sustentados com alguma concorrência dos povos deste distrito com algum vestuário e sustento ao todo, faltando-lhe somente a catequização para se baptizarem.

Seguem os que estão catequizados:

1 Anna idade 8 annos mais o menos, existe em poder do Cap Mor Francisco de Albuquerque Rolim havida por compra feita a Manoel Jose Prestes, pella quantia de quarenta e quatro mil, e outocentos, sendo tirada das mattas

---

<sup>279</sup> Recibo que o Cabo Feliciano José Ferreira passou ao Sargento Mor por ter recebido dinheiro para custeio da condução de índios para São Paulo. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-29), Caixa 259, Pasta 1, Documento 93 A, Ordem 1054. APESP

<sup>280</sup> Do Cap.Mor Comandante da Cia. de Ordenanças de Itapetininga ao Presidente da Provincia, 24 de janeiro de 1831, comunicando a recepção da circular do governo que pedia a relação dos índios selvagens do distrito e suas condições de conservação e encaminhando em anexo a relação. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 259, Pasta 2, Documento 32, Ordem 1054. APESP

da Villa de Itapeva em correrias de idade tres annos mais o menos, e existe aprendendo toda a educação que o mesmo costuma praticar a sua família, e com bom tratamento.

2 Antonia idade treze annos mais ou menos existe em poder de José de Aguiar e seja havida por compra a Evaristo Colho pela quantia de sincoenta e sette mil e seis centos tirada em correrias das mattas de Villa de Itapeva da idade de tres annos mais ou menos: achase educada e com bom tratamento de família.

3 Francisco idade 20 annos mais ou menos existe liberto em companhia do Alfferes Policarpo Mariano de Oliveira, o qual o havia por compra a mais de doze annos tirado das matas do certão da Bahia comprado pela quantia de 24\$000 reis e por haver pasado dez annos certos satisfeito de seo comportamento lhe franqueou sua liberdade, hoje ganha salario.

4 Vicente idade 10 annos existe em poder de Domingos Vieira havido por compra a Francisco Aranha pella quantia de 70\$000 reis. sendo tirado em correrias das mattas da Villa de Itapeva em 1825, existe tratado como os outros famulos da caza, e educado como tal.<sup>281</sup>

Dos índios em cativo relacionados, chama a atenção que um deles, em tese, dispõe de sua liberdade. Francisco de vinte anos de idade, que depois de ter sido retirado de sua família nas matas da Bahia e vendido aos oito anos de idade ao Alferes Policarpo pela quantia de vinte e quatro mil réis, e por ter se comportado bem, ganhou sua liberdade, embora continuasse vivendo sob o poder do Alferes. Os outros três relacionados, todos foram capturados nas matas de Itapeva, sendo que um deles, Vicente chegou a ser vendido por setenta mil reis, uma quantia considerável para a época. Chama a atenção também a mobilidade destas capturas e vendas, de Itapeva foram para Itapetininga, ou da Bahia para Itapetininga, o que demonstra o que venho afirmando: a venda era facilitada pelos caminhos e rotas comerciais, e se configurava como um negócio rentável. Ainda sobre os índios relacionados como cativos, chama a atenção que os menores, em

---

<sup>281</sup> Relação de índios selvagens que existem no distrito desta Villa de Itapetininga. Anexo ao officio do Comandante de Itapetininga de 24 de janeiro de 1831. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 259, Pasta 2, Documento 32 A, Ordem 1054.

resposta ao governo sobre o seu tratamento, o comandante assinala que todos são tratados como os da família.

Os índios que aparecem na relação, listados como selvagens, em número de 65, entre adultos e crianças, faziam parte de um grupo que tinha se apresentado nas terras dos irmãos Paulino no ano anterior, em 1830, como mostro a seguir:

Faz mais de oito dias, que estão parados em distancia desta Villa cinco legoas, e hua legoa ao pé do sitio do ajudante Manoel Paulino, oitenta e quatro Indios, deseseis homens, e muitas mulheres, e crianças, todos pacificamente. Não á quem lhes saiba entender a fala, porem a ocassião de persuadir lhes a nossa amizade de trazer essa porção, e talvez por meio delles outra, a civilização, religião é melhor possível para isto passo a fazer repartir entre elles uma parte de baeta para melhor conhecerem as comodidades da vida, e provel-os do necesario sustento, na hipótese de que V. Ex<sup>a</sup> me levará abem, e mande satisfazer toda despeza por qualquer cobrador das vendas publicas.<sup>282</sup>

Seu número era de 84 ao se apresentarem, apenas 16 homens, e a grande maioria mulheres e crianças. Seis meses depois, já haviam diminuído para 65 pessoas, o que aconteceu por muitos que adoeceram e vieram a falecer, ou mesmo, talvez pela venda e doação de outros. Mas a tal visita dos índios aos irmãos Paulino teve seus desdobramentos que mostramos a seguir, em um primeiro momento os índios foram alojados na fazenda dos irmãos, cuja contabilidade dos gastos logo trataram de fazer e encaminhar ao Juiz de Paz da Vila:

Em observancia a sua ordem remettemos a relação da assistencia que voluntariamente fizemos aos bugres, desde dia 15 de julho que sahirão do matto, hé 18 deste prezente mes de agosto de 1830, cuja assistecia bem pudera ter sido mais bem aplicada, si para isso tevesse nos

---

<sup>282</sup> Do Comandante da Cia de Ordenanças de Itapetininga ao Governo da Província de São Paulo, 20 de Julho de 1830, comunicando a apresentação de 84 índios nas terras de Paulino Aires. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 259, Pasta 2, Documento 18, Ordem 1054.APESP



tido auxilio na somma de quatrocentos setenta e seis mil setecentos oitenta reis. Achamos desnecessário ver algodão americano para estes indivíduos, visto que nessa parte estão remediados, o que sim hé necessario dez foices, e machados para cuidar-se em rossa. O sargento mor Joaquim Jose de Oliveira, pedio na Faxina hua bugra para lingua, cujo dono que a trouxe a muita estancia deixou-a por 15 dias, para vi-la buscar, e não convem que esta volte, visto a vantagem que esperamos desta em companhias daquelles.<sup>283</sup>

Os irmãos Manoel Paulino Aires e Paulino Aires de Aguirra eram fazendeiros e ajudantes, uma função entre a vida militar e a civil, título que era dado pelo Capitão Mor da Vila e outorgado por carta patente, que auferia rendimentos quando no caso, do efetivo trabalho. Mas, acima, me interessa perceber que os irmãos trataram de comunicar os seus gastos com os índios, e pediam principalmente foices e machados, para o trabalho das roças e uma índia língua, uma interprete para a comunicação com os indígenas. O Juiz de Paz, após receber a correspondência dos irmãos, imediatamente foi visitá-los, visita esta que os irmãos relataram em documento enviado ao governo da Província:

[...] no dia 17 do corrente chegou em nossas casas o Juiz de Paz, e nos asseverou que tinha dado parte a V. Ex<sup>a</sup> e que tinha ordem para prestarse em tudo quanto fosse nesessario ao bom cômodo dos mesmos Indios, o que nos inxeu de prazer por vermos que nos faltou auxilio sô the chegar ao conhesimento de V. Ex<sup>a</sup> este objecto de tanto interesse. O mesmo Juiz de Paz nos ordenou apresentarmos a conta da despeza que com os indios tenhamos feito, o que fizemos dando conta istença com a soma de Quatro Centos setenta e seis mil setecentos e oitenta réis, cuja quantia oferesemos gratuitamente em atenção a decadência das finanças de nossa Provincia. Igoalmente informamos a V. Ex<sup>a</sup> que com a

---

<sup>283</sup> Correspondência dos Fazendeiros Paulino Aires de Aguirre e Manoel Paulino Aires ao Juiz de Paz de Itapetininga, 19 de agosto de 1830. Comunicando os gastos com os índios e acrescentando outras necessidades como foices, machados para as roças. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 259, Pasta 2, Documento 23 A, Ordem 1054. APESP.

despeza de hum conto de reis posão ficar industriados, fazendo pellas rosas competentes. Comprandose milho feijão, gado para sustento, conservando se oito homens para goarneserem e industrialos conforme temos comprovado the agora para o que nesesita oito armas de fogo, pólvora e chumbo, facas e machados.<sup>284</sup>

O que fica claro é que os irmãos anunciam uma despesa de quatrocentos e setenta e seis mil e setecentos e oitenta réis<sup>285</sup>, ou seja, praticamente meio conto de réis, quantia significativa, e que surpreendentemente os irmãos dizem estar doando em razão da decadência das finanças da província, mas acrescentam que com a quantia de um conto de réis poderiam continuar cuidando dos índios, dinheiro que serviria para comprar milho, feijão, e gado para sustento, e a contratação de oito homens para nas palavras dos irmãos “*goarneserem e industrialos*”, o que significa na prática vigiar e obrigar ao trabalho das roças, para o que necessitavam oito armas de fogo, pólvora, chumbo, facas e machados. Os irmão gastaram meio conto de reis e pediam 1 conto para em suas palavras “*industrialos*.” Ora, longe de estarem exercendo caridade, estavam apenas transformando um problema, o aparecimento dos indígenas, que entregavam-se nas vilas, temendo serem caçados e escravizados<sup>286</sup>, e apertados pelas necessidades de mantimentos se apresentavam buscando serem atendidos. Dessa forma, com a ajuda econômica do Império, reduzi-los poderia significar um bom negócio, mão de obra para o trabalho nas roças, e verbas do governo para aquisição de matérias e pagamento de guardas. O gasto com os índios era computado e documentado através de recibos para o pagamento do governo, os vendeiros passavam recibos ao juiz de paz e aos irmãos Paulino. Em um destes recibos, em agosto de 1830, o comerciante José Inocenco da Rocha vendeu ao Juiz de Paz o

---

<sup>284</sup> Correspondência dos fazendeiros Paulino Aires de Aguirra e Manoel Paulino Aires ao Governo da Província de São Paulo sobre os gastos com os índios em suas terras e as ordens do Juiz de Paz, 31 de Agosto de 1830. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 259, Pasta 2, Documento 23 a, Ordem 1054.APESP.

<sup>285</sup> Contas das despesas com os índios em total de 476\$780, apresentadas por Paulino Aires de Aguirra e Manoel Paulino Aires. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 254, Pasta 2, Documento 23 D, Ordem 1054. APESP.

<sup>286</sup> De acordo com a índia língua que servia de interprete, esses indios se apresentavam temendo serem caçados e escravizados em seus alojamentos nas matas. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 259, Pasta 2, Documento 23 b, Ordem 1054.APESP.

tenente Jose Antonio da Rocha vinte e dois mil e oitenta réis em tecidos e facas com cabo de osso a 320 reis cada uma.<sup>287</sup>

Os irmãos Paulino Aires e Manoel Paulino Aires trataram de documentar todo o processo de redução dos indígenas, e, para tanto, confeccionaram um mapa da população indígena que estava em suas terras na vila de Itapetininga, com o sexo e idade dos índios reduzidos, que podemos ver na Tabela 1:

*Mapa dos Bugres que se achão no Distrito de Itapetininga the 15 de Agosto de 1830.*

<i>Idades.</i>	<i>Setteiros</i>		<i>Cozados</i>		<i>Viuvos</i>	
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
0 ..... <i>De</i> ..... 5	15	12				
5 ..... <i>a</i> ..... 10	2	3				
10 ..... <i>a</i> ..... 20	3	5				2
20 ..... <i>a</i> ..... 30			6	5	3	1
30 ..... <i>a</i> ..... 40			2	3	0	1
40 ..... <i>a</i> ..... 50					1	1
50 ..... <i>a</i> ..... 60						1
60 ..... <i>a</i> ..... 70						
70 ..... <i>a</i> ..... 80						
80 ..... <i>a</i> ..... 90					1	
90 ..... <i>a</i> ..... 100						
<i>Total</i> .....	20	20	8	8	5	7

*Itapetininga 15 de Agosto de 1830*  
*Paulino Aires de Aguiar. Manoel Paulino Aires*

Tabela 1 - MAPA DOS BUGRES QUE SE ACHÃO NO DISTRITO DE ITAPETININGA THE 15 DE AGOSTO DE 1830<sup>288</sup>

<sup>287</sup> Recibo assinado por José Inocêncio da Rocha por ter entregue 22\$ 080 rs para compra de lençóis e facas aos índios em Itapetininga em 18 de agosto de 1830. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 254, Pasta 2, Documento 23 C, Ordem 1054. APESP.

<sup>288</sup> Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 254, Pasta 2, Documento 23 E, Ordem 1054. APESP.

Ora, dos 84 índios apresentados, apenas um mês depois já estão reduzidos a 70 índios, não se sabe se essa diminuição foi formatada por mortes, fugas, ou simplesmente pela venda e doação de alguns. Nota-se um significativo número de crianças, e uma maioria de mulheres, os guerreiros são apenas em número de oito, uma população muito jovem, e um surpreendente octogenário, o que demonstra que cuidavam de seus anciões.

Com relação à ajuda do governo desejada pelo ajudante Paulino Aires, meses depois da chegada dos índios, em março de 1831, os irmãos encaminhavam nova correspondência solicitando o abono de suas despesas, e diziam que as autoridades com conhecimento do Imperador sabiam do aporte que estavam fazendo para a manutenção do grupo indígena em suas terras e que não conseguiriam continuar com este encargo sem terem “ *certeza, que nos serão abonados as despesas, que fazemos diariamente com sustento vestuário, e alguns guardas, empregados a contelos debaixo de alguma subordinação.*”<sup>289</sup> Ao que parece, o abono do governo ia demorar a vir, já que o despacho na correspondência foi para a apresentação da questão na próxima reunião do Conselho do Governo da Província de São Paulo, e nesse ínterim, os irmãos Paulino continuavam juntando a contabilidade de seus gastos para serem encaminhadas ao governo e ainda em 1831, no mês de outubro Paulino Aires de Aguirra encaminhou ao seu irmão a conta das despesas que fez com os índios.

---

<sup>289</sup> Ofício de Manoel Paulino Aires ao governo de São Paulo em 08 de março de 1831. Comunicação sobre os gastos com os índios e com homens pagos para vigiá-los e discipliná-los. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 259, Pasta 2, Documento 37, Ordem 1054. APESP

Figura 6 - Despesa que fez com os Índios Paulino Aires de Aguirra em 10 de outubro de 1831.

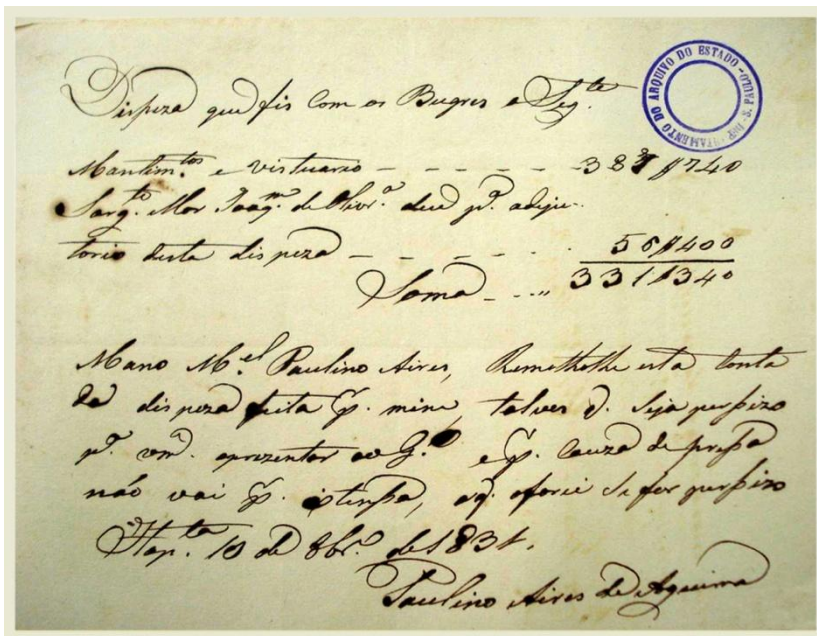


Fig.6<sup>290</sup>

Os irmãos Paulino não devem ter recebido ajuda significativa do governo como desejavam, e o Conselho Geral, em fevereiro de 1832, deliberou que a restituição dos gastos efetuados só seriam pagos após minuciosa prestação de contas.<sup>291</sup> Manoel Paulino Aires, em razão da determinação encaminhou em março a prestação de contas que segue:

<sup>290</sup> Despesa que fez com os Índios Paulino Aires de Aguirra em 10 de outubro de 1831. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 259, Pasta 2, Documento 57 a, Ordem 1054. APESP

<sup>291</sup> Sessão do Conselho Geral da Província de São Paulo em 05 de fevereiro de 1832. *Boletim*. V. 15. Atas do Conselho da Província de São Paulo, anos 1829-32. São Paulo, APESC, 1961, p. 203-204.



doze meses, recebeu o equivalente a trinta e três mil reis, ou os outros 14 pessoas que trabalharam um mês e receberam três mil reis, ou os outros 13 que trabalharam oito dias e receberam oitocentos reis. Nos meses seguintes, a falta de ressarcimento aos irmãos Paulino inviabiliza a continuação dos gastos destes últimos, e a Câmara de Vereadores de Itapetininga propõe uma arrecadação junto aos moradores para suprir com as necessidades mais básicas.<sup>293</sup>

No ano seguinte, no mês de janeiro de 1833, acaba a saga dos indígenas que resolveram se apresentar nas terras dos irmãos Paulino, foram conduzidos da fazenda para a vila e distribuídos aos moradores (provavelmente aqueles que entraram com algum numerário em dinheiro referente à arrecadação da Câmara), diante da ameaça de que fugissem e retornassem para as matas, decisão tomada por um já conhecido destas páginas, Francisco Xavier de Araújo, ex- capitão mor e que agora vai ocupar a função de juiz de paz:

Achando-se nas mattas do Rio do Paranapanema acima; huma porção de gentios que sahirão segundo reppôs os que já aqui existião em fazenda do Ajudante Manoel Paulino Aires, dahi essa porção seguirão nas ditas mattas onde se achão acoitados, e fazendo grandes roubos em aquella vizinhanças, e tão bem me conta que a mor parte estão fugindo a se unirem com aquelles que estão acoitados; e prometem fazer grandes disturbios de mortandades; e sendo eu procurado a ver se reduzia aquelles gentios, para virem se juntar com estes, mas antes os ditos gentios tem seduzido os que estão se cathequizando a fugirem como de facto já tem fugido huma porção, e os que estão nas ditas mattas se achão todos armados; e por isso se acham os moradores em circumstancias de ficarem sem seus sítios para evitar algumas consequências funestas; e como me acho bastante afflicto sem saber o que devo obrar sobre este objecto, levo ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> para me dar algum esclarecimento, em praticar com acerto, eos que existião em a fazenda do dito ajudante mandei conduzir a esta vila, e dados aos habitantes della com as condiçoens

---

<sup>293</sup> Ofício da câmara municipal de Itapetininga ao governo. 21 de junho de 1832. Seção manuscritos, *Of. Div. Itapetininga (1822-33)*, Caixa 259, Pasta 2, Documento 66, Ordem 1054. APESP.

exaradas em termo que passarão neste juiso; afim de se cathequizarem os mesmos gentios.<sup>294</sup>

Havia a possibilidade do retorno às matas dos índios que estavam na fazenda dos ajudantes Manoel Paulino e Paulino Aires, pela presença de um grande grupo de índios que rondavam os arredores das propriedades dos fazendeiros, que se aproximaram com este objetivo, realizar os saques, as pilhagens, e nessas estava incluso o resgate ou cooptação dos aldeados. O Juiz de Paz já sabedor de tudo isso, somado ao fato de que os irmãos Paulino não mais desejavam em suas terras os indígenas, apressou-se em conduzi-los ao povoado e os distribuiu gratuitamente entre os moradores.

Sobre os irmãos Paulino e a sua atuação junto aos indígenas que se apresentaram em sua fazenda, a historiadora social Fernanda Sposito diria que “havia nessa história um interesse velado na exploração da mão de obra destas pessoas, que ainda que não fossem escravizados, estavam nas terras dos Paulino, deveriam cultivar roças nelas e manter-se sujeitos aos proprietários.”<sup>295</sup> Concordo amplamente com a historiadora, e acrescento que o resultado da saga dos índios que se apresentaram demonstra claramente isso, afinal nas palavras do Juiz de Paz, com a derrocada de um aldeamento oficial com verbas do governo, eles foram conduzidos a vila, “e dados aos habitantes della”. A teórica ação generosa dos irmãos Paulino na prática tinha razões pouco filantrópicas, afinal na apresentação dos indígenas vigorava a carta regia que permitia o cativo indígena, e somado a isso, o fato do comércio que era facilitado pelos caminhos de tropa, e levando-se em conta, que a média de preço de venda de um cativo indígena estava em torno de cinquenta mil réis, um número de 80 índios em rendição significa economicamente um montante de quatro contos de réis, quantia significativa para a época. Mesmo que isso fosse apenas um cálculo, mas no cômputo geral, reduzir e obrigar ao trabalho, com custeio do governo poderia ser um bom negócio.

Embora, o malfadado aldeamento dos índios nas fazendas dos irmãos Paulino não possa servir de único exemplo, ou como um modelo

---

<sup>294</sup> Correspondência do Juiz de Paz Francisco Xavier de Araujo ao Presidente da Província de São Paulo em Itapetinga 28 de janeiro de 1833. Comunicando a distribuição dos índios da fazenda de Manoel Paulino Aires para os moradores de Itapetinga. Seção manuscritos, *Of. Div. Itapetinga (1822-33)*, Caixa 259, Pasta 2, Documento 84 a, Ordem 1054. APESP.

<sup>295</sup> SPOSITO, Fernanda. Op. Cit., p. 181.



de interpretação a seguir, já que está claro que as muitas guerras e fronteiras incorporavam também muitas facetas e caminhos, uma mobilidade em termos de rumos e direções a serem seguidas, fazia parte dessa rede de variantes que oferecia os caminhos do continente. O que aprendi com este exemplo foi que a funcionalidade de uma redução dos indígenas, com os objetivos de catequese, incorporava outra lógica, muito mais substancial para os momentos fronteiriços em que viviam homens e mulheres neste processo, a lógica da busca de benesses do governo. Um aldeamento oficial significava antes de tudo, um investimento econômico do governo, e o recebimento de benefícios a uma quantidade expressiva de pessoas que passam a estar empregadas nos referidos aldeamentos, principalmente no serviço de vigilância dos índios. Além disso, o benefício de contar com uma mão de obra gratuita para o trabalho nas fazendas e nas roças, e também dispor de um mercado de venda de força de trabalho indígena. No caso específico em análise, quando da doação dos índios para que ficassem com os moradores da Vila, o receio era que fugissem retornando a uma condição de liberdade oferecida pela presença de índios guerreiros e como tal livres, e que estavam nas matas dispendo de sua mobilidade territorial. O aldeamento, no caso dos indígenas, tinha outra lógica - a da sobrevivência. Ora, a rendição e a vida nas reduções possuem sem dúvidas várias nuances, mas a possibilidade do aldeamento era também uma saída, ou ocupação de uma posição mais estratégica de sobrevivência, algumas populações indígenas pressionadas pelo avanço das fronteiras agropastoris e sendo caçados nas matas, e temendo a morte ou o cativeiro, optavam pela saída da rendição, da apresentação voluntária a proprietários de terra próximos as matas, pois, se as demandas não fossem atendidas, havia sempre a alternativa da fuga para essas matas. No caso que aqui analisei, alguns fugiram, outros adoeceram e morrerão, alguns provavelmente foram vendidos, e os que sobraram foram distribuídos aos moradores, de certa forma, como indenização pelos gastos de sustento que já haviam feito, e nas palavras do Juiz de Paz Francisco de Xavier Araújo, “afim de se cathequizarem os mesmos gentios”.

Não se pode dizer que o cativeiro indígena e os conflitos com estes não tinham respostas do Conselho Geral da Província. Entre os anos de 1827 e 1831, muitas foram as ordens emanadas pelo Conselho, no sentido de normatizar as práticas, ou pelo menos evitar os abusos e excessos, e nesse sentido era comum que determinasse as autoridades locais da província que encaminhassem a relação dos índios que estivessem em cativeiro. Em maio de 1827, na vila de Itapeva da faxina,

O capitão Mor Manoel de Melo Rego encaminhava a seguinte relação dos índios prisioneiros e cativos:

Relação dos gentios prisionados nas ultimas duas diligencias pelas escoltas mandadas sobre ditos gentios 14 de maio de 1827.

O comandante da escolta Florentino de Moraes Ribeiro prisionou dos gentios hum deo aseo filho Joaquim Florentino, e outro vendeo seos serviços a Américo Francisco de Almeida, em cujo poder se acha por... 64\$000 rs.

Joaquim José de Carvalho prisionou hua índia cujos serviços vendeo a José Roiz por.....33\$000rs

Antonio de Lima prisionou hum gentio cujos serviços vendeo a José Antonio Aranha por.....70\$000rs

Américo Antonio prisionou hum gentio cujo serviço vendeo a José Antonio Aranha por .....61\$200rs

Serafim Josse de Almeida prisionou hum gentio cujo serviço vendeo a Vicente José por .....70\$200rs

Bento Pedrozo prisionou hum gentio cujo serviço vendeo a Joaquim Pinheiro por .....40\$000rs

Florencio Batista prisionou hum gentio cujo serviço vendio a Manoel Prestes por ... 22\$000rs

Manoel Leite prisionou hum gentio cujo serviço vendeo a Manoel Prestes por ..... 20\$000rs

Manoel Leite prisionou hua índia com filho pequeno velha cujo digo logo morreo mais por cujo serviço vendeo ao Alferes Antonio de Madureira por ..... 9\$000rs

Antonio Reis prisionou um gentio cujo serviço vendeo a Manoel Domingos logo morreo por... 16\$000rs

José Francisco prisionou hua índia velha e logo fugio do poder do seu dono para o mato.

Hua gentia já adulta que pareceu voluntaria se acha em poder do comandante Florentino de Moraes Ribeiro em sua plena liberdade.

Salvador Pedrozo prizionou hum índio a qual conserva em seo poder.

Bernardo Caetano prizionou hua índia a qual conserva em seu poder.

Bento Pedrozo prizionou um gentio o qual conserva em seu poder.

Jose da Silva prizionou um gentio cujo serviço vendeo a Salvador Loureiro por ..... 30\$000rs

Vila de Itapeva 14 de maio de 1827, Manoel de Mello Rego, Capitão Mor<sup>296</sup>

Neste excerto de 1827 não consigo deixar de pensar na seguinte situação: as entradas, as expedições contra os índios nas matas foram muitas, a qualquer tempo e também em uma diversidade de lugares ao longo do caminho das tropas. Se o resultado de apenas duas expedições foi 20 índios prisioneiros, e do resultado das vendas somadas, chega-se à quantia de quase meio conto de réis, isso sem considerar os que não foram vendidos e permaneceram trabalhando para seus captores, o que poderia elevar a soma para quase um conto de réis, e ainda levado em consideração que se trata de relação oficial ao governo e que pode estar ainda diminuída a quantidade de índios prisioneiros e escravizados. Ora, se multiplicamos estes resultados obtidos pelo número incerto porém razoável de muitas expedições que foram lançadas contra os índios, chegaria sem dúvida, a um número expressivo de índios escravizados entre Itapetininga e Vacaria entre 1820 e 1833, isso só pensado esses anos. Ora, sem dúvida, estamos diante de um comércio significativo e com resultados econômicos satisfatórios em termos de caçar humanos e transformá-los em cativos.

O Conselho Geral da Província, no mesmo ano de 1827, no dia 27 de outubro, emitiria novas determinações aos Juizes de Órfãos, profissionais da magistratura que tinham por função, entre outras zelar pela liberdade dos índios que não foram prisioneiros em guerra, ou que já tivessem seu tempo de serviço cumprido como previa a Carta Regia de 05 de novembro de 1808, assim, nos comunicou o recebimento destas ordens, Matheus de Sande Nabo, juiz de órfãos de Itapeva da Faxina:

---

<sup>296</sup> Relação dos gentios prizionados nas ultimas duas diligencias pelas escoltas mandadas sobre ditos gentios 14 de maio de 1827. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 1, documento 40, ordem 1012. APESP.

Achando-me eu juiz de paz de orphans da Villa de Itapeva auctorizado para restricta vigilância não só da mantença bom tratamento, aos gentios denominado bugres como para olhar em suas plenas liberdades segundo He determinado pella acta do Ex<sup>mo</sup> Conselho desta Província em dacta de Vinte e sette de Outubro do anno de mil, oito sentos e vinte e sette na qual manda que sejam descritas os nomes dos mesmos, em cujos poder se achão, e que tempo servem na conformidade da Carta Régia de 05 de novembro de 1808; cuja obrigação tenho cumprido quanto posso. [...]

Igualmente oque devo fazer sobre pessoas desta villa que chegarão a vender os miseraveis gentios por avultadas quantias como escravos para fora deste lugar, se eu devo , para constrangellos que me apresentem perante min aquelles já vendidos porque debruta forma como forão. Marcados seachão cativos que não aver caridade estes verão morrerão, em os pessimos captiveiros que só querem servisso enada de hiducação.<sup>297</sup>

Índios sendo vendidos para outros lugares, índios morrendo no cativeiro, índios sendo marcados a ferro como escravos, e na fala do Juiz de Órfãos Matheus De Sande Nabo, cativeiros onde só se trabalha e não se recebe qualquer educação ou mesmo catequização.

Mas é verdade que o Conselho Geral da Província continuava seu intento de evitar excessos e em 21 de novembro de 1829, procurando elaborar nova lei sobre o tema<sup>298</sup>, emitiria novas ordens solicitando o envio de listas de índios prisioneiros de guerra conforme relata o novo juiz de Órfãos da vila de Itapeva:

Recibi o officio de V.Ex<sup>a</sup> datado de 27 de novembro do anno procimo passado, em que me ordena ponha em execução o determinado pelo Ex<sup>mo</sup> Conselho do Governo arespeito dos

---

<sup>297</sup> Comunicação do juiz de órfãos de Itapeva da faxina Matheus de Sande Nabo, em 07 de Abril de 1828, sobre a venda de indios como escravos. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 1, documento 57, ordem 1012. APESP.

<sup>298</sup> Sessão do Conselho da Província em 21 de novembro de 1829. Boletim. Vol. 15. Op. Cit., p. 19-20.

Índios, que tivessem sido prisioneiros de guerra: eu tendo por noticia que existia esse officio, mas ignorando o seu conteúdo, na occasião de tomar posse da vara de Juiz de Orfãos desta Villa exige do meu antecessor o mencionado officio para por em execução, o qual respondeu-me tinha perdido; e que V.Ex<sup>a</sup> queira mandar expedir novas instruções para o meu governo, eu com a maior exactidão obrarei tudo quanto V.Ex<sup>a</sup> me determinar.<sup>299</sup>

José da Silveira Filho assumia o cargo em janeiro de 1830 de Juiz de Órfãos de Itapeva da Faxina e dizia ao Presidente da Província que sabia das ordens a respeito dos índios que estivessem prisioneiros de guerra, mas solicitava novas orientações já que o officio que tratava desse assunto havia sido perdido pelo seu antecessor. Ainda em Janeiro de 1830 em São Paulo, no Palácio do Governo, o ex- presidente da Província e advogado Manuel Joaquim de Ornellas encaminha sua resposta aos quesitos que teve que responder sobre o direito ao cativo e liberdade, envolvendo um já conhecido aqui comentado, um caçador de índios Jesuíno, que reclamava seus direitos sobre uma índia que dizia ser sua e encontrava-se de posse de Antonio José de Azevedo, que a tinha como “*que hua mulher liberta*”, o caso é apresentado na citação que segue:

Proposta: Bernardo, e outros do bairro fizeram a quatro annos hua entrada no sertão a poz dos bugres, e fizeram a dita entrada a sua custa, em que apanharão quatro bugres, e o dito Bernardo pegou hua que conservou em sua companhia, ensinando-lhe a doutrina Christã, Fe-la baptizar, e lhe deu toda a educação necessaria, tratando sempre como filha, como He constante, e por morte do dito Bernardo deixou a esta India recommendada a seu irmão Antonio Jose de Azevedo que lhe tem dado o mesmo tratamento, e estimação, como que hua mulher liberta, passados

---

<sup>299</sup> Correspondencia do juiz de orfãos de Itapeva de Faxina Jose da Silveira Vieira ao Presidente da Província Jose Carlos Pereira de Almeida Torres comunicando sobre uinda nao ter precedido ao levantamento dos Índios prisioneiros de guerra em 15 de janeiro de 1830 na Villa de Itapeva da Faxina. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 1, documento 89, ordem 1012. APESP.

os ditos quatro annos apparece hum sujeito, disendo que a bugre he sua, que em tal tempo tinha comprado por cinco doblas, e que lhe fugio para o matto, quando ella nada entendia do portuguez, e não dava indicio segum de que já estivesse em povoado. O sujeito, que sérvio de commantante nesta entrada alem de muito ambiciozo bem conhecido por péssimo homem como não tivesse na tal diligencia apanhado bugre algum para vender, pois que sempre foi o seu negocio, e era de que vivia, quis por em praça a dita bugre para ao menos repartirem o seu producto, [...]

O que está em discussão é o direito à propriedade porque mesmo Antonio de Azevedo, que a recebeu de seu irmão Bernardo, a mantém em sua companhia “como que hua mulher leberta”, e Jesuíno que comandava a expedição de captura dizia que a índia era sua e que tinha fugido e que agora se encontrava com o irmão de Bernardo, que o havia acompanhado na expedição. O advogado Manoel Ornellas assim conclui sua resposta aos direitos de cativo que propõe Jesuíno, e os direitos de tutela de Antonio de Azevedo:

Pergunta-se mais, que ainda mesmo, que fosse a India, que fogio da distancia de vinte, e tantas leguas, e que se tornou a encorporar com os seus, e que a tantos annos vevia na sua liberdade terá direito de obrigar por justiça a Antonio, que entregue a India, que tem tratado sempre como sua filha como hé constante? Pergunta-se também, que no caso, que seja de direito Antonio abrir mão de dita India se pode cobrar a educação, e sustento de tantos annos?

Resposta= Respondo ao 1º quesito da proposta que a India mencionada na proposta hé hua mulher livre desde o seu nascimento, e por tal deve ser tida, e havida segundo as Leis deste Imperio, e deve deffender a sua liberdade o encarregado da sua tutella contra a mal fundada pertença da que injusta, e indevidamente a procura captivar sem o menor direito, pois pois nem a sua simples asseveração, nem a carta a que recorre, a favorecem de forma alguma.

Respondo ao 2º que mesmo na negada hypothese, de que o tal pertendido senhor da Índia a tivesse apanhado, e ella lhe fugisse, embrenhando-se outra vez no matto, tinha em tal caso recobrado a sua liberdade natural, da qual de nenhum modo pode ser privada, e por conseguinte nunca se pode verificar o caso do mencionado pertendido senhor a levar para seu poder, para então ter lugar a indemnisação da educação, e sustento de Índia = penso assim=<sup>300</sup>

A resposta às perguntas de quem é a propriedade e de quem deve dispor da liberdade ou do cativo da Índia, são favoráveis a Antonio José de Oliveira, já que o advogado e político Manoel Ornellas entende que a Índia é livre, pois nasceu livre, e de modo algum pode ser considerada como prisioneira de guerra, e como tal em cativo, de acordo ainda com o jurista, seu tutor Antonio José de Oliveira, a ele cabe os direitos de liberdade da indígena em questão, cuja responsabilidade é de defender a liberdade dela perante os demais, mas desde que fique sob o seu mando e tutela.

Nota-se que o ano de 1830 foi um ano de discursos e ações que de certa forma, procuravam defender uma ação mais humanitária em relação aos índios. Os Juizes, ou por determinação do Conselho Geral da Província ou por determinação do Presidente da Província, ou ainda por um movimento que buscava acabar com o cativo autorizado pela Carta Régia de 05 de novembro de 1808, que permitia a escravização e a consequente caça aos índios, passavam a adotar posturas de combate a alguns excessos, ou pelo menos alguns assim o fizeram, como foi o caso do juiz de paz Antonio Gomes Pinheiro Velloso, que em 25 de junho de 1830, mandava correio ao governo com a seguinte proposição:

Rogo a V.Exª que manda determinar sobre a seguinte exposição. Se os Indios que se axam neste diestrito prizioneiros de guerra de ordem se conservar pelos 15 años dades em perder dos que os aprizionaram, ou se podem os ditos venderem os serviços dos mesmos a outros

---

<sup>300</sup> Resposta do Advogado e ex-presidente da Província de São Paulo Manoel Joaquim de Ornellas sobre o direito a liberdade e escravidão de uma Índia, em São Paulo, 17 de janeiro de 1830. Seção Manuscritos, *Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38)*, caixa 217, pasta 1, documento 95 A, ordem 1012. APESP.

deste distrito, o de qualquer desta, ou de outra provincia.

[...] e como não tenho ordem ou determinação sobre estes miseráveis que se axam como ovelhas disperças sem terem quem olhem para sua mancipação, motivo por cual imploro o beneplácito de V.Ex.<sup>a</sup> sobre o objecto esposto.<sup>301</sup>

Os índios segundo a Carta Régia podem se conservar por quinze anos em poder de quem os aprisiona, e como tal negociados para terceiros de qualquer parte do império? É a pergunta que faz o Juiz de Órfãos ao governo, se os prisioneiros podem ser vendidos, podem ser comercializados, Quatro meses depois em outubro, Antonio Gomes Pinheiro Velloso encaminha uma relação dos índios prisioneiros em Itapeva e seus possuidores, e em correspondência que precede a relação faz um relato de alguns procedimentos que envolviam as escoltas em suas diligências contra os indígenas :

Incluzo em vio a v. Ex.<sup>a</sup> a relação dos Indios que se axam nesta vila e seo termo prizioneiros prestando serviços por 15 annos avarios moradores e consta serem bem tratados. Dos mencionados vários Indios estou ciente que vierão das mattas de muito menor idade emuitas vezes tem sido prizioneiros aquelles miseráveis sem aver resistencia daparte dos Indios isto segundo noticia que tenho de alguns escoltadores que tem ido as deligencias em razam dos Indios quando vem que os procuram largam mulheres e filhos eprecipitamse pellas montanhas a morrer so afim de nam serem conduzidos ê nam consta em tais deligencias pegar a Indios já adultos e fazem a deligencia expressa nas tristes mulheres e nos innocentes e ficam prizioneiros sem amais mínima aççam.

V. Ex.<sup>a</sup> quando olhar com sua respeitável reflexão na relação junta ê ponderar que o maior numero He de mulheres estou

---

<sup>301</sup> Correspondência do Juiz de órfãos de Itapeva de Faxina Antonio Gomes Pinheiro Vellozo ao presidente da Provincia em 25 de junho de 1830. Solicitação sobre o procedimento a ser tomado com os Indios prisioneiros de guerra, se estes podem ou não ser vendidos para terceiros e escravizados. Seção Manuscritos, *Officios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38)*, caixa 217, pasta 1, documento 100, ordem 1012. APESP.



enformado que amaior parte vieram criancinhas ê nesta povoaçãõ tiveram uso da razam e saíram das mattas carregadas por serem muito innocentes ê alguns hoje seaxem em segundos possuidores por terem os que os prizionaram vendido os serviçõs. [...]<sup>302</sup>

Outra vez se revela algumas táticas e estratégias que se utilizavam os homens de escolta empregados nas diligências contra os índios. O Juiz de Órfãos Antônio Gomes Pinheiro Velloso deixa claro que segundo notícia que recebeu de homens que participavam das diligências, os índios eram atacados mesmo que não oferecessem reação, ou seja, mesmo que os índios não resistissem, o ataque acontecia e as mulheres e crianças eram feitas prisioneiros, aliás de acordo com as palavras do juiz *“fazem a deligencia expressa nas tristes mulheres e nos innocentes e ficam prizioneiros sem amais mínima aççam.”* Este era o principal objetivo destas expedições, capturarem mulheres e crianças indígenas. Acrescenta o juiz que os guerreiros adultos do grupo indígena a ser atacado, sabendo do ataque, ou no momento deste, fugiam e preferiam morrer nos precipícios e montanhas a serem conduzidos como cativos, e que muitas das crianças apreendidas nestas expedições eram comercializadas para terceiros, fora do distrito e mesmo para outras províncias. O juiz ainda encaminha a relação dos índios que se acham na vila e seu termo, prestando serviços por 15 anos e seus donos<sup>303</sup>, mas que deixo aqui de mostrar, pelo fato que meses depois o Capitão mor Comandante interino da Villa, Joaquim de Mello Rego, em 16 de dezembro de 1830, iria encaminhar idêntica relação, pressionado por nova ordem circular do Presidente da Província de 11 de outubro de 1830, pela qual ordenavam que se remetesse *“hua relação exata de todos os Indios selvagens existentes nesta Villa, e seus filhos tirados do matto com a declaraçõens de seos nomes em poder de quem se achão,*

---

<sup>302</sup> Correspondência do Juiz dos Órfãos da Villa de Itapeva da Faxina Antonio Gomes Pinheiro Vellozo ao governo de São Paulo em 02 de outubro de 1830. Comunicação sobre os índios que são caçados e a forma de procedimento destas caçadas, e a preferência por mulheres e crianças, e inclui a Relação dos Indios prisioneiros de guerra prestando serviços por quinze anos. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 2, documento 20, ordem 1012. APESP.

<sup>303</sup> Relaçãm dos Indios que se axam nesta Villa e seo termo. Prestando serviços por 15 annos eforam prizionados. Antonio Gomes Pinheiro Velloso Juiz de Orffaõs Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 2, documento 20 a, ordem 1012. APESP.

ao meio porque os hoverão, e da maneira que são tratados.”<sup>304</sup> Relação que demonstro a seguir:

Figura 8 - Relação dos Indios existentes nesta Villa de Itapeva e seo termo são os que abaixo se declara.<sup>305</sup>

Nomes dos Indios por seio meus	Em poder de q. <sup>me</sup>	Os meios p. <sup>o</sup> q. <sup>o</sup> os ouveirão	Damanistas q. <sup>o</sup> são tractados
Relação dos Indios existentes nesta V. <sup>o</sup> de Itapeva p. <sup>o</sup> de seu M. <sup>o</sup> São os q. <sup>o</sup> abaixo se de. Obteve			
Antonio	Do Salvador Loui. <sup>o</sup> de Almeida	Por compra	
Antonio	Do Manuel Fran. <sup>o</sup> de Oliveira	Por compra	
João	Do Américo Thom. <sup>o</sup> de Oliveira	Por compra	
Petro	Do Joaz. Fernandes	Personado p. <sup>o</sup> m.	
Vicente	Do Cap. <sup>o</sup> An. <sup>o</sup> Custens de Almeida	Por compra	
Anadeto	Do Affonso Pin. <sup>o</sup> de Almeida	Por compra	
Antonia	Do Anna de Oliveira. Boer	Por compra	
Anna	Do Jose F. <sup>o</sup>	Personado p. <sup>o</sup> m.	Todos se arão de Baixo de traq. de Calça
Anna	Do Jose Boer. Mor. <sup>o</sup>	Personado p. <sup>o</sup> m.	
Antonio	Do Jose Boer. Mor. <sup>o</sup>	Personado p. <sup>o</sup> m.	
Antonio	Do Joaz. Pin. <sup>o</sup>	Personado p. <sup>o</sup> m.	
Anna de	Do Joaz. Pin. <sup>o</sup>	Personado p. <sup>o</sup> m.	
Anna	Do Joaz. Pin. <sup>o</sup>	Personado p. <sup>o</sup> m.	
Catharina	Do Mathias de Almeida	Por compra	
Maria	Do Jose M. <sup>o</sup>	Por compra	
Petro	Do Pedro de Barros	Por compra	
	Do Maria de Freitas	Por compra	
V. <sup>o</sup> de Itapeva 15 de Junho de 1830			
Joaquim de Mello Rego Cap. <sup>o</sup> Com. <sup>o</sup> Int. <sup>o</sup>			

<sup>304</sup> Do Capitão comandante interino em Itapeva da Faxina Joaquim de Mello Rego ao governo de São Paulo em 16 de dezembro de 1830. Comunicando o recebimento do circular do governo para que se remeta uma relação exata de todos os Indios selvagens existentes na Villa, com seus nomes e em poder de quem se acham, ao meio que os obtiveram e da maneira que são tratados. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 2, documento 21, ordem 1012. APESP.

<sup>305</sup> Do Capitão comandante interino em Itapeva da Faxina Joaquim de Mello Rego ao governo de São Paulo em 16 de dezembro de 1830. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 2, documento 21 a, ordem 1012. APESP.

Essa relação evidente, que por si só já tem sua importância, principalmente quando se percebe em uma das colunas do quadro exposto, os meios com que os índios foram obtidos, seja por compra ou por ter efetuado a prisão ou por dádiva, recebendo o cativo de forma gratuita, ou ainda pelo fato de que são os prisioneiros em sua maioria mulheres. Observando com mais cuidado essa relação, encontramos o nome dos donos ou dos possuidores desses índios, e entre esses donos um deles chama a atenção, ele é Matheus De Sande Nabo, salvo uma estranha coincidência, trata-se da mesma pessoa que antes ocupava o cargo de Juiz de Órfãos e que havia denunciado a venda e comércio dos índios, e, de forma surpreendente e contraditória, aqui o ex-Juiz aparece como proprietário de um dos índios relacionados, mas precisamente a índia chamada Anna, e a obteve por compra. Esta é apenas mais uma confirmação deste mundo contraditório e fronteiriço, onde autoridades, estancieiros, agentes do governo, e abastados locais, seja em Itapeva, Itapetininga, Castro, Guarapuava, Palmeira ou Curitiba, em geral agiam de acordo com as possibilidades e em benefício próprio. Quando ocupavam determinados cargos, por vezes suas atuações, ou suas ações, eram por força de lei ou das ordens que recebiam para fazer jus aos seus salários, e, em muitos casos, longe de razões humanitárias estão obedecendo às regras do jogo. Qual a real dimensão da presença indígena e seu perigo? Era necessária a guerra defensiva e as caçadas que a eles vão ser direcionadas? Ou muito desses perigos faziam parte de uma justificativa para caçá-los, colocá-los em cativeiro e vendê-los em praças e leilões?

As respostas para estes questionamentos e indagações estão imbricadas dentro dos parâmetros de observação de um historiador social. O conjunto das ações, e das situações envolventes é que fazem os acontecimentos, e como tal, seguem certa aleatoriedade, mas se, em algumas vezes, a resposta vai ser afirmativa, em outros casos será negativa, o que se tem de levar em consideração é o quanto uma lógica de benesses governamentais de um lado e uma lógica de sobrevivência, combate e fuga do outro, se encontravam, e impulsionavam novas resultantes mascaradas ou não por situações conflitantes, e que não impediam aproximações e relações destituídas e fora destes embates.

Ainda em 1830, mais precisamente na sessão do Conselho Geral da Província de 04 de novembro, foi determinado outra vez que para que se prestassem contas sobre os estados dos indígenas de São

Paulo que estivessem sob cuidado dos particulares<sup>306</sup>. O Juiz de Órfãos, Antonio Gomes Pinheiro Velloso, enviou com base nestas ordens a relação dos índios que foram “*prizionados no termo desta Villa e consta se axarem em diferentes districtos. Nam tratei dos nomes de todos os Indios em razam de alguns quando deste distrito saíram inda nam eram batizados e outros ignoro os nomes [...] para que não fosse perpetuo o cativoiro*”.<sup>307</sup> Segue a relação:

Relaçam dos Indios que forão apanhados e prizionados no termo desta Villa dentro das matas e os que os possuam venderam os serviços dos mesmos a varias pessoas de diferentes districtos.

1º Antonio = en poder de Antonio Benedito de Castro no termo da Villa de São Carllos de Campinas foi apanhado o Indio no fim de junho de 1826 e completa os 15 annos de serviço en fin de junho de 1941.

2-3 Foram deste distrito vendido os serviços de um Indio ê de hua India a hum negociante que vendeu nesta fazenda ê era morador em Sao Paulo os nomes dos indios ignora-ce e igualmente do comprador foram apanhados os ditos em maio de 1816 e finda os 15 annos em maio de 1831.

4-5 No distrito de Sorocaba em poder de Bernardino José de Barros achace hum Indio e hua India os nomes ignorace foram apanhados em maio de 1816 ê finda os 15 annos da ley em maio de 1831.

6-7 Em Sorocaba Manoel Jose Prestes tem em seu poder um Indio ê hua India os nomes ignorasse foram apanhados em fins de junho de 1826 ê completa os 15 annos de serviço no fim de junho de 1841.

8 Americo .... morador em Pirapora termo de Sorocaba tem hum Indio de nome Jose de Matos foi prizionado em mayo de 1820 e completa os 15 annos da ley no fim de mayo de 1835.

---

<sup>306</sup> Sessão do Conselho geral da Presidência da Província em 04 de novembro de 1830. *Boletim*. Op. Cit., p. 108.

<sup>307</sup> Correspondência do Juiz de Órfãos, Antonio Gomes Pinheiro Velloso, ao Presidente da Província, 31 de dezembro de 1830, sobre as condições dos Índios em Itapeva da Faxina. Encaminha a relação dos Índios prisioneiros de guerra, seu cativoiro, seus possuidores e seus nomes. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 2, documento 22, ordem 1012. APESP.

9 Na Villa de Taubathe achase hum Indio que hum morador desta vendeu os serviços do mesmo Indio a hum morador daquele distrito o nome ignorace foi apanhado em mayo de 1823 e completa os 15 annos de serviço em mayo de 1838.

10 Joaquim de Barros levou um Indio para o continente do sul e foi apanhado em fins de mayo de 1820 e completa os 15 annos de serviços em fins de mayo de 1835.

11 Joaquim Ferreira compro os serviços de hum Indio e cosnta foi para campos gerais de Curitiba foi apanhado em fins de junho de 1826 e completa os 15 annos de serviço em fins de junho de 1841.

12 Em Sorocaba o alferes Antonio de Madureira compro os serviços de huma India que veio do mato com a mãe esta faleceu e ficou aquella filha foi pegada em mayo de 1826 e completa os 15 annos de serviço em fins de mayo de 1841.<sup>308</sup>

Diante desse quadro do conflito e cativo em que faltavam provas ou que essas poderiam estar ausentes, parece que não é o caso, os testemunhos apontam invariavelmente e de forma massiva para esta direção, não é a pena a inventar ou a construir, em muitas vezes é a força dos documentos a quase saltar das páginas. Nesta relação apresentada pelo Juiz Antonio Gomes Pinheiro Velloso, fica claro o cativo e o comércio que existia com a venda desses cativos, já que várias pessoas e de povoados distintos em São Paulo haviam comprado índios que foram retirados em expedições nas matas de Itapeva da Faxina. O que demonstra o que vinha dizendo repetidas vezes, mobilidade, uma rede comercial em movimento, um mundo fronteiriço em movimento e como tal, campo aberto para o estabelecimento de um grande negócio: caçar e vender os índios. Ainda mais se através de um olhar mais atento perceber, outra vez, a face que essa relação revela quando comparamos com outros testemunhos levantados até aqui. Os doze índios em cativo relacionados foram retirados dos matos em pouquíssimas expedições arroladas na relação, se levarmos em conta as fontes em que demonstram existir um numero considerado de

---

<sup>308</sup> Relaçam dos Indios que forão apanhados e prizonados no termo desta Villa dentro das matas e os que os possuam venderam os serviços dos mesmos a varias pessoas de diferentes distritos. 31 de dezembro de 1830. Seção Manuscritos, Officios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38), caixa 217, pasta 2, documento 22 A, ordem 1012. APESP.

expedições que foram realizadas contra os índios ao longo dos anos em que aqui me debrucei e ao longo deste caminho para o continente, com certeza se houvesse a menor possibilidade de mensurar essa multiplicação de vendas de cativos *versus* expedições talvez chegássemos a um numero mais do que significativo de indígenas em situação de escravidão.

Pretendo encerrar essa discussão, dos conflitos e cativoiro indígena nestes caminhos do Sul, durante o primeiro reinado, com uma carta que localizei entre os milhares de documentos que compõe a correspondência de Diversos para o Presidente da Província de Santa Catarina. A carta é escrita em 28 de abril de 1831 ao presidente interino Francisco Luís do Livramento, exatamente seis dias depois da posse deste último interinamente à frente da Presidência da Província. O autor da carta é Francisco de Souza Machado, a pessoa que tinha sido encarregado de buscar em Lages, mais de 60 índios Coroados que se apresentaram em Curitiba, e que deveriam ser conduzidos até a Capital, Desterro, assim nos conta essa história Francisco de Souza Machado:

Francisco de Souza Maxado tem a honra de dirigir a vossa excelência sua opinião acerca dos meios que se devem adoptar para a Cathequese dos selvagens que tanto encomodo nos produzem, quando delles consideraveis vantagens se poderão colher. Eu sou Excelentíssimo Senhor o cidadão encarregado de conduzir para esta capital parte dos indígenas que em número de mais de 60 apparecerão em a Villa dos Curitiba persuadidos da nossa boa fé buscando os commodos de Nossa Sociedade; mas quam desgraçadamente foram iludidos! Apenas se apresentarão ao Comando daquela Freguesia o Sargento de ordenanças Francisco Antunes dispoz destes entes, sim miseráveis, mas que consigo trazião todos os foros do homem, e nome brasileiro nelles tão desprezado, quanto a nosso respeito querem sublimar. Parece que o Comandante Antunes esgotou todos os meios para convencer a esta gente de que nenhum vicio nos falta, e que nem sombras de pudor, e moral nos impede das mais objectas maldades; este Antunes Excelentíssimo senhor, ate saqueou humas poucas patacas que alguns destes Indigenas tinhamo

grangeado pela venda de humas cargas; o que se deve restituir e mandar exprobrar ao máo comandante tão ridícula e degradante acção.

Os de mais tenra idade destes homens forão dados aos amigos do sargento Commandante ou vendidos sendo o resultado deste bárbaro, e criminoso trafico em beneficio do vendedor. Os restantes carregados de Ferros os homens; e as mulheres em troncos de coiro forão remetidos para a Villa de Lages; e assim os encontrei no campo dos caxorros sendo pelo Sargento Mor Leandro da Costa mandado tomar conta delles e conduzi-los a capital. De mais de 60 apresentados só 29 sahirão de Lages; e destes duas mulheres morreram, e fugirão no Rio Tubarão 21 de ambos os sexos, com toda a razão desconfiados de que vinhão para o Cativoiro, visto que parte dos seus deixaram Captivos. Para complemento da indisposição desta gente contra nós hum moço d'entre elles foi cutilado por hum cidadão dos que os conduzião e o ferido ainda esta em bom risco de perder o dedo polegar da Mao direita, se He que a vida deste infeliz está salva das rezultas deste mesmo attentado.<sup>309</sup>

Infelizmente, não se pode descobrir na documentação a data da aventura de Francisco Souza Machado, mas é muito provável que tal tenha ocorrido entre os meses de dezembro de 1830 e abril de 1831, dado ao tempo que exige tal missão, já que o caminho de Desterro até Lages era um percurso que não se vencia com menos de 30 dias. A vila de Lages era um ponto de pouso das tropas que demandavam a província de São Paulo, fato que também concorreu para a formação das vilas de Curitiba e Campos Novos. O número de muares que chegavam anualmente à vila paulista cresceu até 1865. Em 1750 ingressavam cinco mil muares por ano; em 1800, 20 mil; em 1850, 50

---

<sup>309</sup> Correspondência de Francisco de Souza Machado ao Presidente da Província Interino Francisco Luís do Livramento, 28 de Abril de 1831. Comunicando a Venda e o Cativoiro Indígena; bem como a condução destes à ferros os homens e em troncos de couro as mulheres. Correspondência de correspondentes diversos para o Presidente da Província. D. 1831-1835, p. 16 -16v. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

mil, em 1865, 100 mil; e entre 1875-90 a média anual declinou para 12 mil.<sup>310</sup>

Na história acima citada, Francisco nos conta que praticamente mais da metade dos índios, principalmente as crianças, foram vendidas ou doadas pelo Sargento Mor de Curitiba, Francisco Antunes, a amigos, beneficiando-se, de acordo com Francisco Souza, deste ‘criminoso tráfico’, e que até roubou algumas poucas patacas que traziam os índios, resultado de venda de cargas ou de trabalhos que executavam nos povoados. Uma pataca é uma moeda equivalente a 320 réis, cujo valor, poderia comprar aguardente, farinha, milho, feijão e outros gêneros básicos.

Outra descrição do caso que nos parece revelador é o fato de serem colocados a ferros os homens, e as mulheres colocadas em troncos de couro, e assim conduzidas até Lages, onde Francisco de Souza Machado assim os encontrou no Campo do Cachorro. Ainda relata que no retorno a Capital, Desterro, na altura do Rio Tubarão, dos 29 que conduzia duas mulheres morreram e outros 21 fugiram temendo estarem indo para a capital para serem escravizados, temor justificado já que haviam deixado em Lages a maioria de seus parentes e amigos cativos nas mãos dos amigos do Sargento Mor de Curitiba. Sendo assim, o número de índios conduzidos até a capital se reduziu para apenas seis, e um deles um índio moço, ou seja, de acordo com a época entre 12 e 17 anos, foi ferido por um dos homens que os conduziam em uma das mãos, com chances de perder o polegar, e ainda temia Francisco de Souza pela vida do índio em função de algum revés que poderia sofrer por parte dos que haviam se envolvido na agressão.

Importante notar que o relato de tais fatos era algo incomum. Percebi que são raros os documentos que retratam com tantos detalhes o cativo indígena, principalmente quando se analisa que tal carta foi dirigida ao Presidente da Província, e talvez só tenha sido escrita pelo fato de que o Presidente tinha recém assumido e estava interinamente, já que em maio deste mesmo ano por decreto imperial o novo Presidente da Província passaria a ser Feliciano Nunes Pires, que só assumiria de fato em agosto. Talvez esse pormenor da interinidade tenha permitido que tal carta seja escrita e encaminhada à Presidência. Na continuação

---

<sup>310</sup> Ver COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da Terra firme*. V.1. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, p. 158. A partir da segunda metade do século XIX e com o progresso tecnológico industrial e de expansão ferroviária em curso, as mulas e burros, que carregavam as cargas nas costas sobre as *butas* de couro, deixaram de ocupar uma primazia para o transporte dessas, e sendo assim, o negócio de muare e animais de tração declinou acentuadamente como vemos nos dados anteriores.



dessa, seu autor passa a emitir sua opinião sobre as atitudes que em seu entendimento seriam as corretas a serem tomadas em relação aos indígenas:

Quando a Assembléia geral, quando o Governo, quando todos os Cidadãos Brasileiros sensatos clamão para que cessem as crueldades inveteradas contra homens que tem com nosco Patria Commun, quando a Natureza, a Humanidade, e o interesse da Nação pedem que os miseráveis indios não sejam perseguidos em seus alojamentos, poderão saber-se sem horrorosas sensações attentadas taes contra homens, que pacíficos nos procurarão, e de quem grandes vantagens poderia a província tirar, principalmente o quazi dezerto dstricto de Lages. Advogando perante a vossa excelência tanto a cauza da Humanidade, como o interesse da minha Patria, guiado pela longa experiencia dos homens de que trato, sou de parecer que elles sem perda de tempo voltem para Lages conduzindo alguma baeta escarlata, calças e camizas feitas para homens; saias e camizas para as mulheres, algumas facas navalhas de algibeira, e que depois de se fazerem congregar os que forão doados, e vendidos sejam levados ao lugar que elles escolherem, e onde se lhes marque terreno, e se lhes diga, ficar lhes pertencendo, e se lhes ajude a fazerem cazas, e se lhes dem os meios de subsistencia enquanto não colherem fructos de suas lavoiras.<sup>311</sup>

As opiniões de Francisco de Souza merecem uma atenção especial, uma por se tratar de pessoa acostumada com a lida dos que se envolviam com as questões indígenas, destes homens que já vimos possuem habilidades para o trabalho nas matas, nos caminhos que cortavam o Brasil meridional, e, por outro lado por suas idéias e, entre muitas, uma delas que os índios não fossem perseguidos em seus alojamentos, ou em outras palavras que os índios não fossem caçados em suas moradas ou em seus esconderijos na mata, onde se abrigavam, dado a condição de guerra que se estabelecia a sua volta. Acrescentava

---

<sup>311</sup> Idem, p. 17. APESC.

ainda que os índios que estavam na capital deveriam ser colocados em liberdade, e que fossem mandados de volta para Lages com baetas<sup>312</sup>, roupas, navalhas de algibeira para sua proteção e que deveriam congregarem-se com os que foram doados e vendidos, recebendo casas, terras para sua produção e enquanto não obtivessem os frutos dessa deveriam receber recursos para sua sobrevivência. Para finalizar ainda nos diria Francisco de Souza Machado:

A quantia deznada para a cathequese nesta Provincia, chega sem duvida para tudo isto, se o encarregado deste negocio a não distrahir para outros fins. Depois de lhes havermos grangeado por estes, e outros meios alguma confiança, ou para melhor dizer depois de havermos mostrado males, e beneficios sejam lhes livre voltarem para as suas brenhas, porque anciosamente sospirão os povos que me acompanhão; estes ou parte destes voltarão com outros, e quando se realizar a sua colonização nunca estejam sujeitas immediatamente a hum chefe dos nossos mas seja o seo chefe o que consigo trouxerem, ou o que nomearem entre os seos. A sua religião e seus uzos cairão com o conhecimento que forem adquirindo da superioridade da nossa; o contrario fôra atacar ate o nosso Código Fundamental. A razão e o tempo triumphão de erros e uzos que a ignorância tem consagrado no coração humano; a violencia porem não faz mais do que perpetua-las, quando pretende destrui-las. A recommendação a todas as authorities civis, e militares do Districto de Lages para que se prestem com todos os meios em seo alcance em beneficio dos selvagens que se apresentarem, huma ordem expressa para que sua liberdade seja tão respeitada, quanto He o único bem que possuem, a mais estreita responsabilidade imposta aos que máo tratamento lhes derem, e isto com tal publicidade que chegue ao conhecimento dos selvagens será sem duvida hum meio tão efficaz, quanto infructuozas tem

---

<sup>312</sup> Baeta é um tecido grosseiro e quente, era como se chamava os cobertores grosseiros neste período aqui demonstrado.

sido, e devião ser as medidas de rigor e a sempre uzada privação da liberdade.<sup>313</sup>

As idéias de Francisco de Souza Machado colocam em dúvida se os índios que fugiram no rio Tubarão realmente fugiram ou tiveram essa possibilidade por algum tipo de facilidade, alguma ajuda externa, mas isso é apenas uma suposição dado que, ao que tudo indica, o autor da carta estava convicto que através de uma cultura de atuação, uma praxe fundamentada em uma política de usos e costumes, essas populações estavam quase sempre sendo submetidas ao cativo e à escravidão, e de certa forma, podemos perguntar: será que não desconfiava nosso autor de que invariavelmente pela prática assentada nos usos e costumes os indígenas que conduzia estariam fadados ao cativo? Francisco de Souza Machado deixa claro suas intenções, pedia que cessassem as expedições de guerra e de caça aos indígenas, e que não fossem apresados e transformados em cativos e escravizados. Acrescenta o autor, que a verba destinada para a Catequese e civilização dos índios seria suficiente, caso não fosse desviada pelos ‘encarregados deste negócio’, acrescenta ainda que os direitos de autonomia política e religiosa dos indígenas deveriam ser respeitados, que todas as medidas de rigor e de privação da liberdade, e os abusos e violência contra essas populações deveriam ser punidos, e dando publicidade a estes atos para que todos os indígenas tomassem conhecimento deles, e que tais medidas seriam muito mais eficazes que a guerra mantida contra eles. Suas idéias se assemelhavam a outras vozes, que já citei como a do jurista, e ex-presidente da província Manuel Ornellas, também contrário à escravidão indígena, porém perpassava esse porque aceitava a soberania das nações indígenas, algo que só viria a ser pensada em 1988, com a nova Constituição brasileira.

Desde as Cartas Régias de 05 de novembro de 1808 e 01 de abril de 1809, através das quais, El Rey Dom João VI declarava guerra aos índios que habitavam próximos as estradas que levavam aos campos de criação de gado no sul, os índios que fossem apreendidos na fronteira sul de São Paulo poderiam ser escravizados, pela prestação de serviços durante 15 anos e em 1821, o governo paulista reitera essa condição, embora deixando claro que os índios mansos, ou seja, aquele que não foi feito prisioneiro por estar em armas, deveria ser livre, e que

---

<sup>313</sup> Correspondência de Francisco de Souza Machado ao Presidente da Província Interino Francisco Luís do Livramento em 28 de Abril de 1831. Comunicando a Venda e o Cativo Indígena; bem como a condução destes à ferros os homens e em troncos de couro as mulheres. Op. Cit., p. 17v.

só são prisioneiros de guerra aqueles apreendidos em combate.<sup>314</sup> Na prática, o que fica reiterado é a condição da chamada guerra justa que permitia as expedições de guerra e de caça aos indígenas, resultando na morte dos resistentes, e no cativeiro dos sobreviventes principalmente mulheres e crianças.

Não se pode dizer que cartas e idéias como a de Francisco de Souza Machado ressoaram no vazio, coincidência ou não, no dia 27 de outubro de 1831, no mesmo ano da carta escrita por Francisco Machado, o Império promulga uma lei que determinava o fim da validade das Cartas Régias no que se referiam aos indígenas e seu cativeiro, e instituía a tutela orfanológica por conta dos Juizes de Órfãos e Juizes de Paz de cada Freguesia ou Vila. Para chegar à lei como vimos foi todo um caminho, e não se pode desprezar também o papel das Sociedades de Catequese e Civilização dos Indígenas, em muitos lugares e em diversos momentos ao longo do século XIX e início do século XX, serão criadas essas associações. Em São Paulo, a iniciativa de criar uma Sociedade partiu do próprio Conselho Geral da Província com um dos membros Amaral Gurgel propondo a criação de uma Sociedade que visava responder ao atraso na progressão da catequização e incorporação à civilização dos índios de São Paulo, Sociedade que acaba sendo fundada em reunião do Conselho de 29 de outubro de 1830<sup>315</sup>. Porém, penso que as idéias de Francisco de Souza Machado estavam além do que identificava as ditas sociedades, essas por sua vez só entendiam os indígenas como cristianizados e incorporados à sociedade luso-brasileira, e nesse caminho, cabe, como já demonstrei, inclusive o uso da força e da guerra para submetê-los à conversão prevista desde as ordenaçõesmanuelinas e nas guerras justas assim declaradas. Mas voltemos à lei dos órfãos que foi publicada oficialmente com a seguinte escritura:

Art. 1º Fica revogada a Carta Régia de 05 de novembro de 1808, na parte em que mandou declarar a guerra aos Índios Bugres da Província de São Paulo, e determinou que os prisioneiros fossem obrigados a servir por 15 anos aos milicianos ou moradores, que os aprehendessem.

---

<sup>314</sup> Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo (23 de maio de 1822). Volume I, 3ª Edição. São Paulo: Tipografia Cardozo Filho e Cia, 1913, p. 46-49.

<sup>315</sup> Sessão do Conselho Geral da Província de São Paulo em 29 de outubro de 1830. Boletim. Op. Cit., p. 106.

Art. 2º Ficam Também revogadas as Cartas Régias de 13 de maio, e 02 de dezembro de 1808, na parte, em que autoriza na provincia de Minas Gerais a mesma guerra, e servidão dos Indios prisioneiros.

Art. 3º Os Indios todos até aqui em servidão serão della desonerados.

Art. 4º Serão considerados como orphãos, e entregues aos respectivos juizes, para lhes applicarem as providencias da ordenação livro primeiro, título oitenta e oito.

Art. 5º Serão socorridos pelo thesoro do preciso, até que os juizes de orphãos os depositem, onde tenham salários, ou aprendam offícios fabris.

Art. 6º Os juizes de paz nos seus districtos vigiarão e occorrerão aos abusos contra a liberdade dos Indios.

Manda, portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretário de Estado dos Negócios da guerra, a faça imprimir, publicar e correr.<sup>316</sup>

Enfim, em uma grande parte do território do Império, em quase todo o Sudeste e em todo o Brasil meridional, a guerra justa tinha seu fim como princípio legal, os índios em servidão deveriam ser libertos, não cabia mais a figura do ‘prisioneiro de guerra’. Para alguns estudiosos como Manuela Carneiro da Cunha, esta lei não foi significativa, mas, o que vi foi o contrário, teve uma significação razoável no que se refere a acabar com esta figura em boa parte do Império, a do índio caçado e transformado em prisioneiro de guerra e como tal sujeito ao cativo. É claro que os avanços da lei cessam por aí, ao contrário das ideias de Francisco Machado, não se pensa em reconhecer os índios como soberanos, e donos de seus territórios, mas antes são entendidos como órfãos e tutelados pelo Estado e sob a guarda dos Juizados de Órfãos e dos Juizes de Paz, sujeitos à conversão ao mundo civilizado pela ação coercitiva da cristianização pela catequese. É preciso ressaltar a importância da abolição da guerra justa (e

---

<sup>316</sup> Lei dos Órfãos. De 27 de Outubro de 1831. *Coleção das Leis do Império*. Rio de Janeiro: Typografia do mercantil, 1871, p 165-166.

principalmente do comércio aparentemente legal que essa gerava), mas, apesar disso, também não se pode deixar de considerar que a tutela se mantém através da legislação de órfãos, e novas estratégias de atração dos indígenas podem ser feitas a partir deste momento.

Apesar da lei, em muitos lugares seus donos insistiam em mantê-los como cativos, em Itapetininga assim comunicou o Juiz de Paz o Tenente José Antonio da Rocha: “*Enquanto aos bugres neste termo so há 3 que estão em escravidão más me consta, que haja mais e estes já oficiei aos donos para os apresentarem para lhe fazer ver a ley e dar-lhe a sua liberddade.*”<sup>317</sup> Indício de que os costumes antigos se mantêm, apesar da Lei. Durante todo o século XIX, permaneceu na maioria das vezes (mais efetivamente antes da Lei dos Órfãos), com relação aos indígenas aprisionados em expedições, o cativo como resultado imediato e um comércio principalmente com a venda de mulheres e crianças. A condição de guerra que se mantém, de um perigo indígena que, e na maioria das vezes, é factível e plausível, mas em alguns momentos pode se configurar apenas como justificava para o estabelecimento de uma intrincada rede de beneficiários das expedições e das atividades de guerra e caça aos indígenas na fronteira Sul de São Paulo Provincial. A condição do prisioneiro de guerra e, concomitantemente, o fato irremediável de convivência com um Brasil Imperial e escravista, reforçam a afirmação categórica do imperativo dos chamados *usos e costumes da terra*, ou ainda dentro de um *uso e praxe na conformidade dos costumes antigos*, formas e expressões usadas na colônia e no Império, onde os indígenas continuariam a ser usados na condição de cativo como mão de obra nos Caminhos do Sul do Brasil.

---

<sup>317</sup> Correspondência do juiz de paz tenente Jose Antonio da Rocha ao Presidente da Província. Comunicando sobre os índios que se encontram na situação de escravidão em Itapetininga em 24 de janeiro de 1832. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-33), Caixa 259, Pasta 2, Documento 54, Ordem 1054. APESP.

## 3

**A EXPEDIÇÃO****A Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava**

Guarapuava era “a Real Expedição”, mas a partir de 1820 também passa a ser Freguesia, e, como foi comum ao modelo lusitano de ocupação, recebiam nomes de santos e das muitas formas de denominar a virgem Maria, mãe de Jesus Cristo, principal divindade do catolicismo. Nesse caso, geralmente se iniciava sempre pela expressão ‘Nossa Senhora’ agregada ao lugar que se queria nominar. Assim, a nova Freguesia criada pelo Padre Francisco das Chagas Lima e pelo Tenente Antonio da Rocha Loures passou a se chamar Nossa Senhora de Belém dos Campos de Guarapuava.

Em 1823, a vida segue seu curso na Freguesia de Nossa Senhora de Belém dos Campos de Guarapuava, dentro de um processo que tinha suas semelhanças em relação a outros lugares ao longo destes caminhos para o Sul, como Castro, Palmeira e Itapeva da Faxina. Entre essas coisas em comum, a vivência com os indígenas, e a participação destes no cotidiano militar da expedição. Muitos quando moços eram ensinados para algumas funções, uma delas era tocar o tambor. O soldado que tocava o tambor era fundamental dentro do contexto da expedição, marcava o ritmo de uma atividade, anunciava o alerta contra invasores e perigo imediato, e substituía o corneteiro, elemento mais difícil de encontrar por seu maior grau de especialização. Comumente a ele se referiam como o Tambor. Em 01 de outubro de 1823 o Comandante da Expedição, Comandante do Presídio e Comandante do Povoado, Antonio da Rocha Loures comunicava que estava de retorno ao seu regimento em Curitiba o Tambor Joaquim de Arruda, depois de ter ensinado os toques necessários a dois índios no espaço de sete meses.<sup>318</sup> No ano seguinte, no mesmo inverno de 1824 em que o coronel Luciano Carneiro solicitava sete homens para compor suas tropas em

---

<sup>318</sup> Do Cap. Mor Antonio da Roucha Loures ao Presidente da Província, 1º de outubro de 1823, sobre o soldado que servia de tambor e o aprendizado dos seus toques pelos índios aldeados. (Guarapuava) Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 23, ordem 987. APESP.

sua fazenda no Jaguariaíba para as entradas contra os índios bravos, em Guarapuava, a preocupação do Comandante da Povoação era com os outros índios, nesse caso, com os índios aldeados:

[...] em tal cazo de acordo com o reverendíssimo santíssimo vigário asertamos nestes últimos tempos mandar para la Como mandamos quatro homens, que viherão para esta freguesia degradados pela Justissa, a saber Miguel Morany Galafre vensendo o soldo de 90 reis por dia, como administrador Diretor dos Indios, e os mais sem soldo vensendo somente os munisios, e vestiario moderado, que percisarem: os quais todos são casados, e levarão consigo suas mulheres nos estamos certos que ali nada sepodera concluir de bom exito, senão for conformandoce o Diretor, eunindoce com hum índio de nome Luis Tigre Gacom em quem os mais tem posto sua confidencia e o chamão seu Capitão. Este Indio tem portanto hua total assendencia nas deliberasoins boas, vemos pelos seus semelhantes elles de huns tempos aestão parte setem conduzido bem, trabalhado pela quietasão, melhoramento da Aldeia; e portanto meresia algum soldo, amenos sendo contemplado como soldado deste destacamento vensendo a 80 reis por dia, se vossas excelências assim o determinarem.<sup>319</sup>

Enquanto os intelectuais e os juristas em Portugal discutiam da ineficiência do sistema de catequese na missão civilizacional dos indígenas, aqui no Brasil, na prática, a ineficiência destes métodos tinha suas motivações claras: trabalho forçado, perda de liberdade e na quase inexistência de voluntários que queiram viver nos aldeamentos, como diretor ou administrador dos índios. Desta forma, muitas das vezes, no caso de Guarapuava, acabavam indo pra dentro do aldeamento os degredados pela justiça, para cumprir aí sua pena, embora, como vemos aqui, um deles vai ganhar 2700 reis por mês, o que em verdade é um salário que não comprava muita coisa. Miguel Morane Galafre, degredado pela justiça, vai ser o administrador Diretor dos Índios, e

---

<sup>319</sup> Ofício do Comandante de Guarapuava Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província datado de 1824. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230. Pasta 1. Documento 1. Ordem 1025. APESP.



outros degredados também vão pra dentro do aldeamento, só que não recebem vencimentos, mas vestuário e munição. Pode parecer pouco, mas nesta fronteira, nestes anos, ter roupa e munição era de vital importância. Alguns indígenas também recebem salários, como já vimos os que vão receber soldo são normalmente as lideranças de guerra destes povos. Um desses líderes, chamado de Capitão dos Índios, foi Luis Tigre Gacom.

Durante o ano de 1824, Luis Tigre Gacom assumiu uma posição de liderança sobre os demais, mantinha a disciplina, dava as punições, inclusive as prisões, e saía muitas vezes com seu grupo para realizar entradas no mato, em busca dos arranchamentos dos não aldeados, para trazer para as vilas as mulheres e crianças como cativos. Luis Tigre Gacom é indicado como Capitão dos Índios para receber um soldo, como se vê no pedido do Comandante da Expedição, de 80 reis por dia, o que chega a 2400 reis por mês, o mesmo que um soldado de milícias. As possibilidades de sobrevivência para os aldeados eram também precárias. Gacom viveu e sobreviveu à guerra e viu outros comandantes de comunidades indígenas, como Jacintho Doiangre e Pahi, também produzirem o sustento e a defesa, pela via do soldo e da venda de cativos<sup>320</sup>. De certa forma, eram também estratégias para se manter o grupo vivo. Por outro lado, os índios caçados também tinham suas estratégias e uma delas era caçar seus caçadores, como fizeram com Jacintho Doiangre, em 21 de novembro de 1822, e com Luiz Tigre Gacom em 26 de abril de 1825<sup>321</sup>. No caso deste último, o que sucedeu foi, no mínimo, inusitado. Não só mataram, em abril de 1825, Luiz Tigre Gacom, mas a vingança agora tinha de ser exemplar, destruíram o aldeamento de Atalaia, queimando os ranchos e vitimando praticamente um terço dos aldeados. Assim nos fala o Padre Chagas em suas memórias: “Os índios Dorins<sup>322</sup> provocados pelos repetidos insultos,

<sup>320</sup> Em 1819, o comandante Antônio da Rocha Loures em pedido ao Presidente da Província, lhe foi permitido pagar soldos de soldados de milícia aos índios que para ele trabalhavam. Ofício do Capitão Mor Antonio da Rocha Loures, comandante da expedição em Guarapuava, 10 de março de 1832. Seção Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 15, ordem 1025. APESP.

<sup>321</sup> Sobre isto ver LIMA, Francisco das Chagas. “Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava”. *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo IV, nº13. Rio de Janeiro: tipografia de João Ignácio da Silva, 1842, p. 49 e 50. Nas memórias o padre Chagas diz que a morte destes dois líderes foi por causa das seguidas vezes que estes iam até os arranchamentos de outras populações indígenas para caçá-los e trazer para a vila os cativos para vendê-los.

<sup>322</sup> Os Dorins foram assim chamados porque viviam nas margens do rio Dorim, em verdade eram Kaingang da metade Kairu e viviam numa região chamada “Larangeiras.” Estas são denominações genéricas empregadas pelo pároco para diferentes grupos Kaingang. Rosângela

crueldades e mortes, que na sua corporação praticavão os aldeados, vierão em Abril de 1825, e hostilmente avançarão a povoação, matando 28 índios e queimarão suas casas”<sup>323</sup>. Foi durante esse ataque que mataram então Luiz Tigre Gacom. Nas memórias do Padre Chagas, encontramos a narrativa desse massacre onde os ataques teriam sido produzidos por cerca de 60 a 70 Dorins, que de madrugada atearam fogo às casas de palha, e matavam a flechadas os que intentavam a fuga ou a resistência. Do ataque resultou a destruição da aldeia e a morte de muitas pessoas, “a saber: 14 homens, 8 mulheres, e 6 crianças: e logo se retirarão para dahi a 26 leguas, para as bandas do rio Piquiry.”<sup>324</sup> A destruição e o incêndio podem ainda ser visitados historicamente no assento de óbito dos indígenas mortos, no ataque ao Atalaia em 1825:

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de mil oitocentos e vinte e cinco, em uma invasão dos selvagens deste continente de Guarapuava sobre a aldeia de Atalaia foram mortos os seguintes (...) Todas essas vinte e sete pessoas falecidas foram recomendadas por mim e seus corpos sepultados no cemitério da Aldeia de Atalaia, a exceção da última acima que foi sepultada no cemitério desta Freguesia de Belém (...) foi também morto um índio de nome Conguem o qual por não ser ainda batizado foi sepultado no campo da mesma Aldeia de Atalaia.<sup>325</sup>

O aldeamento chamado de Atalaia, que um dia tinha sido Fortim, agora estava em cinzas, e a sesmaria que um dia foi concedida por *El-Rei* para que os índios “*fossem conservados trabalhando nas terras que lhes haviam dado de quatro léguas quadradas, pouco mais ou menos, entre os rios Coutinho e Lageado Grande*”<sup>326</sup>, ficaria ainda como o lugar do aldeamento, embora, não mais na condição anterior, mas

---

Ferreira Leite, ao estudar as memórias do Padre Chagas, revela uma ciranda de índios que compõem o aldeamento que, segundo o Padre, ora eram Cames, ora Votorons, e mais no fim Dorins. Sobre isso ver LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização*. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878), p. 41.

<sup>323</sup> LIMA, Francisco das Chagas. *Op. Cit.*, p.50.

<sup>324</sup> *Idem*.

<sup>325</sup> Francisco das Chagas Lima, Livro de Assentos de Óbitos de Pessoas Livres, Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém. Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava em 25 de Agosto de 1825.

<sup>326</sup> Sesmaria de 4 de setembro de 1816. LIMA, Francisco das Chagas. *Op. Cit.*, p.49.

apenas como lugar das roças, sentinela e fortim, e com alguns ranchos para abrigo. Somente depois de 1828, com o afastamento do Padre Chagas, enfermo e cansado de tantas guerras, a população indígena vai permanecendo mais em barracões no povoado (até porque dormir fora do povoado e longe do destacamento significava estar em uma situação perigosa) que no antigo aldeamento, permitindo assim, que as terras ficassem ao alcance da cobiça dos abastados locais. A partir de 1830, alguns povoadores vão estender seus campos de criação em direção a essas terras, com a aquiescência do Comandante da Expedição de povoamento Antonio da Rocha Loures e do governo da Província, como mais adiante ficará demonstrado. O Comandante Antonio da Rocha Loures também encaminharia ofício ao governo comunicando o incêndio do aldeamento:

Junto com esta vai o officio do reverendissimo Senhor vigário e missionário dos Indios Francisco das Chagas Lima que me fez entrega desta para remeter.

Estando na certeza que o mesmo da parte a V.Ex<sup>a</sup> do suceso emfausto acontecido na Atalaia a 26 do mes pasado de abril faseme desnecesario tornar a repetir a relação do mesmo suceso. Tenho porem alegar a V.Ex<sup>a</sup> que haja por bem determinar a cistensia que devo fazer pela expedição Mor aos Indios e Indias daqui em diante depois da mortandade que houve naquella Aldeia de 28 pessoas, entreas quais se contão 10 daquelas que fazião o fundamento e a subsistência da mesma Aldeia bem asim se hei de indemnizar ao mesmo R<sup>mo</sup> Sr vigario (ainda que lhe onão exige) pela caixa da expedição Mor a despeza que tem feito e vai fazendo com 73 pessoas que viherão de acolhida para esta freguesia cuja despeza me consta ser consideravel. Para o que se perciza de dinheiro que na ocazião não há no cofre da expedição em quanto aos milhos para farinhas ainda os tem os Indios em hua rosa que esta amaduresendo cazo esta senão perca com a dezersão que se fez da mesma Aldeia esta pode suprir o anno inteiro [...].<sup>327</sup>

---

<sup>327</sup> Ofício do Capitão Mor Comandante da povoação e destacamento de Guarapuava Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província na Freguesia de Guarapuava em 20 de maio de 1825. Comunicando sobre o incêndio ao aldeamento de Atalaia e as 28 mortes entre Indios e

Aqui, o Capitão não entra em detalhes sobre o incêndio, já que o padre Chagas já o tinha feito, mas acrescenta que os índios viviam agora no povoado, em número de setenta e três, e que o padre é que estava arcando com as despesas, mas que mesmo contra a vontade deste iria pagá-lo dos cofres da Expedição. Como os cofres estavam vazios, solicitava novo envio de verbas para esse custeio, e que as roças de milho e feijão nos campos de Atalaia poderiam servir para a manutenção da alimentação dos índios, desde que não fossem abandonadas, dado aos últimos acontecimentos.

Mas a destruição e incêndio de Atalaia e suas mortes não passariam despercebidas pelo Presidente da Província, Lucas Antonio Monteiro de Barros, ao que tratou de dar dura reprimenda ao Comandante da povoação, Antonio da Rocha Loures, através de ofício datado de 03 de agosto de 1825, lembrando que era dever deste manter na Vila e na aldeia a prática dos bons costumes, e que sobre o acontecimento na Aldeia da Atalaia no dia 26 de Abril no qual lhe tinha relatado as circunstâncias o vigário Francisco das chagas Lima e “de que foi causa primaria, a desobediência e repreensível procedimento dos Índios Aldeados, em irem procurar e ofender os que se acharão pacíficos em suas habitações.”<sup>328</sup> Com relação ao incêndio recomendava que a partir de agora se fizessem as casas cobertas com telhas e que, para isso, deveriam procurar um oleiro, para que as fabricasse, e quanto aos índios dizia, que deveria ter “sempre em vista empregar efetivamente os referidos Índios na agricultura e mais trabalhos da lavoura, ao mesmo tempo ir habilitando a alguns Índios Moços e que não tenham vícios para o Serviço Militar e empregos daquela natureza, *outros que forem mister para o futuro*”<sup>329</sup>. Lucas Monteiro de Barros ainda manda cuidar dos “*índios que restão*”<sup>330</sup>, provendo para isso, através da junta da fazenda, alguns cobertores, algumas peças de algodão, e uma quantia de 150 mil reis<sup>331</sup>, a esses “*índios que restão*” - ou seja, o que sobrou do aldeamento passa a compor um outro aldeamento junto à vila, como veremos em outros documentos.

---

degradados. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 34, ordem 987. APESP.

<sup>328</sup> Ofício do Presidente da Província, Lucas Antônio Monteiro de Barros, ao Capitão Mor Comandante da Expedição e povoamento dos campos de Guarapuava Antonio da Rocha Loures, 03 de Agosto de 1825. Série Manuscritos. Ofícios diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 230, pasta 1, documento 4, Ordem 1025, APESP.

<sup>329</sup> Idem.

<sup>330</sup> Ibidem

<sup>331</sup> Ibidem

Os acontecimentos do dia 26 de abril determinaram as mortes de muitos aldeados e o fim da estrutura de aldeamento que existia no monte Atalaia, e também a morte de seu Capitão Luiz Tigre Gacom. O ano de 1825 foi mais um ano de expansão das fronteiras dos campos de criar animais. No mês de maio, Antonio da Rocha Loures recebeu ordens do governo para retirar dos Campos do Pinhão povoadores e animais que para ali tinham se deslocado, sobre estas ordens assim se manifestou o Capitão:

Tenho presente o respeitavel officio de V. Ex<sup>a</sup> datado de 3 de agosto proximo passado, em cujo me determina a expulsar fora do campo do Pinhão os povoadores que ali se axão estabelecidos, como entrados intruzamente: más Ex<sup>mo</sup> Sr estes homens forão povoar aquelle Campo por se axarem com numeroza quantidade de animais, tanto vacum, como cavallarez, e não terem onde pudeçem abrigar-se; pois que estes campos já se axão prehenxidoz the o lugar intitulado Candõe, e ao fundo senão pode povoar, por ser lugar infestados dos Gentios Barbaros, e fica distante desta freguesia 10 legoas mais o menos: aquelle he mixto a este dividido tão somente por hum lageado com o titulo de Jordão distando desta freguesia 5 legoas: Eu alem das ordens que tenho para dar campos a todos os que extiverem na ordem de obter em cujas se me não excituouse campo algum, tenho muito presente a de 22 de agosto de 1818, em que me determina tenha sempre em vistas a que se fasa o maior numero de estabelecimento contíguos a estrada de Missoens; e asim tão bem a de 10 de dezembro de 1822, em cuidar primeiro no augmento da agricultura e todos os artigos que podem influir para a prosperidade da nossa povoação já conhecida, não excedendo as margens dos tres maiores rios que a limitão; pelo norte o Yvã cognominado do Peixe e Villa Real do Bananal; pelo sul o Iguasu, ou Covô; pelo occidente o Paranã e grão salto de Guara duas a sudoeste do rio Pequeri; alem disto aquelle Campo não tem habitação alguma de gentios barbaros sim tem servido the o presente de coito dos mesmos mansos quando desta aldeia fogem continuamente: estes são os motivos porque

facilitei aos dittos homens pudesem povoar, e cultivar; estou certo que quem emformou destes campos a V.Ex<sup>a</sup> e a sim de outros nao tem deles conhecimentos algum mais que por noticia [ ... ] Enmediatamente forão avizados os homens para retirarem seos animais do ditto campo do Pinhão.<sup>332</sup>

O Capitão responde que os campos foram invadidos com sua aquiescência, mas também por determinações que recebeu do governo da Província, ao longo dos anos em que estava no comando do povoamento, uma de 22 de agosto de 1818, em que se mandava povoar ao longo da estrada para Missões, e outra de 10 de dezembro de 1822, em que se autorizava expandir o povoamento e a agricultura obedecendo aos limites da povoação que englobava os três maiores rios de seu termo, O Ivaí, o Paraná e o Iguaçu (Covo). Dizia também o capitão que iria mandar que os donos tirassem seus animais do Campo do Pinhão, mas que em tais lugares nunca haviam habitados os índios bárbaros, e sim, serviam de esconderijo para os mansos que continuamente fugiam do aldeamento no povoado, e estes eram os motivos por que tinha facilitado aos ditos homens que pudessem povoar.

Podemos perceber que as questões de povoamento estão sempre imbricadas com a questão indígena e, em Guarapuava, a tal ponto que o Imperador iria solicitar ao Comando do povoamento que enviasse explicações sobre o andamento do processo de civilização dos índios e das causas que haviam baldado os esforços feitos com as despesas do erário público nesse intento, além de que se indicasse os terrenos próprios para o seu aldeamento, a fim de que se organizasse um plano de civilização dos índios pela Assembléia Geral Legislativa. Assim respondeu o Capitão em correspondência enviada ao Presidente da Província:

Cumprindo as soberanas ordens de sua Magestade Imperial que determina se ministrarem os esclarecimentos neçessarios a respeito da indule, costumes, e inclinacoens dos Indios como dos terrenos proprios para os seos aldeamentos , e

---

332 Correspondência do Capitão Comandante do povoado de Guarapuava Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província na Freguesia de Guarapuava, 16 de novembro de 1825. Seção Manuscritos, Officios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 41, ordem 987. APESP.

das causas que tem baldado todos os exforços feitos com avultadas despezas da fazenda publica para os civilizar em Guarapuava tudo a fim de organizar o plano de civilização dos Indios pela Acemleia Legislativa passo a dizer o seguinte:

Segundo os cohecimentos que tenho, e experiencia me tem mostrado os Indios do Brazil são commumente de hum genio feroz, vingativo, e dado a derramar sangue humano.

Seus costumes enquanto são selvagens, não são outros se não viverem da cassada, e de alguma pequena plantaço que fazem empregando o resto do tempo em bailarem entre mulheres, e muitas bebidas embriagantes inventadas por elles mesmos. Os de Guarapuava tem uma particularidade que por cauza das mesmas mulheres movem huns aos outros continuada guerra. Ainda depois que huma parte delles foi reduzida a civilização, e aldeada não tem deixado de seguir as suas propençoens antigas não avendo forças que possam vedar os seus bailes, nem o abuzo que fazem das mulheres querendo ter huma ou ter varias dellas, e matando-se huns aos outros as vezes sem outro motivo mais do tomarem a força os filhos ou mulheres alheias. Esta foi a cauza por que depois de tantos exforços e despezas só se tem domado em deze ceis annos de deligencia huma de tres partes do gentio que há neste campo de Guarapuava e seus recintos conhecidos. A despeza maior que fes o teouro publico nesta grande acção de conquistar o paiz de Guarapuava foi nos primeiros seis annos em quanto se supunha haver aqui força maior de gentio sendo intão necessario manter-se neste campo huma guarnição de quaze duzentos homens; porem no anno de 1816 conhecida que fosse a pouca força do gentio a guarnição se reduzio a trinta homens, e por tanto a despeza diminuhio concideravelmente, e assim se tem conservado ate o presente. Em vistir e ajudar o sustento aos Indios existentes, tem-se feito pela expedição alguma despeza acistindo-lhes com panos de algodao grosso para seus vestuarios, e para seus sustentos com a carne de vaca, sal, e ferramentas enquanto aos milhos, e fejoens elles

plântão para colher quanto lhes he necessario. O reverendo missionario o padre Francisco das Chagas Lima, e de presente vigario collado desta freguesia de Bellem que tem prezistido nesta expedição desde seu principio não limitou seu zello em catequizar os Indios, mais os tem favorecido no temporal muito, e ultimamente por doação de huma fazenda sua anexa as terras da Aldeia com gado suficiente para formar depois de alguns annos o patrimonio para sustentação, e manutenção da mesma aldeia o dito reverendo missionario, e vigario collado, e seu quadijutor desde o anno de 1820 recebe suas congruas pelo Erario Publicos, dizimos desta collonia daqui a quatro annos hão de suprir a congrua sustentação não só destes, porem de outros sacerdotes mais que bastante perzição tem esta conquista. Eu convenio no apparecer commun entre nos de que melhor terreno para aldeamento dos Indios selvagens que se reduzirem a civilização he o próprio lugar das suas antigas abitaçoens; porque deste modo se hirão elles domesticando sem maior exame seu, e gravame da fazenda publica, e as terras do Imperio sendo povoadas por elles mesmos.<sup>333</sup>

Antonio da Rocha Loures propõe para aldeamento o antigo lugar das habitações dos índios, a aldeia de Atalaia, antigo monte que já havia sido Fortim e que agora era ainda lugar das roças de milho e feijão e com uma pequena estrutura que pudesse apoiar o trabalho nessas roças. Ao fracasso do processo de civilização e cristianização dos índios, o Capitão não culpava nem o Missionário nem as autoridades locais, incluindo a si próprio. O Capitão culpava os próprios indígenas e suas rivalidades, em razão principal das mulheres que roubavam um grupo de outro, ou ainda pelos bailes e festas, onde se embriagavam com bebidas fabricadas por eles mesmos, ou das crianças que também costumavam roubar de grupos rivais entre si. Informa o Capitão que Francisco das Chagas Lima possui uma fazenda ao lado do aldeamento e que desde

---

<sup>333</sup> Correspondência do Capitão Mor Comandante do destacamento povoado de Guarapuava ao Presidente da Província na Freguesia de Nossa Senhora de Bellem nos Campos Guarapuava, 11 de janeiro de 1827. Seção Manuscritos, Officios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 52, ordem 987. APESP.



1820 recebe seus salários através do dízimo para a igreja, cobrado dos moradores. Ainda segundo o Capitão, o missionário dos índios, Francisco das Chagas Lima, doaria a fazenda com o seu gado para o sustento dos índios e que assim poderiam ir povoando eles mesmos as terras do Império.

Em relação às terras que o missionário habilmente logrou ao longo dos muitos anos de serviço à expedição e estrategicamente anexada à aldeia de Atalaia, onde sempre havia uma boa mão de obra para alguns serviços, mesmo que fossem para a obra da Igreja, não se tem notícia que tenham sido doadas aos índios em Guarapuava. Tudo indica que se tratava apenas de uma oferta de apoio ao aldeamento, que se justificava através de seu financiamento pelo governo da Província. Com relação ao gado, era oferecido o necessário para o custeio da alimentação, cujos gastos em geral eram ressarcidos pelo governo. Com relação à idéia do Capitão ao dizer *“porque deste modo se hirão elles domesticando sem maior exame seu, e gravame da fazenda publica, e as terras do Império sendo povoadas por elles mesmo,”* encerra todas as contradições deste mundo fronteiriço, que analiso num mundo de jogos múltiplos ligados aos processos de sobrevivência e ao mesmo tempo ascensão social, política e econômica. Fazer crescer a povoação significava crescer com ela. E domesticar e crescer, na prática, significava trazer para a vila, amansar ao trabalho e buscar o casamento de alguns índios com os mais pobres, e esses, em geral, vão povoar as piores terras, limpando o terreno para futuros criadores de gado. Significa dizer que existe o conflito, mas esse não existe sem outras formas, quer seja de paz, ou de aliança, ou de cotidianos vividos em comum. Não havia mundos isolados e herméticos, eram corpos sociais que interagiam de uma forma muito intensa. As determinações de um Plano para o aldeamento dos índios foi pauta também na Vila de Castro, e o Ouvidor José Correa Pacheco e Silva sobre esse assunto assim se pronunciou:

Cumprindo o que V.Ex<sup>a</sup> ordenou ao auvidor desta Comarca em Portaria de 27 de julho do anno próximo passado, afim de ministrar esclarecimentos, pelos quaes possa organizar-se hum plano geral de civilização e aldeamento dos indios, tenho a honra de transmittir as mãos de V. Ex<sup>a</sup> as incluzas respostas do Vigario e Comandante de Guarapuava, e da Comarca da Villa de Castro, parecendo-me dever acrescentar, que no sentir de algúas outras pessoas será meio o

mais poderoso para se conseguir tão importante objetivo e acabar-se de huma vez toda especie de hostilidade contra elles, e estabelecer-se hum principio de commercio, recebendo se em troca dos nossos gêneros, os que podem elles adquirir, como mel, cera, e pelles de animaes, afim de que cheguem a convencer-se da nossa boa fé, e amizade, procurando-se ao mesmo tempo introduzir-se para com elles as necessidades, e comodidades da vida.<sup>334</sup>

Aldear, e civilizar, e aldear significava o que? Esperar a apresentação voluntária dos povos originários entregando-se pacificamente às ações bem intencionadas de um governo que desejava estabelecer com esses povos um comércio pacífico? Não, essas no campo das ações eram uma falácia enorme. Aldear era um complexo jogo estabelecido desde a colônia, implicava suas bases em uma guerra justa que se aplicava aos tempos modernos. O conflito era a principal frente de atuação, a redução ao mundo civilizado permitia a guerra, mas envolvia em seu bojo outro aparato de situações que são intrínsecas ao processo da guerra. As redes de negociações, de convívio mútuo são parte de uma convivência territorial, cujas ações de busca de domínio e sobrevivência estavam colocadas no âmago desse processo.

Por outro lado, para os povos originários, os aldeamentos poderiam significar também possibilidades, e deles faziam uso buscando alimentos, ferramentas, roupas, e somado a isso, a possibilidade da fuga e de retornar se houvesse necessidade. Era comum que muitos grupos vivessem nesta condição, entrando e saindo do aldeamento. Mas isso não é regra, são aspectos concretos de mundos vivenciados. No caso em que analiso, os Kaingang mais que se utilizaram dessas estratégias, como procurei demonstrar até aqui e que, mais adiante, irei reiterar em outros momentos. Em muitos documentos é comum que as autoridades colocassem os negócios com os índios nesses termos, cessar as hostilidades e estabelecer um comércio. Ao que tudo indica esse comércio nunca existiu, ou se aconteceu, foi de forma muito incipiente.

---

334 Correspondência do Ouvidor Jose Correa Pacheco e Silva da Cidade de Curitiba ao Presidente da Província Visconde de Congonhas do Campo, 1º de março de 1827. Comunicando sobre o andamento de um plano geral para civilização e aldeamento dos índios e estabelecimento de um comércio com estes que passavam a fornecer mel, cera e peles de animais. Seção Manuscritos, Officios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 69, ordem 987. APESP.

Chamam a atenção os gêneros que os indígenas supostamente poderiam oferecer ao governo, como mel, cera e peles de animais. Não discutindo sobre se os povos originários produzem somente isso, ou muito mais, me apego a um dado comum à esta relação e outras que encontrei na documentação, as tais peles de animais, no sentido de perceber que não é destituída de uma certa probabilidade que essas populações se utilizassem dessas peles não só como cobertas para o frio, mas também em sua indumentária. Mas longe de alguma pretensão antropológica de análise da cultura material, aponto apenas como uma sugestão de tentar entender um pouco dos comportamentos dessas populações que analiso.

### **O Fim da Missão do Padre Chagas e a Saga de Vitorino Condá**

Vitorino Condá não viveu na aldeia de Atalaia, quando esteve sob o comando de Luis Tigre Gacom. Depois que já havia fugido do aldeamento em 1823, conforme demonstrei no capítulo 1, dela se manteve afastado, mas é muito provável que após a morte de Gacom no ataque a aldeia em 1825, deve ter retornado ao povoado e, em outubro de 1827, vai voltar a figurar na documentação, e já como uma liderança. Tal notícia advém de mais um acontecimento desastroso na pequena Guarapuava, o assassinato de três homens, um adolescente, e uma mulher, relatado pelo Cabo de Esquadra Elias de Araújo, que respondia interinamente pelo Destacamento:

Relação do dezastrazo successo, acontecido na freguesia de Bellem em Guarapuava entre os Indios aldeados e barbaros na noite de 8 de outubro de 1827.

Estando quatorze Indios da aldeia da Atalaia asalariados a trabalharem na rosa reiuna desta freguesia; e chegando ao mesmo tempo a freguesia, como costumavão de anno e meio a esta parte, os Indios Dorins ainda barbaros, em numero de vinte duas pessoas; a saber tres homens adultos, quatro rapazes menores de 14 annos, dous menores de 7 annos, quatro mulheres muito velhas, hua mais ja ansiona, cinco ainda novas, duas crianças fêmeas e huma ditta de dous para tres annos: estas vinte duas pessoas, por evitar a muita comunicação com os Indios aldeado, sabendose por experiensia que hera perigosa,

forão aquartelados em uma caza desta freguesia retirada das outras não mais do que quarenta pasos. Porem os Indios aldeados com sobrada malicia sederão de grande amizade com os bravos, repetindo vezitas sobre vezitas; e levando homens e mulheres a rossa reiuna onde estavam trabalhando. Tendo se pasado nao mais do que seis dias nesta fengida paz, ultimamente no dia 8 do corrente mes de outubro deste presente anno 1827, pelas honze oras da noite, vierão subretisamente pelos contornos desta freguesia sertos facciosos, que diregindose a caza em que estão apresentados os Indios bravos e intrando nela, depois de averem posto de parte as mulheres, sassinarão a golpes de fouçes e facadas, os tres homens adultos, e hu rapaz menor de 14 annos; hua mulher que veio a sair pela porta, já ansiona hasi mesmo a matarão com duas facadas, fazendo-a cahir no mesmo lugar.<sup>335</sup>

Estão desenhadas nesta cena duas populações indígenas, uma de índios aldeados, Camés e Votorons, a outra formada por índios Dorins, que costumavam também aproximar-se do povoado de Guarapuava, principalmente depois do ataque à aldeia de Atalaia, onde saíram vitoriosos ao derrotar Luis Tigre Gacom. Os Camés e Votorons continuam na Aldeia de Atalaia, abarracados, e quatorze deles, segundo o cabo Elias, estavam recebendo salários para trabalhar na roça reúna da Freguesia. Os Dorins chegaram ao povoado em numero de 22 pessoas, apenas com três homens adultos, quatro de quatorze anos e dois de sete anos, e treze mulheres, entre elas uma já anciã e três menores. Os Dorins foram alojados em um barracão longe das outras casas, como medida de segurança, para evitar o contato com os aldeados. Vitorino Condá estava entre as 14 pessoas que trabalhavam na roça reúna, e contrariando as expectativas do Cabo Elias aproximaram-se dos Dorins em sinal de amizade e várias vezes juntos foram até o lugar onde trabalhavam no plantio de milho e feijão ao lado da aldeia de Atalaia. Depois de seis dias de um relacionamento pacifico, na noite do dia 08 de outubro de

---

<sup>335</sup> Em 15 de Outubro de 1827. Parte que deu o Cabo de Esquadra Elias de Araujo quando comandava interinamente Guarapuava, dos acontecimentos que resultaram no assassinato de vários índios em 08 de outubro de 1827. Relação do dezastrazo successo, acontecido na freguesia de Bellem em Guarapuava entre os Indios aldeados e barbaros na noite de 8 de outubro de 1827. Seção Manuscritos, Offícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 79, ordem 987. APESP.

1827, onze dos quatorze que trabalhavam nas roças, com as foices e facas de seu trabalho, furtivamente se aproximaram da casa onde estavam os Dorins e promoveram o assassinato dos três homens adultos, de uma anciã e um rapaz menor de quatorze anos, colocando de parte as mulheres, a anciã foi morta quando tentava a fuga. Dos três que não foram para o ataque aos Dorins, um deles era Vitorino Condá que, de certa forma, já exercia alguma liderança sobre os demais. Mas voltemos ao texto do Cabo Elias de Araújo, que assim segue:

Os facciosos logo que cometerao este delito fugirão, as mulheres que virão este espetáculo sem puderem falar nem gritar supprimidas pelos matadores, depois de se restabelecerem do susto, em tão He que vierão dar parte do acontecimento em caza do reverendissimo vigario.

O Capitão Comandante Antonio da Rocha Loures no mesmo dia tinha partido para a Villa de Coritiba em deligencia de trazer um sacerdote para confesar ao mesmo reverendissimo vigario que se axava muito emfermo. O que não obstante fes logo avizo a guarda, com qual prestesmente correo a caza do suseso: Baptizou a hum moribundo, que ainda respirava e gemia, o mesmo fez a outros quatro debaixo da condisão Sivivis mais estas não mostrarão jamais algum sinal de vida. Puzerãoçe os corpos mortos em cautela debaixo de guarda: no dia seguinte se derão as sepulturas Servatis Servandis.<sup>336</sup>

O Cabo Elias comandava o povoado na ausência do Capitão Antonio da Rocha Loures, que havia partido para Curitiba, atrás de um sacerdote para confessar o missionário Francisco das Chagas Lima, que se encontrava muito doente. O Capelão da Real Expedição, apesar de seu estado de saúde, não mediu esforços para ir até o local dos assassinatos, assim que foi avisado pelas mulheres que foram poupadas no ataque, e só depois que deixou a guarda do povoado em alerta. O Padre Chagas deu a extrema unção a um moribundo e aos outros, mesmo que já estivessem mortos, separaram os corpos sob vigilância para que não fossem motivos de novos ataques pelos índios aldeados, para que no dia seguinte fossem feitos os sepultamentos, e tomadas as

---

<sup>336</sup> Idem.

inquirições dos fatos. As providências do dia seguinte ao assalto vão sendo tomadas. O Cabo de Esquadra Elias de Araújo determina a retirada dos índios que estavam trabalhando nas roças, do Diretor do Aldeamento, da guarnição e dos índios que estavam na aldeia de Atalaia, e que retornassem todos para a Freguesia de Guarapuava. Entre os que estavam na roça e não participaram do assalto, estavam Vitorino Condá, Manoel Sotain e Xocang com suas mulheres, e informaram ao Cabo Elias que os outros que estavam no trabalho da roça haviam fugido na noite do assalto “*levando cada hum deles as suas fouces com que trabalhavão*”.<sup>337</sup> Os nomes das pessoas que haviam fugido com as foices foram classificados em grupos e assim relacionadas pelo Comandante Elias de Araújo:

Do Ramxo dos Votorons  
Daniel Morem, viúvo  
Teles Vengrem, cazado  
Diogo Xope, cazado  
Veri seo irmão, solteiro ainda pagão  
Capra, outro irmão menor de 14 annos  
ainda pagão  
Manoel Coquinban e outro irmão menor  
de 4 annos  
Agostinho Sahain, cazado

Do Ramxo dos Came's  
Casemiro Hereficé, cazado  
Bruno Ningrem, por alcunha leitinho,  
cazado  
Henriques Futuim, cazado  
Hermenegildo Bronguia por alcunha  
Ferrerinho, cazado<sup>338</sup>

Não se pode dizer se os *Ramxos* a que se refere o Cabo Elias de Araújo seriam os Clãs, ou se estava se referindo aos ranchos, os barracões onde estavam alojados, mas, de qualquer forma, havia uma divisão clara entre uma maioria Votoron e uma minoria Camé, levando-se em conta que Vitorino Condá, Manoel Sotain e Xocang também eram Votorons. Mas para meu estudo interessa dizer que, de acordo com as informações do Cabo Elias de Araújo, o assalto muito provavelmente

---

<sup>337</sup> Ibidem.

<sup>338</sup> Ibidem.

teria sido realizado por estes índios anteriormente descritos, conforme escreveu:

De onde logo sérvio, que estes onze Indios forao os que cometerão o insulto sobre os bravos nesta freguesia o que melhormente se certificou por que os tres Indios que ficarão na Rosa darão parte ao cabo de serviso do mesmo delito que têmão vindo fazer aqueles onze Indios mais despois deles terem vindo, por cuja cauza os referidos tres Indios Vitorino, Manoel e Xocang ficão prezos como cúmplices, se he que Vitorino Conda não foi o principal motor desta dezordem quanto aos onze faccizos, que fugirão, fizerãoçe perseguir por huma escolta de dez homens e hum cabo da deligencia com ordem para os prender, mas andando esta fora quatro dias em busca delles não os puderão axar: suas mulheres que se recolherã, ou da rosa onde têmão ficado, ou da aldeia cuja gente veio no mesmo dia 09 de outubro; ainda estão exestindo nesta freguesia a excepsão de huma, que fugio depois de aqui chegar: e assim mesmo aqui se axão as tres mulheres dos indios prezos.<sup>339</sup>

As intervenções do Cabo Elias foram pontuais, mandou dar perseguição aos onze índios fugitivos com uma diligência composta por uma escolta de dez homens comandados por um cabo, e que depois de quatro dias de busca nada puderam achar, e mandou prender os três índios que estavam nas roças, entre eles Vitorio Condá, a quem o Cabo de esquadra acusava de ser o principal articulador do assalto, dado a sua condição de liderança. Informava ainda que todas as mulheres dos índios que fugiram e dos que estavam presos encontravam-se na Freguesia, com exceção de uma que se evadira assim que chegou ao povoado. Com relação aos Dorins, sobreviventes ao assalto e que permaneciam na Freguesia, assim nos contou o Cabo Elias de Araújo, Comandante Interino em Guarapuava:

Voltando agora aos indios e indias bravas estes se recolherão em caza do Reverendo Vigario em numero de dezecete pessoas, as quais tem elle

---

<sup>339</sup> Ibidem.

tratado com sua costumada caridade. Logo no dia 09 de outubro baptizou solenemente as quatro indias velhas, dous meninos menores de sete annos e huma menina de tenra hidade por que outras duas da mesma tenra hidade já tinham sido baptizadas em outras ocazioens.

Tal hea relação dos aconteçimentos que hoverao nesta freguesia de Belem em Guarapuava, a the o dia 14 de outubro: pela logo ao feixar dela vierão as suas circumvizinhanças os facciosos; e levarão ocultamente a maior parte das suas mulheres, e comcubinas, envolvendo na mesma fuga quatro cazais de Indios innocentes no prezaente delito de sorte que fugirão entre indios e indias 29 pesoas.

Por este modo fica esta povoação ameasada de dous trabalhos não pequenos: o primeiro proveniente dos indios mansos que podem chegar ao eseso de voltarem a esta freguezia com imtensoens de matarem as mulheres e meninos que aqui restão dos indios bravos; e a segunda proveniente dos mesmos indios bravos que sabendo do insulto commetido pelos mansos, não deisearão devir sobre elles: se bem que disso sabendo em verdade que nos em nada comcoremos para aquele insulto; mais antes tratamos de castigar os culpados não hade permitir que elles nos percão o respeito, que os dittos sempre guardarão por nos, depois que os indios de Guarapuava, fizerão paz com a expedição mor em 1809, no anno 1812.

Freguesia de Belem nos campos de Guarapuava em 15 de outubro de 1827.

Elias de Araujo.

Cabo e Comandante interino de Guarapuava<sup>340</sup>

O Reverendo e Missionário Francisco das Chagas Lima continuava prestando seus serviços religiosos. Ainda doente, o Padre Chagas batizou quatro índias de mais idade, dos meninos menores de sete, e uma menina de tenra idade, pertencentes ao grupo de Dorins que

---

<sup>340</sup> Ibidem.



estavam na freguesia. De forma caridosa, o Missionário alojou em parte de sua casa os Dorins remanescentes. No dia 14 de Outubro, os Índios Camés e Votorons que haviam fugido ocultamente levaram consigo suas mulheres e concubinas, e mais quatro casais que resolveram ir juntos, totalizando um total de vinte e nove pessoas que se evadiram da Freguesia. O Comandante Interino do Povoado temia os ataques indígenas, ou dos índios Dorins para revidar o ataque sofrido, ou dos índios mansos que poderia voltar à freguesia para assassinar as mulheres e crianças Dorins que ficaram no povoado. Com relação a este último temor, me parece totalmente despropositado, até porque se esse fosse o objetivo dos índios de Vitorino Condá assim já o teriam feito no assalto na noite do dia 08 de outubro; quando o que se viu foi exatamente o contrário: pouparam as vidas de mulheres e crianças, com exceção a uma que tentou a fuga. De todos os documentos que estudei, em nenhum momento esse tipo de guerra encontrei ao lado dos índios, a tal guerra total e de extermínio, em geral, sempre foi levada a cabo pelas forças invasoras e ocupacionistas luso-brasileiras que não perdoavam os inocentes, às vezes mesmo em guerra defensiva, mas como já expliquei essa forma de fazer a guerra estava consubstanciada na “moderna guerra justa”.

O Vigário Colado, Pároco, Capelão, Reverendo e Missionário dos Índios Francisco das Chagas Lima continuava doente e o Capitão Antonio da Rocha Loures que estava em Castro, ao receber a notícia dos acontecimentos em Guarapuava tratou de enviar correspondência ao Presidente da Província também sobre o acontecido e que ia tomar as providencias necessárias, e que estava seguindo para a freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava, e levava consigo para a expedição o Reverendo Antonio Pompeu Paes de Camargo para confessar o Missionário Chagas que se encontrava muito enfermo.<sup>341</sup>

No ano seguinte de 1828, a mando do Presidente da Província, parte significativa dos índios aldeados em Guarapuava é mandada para trabalhar nas lavouras em São Paulo, e Vitorino Condá fora conduzido como prisioneiro. Destes, muitos iriam fugir e reaparecer dois anos depois em Guarapuava com sua família e seu grupo (é provável que entre estes estivesse Vitorino Condá). Em verdade, esta história sobrevém das informações singulares de um soldado do destacamento,

---

<sup>341</sup> Correspondência do Cap. Mor Antonio da Rocha Loures ao Vice-Presidente da Província Luis Antonio Neves de Carvalho, na Villa de Castro em 6 de novembro de 1827. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 80, ordem 987. APESP.

de nome Francisco Manoel de Assis França que, em carta à sua mãe que estava em Curitiba, conta que os índios andavam fazendo seguidos ataques à Vila e que num lugar onde as casas, em sua maioria, eram cobertas com palha à moda indígena, um dos poucos lugares para se dormir mais tranqüilo e longe dos incêndios era o armazém, por ser um dos lugares raros que estavam cobertos com telha e tinham paredes de pedra. O soldado, como fiel do almoxarife e escrivão, ainda tinha a possibilidade de levar sua cama para onde trabalhava, e com mais segurança no caso da chegada das flechas incendiárias. O soldado França que ali tinha acabado de chegar de Curitiba, à convite do Comandante da Expedição Antonio da Rocha Loures, para ser o escrivão e fiel do almoxarife, ou seja, o que controla o armazém onde estão os víveres para o sustento da população, foi chamado em Curitiba por saber ler e escrever, coisa muito rara naquelas paragens e naqueles tempos.<sup>342</sup> Ainda na carta à mãe, nos conta que foram atacados por cinco índios, mas que pegaram três, chumbearam os outros e apenas duas pessoas da vila ficaram feridas por flecha. Afirmou que estes ataques eram uma forma de vingança dos índios bravos que estavam no mato, por conta da ordem do Presidente da Província, para que o Capitão Mor da Expedição mandasse grande parte dos índios do aldeamento para as lavouras em São Paulo. Os índios partiram no mês de maio de 1828, em número acima de 60, e que, segundo sua visão: *“sahirão pareceu-me hua purçicóm e tomaria eu fosse hindo todos os mais brabos que se vai pegando”*.<sup>343</sup>

Esta procissão de índios, da qual o escrivão expressa o seu desejo de possuir alguns deles, foi muito provavelmente a mesma que o Cabo de Esquadra Elias de Araújo, em junho de 1828, conduziu ao passar pela Vila de Itapetininga, onde tomou 4\$320 (quatro mil trezentos e vinte)

---

<sup>342</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província, 10 de Abril de 1830. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 6, ordem 1025. APESP. Neste ofício além de outros assuntos atinentes a Expedição, o Capitão Antonio da Rocha Loures pede aumento do soldo que vencia o soldado Francisco Manoel de Assis França *“tem servido aperto de tres annos com olimitado soldo de quatro mil reis mençal que hé muito pouco não corresponde aoseu trabalho porque temsido exacto nas suas obrigaçoens tem servido de fiel de armazem e escrivam e em varias deligencias do mesmo serviço para odito continuar sendo vossa excelencia servido acrescentarlhe o soldo correspondente ao trabalho que tem.”* Em 1833, na prestação de contas, o fiel do almoxarife, o soldado França, já percebia 10.000 réis mensais.

<sup>343</sup> Cf. Carta de Francisco Manoel de Assis França, soldado do destacamento de Guarapuava e sob as ordens do Capitão Mor Antonio da Rocha Loures, à sua mãe que estava em Curitiba, datado de 10 de junho de 1828. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Etnoográfico Paranaense*, vol. V, ano 1981, fascículos 3-4, p. 69-71. Francisco Manoel de Assis França, anos mais tarde, vai ser eleito Juiz de Paz em Guarapuava.

réis emprestados junto ao Sargento Mor da Cia. de Ordenanças daquela Vila para seguir viagem até a capital.<sup>344</sup> Muitos destes índios que foram conduzidos para trabalhar nas fazendas de São Paulo conseguiram fugir e, entre eles, Vitorino Condá. Não se pode afirmar se Vitorino Condá esteve à frente de vários acontecimentos que eram chamados de correrias ao final do ano de 1828, mas se pode afirmar sem dúvida que a partir de sua fuga da Capital São Paulo tem-se início uma fase em que Condá vai passar a figurar como o principal comandante Kaingang nos campos e matas de Guarapuava. Em outubro de 1828, o capitão Antônio da Rocha Loures volta a informar sobre as fugas de índios e também de degredados em Guarapuava, além da ida do Padre Francisco das Chagas Lima para Curitiba.

Dou parte a V.Ex<sup>a</sup> que os indios que se achavão nesta Expedição Mor no dia 8 de outubro deste corrente anno, fugirão em numero de 59 honde forão 7 homens indios hunicos que aqui exitião mais forão mulheres e crianças, the o prezente não se sabe noticia delles, neste numero tão bem foi o tambor hunico que aqui se achava. Agora prezentemente achão-se nesta freguesia 78 indios esto hé mulheres e crianças, este hé o continuado costume delles por que em chegando o tempo da factura das rossas fogem depois voltão somente para estruhir o feito, eu já não me atrevo mais com esta qualidade de gente.

Tao bem no dia 5 do corrente dezertarão dous degredados que vierão para esta Expedição Mor cumprir seus degredos, são Joaquim Lemes Dias, e Timoteo Domingos levarão robado hua reuna desta expedição Mor com oito cartuxos, eu officiei aos comandantes dos campos gerais para fazerem deligencia forte sobre estes individuos the o prezente não tenho tido sollução V. Ex<sup>a</sup> seja servido nao mandar mais degredados para este lugar, por que eu me acho com muito poucos soldados não há força para ter prezos aqui.

---

<sup>344</sup> Ofício do Sargento Mor Comandante das Ordenanças de Itapetininga, Domingos Afonso Rosa, ao Presidente da Província, 13 de fevereiro de 1829. Comunicando o pagamento e recebimento de gastos com a condução de índios de Guarapuava para São Paulo. Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-29), Caixa 259, Pasta 1, Documento 93, Ordem 1054. APESP.

O Reverendo Vigário desta Freguesia Francisco das Chagas Lima não tem melhorado de suas molestias, nesta occasião segue para essa cidade. V. Ex<sup>a</sup> seja servido mandar outro sacerdote, que ficamos ao dezamparo sobre os sacramentos.<sup>345</sup>

Mais uma vez, a fuga. Segundo as fontes indicadas até aqui, e de acordo com o Comandante do povoado de Guarapuava, os índios costumavam fugir no tempo do plantio do milho e do feijão e retornavam na época de sua colheita, no início do inverno, ou de forma simplificada fugiam no verão, tempo de caça, pescaria, e correrias e retornavam no inverno, junto ao povoado onde suas condições de sobrevivência se ampliavam. Mas ao que parecem, as fugas tinham uma relação sim com a estação do ano, porém não determinante, já que no caso em questão, por exemplo, mais da metade da população indígena permanece em Guarapuava, e isso foi uma constante em todas as fugas, havia uma parcela significativa de pessoas que permaneciam na Expedição. O Capitão, além de acrescentar que fugiu também o índio que aprendera a tocar o tambor, ficando a expedição sem essa especialização, relata a fuga, em 05 de outubro, dos degredados Joaquim Lemes Dias e Timóteo Domingos, que roubaram, na fuga, uma pistola reúna e oito cartuchos e, diante disto, Antonio da Rocha Loures aproveita para dizer que tem poucos soldados, e não tem condições a freguesia de continuar funcionando como presídio, e para esse fim, o governo deveria não mais encaminhar degredados para o povoado.

Nessa citação, está declarado o fim de uma época, a do missionário Francisco das Chagas Lima nos Campos de Guarapuava. Ao final de 1828, já aos setenta anos de idade, enfermo e cansado de tantas guerras e fronteiras, o Padre retornaria para sua cidade natal, Curitiba, onde viria a falecer em 1832. Com a saída do Missionário, as terras da aldeia passaram a ser ocupadas pela ambição dos estancieiros capitaneados por Antonio da Rocha Loures.

Embora 1828 tenha marcado o fim da missão do padre Chagas, assinala o início de uma saga, a de Vitorino Condá. Visto pela historiografia como um bugreiro colaboracionista dos não índios, um

---

<sup>345</sup> Correspondência do Cap.<sup>m</sup> Cmd<sup>c</sup> de Guarapuava ao Presidente da Província, em Guarapuava, 27 de outubro de 1828. Comunicação da fuga de 59 índios e dois degredados, e da enfermidade do padre Francisco de Chagas Lima e sua ida em definitivo para Curitiba. Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31), caixa 192, pasta 1, documento 92, ordem 987. APESP.

traidor dos índios, e, como tal, um personagem histórico de menor valor, negativado pela interpretação histórica e principalmente pela história indígena, é revelado aqui - não por mim, mas pelas fontes históricas até sua morte no ano de 1870, já em tempos da existência da Província do Paraná - como a liderança indígena de maior atuação territorial e temporal no Brasil meridional do século dezanove, história essa que adiante vou descortinar.

### **Índios Mansos e Índios bravos e a Expedição de Guarapuava**

Dois anos depois, em 1830, os índios rondavam as casas em Guarapuava, e a ausência de um Tambor no destacamento era reclamada pelo comandante que, junto com o soldado corneteiro, eram homens importantes nos sistemas de defesa do povoamento, anunciavam o alerta e intimidavam os indígenas que associavam o som desses instrumentos com o surgimento do inimigo armado com espingardas, pólvora, balas e canhões. Além disto, o tambor também era utilizado para marcar o ritmo do trabalho na lavoura pelos índios cativos<sup>346</sup>. Em Guarapuava não existia o Corneteiro, e agora o destacamento de Guarapuava ficaria sem o Tambor, já que o seu tambor Joaquim de Mattos tinha chegado em 10 de dezembro de 1829, e faleceu em 1830, e, segundo o comandante, *“este lugar não pode estar sem elle porque He huma paragem perigoza por modo dos Indios, sendo necesario como sempre aconteça os Indios andarem rondando as cazas de noite, He preciso tocar para a sustar a elles”*, e terminava rogando e implorando ao Presidente que mandasse outro.<sup>347</sup>

Em 10 de abril de 1830, Antonio da Rocha Loures escrevia dizendo que tinha recebido o ofício de 19 de janeiro em resposta a outro que remeteu a 5 de abril do ano passado *“sobre a compra de novilhas e eguas para formar hua fazenda no campo que foi reservado para os*

---

<sup>346</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo em 07 de Abril de 1833. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 22, ordem 1025. APESP.

<sup>347</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província, 21 de Janeiro de 1830. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, Pasta 1, documento 5, ordem 1025. APESP.

*Índios. He muito útil para assim evitar maior despesa para sustentação evistuario dos mesmos Índios”*.<sup>348</sup>

O campo reservado para os índios foi a Sesmaria doada pelo Rei Dom João em 1818, e que agora passava a ser campo de criação de vacas e éguas, com aquiescência do Presidente da Província. Não só com aquiescência, mas também com recursos da Junta da Fazenda, que era quem controlava o erário publico, através de seus coletores e inspetores. Com isto, os povoadores vão estender seus campos de criação em direção às terras reservadas para os indígenas, e um dos pretextos, por ironia, era que com isso ainda se economiza no sustento e na vestimenta dos índios aldeados. Anos mais tarde, esse terreno vai ser ocupado com várias construções e vai ser vendido para segundos e, às vezes, terceiros donos, o que acabaria em uma contenda na justiça local, por determinação do então Juiz de Paz Antônio de Sá e Camargo, e que segundo os estudos do historiador e antropólogo Lucio Tadeu Mota, mais adiantado o século, vai ser motivo de luta por parte dos índios aldeados sob o comando de Francisco Tigre Gacom, filho de Luiz Tigre Gacom, luta essa que acabaria pela demarcação da terra indígena de Marrecas.<sup>349</sup>

Das muitas lutas que faziam as populações indígenas, as escaramuças não eram apenas dentro das matas, mas também em suas bordas, onde vivia a população pobre. O texto, a seguir, em 1830, nos traz detalhes de embates nesses lugares:

Dou parte a V. Ex, que no dia 12 do corrente foi assassinada huma índia, de nome Gertrudes Minga, casada com hum Portugues, cujo assassino foi feito pelos outros Indios estando está no Monjolo, Não se conhece se estes Indios que fizerão este delito serão dos brabos ou manços, e no dia 19 deste mesmo corrente mês sahirão sinco Indios, estes mansos huns dos que vierão fugidos dessa cidade, e outros que se auzentarão deste abarracamento a dous annos mais ou menos, pellas três horas da tarde chegarão os ditos índios em huma fazenda de Anna Maria

---

<sup>348</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província, 10 de Abril de 1830. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 6, ordem 1025. APESP

<sup>349</sup> Sobre isto ver MOTA, Lúcio Tadeu. “O processo de desterritorialização dos índios Kaingang nos Koron-Bang-rê”. In MOTTA, Márcia; OLINTO Beatriz e OLIVEIRA, Oséias (orgs.). *História Agrária: Propriedade e conflito*. Guarapuava: UNICENTRO, 2009, p. 159-182.

de Jesus em distancia desta Freguesia três legoas, muito alegres, pedindo que comer que vinhao conforme dizendo que se vinhao apresentar nesta freguesia, em certa occaziao achavao-se em casa três homens duas mulheres, mas muito armados porem pelo costume que setem de agradar eelles logo cuidarão em aprontar decomer para os dittos, mas como elles vinhao segundo mostra com huma fingida Pás arremesarão lhe a meza Os homens desaprecartados avançarão em hum tempo sobre os homens, dous de lança, hum de faca, e dous de porretes foi logo assassinado por elles hum dos homens de nome José Francisco Ferreira, outro levou huma lançada em hum braço, e outro peleou muito forte apontos que tomou a faca da mão do índio, e assim o matou odito índio, e ahi pegou em huma espingarda atirou hum dos outros com esto elles correrão, levando duas espingardas dous ponchos muita ropa que alli estava. Nos vivemos atreis annos aesta parte roudado de Indios Mormente no tempo de sitrabalharnas rossas, porem este anno estamos citiado por todos os lados em qualquer parte que se vai vece, ou Indios, ou vestígio, ebombearam esta freguesia e moradores que estão por fora, eu ainda estou com a rossa numa ametade por colher e rossa porfazer por causa delles, e assim estão os povoadores pellas emboscadas continuadas que elles tem feito. Nesta occazião officio ao Comandante da Villa de Castro para socorrer comgente afim de sepoder colher e fazer rossa [...] <sup>350</sup>

Desse relato se desprende um pouco a vida social de homens e mulheres no povoado da expedição militar de Guarapuava, o que se percebe são, em um primeiro plano, as intenções e origens dessas patrulhas: no caso do assassinato da índia Gertrudes Minga, quando estava no monjolo <sup>351</sup>, a mesma era casada com um português, o que muda também seu status social para o grupo indígena que está na mata

<sup>350</sup> Ofício Do comandante de Guarapuava Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo, 26 de abr de 1830. Série Manuscritos. Ofícios diversos de Guarapuava (1824-1853). Cx 230, pasta 1, documento 7, ordem 1025. APESP.

<sup>351</sup> O Monjolo era um instrumento mecânico, que funcionando como um grande pilão facilitava a moagem de vários grãos, como o milho, para fazer a farinha. Sobre isto ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das letras, 2008, p. 190.

e, nesse sentido, não a diferencia dos demais povoadores; quando da ação na casa de Ana Maria de Jesus, se sabe que são todos *mansos*, ou seja, já teriam sido domesticados pelos aldeamentos e povoados, mas ao atacar as vilas e povoados, adquirem o status de índios *bravos*, e inimigos da colonização<sup>352</sup>. Eram índios fugitivos, cerca de três deles teriam fugido do *abarracamento*<sup>353</sup> de Guarapuava, em 1828, e outros dois vindos fugidos de São Paulo. O que se percebe é que existe, em Guarapuava e em suas matas, uma forte presença indígena com grande mobilidade, inclusive a fuga dos abarracamentos, mudando sua condição dada pelo invasor de manso para bravo, e o seu retorno, às vezes motivado pela fome e o frio, retornando a condição de manso, e às vezes de cativo. Estas condições indicavam algumas das práticas sociais desse mundo fronteiro.

Em um segundo plano, percebe-se que a freguesia e o povoado, ainda em constituição, e entendido ainda por esses anos como uma Expedição Militar, comandada por um Capitão Mor, vivem às voltas com as patrulhas de incursão indígena que, repetidas vezes, como se percebe na documentação e testemunhos históricos, segue o mesmo *modus operandi*: invasão das propriedades mais isoladas e próximas à mata. Ana Maria de Jesus era proprietária de uma dessas terras e, por temor dos índios e bichos como o jaguar, estava constantemente bem armada. Mas aqui os indígenas entraram a convite dos moradores da casa e, utilizando da surpresa, buscaram a melhor forma de cumprir a missão de conseguir comida, roupas e armas. Os índios, no caso de vitória total, tiram o que querem e fogem e, no caso de resistência, como anteriormente citado, tiram o que podem e fogem. Como se vê, a fuga, para quem vive em constante desvantagem - que é o caso nas populações indígenas cada vez mais apertadas de todos os lados - é uma das estratégias de sobrevivência e manutenção do grupo. Saber lutar pelo que necessitam e saber fugir, utilizando a mata como escudo, esta era uma das estratégias utilizadas dentro das técnicas de patrulhas de incursão indígena. Normalmente levavam consigo comida, armas,

---

<sup>352</sup> Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 136.

<sup>353</sup> O abarracamento é a forma de designar o lugar do povoado, ainda sujeito a condição de expedição militar, é a condição próxima a idéia de acampamento militar. Em Guarapuava, nesse momento em 1830, o povoado já conta com cerca de 400 pessoas. O abarracamento acaba por compor todo o conjunto de casas do povoado, como casa dos índios, armazém do almoxarife, destacamento da expedição, etc., na época essas casas deveriam estar em torno de umas 20. As outras 70 casas da freguesia estavam nas fazendas, no rocio da freguesia e nas glebas de terra concedida aos pobres.



roupas e ferramentas, ou seja, itens necessários para as novas condições impostas pelo influxo colonial: comida para matar a fome imediata do grupo que ficava na mata à espera da volta das patrulhas de incursão; roupas para poder vencer o frio do inverno que se aproximava; armas para defesa e ataque, quando fossem necessários; e ferramentas para facilitar a construção de abrigos, para confecção de lanças e flechas, e o trabalho nas roças.

Luisa Tombini Wittmann, em seu estudo sobre os Xokleng em Santa Catarina, durante a segunda metade do século XIX, analisando a documentação do período, no que a autora chama de “*o desejado ferro*”<sup>354</sup>, aponta as incursões indígenas aos ranchos e barracos de imigrantes alemães que se instalavam próximo às matas e, conseqüentemente, aos Xokleng, principalmente motivadas por esse desejo, essa vontade de possuir o ferro das populações que invadiam seus territórios, metal esse que principalmente serviria para a confecção das pontas de flechas e lanças, além de outras utilizações.

Wittmann se ancora, dentre outros autores, no antropólogo Sílvio Coelho dos Santos que, em seu estudo sobre os Xokleng, dizia que “*Eles adaptaram suas armas tradicionais, a lança e a flecha. Substituíram suas frágeis panelas de barro cozido pelas resistentes panelas de ferro. aprenderam a usar facas e machados, em substituição às lascas de taquara e lâminas de pedra.*”<sup>355</sup> Concordamos com Sílvio Coelho dos Santos, que vai além deste desejo de obter o ferro sublinhado por Luisa Tombini Wittmann, já que deixa evidente com suas próprias palavras: “*Não há dúvidas que a fome levou os Xokleng, a depredar a propriedade do civilizado.*”<sup>356</sup> E acrescentamos que as motivações para o ataque às populações invasoras são várias, desde a estratégia de atacar para se defender, de buscar alimentos quando apertados pela fome, de possuir as armas dos invasores, como as espingardas, ou privar o inimigo de suas armas e suas ferramentas de invasão e ocupação, ou ainda, entre outras possibilidades, buscar tecidos para se proteger do frio. Quanto ao que buscar ou carregar consigo, estará ligado muito mais ao tempo que a patrulha indígena vai ter para transportar os produtos do ataque, ao perigo que envolve se demorar em

---

<sup>354</sup> WITTMANN, Luisa Tombini. *Atos do Contato: Histórias do povo indígena Xokleng no vale do Itajaí. (1850-1926)*. Dissertação de Mestrado, fevereiro de 2005, Campinas, UNICAMP, p. 15-25.

<sup>355</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Editora Edeme, 1973, p. 100, apud WITTMANN, Luisa T. Op. Cit.

<sup>356</sup> SANTOS, Sílvio Coelho. Op. Cit., p. 100.

campo inimigo, dentro do contexto histórico que envolve os contatos entre indígenas e não indígenas.

Para exemplificar tal entendimento vamos partir das reflexões sobre a incursão realizada por um grupo Xokleng em Itajaí em 1855. Mesmo considerando a dimensão de que Xokleng e Kaingang são povos indígenas com suas peculiaridades, é preciso considerar que não são completamente distintos, já que são remanescentes de um mesmo povo originário – os Guaianás. Assim, esse caso do ataque Xokleng aos imigrantes alemães em Santa Catarina, é representativo para elucidarmos algumas questões, já que o tal caso apresenta uma inédita relação de objetos capturados pelos indígenas. O ocorrido advém de um comunicado ao Presidente da Província de Santa Catarina, João Jose Coutinho, em 22 de Dezembro de 1855, por Henrique Etur comandante da Força de Pedestres do Itajaí<sup>357</sup>, assim chamados a tropa de homens que tinha por responsabilidade percorrer as matas e realizar os trabalhos de intervenção em caso de ataques ou das chamadas correrias dos índios. A comunicação relata o ataque dos Xokleng à casa de um imigrante alemão que estava vivendo em uma região de mata nas margens do “*Itajaí Mirim, no lugar denominado Pedras Brancas onde os Bugres matarão dois homens e feriram o dono do estabelecimento*”.<sup>358</sup> Em anexo, Henrique Etur encaminha uma relação dos objetos retirados pelos indígenas na casa do imigrante que havia sido ferido, relação que podemos ver no Quadro 1, inclusive com os valores e o montante das perdas :

Quadro 1 : Relação dos objetos roubados pelos indígenas no estabelecimento na localidade de Pedras Brancas, no Itajahi Mirin, comunicado ao Cmt da Força de Pedestres Henrique Etur em 22 de dezembro de 1855.

5 espingardas: 3 com dois e 2 com hum canno.....	78\$000rs
5 machadas inglesas à 4\$ rs e 5 ditas da terra à 2\$ rs.....	30\$000rs
12 pás 5 inglesas à 3 \$ rs e 7 da terra à 2\$ rs.....	29\$000rs
8 enxadas da terra à 800 rs.....	6\$400rs
1 enxada inglesa para quebrar as pedras.....	3\$000rs
4 serras: terra à 2\$500 rs.....	10\$000rs
Instrumentos de marcenaria.....	32\$000rs

<sup>357</sup> Correspondência do Ten. Cel. Henrique Etur, Cmt da Cia de Pedestres ao Presidente da Província de Santa Catarina, João José Coutinho, 22 de Dezembro de 1855, comunicando o ataque dos Índios no Itajahi Mirin, e em anexo a relação dos objetos roubados. Correspondência de Correspondentes Diversos para o Presidente da Província. D. 1851-1855, p. 236,235. APESC.

<sup>358</sup> Comunicação do Furriel Paulo Kellner ao Tenente Coronel Henrique Etur Comandante da Companhia de Pedestres relatando o ataque de indígenas com a morte de dois imigrantes e ferimento do dono da casa com a relação anexa do que foi roubado pelos indígenas. Correspondência de Diversos para o Presidente da Província. D.1851-55, p. 235. APESC

4 foixas à 2\$ rs.....	8\$000rs
5 facções à 2\$ rs.....	10\$000rs
5 sacos de farinha.....	18\$500rs
1 garrafão de vinagre que foi quebrado.....	3\$400rs
1 dito de cachaça.....	3\$400rs
2 panellas de ferro, 1 chaleira e 1 frigideira.....	11\$000rs
12 faccas de mesa e 12 garfos.....	4\$000rs
12 chicanas; 12 pratos; 1 cafeteira.....	4\$000rs
Diversos gêneros que são 4 cachimbos 1 jogo de xadrez de marfim.....	12\$000rs
2 pentes e 2 escovas; fio; agulhas etc.....	2\$000rs
Algumas roupas de cama por 6 pessoas.....	40\$000rs
Vestidos que são camisas, calças etc.....	70\$000rs
2 capas já usadas.....	50\$000rs
1 peça de pano americano.....	8\$000rs
Algumas fechaduras.....	6\$000rs
1 ½ dúzias de limas para serra do engenho.....	12\$000rs
1 serra do engenho.....	15\$000rs
	Soma: 462\$700rs

Furriel Paulo Kellner

Fonte: Correspondência de Correspondentes Diversos para o Presidente da Província.  
D. 1851-1855, p. 236,235. APESC.

Entre as muitas coisas roubadas estão cinco espingardas, 10 machadas, quatro foices, cinco facções, 19 pás, nove enxadas e cinco serras. Estes objetos além de serem feitos de aço (a liga de carbono mais ferro), são efetivamente armas para o combate - mesmo pás e enxadas, e não é preciso dizer da foice, são elementos com os quais se pode estabelecer uma luta e dependendo da situação, sempre com alguma vantagem contra um oponente que estiver, por exemplo, apenas armado com um porrete. Desta forma, percebe-se que Silvio Coelho dos Santos está certo quando diz que os Xokleng substituíram suas taquaras e lâminas de pedra, e adaptaram suas armas, trocando suas pontas de pedra pelo ferro roubado do invasor. A atração dos indígenas por estes objetos ia além de seu uso convencional, e de uma vontade. Já que o uso destes objetos, como de um facão e a melhora significativa para cortar o mato, para atacar e defender, ou de um machado como instrumento de trabalho e arma de combate, não devem estar vinculados a um desejo explícito. Penduricalhos como peças de xadrez, pentes ou vidro quebrado, que podem possuir vários significados, de emoldurar o corpo e indicar vitória em um combate, ou ainda de painéis de ferro mais leves e resistentes, permitindo seu transporte muito mais eficiente no caso dos deslocamentos quando necessários, ou ainda de facas que poderiam ser imediatamente adaptadas em suas lanças, independente de terem que perder um tempo enorme, malhando a frio o aço obtido pelas incursões à casa dos invasores não indígenas. O contato dos povos originários com

o invasor em 1855 já estava a quantos anos estabelecido de acordo com cada grupo étnico específico? Décadas? Séculos? Enfim, não podemos menosprezar a capacidade de compreensão do uso de ferramentas, ou de pentes e escovas, ou do aproveitamento do marfim para realizar pequenos objetos artesanais, ou mesmo conseguir fazer funcionar uma espingarda, quer seja pela imitação ou por outra forma de aprendizado.<sup>359</sup>

Nesta relação do Quadro 1, cuja análise é importante pela dificuldade em encontrar tal documentação, elencamos ainda a captura de tecidos, calças, camisas, roupas de cama, farinha, e de cachaça. Roupas e tecidos para o frio, cachaça também para o frio e outras utilidades, e farinha para matar a fome. A maior parte do ano faz frio e as noites são geladas no planalto sul do Brasil, além de estações úmidas e chuvosas, o que dificulta buscar comida e resistir à força da natureza. Com relação às roupas e tecidos roubados, não é difícil, nesse caso, perceber o significado imediato delas para essas populações. Enfim, essas populações, ao que tudo indica, agiam dentro de suas possibilidades e não apenas motivadas por um desejo explícito. Suas intervenções são próprias da condição humana, e de suas imposições globais de definição de estratégias e técnicas necessárias à manutenção do grupo.

Dentro das estratégias indígenas, voltando especificamente à nossa área de pesquisa e aos Kaingang, nos documentos que estudamos, percebe-se nas correspondências trocadas entre autoridades do governo que outra estratégia dos grupos indígenas era o chamado *bombeamento* que, em verdade, além de espiar, olhar, observar o invasor, tratava-se de estabelecer uma série de medidas que buscava instalar o medo e o pânico nos povoados que se formavam próximos à mata. Eram medidas como fazer barulhos durante a noite que indicassem sua presença, esgueirar-se por entre as sombras, espiando pelas gretas das tábuas dos barracos, instalando o terror nos corpos e almas dos povoadores. Outra estratégia, já aqui demonstrada, eram as consecutivas apresentações e fugas no abarracamento de Guarapuava. As fugas dos indígenas do povoado, dentro de um perímetro de deslocamento, em grande parte no sentido oeste e sudeste, colocavam-nos em contato com outros grupos indígenas, como os da região de Laranjeiras ou como os de Missões, como os índios de Nonohay e Fongue, já próximos ao território da

---

<sup>359</sup> Os Sioux e Apaches conseguiram fazer guerra aos exércitos americano e mexicano com as mesmas *Winchesters* e *Remingtons* utilizadas por estas forças.

Província de Corrientes. Os índios que assaltaram a casa de Ana Maria de Jesus, antes do ocorrido, falaram com “*humas indias moradoras nesta freguesia e disque decerão que havião nesse ficar dos índios brabos e que depois havião hir pelos portugueses, e que seachavão numa grande porção dos da banda de missoins hunido com elles, aquelles que vieram fugidos desta cidade*”<sup>360</sup>. As fugas dos aldeamentos eram constantes e a busca por uniões com outros grupos, acentuando as medidas de sobrevivência, eram comuns.

No povoado de Guarapuava, de tal forma se sentiam pressionados os moradores que o Comandante da Expedição pedia “socorro de gente, a menos de trinta ou quarenta praças com seos oficiais porque não sendo assim decerto perdesse toda a despeza que se tem feito os moradores estão desanimados depois de já estar todo este campo povoado, e com vinte mil e tantos animais dentro della.”<sup>361</sup> As patrulhas indígenas, além das incursões, também realizavam emboscadas. Neste caso, o alvo normalmente eram os homens e mulheres que trabalhavam nas estradas e os viajantes que por aí passavam.

O Capitão Antonio da Rocha Loures reclamava continuamente às autoridades em seus ofícios das inúmeras emboscadas que faziam os índios e contava que, na construção da estrada de Guarapuava para Curitiba, “*hainda nao seacabou de concluir porque no melhor que se estão trabalhando nella os ditos índios fizeram huma emboscada a sette homens que estavam fazendo seos quartéis.*”<sup>362</sup> Enquanto no mato os perigos dos ditos índios *bravos* acontecia, no povoado existiam um bom número dos índios ditos *mansos*, e em 1830, podemos saber os nomes dos indígenas que viviam no povoado, conforme podemos ver no quadro que segue:

---

<sup>360</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província, 26 de abril de 1830. Série manuscritos. Ofícios diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 230, pasta 1, documento 7, ordem 1025. APESP.

<sup>361</sup> Idem.

<sup>362</sup> Ibidem.

Quadro 2. Relação dos Índios que se acham existentes na Freguesia de Guarapuava -19 de Abril de 1830

Nome	Idade	Est. civ.	Nome	Idade	Est. Civ.
1. Vitorino Condá	25	C	61. Anna Nicai	20	S
2. Rita Faxó sua mulher	30	C	62. Bernardina Filha	3	
3. Margarida Filha	10	S	63. Beatriz eremo	32	V
4. Lorença d <sup>o</sup>	11	S	64. Angélica Copran	25	V
5. Leocadia d <sup>o</sup>	7	S	65. Clara Filha menor	3	
6. Joaquim Fandó	26	C	66. Escolástica Coran	40	V
7. Juliana Facam sua mulher	20	C	67. Francisco Filho	10	
8. Inocência Filho menor	1		68. João Ditto	2	
9. Tellis Huerenga	24	C	69. Roza	14	
10. Ines sua mulher	30	C	70. Rita	12	
11. Filha menor			71. Adriano	7	
12. Claro José	21	C	72. Francisco	10	
13. Ubalдина sua mulher	17	C	73. Fagomo	15	
14. Filha menor			74. Barbara	20	V
			75. Josefa Filha menor	4	
15. José Thican	22	V	76. Euzebia	2	
16. Bruno casado mulher ficou em São Paulo	19	C	77. Joaquina	8	
17. Veri	20	S	Índias Casadas com Brasileiros		
18. Ruberto	14	S	78. Eleina cas. com João Frsc <sup>o</sup>	50	C
19. Diogo	13	S	79. Manuel Filho	13	
20. Faguatan	15	S	80. Geremias Ditto	8	
21. Serafim	10	S	81. Macimo ditto	7	
22. Felisberto	10	S	82. Francisca filha	17	
			83. Justa Ditta	16	
23. Theresa	50	S	84. Maria Ditta	12	
24. Rita Filha	20	V	85. Anna ditta	5	
25. Camilo Filho	9	S	86. Caetânia Filha de Francisca	3	
26. Tenorico Filho da Rita menor	4		87. Gonovefa cas. com Bento José Gonçalves	34	C
28. Luiza	60	S	88. Serafim Filho	7	
29. Maria Clara	30	S	89. Anna filha	13	
30. Manuela	30	V	90. Maria ditta		
31. Bento filho	9		91. Sinforzo ditta	10	
32. Marcela Filha menor	7		92. Marcianna ditta	10	
33. Francisca D <sup>o</sup> menor	3		93. Gonovefa casada com Telles Pereira	2	C
34. Filha menor			94. Clementina casada com Atanázio Lopes	25	C
			95. Francisco filho	26	
35. Guerem	65	S	96. Anna filha	2	
36. Muçô	40	S	97. Filha recém- nascida	2	
37. Escolástica Guapram	45	S	Índios que sahião desta Freguesia Para os Campos gerais e Villa de Coretiba		
38. Miguel Filho	10		Nos Campos gerais		
39. Lucianna Filha	5		1. Ambrósio Coque		S
40. Clara	25	V	2. Manoel Menor		
41. Filho menor			3. Candida		S
42. Anna Erexo	25	V	4. Maria Rita		S
43. Venâncio filho	3		5. Getrudes		S
44. Filho pequeno			6. Maria		S
45. Francisca Gove	30	S	7. Maria Cangre		S
46. Filho pequeno			8. Maria roza		S
47. Dudubina Gangue	34	S	9. Rafael		S
48. Eva Filha	7		Villa de Coretiba		
49. Filha pequena			10. Salvador		V
50. Izabel Neri	26	V	11. Joaquina		C
51. Justa Filha	4		12. Maria		S
52. Felicianna Ditta	2		13. Anna		C
53. Maria Nigo	30	V			
54. Roza Filha	3				
55. Filho pequeno					
56. Maria Corim	35	S			
57. Fabiana Filha	12	S			
58. Vicenzia Ditta	7				
59. Domingos Filho	2				
60. Filho pequeno					

Totais	
Crianças.....	61
Mulheres.....	72
Viuvas.....	09

Fonte: Relação anexa ao Ofício de Antônio da R. Loures ao Pres. da província de 19 de abril de 1830- Série manuscritos. *Of. Diversos de Guarapuava*. Caixa 230, pasta 1, doc. 8a, ordem 1025. APESP

O que ressalta à primeira vista no Quadro 2 é o grande número de mulheres e de crianças, o que pode denotar várias coisas, entre elas, as chamadas diligências que faziam os povoadores, adentrando a mata em busca dos alojamentos indígenas e que capturavam e traziam para as vilas e povoados as crianças e mulheres desses alojamentos e, raras vezes, alguns homens. Ficava evidente a preocupação em manter o controle do aldeamento, já que índios homens e adultos atentavam, teoricamente em maior grau, com relação à segurança da Expedição. Basta para compreender isso que os homens indígenas realmente aptos para a guerra de guerrilhas no pequeno povoado de Guarapuava eram apenas sete, e desses sete, três recebem soldos de soldados de milícias, 90 reis por dia<sup>363</sup>, e atuavam como soldados do destacamento, à moda dos *scouts* norte-americanos, os indígenas que trabalhavam como batedores para o exército dos EUA<sup>364</sup>. Havia uma constante tensão entre povoadores e povos indígenas, e manter a tranqüilidade do povoado incluía exercer um controle sobre o aldeamento.

John Monteiro, analisando a matrícula dos cativos indígenas em 1615 em São Paulo, encontrou também a mesma significativa presença feminina e o grande número de crianças nessas matrículas, e atribuiu a presença maciça de mulheres e crianças à divisão do trabalho que existia entre os colonizadores o que, em parte, seguia a divisão sexual do trabalho presente em muitas sociedades indígenas: as mulheres e crianças trabalhavam nas lavouras e roças, no plantio, na colheita e no trabalho doméstico, enquanto os homens estariam liberados para outras funções, como o transporte de cargas e a participação em expedições de apresamento.<sup>365</sup>

Segurança do povoado, o controle do aldeamento, a divisão do trabalho, as mulheres como mão de obra para as roças, lavouras, e o trabalho doméstico das casas, homens para o serviço militar, o pastoreio do gado, para o transporte de cargas, as crianças índias, desde cedo

---

<sup>363</sup> Mapa da força do destacamento, anexo ao Ofício do Fiel do Almojarife e escrivão Francisco Manuel de Assis França ao Presidente da Província, 10 de março de 1832. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 230, pasta 1, documento 12 A, ordem 1025. APESP.

<sup>364</sup> Nos EUA, esses batedores eram os guias que colaboravam na guerra com os índios, promovida pela “Conquista do Oeste”, eram denominados de *Scouts*. Sobre isto ver BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. Porto Alegre, L&PM, 2006, p. 174. Essas estratégias não estavam restritas ao Sul do Brasil, acompanhou toda colonização, inclusive a dos EUA.

<sup>365</sup> MONTEIRO, John M. *Negros da terra*. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 67.

criadas como cativas, mão de obra para pequenas e grandes tarefas domésticas, na medida em que cresciam - mão de obra para povoadores. Talvez esse conjunto de idéias possa explicar a presença feminina e infantil de forma majoritária nos inúmeros aldeamentos que se formaram em todo o período de colonização, e também a estratégia de apresamento trazendo para as vilas e povoados mulheres, crianças e poucos guerreiros.

Outro dado importante são as mulheres que casam com brasileiros, como Genoveva casada com o degredado Telles Pereira, ou Clemência casada com o degredado Atanásio Lopes. Embora não desacreditemos no velho e bom amor e na jovem e razoável paixão, tais uniões, na maioria das vezes, são apenas fruto das conveniências do tempo. Os homens brasileiros viviam junto às indígenas, e acabavam por fazer delas suas companheiras. Casar não era algo fácil de realizar por estes tempos, já que para oficializar o casamento tinha que se desembolsar uma quantia significativa. É muito provável que os degredados e lavradores, na maioria das vezes, viviam amasiados com as índias que escolhiam como esposas. O que também chama a atenção são as muitas viúvas, e muito jovens, como Clara de 25 anos, Rita com 20, ou Isabel Neri de 26. Esse contingente razoável de viúvas indicava, sem dúvida, as dificuldades, naqueles tempos, de um guerreiro indígena manter-se vivo nesta região de fronteiras. E por falar nos guerreiros, Vitorino Condá aparece encabeçando a lista dos índios aldeados no quadro 1, indicando sua liderança, assim como os demais que seguem na ordem, Joaquim Fandó e Telles Huerenga, parte das possíveis lideranças após Vitorino Condá e que, juntamente com Condá, faziam parte dos três soldados que recebiam soldos como integrantes da Cia de Ordenanças da Freguesia.

Aspecto significativo na relação dos aldeados são os índios que saíram para Curitiba e Campos Gerais, o que realça, mais uma vez, a mobilidade indígena, o deslocamento de cativos. O que acontecia é que muitos proprietários de terras em Guarapuava também possuíam fazendas em outros lugares, como os Campos Gerais e Curitiba, motivando uma parcela desses deslocamentos. No caso aqui são nove mulheres e quatro homens que são deslocados, entre as mulheres duas são casadas: Joaquina e Anna. Provavelmente foram separadas de suas famílias. Como vimos anteriormente, esses deslocamentos eram comuns, e, muitas vezes, provocados pelos colonizadores. Em 1828 o escrivão Francisco Manuel de Assis França já tinha falado de um grande numero de índios que tinham sido mandados para as fazendas de São Paulo.



Entre os anos de 1830 e 1833, a Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava, entre idas e vindas, estabelecia seu lugar, dentro dos campos e matas do Paraná Provincial, nas fronteiras do Império. Contava com 465 pessoas em 1833, dos quais 87 indígenas e 56 escravos, conforme vemos na Tabela 2 - Mapa da população de janeiro de 1833<sup>366</sup>. O que realça é o significativo número de indígenas em relação ao total da população, onde praticamente um quarto da população de Guarapuava era indígena. Entre as idas e vindas, os indígenas que estavam na selva mantinham sua resistência, com o bombeamento do povoado e as patrulhas de incursão e emboscada, como em uma incursão que executaram à noite, atacando trabalhadores, que em número de doze homens saíram de Guarapuava num dia de abril de 1830 para derrubar as matas para o plantio e pastagens. Quando a noite chegou, os 12 homens buscaram um acampamento sob um barranco, que servia como trincheira. Na madrugada foram surpreendidos e despertados pelo ataque dos indígenas, mas conseguiram escapar graças à defesa proporcionada pela trincheira. O capitão da Freguesia, em razão disso, determinou que se fizesse uma diligência com gente competente, pois segundo ele os indígenas só tinham remédio, se fizesse expedições contra eles, e para isso mandou chamar dez homens da freguesia de Palmeira para juntar com os que já tinham vindo de Castro.<sup>367</sup>

Em abril de 1833, Guarapuava contava com um total de 98 casas habitadas, sendo 24 na freguesia, 29 em seu rocio, mais 29 dos pobres que viviam em pequenas glebas de terra próximo à mata, e 16 casas de fazendeiros que possuíam as melhores e maiores glebas de terra e eram os donos dos grandes rebanhos de animais<sup>368</sup>. A principal atividade econômica era a criação de gado, por esses anos já com cerca de mais de 20 mil animais, principalmente bovinos.

---

<sup>366</sup> Mapa da população do povoado de 16 de janeiro de 1833. Série manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 230, pasta 1, documento 18 a, ordem 1025. APESP. Sobre os mapas de população de Guarapuava, ou sobre uma análise das diversas estatísticas sobre esta população imbricada com a escravidão e a família ver NETTO, Fernando Franco. *População, Escravidão e Família em Guarapuava no século XIX*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

<sup>367</sup> Ofício do Cmt de Guarapuava Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo, 29 de Abril de 1830. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), cx 230, pasta 1, documento 9, ordem 1025. APESP.

<sup>368</sup> Ofício do Comandante da Expedição de Guarapuava Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província, 14 de Abril de 1833. Série Manuscritos. Ofícios diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 230, pasta 1, documento 20, ordem 1025. APESP.

As agruras da terra não eram só o perigo dos índios, mas também o perigo das moléstias e epidemias que dizimavam as pessoas do povoado, e, principalmente, atingiam os indígenas. Eles eram os que mais morriam em contato com essas epidemias, por sua maior fragilidade em relação a essas doenças. As péssimas condições em que eram alojados estes índios também eram determinantes da proliferação de doenças, bem como a ausência de uma enfermaria e de um médico. Segundo o relato do escrivão Francisco Manuel de Assis França, os índios vivem mal alojados em “*huma caza pouco espaçosa cercada de esteiras péssima e confessamente os abriga. Não há huma enfermaria afimde garantir os doentes de ser incomodados pelos são, e a estes do contagio do mal, cuja falta avulta ainda pela que se obravao de hum cirurgião*”<sup>369</sup>. Segundo o escrivão, o ideal seria que habitassem as famílias em casas isoladas e com quintal, para que todos plantassem e vivessem em harmonia dentro do povoado. Mas o que acontecia era que os índios viviam dentro de um único barracão, com suas esteiras amontoadas, e com toda a sorte de enfermidades, onde não havia médico, e nem enfermaria. A comida também era pouca, faltava inclusive para o destacamento; os reclames com relação aos atrasos do pagamento eram constantes. O Alferes Benjamin dizia que o Capitão Antonio da Rocha Loures já estava matando o ultimo gado para sustento da tropa, e que os vencimentos eram o único recurso dos militares, sem eles não podiam sobreviver, sequer para comprar farinha, que já tinha acabado<sup>370</sup>.

O próprio Comandante da Expedição Antonio da Rocha Loures, reclamava dos salários, cujo atraso em janeiro de 1833, já chegava a 18 meses<sup>371</sup>. Rocha Loures percebia de vencimentos 30.000 reis por mês, o escrivão Francisco Manuel de Assis França, 10.000 reis, o ferreiro 8.000 reis. Um degredado trabalhava de administrador dos índios e recebia 4.000 por mês, os cinco soldados de ordenanças empregados na expedição, mais os três soldados índios, recebiam 90 reis por dia.<sup>372</sup> Os

<sup>369</sup> Ofício do Fiel do Almojarifé e escrivão Francisco Manuel de Assis França ao Presidente da Província, em 10 de março de 1832. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 230, pasta 1, documento 12, ordem 1025. APESP.

<sup>370</sup> Ofício de Benjamin José Gonçalves, Alferes Comandante do Destacamento de Guarapuava, ao Presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, 07 de março de 1832. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava, Caixa 230, pasta 1, documento 11, ordem 1025. APESP.

<sup>371</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures, Comandante da Expedição ao Presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar, em 17 de janeiro de 1833. Série manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava, caixa 230, pasta 1, documento 19, ordem 1025. APESP.

<sup>372</sup> Mapa da força de destacamento de Guarapuava, anexo ao ofício de Francisco Manuel de Assis França, onde se relaciona os vencimentos dos empregados na expedição, em 10 de março

três soldados índios que recebiam salários provavelmente eram os três primeiros chefes de família que aparecem na relação dos índios que se acham existentes no povoado em 1830 (ver quadro 2), e 1833<sup>373</sup>. Seriam eles Vitorino Condá, Joaquim Fandó e Telles Huerengá. Às vezes, estes salários para alguns sequer chegavam a ser pagos. No caso dos índios, principalmente os que nada recebiam, esgotados de tantas promessas e da falta de comida, vitimados por epidemias pelo frio, acabavam fugindo do abarracamento, e buscavam o mato, e o retorno aos grupos indígenas que ainda insistiam em viver seu sistema de vida, o *sistema do mato*<sup>374</sup>.

As dificuldades deste período são muitas, não havia um cirurgião em Guarapuava<sup>375</sup>, e o ajudante de cirurgia que havia falecera vitimado pela epidemia de 1832<sup>376</sup>. Não existia sequer uma enfermaria. A verba que vinha do governo provincial atrasava, comida faltava, e essas condições impunham aos índios sérias dificuldades, e nesse sentido muitos fugiriam para o mato, e outros seriam vitimados pelas doenças.<sup>377</sup> Em 1832, o número de aldeados diminui drasticamente, Antonio da Rocha Loures, em ofício ao Presidente da Província, explicava que esse

---

de 1832. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava. Caixa 230, pasta 1, documento 12 A, ordem 1025. APESP.

<sup>373</sup> Mapa da população da Freguesia de Guarapuava e seu distrito, em janeiro de 1833. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava. Caixa 230, pasta 1, documento 18 A, ordem 1025. APESP.

<sup>374</sup> “Sistema do Mato”, dessa forma era chamado o modo de vida dos indígenas pelos colonizadores invasores. Assim o chamavam, em verdade, porque os índios viviam internados no mato, embora, muito do que acontecia, era que os campos livres, cada vez mais, estavam sendo ocupados pelas migrações de colonização, não restando aos indígenas, outra alternativa que não a vida dentro da mata, onde procuravam sobreviver e criar seus filhos.

<sup>375</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo, 07 de Abril de 1833. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 20, ordem 1025. APESP. Neste ofício entre outras solicitações, o Comandante da Expedição trata da extrema necessidade de um cirurgião para cuidar dos empregados e índios da Expedição.

<sup>376</sup> Ofício do Comandante da Expedição de Guarapuava Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província, de 14 de Abril de 1833. Série Manuscritos. Ofícios diversos de Guarapuava (1824-1853), caixa 230, pasta 1, documento 19, ordem 1025. APESP.

<sup>377</sup> Sobre o porquê das epidemias e doenças atingirem mais os ameríndios do que os europeus ver DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço*. Os destinos das sociedades humanas. Rio de janeiro: Record, 2002, p. 195-265. Para o autor, o sedentarismo, e evolução agrícola, aliado a tecnologia e o desenvolvimento de armas, permitiu ao conquistador europeu, nesse trinômio: armas; germes; e aço, estabelecer seu domínio sobre outros povos. Os germes foram muito mais destrutivos para os caçadores e coletores do que para as populações já habituada a lavoura e a produção de alimentos.

número aumentava ou diminuía conforme permitiam as ocasiões<sup>378</sup>. As ocasiões poderiam ser as perdas pelas moléstias e epidemias, pelo deslocamento para outras fazendas, as saídas e fugas para o mato, as péssimas condições em que eram alojados, a falta de mantimentos como roupa e comida. Todo esse conjunto de situações implicara decisivamente para que o número de indígenas tenha diminuído consideravelmente, os salários não eram pago há meses, e a falta de mantimentos para os índios era constante<sup>379</sup>.

Num tempo relativamente curto, praticamente um ano depois, este número de índios aldeados iria aumentar novamente, por varias razões já elencadas até aqui, ou, nas palavras do Comandante, conforme as ocasiões permitem, e muito, mais do que tudo, o fato de que essas populações aldeadas fugiam e depois se apresentavam nos mesmos aldeamentos, em outras épocas. Percebe-se claramente da documentação estudada que as comunicações sobre índios com suas fugas e seu aparecimento no povoado estão intimamente ligadas ao inverno. Quando o frio e a fome apertavam, as populações indígenas negociavam seu retorno ao povoado ou aí ficavam alguns dias para conseguir comida, roupas, e cobertores. Na Figura 9 que segue, podemos perceber a diminuição dos aldeados, porém mesmo com a diminuição, certas proporções entre homens, mulheres, e crianças são mantidas. Mais que o dobro de mulheres em relação aos homens, e um percentual sempre acima dos 50% de crianças. A expressão *índios criados*, ou *índias criadas*, que aparece na figura 9, é mais uma destas denominações que, muito mais que motivadas pelo costume, se mantém dentro do mundo em colonização, como os já citados índios mansos, que são os domesticados pela povoação, e os índios bravos, que continuam vivendo no sistema do mato, como era chamado seu *modus vivendi* pelos adventícios. A expressão criada, como já demonstrei no capítulo 1, vem da idéia de maturidade, ou seja, já está criada, apta para os labores do povoado, e com já adiantado grau de autodeterminação para executar as tarefas. Nota-se também nesse momento o grande número de índias criadas, ou seja, na sua maioria índias jovens, aptas para o trabalho e para a reprodução de uma força de trabalho.

---

<sup>378</sup> Do Comandante da Expedição Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar, em 1º de junho de 1832, encaminhando em anexo a relação dos índios aldeados na Freguesia, e relação dos empregados e força do destacamento da Expedição. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 16, ordem 1025. APESP.

<sup>379</sup> Idem

As relações mútuas entre indígenas e povoadores estavam ligadas também à fragilidade da força de Expedição de Guarapuava, que não passava de um punhado de soldados, com poucas armas: o canhão de artilharia calibre três estava desmontado por falta de peças; metade das oitenta espingardas estava inutilizada; mas ainda tinham um bom número de pistolas e espingardas que funcionava o suficiente para manter a precária segurança do povoado.<sup>380</sup> Como se vê na Figura 9, o número de soldados não chega a formar um pelotão de combate, não passando de um destacamento com 21 combatentes, o que diante do número de indígenas que por vezes visitavam a Freguesia, chegando a 100 ou mais índios, explica de certa forma a fragilidade e a complexidade das relações que se estabeleciam entre índios e colonizadores. Estas relações não são unilaterais e muito menos sem fraturas ou ambigüidades. Por vezes, o caminho que tomava o rumo dos acontecimentos era também determinado pelos acertos, pelo jogo de múltiplos interesses e múltiplos receios.

A Presidência da Província determinava que se dessem aulas para as crianças da aldeia em Guarapuava. Mas num mundo colonial e fronteiriço onde a maioria dos adultos mal sabia ler e escrever o que imaginar da prática social educativa em relação às crianças aldeadas? O escrivão Francisco Manuel de Assis França era quem deveria ensinar os índios pequenos. O escrivão por ofício fundamenta a sua impossibilidade, primeiro, diante de suas muitas atribuições e, ademais, estava sempre viajando para Curitiba, para resolver problemas relativos à Expedição tais como prestação de contas, recebimento dos pagamentos e verbas necessárias para o custeio da Expedição, e mesmo para visitar familiares e resolver negócios pessoais<sup>381</sup>. Entre outras, também alegava o escrivão que não podia ensinar as primeiras letras porque muitos índios moços fogem, e os poucos que existem mal chegavam para o serviço cotidiano da Expedição, como o pastoreio de gado reúno (o gado que se criara solto, e, portanto, era público e pertencente a El Rey), os pais também não

---

<sup>380</sup> Mapa do armamento e munições de guerra pertencente a expedição de Guarapuava, anexo ao ofício de Francisco Manuel de Assis França, em 10 de março de 1832. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava. Caixa 230, pasta 1, documento 12 A, ordem 1025. APESP.

<sup>381</sup> Ofício do Capitão Mor Comandante de Guarapuava, Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar, 17 de janeiro de 1833 na Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava. Série manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 18, ordem 1025. APESP.

Figura 9. Relação dos empregados na expedição de Guarapuava e índios que existem presentemente e recebem municio, de junho de 1832.

*Relação dos Empregados nesta Exped. de Guarapuava*  
*e Índios que estão com presentemente e recebem municio*  
*de Junho de 1832*

C-230  
 04-1  
 30-16  
 0-1 025

Capitão Comd.	1
Alfari	1
Sargentos	6
Cabo	1
Escrivão	1
Corista	1
Soldados	7
<i>Prisioneiros</i>	
Cabo administrador dos Índios	1
Fiel do Monte e Trancoso	1
Ferreiro	1
Soldados	4
Degradados	1
Índios criados	3
Índios criados	26
Reparos de 8 a 14 an.	1
Mulheres 2.º 2.º	3
Mulheres de 1 a 4 an.	10
Mulheres 2.º 2.º	3
<i>Junta total</i>	76

*Antônio Salles da Lourença*  
 Cap. Comd. de Guarapuava

Fonte: Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-53). Cx 230, pasta 1, doc 16a, ordem 1025. APESP.

tinham como mandá-los, o escrivão dizia que podia ensinar alguns poucos, em sua estadia no povoado<sup>382</sup>.

Na prática, não se ensinava quase a ninguém, e também o que se queria não era que esses índios lessem e escrevessem, mas apenas que conhecessem e falassem melhor o português, para a consecução de trabalhos atinentes à Expedição. Os índios que se queria atingir eram os chamados índios moços, ou seja, índios entre 12 e 17 anos do sexo masculino, que pudessem aprender apenas algumas letras que lhes iniciassem melhor nos prestamos do serviço militar, principalmente. Mas o que se percebe é que esses estavam sempre intentando a fuga para o mato, e os poucos que estavam em Guarapuava eram utilizados para as tarefas cotidianas da Expedição, como o pastoreio do gado e transporte de cargas.

Alguns índios ainda adolescentes, ou ditos moços (conforme os costumes daquele tempo) eram ensinados para a tarefa de corneteiro ou tambor do destacamento. Em 1833, o soldado corneteiro tinha desertado<sup>383</sup>, em seu lugar o índio Roberto de 17 anos, estava servindo de tambor ao destacamento, conforme aparece na relação da população da Expedição de 1833<sup>384</sup>. A confecção dessa relação foi determinada pelo Presidente da Província, do qual resultou a lista feita pelo escrivão com todos os empregados, índios, povoadores, e degredados na povoação de Guarapuava em janeiro de 1833, com suas ocupações, idade, estado civil e, inclusive, de acordo com os costumes, segundo os ditames daquele tempo, trazendo a divisão racial do povoado em pretos, mulatos, brancos e índios. Esta relação é riquíssima e nos traz grandes descobrimentos, como os índios Vitorino Condá, Joaquim Fando e Telles Huerega que ainda aparecem como os líderes dentro do aldeamento, o que também indica que, enquanto aldeados, voltavam a

---

<sup>382</sup> Ofício do escrivão Francisco Manuel de Assis França ao Presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar, em 16 de Abril de 1832 na Freguesia de Belém nos Campos de Guarapuava. Série manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 17, ordem 1025. APESP. Na realidade, o escrivão passava uma grande parte do ano em Curitiba, não só motivado pelos seus afazeres, mas também pelo fato de ali ter negócios e família.

<sup>383</sup> Naquele tempo era comum a deserção, principalmente de soldados, o soldo irrisório, e que atrasava todo o tempo, às vezes ate o racionamento de comida e mesmo a fome, tudo isso combinado com os perigos iminentes de se viver na fronteira, por isso acabavam muitos desertando, mesmo sujeitos a penas severas, mas às vezes o que acontecia, é que pela necessidade de braços para compor os corpos militares, estes acabavam sendo perdoados e reincorporados a vida da caserna.

<sup>384</sup> Relação dos empregados, índios, povoadores, e degredados nesta povoação de Guarapuava em janeiro de 1833. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava. Caixa 230, pasta 1, documento 18 A, ordem 1025. APESP.

desempenhar suas funções de soldados do destacamento. Percebe-se novamente o grande número de mulheres índias e crianças, vê-se também que o número de degredados aumentou significativamente, o que indica que muitos degredados foram mandados para os Campos de Guarapuava por esses anos iniciais da década de 30 do século XIX, para cumprir a pena, vivendo junto aos indígenas no mesmo barracão.

No mapa que se fez dessa relação pelo escrivão da Expedição, os índios e degredados são chamados e vistos como machos e fêmeas (Tabela 2). O fato é que os degredados viviam com os índios, e dentro da concepção do povoado e sua população à época, seu status social não diferia muito destes. Na Tabela 2 aparecem 87 índios, o que representava praticamente um quarto da população de Guarapuava por esses tempos, e somados aos escravos em número de 56 acabavam por compor praticamente, um terço de toda a população. Em termos de mão de obra, é um número considerável e, embora existisse um contingente também considerável de jornaleiros e lavradores, dizer que a forma de produzir estava sustentada por uma mão de obra livre seria temerário. A composição de trabalho escravo e trabalho livre, aliado a uma fluidez desses termos, pelo menos no que se refere ao trabalho indígena (trabalho livre com características compulsórias), deve ser considerada para entendimento do funcionamento da Expedição.<sup>385</sup> Na Tabela 2, tem-se a relação com a coluna à esquerda trazendo a listagem da população com suas varias categorias. Começa com as Praças destacadas e logo a seguir, e na seqüência temos: os paisanos empregados; os estancieiros; os negociantes; os empregados em diversos ofícios; os jornaleiros; os lavradores; as mulheres; os cativos; os agregados; os índios divididos em machos e fêmeas; e os degredados também divididos em machos e fêmeas.

---

<sup>385</sup> LIMA, Henrique espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul-dez, Rio de Janeiro: 2005, p. 289-325. Neste texto o autor chama a atenção para os diversos significados de escravidão e liberdade. “*subestimar a capacidade de coerência e coesão social da escravidão é um erro. Não há como entender a persistência da escravidão nas Américas e no Brasil sem dar algum peso ao papel agressivo que as relações sociais produzidas em seu interior possuíam.*” (p.310). Machado de Assis assinala em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* também essa assertiva, as relações de produção do escravismo eram coerentes com o seu tempo, e por isso perdeu tanto, e mais ainda no Brasil, seu último reduto.




Tabela 2. Mapa da população da Freguesia de Guarapuava e seu distrito em 16 de janeiro de 1833.

*Mapa da população desta Freguesia, e seu distrito*

*Guarapuava*  
*16 de Janeiro 1833*

	Estados			Solteiros	Total	
	Casados	Solteiros	Viúvos			
<i>Demora Estancadas</i>	6	7	-	13	11	24
<i>Paroquia Guarapuava</i>	1	2	-	3	-	3
<i>Estancadas</i>	14	2	-	16	22	42
<i>1 Vigário</i>	3	2	1	3	12	22
<i>Empregados em diferentes officios</i>	4	-	-	4	12	16
<i>Industriales</i>	21	2	1	24	25	48
<i>Lavradores</i>	21	-	-	21	62	100
<i>1 Artesão</i>	-	1	7	8	22	30
<i>Capitães</i>	-	-	-	-	-	30
<i>Empregados</i>	-	-	-	-	-	26
<i>Indias</i>	3	3	1	10	9	16
<i>Slaves</i>	2	22	5	35	25	71
<i>Brancos</i>	4	2	1	7	-	7
<i>Regenda</i>	1	2	3	7	-	6
<i>Summa</i>	98	52	13	163	225	465

*Antonio Dako Cha Loureiro*  
*cap. Com. de Guarapuava*



Fonte: Série Manuscritos. Offícios Diversos de Guarapuava (1824-53). Cx 230, pasta 1, documento 18a, ordem 1025. APESP.

O que realmente aumentou foi o número de mulheres índias casadas com brasileiros. As índias casadas que aparecem na relação, segundo consta nessa, somam um total de nove, sendo que três são casadas com degredados, cinco com homens que trabalhavam por jornada na lavoura e na construção de pontes, abrigos, estradas e cercas, os chamados jornaleiros<sup>386</sup> e uma com um lavrador. Em relação aos anos anteriores, já temos uma diferença em relação à administração dos

<sup>386</sup> Os trabalhadores a jornal, ou seja, aqueles que trabalhavam por jornada de trabalho, daí tiravam seu sustento, muito provavelmente deviam receber quantias irrisórias, que não alcançavam sequer o soldo de um soldado de milícias, a maioria maciça desses trabalhadores eram mulatos conforme consta na relação, assim como os soldados do destacamento que eram todos de acordo com a mesma relação pretos e mulatos.

índios. O administrador, que normalmente era um dos degredados que vivia junto aos indígenas, passou a ser um cargo fora desse contexto. Em 1832, inicialmente foi coordenado por um militar que era Cabo da Expedição, e depois por um morador da Freguesia Manoel Antonio da Villa Nova, a partir de 1833. Em 1840, ainda vamos encontrar o senhor Villa Nova reclamando de seu vencimento como Administrador dos Índios, de 4.000 reis por mês. Antonio da Rocha Loures iria interceder a seu favor.

Em Ofício ao Presidente da Província, alertava que Villa Nova “em razão do laborioso servisso em que continuadamente se acha não só administrando o servisso dos Indios como trabalhando igualmente com elles, sujeito aoperigo de ser victima nas mãos de alguns delles, quando caia em desagrado”.<sup>387</sup> Perigo de vida em razão da função, obrigar e supervisionar o trabalho indígena, a isso justificava o aumento do salário. Além dos pedidos de aumento, ou simplesmente de pagamento, o Capitão Comandante da Expedição também, por vezes, escrevia sobres as necessidades. Antonio da Rocha Loures, aliás, como já vimos, volta e meia reclamava das dificuldades com que vivia o povoado<sup>388</sup>, e que a Junta da Fazenda Nacional estava sempre em débito com a Expedição e que muitas vezes pagava de seu bolso, emprestando dinheiro para as etapas do destacamento e, além disso, reclamava muito da estrada de Guarapuava para Curitiba, que era um longo percurso a cavalo, em mula, ou a pé, onde sempre se corria o risco de serem atacados pelos indígenas e, portanto, necessitava de escoltas armadas para poder realizá-lo com tranqüilidade<sup>389</sup>. O Capitão Mor continuava necessitando também de um Tambor, já que este era necessário “para a

---

<sup>387</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo em 28 de Abril de 1840. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 51, ordem 1025. APESP

<sup>388</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo, 07 de Abril de 1833. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 23, ordem 1025. APESP. Neste ofício Antonio da Rocha Loures nos fala que tinha servido na expedição desde 1816, e que cansado e doente pedia sua demissão. Em outro momento, no mês de abril de 1840, escrevia ao Presidente da Província pedindo aumento de salários e efetivo para o destacamento de Guarapuava, o mais interessante é que o despacho, nessa documentação, só vai ser dado quatorze meses depois pela Presidência, autorizando o Tesoureiro a tomar as providencias cabíveis. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 52, ordem 1025. APESP.

<sup>389</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo, 07 de Abril de 1833. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 21, ordem 1025. APESP.

disciplina dos índios domésticos em acção do trabalho em suas obrigações”.<sup>390</sup>

### **Um pequeno povoado, suas terras, e os semi-mansos de Vitorino Condá.**

Antonio da Rocha Loures em quase todas as suas correspondências com o governo, além das reclamações da falta de víveres, soldados, e perigos de toda forma, falava também de índios, e de suas idas e vindas à Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava:

Participo também a Vossa Excelência que no corrente anno os Indígenas Selvagens por três vezes vierão de pânico aesta Freguesia 56 homens 26 mulheres e 20 menóres de um e outro sexo que fizerão ototal de 102 e destes ficarão na aldeia 8 compreendendo neste numero 3 mulheres e 3 menores: os Indios domesticados inda continuão com asua costumada revalidade com os Selvagens: no mês de Junho mor parte delles com avutado numero de mulheres fugitivas se embrenharão pelos sertoins e neste aomenos constamos que por lá assacinarão adous dos Selvagens que desta regressarão asuas moradias epela muita deligencia que sefes afim deos persuadir que voltam para a Aldeia porvia de alguns Pardos cazados com Indias da queelas famillias voltarão em abril quase todos exceto *Vitorino Condá* com sua família e Miguel Mori alluno na Aula de primeiras letras; odito *Condá* apouco aqui setinha apresentado emfuga dessa Capital por onde por ordem do Excelentíssimo antecessor de Vossa Excelência daqui fora remettido. Participo finalmente a V. Excelência que proxivamente aqui xegarão 4 Indios domésticos com suas famílias osque no ano de *1828 daqui forão remettidos aessa Capital pela mesma ordem* econsigo troucerão duas Indias

---

<sup>390</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo, 07 de Abril de 1833. Série Manuscritos. Offícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 22, ordem 1025. APESP.

selvagens com famílias os quais dizem elles que são dos Sertoins vizinhos a Villa da Faxina eaqui seaxão.<sup>391</sup> (os grifos são meus)

O povoado de Guarapuava estava na fronteira da colonização, algo como a fronteira da fronteira e, neste sentido, há um intenso dinamismo social, a movimentação, ou o verdadeiro vai e vem de índios no entorno da pequena Freguesia é algo a ser pensado seriamente. O grupo que visitou o aldeamento no povoado era de 102 índios, com uma grande maioria de guerreiros, exatamente o contrário do que se via no povoado. As lutas contra grupos rivais sempre aconteciam, segundo o comandante. Em combate com estes teriam assassinado a dois deles, e outro grupo apareceria, ainda em 1833, trazendo duas mulheres com seus filhos que trouxeram dos Campos Gerais. Viver o sistema do mato implicava em estarem aptos para o deslocamento e, nesse sentido, às vezes, dependendo da situação envolvente, os grupos se reforçavam de guerreiros e mantinham plantéis reduzidos de mulheres. Como se percebe, deixaram mulheres e crianças na Vila, o que significa menos bocas para comer, ou ainda, trocavam mulheres e crianças por armas, comida, roupas, alguma coisa em dinheiro para as despesas, ou para a compra dos implementos de guerra, como pólvora, ou de ferramentas para as roças de milho e feijão e para a construção dos ranchos em que viviam.

Na última citação, os grifos que coloquei são para assinalar a fuga de São Paulo em 1828 de Vitorino Condá como comprovação desse momento, que deve servir em primeiro lugar para entender algumas características da vida de um líder indígena. Condá e seu povo tinham um amplo território de suas perambulações: as matas não ocupadas dos Campos Gerais, até os Campos do Erê, de Palmas, do Xagu, atravessando o Goio-Covo (rio Iguazu) e chegando ao Goio-En (rio Uruguai), já próximo aos índios do velho líder Nonohay. É necessário compreender a mobilidade indígena nessas paisagens onde avança a fronteira agropastoril, perceber os processos de incursão indígena, incluindo o ataque a grupos rivais e a captura de cativos que são conduzidos para os povoados e aldeamentos. Vitorino Condá passara a maior parte de sua vida até completar 25 anos, em 1830, entre o aldeamento e a vida no mato. Fora trazido para o aldeamento ainda menino, entre os sete e 10 anos de idade. Casara em 1819, aos 14 anos de idade, com a viúva do chefe Pahi. Em 1828, foi mandado pela

---

<sup>391</sup> Idem

Presidência da Província para os campos de São Paulo, muito provavelmente, naquela fatídica procissão de índios do qual já nos tinha falado o escrivão Francisco Manoel de Assis França, em carta a sua mãe<sup>392</sup>, e como vemos fugiu e retornou para o aldeamento.

Na relação de 1830, Condá já aparece como líder de seu povo, o que acontece também em 1833, onde ainda aparece como a principal liderança. Mas, ao que tudo indica, por este ofício de Antonio da Rocha Loures, já no início do inverno de 1833, Vitorino Condá, decidira voltar à liberdade das matas, numa constante luta para manter vivo o grupo, e principalmente o direito de estar com sua família no *modus vivendi* que aprendera com os seus, ou seja, como vimos nas palavras dos costumes da época, a busca de viver o *sistema do mato*. Segundo o ofício do comandante, era o que acabara por acontecer, já que Vitorino foge levando sua família e mais guerreiros. Durante os anos seguintes, irá internar-se no lugar que lhe era possível à época: as matas e campos de Palmas.

É difícil apenas através das provas documentais apontar o caminho dos acontecimentos, mas a descoberta de alguns indícios são de intensa importância em relação a algumas trajetórias que essas provas possam nos indicar. Verificamos uma intensa dinâmica de indígenas em torno do pequeno povoado de Guarapuava, e essa movimentação, além de uma série de outras motivações como a utilização estratégica do povoado para a obtenção de alguns recursos vitais, como víveres e equipamentos pelos indígenas, faz parte de uma compreensão mais ampla onde a memória dos tempos ancestrais e dos antepassados, combinado com os aspectos espirituais em que viviam os grupos indígenas em consonância com as relações familiares e de parentesco, gerava uma memória onde a terra aparecia como uma profunda ligação com a matéria física e espiritual que os amalgamava.<sup>393</sup> Esta profunda ligação com a terra, com o lugar de nascimento é parte importante das tradições indígenas em grande parte da América do Sul. A relação do povo *Kaingang* com a terra, com o seu território sempre foi muito

---

<sup>392</sup> Cf. Carta de Francisco Manoel de Assis França, soldado do destacamento de Guarapuava e sob as ordens do Capitão Mor Antonio da Rocha Loures, à sua mãe que estava em Curitiba, datado de 10 de junho de 1828. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Etnográfico Paranaense*, vol. V, ano 1981, fascículos 3-4, p. 69-71.

<sup>393</sup> LITTLE, Paul E. "Espaço, memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização". In: *Textos de História*. Brasília, v.2, n°4, 1994, p.8-10. O autor trabalha as idéias de espaço, migrações e memória e como essas questões influenciam nas questões de reterritorialização, como por exemplo, as lutas dos Lakota nos EUA, que reivindicam há quase um século, as Black Hills, as montanhas sagradas para eles e que, como tal, deveriam lhes pertencer pela memória histórica que os unia ao espaço tracejado pelo tempo e pelas migrações.

intensa, influenciando sua cosmogonia e formas de organização social. Outros povos indígenas como os Ranqueles nos pampas argentinos, como os Quilmes no norte da Argentina, como Quechuas e Aymaras no mundo andino, também têm origens que se vinculam à terra, e no caso destes últimos, *Pachamama- La Madre Tierra*, se configura na principal divindade a ser referenciada nos seus rituais de religiosidade. A etno-historiadora Ana Lucia Vulfe Notzold ao entrevistar o Kaingang Pedro Alves de Assis Kresó na terra indígena Chapecó recebeu deste a afirmativa de que os Kaingang, de sua parcialidade, eram originários da terra. “*O povo Kaingang e nós nascemos de um buraco da terra*”.<sup>394</sup> No caso dos Ranqueles, quando do sepultamento dos restos mortais de uma de suas principais lideranças, Mariano Rosas, devolvidos pelo Museu de La Plata no ano de 2001 (onde injustamente se encontrava) nas margens da laguna de Leubucó, assim diz sua descendente Ana Maria Domínguez Rosas: “*Nuestra tierra ah vuelto a abrir un hoyo para que sus restos descansen en paz.*”<sup>395</sup>

Na análise da organização social dos Kaingang, sua divisão social em metades exogâmicas, Kamé e Kairu, tem em suas origens a mesma intensa relação com a terra. Telêmaco Borba, que por anos durante a segunda metade dos oitocentos conviveu com os Kaingang, recolheu o seguinte relato de uma liderança de nome Arakxó, que ouvira de sua bisavó, e esta de seus progenitores, e que contavam a formação de seu povo:

Depois que as águas seccaram os *Cayngangues* estabeleceram-se nas imediações de *Crinjijimbé*. Os *Cayurucrés* e *Camés*, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiam a abrir caminhos pelo interior della; depois de muito trabalho chegaram a sahir por duas veredas: pela aberta por *Cayurucré* brotou um lindo arroio e era toda plana e sem pedras, dahi vem terem elles conservado os pés pequenos; outro tanto não aconteceu a *Camé* que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando elle, e os seus, os pés que incharam na marcha, conservando-os por isso

<sup>394</sup> NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. *O ciclo de Vida Kaingang*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, p. 13. Excerto do depoimento do professor Kaingang Pedro Alves de Assis Kresó à autora.

<sup>395</sup> Depoimento da descendente de Mariano Rosas, Ana Maria Dominguez Rosas. Apud: BONATTI, Andrés; VALDEZ, Javier. *Historias desconocidas de la Argentina Indígena*. Buenos Aires: Edhasa, 2011, p.68-70.

grandes até hoje. Pelo caminho que abriram não brotou água e, pela sede, tiveram de pedil-a a Cayurucré, que consentiu que a bebessem quanta necessitassem.<sup>396</sup>

Neste excerto do depoimento do Kaingang Arakxó, as metades clônicas, ou as patrimetades, têm sua origem saindo de um buraco na terra, Kamé e Kairu, e afirmam-se como aliados pela divisão da água, uma origem comum e o estabelecimento de aliança e amizade, daí deriva que as parcialidades se estabeleciam por alianças, relações de parentesco e muitas vezes pela ligação que tinham com um próprio território. Os Campos de Guarapuava estavam no centro dessa origem e, neste sentido, é que a luta pela terra que um dia fora sua, e depois viraram os Campos de Atalaia, onde foi o primeiro aldeamento, e que depois foi doada em Sesmaria por El Rey Dom João VI, estava sempre em pauta.

Não foram somente os indígenas que levantaram voz para recuperar suas terras. O Juiz de Paz de Guarapuava, Antonio de Sá e Camargo, como eu já havia dito durante o ano de 1839, iria entrar com uma questão judicial onde o objeto litigioso era a Sesmaria reservada aos indígenas, invadida por moradias e criações de animais. Dizia em ofício ao Presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, que as terras foram ocupadas a mando do Capitão Antonio da Rocha Loures e que este teria ordem para isto<sup>397</sup>, e mais, que alguns “*ditos ocupadores atribuem-se, senhores dos ditos terrenos pelo que alguns tem vendido as partes que ocupão como propriedade sua, não se conhecendo que os possuem como símplices arendatario, oque priva a povoação de um meio de acomodar os Indios*”<sup>398</sup>. As investidas do Juiz de Paz Antonio de Sá e Camargo foram duras, algumas sentenças inclusive previam a demolição de prédios, como o construído por Joaquim Moraes de

---

<sup>396</sup> BORBA, Telêmaco. “Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná”. In: *Revista do Museu Paulista*, Volume VI. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1904, p. 58. Telêmaco Augusto Enéas Mororosini Borba (1840-1918) etnógrafo, sertanista e político paranaense. Pesquisou os grupos Kaingang do Paraná, foi diretor do Aldeamento de São Pedro de Alcântara, no vale do Tibagi.

<sup>397</sup> Como já vimos em Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província, 10 de Abril de 1830. O Capitão Mor, já tinha em abril de 1829, feito um pedido para ocupar os campos reservados para os indígenas e para tal necessitava de recursos da Junta da Fazenda Nacional.

<sup>398</sup> Ofício do Juiz de Paz Antonio de Sá e Camargo para o Presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar, 12 de janeiro de 1839. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 26, ordem 1025. APESP

Lacerda no campo denominado Villa Nova na Sesmaria dos indígenas<sup>399</sup>.

O Capitão Rocha Loures, em sua defesa dos invasores da propriedade indígena, argumentava “amuitó aesta parte como já não abundavam campos de rebanho e foram mui freqüentes as petições dos novos povoadores, pedindo cômodos, cedi como emprestado todo aquele reservado terreno aos povoadores evendo que com bastante energia aproveitarão o sobredito reservado terreno com prédios, valles e lavouras”.<sup>400</sup> Entre as partes interessadas, estavam o índio Claro José Cavalheiro, o jornaleiro Bento José Gonçalves e o lavrador João Francisco de Abreu<sup>401</sup>, estes casados com índias, o que representava de certa forma a mobilidade dos aldeados dentro da povoação. Sobre a demolição das áreas construídas em terrenos vendidos a segundos donos, o Comandante da Expedição, que tinha sido quem autorizou e organizou a ocupação, inclusive com aquiescência do Presidente da Província e com erário publico, saiu também em defesa destes, argumentando que no lugar já havia muitas moradias e todas estavam habitadas e com rebanhos que contavam com mais de dez mil animais. O resultado da contenda foi um termo conciliatório no qual, na prática, as coisas permaneciam como estavam, e a terra indígena doada por Sesmaria por Dom João VI ficaria nas mãos de seus atuais possuidores, acabando assim por incorporada ao crescimento da Freguesia durante os anos seguintes.

O crescimento da Freguesia, de fato, era considerável, durante a década de 1830 sua população já tinha mais que dobrado. Nas palavras do Comandante Rocha Loures, em 1839, a população já contava com “*oito centos e setenta e seis almas de ambos os sexos, edemais quinze*

---

<sup>399</sup> Ofício do Juiz de Paz Antonio de Sá e Camargo em 25 de maio de 1839, sobre o pedido de envio do teor da questão movida por Antonio Joaquim de Moraes Lacerda e Joaquim Mendes de Souza relativamente ao campo denominado Villa Nova na sesmaria dos indígenas. Série manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 29, ordem 1025. APESP.

<sup>400</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província em 01 de junho de 1839. Série manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Cx. 230, pasta 1, documento 30, ordem 1025. APESP.

<sup>401</sup> Ofício do Juiz de Paz Antonio de Sá e Camargo sobre o pedido de envio do processo de conciliação acerca da sesmaria dos índios ao Capitão Mor Antonio da Rocha Loures, em 08 de junho de 1839. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1823-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 31, ordem 1025. APESP. Infelizmente não pude apurar dos autos, se eles estavam interessados na questão por serem segundos possuidores, ou representando os aldeados, no segundo caso o que, de fato, é uma grande possibilidade. No mínimo indica o quanto pode ser perigoso pensar a fronteira colonizadora dentro de disposições imutáveis, pelo menos no que se refere a condição do indígena aldeado em Guarapuava.



*degradados, sincoenta etreis Indigenas aldeados e secenta e oito agregados em várias Casas neste mesmo distrito*”.<sup>402</sup> Como podemos ver, o número de índios em Guarapuava praticamente permanecia o mesmo, enquanto a população dobrou e também o número de degradados. O que aparece pela primeira vez na documentação, além dos índios aldeados, são os índios que se encontram nas casas de particulares, em um número de 68 pessoas, o que leva a pensar, em uma das leituras possíveis para tal assertiva, seria que em função da Lei de 27 de outubro de 1831, que revogava as Cartas Régias que autorizavam a servidão indígena, e desonerava todos os indígenas do cativo a que eram submetidos. A lei considerava os indígenas como órfãos e daí sujeitos a tutela<sup>403</sup>.

Com a dificuldade maior em possuir escravos índios, pelo menos de forma declarada, a idéia de tutela, da aplicação de fins educativos e civilizatórios, acabava permitindo a agregação do índio à casa de particulares, afinal de acordo com Manuela Carneiro da Cunha “*desde Pombal, uma retórica mais secular de ‘civilização’ vinha se agregando à da catequização. E “civilizar” era submeter às leis e obrigar ao trabalho*”<sup>404</sup>. Com o pretexto de civilizar e educar, muitos índios foram utilizados como mão de obra. Em 1840, já temos uma relação de índios que estão na casa dos particulares. Na Figura 10 que segue, pode-se identificar o nome destes indígenas. Entre outros índios, encontramos o nome de Claro José Cavalheiro e sua esposa Ubaldina, o mesmo que muito provavelmente representava os aldeados na sua luta pela Sesmaria que lhes fora doada por João VI, junto ao Juiz de Paz da Freguesia, Antonio de Sá e Camargo, no ano de 1839. Junto a esta relação da figura 10, de 61 índios que estavam trabalhando em casas de particulares, temos também outra relação de índios aldeados. Percebe-se, mais uma vez, uma diminuição significativa dos aldeados, que agora somam 38, se comparada ao ano anterior onde eram 53 pessoas. Ainda era freqüente o emprego de índios como soldados do destacamento e, em muitos casos, sempre se procurava especializar um dito índio moço para a função de

<sup>402</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província, 01 de junho de 1839. Série manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Cx. 230, pasta 1, documento 30, ordem 1025. APESP.

<sup>403</sup> Lei de 27 de outubro de 1831. Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e por em servidão os índios. site da Câmara Federal WWW2.camara.gov.br, acesso em 27 de outubro de 2009.

<sup>404</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Op. Cit., p. 142. Outro estudo interessante sobre os indígenas como mão de obra, especificamente no Paraná Provincial é a pesquisa de SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 263-293

corneteiro ou tambor do destacamento, que era essencial para a segurança e disciplina dentro do povoado. A respeito da ordem dada pelo Presidente da Província para ensinar um ou mais índios de pouca idade o ofício de tocar o tambor e a corneta, o comandante da expedição dizia “*que em diferentes épocas já vierão dessa cidade mestres de tambor e Corneta, para ensinarem alguns índios, e avendose applicado para esse fim coatro Indios de menos idade, nenhu delles deo remuneração ao trabalho, por que xegando ao uso da razão, evadirão-se para a matta en alguãs vezes aqui tem vindo passageiramente*”,<sup>405</sup> e concluía a questão remetendo a responsabilidade ao Juiz de Paz Antonio de Sá e Camargo, e pedindo que este cedesse “*um ou mais recrutas do Corpo Policial, para serem admitidos no Destacamento e hirem aprendendo.*”,<sup>406</sup>

---

<sup>405</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar em 26 de Abril de 1840. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 50, ordem 1025. APESP.

<sup>406</sup> Idem

Figura 10. Lista dos indígenas que se acham em casas particulares na Freguesia de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava. Relação anexa ao ofício de Antonio da Rocha Loures, de 26 de abril de 1840.

Lista dos Indígenas que se acham em casas particulares na Freguesia de Belém		Lista dos Indígenas que se acham em casas particulares na Freguesia de Belém	
Nome	Sexo	Nome	Sexo
Alvares	2	Alvares Olt.	28 C.
José	17	Alvares	15 S.
Luiz	10	Alvares	13 S.
Bento	18 S.	Alvares	22 S.
Maria José Cavallotti	30 C.	Alvares	10
Waldino M.	25	Alvares	6
Belém	5	Alvares	12 S.
Alvares	10	Alvares	5
Bento	10 S.	Alvares	2
José	11	Alvares	15 S.
José	11	Alvares	25 C.
Luiz	22	Alvares	11
José	5	Alvares	6
Alvares	6	Alvares	19 C.
José	1	Alvares	25 C.
Alvares	19 S.	Alvares	11
Alvares	8	Alvares	6
Alvares	12	Alvares	1
Alvares	22 S.	Alvares	2
José	8	Alvares	5
Alvares	5	Alvares	15 C.
Alvares	11	Alvares	9
Alvares	11	Alvares	20 S.
Alvares	15 S.	Alvares	10 S.
Alvares	24 C.	Alvares	16 S.
Alvares	7	Alvares	3
Alvares	5	Alvares	20 C.
Alvares	11	Alvares	35 C.
José	9		
José	11		
Alvares	7		
Alvares	13 S.		

Alvares total somado e sumo

Fonte: Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 46 a, ordem 1025. APESP. A soma total dos índios é de sessenta e Hum, como consta ao final da figura.

Na figura 10, temos os nomes dos índios que estão em casa de particulares com suas respectivas idades e estado civil. Os nomes de Claro José Cavalheiro e Ubaldina são o 5º e o 6º, respectivamente. Com relação aos jovens que serviam de corneteiro, percebe-se na relação que o número de índios moços ou rapazes (de 12 até os 17), pelo menos nesta relação, não eram muitos. De cima pra baixo, temos João de 12 anos, Cypriano também de 12 anos, Caethano com 14 anos, Manoel com 15 e José de 13. Em um universo de 65 pessoas, é um número pequeno para esta faixa etária e gênero. Agora, ao se falar de mulheres, o número é expressivo, elas somam 41. O que indica claramente o que já foi observado seguidamente através da análise das fontes: havia uma clara preferência por crianças e mulheres para o trabalho doméstico nas casas da povoação de Nossa senhora de Belém.

As necessidades da expedição de Guarapuava ainda permaneciam as mesmas, como podemos ver, a necessidade de um corneteiro, ou de tambor, continuava. Mas quando tentava se resolver a questão ensinando um índio moço, este logo que percebia que podia fugir para o mato, assim o fazia, e voltava para a vila, só de passagem. Isto mostrava as condições de maleabilidade que incluía a fronteira nesse sentido, e o quanto a idéia de a mata estar ali contígua, e permitindo ao elemento indígena adentrá-la, buscando a liberdade de viver dentro do *sistema do mato*, como era chamado pelos invasores não indígenas.

Os gastos com a expedição também não mudaram muito, o que significa dizer que os salários pagos aos combatentes que compunham toda a expedição, inclusive dos índios que atuavam como soldados, permaneciam os mesmos<sup>407</sup>, até o final do ano de 1838, remontavam a 2:547\$179 reis, contas essas que eram prestadas desde 1836 ao Coletor da vila de Sorocaba, por ordem do Inspetor da fazenda da província<sup>408</sup>. Podemos observar, se comparadas com as contas da expedição de janeiro de 1833, no montante de 2:329\$036 reis, que os gastos que o governo fazia com a expedição eram praticamente os mesmos<sup>409</sup>. No

---

<sup>407</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo em 28 de Abril de 1840, prestando contas da expedição. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 51, ordem 1025. Em outro ofício datado de 26 de abril de 1840, o comandante pedia aumento de salários e efetivo. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 52, ordem 1025. APESP.

<sup>408</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo, 01 de Abril de 1839. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 28, ordem 1025. APESP.

<sup>409</sup> Ofício de Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo, 07 de Abril de 1833. Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 22, ordem 1025. APESP.

que se refere às contas da Expedição, o que chama a atenção é a pequena quantia que recebia, algo em torno de dois contos e quinhentos mil reis, dinheiro que mal dava para cobrir os dispêndios com a sobrevivência das pessoas que trabalhavam na expedição.

A estrada do sertão da mata, que saindo de Guarapuava chegava até Curitiba, ainda estava por ser concluída e suas condições continuavam precárias. Com o medo dos ataques indígenas, os jornaleiros que faziam os trabalhos de conserto e conclusão, recebiam como material indispensável para a tarefa, pólvora e munição.<sup>410</sup> A situação de fronteira era marcada continuamente pelas peripécias do povoado com as populações indígenas, que continuavam em ritmo intenso, aproximações e afastamentos foram recorrentes entre nativos e povoadores. Em 1833, o povoado de Castro também pediria auxílio policial ao povoado de Guarapuava em decorrência de ataques indígenas<sup>411</sup>. No ano de 1835, em Guarapuava, oito índios atacaram a Freguesia e foram indiciados por roubo. Para escapar da ação da Justiça, os acusados refugiaram-se na região de Palmas e “voltaram a viver junto dos seus”.<sup>412</sup> Tal situação demonstrava a mobilidade em torno do distrito de Guarapuava.

Embora não se possa precisar o número de pessoas que participavam desta mobilidade durante anos, é possível perceber que havia um fluxo de indígenas entre os matos, campos e povoados no distrito de Guarapuava. Assim, muitos desses índios passam a ser denominados de *semi-mansos* na documentação do período. O Comandante da expedição continuava comunicando os acontecimentos com os indígenas, e dessa vez nos contava de índios dos “*semi-mansos*”<sup>413</sup> que haviam fugido para os Campos de Palmas:

---

<sup>410</sup> *Ibidem*

<sup>411</sup> Câmara Municipal de Castro. Pedido de Auxílio Policial a Guarapuava. Série Manuscritos, ordem 0988, cx. 193, doc. 62, 1833. APESP.

<sup>412</sup> *Processo Crime*. Guarapuava: AMG, caixa 1, doc. 1A, processo de 23/12/1835.

<sup>413</sup> Dentro das categorias de índios já trabalhados por Manuela Carneiro da Cunha: índios mansos e índios bravos; somada a condição do índio manso, se agregava a condição do índio *semi-manso*, aquele que, geralmente era pagão, por não ser batizado, e vivia as voltas com as fugas para o mato, os chamados desaparecimentos do povoado, pelo menos dessa forma alguns documentos vão chamá-los. O Missionário Francisco das Chagas Lima já tinha usado essa nomenclatura, que servia para nominar em verdade, os indígenas que viviam entre a vida nos refúgios das matas e a vida próxima aos aldeamentos, vilas e freguesias já nas áreas ocupadas pela ação do colonizador, nesse vai e vem, quando estavam nas matas eram Bravos, se estavam nas aldeias eram Mansos, daí talvez a expressão *semi-manso* em alguns documentos. E como já vimos, tínhamos também a figura do índio criado, aquele que já é auto-suficiente para o trabalho e operações de guerra, o que já contava com mais de 12 anos de idade.

Tenho de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que em dias do mês próximo passado dezaparecerão desta Freguesia coatro Indigenas dos semimanços que aqui seachão, centrándose nas indagaçõins do destino delles, pôde saber-se que seforão unir auma órda dos moradores nos campos de Palmas para com elles hirem atacar as ordas dos campos das Laranjeiras, decorrendo oprazo de um mês mais ou menos, nodia ontem aqui se apresentarão, sette Indigenas incluzivel os coatro que daqui forão, trazendo cinco prizioneiros demenor idade, sendo duas mulheres etreis ómens [...]<sup>414</sup>

Como podemos perceber, nos Campos de Palmas habitava uma horda de moradores, os tais “semimansos” comandados por Vitorino Condá. O retorno dos índios para o povoado é assinalado pelo resultado de suas caçadas: cinco prisioneiros tomados aos índios das Laranjeiras, todos de menor idade, esses prisioneiros eram entregues como cativos no povoado. Mais uma vez fica clara a preferência dessas caçadas: mulheres e crianças. O desaparecimento dos índios e seu retorno ao povoado dois meses depois, e com mais dois índios como companheiros, demonstra mais uma vez a flexibilidade das relações de subordinação neste mundo fronteiriço. O desaparecimento e união com outros grupos e seus comandos, demonstram também a liderança que se estabelecia cada vez de maneira mais forte de Vitorino Condá, e o comando que exercia nas operações de incursão em território rival, como os índios que habitavam nos Campos das Laranjeiras, a oeste de Guarapuava.

A partir de 1840, a fronteira agrícola e principalmente pastoril é deslocada para a região dos Campos de Palmas que passa a ser a nova ponta do avanço dos pastos, criação de animais e pequenas lavouras, que há muito eram cobiçados por fazendeiros de Guarapuava, Palmeira, Ponta Grossa, e mesmo de Curitibaanos. Dentro de nova situação, aparecem outros personagens na nova frente de expansão que se descortinava, de homens e mulheres fronteiriças nos campos de Palmas. Homens como Vitorino Condá e seus Tenentes, Veri e Mathias, mulheres como Rita Facxó, companheira de Condá e que neste novo

---

<sup>414</sup> Ofício do Comandante da expedição em Guarapuava, Antonio da Rocha Loures ao Presidente da Província, em 29 de Abril de 1839. Série manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Caixa 230, pasta 1, documento 27, ordem 1025. APESP.

lugar, vão se encontrar com novos comandantes e povoadores como Hermógenes Lobo e Pedro Siqueira, que aí também vão viver suas experiências neste lugar limítrofe chamado fronteira da guerra de conquista e colonização dos indígenas; uma guerra, indubitavelmente, injusta.

## GUERRAS E FRONTEIRAS

### Milicianos nos Campos de Palmas

As fronteiras da colonização, da expansão das linhas agropastoris e comerciais, originando povoados, estendiam-se nos finais dos anos de 1840, em direção aos Campos de Palmas. Grupos de exploradores saídos dos povoados próximos como Palmeiras e Guarapuava com intenção de povoar novos campos abriam novas picadas e queimavam os campos para tomar posse e estabelecer a criação de animais, principalmente o gado bovino. Os Campos de Palmas estavam a sudoeste de Guarapuava e, além de representar novos campos para a criação de animais que não paravam de crescer, era também o início do novo caminho do Sul. O comércio entre São Paulo e as províncias do Sul, no que se refere à condução de tropas e rebanhos de animais do Rio Grande do Sul, cruzava por Vacaria, passava por Lages, e seguia pela Vila do Príncipe<sup>415</sup> até Sorocaba. Com a descoberta do passo do Goyo-En, abriu-se este novo caminho de Palmas que, partindo de Cruz Alta, cruzando o rio Uruguai no passo de Goyo-En, passava pelos campos de Palmas e o Campo do Erê ao sudoeste deste<sup>416</sup>, cruzando os Campos de Guarapuava e os Campos Gerais, e seguia para Sorocaba. A

---

<sup>415</sup> Atual Lapa.

<sup>416</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Notícias da descoberta dos Campos de Palmas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 14, 1851.p. 425-438. O autor que viveu esses momentos como árbitro para resolver as contendas com relação a posse da terra, relata a descoberta dos campos de Palmas e de outros, como o Campo do Erê ao sudoeste do de Palmas, e nas explorações buscando outros campos encontraram também o acampamento de Vitorino Condá e Veri, lideranças dos índios que fugiram do acampamento de Guarapuava e habitavam nas campinas e matas adjacentes. A descoberta desses campos também aparece no Discurso do Presidente da Província de São Paulo Rafael Tobias de Aguiar em 07 de Janeiro de 1841, por ocasião da abertura da assembléia Provincial. São Paulo: Typografia de Costa Silveira, p. 12. Site da Universidade de Chicago. Center For Research Libraries- Provincial Presidential Reports(1830-1930). WWW. crl.edu/pt-br/ Brasil/provincial. Neste documento aparece a descoberta desses campos com a participação de José Joaquim Pinto Bandeira, que a época era Sargento Mor da Guarda nacional em Curitiba, e o cidadão Manoel de Almeida Leria.



viabilização deste traçado reduzia em mais de 60 léguas o percurso antes praticado pelos condutores de muare<sup>417</sup>.

Os Campos de Palmas eram conhecidos desde a ocupação de Guarapuava quando já eram cobiçados pelos fazendeiros Guarapuavanos. O povoado de Palmas era o início do novo caminho, a Estrada das Missões (como passaria a ser chamado), que se abria para intensificar o comércio nesse novo mundo do influxo colonial. E, para tanto, o Estado Imperial avança com uma expedição militar para essa fronteira, deslocando uma Companhia de Municipais Permanentes, que foram criadas e autorizadas a funcionar nas províncias a partir de outubro de 1831 pela Regência Imperial.

Essas novas Guardas Municipais Permanentes das vilas faziam parte da reestruturação do aparato de segurança e policiamento do Império durante o período regencial, que criava Corpos de Municipais Permanentes e a Guarda Nacional, no intuito de substituir as Companhias de Ordenanças e as milícias coloniais<sup>418</sup>. A Guarda Nacional foi criada pela lei de 18 de agosto de 1831, que ao mesmo tempo em que a criava, tornava extintas as milícias e Corpos de Ordenanças e as Guardas Municipais Voluntárias<sup>419</sup>. Autores como Raymundo Faoro<sup>420</sup> e Jeanne Berrance de Castro<sup>421</sup> viram a Guarda Nacional como uma milícia cidadã, o que, de fato ao que parece e demonstram os fatos e fontes históricas, é algo plausível - principalmente a partir da percepção de que as milícias coloniais já traziam em seu bojo tal pensamento, já que, além do cidadão, qualquer um poderia ser recrutado para esses serviços, conforme já previa a

---

<sup>417</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e Conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os campos de Palmas. In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo e OLIVEIRA, Oséias de. *História Agrária: Propriedade e conflito*. Guarapuava: UNICENTRO, 2009, p. 283. Sobre o mercado das mulas, ver KLEIN, Herbert S. A oferta de muare no Brasil central: O mercado de Sorocaba. *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, p. 347-72, 1989.

<sup>418</sup> Sobre a criação dos corpos de policiamento ver VELLASCO, Ivan. "Políciais, pedestres e inspetores de quartelão; algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na Província de Minas Gerais". In: CARVALHO, José Murilo de (Org.) *Nação e cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 239-265.

<sup>419</sup> *Coleção das leis do Império*. Atos do poder legislativo (1831-1840). Lei de 18 de Agosto de 1831. Cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. Site da Câmara Federal WWW2.camara.gov.br, acesso em 27 de outubro de 2009.

<sup>420</sup> Ver FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*, vol. I. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, p. 341-357.

<sup>421</sup> CASTRO, Jeanne Berrance. A Guarda Nacional. In: ELLIS, Mirian. (Org.) *Brasil monárquico: declínio e queda do império*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História geral da Civilização Brasileira; t.2, v.4), p. 274-299.

constituição de 1824 em seu artigo 145.<sup>422</sup> A nova força substituíra as antigas milícias coloniais, e fazia parte do modelo de modernização do Império, calcado nos moldes franceses de composição de uma guarda. Inclusive, a própria lei de criação era quase uma cópia da lei francesa, e sua função adaptada aos novos momentos era parte dos desígnios de conquista e colonização das nações modernas.

De acordo com Raymundo Faoro e Jeanne Berrance de Castro, em larga medida, nas principais cidades do centro do país a Guarda Nacional tinha um cunho marcadamente civil, uma espécie de “carta na manga” dos ditos cidadãos e proprietários que formavam a sociedade civil no Brasil do império.<sup>423</sup>

Para Sérgio Buarque de Holanda, embora a Guarda Nacional revista um cunho cidadão e civil, não se pode pensar nessa força como que uma defesa da sociedade civil contra a sociedade militarizada, mas antes funcionará como auxiliar a essa - no que concordamos com este, pois em Guarapuava e outros lugares fronteiriços, a Guarda Nacional, cujo principio ordenador advinha dos bancos e doutrinas tipicamente militares, vai ser a principal força de ajuda para as tropas da força terrestre, chamadas de 1º linha<sup>424</sup>. No contexto das fronteiras em expansão, esta visão é plausível, uma vez que as forças terrestres foram peça fundamental na conquista das terras e matas a serem ocupadas pelos campos de criação de animais. Assim, as tropas que vão auxiliar a dita 1ª linha passam a ser denominadas de 2ª linha e, indubitavelmente, farão parte desse aparato da conquista. Durante a colônia eram formadas pelas milícias coloniais e as Companhias de Ordenanças, que faziam o policiamento e mantinham segurança das Vilas, freguesias e povoados em sua conquista territorial. No Império e durante o período regencial, essa segunda linha é modernizada e passa a figurar agora com as Guardas Nacionais e os Corpos de Polícia, que são organizados na corte e depois pelas províncias, como foi o caso de São Paulo e Minas gerais que, em 1832, criam seus Corpos de Polícia.<sup>425</sup>

---

<sup>422</sup> Idem.

<sup>423</sup> Ibidem

<sup>424</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Fronda Pretoriana. In: HOLANDA, Sérgio Buarque(Org.)*Brasil monárquico: do império a república*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História geral da Civilização Brasileira; t.2, v.5), p. 215-231.Convém ressaltar que a chamada 1ª linha do exército, era a composição das três armas da força terrestre, a artilharia, a cavalaria e a infantaria.

<sup>425</sup> Sobre a criação da polícia em Minas Gerais ver VELASCO, Ivan. Op. Cit. As forças policiais já nascem vinculadas às forças de 1ª linha e auxiliares a esta, com o fim do Guarda Nacional no início do século XX, e depois da atuação decisiva da policia militar durante a guerra do contestado, essas forças passam a figuras com a constituição de 1917, como forças

Na prática, pelo menos no contexto de Guarapuava, as Guardas Nacionais estavam longe de se constituir como grandes frações de soldados prontos para o combate. Em realidade, não passavam de um punhado de soldados, muitos dos quais ainda oriundos das antigas milícias - principalmente, no caso das fronteiras -, que distantes das cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, mantinham basicamente as mesmas estruturas. Isso porque em alguns lugares as Companhias de Ordenanças ainda funcionariam até que estivesse estruturada a Guarda Nacional, cujo tempo de adaptação estava previsto na própria lei de criação dos Corpos de Polícia e da Guarda Nacional. E, assim, a Cia de Ordenanças de Guarapuava constituía agora a Guarda Nacional, e os oficiais já em postos das milícias passaram para a Guarda Nacional, como foi o caso do próprio Antônio da Rocha Loures, que continuava como Capitão Mor Comandante da expedição de Guarapuava<sup>426</sup>.

O Corpo de Permanentes Municipais eram forças que se constituíam nas províncias e sob a administração destas; e, em linhas gerais, realizavam o policiamento das vilas e freguesias<sup>427</sup>, mas funcionavam também junto ou integrada ao comando da Guarda Nacional, e, em alguns casos, seus comandantes estavam subordinados aos comandantes superiores da Guarda Nacional. O que de fato temos de levar em consideração é que nas regiões de fronteira, bem como na maioria dos lugares afastados dos grandes centros do Império, o que valia era a ideia da expedição militar, enquanto a freguesia não se constituía em vila, a condição militarizada do povoado como acampamento - o denominado abarracamento do século XIX - permanece enquanto tal desígnio seja necessário.

---

reserva e auxiliar do exército, cuja condição permanece até os dias atuais, levando-se em conta que o efetivo das polícias militares ainda é pensado nos termos de reserva tática no caso da defesa territorial, desde a colônia até o presente.

<sup>426</sup> Relação da tropa da Guarda Nacional e Policiais em Guarapuava, encaminhada ao Presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar, em seis de agosto de 1839, pelo Comandante de Guarapuava, o Capitão Mor Antonio da Rocha Loures. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 2, documento 9, ordem 1025. APESP.

<sup>427</sup> *Coleção das Leis do Império*. Atos do poder Legislativo. lei de 22 de outubro de 1831. Dá regulamento ao Corpo de Guardas Municipais permanentes da Corte. Este regulamento dá regras para a criação dos corpos de polícia na corte e nas províncias. Site da Câmara Federal. WWW2. Camara.gov.br.

## Vitorino Condá e Veri, Hermógenes Lobo e Pedro Siqueira: Homens de Fronteira nos Campos de Palmas

Em 1840, nos Campos de Palmas, convidado pelo Comando Superior das Legiões da Guarda Nacional do Sul da Província de São Paulo<sup>428</sup>, chegou o capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, delegado para a missão de exercer a Comandância do Destacamento do Corpo de Permanentes Municipais estacionado nos Campos de Palmas.

O Comando das Legiões da Guarda Nacional do Sul da Província de São Paulo era exercido à época pelo Coronel João da Silva Machado, um ex-feitor de estância, nascido em Taquari, São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1782. No início do século XIX, enriqueceu tropeando gado muar para a feira de Sorocaba. Tornou-se um dos principais proprietários de terra entre Sorocaba e Castro.<sup>429</sup> Na década de 1830, na condição de homem do Sul e homem ligado às elites de São Paulo, vai atuar como legalista ao lado do Império, nas campanhas militares na Província de São Pedro, na chamada Guerra dos Farrapos. A Guerra foi iniciada em 1835, a partir das revoltas organizadas principalmente por estancieiros de fronteira, capitaneados por Bento Gonçalves, que desejavam maior autonomia e, alguns, a separação da Província. As tropas rebeldes poderiam estar em farrapos, mas seus

---

<sup>428</sup> Ofício do Capitão Mor Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira ao Capitão Mor Comandante na Freguesia de Palmeira, Domingos Ignácio de Araújo em 15 de março de 1841, pedindo sua demissão do cargo de comandante em Palmas, e informando que para ali veio, apenas porque tinha sido convidado pelo comando superior das legiões ao sul da província de São Paulo, Coronel João da Silva Machado. Os Corpos de permanentes municipais, por vezes, funcionavam também junto ao comando da Guarda Nacional, e junto a esta, ou integrando esta, seus comandantes estavam subordinados em geral aos comandantes superiores da Guarda Nacional, como no caso de Hermógenes lobo que estava vinculado ao Coronel Comandante das legiões Sul da Guarda Nacional, o Coronel João da Silva Machado. Série manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 56, ordem 1025. APESP.

<sup>429</sup> João da Silva Machado, nascido em 11 de Junho de 1782 na freguesia de Taquari no Rio Grande do Sul e falecido aos 92 anos em 19 de março de 1875 em São Paulo, Capital, onde viveu maior parte de sua vida em uma chácara no bairro da luz. Viveu seus 92 anos, na maior parte deste tempo como poderoso fazendeiro. A partir de 1816, quando já Sargento Mor de Ordenanças na Vila do príncipe e genro de um rico dono de negócio de comércio de animais, iniciara o processo de aquisição de terras. Na década de 20, é beneficiado com a Inspectoria da Estrada do Sul, responsável pela sua manutenção e também pela cobrança dos impostos que deviam pagar os que dela fizessem uso para comércio de suas tropas de animais, nesta empreitada foi seu sócio Antonio da Silva Prado, futuro Barão de Iguape, sobre isto Ver PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape. Um empresário da época da independência*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

dirigentes, longe estavam de ser maltrapilhos ou esfarrapados. Ao contrário, era gente ligada a antigas elites criadoras de animais, que tinha uma profunda ligação com o meio rural e com os antigos caminhos de tropa e seu mercado para os centros consumidores do centro-norte do Império. Gente rica que lutava por seus interesses e manutenção ou ampliação de seus direitos à riqueza.<sup>430</sup>

A Guerra dos Farrapos teve seu final protagonizado por Luís Alves de Lima e Silva, Brigadeiro na revolta maranhense - a Balaiada -, cuja vitória lhe tinha dado o título de Barão de Caxias. Em 1845, à frente da Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e como seu Comandante de Armas derrotou aos farrapos de Bento Gonçalves, assinando o acordo de paz que, longe de ser uma rendição incondicional, mantinha as antigas elites rio-grandenses no poder. Além disso, com o acordo, latifundiários rebeldes permaneceriam como oficiais a serviço do Império e sob as ordens do recém-condecorado e agora Conde de Caxias, que permaneceria a frente da Presidência da Província e ainda como seu Comandante de Armas. Segundo Thomas Skidmore, o militar Luís Alves de Lima e Silva obteve uma carreira nobiliárquica e militar, ligada ao seu parentesco com elites do governo - já que era filho do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, que tinha exercido a Regência do Império - mas também relacionada às suas vitórias em guerras que esteve envolvido.<sup>431</sup>

O Coronel João da Silva Machado, dentro de sua atuação legalista no comando da Guarda Nacional e ligado desde o tempo de El Rey ao governo do Rio de Janeiro (seja como Sargento Mor em 1816, proprietário de muitas terras e Inspetor da Estrada do Sul na década de 1820, ou como Coronel durante as revoltas regenciais), nesta distribuição de títulos e honrarias por êxitos nas guerras, em 11 de Setembro de 1843, com uma situação na Província de São Pedro favorável ao Império, foi condecorado como Barão Imperial e autorizado a lidar em nome do governo de negócios que envolviam a expansão colonial.<sup>432</sup> Estes negócios incluíam a definição das fronteiras

<sup>430</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>431</sup> SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 71.

<sup>432</sup> Quanto mais João da Silva Machado conseguia estabelecer uma rede de alianças desde a Capital- São Paulo até Castro e Curitiba, mais projeção alcançava na cena nacional. Foi dessa forma que na década de 1840 recebeu o título de barão e, a partir da formação do Paraná, foi eleito senador por aquela província, cargo que exerceu até sua morte em 1875. NEGRÃO, Francisco. *Genealogias Parananaenses*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2005, p. 94-100. Em 1858, quando o barão foi ocupar cadeira no Senado, colocou algumas propriedades à venda e arrolou parte de seu patrimônio: 3 fazendas de gado em Faxina, Castro e na Campina de São Jerônimo, às margens do rio Tibagi, calculadas em torno de 25 léguas quadradas, 6 sesmarias

e de formação de aldeamentos em boa parte da extensão de terras a ser invadida e ocupada na província de São Paulo, e, principalmente, nos caminhos que levavam ao Sul e às Províncias Platinas.<sup>433</sup> Assim, na década de 1840, além do comércio de animais, o ex-tropeiro estava envolvido em abertura de estradas, em formação de colônias indígenas, de imigrantes, e em arrecadação de impostos. Em Guarapuava, João da Silva Machado atuou como sócio na formação da colônia Tereza Cristina, na abertura da Estrada das Missões e na colonização da região de Palmas.<sup>434</sup>

Dentro desta ocupação, distribuem-se cargos honoríficos e militares, e assim se forjavam capitães e tenentes, futuros coronéis, e generais, como no caso de nosso coronel João da Silva Machado, que, em 1840, durante o sopro vigoroso de guerra que vinha do sul emanado pela Revolta Farrapa, decidia sobre o Comandante para Palmas. João da Silva Machado, como Comandante das Legiões Sul da Guarda Nacional da Província de São Paulo, longe do *front* da guerra, ou de qualquer

---

na área do baixo Paraguai, de limites e tamanhos imprecisos, mas, com aproximadamente 90 mil Km quadrados, posses que englobaram quase todo o sul do Mato Grosso, as extensões dos municípios de Miranda, Nioac, Aquidauana, Ponta Porã, Porto Murtinho e Bela Vista. Sobre isto ver WISSENBACH, Maria Cristina C. Desbravamento e Catequese na Constituição da Nacionalidade Brasileira: As Expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. *Revista de História*, São Paulo, vol. 15, n° 30, p. 138,1995. Apud LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. Tese de Doutorado defendida no departamento de história da USP, São Paulo em 2006, p. 235-237.

<sup>433</sup> Maria Nicolas. *Vultos Paranaenses*. Curitiba: Academia de Letras do Paraná, 1948. Vol. I, p. 135-136. O título de Barão foi outorgado ao Coronel por uma série de situações e variantes que envolviam sua concessão, mas pode-se dizer que a atuação legalista durante a Guerra dos Farrapos e na Revolta Liberal em Sorocaba em 1842, foi decisiva para não só o recebimento do título, mas por aumentar significativamente o poder de atuação desse tropeiro, miliciano, político e rico fazendeiro, que chegou a vice-presidência de São Paulo. Ainda sobre este poderoso dono de terras e negociante de bens de toda espécie, desde índios, animais, armas, munição, tecidos, couro, charque e qualquer coisa que pudesse auferir lucro ver BORGES, Luís Adriano Gonçalves. *O Barão Bandeirante: João da Silva Machado e os interesses públicos e privados nas questões indígenas em meados do século XIX*. V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Outubro de 2010. Outra análise interessante, sobre o Barão de Antonina, podemos encontrar em SPOSITO, Fernanda. *Nem Cidadãos, Nem Brasileiros. Indígenas na formação do estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História Social, 2006, p. 180-210.

<sup>434</sup> WISSENBACH, Maria Cristina C. Op. Cit., p. 137-155, 1995. Apud LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. Op. Cit., p. 236.

*front* de guerra, articulava estratégias em seu gabinete na capital paulista<sup>435</sup> planejando a invasão e a conquista dos Campos do Covó (Palmas), como eram chamados pelos Kaingang, por sua proximidade ao Goio-Covó, o atual rio Iguçu. A ordem era ocupar a terra, mesmo que para isto se tivesse de lutar por ela com seus antigos donos, os povos originários da América. Nesta luta se estabeleciam hierarquias, às vezes já pré-estabelecidas, às vezes decorrentes deste último processo. É nesse viés que desembarcava, em 1840, nos Campos de Palmas, o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira.

Após sua chegada aos Campos de Palmas, o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira no comando do Destacamento de Permanentes<sup>436</sup>, implanta seu abarracamento dentro de uma região de campo, nos lajeados chamados de Caldeira e Cachoeira, lugar que deveria se estabelecer a povoação<sup>437</sup>. Estes campos estavam perto de capões de mato, que formavam grandes travessões que às vezes levavam dias para serem transpostos. As primeiras providências que vai tomar o capitão Hermógenes são solicitar ao Presidente da Província, o Desembargador Manoel Machado Nunes, verbas de custeio para as tropas estacionadas no abarracamento nos Campos de Palmas e alertar para que não se estranhasse “suas requisições, visto ser este hum país central e nascente, onde se precisa de toda a proteção”.<sup>438</sup> Para compor

---

<sup>435</sup> Ofício do Capitão Mor Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira ao Capitão Mor Comandante na Freguesia de Palmeira, Domingos Ignácio de Araújo em 15 de março de 1841, pedindo sua demissão do cargo de comandante em Palmas, e informando que para ali veio, apenas porque tinha sido convidado pelo comando superior das legiões ao sul da província de São Paulo, Coronel João da Silva Machado. O Corpo de permanentes municipais, por vezes, funcionavam também junto ao comando da Guarda Nacional, e junto a esta, ou integrando esta, seus comandantes estavam subordinados em geral aos comandantes superiores da Guarda Nacional, como no caso de Hermógenes lobo que estava vinculado ao Coronel Comandante das legiões Sul da Guarda Nacional, o coronel João da Silva Machado. Série manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 56, ordem 1025. APESP.

<sup>436</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Notícias da descoberta dos Campos de Palmas. Op. Cit., p. 430. José Joaquim Pinto Bandeira nos diz que a companhia de municipais permanentes havia sido criada em 16 de março de 1837 pela assembléia provincial, e como havia necessidade de abrir um caminho entre o rio Iguçu e os novos campos, permitindo que saindo de Curitiba pela navegação chegava-se ao porto onde do qual saía o caminho para os novos campos, e para consecução desses objetivos, necessitava-se de uma guarda que os protegesse dos ataques imprevisíveis dos índios, e dessa forma é deslocada para esses campos, no início do ano de 1840, a companhia de permanentes sob o comando de Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira.

<sup>437</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Op. Cit., p. 432.

<sup>438</sup> Ofício do Capitão Mor Comandante das tropas estacionadas em Palmas Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, ao presidente da Província Manoel Machado Nunes em 15 de março de 1840. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 37, ordem 1025. APESP.

as tropas, o capitão Hermógenes Lobo iria recorrer a um antigo expediente: o recrutamento forçado. Através desse método, toda pessoa apta para o serviço militar e que se encontra disponível é admitido compulsoriamente ao serviço militar - mais precisamente ao destacamento de ocupação dos campos de Palmas. Quando de uma visita a Guarapuava, o Capitão, segundo sua interpretação, encontrara muitos vadios e possíveis desertores que ali se escondiam, bem como em toda a região dos campos de Palmas, e a essa “malla gente e a outros que serviam para tal partido”,<sup>439</sup> o comandante esperava ansiosamente as ordens do Presidente da Província para “esgotar por hum recrutamento aberto aquela qualidade de gente que vivem occiozos, parte sem serem conhecidos pelas authoridades com prejuízo da sociedade brasileira, limpeza do pais, e utilidade pública.”<sup>440</sup>

Dentro das dificuldades das expedições de ocupação das fronteiras, além dos problemas de montar as tropas, o que às vezes necessitava de um recrutamento aberto<sup>441</sup>, tinha o fato de que nesses campos estavam agora Vitorino Condá e seu grupo. Para estabelecer com alguma segurança a expedição, era imprescindível obter o apoio de Vitorino Condá e de seu povo. O capitão Hermógenes utilizava-se da mesma estratégia já estabelecida, como vimos nos costumes dos processos de colonização ao longo dos séculos, que era o de buscar nas lideranças indígenas o apoio necessário para estabelecer o povoado:

No dia 20 de abril próximo passado, chegou o Indio Vitorino que lhedi oposto de Capitão Mor em nome do Ilmo Sr Presidente desta província, e elle nomeou ao Veri tenente, e Mathias alferes, e Manoel Sargento de sua companhia, que se compoen de 16 a 20 di armaz, 16 mais ou menos de 12 anos para baixo, de 30 a 40 mulheres de perto para cima mais ou menos que não posso contar o número certo por estarem

---

<sup>439</sup> Ofício do Capitão Mor Comandante do destacamento estacionado nos campos de Palmas Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira ao Presidente da Província de São Paulo, pedindo autorização para exercer recrutamento aberto aos ociosos e vadios de Guarapuava, para compor as tropas de ocupação e povoamento em Palmas. Quartel nos Campos de Palmas em 17 de Abril de 1840. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 42, ordem 1025. APESP.

<sup>440</sup> Ibidem

<sup>441</sup> Sobre o Recrutamento Militar no Brasil no século XIX ver MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 110-135.



huns em cassadas, outros distante daqui em o novo Abarracamento em querer aproveitar o porquê vai para Palmas pelo rio; breve darei o número delles, com os quais tenho feito por oras a despeza de 100\$000 réis de fazendas, e comestivo, não só o meo como alheios que tenho comprado porque não há para agradalos, e dizerlhes que vossa excelência á de mandar pagar para elles o que espero com brevidade para satisfazer a seos donos,(...)<sup>442</sup>

Mais uma vez, evidencia-se a manutenção da estratégia de estabelecer alianças e conceder postos de oficiais entre o efetivo de pessoal indígena, no que tange ao que consideravam os militares como força de combate. Nesse sentido, vão ser distribuídos postos de Capitão, Tenente, Alferes e Sargento, conforme as lideranças do grupo comandado pelo índio Vitorino Condá. Veri, que em 1833 sequer era uma liderança, agora é o segundo em comando no grupo, e vai ser Tenente; e o índio Mathias será Alferes e Manoel, Sargento. Da mesma forma, existe o apoio e aliança entre militares de ocupação e indígenas. Estes por sua vez exigiam e necessitavam de roupa, cobertores e comida, já que se anunciava mais um rigoroso inverno nos campos e matas nesse ano de 1840. Os povoadores, em sua maioria donos dos rebanhos de animais que avançavam pelos campos, como o próprio Hermógenes, desembolsaram de seus próprios bolsos uma quantia de 100 mil réis, pois sabiam do possível reembolso pela Presidência da Província, como demonstra o último ofício. Neste mesmo ofício, o comandante fala que os índios de Vitorino também querem armas de fogo, munição e ferramentas para trabalhar, e rogava ao Presidente para que lhes mandasse. Quanto ao armamento de sua companhia, estavam bem desarmados, faltava quase tudo, e as poucas armas que tinham estavam se desmanchando, e nem havia notícia dos que vendiam armas e também não tinham dinheiro para isto.<sup>443</sup> Além disso, em Palmas tudo faltava, e o que existia para vender tinha um alto preço e os comerciantes só aceitavam o pagamento à vista, assim “estão os soldados endividados pagando hum pressio exorbitante para se remediarem, se vossa excelência não nos socorrer com nossos soldos,

---

<sup>442</sup> Ofício do Capitão Mor Comandante do destacamento estacionado nos campos de Palmas Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira ao Presidente da Província de São Paulo Manoel Machado Nunes. Campo de Palmas, 2 de Abril de 1840. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 44, ordem 1025. APESP.

<sup>443</sup> *Ibidem*

muitos no fim do prazo dos quatro annos, hirão com suas pessoas pagar o que devem.”<sup>444</sup> Mas não foi só de sua sorte que reclamava, tentava também o capitão estabelecer um comércio com os índios de Vitorino e para tanto solicitava o envio de fazendas para os índios, e solicitava também o restabelecimento do livre comércio dos índios aprisionados nas expedições:

Que seria acertado vir por conta da Nação, para formar com os Indios comercio alguma porção de fazendas, como baetas, pano rendado de ponxes, berbuta, riscados dalgodao, zoarte, algodoes de sortido, americano, trançados, e singelos cassaz, cousas grossas, facas, ferramentas, e ordem de receber-se delles carnis, cera, mel, couros, e tudo o mais que elles trouxerem, ou cassarem, afim de os fazer dependentes, e ambiciosos. Lembrome mais a ser possível fazer-se reviver a Carta Régia de 5 de abril de 1808, Revogada pela Lei de 27 de outubro de 1831 de serem cativos os Indios apanhados em ataque; tanto pelos Indios, como pelos Brasileiros; porque tendo o Vitorino asserima revalidade com os Indios de pequerê que cada serto tempo seatacão, e sem rrazão, e os que hum apanha do outro conserva por seos cativos; He útil apanhalos, e sera o meio mais favorável de revalizar o Vitorino com os que tem feito grande dano no Caminho do sul desde a Villa do príncipe athe missoens que de tudo lhe dá motivo e pronto para hir batelos para venderem;[...]<sup>445</sup>

A ideia de manter um comércio com os índios pode sugerir, em um primeiro momento, uma atitude de conciliação ou de ajuda aos índios. Mas, se bem observadas todas as condições que envolviam esses relacionamentos, verifica-se de forma imediata que ela está condicionada à conquista, a tornar o índio dependente e ambicioso – era isso o que se desejava, como nos diz o Capitão. Desejava-se também, como podemos ver no ofício do Comandante do Destacamento estacionado em Palmas, Hermógenes Lobo, de se reviver a Carta

---

<sup>444</sup> Ibidem

<sup>445</sup> Ibidem

Régia<sup>446</sup> que permitia serem escravizados os índios presos em combate, esquecendo a lei de 27 de outubro de 1831, a chamada “lei dos órfãos”. A lei tinha revogado a Carta Régia, desonerando os índios que se encontravam em servidão, e mantinha o estabelecimento da tutela indígena e sob responsabilidade jurídica dos Juizes de Paz, Órfãos ou Ordinários.<sup>447</sup>

Em relação à captura de índios, dizia-nos o capitão que “He útil apanha-los”, tornando rivais cada vez mais os índios uns dos outros. Podemos perceber assim os *usos e costumes antigos* que estabeleciam a condição de escravo. Independente da legislação, os índios faziam cativos e os brasileiros também, mais uma vez se estabelecem uma prática baseada no pluralismo das leis do direito então praticado<sup>448</sup>, que no Império do Brasil tinha uma práxis com as mesmas matizes e tons. Mas é preciso pensar como alerta à afirmação de que as leis não eram levadas a sério ou eram totalmente ineficientes. Elas faziam um sentido dentro da ótica do direito colonial. A chamada *Lei dos órfãos*, destinando a responsabilidade da tutela indígena aos Juizes de Paz nas vilas, povoados e freguesias imperiais, exercia sua função, daí a necessidade de revogá-la e reviver a Carta Régia que permitia a escravização dos indígenas<sup>449</sup>. Essa pretensiosa revogação desejada pelo capitão Hermógenes Lobo pode ser em função da Lei 16 de 12 agosto de 1834 que faz algumas alterações e adição à constituição política do Império. A lei no parágrafo 5 do artigo 11, estabelecia entre outras competências das Assembléias Provincias, “a de promover, cumulativamente com a Assembleia e o Governo Geral, a organização da estatística da Província, a catequese, e civilização dos indígenas, e o estabelecimento de colônias”<sup>450</sup>. Ora, como vemos este Ato Adicional à Constituição Política do Império foi de suma importância porque

---

<sup>446</sup> Observe-se a confusão feita com as datas, o Capitão cita 05 de abril de 1808, provavelmente fez uma confusão com as datas das Cartas régias, que verdadeiramente eram 05 de novembro de 1808 e 01 de abril de 1809.

<sup>447</sup> Coleção das leis do Império. Lei de 27 de outubro de 1831. Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra e por em servidão os índios. Site da Câmara Federal. WWW2. Camara.gov.br.

<sup>448</sup> Cf. SILVA, Cristina Nogueira Da. Op. Cit., p. 899-921.

<sup>449</sup> Carta Régia de 05 de novembro de 1808 e Carta Régia de 1º de Abril de 1809. Coleção das leis do Império. Site da Câmara Federal. WWW2. Camara.gov.br.

<sup>450</sup> Lei Nº 16 de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adição à Constituição Política do Império. Coleção das Leis do Império. Site da Câmara federal. WWW2. camara.gov.br. Essa lei adicional a constituição do império, veio coadunar com a nova fase imperial do país, e principalmente das províncias, que passa a constituir assembléias próprias e passam a legislar sobre vários assuntos, inclusive com a possibilidade de estabelecer colônias.

permite as Províncias estabelecer as Assembleias Provinciais e legislar sobre uma série de assuntos, além do que, a província também pode colonizar. Assim, o artigo em questão é muito bem pensado quando diz que as províncias devem catequizar e civilizar os índios ao mesmo tempo em que podem estabelecer colônias - ao que parece, uma coisa deveria vir necessariamente com a outra. Manuela Carneiro da Cunha, analisando a política indigenista do Brasil no século XIX, faria o seguinte comentário acerca dessa lei.

[...] Após a abdicação forçada de d. Pedro, o ato adicional de 1834 incumbe as Assembleias Legislativas Provinciais de legislarem cumulativamente com a assembleia e o governo geral, sobre a catequese e civilização de indígenas. A inovação é significativa. Até então, as províncias, através de seus conselhos gerais, propunham leis e decretos que teriam de ser sancionados pela assembleia geral legislativa e pelo Imperador. Com a descentralização de 1834, várias províncias passam imediatamente a tomar iniciativas anti-indígenas. No Ceará, a Assembleia Provincial apressa-se em extinguir em 1835, duas vilas de índios, seguidas de mais algumas em 1839. Em Goiás, o Presidente da Província organiza em 1835 e 1836 expedições ofensivas contra os índios Canoeiros e Xerente e os quilombos, oferecendo-lhes as alternativas seguintes: se aceitassem a paz, seriam expulsos de seus territórios e suas lavouras queimadas, para que não retornassem; seriam mortos e os prisioneiros escravizados, caso não aceitassem.<sup>451</sup>

Assim, várias províncias tomavam medidas anti-indígenas, e, em alguns casos, como os de Ceará e Goiás, citados pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, as iniciativas em relação aos povos indígenas eram o extermínio e perda da liberdade dos sobreviventes<sup>452</sup>. Vem talvez daí a convicção de Hermógenes Lobo em pedir ao Presidente da Província de São Paulo para que fosse revivida a Carta

<sup>451</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Op.Cit. P. 137-138.

<sup>452</sup> Sobre a escravidão indígena em Goiás ver também KARASCH, Mary. Catequese e cativo. Política Indigenista em Goiás: 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da.(Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. P. 397-412.

Régia e conseqüentemente a possibilidade de ao se fazer guerra aos índios, capturá-los e escravizá-los. Até mesmo porque, alertava o Capitão, que na prática baseada nos costumes antigos, (e na própria escravidão que se exercia no Império enquanto relação de produção) estabelecia-se outra linha de medidas e práticas cotidianas. Entre elas a caça ao índio, com a captura de cativos, que são vendidos e postos a trabalhar para os particulares nas casas e fazendas dos colonizadores. Por outro lado, como já sabemos pela documentação analisada, as relações com as populações indígenas fronteiriças funcionavam não como uma única via, mas como um emaranhado de vias e ruas, calcinado pela fragilidade das próprias relações desses mundos fronteiriços.

Ainda em abril, no dia 15 de abril de 1840, Rita Facxó, companheira de Vitorino Condá, encontra-se muito doente. Filha de lideranças indígenas – Fonguembu e Uofé -, Facxó acompanhava Condá em suas andanças desde que se retiraram do aldeamento no fortim Atalaia, nos campos de Guarapuava, no início dos anos 1820 - voltando ao povoado somente em 1827, depois do incêndio do fortim e morte de Luís Tigre Gacom.<sup>453</sup> Para tentar buscar ajuda junto ao Comandante da Companhia de Permanentes, uma comitiva de guerreiros é encaminhada por Vitorino ao abarracamento do destacamento. No acampamento ficaram 20 guerreiros e um maior número de mulheres e crianças. Mathias, seu Alferes, com mais quatro guerreiros e dois pequenos de oito e seis anos, deslocam-se para o Norte, onde está acampando a Companhia de Permanentes, com ordens para solicitar ao capitão Hermógenes Lobo as já prometidas ferramentas, comida, e principalmente fazendas e uma espingarda, e que era da vontade deles em deslocar o acampamento para junto do destacamento<sup>454</sup>. O Capitão mandou buscar com carregadores Rita Facxó que estava doente e, em relação a esses fatos, ao Presidente da Província, assim comunicava:

[...], hoje mandei gente buscala com cargadores dizem estes por meo convite sevem alojjar junto anóz/que pouco creio por serem muito traidores/ estou dando providências de os agradar

<sup>453</sup> LIMA, Francisco das Chagas. *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava*. Op. Cit., p. 57-58.

<sup>454</sup> Do Capitão Mor Hermógenes Lobo ao Presidente da Província em 17 de Abril de 1840 no acampamento em Palmas, comunicando as relações com os indígenas e o destacamento. Série manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 53, ordem 1025. APESP.

afim de ver se elles cumprim o que dizem, por elles não trazerem nada para comer, estou comprando milho, e gado para sustento dos ditos, e continuarei com o mais necessário conforme o lugar e minhas poucas forças permitirem, athe que V. Excelencia providencei com ordem e o dinheiro para sustentalos, ferramentas, fazenda, que he o seo maior interesse, armaz de fogo, *a ver se elles fazemse a este modo de arma pela dependência em que podem ficar*, pois o Vitorino mandame pedir que lhe mandasse comprar hua espingarda.<sup>455</sup> (os grifos são meus)

O comandante julgava que as medidas a serem tomadas, inclusive a de armar os homens de Vitorino, ou a de armar pelo menos Vitorino com uma espingarda, eram medidas de extrema urgência, por dois motivos. Em primeiro lugar, através da aliança de dependência que sempre foi uma das estratégias, como já temos visto, das frentes de ocupação e colonização. Existia uma dependência mútua em termos de forças militares, era como se houvesse um equilíbrio implícito onde as tropas mínimas do império necessitavam do apoio de tropas indígenas, e vice-versa, já que os índios e suas lideranças dependiam também do fornecimento de espingardas, pistolas e pólvora, além de alguns gêneros de primeira necessidade como alimentação e tecidos. E, em segundo lugar, pelo perigo em que se encontravam, somado ao fato de que os homens do destacamento além de serem insuficientes para a defesa eram indisciplinados. O destacamento mal dava para a segurança do acampamento, e as expedições exploratórias, dessa forma, ficavam prejudicadas. Hermógenes Lobo preferia ter Vitorino como soldado a alguns de seus próprios que acusava de indisciplina - que para estes, prisão não era nada - e, de resto, reclamava de quase tudo: as armas estavam se desmontando, as ferramentas estavam quebradas, a falta do soldo os privava até de comida, e temia que se não houvesse o devido socorro, de serem assaltados pelos índios, “*que deos nos livre, nada faremos, pois vejo a maior parte, gente receozas maiormente os povoadorez.*”<sup>456</sup> Em relação às explorações até o rio Pelotas, recebera informações pelo índio Mathias:

[...] que contermos certo sermos asaltados pelos Índios bravos na procura do Rio Pelotas, por

---

<sup>455</sup> Idem.

<sup>456</sup> Ibidem.

estarem muito apertado por nos, e os outros, que tendo notícias de estarei passando este campo estão muito zangados, e descontentes, disseme que do rio Igassu ate o rio Pelotas, os coroados todos tem falta.<sup>457</sup>

No ano seguinte, em fevereiro de 1841, Hermógenes Lobo está em Ponta Grossa, com mais de 50 anos e doente. Ali fica em recuperação e não pretende se abalar de novo para Palmas, lugar de muitos perigos para um cinquentão enfermo. Comunica ao Presidente da Província que um soldado havia assassinado a outro soldado do destacamento com um coronhaço de clavina depois de uma luta com facas, e que mandara os soldados do Corpo de Permanentes e os índios, plantar, cada qual, meio alqueire de milho. Os soldados o fizeram com muito custo, pela falta de tempo e preguiça ; já os índios, com todo grito.<sup>458</sup> Como vemos, a obrigatoriedade do serviço era condicionando aos indígenas e também aos soldados, que constantemente também faziam como os índios, fugiam. Vitorino Condá com Rita Facxó também estão em Ponta Grossa, para onde vieram acompanhando a comitiva de Hermógenes Lobo, deixando o grupo sob o comando de Veri:

Achando-me com hua pontada no peito quase ahu ano tendo uzado de alguns remédios sem proveito, privado de poder cumprir com os deveres de que me encarreguei; foi-me forçoso vir consultar alguns experientes para me poder tratar temendo algum Mao resultado trazendo com minha companhia o Índio Vitorino Condá 1º Cacique da orda que se me apresentava, e a mulher do mesmo que tem vindo muito doente, deixando sua gente que se compoem de 19 homens de armas de 18 anos para cima, 6 de 10 a 16 annos e 12 de 1 a 4 annos: 44 mulheres de 16 annos para cima, 2 de 12 a 14 annos e 14 de 1 anno a 10 sendo tudo 97 pessoas entregues ao comando do Índio Veri 2º cacique em muita boa

---

<sup>457</sup> Ibidem.

<sup>458</sup> Do Comandante do destacamento nos campos de Palmas ao Presidente da província Rafael Tobias de Aguiar, em 14 de fevereiro de 1841, da vila de Ponta Grossa . Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 54, ordem 1025. APESP.

paz elles setem conservado, sem se conhecer a mais pequena suspeita de desconfiança pela maneira com que se portão, com os quais tenho dispendido e pago a outro a quantia de trezentos mil duzentos e oitenta reis, 300\$280 réis que os três caciques tirando, e repartirão por suas comitivas de fazendas e pano dalgodão de Sorocaba, (...)<sup>459</sup>

As dificuldades de comandar um destacamento num mundo fronteiriço são muitas. Além dos perigos e privações, havia a necessidade de investimentos de primeira hora, como o investimento com os indígenas e seu aldeamento, que era como uma ação estratégica de guerra e ocupação das fronteiras - embora que é preciso que se diga que os gastos com os índios eram reembolsados pelo erário público, através da junta da fazenda nacional, ou pela fazenda provincial e, por vezes, essas transações incluíam algum ganho, além de ser um ônus da conquista, que é vantajoso na medida em que se ocupa a terra, criando animais e plantando, e dependendo do tamanho e produção da propriedade, era um bom negócio senão para o presente, algum plano seguro para as incertezas do futuro<sup>460</sup>.

Mas o Capitão Mor, doente e em Ponta Grossa, não desejava retornar mais para os Campos de Palmas, antes disso exigia sua demissão. Em carta a Domingos Ignácio de Araújo, Comandante na Freguesia da Palmeira, dizia que tinha entrado em uso de remédios, mas que sua saúde estava estragada, que sua idade de cinquenta e tantos anos, avançada para a época, e, portanto, imprópria para arrastar uma

“enfiação de incômodos e privações que por todos os lados cercás a hum comandante no aspérrimo certão, onde tem de fazer; e por isso não posso dirigir-me aquelle lugar, e antes sim exijo a minha demissão, pois quando acceitei essa

---

<sup>459</sup> Do Comandante do Destacamento nos Campos de Palmas ao presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar, e 14 de fevereiro de 1841, da Vila de Ponta Grossa. Série Manuscritos. *Offícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 55, ordem 1025. APESP.

<sup>460</sup> Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonização e Conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os campos de Palmas*. Op.Cit., p. 285. Paulo Pinheiro Machado afirma que “o aldeamento de indígenas foi peça chave para a manutenção da operacionalidade do Estado Imperial em região envolvida em muitas disputas macrorregionais.”



empresa foi mais por condescender com a vontade do Coronel Silva Machado que para isso me convidou.”<sup>461</sup>

Enquanto Vitorino Condá, sua mulher e comitiva estavam em Ponta Grossa, o índio Veri segundo em comando, logo depois da saída de Vitorino e Hermógenes, liderou o grupo em uma fuga do abarracamento, “*sem nenhum contato e sem a menor desconfiança dos do destacamento e sem fazerem mal algum, levando em sua companhia um mulato escravo de mais de vinte anos, um cabra de 25 anos, um negrinho de 10 anos e um índio criado em Guarapuava.*”<sup>462</sup> O Sargento Manoel Carlos de Lacerda, que ficara no comando do destacamento, ao tomar conhecimento do ocorrido por uma índia - que lhe contou que se foram todos de livre vontade (índia essa, que num momento de distração, acabou também por fugir) -, mandara comunicar em Ponta Grossa a Vitorino e Hermógenes. Ao receber esta notícia, Vitorino jurou que ia buscá-los no mato para o “*seo abarracamento e quando elles não queirão vir, que os despreza no matto não vai mais morar, porque tem sido muito bem tratado entre nós; nesse cazo vem morar em minha companhia, mais que eu fique certo que sua gente há de vir.*”<sup>463</sup>. Hermógenes Lobo por sua vez prometia boas gratificações a Vitorino, caso isso acontecesse.<sup>464</sup> Vitorino Condá e seu povo se deslocariam então da campina do Irani para perto do abarracamento do povoado durante o comando de Hermógenes Lobo.<sup>465</sup>

As relações, contratos e tratados entre índios e povoadores sempre foram crivados de um amontoado de desconfiança de ambos os lados. Vitorino Condá acima nos diz que não quer mais viver no mato, que lá não vai mais morar, e que despreza os que foram para o mato. Temos de lembrar que Vitorino viveu os dois lados, a situação de viver o sistema do mato, e o sistema do aldeamento, e vivia entre essas duas opções, e, portanto, fazia parte desses dois mundos. Hermógenes Lobo,

---

<sup>461</sup> Pedido de demissão do Comando de Palmas. Ofício de Hermógenes Carneiro Lobo ferreira, capitão comandante de Palmas para o capitão mor Domingos Ignácio de Araújo comandante na freguesia de Palmeira, em 15 de março de 1841. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 56, ordem 1025. APESP.

<sup>462</sup> Ofício do Capitão Comandante do destacamento de Palmas, Hermógenes Lobo ao presidente da província Rafael Tobias de Aguiar, em 24 de março de 1841. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 58, ordem 1025. APESP.

<sup>463</sup> *Ibidem*.

<sup>464</sup> *Ibidem*.

<sup>465</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Op. Cit., p. 433.

entre outros motivos e, principalmente, pelas seguidas fugas e desaparecimentos dos indígenas, acusava os índios de traidores, enquanto que os índios desconfiavam das boas ações dos colonizadores que, para escravizá-los, era só uma questão de momento e oportunidade. Isto ocorreu com Vitorino que, em 1828, fora deslocado para trabalhar nas fazendas em São Paulo, além de outros tantos casos da movimentação de grupos indígenas para trabalhar em estâncias. Nesse sentido, quando se falava de armamento, era também com muita desconfiança. Os índios que recebiam armas de fogo dos não indígenas eram sempre um número reduzido, normalmente armavam-se os líderes grupais, que trabalhavam para o destacamento e, como já vimos, em algumas vezes, recebiam salários. Assim, quando chegaram pelo rio Iguaçu 50 espingardas com as respectivas baionetas, e três mil cartuchos, que era o armamento que requisitara o capitão Hermógenes junto ao governo, este deu a recomendação ao Sargento Manoel Carlos de Lacerda, que comandava o destacamento na sua ausência, de sua pronta condução para o abarracamento, com toda a cautela, dando ordem *“afim de que não sejam Mao recebidos os índios que parecerem ali, que o armamento é para defeza, não para os perseguir.”*<sup>466</sup> Essas medidas eram próprias dessas condições que se estabeleciam para o relacionamento Interétnico no limite da fronteira, nas margens das matas, ou mesmo dentro delas. Ainda dentro do tema da desconfiança mútua, notícias de Guarapuava contavam que um índio que arribara do grupo que acompanhava Hermógenes voltara para o abarracamento em Palmas e lá, não encontrando sua mulher, foi atrás de um mulato que tinha fugido. Através desse recebeu notícias que o grupo desconfiava que Vitorino estivesse sendo mais uma vez mandado para São Paulo e que uma casa que Hermógenes mandara construir para guarda de material, *“hera para prendelos, e mandallos Mattar aos pequenos tirados por cativos”*,<sup>467</sup> e assim se retirarão até o retorno de Vitorino, para verificarem da verdade. O Capitão Hermógenes, diante desse quadro, alertava para a importância de se *“reduzir de novo os índios, pois perderia muito se eles de vez se ausentassem.”*<sup>468</sup>

Em relação a este medo de perder todo o seu trabalho, Hermógenes Lobo já podia dormir sossegado, pois foi logo *“certificado*

---

<sup>466</sup> Ibidem.

<sup>467</sup> Ofício do Comandante de Palmas ao presidente da província Rafael Tobias de Aguiar, em 28 de março de 1841. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 61, ordem 1025. APESP.

<sup>468</sup> Ibidem.

que os Índios desaparecidos do abarracamento de Campo de Palma já voltarão quasi todos<sup>469</sup> dizendo que tinham ido por uma picada em verificar os campos que tratarão com o Hermógenes, e que os que ainda não voltaram estavam caçando, e esta notícia acalmou também os ânimos do Vitorino. Hermógenes mesmo doente ainda voltaria até o abarracamento em Palmas<sup>470</sup>, mas como não tinha melhorado, acabou por ficar afastado do comando do destacamento, enquanto era apressada a sua substituição.

Enquanto Hermógenes Lobo permanecia afastado do comando, o Capitão Mor e Comandante da Freguesia de Palmeira Domingos Ignácio de Araújo respondia interinamente pelo destacamento, e, em ofício ao Presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar em maio de 1841, pede para que se já pago os soldos atrasados do destacamento do Campo de Palmas, visto que não tem outro meio de subsistência, “*naquelle paiz tão novo não encontrase recurso algum; que vai para sete meses que estão sem soldo, e elles já tem dito, que continuando a falta deixao o destacamento porque não se ande de deixar morrer de fome*”<sup>471</sup>. Mais uma vez, ficam claras algumas condições fronteiriças nestes lugares, como um novo país que surge em um lugar que não se encontra recurso algum, e que os soldados podiam até morrer de fome e, em geral, para adquirir bens essenciais, necessitavam sempre recorrer aos únicos que vendiam coisas, e sempre as vendiam a preços exorbitantes, fazendo por vezes que os soldados ficassem sempre devendo e comprometido seu soldo, que já era muito pouco e nesse caso ameaçavam pela deserção<sup>472</sup>.

Essa situação precária nas fronteiras de expansão e colonização

---

<sup>469</sup> Comunicação do retorno dos indígenas ao Abarracamento em Palmas. Ofício de Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira ao Presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, em 15 de Abril de 1841, na Freguesia de Ponta Grossa. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 65, ordem 1025. APESP.

<sup>470</sup> *Ibidem*.

<sup>471</sup> Pedindo os soldos do destacamento de Palmas em 16 de maio de 1841. Ofício de Domingos Ignácio de Araújo, Capitão Mor Comandante da Freguesia de Palmeira ao Presidente da Província de São Paulo Rafael Tobias de Aguiar. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 71, ordem 1025. APESP.

<sup>472</sup> *Ibidem*. Sobre a Deserção ver MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 110-135. Segundo o autor: “As repetidas anistias aos desertores que retornam às bandeiras evidenciam, entretanto, que as próprias autoridades militares as consideravam um mal inevitável. A deserção constitui um componente estrutural do Exército, e tem para a população um aspecto corriqueiro e banal, sem o conteúdo moral da ‘traição da pátria’. Frequente é também a deserção em rota: novos recrutas, e mesmo voluntários, evadem-se a caminho de suas unidades em profusão.” (p.124).

em direção às terras indígenas possui suas nuances também em outros países fronteiriços, como a Argentina. O Historiador argentino Carlos Mayo faz a seguinte afirmação sobre a vida dos militares e dos fortins nas fronteiras da Argentina com terras indígenas:

Una vez establecida la vida militar en nuestra frontera, pronto adquiriría los rasgos que la definirían de una vez y para siempre: extrema miséria, intensa precariedad y una vida cotidiana caracterizada por su épica dureza, donde lo público y lo privado mezclaban sus aguas hasta hacerse inseparables. La historia de ese casi siglo y medio de vida de fortín transcurrió así, siempre igual a sí misma, como si el tiempo no pasara y los cambios, que los hubo, no hubieran hecho mella sobre ella.<sup>473</sup>

Algumas nuances se mantinham nas condições de fronteira de colonização: a situação de recorrer a vendeiros era comum também no lado argentino; estes eram comerciantes que perambulavam por esse mundo fronteiriço, vendendo bens que as pessoas necessitavam. Do lado argentino, eles se chamavam *pulperos*, os donos das pulperías, que eram os armazéns de campanha, onde compravam o que necessitavam.

“El pulpero esquilmba al soldado de la frontera, su cliente cautivo, cobrándole precios exorbitantes por el aguardiente y las mercaderías que consumía, y si le daba crédito, era porque sabía que el soldado tarde o temprano cobraría su sueldo y podría levantar los vales que se habían acumulado em su contra”<sup>474</sup>.

Em relação às moradas nas regiões de fronteira, ao que parece, as habitações também não eram muito diferentes, o rancho, o barraco de madeira improvisado, ou a casa a moda índia, tinha suas constantes, de acordo com Carlos Mayo; “*Si hubo un tipo de vivienda que se caracterizó por su omnipresencia, en la frontera, éste fue el rancho. Sin Duda, el rancho era también habitual em las zonas de antiguo*

---

<sup>473</sup> MAYO, Carlos. La frontera; Cotidianidad, vida privada y identidad. In: DEVOTO, Fernando y MADERO, Marta.(Orgs.) *Historia de la vida privada em la argentina. País antiguo. De la colônia a 1870*. Buenos Aires: TAURUS, 1999. P. 87.

<sup>474</sup> Idem, p. 90.

*poblamiento pero em los bordes reinaba casi sin rival.*”<sup>475</sup> A falta de comida, e as precárias condições da alimentação também se mantiam.

“En la década de 1870 los soldados recibían um racionamento de carne, galleta y, según la letra rara vez cumplida de los reglamentos, arroz y legumbres, pero em general predominaba claramente la carne. En rigor, el soldado del fortín no conoce el pan, ní más alimento que un pedazo de carne...”<sup>476</sup>

Ora, essas condições em muito se assemelham às condições que se estabeleciam também nas fronteiras no sul do Brasil. Rigores e perigos de todo tipo, ao que parece, foram marcas indeléveis que assinalaram os tempos de fronteira durante o século XIX, seja nas matas e campos ao sul do Brasil, ou nos campos, e pampas *al sur de la Sudamérica*.

Essas condições de precariedade como já assinaei estiveram presentes cotidianamente tanto em Guarapuava, como em Palmas. Os salários eram irrisórios, e geralmente atrasavam, os gêneros eram comercializados pelos vendeiros a preços exorbitantes, as moradas em sua maioria não passava de cabanas, e mesmo a de fazendeiros como Pedro Ribeiro de Souza, em Palmas, não passava de um chalé de base retangular, cuja única diferença em relação às cabanas de palha é que possuía paredes de taipa e telhas de barro.<sup>477</sup> O rancho era a vivenda que reinou sem igual, e era normal o convívio com perigos de todo o tipo. Essas condições mantinham todos em alerta, e alguns realmente não as desejavam mais, como Hermógenes Lobo, que preferia ficar na segurança de Ponta Grossa. Enquanto isso, começava a ser gestado o nome do substituto para comandar o processo de avanço e expansão da fronteira. Em maio de 1841, o Capitão Domingos Ignácio de Araujo indicava Pedro Siqueira da Cortez e como segundo comandante José Joaquim d’Almeida, Furriel da Guarda Nacional, ambos já povoadores do lugar<sup>478</sup>. Os nomes foram enviados pelo Presidente da Província para

<sup>475</sup> Idem, p.85-86.

<sup>476</sup> Idem, p. 90.

<sup>477</sup> Ver foto da Fazenda Trindade de Pedro Ribeiro de Souza em MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos Índios Kaingang*. Op. Cit., p. 185. Na foto também se vê a paliçada de paus em ponta, estratégia de defesa contra o ataque indígena, já previsto nas cartas régias de Dom João de 1808 e 1809.

<sup>478</sup> Comunicação indicando o nome de Pedro de Siqueira Cortez para o comando do Destacamento de Palmas. Ofício de Domingos Ignácio de Araujo ao Presidente da Província de

o comandante da legião, o Coronel João da Silva Machado, que em officio ao mesmo presidente deu as seguintes recomendações:

Acuso recebido o officio que vossa excelência me dirigio em 25 do corrente acompanhado de outro do Capitão Domingos Ignacio D'Araujo, que participou a vossa excelência haver nomeado o cidadão Pedro de Siqueira Cortes para Comandante Interino do Destacamento estacionado na povoação do Campo de Palmas, em consequência das impossibilidades e enfermidades do Capitão Hermogenes Carneiro Lobo Ferreira, propondo igualmente hum segundo Comandante, ao que vossa excelência, se dignou exigir a minha opinião a respeito. Com quantos seja aquelle commmandante de muita ponderação Porter diarrastar a bravura dos Indigenas residentes naquelles certões, manter em harmonia hua grande porção de povoadores, que ali se estão estabelecendo, explorar outros campos ainda desconhecidos por cauza de traveções de Matto que os separão dos já habitados; e finalmente por ser o todo daquelle território entre os rios Uruguay e Iguassú, fronteira a Estados Hespanhoes, com quem hum dia deveremos estabelecer divizas certas e permanentes, visto que por ali não cruzarao as demarcações no tempo em que, entre as coroas de Portugal e Hespanha, se fizerão naquela fronteira; todavia eu acho bons os dois cidadãos indicados pelo mencionado capitão, por que são fragueiros, capazes de se defender dos Indios Selvagens, e ao mesmo tempo déstenderem as descubertas doutros campos ainda desconhecidos, o que faz muito ao cazo na actualidade. [...] <sup>479</sup>

---

São Paulo. Série Manuscritos. *Officios diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 57, ordem 1025. APESP.

<sup>479</sup> Do quartel na cidade de São Paulo. Officio do Comando Superior das Legiões da Guarda Nacional do Sul desta Província, Coronel João da Silva Machado ao presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar em 27 de maio de 1841. Série Manuscritos. *Officios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 74, ordem 1025. APESP

De acordo com o Coronel João da Silva Machado, dentro das características dos homens que devem ocupar a fronteira, a principal deveria der o fato de serem ‘*homens fragueiros*’. Segundo Francisco Bueno<sup>480</sup>, ‘fragueiros’ são homens de montanha, homens de mato, homens de selva, rudes, agrestes, e ásperos. Estes homens deveriam também ser capazes de se defender dos *índios selvagens*. Pensando por este lado, é fácil entender que tipo de homem deve ser o comandante fronteiriço: um mateiro; um homem fragueiro, capaz de atacar e defender se dos indígenas. Outra questão levantada pelo Coronel quanto às adversidades que poderia encontrar os comandantes nesses lugares fronteiriços ressaltava além de todos os perigos, como a questão indígena, a dificuldade pelo fato de esse lugar fazer fronteira com estados espanhóis, cujas divisas ainda não tinham sido demarcadas. Após o processo de emancipação política, Brasil, Paraguai e Argentina evidenciam a preocupação em definir as suas fronteiras. Uma das questões de limites entre Brasil e Argentina foi a “Questão de Palmas” para os brasileiros, e a “Cuestión de Misiones” para os argentinos. Este problema de limites entre Brasil e Argentina foi resolvido em 1895 através de arbitramento internacional do presidente dos EUA, Grover Cleveland<sup>481</sup>. Os estados *hespanhoes* citados na documentação, e que estavam nas fronteiras com o Império nesta região, por essa época, seriam a Província de Corrientes, e Misiones. Embora durante os anos de 1838 e 1865, a região de Misiones estivesse sob o domínio Paraguaio, com o qual havia litígios também com relação às fronteiras no Império Brasileiro, principalmente com a Província de Mato Grosso.<sup>482</sup>

Em 1841, as fronteiras ainda indefinidas eram mais um do amontoado razoável de obstáculos que tinha de enfrentar o novo Comandante nos sertões dos Campos de Palmas. Paraguai e a Província de Corrientes estavam do outro lado e no meio entre eles as populações

---

<sup>480</sup> BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1986. P. 506.

<sup>481</sup> Sobre as questões de limites ver MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonização e Conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os campos de Palmas*. Op. Cit., p. 279-296. Ver também MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Op. Cit. p. 123-127. O autor nos conta sobre as questões de fronteiras e limites que envolviam Santa Catarina, Paraná, Paraguai e a Argentina, os chamados estados *hespanholes* do coronel João da Silva Machado. Ver também HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil-Argentina: a questão de Palmas – de Alexandre de Gusmão à Rio Branco*. Passo fundo: Méritos, 2007. Nos anexos da tese, apresento um mapa de 1865 da Confederação Argentina, cujos limites já eram os acertados em 1895, este mapa pertence a Biblioteca de La Nación, em Buenos Aires.

<sup>482</sup> Idem, p.282 e p. 285

indígenas, populações essas que em alguns casos transitavam entre o idioma espanhol e português, e mantinham entre si contatos amistosos ou não, e habitavam os enormes travessões de mato que separavam os campos nativos apropriados para a criação de animais. Então esse comandante tinha que ser um homem do mato, alguém que compreendesse e entendesse do *sistema do mato* que viviam os indígenas, e, de acordo com o Coronel João da Silva Machado, comandante da Guarda Nacional das legiões sul da província de São Paulo, e o Capitão Domingos Ignácio, Capitão Mor Comandante da Freguesia de Palmeira, a pessoa de Pedro de Siqueira Cortez reunia as características necessárias para exercer esse comando.

Pedro de Siqueira Cortez havia chegado a esses campos em 1839, na intenção de possuir terras e criar animais. No início, Pedro da Siqueira tentou juntar-se a uma sociedade de exploradores comandada por João Ferreira dos Santos, como lhe foi negado, montou sua própria sociedade e com uma comitiva abriu uma nova picada a facção, saindo de freguesia de Palmeira e chegando até os campos de Palmas onde, queimando a mata, abriu novos campos e chegou aos campos nativos. Na volta, encontrou o grupo de João Ferreira dos Santos que transitava por outra picada e recolhiam animais. A contenda pela descoberta e posse dos novos campos quase terminou em uma luta com muitas mortes para ambos, mas ali resolveram cada um seguir seu curso. Durante o ano de 1839, os exploradores permaneceram abrindo picadas, queimando a mata, abrindo os campos, recolhendo animais e construindo currais e casas, e vinham também de outros lugares próximos como Curitiba e, como não havia uma decisão sobre a sorte dos campos, muita ocupação era feita irregularmente, e os que chegavam iam colocando animais, casa e currais, sem respeitar limites. Cada um a sua maneira, montava a casa e a fazenda onde lhe parecia mais conveniente. O resultado disso era que as discussões eram resolvidas com muita briga, “deixando a decisão do negócio ao arbítrio das armas; casas houve que foram derrubadas e currais arrasados.”<sup>483</sup>

Por decisão dos povoadores, estabeleceu-se que se devia eleger dois árbitros para se decidir a questão, a eleição recaiu sobre o Capitão Domingos Ignácio de Araújo e o Alferes José Caetano de Oliveira, mas como ambos não podiam deslocar-se até os Campos de Palmas, escolheram para a tarefa João da Silva Carrão e José Joaquim Pinto

---

<sup>483</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Op. Cit., p. 428.



Bandeira<sup>484</sup>, ambos moradores de Curitiba que deveriam resolver a questão e principalmente dividir as terras pelos interessados, o que foi feito. A partir do segundo semestre de 1840, já estavam os campos divididos a partir de um lajeado chamado as caldeiras, ficando Jose Ferreira dos Santos com as terras voltadas para o nascente e Pedro da Siqueira Cortez com as terras voltadas para o poente.<sup>485</sup>

## Homens Fragueiros

O novo Comandante do destacamento dos Permanentes estacionado nos abarracamentos dos Campos de Palmas, Pedro de Siqueira Cortez, inicia seu comando já advertindo a Presidência da Província com relação a alguns remédios urgentes para o povoado, como a necessidade de um sacerdote, para administrar o posto espiritual aos fieis, e também para dar a catequese aos indígenas, cuja liderança era Condá: “*maxmé em hum paiz como este, tão remoto e privado de quase todos os recursos onde existe presentemente o índio Vitorino com sua orda de noventa a cem pessoas quase todos ainda pagãos*”.<sup>486</sup> Pedro de Siqueira sabia que era necessário manter Vitorino e seu povo como aliados. A aliança incontestada com Condá significava uma proteção forte contra a investida de outras populações indígenas e dizia, em comunicação ao Presidente da Província, “*que para dar-lhes a possivel civilização, cumpre desprender com elles algum dinheiro para sua manutenção*”.<sup>487</sup>

A manutenção dos indígenas de Vitorino de forma pacífica e harmoniosa era o desejável e mais uma vez necessitava de dinheiro para

---

<sup>484</sup> José Joaquim Pinto Bandeira foi um dos juizes do processo, e teve que fazer uma viagem de quase dois meses pelos matos, e picadas até os campos de palmas, encontrou no caminho, na freguesia de Guarapuava, o principal chefe das hordas de selvagens que ocupava Palmas, dito dessa forma, pelo próprio Jose Pinto Bandeira, chefe este Vitorino Condá, que ai estava com sua mulher e família, e mais dois índios também com suas famílias, que Condá e mais outro índio falavam sofrivelmente o português, mas que isso facilitava sobre maneira a comunicação, e que Condá em 1840, já lhe prometia que ia montar seu abarracamento próximo aos novos povoadores. Este relato foi publicado em um texto escrito por Jose Pinto chamado *Noticia da descoberta do campo de palmas*, obra aqui já referenciada por muitas vezes.

<sup>485</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Op. Cit., p. 429.

<sup>486</sup> Comunicação do Capitão Mor Pedro de Siqueira Cortez ao presidente da província, pedindo um sacerdote e falando das *ordas* de indígenas comandadas por Vitorino Condá. Em 17 de Agosto de 1841. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 65, ordem 1025. APESP.

<sup>487</sup> *Ibidem*.

isto e, caso isso não acontecesse, temia “*as funestas conseqüências que devemos todos os dias esperar, quando com brevidade vossa excelência nos proteja em um país. como este remoto, e privado de coazi todos os recurços, e sugeito a todo momento á agressão dos indígenas.*”<sup>488</sup> As comunicações de Pedro de Siqueira ao Governo tinham, pelo menos no início de seu comando, um caráter exclusivamente relacionado ao pedido de recursos financeiros, e principalmente no que concerne ao dinheiro necessário para manter em *paz e harmonia* os índios de Vitorino Condá:

Lembrome mais de comunicar a vossa excelência que para poderse conservar os Indios aqui aldeados no estado de paz, he de suma importância nessesidade vossa ecelencia contribuir com a quantia de seiscentos mil reis, athe verse esta quantia chega anoalmente; e em virtude das recomendaçoens que tenho de vossa excelencia sobre esta gente, que tenho despendido com os ditos a quantia de duzentos e cinquenta e seis mil e quarenta reis athe a data desta, e continuo por não ser possível se conservar esta gente sem despezas, adom de se poder chamar a ordem, e mesmo porque He gemte muito pobre, e não he possível viver entre nos com o Sistema do Máto.<sup>489</sup>

Segundo Pedro de Siqueira, era impossível viver com os indígenas no povoado, enquanto esses permanecessem no uso do ‘sistema do mato’, e para mudar tal sistema era necessário algum efetivo em dinheiro, até porque nesse sentido era gente muito pobre, e para isso necessitava de uma quantia de 600 mil réis para mantê-los anualmente. O governo, por sua vez, aprovava as medidas de Pedro Siqueira e encaminhava um orçamento anual de um conto de réis para os índios em

---

<sup>488</sup> Do Comandante do destacamento de Palmas Pedro de Siqueira Cortez ao presidente da província de São Paulo, comunicando a falta de recursos e o temor de serem atacados pelos índios de Vitorino Condá, em 22 de Agosto de 1841. Série manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 86, ordem 1025. APESP.

<sup>489</sup> De Pedro de Siqueira Cortez, Comandante do destacamento de Palmas ao Presidente da Província de São Paulo em 01 de Setembro de 1841, Comunicação pedindo 600\$000 réis para as despesas com os indígenas. Série Manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Caixa 230, pasta 1, documento 90, ordem 1025. APESP.

Palmas.<sup>490</sup> Nesse mesmo ano financeiro, o Presidente da Província dizia que não havia sacerdotes que quisessem ir para os campos de Palmas, em função dos perigos e da diminuta quantia que se oferecia por esses serviços, mas, quem sabe, podia-se comprar um escravo ferreiro.<sup>491</sup>

Enquanto Pedro de Siqueira Cortez continuaria como fazendeiro e uma das principais lideranças do povoamento em Palmas, Vitorino Condá, por sua vez, deixaria esses campos deslocando-se para os campos entre os rios Chopin e Chapecó, nas campinas do Irany. Esse retraimento é possível que tenha ocorrido em decorrência de uma série de fatores: primeiro, fugir das frentes de expansão e ocupação, que para os indígenas infestavam cada vez mais seu território de morada; segundo, a ascensão do chefe Veri nos campos de Palmas; e, por último, o não alinhamento com o novo comandante no povoado, Pedro de Siqueira<sup>492</sup>. Em relação à Veri, ele era o segundo em comando e de outras feitas já tinha se aproveitado da ausência de Vitorino para exercer sua liderança. Em uma dessas ocasiões, estando Condá em São Paulo, sua ascensão tornou-se inevitável, num ataque de índios que viviam nas matas próximas ao povoado e aldeamento, ocorrido na noite de 04 de março de 1843, quando executou uma defesa do povoado de Palmas e aldeamento plena de êxito, repelindo o ataque, matando oito dos agressores, e fazendo duas índias cativas. A defesa foi facilitada pelas armas de fogo que estavam ao alcance dos homens de Veri e seus índios.<sup>493</sup>

---

<sup>490</sup> *Discurso do presidente da província de São Paulo Miguel de Souza Mello e Alvim, em 07 de janeiro de 1842, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial.* São Paulo: Typografia Imparcial da Silva Sobral, 1842, p. 12.

<sup>491</sup> *Discurso do presidente da província de São Paulo Miguel de Souza Mello e Alvim, em 07 de janeiro de 1842, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial.* São Paulo: Typografia Imparcial da Silva Sobral, 1842, p. 11.

<sup>492</sup> FRANCO, Arthur Martins. 1º centenário do Povoamento dos Campos de Palmas. In: *Revista do circuito de estudos bandeirantes*, p. 310. O autor nos conta que segundo a tradição oral, muitas histórias foram narradas de Vitorino Condá, em uma dessas histórias, Condá teria atacado a comitiva de Pedro de Siqueira quando este se deslocava pelo caminho do sul, e este, esgotada a munição, defendera a vida com a própria arma, assinalando na testa o chefe indígena com o cano dela, e que depois disso, tornaram-se desafetos, Condá teria jurado vingança e, temeroso disso, Pedro de Siqueira atacou primeiro, invadindo o alojamento de Condá, destruindo seu toldo, e matando a mãe de Condá no ataque, ou seja, ao que tudo indica, depois de Pedro de Siqueira ter assumido como Comandante não existia muitas possibilidades para Condá em Palmas. Apud MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos índios Kaingang. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994, p. 25.

<sup>493</sup> BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Op. Cit., p. 429.

Essa retirada estratégica de Vitorino era assinalada pela sua posição agora ainda mais fronteira. Exercia, sim, uma operação de recuo e ao mesmo tempo avanço em direção a outras fronteiras, como as das populações indígenas que habitavam já em território da Província de Corrientes. Ainda em 1843, Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira vai necessitar da ajuda de Vitorino Condá e convence o índio a tentar com ele resgatar o tropeiro (negociante de animais), Capitão José de Sá Soutto-Maior, que em 23 de julho de 1832, nas missões em São Pedro do Rio Grande do Sul, teve atacada e destruída toda sua comitiva, e como foram encontrados todos os cadáveres menos o seu, começou a correr a crença geral que se encontrava o infeliz Capitão como cativo dos índios<sup>494</sup>, e que possivelmente, estava em um alojamento de índios, conjuntamente com outros, por eles igualmente arrebatados. No discurso do Presidente da Província, no dia 07 de janeiro de 1844, esta história é contada:

“[...] interessando-se o capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira pela sorte do Infeliz Capitão José de Sá, que fora á alguns annos apreendido pelos Indios, e constava achar-se, com outros por elles igualmente arrebatados, em um alojamento para as partes de Palmas, influio o Indio Victorino Condá para ir com alguns dos seus promover o resgate d’essas pessoas, e reduzir os Indios a virem habitar n’essa povoação. Desempenhou Victorino Condá parte de sua commissão, conseguindo trazer sete crianças brancas, que existião em poder dos Indios, e fazer-se acompanhar por considerável numero d’elles, que resolverão-se a residir na Povoação de Palmas; seguido logo depois para esta cidade o capitão Hermógenes, Victorino, e as crianças resgatadas.”<sup>495</sup>

Como vemos no relato supracitado, da missão de resgatar povoadores que se encontravam cativos dos índios resultou um retorno a Palmas com sete crianças brancas, que existiam em poder dos índios, e

<sup>494</sup> BANDEIRA, José J. P. Op. Cit., p. 426.

<sup>495</sup> Discurso do presidente da província de São Paulo Manuel Felisardo de Souza e Mello, em 07 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial. São Paulo: Typografia do Governo, 1844, p. 48.

mais uma comitiva de índios que resolveu acompanhar Vitorino Condá para habitar próximo ao povoamento de Palmas. Em relação ao que motivava esses índios a sair do refugio das matas e tentar viver nos aldeamentos formados pelos povoadores, muito possivelmente já sabemos através dos múltiplos relatos de historiadores e antropólogos, que as possibilidades eram poucas para esses grupos cada vez mais apertados pelo avanço das fronteiras por todos os lados, inclusive do lado dos que falavam espanhol, e o que lhes era oferecido, era a morte, o afugentamento de seus alojamentos na mata, a escravização, ou entregar-se e reduzirem-se nos aldeamentos. Com relação aos cativos que faziam os índios, existem alguns relatos que comprovam tal situação, como o acima citado, e também pensando dentro do esquema de fronteira aberta proposto por Manuela Carneiro da Cunha, no sentido de que não se podem pensar fronteiras já demarcadas durante o século XIX. Já que não era o caso, e também porque muitos atores e processos entre o lado espanhol e português, às vezes, se confundiam e em muito se assemelhavam, além disso, as redes de comunicação uniam populações entre as províncias ao sul do Brasil, bem como do lado espanhol, e truncar estas vastas redes seria truncar a compreensão desses processos históricos.<sup>496</sup> Na Argentina, Carlos Mayo nos diz que “*Los cautivos integraban la red de intercambios de los índios de la región*”, e que qualquer um poderia cair cativo dos índios “*Tanto los hombres como las mujeres caían en cautiverio: los primeros a tierna edad, las segundas a casi todas las edades.*”<sup>497</sup> O resgate dos cativos fazia parte também de uma rede de negociações que, para os índios, era uma forma de abastecer a sua economia de bens que vinham a cobrir uma demanda insatisfeita. No caso argentino, como o dos índios dos pampas, era comum no resgate dos cativos a entrega de bens como mantas, ponchos, estribos, e mesmo cavalos e éguas.<sup>498</sup> No sul do Brasil, Robert Avé-

---

<sup>496</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Op. Cit., p. 20.

<sup>497</sup> MAYO, Carlos. Op. Cit., p. 96.

<sup>498</sup> Bienes pagados por el rescate de uma cautiva. Sala IX, I – 5- 3. Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Argentina. Apud MAYO, Carlos. Op. Cit., p. 97. Sobre cativos espanhóis nas sociedades indígenas ver: SOCOLOW, Susana Migden. *Los Cautivos Espanholes en Las Sociedades Indígenas*. Anuario IHES, 2, TANDIL, 1987. Sobre cativos brasileiros com os indígenas ver SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A Massambu*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1988, pp 164-165. Duarte Paranhos Schutel, médico e jornalista, nascido na cidade de Desterro em 1837, em viagem pelo interior fronteiriço a Ilha de Santa Catarina (Desterro) em 1858, fala de um habitante pobre dono de uma venda em São José da Terra Firme no continente fronteiriço à cidade de Desterro, filho de colonos, que na infância foi raptado pelos Xokleng. Sobre este tema ver também WITTMANN, Luisa Tombini. Entre o giz

Lallemant, médico alemão em viagem pelas províncias meridionais, dizia que os indígenas faziam correrias<sup>499</sup> de pilhagem contra os colonos que penetravam em suas proximidades e que, por vezes, raptavam as mulheres “*que, então, tinham de adaptar-se completamente a vida selvagem. Quando essas mulheres eram liberadas, podiam levar os filhos consigo, querendo. Todavia algumas delas, às vezes, se acostumaram tanto com os selvagens, que ficaram com eles.*”<sup>500</sup>

No caso do resgate das crianças brancas procedido por Hermógenes e Vitorino, os índios que entregaram as crianças, apertados que estavam por todos os lados, no limiar da condição de sobrevivência, aceitam o deixar-se reduzir, de aceitar viver dentro das condições miseráveis do aldeamento em Palmas<sup>501</sup>, convencidos por Vitorino Condá, que atuava como as principais lideranças indígenas na região. Buscava a permanência de seu povo e de seu grupo, e atuava no direito

---

e a espada. *O Vapor e o Botoque- Imigrantes alemães e Índios Xokleng no vale do Itajaí (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002, p. 93-153.

<sup>499</sup> As *correrias* eram como se chamavam pelos não indígenas, os movimentos de índios, e, em verdade qualquer movimentação destas, era visto pelo colonizador como agressiva, talvez daí o termo. As referências ao costume indígena, e o adestramento do corpo em exercícios de caça e correrias, citados em vários documentos e textos do século XIX, usadas em todas as comunicações oficiais ou não, e seu uso mesmo por todos, até os pesquisadores na atualidade, pode ser pensada dentro de uma possibilidade para entender um pouco da dinâmica seminômade Kaingang. É preciso entendê-la dentro da alternativa de movimento, de deslocamento, de técnica de sobrevivência, dentro de um território riquíssimo em recursos vegetais, minerais e animais, e, isso significa não compor número muito grande de indivíduos, transportar só o necessário, ter poucos filhos, dominar o uso da construção de locais de pouso, os chamados arranchamentos, ou já possuir um número razoável de arranchamentos em sua área de deslocamento dentro da mata, de acordo com as estações e as privações e necessidades de cada período. Temos que perseguir a ideia que estavam sempre em movimento, exercitando o corpo, em uma ligação direta com a ideia de correr os matos, bater os matos, ou seja percorrê-lo, se movimentar dentro da mata, ela é um único domínio, não há propriedade, tampouco a ideia de posse, o que impera é a ideia de domínio, e esses domínios são de um povo, os que nela habitam, fazendo conforme as citações de época, as correrias. Os Indígenas de Palmas e Guarapuava utilizam sua prática seminômade de existir, vivendo dentro das matas, vários grupos coexistiam, e o rapto de crianças brancas, é uma conotação de que eles, os senhores das *Mattas e dos Campos*, também educavam crianças brancas e mostravam a elas, os seus domínios e a vida em seu território e como caçar, pescar e coletar, sobreviver e transmitir a cultura às outras gerações.

<sup>500</sup> Avé-Lallemant, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Op. Cit., p. 303.

<sup>501</sup> No caso do Brasil meridional, os resgates eram de acordo com a situação precária em que viviam os indígenas. Citamos por exemplo o acontecido em 1853, um estancieiro de Laranjeiras teve sua companheira índia raptada. O resgate da nativa aconteceu alguns meses depois, quando o estancieiro, ofereceu ferramentas e utensílios em troca da restituição da mulher. Com o acordo estabelecido, a índia foi devolvida e os indígenas conseguiram os instrumentos de que necessitavam. Registro de Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava. *Ataque dos Índios*. Guarapuava: ACMG. Livro III, registro 07, 1853.

de criar seus filhos. Para Vitorino Condá foi dado o de sempre: algumas roupas, alguns utensílios e, além disso, a nomeação de Comandante dos Índios que fossem por ele reduzidos. A grande vitória de Condá nesse caso foi sua manutenção como principal liderança e o fortalecimento de sua aliança com Hermógenes, que, aliás, recebeu de gratificação 200 mil réis, quantia que, pelo menos nos documentos levantados, nunca foi paga aos indígenas. As quantias que Condá recebia sempre foram irrisórias e eram, na maioria das vezes, divididas pelas comitivas que o acompanhava.<sup>502</sup>

O que aconteceu depois do retorno de Vitorino e Hermógenes com as crianças brancas para o povoado de Palmas é, no mínimo, assombroso. O Comandante da Companhia de Permanentes estacionada em Palmas, Pedro de Siqueira Cortez com receio do grande número de índios que estavam em Palmas, os da comitiva de Condá, mais os que vieram com ele acompanhando-o a fim de se deixarem reduzir, e, talvez motivado pela desconfiança que existia entre esse e Vitorino Condá, manda vir auxílio de homens armados de Guarapuava. Os guerreiros de Vitorino decidem sair do aldeamento, argumentando a necessidade de realizar uma caçada, Pedro de Siqueira Cortez manda seus homens no encalço dos guerreiros, e após perseguição ao grupo de Condá, acabam por assassinar, sem qualquer resistência, 20 dos Indígenas:

A Presença dos Indios causou fortes apreensões ao Ex-Commandante da Companhia de Permanentes, que, em vês d'agalhal-os, mostrar-lhes affecto, e disposições pacificas, pelo contrario apressou-se em deprecar auxilio de força armada as auctoridades, de Guarapuava, havendo logo quem declarasse aos Indos ser destinada essa força para matal-os, com o que ficaram aterrorisados, e receosos de traição, muito contribuindo para isso seu character naturalmente desconfiado e suspeitozo.

Apenas houve noticia de aproximar-se á Palmas o deprecado auxilio, os Índios pedem licença ao Ex-Commandante, para irem a caça, e em virtude d'ella retiram-se, tomando duas veredas diversas, o que fez crer á este a tentativa de algum assalto. Immediatamente determina o mesmo Ex-

---

<sup>502</sup>*Discurso do presidente da província de São Paulo Manuel Felisardo de Souza e Mello*, em 07 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial. São Paulo: Typografia do Governo, 1844, p. 50.

commandante a marcha d'uma escolta sufficiente para o lado, por onde seguira o maior numero de índios, com ordem de trazel-os, ou matal-os; e, como impugnassem voltar, usou a escolta da segunda alternativa, e vinte tantos Indios d'ambos os sexos, inermes, sem opporem resistencia activa, foram assassinados. No fim de dous mezes, impellidos pelo desejo de vingança, avançam alguns índios sobre a povoação, e matarão três pessoas; este facto, e sobretudo a noticia de que elles, em numero considerável, pretendião atacar a povoação, espalhou o alarme, e a consternação, vendo-se obrigado os fazendeiros a desamparar seus estabelecimentos.<sup>503</sup> ( os grifos são meus)

As ocorrências tiveram lugar, na nascente povoação do Campo de Palmas, com o assassinato de 20 índios, por parte da escolta armada do Comandante da Companhia dos Permanentes estacionada nos Campos de Palmas. Em retaliação, os índios atacaram o povoado de Palmas, matando três pessoas, e a notícia de que os índios estavam preparando uma grande invasão a Palmas com um grande número de guerreiros, deixa em polvorosa o pequeno povoamento, e muitas fazendas passam a ser abandonadas. Para conter tal ânimo, o governo cria em Palmas uma Subdelegacia de Polícia, demite o comandante e nomeia novamente para o cargo Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira e, como Comandante dos Índios, Vitorino Condá<sup>504</sup>. Agora, o que chama a atenção na documentação do governo com relação ao episódio do assassinato dos “vinte e tantos índios inermes, que não opuseram resistência ativa” e mesmo assim foram mortos, é o fato da omissão do nome do Comandante, na documentação ele é tratado apenas como o *Ex-Commandante*. Uma das leituras que podemos fazer talvez seja a seguinte: o governo sabe que a morte de 20 índios inocentes, por si só, é crime, e deveria, portanto, responder criminalmente por seus atos a escolta e seu comandante que procedeu a chacina. No entanto, o que acontece é que dentro da ambiguidade fissurada e o universo jurídico que regia as práticas destas autoridades, os índios não podiam ser vistos

---

<sup>503</sup> *Discurso do presidente da província de São Paulo Manuel Felisardo de Souza e Mello*, em 07 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial. São Paulo: Typografia do Governo, 1844, p. 49-50.

<sup>504</sup> *Discurso do presidente da província de São Paulo Manuel Felisardo de Souza e Mello*, em 07 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial. São Paulo: Typografia do Governo, 1844, p. 50.



como uma nação, apenas como bestas ferozes, os chamados pelos invasores de *errantes dos bosques e das matas*, destituídos de civilização e que, portanto, desconfigurava o processo em si só do crime praticado, projetando uma espécie de inimizabilidade baseada nos usos e costumes. E a punição para os atos praticados é a configuração do próprio documento, “o *ex-comandante*”, a demissão foi a única pena. Embora o governo não cite o nome do ex-comandante, nós o conhecemos bem: ele é o homem *fragueiro*, mateiro, o homem escolhido pelo coronel João da Silva Machado comandante das legiões sul da guarda nacional e pelo capitão mor da freguesia da Palmeira Domingos Ignácio Araujo; ele é Pedro de Siqueira Cortez<sup>505</sup>, que segundo o governo da província “sem motivos legítimos, e imprudentemente provocou os Índios, levou-os ao excesso de desesperação, frustrando as vantagens que se poderia colher de seu aldeamento.”<sup>506</sup>

No ano seguinte, em 1844, Vitorino Condá continua estabelecido na região que atualmente se chama Oeste Catarinense. Veri em Palmas, como um aliado, de certa forma, aumentava o território, que ainda se poderia pensar como indígena, e, além disso, o retorno de Hermógenes Lobo ao Comando da Companhia reforçava a posição de Vitorino nos Campos e matas ao sul de Palmas. No mapa a seguir indico alguns lugares de deslocamento de Condá e Veri (linha branca), os matos (cor verde) e campos (cor amarela) da região, além de alguns caminhos e estradas existentes, como a Estrada para Missões.

---

<sup>505</sup> Ver a nota de rodapé número 173.

<sup>506</sup> *Discurso do presidente da província de São Paulo Manuel Felisardo de Souza e Mello*, em 07 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembleia Provincial. São Paulo: Typografia do Governo, 1844, p. 49.



## Vitorino Condá e Nonohay. Índios Comandantes nos Campos e Matas de São Pedro.

No âmbito de um mundo que gira, e a roda dos acontecimentos também, nesse mesmo ano de 1844, Vitorino Condá vai viver outra aventura e agora acompanhado de um conhecido da infância, Francisco Ferreira da Rocha Loures. Os dois cresceram juntos na freguesia de Guarapuava, um como filho do Comandante, o outro menino índio aldeado. Fato é que nos anos quarenta do século XIX os caminhos de tropa que cortavam o Brasil uniam mundos fronteiriços em construção. O chamado novo caminho de tropas do sul existia, saindo de Palmas e chegando a Cruz Alta, já na Província de São Pedro, mas era perigoso e pouco transitável. Era preciso, então, torná-lo mais breve e fácil, “fazer da picada um picadão”, nos dizeres da época, um início para uma estrada mais transitável, além do que toda a região desde os Campos de Palmas até a Vila de Cruz Alta na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul era ainda morada de grupos indígenas consideradas hostis pelos povoadores. Esta tarefa coube a Francisco Ferreira da Rocha Loures, morador em Guarapuava, filho de Antônio da Rocha Loures:

“Era o Senhor Rocha Loures o homem mais apropriado para esta empresa: porquanto habitando na sua infância em Guarapuava, em companhia de seu pai o Capitão Antonio da Rocha Loures, efectivo comandante daquelle presidio, teve ali conhecimento com o índio Condá, também menino que, depois retraindo-se aos bosques, se tornou formidável e temido entre os seus; e aquella amizade de infância fez com que o Indio se oferecesse em acompanhá-lo na expedição, cujo perigo se previa, e a segurança do Indio lhe fazia desprezar, *ahi se reconheceu o império que o índio exercia sobre os mais chefes*, que apresentando-se em atitude hostil nos campos de Nonohay, sua voz a bem de seu amigo, foi bastante para os desarmar, e franquearem-le a passagem; a isto e a um pouco de conhecimento que tem o Senhor Rocha da língua dos Indios, se deve o estarem hoje esses selvagens menos ferozes e mais socegados; menor parte não teve n’este negocio o Exm. Sr Conde de Caxias, então Presidente da Província do Rio Grande do Sul,

que apenas ouviu a relação do Sr Rocha, não poupou meios nem fadigas afim de aproveitar o ensejo, que se lhe apresentava, de mandar por elle mesmo distribuir pelos Indios, roupa e ferramentas próprias a seus usos, além de muitas e acertadas providencias, de sorte que hoje se acham acomodados, e entregues á direcção de dous missionarios; e por isso tem cessado aquelles horrorosos factos, tão freqüentes, que enchiam de terror aos comerciantes de animais.”<sup>507</sup> (os grifos são meus)

A confirmação dessa aventura aparece em um manuscrito deixado por Francisco Ferreira da Rocha Loures (que encontrei sem assinatura, nas centenas de documentos sobre Palmas e Guarapuava), que nesse ofício nos conta quando começou e terminou de abrir o picadão até a Vila de Cruz Alta:

Por Portaria dessa Presidencia dactada de 5 de Agosto de 1844 fui imcumbido de abrir um picadão que partindo da freguesia da Ponta Grossa passando pelos Campos de Palmas em direcção a Villa da Cruz Alta, communicasse esta Provincia com a do Rio Grande do Sul, mandando-se-me dar nessa dacta aquantia de hum conto déreis para esse fim.

Encetei esse trabalho, e no fim de três meses sahi na Villa de Cruz Alta, com o picadão, e dali pasei-me a Porto alegre, pelas solicitações que fez a Presidencia daquella Província pude obter do exmo senhor Conde de Caxias mais hum conto e duzentos mil reis para esse fim, encarregando-me nessa ocasião o mesmo exmo Sr de diversos objectos para distribuir com os Indios do Goyo-En, comissão esta arriscadíssima e que tive a fortuna de dezimpenhar. Quando tive a satisfação de ver o picadão transitável soube que me axava desmerado desse cargo, e que havia sido nomeado Inspector para o Fabrijo dessa estrada o Capitão Hermogenes Carneiro Lobo Ferreira, e

---

<sup>507</sup> BANDEIRA, José J. P. Op. Cit., p. 434, 435

bastante me surpreheendo do governo provincial (...)<sup>508</sup>

Essa aventura de sair de Ponta Grossa em agosto de 1844 e chegar a Porto Alegre em julho de 1845, depois retornar até os Campos de Palmas, para a época, era tarefa das mais difíceis e levavam-se meses ou anos e corria-se risco de vida na tentativa. E uma viagem dessas, com certeza, fez acentuar vínculos de aliança entre Condá e Francisco da Rocha Loures. A ida foi financiada pelo governo de São Paulo e o retorno pelo governo de São Pedro - um conto e um conto e 200 mil réis, respectivamente. Na volta, deveria cumprir com a difícil missão de entregar roupas e ferramentas aos índios do Goyo-En; “*ao seu regresso mandei-o acompanhar pela mesma escolta que seguia com o Padre Penteadó; este tenente demorou-se oito dias entre os Índios, ensinando-lhes a preparar e fazer uso das ferramentas, e os deixou mais contentes, e já cuidando em suas roças.*”<sup>509</sup>

Como resultado do encontro político com o Conde de Caxias, a partir de 1845 e até o fim da primeira metade do século XIX, o aldeamento de Nonohay na província de São Pedro, vai estar sobre a responsabilidade de João Cypriano da Rocha Loures, irmão de Francisco Ferreira da Rocha Loures, que acompanhara Condá e Francisco na aventura até Porto Alegre, junto ainda com o Padre Antonio de Almeida Leite Penteadó. Enquanto Francisco retornara a Guarapuava, onde já tinha negócios e terras, João Cypriano, irmão mais novo, ainda buscava se apossar de terras e estabelecer negócios. E como diretor do aldeamento de Nonohay poderia realizar seu intento: ocupar os campos de Nonohay. Os campos de Nonohay assim eram chamados pela liderança do velho índio Nonohay, que comandava muitos indígenas e era respeitado em quase todos os campos de cima da serra na província de São Pedro. A partir de 1850, o aldeamento de Nonohay não vai mais estar sob os cuidados de João Cypriano, e em seu lugar o padre Bernardo Pares temporariamente vai responder pela função.<sup>510</sup> É

<sup>508</sup> Correspondência de Francisco Ferreira da Rocha Loures ao Presidente da província, em junho de 1849. Série manuscritos. *Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853)*. Cx 230, Pasta 2, documento 35, ordem 1025. APESP.

<sup>509</sup> *Relatório com que abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao 1º de março de 1846, o Conde de Caxias*, Presidente da Província. Porto Alegre, Typografia de I.J. Lopes, 1846, p. 22.

<sup>510</sup> *Ofício do Padre Bernardo Pares ao Diretor Geral das Aldeias J. J. Andrade Neves. Nonoai. 20-05-1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.*

o padre que, em carta ao Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves, então Diretor Geral dos índios da Província, vai transmitir os reclamos do velho Nonohay contra a apropriação dos melhores campos pelo ex-diretor do aldeamento João Cypriano da Rocha Loures:

Na minha chegada a esta me foi entregue uma carta do P. Santiago do 13 corrente na que me disse o que copio para noticia de V. Ex. “ No dia 1º deste mês tive uma visita e conferencia do velho Nonohay. Eu não tinha ido visitar elles no seu toldo por saber que estavam todos no rio da Vargem e que tinham passado até a Guarita. Vierão com o velho uns 50 homens: eu estava já prevendo de que tinham de vir a fazer reclamações contra da posse nestes campos do Sr. Rocha e que alguns dos principaes querião por força [...] derrubar as casas e matar os animaes. O velho Nonohay [...] foi quem n’esta conferencia falou [...] 1º O Sr. Rocha [...] não quer que moremos nos campos que este chama seos, e que são nossos, pois n’elles moramos, n’elles estão enterrados nossos pais, n’elles estávamos nós quando elle veio de Parmas com a gente do Victorino e nunca os temos abandonado. 2º O Sr. Rocha fez derrubar as casas que tínhamos feito no campo quando o Sr. Presidente nos mandou dizer que sahiremos dos mattos. 3º O Sr. Rocha se queixa injustamente de nós, quando se perde ou morre algum dos seos animais, dizendo que nós matamos ou roubamos. 4º Se nós permittimos que o Sr Rocha fique com esse grande campo que chama seo, logo tem de vir outros da vilhinha e Passo Fundo, a tomar posse do campo, e nos succederá o que aos de Garapuava que tudo perderão e forão botados fora por intriga do Pai do Sr. Rocha. Estas forão as rasões do velho Nonohay das que concluía exigindo desde já a expulsão do Sr. Rocha destes campos. Eu lhe respondi que não acreditasse nas ameaças do Sr Rocha, que tudo não devia ser outra coisa mais que invenções dos que a affirmavão: que nos não os podíamos botar fora ao Sr. Rocha, mas que eu lhe prometia de levar aos Sr. Presidente as suas

queixas e rasões entretanto esperassem e se sujeitassem ao que o governo determinasse pois debião estar certos que o Governo não tiraria delles o que lhes pertencia que não fisessem mal a ninguém e não molestassem ao Sr. Rocha para que não tivesse motivo de se queixar delles. Mandeí logo dar-lhes de comer e lhes reparti alguns mimos, com o que ficarão saptisfeios por agora, mas ao despedirme disserão que logo que chegasse o P. Bernardo querião tratar com elle para que fisesse sahir do campo ao Sr. Rocha.”<sup>511</sup>

O velho Nonohay e seus liderados desejavam a destruição do estabelecimento de João Cypriano e a matança de seus animais, pois sabiam que era filho de Antonio da Rocha Loures, e que nos campos de Guarapuava seu pai já tinha se estabelecido e se apropriado das terras pertencentes aos indígenas; por tal, sabiam que para que o mesmo não acontecesse nos campos de cima da serra, deveriam derrubar as casas, matar os animais e expulsar João Cypriano da Rocha Loures. Aqui, percebe-se o quanto essas populações indígenas se inteiravam politicamente dos acontecimentos nas terras indígenas em uma grande região, e não estavam destituídos de estratégias e negociações que permitissem sua sobrevivência como povo e a defesa das terras onde viviam e enterravam seus mortos. Assim como Condá e Veri transitavam entre as oligarquias campeiras do Paraná e a disputa pelos Campos de Palmas, nos Campos de Nonohay, a posição dos índios é clara: querem expulsar de seus campos o mais novo do clã dos Rocha Loures, inclusive os padres missionários. Dentro dessa análise, é possível entender como os índios traçavam linhas de ação considerando as próprias fraturas e alianças políticas entre as elites.

A conquista e apropriação de terras ancestrais de populações indígenas nos campos de Nonohay tinham à frente o primeiro diretor do aldeamento João Cypriano da Rocha Loures, e com ele mais uma série de aventureiros ávidos de terras e negócios, de ascensão e domínio sobre

---

<sup>511</sup>Comunicação do Missionário Bernardo Pares sobre as reclamações do velho Nonohay sobre os abusos de João Cypriano da Rocha Loures que tinha se apossado dos melhores campos de Nonohay que pertenciam aos indígenas comandados pelo velho índio Nonohay . Correspondência do Padre Bernardo Pares ao Diretor Geral dos índios da Província José Joaquim de Andrade Neves. *AHRS.Arquivo Índios*. Maço 3, p.3. Passo Fundo 23 de Fevereiro de 1851.

lugares que se faziam e ainda estavam por fazer, como Passo fundo, Cruz Alta, Guarita, e outros mais. Aventureiros que nas estruturas de povoamento que se formavam acabavam por assumir posições de relevo neste contexto, principalmente nas funções de segurança e proteção, como no caso do Subdelegado de Polícia de Passo Fundo, que atuava junto com João Cypriano:

Sou informado que o motivo que os índios do Aldeamento de Nonohay, se desgostaram e ser já a segunda vez que se tem retirado, hé em razão do dito Aldeamento ser em huns campos muito bons, com divizas naturaes d'hum Serrito e o Rio do Passo Fundo, pelo que várias pessoas querendo se apossar d'elles tem incutido temor nos Índios, dizendo-lhes que o governo os quer domesticar e ao depois sentar-lhes praça na 1ª Linha. João Cypriano da Rocha Loires foi o primeiro Director deste aldeamento o qual tendo pedido ao Exmo. Presidente Senador Galvão permissão para fazer hua casa hoje acha-se com um grande estabelecimento como querendo apossar-se dos terrenos do Aldeamento. O Subdelegado de Polícia tão bem he um dos interessados neste negocio por isso convem que V. Ex<sup>a</sup> determinasse as ordens para remediar os males que forem acarretar a ambição d'estes outros indivíduos que em idênticas circunstancias queirão fazer o mesmo, desgostando os índios fazendo com que elles se retirem, adquirindo posses naquelles campos destinados para os aldeamentos, bem como ordenar aos Delegados e Subdelegados que prendão e corrião aos indivíduos que vão aos aldeamentos com falsas notícias aterrar os Índios afim d'elles se apossar dos campos.<sup>512</sup>

O domínio sobre a terra, sobre os campos de morada indígenas, seguia seu curso durante a segunda metade do século XIX, e João Cypriano, em 1856, com a ascensão do padre Antonio de Almeida Leite Penteadado para a direção do aldeamento de Nonohay, conhecido seu da época da viagem a Porto Alegre em 1845, continuaria por estes campos

---

<sup>512</sup>Offício do Diretor Geral dos Indios J. J. Andrade Neves ao Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira. Rio Pardo, 26-02-1851. AHRS. *Arquivo Índios*. Maço 3.



e, por ser homem de confiança do padre, ainda teria alguma influência na região.<sup>513</sup>

Durante o tempo da direção de João Cypriano no aldeamento de Nonohay, até os idos de 1850, Vitorino Condá vai ser contratado pelo governo da província de São Pedro na missão de trazer índios para o aldeamento de Nonohay.<sup>514</sup> Para o aldeamento, o governo vai destinar a quantia de um conto e 23 mil, e 865 reis e “*havendo-se ajustado com o Índio Victorino Condá dar-se-lhe uma gratificação mensal de 50\$000 réis logo que a Aldea reunisse quinhentas almas, modificou-se esse ajuste dando-se-lhe uma mensalidade de 5\$000 reis de cada 50 que apresentasse.*”<sup>515</sup>

Em um primeiro momento, talvez se imagine que Vitorino Condá receba um alto salário por seus serviços, mas numa leitura mais atenta, sabemos que 50 mil réis por mês, num total de 600 mil reis por ano, era um salário razoável por esses tempos, isso se fossem pagos, e a título de gratificação incorpora a idéia de bônus, de recompensa por serviços prestados, o que difere enormemente de um salário por efetivo trabalho profissional. Além disso, como reunir 500 índios era tarefa quase impossível mesmo para alguém como Condá, com todo o prestígio e respeito que já tinha alcançado entre os muitos lados destes mundos fronteiriços, o governo mudaria essa relação para cinco mil reis para cada 50 que apresentasse, ou seja, mais ou menos o trabalho de meses por cinco mil réis. Na prática, o máximo que Vitorino poderia ganhar em um ano, era algo um pouco acima do soldo que recebia em Guarapuava nos idos dos anos trinta, ou seja, algo em torno de 50 a 60 mil réis por ano, o que é um salário baixo para a época, ainda mais em

---

<sup>513</sup>Ofício do Diretor de Nonoai, padre Antonio de Almeida Leite Penteado ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba.18-03-1856. AHRS. *Arquivo Índios*. Maço 1.

<sup>514</sup>*Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão*, na abertura da assembleia Legislativa Provincial em 05 de outubro de 1847. Porto Alegre, Typografia d argus, 1847, p. 13. Uma das alternativas possíveis para a nomeação de João Cypriano da Rocha Loures, irmão de Francisco Ferreira da Rocha Loures para Diretor do Aldeamento de Nonohay, e ao mesmo tempo, Condá contratado como uma espécie de aliciador de índios para viverem no aldeamento, foi o prestígio alcançado por este último em função de sua aventura com Condá, e ao mesmo tempo perceber a influência que poderia obter de vantagens em relação a possibilidade de aldear os índios, com a ajuda de Condá que falava o português. Por outro lado, não se pode deixar de perceber o quanto deve ter sido marcante esta experiência para Vitorino Condá, Capitão e Comandante dos Índios, que juntamente com o conhecido de infância Francisco Ferreira da Rocha Loures, entram em contato com o Conde de Caxias, Governador da Província de São Pedro, e daí voltam com situações favoráveis as suas intenções.

<sup>515</sup> *Ibidem*.

função de que era dividido entre sua comitiva grupal. Isso quando era pago. De acordo com a correspondência do missionário Bernardo Pares do aldeamento de Nonohay ao Diretor Geral das Aldeias na província de São Pedro, Vitorino Condá receberia 60 mil réis por serviços prestados, e que já fazia quase dois anos que Condá teria recebido o último dinheiro:

Recebi a de V. S. de Abril com a quantia de 60\$000 réis pertencentes aos soldos do Cap. Victorino a quem já mandei entregar. O dito Victorino ficou muy descontente porque dice que hé major quantia que se lhe debe pois que no passado Agosto cumprio hum anno que receboo huma quantia que foi a primeira q tem recebido y depois não tem recebido mais até a de agora, e hé por isso que quer ir a Porto Alegre a queixar-se ao Sr. Presidente. Aqui tenho ouvido dicer que V. S<sup>a</sup>. no anno passado mandou huma quantia elle não sei a quem, se assim foi, V. S<sup>a</sup> me avise para eu averiguar se foi entregue ou não, dicendome a quem o remetteo e em que tempo.<sup>516</sup>

Ora, como vemos através da correspondência do Padre Bernardo Pares, na prática Vitorino continuava recebendo os poucos recursos dos governos provinciais, e, embora seja surpreendente sua atuação diante de governos distintos e sua articulação política com os potentados dessas províncias, o que fica claro é que os ganhos de Vitorino continuavam como na época em que desempenhava funções junto ao destacamento de Guarapuava, os soldos eram miseráveis e quase nunca eram pagos. Desta maneira, Vitorino busca de todas as formas conseguir a sobrevivência de seu grupo e sua comitiva, o que era uma prática cotidiana também para os outros grupos e suas lideranças. Em outra correspondência, desta feita dos líderes indígenas Vitorino Condá, e Pedro Nicafim, ao Presidente da Província, temos um pedido para obter do governo provincial as esmolas costumeiras, dessa vez tratar-se-ia das roupas que eram dadas para o inverno:

---

<sup>516</sup>Ofício do Padre Bernardo Pares ao Diretor Geral das Aldeias J. J. Andrade Neves. Nonoi. 20-05-1850. AHRs. *Arquivo Índios*. Maço 2.

V. E. teve a bondade de nos escrever no estado de miséria em que chegamos a esta cidade, e a sua beneficencia compadecendo-se de nossa pobreza não só cubrio a nossa desnudez, se não que nos deo ropas para defender-nos da inclemência do inverno. Agradecidos a tanta generosidade, e reconhecendo as vantagens de estar baixo de um governo tão paternal como he o de S. M. Imperial, procuraremos dedicar-nos ao trabalho, obedecer aos nossos Directores e atrahir aos nossos Irmãos a mesma sujeição e obediência, para não ser [...] ou incommodos a tão bom Governo. Porém, Exmo Sr. nos somos mui pobres e nosso trabalho apenas nos dá o necessário sustento, e se será grande a alegria da nossa gente quando nos vejão com estes vestidos que V. E. nos manda dar; quanta não será a nossa afflicção ao ver nuas as nossas mulheres e filhos e a toda a mais gente, tanto dos Aldeamentos como dos Toldos de Nonohay, de Vuotoro e de Canhafé? E quanta seria a tristeza dos mesmos se não levássemos a sua notícia de que a beneficencia de S. M. Imperial a quem V. E. representa, tem de alcançar a todos? Pelo que nos perdoe se nos animamos a elevar a V. E. uma supplica em favor d'aquelles pobres nossos Irmãos *que todos estão no mesmo propósito de gozar dos benefícios da civilização* incluindo uma nota das coisas com que se remediarão as nossas supplicas, nos mandará levar a boa notícia a todos nossos Irmãos. Deus Guarde a V. E. muitos annos. Porto Alegre 6 de Fevereiro de 1851.<sup>517</sup> (Os Grifos são meus)

Ao que parece, *gozar dos benefícios da civilização* era receber do governo um amontoado de roupas, muitas das vezes, ou na maioria delas, usadas e surradas.<sup>518</sup> Mas, embora não se possa negar a necessidade e o desejo de receber algo para enfrentar o duro inverno

---

<sup>517</sup>Requerimento dos líderes indígenas Vitorino Condá e Pedro Nicafim ao Presidente da Província Pimenta Bueno. Porto Alegre, 06-02-1851. AHRs. *Arquivo Índios*. Maço 2.

<sup>518</sup> Em uma destas ocasiões, no ano de 1864, o governo da província de São Pedro, presentearia os índios liderados por Doble, com roupas contaminadas pelo vírus da varíola, matando aos indígenas, inclusive Doble. Cf. LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000, p. 141.

meridional, mesmo que fossem trapos velhos. De acordo com Sandor Fernando Bringmann, essa correspondência verdadeiramente não seria dos índios Vitorino e Nicafim, mas sim do padre Bernardo Pares, que tentava através das vozes indígenas, do qual se tornava interlocutor, justificar e facilitar os gastos e envios de verbas para a tal catequese e civilização dos indígenas, enquanto que a estes era dado as esmolas de sempre, roupas velhas, e as vezes alguma ferramenta e dinheiro para pequenas coisas que possibilitassem a tal cruzada indígena na direção de sua *civilização*.<sup>519</sup>

Dentro das péssimas condições em que se estabeleciam as relações de aliança entre os governos provinciais e as lideranças indígenas, evidentemente que o governo julgava “conveniente que se de dinheiro ao cacique Victorino, mais dinheiro para plantação, e trez mudas de roupas aos que se aldearem.”<sup>520</sup> E, dentro dessas condições de aliança e sobrevivência que se estabeleciam na fronteira, os soldos irrisórios que recebiam as lideranças indígenas mal davam para matar a fome dos indivíduos de seus grupos, e muito mais que um simples aliciador ou caçador de índios, Condá era um mensageiro das propostas dos povoadores aos povos das matas. Estas propostas basicamente eram três: a morte, o cativo, ou entregar-se e deixar-se reduzir nos aldeamentos e seus rigores, com pouca comida e dentro de regras de conduta e trabalho.<sup>521</sup>: “*que as apresentações, feitas pelo Victorino ou Pedro, não excedem de 30 a 40 no regresso de suas entradas; que não havendo senão carne, e essa escassa, voltão aos seus toldos.*”<sup>522</sup> Tudo indica, que existe a possibilidade de que os reduzidos de Condá eram muito mais fruto de sua diplomacia do que de lutas intestinas; sendo assim, vinham ao aldeamento motivados principalmente pela promessa de obter comida, e quando pouca, havia sempre a possibilidade da fuga e o retorno ao seu toldo ou alojamento nas matas.

Em 1848, o governo tinha gasto com os aldeamentos a quantia de 4:282\$526 réis. Vitorino Condá ganharia, de acordo com o governo,

---

<sup>519</sup> BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, Colonos e Fazendeiros. Conflitos interculturais e resistência Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. Florianópolis, UFSC, CFCH, Dissertação de mestrado, 2010, p. 148-149.

<sup>520</sup> *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão*, na abertura da assembléia Legislativa Provincial em 05 de outubro de 1847. Porto Alegre, Typografia d argus, 1847, p. 14.

<sup>521</sup> Sobre isto ver CUNHA, Manuela Carneiro da. Op. Cit. , p. 153.

<sup>522</sup> *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão*, na abertura da assembléia Legislativa Provincial em 05 de outubro de 1847. Porto Alegre, Typografia d argus, 1847, p. 14.

gratificações por serviços prestados a Província de São Pedro, e mandou-se estabelecer a gratificação mensal de 10\$000 a Vitorino Condá.<sup>523</sup> Até o fim dos anos quarenta, Condá permaneceria atuando junto aos campos de Nonohay, conforme vemos no relatório do Presidente da Província de São Pedro em 1850:

O aldeamento de Nonohay tem  
actualmente 323 pessoas de todas as idades e  
sexos, pelo modo seguinte:

Gente de Victorino Condá.....	58
Gente de Pedro Nicafim.....	45
Gente de Conhafé.....	34
Gente de Vootoro.....	21
Gente de Nonohay .....	<u>165</u>
	323 <sup>524</sup>

Aqui se pode verificar um pouco das alianças que estabeleceu Vitorino enquanto estava trabalhando para o governo de São Pedro do Rio Grande do Sul. Dos chefes indígenas acima relacionados, Vitorino fez aliança pelo menos com dois deles, Nonohay e Pedro Nicafim. De acordo com os estudos do antropólogo Ricardo Cid Fernandes, ao observar as estratégias da organização social dos indígenas dos campos de Palmas e dos Campos de Cima da Serra no Rio Grande do Sul, acompanhando a dinâmica de alianças e conflitos desenvolvida por Condá em sua passagem pelos territórios indígenas ao sul de Guarapuava, Nicafim já se apresentava como um chefe importante dos grupos indígenas entre os rios Pelotas e Canoas; e que diante de sua insistência em permanecer hostil às frentes de expansão, Condá o teria presenteado com uma de suas filhas, estabelecendo com Nicafim uma aliança de parentesco Sogro-genro, e que essas relações de parentesco, onde rivais se tornavam aliados, e nesse sentido atuam juntos para sobreviver diante da invasão de seus territórios pelos povoadores, revela o quanto uma visão unilateral do colaboracionismo indígena, com as populações não indígenas, e sem compreender as estratégias de negociação dos povos indígenas deve ser evitada e não condiz com as condições de fronteira que se estabeleciam para esses povos:

---

<sup>523</sup> *Additamento feito ao relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 04 de março de 1848, pelo Presidente da Província marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa.* Porto Alegre, Typografia do Commercio, 1848, p. 22.

<sup>524</sup> *Relatório do Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembleia Provincial no 1º de outubro de 1850.* Porto Alegre, Typografia de F. Pomatelli, 1850, p. 12 .

“(…) Tais relações de parentesco, assim caracterizadas, revelam que a relação política estabelecida entre esta sociedade indígena e os ‘brancos’ não pode ser caracterizada como uma simples relação de caráter colaboracionista. Com efeito, os ‘brancos’ se integram como um elemento dessa diagramação de parentesco; aqueles fora da aliança, ao mesmo tempo inimigos e aliados potenciais. Assim, procedeu Condá, ora atuando ao lado dos “brancos” na perseguição de ‘inimigos índios’ ora selando aliança com outras lideranças indígenas, protegendo-se da presença dos ‘inimigos brancos’.”<sup>525</sup>

Com efeito, não só Condá, mas um bom número dos chefes indígenas, como Nicafim e Nonohay, transitavam nesta dupla condição: aliança e conflito. Mobilidade de deslocamento territorial, mobilidade para compor novas alianças e organizar conflitos e, longe de estarem apenas colaborando com as tropas de ocupação, operavam, a seu modo, suas estratégias e táticas de combate e sobrevivência.<sup>526</sup> Possibilidade aberta diante das próprias fragilidades da organização social desse mundo fronteiriço.<sup>527</sup> Afinal, segundo relatório do Presidente da Província de São Pedro, em 1847, em Nonohay e vizinhanças, existiriam cerca de 2000 indígenas não aldeados.<sup>528</sup> Somados aos índios aldeados, esse número podia chegar a 2500, o que, efetivamente, representava um

---

<sup>525</sup> FERNANDES, Ricardo Cid. uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang. In: TOMMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004, p. 83-143.

<sup>526</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p.45-69. A autora ao analisar as guerras coloniais e pós-coloniais que foram empreendidas contra os indígenas, persegue essa linha de entendimento, onde condições especiais e específicas estabeleciam os duplos enlances entre povoadores e indígenas.

<sup>527</sup> Sobre as lideranças indígenas e suas estratégias de alianças e conflitos Ver BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, Colonos e Fazendeiros. Conflitos interculturais e resistência Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*, op. cit., 155-170. Nessas páginas, o autor analisa a trajetória de Doble, uma liderança indígena que fazia jus ao nome, e exercia um verdadeiro jogo duplo, de aliar e não aliar com os povoadores, sua ação controvertida foi interrompida em 1864, ao ser contaminado pela varíola adquirida de roupas infectadas de soldados mortos, apresentadas pelo governo provincial.

<sup>528</sup> *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão*, na abertura da assembléia Legislativa Provincial em 05 de outubro de 1847. Porto Alegre, Typografia d argus, 1847, p. 13.

número significativo diante das diminutas tropas fronteiriças do governo, e desta forma, quase se autodeterminava a necessidade do estabelecimento de alianças e negociações dos colonizadores com as populações indígenas.

**Entre *el malón* e o assalto. Doble – O Duplo, Nicué ou João Grande, Calfucurá- *Señor de Las Pampas*.**

Durante os anos de 1800, entre os anos da virada para a segunda metade do século XIX e na primeira década depois desta, as províncias meridionais brasileiras e as províncias platinas viviam em um tempo acentuado pelas questões fronteiriças, e principalmente por fronteiras com as terras indígenas, que eram o alvo de cobiça e conquista tanto por parte de luso-brasileiros como por parte dos *hispanocriollos*. Dentro deste período, as lideranças indígenas, no que se refere à documentação estudada, vão fazer parte de muitas destas histórias e suas trajetórias vão ser delineadas dentro de acontecimentos que acompanham essas lideranças em momentos críticos de sua historicidade, permeado de ações como os assaltos, atentados, e assassinatos. E assim entre *el malón*, uma das formas de combate e resistência indígena em território argentino, e ‘o assalto’, de igual forma em território brasileiro, são comparados na medida em que determinam escolhas e possíveis caminhos para os povos indígenas.

Nos pontos extremos da fronteira sul de São Paulo já próximo a São Pedro e Santa Catarina, numa região que compreendia lugares como Vacaria, Campo do Meio, Lages, Pontão, Corisco, entre outros, a intensificação de conflitos entre os lados indígenas e não indígenas era acentuada. Nos encontros fronteiriços destes lugares instalavam-se as coletorias da arrecadação provincial, no caso da Coletoria da Renda Provincial de Santa Catarina, segundo o Major Antonio de Saturnino, comandante da Guarda Nacional de Lages, instalada no lugar denominado ‘Corisco’, encontrava-se em grande perigo, e assim nos contava:

Achando se a Collectoria da Renda Provincial no lugar do Curisco em grande perigo por cauza dos acontecimentos occorridos na Vacaria com os Gentios Bugres, apreço me em

isto mesmo communicar a Vossa Excelência para que com suas sábias luzes haja de determinar o que julgar conveniente. A imprudência das Autoridades daquelle Distrito (segundo meu pensar) fez com que hoje mais que nunca se temão os tropeiros, e moradores das costas da serra, dos assaltos daquelles selvagens, e o motivo deste temor, e susto de que estão possuídos, passo a relatar a Vossa Excelência pela maneira seguinte. Os gentios que a título de apresentados e catequizados existião abarracados em vários pontos da Provincia do Sul, percorrião muitos lugares da Vacaria, e deste Municipio aparecendo em grandes partidas a pedirem nas cazas que comer, roupas, e outros gêneros, e como não offendião aos moradores, forão sempre por estes bem tratados, mas ulttimamente, e em dias do mês passado aparecendo em maior numero no Distrito mesmo de Vacaria em caza de João Mariano, e em occazião que estavam trabalhando na marcação de seus gados em uma mangueira, pedirão de comer que lhes foi dado, e depois de comerem reunindo-se repentinamente avançarão a mangueira, e matarão doze pessoas que alli estavam em seu serviço, e em sua retirada levarão consigo duas senhoras filhas do donno da casa, dous meninos, e huma escrava, e tudo quanto havia na mesma caza: não satisfeitos inda do crime que havião commetido, na retirada em que hião matarão a mais cinco homens que encontrarão trabalhando em hum erval;(...) <sup>529</sup>

Como se vê na correspondência do Major Saturnino ao Presidente da Provincia de Santa Catarina, João José Coutinho, trata-se do ataque de um grupo Kaingang à casa de um fazendeiro João Mariano em “*dias de*” agosto de 1851. Ausente, no momento do ataque, o fazendeiro estava no Distrito das Missões, negociando com muares para transportar para a feira de Sorocaba. Mas além da morte de 17 pessoas pelos

---

<sup>529</sup> Correspondência de Antonio de Saturnino de Souza e Oliveira Major Cmt da Guarda Nacional do Distrito de Lages ao Presidente da Provincia João José Coutinho em 15 de setembro de 1851. Correspondência de Diversos para o Presidente da Provincia. D. 1851-55. P. 36, 37 v, 86. APESC.



Kaingang e o rapto de duas filhas, dois meninos e um escravo, o Comandante da Guarda Nacional de Lages diz que a imprudência das autoridades do Distrito de Vacaria é que colocava em grande risco os moradores da costa da serra e os tropeiros nos caminhos de tropa. Esta imprudência estava relacionada com as retaliações dessas autoridades em relação ao assalto da casa de João Mariano Pimentel, que, de forma desmedida, atacaram os índios que estavam mais próximos, e realizaram verdadeiro morticínio, matando a todos de forma indistinta, não poupando nem mulheres e crianças, conforme nos segue relatando o Major Saturnino:

(...) passados poucos dias deste acontecimento chegou a Vacaria João Mariano (que então estava ausente no Districto de Missões onde teve noticia do que havia ocorrido em sua casa) que, allucinado e impaciente, procurou vingarse passando a reunir gente por ordem do Coronel José Luis segundo dizem e foi bater os gentios que estavam abarracados no Pontão que nenhuma parte tiverão naquelle delicto, e ahi morrerão trinta e tantos Índios entre grandes, e pequenos, e mulheres, segundo consta. Corre por certo que os Gentios apresentados todos se retirarão, e que no Campo do Meio já não existe hum so morador que se mudarão com receio, e espera-se muita mortandade quer nos Mattos Castilhano, e Portugues, e quer na Estrada desta Villa para São Paulo. V. Ex<sup>a</sup> me dará suas ordens qual deva ser o meu procedimentocazo continuem elles a fazer mal, pois consta que já tem aparecido na Guarda Mór perto do Curisco.<sup>530</sup>

De acordo com o relato acima, dias depois quando do retorno a casa, João Mariano Pimentel ficou ‘allucinado’ quando de tudo soube, e impaciente procurou a vingança, reunindo gente por ordem do Comandante da Guarda Nacional o Tenente Coronel José Luis Teixeira, foi até os índios aldeados no Pontão e promoveu uma chacina matando mais de trinta índios, e que com temor de um revide, alguns não indígenas começaram a abandonar roças no Campo do Meio e do

---

<sup>530</sup> Ibidem

Pontão. Como já vimos à preocupação com um possível ataque massivo de índios às povoações era latente nos distritos de Lages, Passo Fundo e Vacaria. A Câmara Municipal de Vacaria não deixaria também de emitir correspondência com relação a estes acontecimentos e, desta forma, assim se manifestou:

No dia 5 do mês passado, saiu um pequeno numero de bugres do mato denominado Turvo e bateram às casas de João Mariano Pimentel e Bernardino Fialho de Vargas. Na primeira mataram um irmão do dono da casa, um filho, um sobrinho e duas escravas. Carregaram com três filhas e três filhos e uma escrava do dito Pimentel, sendo duas filhas já moças. Roubaram toda a casa e quebraram tudo. Na segunda, mataram a um primo do dono da casa e fizeram os mesmos estragos que na primeira, e na retirada para o mato foram aonde estavam cinco homens fabricando erva-mate e todos os mataram, com semelhante procedimento.<sup>531</sup>

A Câmara Municipal de Vacaria limitou-se a comunicar o ataque promovido pelos indígenas, datado de 05 de Agosto de 1851, acrescentando ainda o ataque à casa de Bernardino Fialho de Vargas, divergindo muito no que concerne ao número de mortes das relacionadas pelo Major Antonio de Saturnino do Distrito de Lages. Além disso, o relatório da Câmara de Vacaria omite a retaliação promovida por João Mariano Pimentel aos indígenas matando quase cinquenta desses no Campo do Pontão. Fato que o relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro, Patrício Corrêa da Câmara, de outubro de 1851, também omitiria:

Em principio do mês de Agosto ocorrerão no município da Vaccaria successos lastimáveis. Os Bugres accometerão algumas casas, que saquearão, assassinando vários indivíduos e raptando outros. Para Battel-os, e persegui-los foi preciso reunir a Guarda Nacional; e ultimamente

---

<sup>531</sup>Relatório enviado pela Câmara Municipal de Vacaria ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Conde de Caxias, em 16 de Setembro de 1851. Apud: LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000, p. 67.

ordenei que se conservasse alli um destacamento de cem praças da mesma guarda, com os vencimentos respectivos, e é de crer que com estas providencias e com outras, que o governo tratará opportunamente de pôr em acção, ficarão garantidos os moradores d'aquelles lugares, e não teremos a deplorar para o futuro a repetição de factos tão desastrosos.<sup>532</sup>

O Vice-presidente Patrício Corrêa da Câmara diz que para perseguir os agressores e resgatar os seqüestrados foi preciso reunir a Guarda Nacional e batê-los. É preciso, aqui, comentar um pouco a respeito deste termo, as *Batidas*. Este termo encerrava uma forma técnica de acobertar uma série de atividades e expedições, que, em muitas vezes, constituíam-se como criminosas, como foi o caso da expedição de João Mariano Pimentel, com os Guardas Nacionais comandados pelo Coronel Jose Luis Teixeira. Desta forma, o vice-presidente Patrício Câmara omite os fatos da chacina e, ao se utilizar desta terminologia, transforma a expedição punitiva em uma 'batida de perseguição a malfeitores'. O Vice-presidente ainda nos contaria que após o esvaziamento das tropas da Guarda Nacional e da 1ª linha cujos efetivos haviam sido recrutados para a guerra contra Manuel Oribe e Juan Manuel Rosas, "*ficou sem força a maior parte dos Districtos da Campanha, e alguns attentados apparecerão, cujos autores, fora pela maior parte presos e entregues a acção da justiça. Estes factos assustarão os habitantes do campo[...] abandonando suas culturas e industrias.*"<sup>533</sup>

As Províncias meridionais, em especial a de São Pedro, eram constantemente chamadas ao esforço de guerra e estava inserida em um sistema comercial ligado a Bacia do Prata, assim nomeada a entrada que o mar fazia entre Uruguai e Argentina, onde desaguavam dois grandes rios, o Paraná e o Uruguai. Na Argentina, Juan Manuel Rosas buscava a hegemonia e a consolidação da federação das Províncias Unidas, cuja centralidade estaria em Buenos Aires, da qual era o principal mandatário. Manuel Oribe, em Montevideo, do partido Blanco uruguaio, passa a ser seu aliado. O Império do Brasil temia que

---

<sup>532</sup> *Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara, na abertura d'Assembleia Provincial em 02 de Outubro de 1851.* Porto Alegre, Typografia do Mercantil, p. 5 – Guarda Nacional, índios.

<sup>533</sup> *Ibidem*

Juan Manuel Rosas promovesse uma consolidação de poder, e, conseqüentemente, controlasse as duas margens do rio da Prata. Apoiando os Colorados no Uruguai, derrotam os Blancos de Manuel Oribe em outubro de 1851. Garantido o controle do Uruguai pelos ‘Colorados’, no ano seguinte, as tropas rosistas foram derrotadas em território argentino (Monte Caseros). Segundo o historiador uruguaio Gonzalo Abella, “*la alianza de los unitarios porteños, los ‘colorados’ orientales, el supuesto federal Urquiza y el Imperio de Brasil preparan el golpe de muerte contra el federalismo. Rosas es derrotado definitivamente el 3 de Febrero de 1852 en Caseros.*”<sup>534</sup>

De acordo com Boris Fausto, “*24 mil soldados brasileiros, recrutados principalmente no Rio Grande do Sul, participaram do conflito.*”<sup>535</sup> Entre esses recrutados, 42 índios comandados pelo capitão Antonio Prudente foram adicionados ao Corpo de Guardas Nacionais da vila da Cruz Alta para se apresentarem ao Conde de Caxias, em 1851, então em campanha contra Rosas na Argentina.<sup>536</sup> O Tenente José Joaquim de Oliveira, Diretor da Guarita, e na ocasião atuando como interino no aldeamento de Nonohay, assim escreveu em correspondência ao Conde de Caxias; “*Eu pude conseguir do Aldeamento a meu cargo que saíssem voluntariamente 63 índios, mas sendo tempo de fazerem plantações, não permiti que seguissem todos, e só sim 42 praças ao Mando do Capitão Indígena Antonio Prudente, os quais seguem desta Villa [...]*”<sup>537</sup>

O mundo fronteiro estava constantemente precarizado e, em uma situação de alarme, com relação a seus muitos perigos, o esvaziamento das forças militares nos Distritos da Campanha com o emprego de contingentes da Guarda Nacional e das forças de 1ª linha para o serviço da guerra acabava por facilitar ações de combate indígena, os chamados assaltos, que na Argentina eram chamados de *Malón*.<sup>538</sup> Com a situação alarmante, e embora já com a guerra contra

<sup>534</sup> ABELLA, Gonzalo. *Historia Diferente Del Uruguay*. Montevideo: BETUMSAN, 2007, p. 128.

<sup>535</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Op. Cit., p. 171.

<sup>536</sup> Correspondência de 1º de outubro de 1851 do diretor da Guarita e Diretor interino de nonohay José Joaquim de Oliveira a Luis Alves de Lima e Silva, Marechal e Conde de Caxias, em Passo fundo no dia 01 de outubro de 1851. *Arquivo Indios*, Catequese, Lata 299, Maço 2. AHRs. A Guerra contra Rosas vai dar o título de Marques a Luis Alves de Lima e Silva, o então - Conde de Caxias.

<sup>537</sup> Correspondência de José Joaquim de Oliveira, Diretor interino de Nonohay ao Conde de Caxias em 09 de outubro de 1851, Lata 300, maço 3, *Catequese*. AHRs.

<sup>538</sup> Sobre o *Malón* ver PORTAS, Julio Aníbal: *Malón contra malón (La solución final Del problema Del índio en la Argentina)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1967. Ver também

Oribe findada, mas ainda com uma guerra em andamento contra os Federados de Juan Manuel Rosas, e a situação de perigo em que se encontravam os moradores dos Campos de Cima da Serra, o governo de São Pedro manda destacar 100 pedestres para a região conflituosa. Do outro lado, o presidente da Província de Santa Catarina também mandou destacar vinte guardas nacionais para a fronteira<sup>539</sup>, ao mesmo tempo em que determinava o envio de menores indígenas capturados em Lages para Desterro. O Delegado Guilherme Ricken respondeu que não enviaria os meninos porque seu estado físico não permitia fazer a viagem, e com relação à autorização para destacar os guardas nacionais informou o seguinte:

Fiquei igualmente intelegenciado pelo referido seu officio da authorisação de pporer destacar até o numero de vinte Guardas Nacionaes em destacamentos para proteção contra as ameaças e insultos dos Indios. Não me aproveitarei porem desta authorisação por hora, pó me parecer desnecessários destacamentos fixos, e que pouca ou nenhuma utilidade darão pela grande extensão de terreno sujeito a estas invasões. Reservo porém esta authorização para occasiões em que pode ser proveitosa, accudindo a qualquer ponto ameaçado, e para este fim desejaria então que houvesse huma ordem para o Collector d'aqui supprir com a despeza.<sup>540</sup>

O Delegado Guilherme Ricken diz que não necessita dos 20 guardas para destacar em pontos fixos, mas deixa claro que necessita estar já autorizado previamente para realizar expedições quando necessárias e utilizar-se do dinheiro da Coletoria. Em relação a não

---

ROJAS LAGARDE, Jorge Luís. *Malones y comercio de ganado con Chile (Siglo XIX)*. Buenos Aires: El Elefante Blanco, 2004.

<sup>539</sup> Correspondência do Presidente da Província João José Coutinho ao Delegado de Lages Guilherme Ricken sobre o envio de menores indígenas a capital e também sobre a autorização para destacar vinte guardas nacionais para a defesa contra os índios, em 17 de Dezembro de 1851. Série: *Ofícios Diversos (1837-1892)*, p. 17v. APESC.

<sup>540</sup> Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho sobre menores indígenas a enviar para Desterro e também sobre a criação de um destacamento para proteção contra índios, em 13 de Janeiro de 1852. Série: *Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892)*. Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 3. APESC.

necessitar dos Guardas Nacionais, é preciso que se diga que os Guardas Nacionais estavam sob o comando do Major Saturnino, e esse se empenhava também para não liberá-los, e talvez, por uma realidade de precarização dos meios, o delegado habilmente trocava algo difícil de realizar e com menor eficácia, por algo efetivo e eficiente, como eram as expedições contra os índios.

A expedição que foi comandada pelo estancieiro João Mariano Pimentel, na qual resultou em uma chacina, teve dois posicionamentos distintos no que se refere aos governos fronteiriços de São Pedro e Santa Catarina. Por parte do lado da fronteira na província de São Pedro, o assassinato dos índios foi omitido pela Câmara Municipal de Vacaria e pelo Governo. Do outro lado da fronteira, em Santa Catarina, o Presidente da Província, dava seguimento ao processo, mandando inquirir sobre os fatos,<sup>541</sup> talvez muito mais porque a chacina havia sido denunciada por autoridades de Lages, o Comandante da Guarda Nacional e o Delegado de Polícia. Assim em 13 de janeiro de 1852, o Delegado enviou a seguinte documentação respondendo sobre a inquirição que deveria proceder sobre os atentados contra os índios em Pontão:

Tenho presente o Officio de V. Ex<sup>a</sup> de 17 do mez passado em que ordena proceder-se aqui a huma inquisição sobre os bárbaros attentados de que se diz forão victimas os índios do Pontão. Não se achando já neste Termo as pessoas que me communicarão os factos que relatei no meu Officio de 4 de setembro ultimo, ser me há preciso inquirir alguns dos moradores d'aqui que igualmente tenham conhecimento do que ali occorreu, o que farei com a brevidade possível.<sup>542</sup>

O Delegado faz menção a um officio de 04 de setembro, no qual relatou os fatos. Lamentavelmente, este officio não foi localizado no Arquivo Publico do Estado de Santa Catarina, mas é muito provável que

---

<sup>541</sup> Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Provincia João José Coutinho sobre o atentado contra os Índios aldeados em Pontão, em 13 de Janeiro de 1852. Série: *Offícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892)*. Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 4. APESC.

<sup>542</sup> *Ibidem*.

tenha relatado os fatos da mesma maneira que relatou o Comandante da Guarda Nacional, ou seja, comunicando o ataque e denunciando a chacina do Pontão, mas adianta que as testemunhas de fato já não estão mais no distrito, porém relata que vai inquirir alguns moradores que tenham conhecimento do ocorrido. Em 30 de janeiro de 1852 o Delegado encaminha a correspondência com o resultado das Diligências:

Incluso passo ás mãos de vossa excelência, a inquirição sobre os attentados que se diz praticados com os índios aldeados no pontão, segundo me foi ordenado pelo officio de vossa excelencia de 31 de dezembro do anno passado. Senti não poder achar as próprias pessoas que me contarão estes factos, por se terem retirados para a Vacaria onde são moradores. Achei porém alguns d'aqui, que com grande receio de ficarem comprometidos, sempre confirmarão em substancia, o que eu avancei em meu officio de 4 de setembro do Anno passado.<sup>543</sup>

O resultado da inquirição, como vemos, é praticamente nulo. As testemunhas já não estavam mais no Distrito, retiraram-se para a Vacaria, lugar onde moravam, e mesmo os que confirmaram o acontecido, sentiam-se pressionados e com grande receio de ficarem comprometidos. Mas no relato do Major Antonio de Saturnino o que fica evidente até aqui é que por ordem do Tenente Coronel Jose Luis Teixeira, transtornado pela vingança, João Mariano Pimentel juntou um bom numero de soldados e, em agosto de 1851, dias após o ocorrido no dia 05 em sua estância, massacrariam quase cinquenta dos índios que estavam aldeados no Pontão. Os tais índios aldeados no Pontão muito provavelmente eram os índios comandados por Braga, uma liderança indígena que não aceitara o aldeamento junto aos grupos de Nonohay, Nicafim e Condá, e que transitavam pelos Campos de Vacaria, entre os Campos do meio e os Campos do Pontão. O Comandante da Guarda

---

<sup>543</sup> Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Provincia João José Coutinho sobre a inquirição quanto ao atentado contra os índios aldeados em Pontão, em 30 de Janeiro de 1852. Série: *Offícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892)*. Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 6. APESC.

Nacional do Distrito José Luiz Teixeira, já tinha dito, em março de 1851, que os índios de Braga se alojaram no Pontão em troca de sustento e vestuário.<sup>544</sup> O Aldeamento do campo do Meio e o de Pontão se configuravam apenas como mera tentativa de aldear os indígenas que perambulavam pelos Campos do Distrito de Vacaria.

Não se pode dizer ao certo se o Comandante kaingang Braga foi morto nesta chacina no Pontão, mas é muito provável que isto tenha acontecido, já que nos próximos anos um dissidente de seu grupo, conhecido por Doble<sup>545</sup>, é quem vai perambular por estes territórios. Sandor Fernando Bringmann afirma que Doble, ao romper com Braga, colocou a si e a seu grupo em uma situação de perambulação e exposição aos outros grupos rivais, adotando uma estratégia de negociações com a sociedade não indígena, principalmente com estancieiros e autoridades provinciais, diminuindo assim a perda de seguidores, que fugiam para outros grupos como os de Nonoai, Condá e do próprio Braga.<sup>546</sup>

O atentado contra os índios de Braga no Pontão mudou significativamente a trajetória de Doble, já que, depois disso, encontrava-se junto com o seu grupo em condições de manter-se nos campos de Vacaria, e acrescenta-se a isso uma nova oportunidade que surgia. Feito o levantamento do ocorrido e inquirido os sobreviventes, o Grupo de Nicué, também conhecido por João Grande<sup>547</sup> e seu inimigo, foi responsabilizado pelos ataques a casa do estancieiro João Mariano Pimentel, e estavam sujeitos agora à perseguição por parte de expedições punitivas de não indígenas. Desta maneira, Doble e seu grupo teriam a oportunidade de estar na caçada ao rival.

Nicué (João Grande) a seu modo repetia uma estratégia utilizada durante boa parte do século XIX pelos índios argentinos- *El Malón*, nas

---

<sup>544</sup> Correspondência de 16/03/1851. AHRs. Apud LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os Kaingangs. Momentos de Historicidades Indígenas. In: KERN, Arno; SANTOS; M. Cristina; GOLIN, Tau. *Povos Indígenas*. Op. Cit., p. 103.

<sup>545</sup> Vamos adotar a forma consensual atual de denominá-lo, assim passo a chamá-lo de “Doble”, embora em alguns documentos esteja escrito o nome Dobre.

<sup>546</sup> Bringman, Sandor F. *Índios, Colonos e Fazendeiros*, op. cit, p. 115. Sandor Fernando Bringmann faz um excelente estudo sobre o Comandante Doble (Lideranças Kaingang: Colaboracionismo ou oportunismo? O caso do Cacique Doble), que demonstra suas táticas e estratégias, que envolviam muitas alianças e negociações, o que estava longe de se configurar como colaboracionismo com os invasores dos povos originários dos Campos de cima da Serra.

<sup>547</sup> Em relação a esse marcante personagem da História Indígena do Brasil Meridional, vamos adotar os nomes ora Nicué, ora João Grande, para deixar evidenciada essa duplicidade. Não vamos adotar as normas da convenção da ABA de 1953 para os personagens indígenas da história brasileira, vamos adotar livremente os nomes deles como Nonohay, Pedro Nicafim e outros.



chamadas campanhas contra os índios, ou guerra contra os índios, que durou durante todo o governo do caudilho Juan Manuel Rosas e mesmo depois desse. *El Malón* se constituía em uma forma de guerrilha de destruição e captura. Incendiar as casas dos não Índios, destruir suas roças, matar o maior número possível de inimigos, sequestrar crianças e mulheres para a negociação de resgate e pilhar o que for possível. Embora, no espaço dos Pampas e *Campañas Hispanocriollas*, é preciso ressaltar, estes assaltos tinham também o interesse no roubo do gado. Os povos Mapuches e Ranqueles se apropriavam do gado nas fazendas e povoados de suas incursões, tinham uma vivência em relação a este elemento (já que era a principal mercadoria daqueles tempos). Por exemplo, seus arranchamentos ao contrário dos povos Kaingang, embora fossem chamados da mesma forma de “toldos ou toleria”, não eram construídos ou cobertos com palha, mas consistiam em um aglomerado de construções confeccionadas com couro e sustentadas por paus.<sup>548</sup> Apesar de existirem diferenças entre os assaltos cometidos por Mapuches e os cometidos por Kaingang, a comparação destas estratégias e formas de sobrevivência diante do invasor deve ser considerada. Em muitos casos, era uma arma que muitas lideranças usavam para consolidar e aumentar seus domínios, como foi o caso de Calfucurá, líder Mapuche da terra dos Araucanos, que após cruzar a cordilheira dos Andes, em 1834, instalou seus toldos na região de Salinas Grandes e tornou-se durante anos uma das principais lideranças indígenas, ficando conhecido como o *Señor de las Pampas*.<sup>549</sup> Estabelecendo alianças e negociações com não indígenas, como o chefe da confederação Argentina, Juan Manuel de Rosas, Calfucurá reuniu em seu torno várias lideranças e outros povos, inclusive os Ranqueles e seus temíveis caciques, como Ianquetruz, mantendo uma resistência baseada no *Malón*.

As alianças não significam a impossibilidade do fim de seus termos e de novos arranjos. Em relação às alianças com não indígenas, os ataques e assaltos continuariam como estratégias, conforme se verifica na carta enviada ao Ministro do Interior por um oficial de intendência sobre um possível ataque massivo de Mapuches, liderados por Calfucurá à *Campaña de Buenos Aires*:

---

<sup>548</sup> Sobre isto ver VALDEZ, Javier; BONATTI, Andrés. *Histórias Desconocidas de la Argentina Indígena*. Buenos Aires: Edhasa, 2011, p. 33-53.

<sup>549</sup> *Ibidem*.

Un comerciante que a salido recientemente del territorio de los indígenas ha dado la noticia de que algunas tribus de los Huilliches y otras de las que habitan el cordón de la cordillera , se estan preparando para pasar al territorio de la República Argentina al concluirse el presente verano. Parece que piensan pasar allí todo el invierno y que han sido invitados por Calbucurá (Cacique de Llaima en Las Pampas) para hacer una incursión en la campaña de Buenos Aires .El mismo comerciante agrega que los mensajeros de Calbucurá han contado que en los asaltos hechos a la frontera han conducido dos cuerpos de tropa y cautivado muchas familias; pero que tambien habían sido destrozadas tres partidas de indios, por lo cual se había resuelto Calbucurá a solicitar el auxilio de sus hermanos los Huilliches y Puelches, con cuya concurrencia contaba para vengar sus derrotas y enriquecerse haciendo lo mismo con sus auxiliares (...)

Un aviso idéntico se había dado a esta intendencia por um indio amigo el cual lo acaba de repetir, agregando por menores que al parecer acreditan la realidad del intento. Dice el indio que Calbucurá se hallaba en relaciones amistosas com el Gobierno de Buenos Aires y que de improviso se rebeló contra este gobierno abandonando el terreno que ocupaba, asaltando varias haciendas y tomando muchas familias cristianas .<sup>550</sup>

Calbucurá, embora tenha se aliado ao governo de Buenos Aires, também se rebelava e tinha uma opção de resistência baseada em ataques e assaltos a fazendas e povoados, e conseguia reunir em torno de seu comando, outros comandantes e seus guerreiros, como os Huilliches

---

<sup>550</sup>Copia de una carta del 1º Oficial de Intendencia Juan M. Casanova al ministro del interior Manuel Zanartú en que comunica una posible incursión de las tribus de indios Huilliches y Puelches, que invitados por Calbucurá o Calbucurá, Cacique de Las Pampas piensan invadir la campaña de Buenos Aires. Concepción, 1º de Febrero de 1849. Sala X. 27.7.6. *Division Gobierno Nacional. Indios, Partes de Combates. Tratados de Paz. Fronteras. 1818-1858.* Buenos Aires: Archivo General de La Nación.

e Puelches<sup>551</sup>, que estavam do outro lado da cordilheira, terra dos Araucanos, origem também de Calfucurá. Mas, enquanto em território argentino, formavam-se verdadeiras confederações indígenas, e em muitas vezes juntavam parcialidades para realizar uma grande guerra de guerrilhas, do outro lado da fronteira, no Brasil meridional nos Campos de Cima da Serra na província de São Pedro, os Kaingang, desde a junção de varias lideranças em torno do aldeamento de Nonohay, poderiam ter vislumbrado dessa forma alguma possibilidade da formação de grandes alianças, com grandes contingentes de batalha. Porém isso não aconteceu, ao contrário, no caso dos assaltos cometidos por Nicué, sua atuação era solitária ou acompanhada por assaltos de outros grupos como os de Pedro Nicafim. E, neste arranjo, acrescentava-se as disputas e parcialidades inimigas, e, dessa maneira, pela rivalidade que tinha com João Grande (Nicué), Doble é convidado para ajudar na caça ao grupo rival, e muito provavelmente com a negociação de alguma gratificação em caso de cumprimento da missão.

A expedição de captura e resgate à Nicué e seu grupo os alcança próximo ao rio das Antas. João Grande e seus comandados conseguem fugir abandonando os raptados para trás, muito provavelmente como forma de evitar a continuidade da perseguição, já que o grupo composto pela Guarda Nacional, os homens de João Mariano Pimentel, e os índios de Doble estavam em nítida vantagem.<sup>552</sup> Segundo Sandor Bringmann, o sucesso do resgate permitiu uma ascensão de Doble dentro da sociedade não indígena, que passa a usufruir o título Honorífico de Capitão dos índios: “Tão logo ocorre alguma notícia de correria ou depredações envolvendo indígenas, o ‘Capitão’ era logo chamado pelas autoridades para dar perseguição aos agressores.”<sup>553</sup>

Em janeiro de 1852, poucos meses depois, após o ataque em Vacaria, o grupo de Nicué, ou João Grande faz um novo ataque nos moldes de *El malón*. Trata-se do ataque nos termos de São Leopoldo, na Colônia Mundo Novo, resultando em mortes, sequestro e pilhagem. O Vice- Presidente da Província em relatório de outubro de 1852 relata que “A 8 de Janeiro accometerão uma casa, matarão o alemão Pedro Wadenpuhl, e raptarão sua mulher, cinco filhos menores, e uma filha

---

<sup>551</sup> Utilizamos a nomenclatura destas populações de forma idêntica a que encontramos nas fontes.

<sup>552</sup> GARDELIN, Mario. Cacique Doble: o Libertador. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 09 de novembro de 1969, p. 29b. Apud. LAROQUE, op. cit., p. 137.

<sup>553</sup> BRINGMAN, Op. Cit, p. 117.

casada.”<sup>554</sup> O Presidente concluía dizendo que o Delegado do Distrito havia formado uma “partida de quarenta homens paisanos. Porém nem aquelles forão encontrados, nem resgatadas as pessoas raptadas.”<sup>555</sup>

O rapto da família Wadenpuhl ficou sem solução durante longos 15 meses. O que iria mudar o curso desta história seria a fuga da filha de Pedro Wadenpuhl, Maria, que descreveu o lugar de esconderijo de Nicué.<sup>556</sup> Mais uma vez, a oportunidade apareceu para Doble, que como conhecedor das matas e inimigo de Nicué, foi convidado para realizar a perseguição, juntamente com os homens do Capitão Francisco Miller. O resultado da expedição foi pleno de êxito para seus componentes. Em março de 1853 todos os sequestrados foram resgatados com vida, e morreram na ação conforme palavras do Presidente da Província “o bugre João Grande e os de sua horda, autores das depredações de que foi aquelle termo victima durante dous annos.”<sup>557</sup>

É muito possível que o ataque comandado pelo Capitão Francisco Miller e o Comandante Doble tenha sido orientado dentro das técnicas já vistas até aqui, de surpresa, ao amanhecer, matando os resistentes, e aprisionando, como cativos, mulheres e crianças. O governo, nesse relatório não fala em sobreviventes, limita-se a dizer que foram mortos os de “*João Grande e sua Horda*”. Tampouco é apresentado algum preso para ser processado nas formas da lei. Tudo indica que nesse caso e no da chacina do Pontão sequer tenha sido pensado como algo criminoso – imperava, nesse sentido, a força da tradição, dos usos e costumes, é de uma implícita guerra justa que ainda ecoava dos tempos de El Rei Dom João.

Os moradores da Colônia “Mundo Novo” queriam recompensar de seus bolsos o comandante Doble, mas o Governo de

---

<sup>554</sup> *Relatório do Vice- Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 01 de outubro de 1852.* Porto Alegre, Typografia do mercantil, 1852, Tranquilidade Publica- Segurança individual, p. 5.

<sup>555</sup> *Ibidem.*

<sup>556</sup> Maria Wadenpuhl ficaria conhecida como Maria a Bugra. Sobre isto ver PUHL, Paula Regina, PRODANOV, Cleber Cristiano. KERBER, Alessander. Representações étnicas no folhetim “Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã” e a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 191-214, dez. 2007.

<sup>557</sup> *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da assembléia Provincial em 06 de Outubro de 1853.* Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1853, p. 6 – judiciário-tribunais; crime.

São Pedro tomou para si esta atribuição e fez o pagamento dos cofres públicos.<sup>558</sup> Uma das intenções do governo era aldear Doble e seu povo;

Doble que agora era referenciado na documentação como o “fiel chefe”:

(...) pretendi aldear aquelle fiel chefe e sua tribu nas mattas do Pontão; mas baldo de pessoa idônea para dirigir o novo aldeamento, e tendo uma feliz coincidência reunido nesta cidade Doble e o Capitão Fongue, seu primo, pertencente ao aldeamento da Guarita, consegui delles accordaram-se em viver com suas respectivas tribus no mesmo aldeamento. Em 10 de Agosto deste anno expedirão-se as ordens.<sup>559</sup>

Fongue era a principal liderança dentro do aldeamento de Guarita, era aliado de seu primo Doble, como vemos acima. Fardados com os galões de Capitão, os dois encontravam-se em Porto Alegre para negociar com o Presidente da Província. Acertaram de ir para Nonohay, e se isso de fato se concretiza, Nonohay se transformaria em aldeamento com cerca de 800 pessoas, algo considerável. Mas tal acerto era apenas uma estratégia de negociação, na verdade para Fongue e Doble, estar juntos com rivais como Nicafim e Condá era como estar na boca do lobo, a não ser se as condições fossem favoráveis e o momento oportuno. A dissimulação também pode ser vista como tática de atuação. Fongue e Doble buscavam o que necessitavam para a sobrevivência de seu povo junto ao governo, e em troca dissimulavam aceitar as condições de aldeamento, que nem sempre eram cumpridas. Por exemplo, Doble não se deixou aldear, continuou entre os campos do Meio e do Pontão, embora o Governo tenha se empenhado nesse sentido. Em correspondência de 19 de março de 1853 ao cidadão Felipe José de Souza da aldeia de Vacaria, o Presidente da Província João Lins Vieira Cansação de Sinimbu comunicava sua resolução de lhe encarregar o cuidado do aldeamento do povo de Doble, “*não somente por confiar no seu zelo e probidade, como por saber que sobre aquelles Índios e seu Chefe exerce o referido Cidadão grande ascendência pelo*

---

<sup>558</sup> Idem, Índios, Cathequese, p. 26.

<sup>559</sup> Ibidem.

*amor e caridade com que sempre os tem tratado.*”<sup>560</sup> Embora na correspondência o governo colocasse à disposição os cofres públicos, principalmente no que se referia a usar a verba de custeio da ‘Colletoria do Pontão’<sup>561</sup> na prática, as verbas eram escassas, isso quando eram pagas, e o custeio da alimentação de 100 ou mais pessoas, requer uma logística razoável. Tal fato deve ter colaborado para o aldeamento de Doble não se concretizar, além do que a própria resistência de Doble.

No ano de 1854, Doble e seu grupo ainda são notícia nos relatórios do Presidente da Província a Assembleia Provincial. O Governo dizia que, após as ordens de 10 de agosto de 1853, os comandados de Doble seguiam para o aldeamento de Nonohay, “*mas infelizmente aconteceu que nesse tranzito do Pontão para Nonohay, andando a caça foi sua gente batida de surpresa por uma tribu desconhecida, de cujo encontro resultou ficarem alguns feridos, e perderem tudo quanto havião recebido desta Presidência como presente.*”<sup>562</sup> Doble, desconfiado que o ataque a seu grupo tenha partido de seus rivais (Pedro Nicafim e Condá, como vingança pela morte de João Grande, da qual eram aliados), permaneceria entre os Campos do Meio e do Pontão como aparece abaixo, no mesmo relatório:

Em vão tentarão os mensageiros do Director Oliveira persuadir-o de tornar ao Nonohay, prometeu fazel-o mais tarde, mas segundo as ultimas noticias que tenho de Felipe José de Souza, da Vaccaria, ainda por alli se conserva errante com a sua tribu, mas inoffensivo.

Os aldeados da Guarita commandados pelo Capitão Fongue, montão a 289. As tribus do finado Cacique Nonohay, de Nicofé, Condá, e Conhafé montão a 346, total 635.<sup>563</sup>

O Governo intencionava colocar todos os índios em um só grande aldeamento, mas não levava em consideração a organização social e

---

<sup>560</sup> Correspondência do presidente da Provincia de São Pedro do rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu ao cidadão Felipe José de Souza da aldeia de Vacaria, em 19 de março de 1853. *Arquivo Índios*. Maço 1, Lata 299. AHRS.

<sup>561</sup> *Ibidem*

<sup>562</sup> *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembleia Provincial em 02 de Outubro de 1854*. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1853, p. 30-31, Índios, catequese.

<sup>563</sup> *Ibidem*.

política dos kaingang, com seu faccionalismo e parcialidades. Juntar rivais em um mesmo aldeamento era uma tarefa árdua. Doble deixa claro que ir para Nonohay é algo para mais tarde, ou seja, quando as condições lhe fossem favoráveis, e como Condá e seu genro Nicafim permaneciam nos Campos de Nonohay, neste momento lhe restava continuar em seu território de perambulação nos Campos da Vacaria, ou aventurar-se em terras do outro lado do rio Pelotas, o Distrito de Lages. No excerto acima, chama a atenção a informação que Nonohay está morto, o que deve ter acontecido muito provavelmente no início de 1854, e desta maneira, ficava enfraquecida a aliança de Condá e Nicafim, que já haviam perdido outro aliado, Nicué.

Nos meses seguintes, Doble apertado novamente pelas condições impostas de insegurança patrocinada pelos grupos rivais, e devido à perda dos equipamentos e presentes obtidos junto ao governo, e também muito provavelmente pelas condições precárias estabelecidas em Vacaria, vai buscar novas paragens para seu povo.

No dia 16 de fevereiro de 1855, Doble e seu grupo com mais de 100 pessoas, vão atravessar o rio Pelotas e ingressar na província de Santa Catarina, nos Campos de Lages, buscando melhores condições de sobrevivência. O Delegado de Lages, Guilherme Ricken, às voltas com ataque e incursões dos Xokleng à região, ao saber do ocorrido pelo Inspetor de Quarteirões dos Baguais, fronteiro a Província de São Pedro, tratou de comunicar o evento ao Presidente da Província João José Coutinho:

Em o meu officio de 18 do corrente participei a V.x. do apparecimento do Gentio Botocudo a beira do campo na direção da Serra Geral, onde estão fazendo estragos nas Criações dos moradores, e agora tenho a participar que em occasião de estar dando providencias para os afugentar, recebi a participação do Inspector do Quarteirão dos Bagueas de que huma porção de Indios Coroados que se achavão aldeados no Municipio da Vacaria, passarão o rio de Pelotas no dia 16 do corrente, encaminharão-se para esta Villa, onde entrarão antes de hontem a tarde em numero de 100 mais ou menos, com mulheres e muitas crianças capitaneados pelo cacique Dobre, de quem V.Ex<sup>a</sup> já deve ter noticia, e que logo me procurou. Perguntando-lhe a que vinha disse-me que vinha me visitar, e que sua gente estava com

fome. Dei logo providencias para se acampar esta gente, perto de hum arroio na visinhança da Villa, para onde mandei huma porção de feijão e farinha com toucinho, que em hum instante devorarão. Hontem voltou tudo a esta Villa, entrando sem cerimonia em todas as casas, pedindo tudo quanto vêem, e por mais que se lhes dê nunca ficão satisfeitos. Esta gente está quase nua, de combinação com o Tenente Coronel mandei carnear trez rezes para elles, e de que me consta hoje já pouco ou nada resta. He portanto perciso dar-lhes de ração senão nada chega.<sup>564</sup>

O Delegado, em um primeiro momento, está preocupado com os “Bugres Botocudos”, os Xokleng, os quais eram vistos como Bravos; em um segundo momento, vai estar preocupado com os Indios Coroados- os Kaingang, especificamente os do capitão Doble, que são vistos pelo Delegado como índios mansos. No excerto acima, o que chama a atenção é o motivo da ida de Doble para os Campos de Lages, o qual inquirido pelo Delegado respondeu que tinha ido ali para visitá-lo e que seu povo tinha fome. As autoridades da Vila providenciam comida para o povo de Doble, distribuindo farinha, feijão e toucinho e carneando algumas reses, mas o Delegado adianta que, diante das dificuldades, seria necessário impor um racionamento da alimentação para poder atender a demanda. O Delegado continua em sua correspondência a falar sobre Doble e seus comandados:

Fallando com o cacique perguntei-lhe se veio com licença de quem os governava lá na Vacaria, disse que não, pois que por lá não havia quem olhasse para elles, o que He de suppôr não ser verdade. Conta me porém por gente vinda da Vacaria, que estes Indios tiverão ordem de se recolher ao Aldeamento de Nonohay em Missões,

---

<sup>564</sup> Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Provincia João José Coutinho sobre a entrada em Lages de cerca de 100 coroados Captaneados pelo Cacique Doble, em 22 de Fevereiro de 1855. Série: Officios dos Delegados e Subdelegados de Policia ao Presidente da provincia (1842-1892). Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 19-19v. APESC.



e que recusarão para ir, por serem muito vadios, e não quererem trabalhar e que os moradores da Vacaria já não os podião aturar. He portanto de suppôr que passassem para Ca, para continuar na mesma vadiação. Não estamos aqui preparados para tão desagradável visita, e não há remédio senão sustenta-los em quanto não se achar meios para afastalos da Villa, e para encostalos n”algum matto que tenha caça para se ppoderem sustentar, e portanto tenho a pedir a V. Ex<sup>a</sup> authorização para estas despezas já feitas e por fazer, e bem assim instruções sobre o futuro tratamento desta gente no caso de não quererem voltar para a Província do Sul. Em todo caso He necessário nomear se huma pessoa para director dos mesmo índios em quanto aqui estiverem no districto.

O Cacique, que bem pouco portuguez falla, e que apenas se entende, me pede roupa para sua gente, e baetas parase cobrir, bem como machados e facas. Disse-lhe que sem ordem do Governo não lhe podia dar, e que mesmo sabia que o Governo nada lhes daria, emquanto não se applicassem a trabalhar, para ganharem a vida. Não pareceu ficar satisfeito com esta resposta.<sup>565</sup>

Essa correspondência do Delegado Guilherme Ricken, direto do mundo fronteiriço e suas muitas dificuldades e precariedades revela algumas informações que, cruzadas com outras que vamos colhendo, vão compondo um corpus da história social que buscamos atingir, com cores mais intensas. Sem dúvida, com o aporte de muitas fontes sobre os acontecimentos que circundam as pessoas e suas trajetórias de vida, é mais fácil produzir uma discussão que não esteja alicerçada apenas em comportamentos psicossociais e antropológicos pré-concebidos em teorias estanques. Desta forma, aqui se pode ao menos induzir que a precariedade fronteiriça, nestes momentos, atingia de forma mais

---

<sup>565</sup> Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Provincia João José Coutinho sobre a entrada em Lages de cerca de 100 coroados Captaneados pelo Cacique Dobre, em 22 de Fevereiro de 1855. Série: *Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da provincia (1842-1892)*. Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 19-19v. APESC.

acentuada, principalmente os pobres dos campos e das matas, como os indígenas de Doble. Ameaçados por seus inimigos e pressionando pelas frentes de expansão do processo invasor de suas terras, viam-se na dependência de viver de um jogo de alianças e negociações para buscar bens essenciais como comida, roupas, armas e cobertores para o frio. Sua saída de Vacaria também foi acionada, como vemos, por uma pressão também dos moradores não indígenas, estancieiros, lavradores e sitianteiros que já “não os suportavam mais”, e que portanto, também queriam se ver livres do povo Kaingang comandado pelo ‘Capitão Doble’, pois que os entendiam como um bando de vadios. Para o Delegado de Lages uma das soluções era que enquanto não se achasse meios para afugentá-los da vila que se procurasse um mato para encostá-los e para viverem da caça e do mel.

Sabemos que os lugares de caça de Doble estavam cada vez mais reduzidos, do lado leste do caminho para Sorocaba viviam os Xokleng, inimigos históricos, e as suas costas do lado oeste estavam Condá e Nicafim, ao sul estava Vacaria e ao norte estava Lages; dessa forma, o avanço populacional em seu território tradicional também era uma constante. Buscar campos de caça significava arriscar-se cada vez mais, como vimos no relatório de 1853 do Presidente da Província de São Pedro, quando foram atacados ao realizar caçadas em seu caminho para o aldeamento de Nonohay, provavelmente por guerreiros de Pedro Nicafim. No entanto, para as autoridades de Lages, o povo originário daquelas terras tinha recebido ordens para ir a Nonohay e que para lá não foram “*por serem muito vadios*”. Para o Delegado, a solução era encostá-los no mato para que sobrevivam ou afugentá-los, porque entendiam que o contrário era como alimentar uma multidão de vadios em suas vadiagens. A resposta que o Delegado deu, ao pedido de roupas, cobertores, facas e machados de Doble; foi que sem ordem do governo não lhe podia dar, e, que mesmo o governo, só concederia seu pedido enquanto se aplicassem a trabalhar para ganhar a vida. Resposta que não foi muito bem aceita por Doble. Mas o interessante dessa história é que com o atraso do estafeta que levava a correspondência para a capital, o Delegado dia 24 de fevereiro escreve novo ofício, e agora o tom muda totalmente, com a ameaça dos Xokleng aos moradores da fazenda dos Tributos, e sem recursos para montar uma escolta, e inclusive sem armamento suficiente, a saída passa a ser contratar Doble para a expedição. Em apenas dois dias, Doble e seu povo deixaram de ser vadios e passam a ser soldados ao serviço da Província, como demonstra a comunicação:

Em os meus officios de 18 e 22 do corrente participei a V. Ex<sup>a</sup> o ocorrido neste município tanto com os bugres bravos, como com os mansos ao mando do Cacique Dobre, e aproveito a demora do estafeta com o Correio, para levar ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> que no dia 22 deste mez recebi a participação de que os Botocudos em grande numero estão ameaçando a casa de morada da Fazenda dos Tributos, cujos moradores me pedirão encarecidamente auxilio de armamento e gente, e como não tenho armamento de qualidade alguma, e nem era possível reunir gente com a brevidade que era mister lembrei-me de convidar ao Dobre para com sua gente ir afugentar os Botocudos, por saber que estes dous tribús são inimigos jurados. O Cacique Dobre me respondeu que se eu quizesse fazer hum trato com elle que estava prompto para seguir, porem que queria ir só primeiro para reconhecer o terreno, e ver o rasto dos Botocudos, e quando estava para seguir, lembrou-se talvez que poderia ser alguma cilada que lhe armava, disse me que elle não ia, porem que mandava dous de sua gente para lhe informar do que havia, o que com effeito fez, e voltando estes dous homens antes de hontem a noite, verificarão que pelo rasto que virão e mais signaes que apparecerão era imminente o perigo daquelles moradores. Depois destas informações me disse o Dobre que estava prompto para esta diligencia se convencionássemos sobre o trato. Em seguida pedio me 4 patações em dinheiro para cada homem de sua gente; o que depois ficou em 3 patações, sendo o pagamento em fazendas, cujo trato conclui com elle; pedio-me mais huma meia dúzia de facas grandes para fazer lanças, o que lhe mandei dar, de maneira que hontem de tarde seguiu com vinte e tantos homens e duas mulheres para a fazenda dos Tributos à duas legoas de distancia desta Villa; deixando todos os velhos, mulheres e crianças no acampamento perto da Villa, recommendando os muito á minha proteção. Hoje julgo entrarão no matto.

Acompanhão ao Cacique, como reserva, dez  
homens nossos.<sup>566</sup>

Doble aceitou a missão, antes foi fazer um reconhecimento, do qual desistiu de fazer ele mesmo, temendo uma cilada, e mandou dois homens de seu grupo rastrear o arranchamento dos Xokleng. Depois de avaliar a situação, Doble aceitou a expedição, desde que fossem pagos quatro patações a cada um de seus homens. O Delegado acertou em três patações, ou seja, 2\$880 réis para cada elemento do grupo; como eram 24, o total encomendado seria de uns 69\$120 réis. Como já vimos, quando estas quantias eram pagas, o pagamento era realizado com meses de atraso. A moeda corrente principalmente para pagar peões, jornaleiros, e outros desvalidos do império, como os indígenas, eram bens materiais de sobrevivência, como cobertores, tecidos, facas, pólvora, balas, sal e armas. No caso de Doble não foi diferente, o pagamento foi realizado com tecidos e algumas facas - facas estas que seriam utilizadas na confecção de lanças para a expedição de destruição do arranchamento e captura dos Xokleng. Outro dado interessante é o fato de duas mulheres acompanharem a expedição, juntamente com os vinte e tantos homens de Doble, mais 10 do Delegado. Será que eram esposas de Doble ou efetivas guerreiras em ação? O resultado desta expedição o Delegado informou em nova correspondência, que demonstramos a seguir:

He me impossível remetter o pret dos Indios que entrarão no matto para afugentar os Botocudos por já se terem retirado d'aqui e por ignorar seus nomes, e mesmo se ainda cá estivessem seria difficuloso por que só trez ou quatro delles tinham nome christão. No entanto mandei contal-os tanto na entrada como na sahida do matto pelo comandante de nossa gente que os acompanhou, e que me participou ser seu numero 24. Os Botocudos que capturarão em numero de 11, e dos quaes 6 actualmente se achão doentes, e

---

<sup>566</sup> Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Provincia João José Coutinho sobre o envio de uma diligência de Coroados para afugentar Botocudos que ameaçavam a Fazenda dos Tributos, em 24 de Fevereiro de 1855. Série: *Offícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da provincia (1842-1892)*. Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 20-20v. APESC.

entre elles huma bugra em perigo de vida, seguirão para essa, logo que seu estado de saude o permittir. Iguamente impossível me é dar a V. Ex<sup>a</sup> hua relação exacta da idade e sexos da gente capitaneada pelo Cacique Dobre, e somente direi que seu numero total importou em 92, dos quaes 30 mais ou menos são homens de armas, e o mais mulheres e crianças de todas as idades: que seu estado de civilisação é ínfimo, e que não aproveitarão senão alguns dos nossos vícios. Além do Dobre somente dous homens entendião algumas palavras da nossa língua, e somente respondião quando lhes fazia conta, e tão bem só estes trez sabião servir-se de armas de fogo, sendo os mais armados com arco e frecha, e alguns com porretes. Parecião sadios, apesar de andarem quase nus, a sua comida toda é sem sal, só os homens comião carne e leite, e o sustento principal das mulheres era feijão, e farinha e rapadura, alem do que arranjavão nas lavouras dos moradores em roda da Villa, que ficarão completamente arrasadas. Não se Occupão em trabalho algum, e a sua vida consiste em comer e dormir, a poligamia existe entre elles, e nenhuma Idea religiosa apparece entre elles. Enfim são animaes Brutus, que a não serem sujeitos e obrigados a trabalhar, em breve causarão desgraças infalíveis.<sup>567</sup>

Infelizmente, não dispomos de documento que relate a expedição em campo, no seu momento de atuação, mas, como vemos acima, temos um relato do resultado dessa expedição, e sobre alguns aspectos de comportamento do povo de Doble, que agora depois de terem atuado como soldados a serviço do governo, segundo a conclusão do Delegado, retornam à condição de vadios, e que devem ser obrigados a trabalhar, já que não passavam, segundo a autoridade provincial de ‘animaes Brutus’. Segundo Guilherme Ricken, foram derrotados os Xokleng e feitos 11

---

<sup>567</sup> Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Provincia João José Coutinho sobre os resultados da diligência dos Coroados, sobre o estado de civilização desses e a necessidade de sujeitá-los e obrigá-los a trabalhar, em 10 de março de 1855. Série: *Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da provincia (1842-1892)*. Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 21-21v. APESC.

prisioneiros, dos quais 6 estavam doentes e um em perigo de vida, e que seguiriam para a capital, assim que seu estado de saúde permitisse. Com relação aos *prets* dos índios de Doble, diz que não tem como pagá-los, pois já tinham se retirado da vila, e mesmo que o deseja-se não teria como fazê-lo já que apenas quatro possuem nome de batismo. Os *prets* eram as quantias em dinheiro que eram pagas a qualquer um que prestasse serviços militares, diferente do soldo que era um salário mensal, e a etapa, que são os víveres necessários ao militar quando em efetivo serviço. Os componentes do grupo de Doble contados pelo Delegado chegaram a 92, sendo 30 de armas, e os demais, mulheres e crianças. Ainda segundo Guilherme Ricken, apenas Doble e mais dois sabiam português e usar armas de fogo, o restante usava arcos, flechas e porretes. Normalmente, os que usavam arma de fogo além do comandante eram aqueles que acabavam sendo chamados de Tenentes, pelo menos dessa forma eram vistos pelos não indígenas. Após a expedição contra os Xokleng, Doble e seu grupo retiraram-se da vila, e, passam a ocupar uma área no Quarteirão dos Bagaiais, próximos a picada que seguia para Campos Novos, como vemos na correspondência do inspetor do quarteirão Joaquim da Costa Varella:

Sobre os povos deste quarteirão não consta até a data deste haver novidade alguma, está por ora em paz. Passo agora a tratar sobre os Bugres: no dia 27 tive notícia que estavam nas roças dos moradores deste fundo, sobre a picada dos Campos Novos, sendo estas roças na Serra, queixando-se os moradores que lhe estavam destruindo as roças: no dia 28 mandei gente a ver se retiravam. Sahio o Dobre disse-lhe que tirasse a gente do matto, que não estivessem destruindo as roças, respondeo que a gente estava doente que não podia; pediu-me rez para carnear que a fome era muita, e remédio para curar a gente para sahir; disse-lhe que tirasse a gente, que dava, tirou em numero de trinta e tantos; tive de carnear e dar-lhe outras cousas que o dito pediu, e o mais não tem sahido, diz elle que vão pelo matto mesmo: no dia 29 houve muita água, estando estes no Campo tornaram-se a retirar-se para a Costa da Serra e por ahi estão com muita manha. Tenho lidado com muito jeito a ver se os tiro da Serra: fiz huma Carta dizendo que Foi Felipe José de Souza que o mandava chamar por Ordem do Presidente;

ficou muito alegre e disse que ia, mas que era em a gente sarando, e a doença dos ditos é sarampo, certamente terão muita demora para caminharem; por meio de asperidade julgo não poder lidar com elles, porque estão no matto e não estão reunidos: os povos é um clamor sobre seus mantimentos que elles estão estragando, que me veio inquietado; se não fosse tel-os advertido que elles estão apoiados pelo governo, já tinham violentado. Eu tenho suprido com alguma cousa, não anda em menos de sessenta mil reis, para ver se assim os encaminho, os mais não querem suprir com nada, e elles hão de comer, ou dado, ou roubado, ou á custa da Nação, e assim V. S. dará as providencias na certeza que sendo para os violentar rigorosamente, V.S. mandará outro, que eu não o faço sem o apoio do Governo, e elles não terem feito mal.

PS. Não escrevia a mais tempo por andar vendo se os Bugres encaminhavam-se.<sup>568</sup>

A intenção das autoridades do Distrito em Lages, pelo menos na voz de seus Chefes de Policia, sejam eles Delegados ou Inspetores, era de expulsar o povo Kaingang comandando pelo Capitão Doble de volta para Vacaria. Existiam muitos enfermos com sarampo, mas a preocupação das autoridades do distrito com os doentes de Doble era nenhuma, inclusive pelos estragos que estavam fazendo nas roças, já se levantava a costumeira hipótese da violência autorizada, a “guerra é justa” desde que autorizada pelo governo ou como defesa as agressões sofridas ou não. Ora, o desejo era agredir violentamente os indígenas de Doble, mas temiam fazê-lo sem autorização do governo. Expressão usada pelo Inspetor de quartirão da localidade de Bagaues Joaquim da Costa Varella é sintomática: “os violentar rigorosamente”. O povo não indígena clamava por seus mantimentos e então a *violência rigorosa*, desde que financiada pelo governo e com tropas montadas com autorização e com soldados da Guarda Nacional, ou com os voluntários

---

<sup>568</sup> Correspondência do Inspector dos Bagaues Joaquim da Costa Varella ao Delegado de Lages Guilherme Ricken sobre a permanência e problemas causados pelos bugres naquele quartirão, em 03 de Abril de 1855. Série: Offícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 23-23v. APESC.

e com os vaqueanos: os guias; os batedores; os mateiros, os experientes componentes fundamentais a operacionalidade dessas expedições.

O inspetor usa também da dissimulação: mostra carta falsificada com a assinatura de Felipe José de Souza; o encarregado dos cuidados com Doble e seu povo no Distrito de Vacaria, dizendo que este estava chamando Doble e seus comandados para os Campos do Pontão. Dessa forma, os Kaingang de Doble (conforme a ótica e a necessidade das autoridades distritais) de vadios viraram soldados, e agora, além de vadios, passam a ser inimigos cuja solução é o afugentamento ou a violência rigorosa, que pode ser autorizada pelo governo ou justificada na guerra justa, já que o Inspetor escreve que não podem usar da violência porque o povo de Doble não tinha feito nenhum mal.

O Delegado responde as preocupações do inspetor Varella, com relação a Doble e seu povo, da seguinte forma:

N'este instante recebo o seu officio de 3 do corrente, e sciente do que n'elle me diz a respeito dos bugres, respondo que não tenho autorização para despender dinheiro algum com elles, e nem tão pouco para empregar meios violentos para os expulsar. No entanto vou remeter o seu officio ao Ex senhor Presidente da Provincia, para solicitar novas ordens, que logo lhe communicarei. Por em quanto será bom que Vos Mece diga ao Dobre que se abstenha de fazer estragos nas roças dos moradores, pois que a continuar virá indubitavelmente ordens do governo para os fazer evacuar o Districto. Os moradores que não querem supprir com nada, não são a isso obrigados, e sim para ajudar a vos mece na conservação da ordem, e tranqüilidade no seu Quarteirão. Em breve porem espero poder dar-lhe ordens mais explicadas, devendo vos mece e os moradores no enquanto estarem alerta, para não sufferem por qualquer surpresa que os bugres por ventura poderão intentar. Deos Guardé a vos mece. Villa de Lages 06 de Abril de 1855.<sup>569</sup>

---

<sup>569</sup> Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Inspector dos Bagaues Joaquim da Costa Varella sobre os procedimentos para com os Bugres que permaneciam naquele quarteirão, em 06 de Abril de 1855. Série: Offícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo Nº 1 estante Nº 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 24. APESC.



A resposta está vinculada à precariedade, não há verbas para a manutenção dos índios e não há autorização para empregar meios violentos para expulsá-los, e que se avise Doble, que caso continue os estragos nas roças dos moradores, virá indubitavelmente ordens do Governo para que fossem evacuados do Distrito. Ao entrar o mês de abril de 1855, Doble ainda está nos campos de Lages, no quarteirão de Baguais, conforme comunicaria o Delegado Ricken ao Presidente da Província:

Recebi hoje partipação do Inspector dos Baguaes de que os Bugres manços do Dobre continuão a conservar-se nos Mattos daquelle quarteirão, e a destroçar as roças dos moradores que amargamente se queixão. Por este officio que incluso remetto a v. Ex<sup>a</sup>.melhor verá o que há á respeito. Por hum trecho do mesmo officio em que diz que o Dobre se queixa de que sua gente está com muita fome desconfio d'estes bugres, pois que no matto onde estão há abundancia de caça e de mel. Está claro que não querem voltar a Vaccaria, e como também He conhecido, que não queiram suguitar-se ao trabalho, He de receiar que de repente facão alguma violência nas casas dos moradores e depois se retirão para o matto para não sahir mais. Vai também copia da resposta que dei ao Inspector.<sup>570</sup>

Temos que ressaltar o quanto esses sujeitos da história eram modelados de forma incansável pelo processo de invasão de seus territórios. Cerca de quase dois meses depois que tinham atravessado o rio Pelotas e depois de sua atuação como expedição de destruição e captura a serviço da Província, a qual a realizaram de forma muito bem sucedida no que se refere aos interesses principalmente dos moradores, já que lutaram em substituição a estes contra os ataques dos temíveis botocudos (os Xokleng), os comandados de Doble são esquecidos de

---

<sup>570</sup> Correspondência do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho sobre a permanência e os problemas causados pelos Bugres mansos do Dobre no quarteirão dos Baguaes, em 06 de Abril de 1855. Série: Officios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892). Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 25. APESC.

seus valiosos serviços. Contaminados pelo sarampo, vivendo no mato, e com fome, e assim mesmo expulsos. Dessa maneira nada louvável termina o período de Doble nos campos de Santa Catarina. A expedição que realizou - e que, normalmente, tinha um custo ao governo significativo - rendeu-lhe apenas alguns tecidos, e meia dúzia de facas. Comparadas com outra expedição um ano depois, é que se pode verificar a eficiência do trabalho de Doble e seus comandados. No dia 19 de dezembro de 1856, os Xokleng voltaram a atacar no quarteirão de Bandeirinhas perto do rio Canoas, matando o cavalo e escapando com vida Gaspar Muniz de Saldanha. O Delegado com os moradores providenciaram uma escolta de vinte e nove homens, que entrou no mato dia 26 de dezembro e retornou dois dias depois, *“por ter cahido em hum faijo feito pelos gentios e ferido-se gravemente em huma perna hum dos vaquianos da mesma Escolta que por Ella foi conduzido em huma rede, e está sendo tratado a expensas do Governo.”*<sup>571</sup> O Delegado decide não fazer uma segunda entrada com nova escolta nas matas próximas à vila de Lages, já que não dispunha de recursos, e pedia ao presidente da província João José Coutinho que lhe enviasse pelo menos pólvora e bala.<sup>572</sup>

O ‘Faijo’<sup>573</sup> onde caiu o Vaqueano, um dos guias da expedição, era conhecido por esse nome, mais sua expressão mais popular era “buraco de bugre”. Na verdade tratavam-se não apenas de armadilhas que dificultavam a ação das escoltas, mas segundo o arqueólogo José Alberioni dos Reis é um conjunto tecnológico e cultural complexo e amplo que faziam parte da ocupação pré-histórica do Planalto Meridional, e definido basicamente pelos seguintes caracteres: concavidades escavadas na terra com formas e dimensões diversas; edificações associadas; cultura material peculiar; diferentes ambientes

---

<sup>571</sup> Correspondência do Delegado de Lages ao Presidente da Província João José Coutinho sobre o aparecimento dos Gentios Bugres no quarteirão de Bandeirinhas, em 31 de dezembro de 1856. Série: *Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892)*. Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios, p. 27. APESC.

<sup>572</sup> Ibidem

<sup>573</sup> Segundo BRINGMANN, Sandor F. Op. Cit., p. 23, estes vestígios são o que os habitantes atuais destas áreas chamam de “foges” ou “fojos” ou mesmo “buracos de bugre”. De acordo com Sandor Fernando Bringmann na bibliografia arqueológica, estas estruturas são mais frequentemente conhecidas por “casas subterrâneas”. De acordo com os estudos de antropólogos e arqueólogos, é possível que estes buracos, que as vezes se configuravam como um conjunto complexo entre galerias com grandes circunferências, fizessem parte de moradias engenhosas para a proteção contra as dificuldades climáticas do inverno rigoroso, e que estariam ligadas historicamente aos antepassados dos povos jê antes da chegada dos europeus ao novo mundo.



Novamente, os rumos dos acontecimentos também iriam determinar as futuras posições de Doble e seus comandados. De retorno para os campos de Vacaria, sua sorte novamente iria mudar, e esta mudança estava relacionada diretamente com a liderança de Condá, já que os aliados de Vitorino Condá, paulatinamente desde a morte de Braga, estavam mortos ou iriam morrer como veremos adiante.

### **Pedro Nicafim, Doble e a saga do clã dos “Grandes”.**

No relatório do Vice-presidente da Província de São Pedro, Luis Alves Leite de Oliveira Bello, de 26 de outubro de 1855, com relação à catequese e civilização dos indígenas, o mesmo diria: “*quase todas as tribus estão reunidas no aldeamento de Nonohay, ou próximo ao aldeamento e a do cacique Doble nos campos do Pontão, no município da Vaccaria, mantendo pacificas relações com as autoridades e moradores.*”<sup>575</sup> Como vemos, o governo já tinha conseguido reunir os grupos de Fongue e Antonio Prudente em Nonohay, mas essa ida para Nonohay, acontecia em um momento oportuno, já que Nonohay estava morto e deixava centenas de comandados a mercê de novas lideranças, sem duvida para pai e filho era a hora de estarem no aldeamento de Nonohay. Ainda no mesmo relatório, segundo a Presidencia “Doble e seu povo estão tranqüilos e em paz nos Campos do Pontão”<sup>576</sup>, mas o incrível dessa situação, é que essa paz de Doble estava relacionada com uma verdadeira guerra que se estabelecia em seu entorno e, mais propriamente, centralizada no interior e nos arredores dos campos de Nonohay. Estamos falando do aldeamento conjunto de todos os indígenas em um mesmo local, empresa intentada pelo governo e nas mãos do diretor de Nonohay, o Padre Antônio de Almeida Leite Penteado. Depois do assassinato de Nicué e o falecimento dos já idosos Nonohay e Votoro, as alianças mudaram significativamente, principalmente para um de seus principais articuladores, Vitorino Condá.

---

<sup>575</sup>Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luís Alves Leite de Oliveira Bello, ao Presidente da Província Barão de Muritiba em 26 de setembro de 1855. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1855, p. 25, Cathequese.

<sup>576</sup>Ibidem.

Em Nonohay reuniam-se lideranças aliadas em torno inclusive de fazendeiros e estancieiros interessados em ocupar as terras indígenas nos Campos de Cima da Serra. De um lado, Condá, que mantém relações de interesse e aliança com o filho de Antônio da Rocha Loures, João Cypriano da Rocha Loures, e este por sua vez com o Padre Penteado, então diretor do aldeamento. Na mesma metade estava Pedro Nicafim, cunhado de Condá, e Manuel Grande, liderando ainda os remanescentes do grupo de seu pai João Grande. Do outro lado estava Antônio Prudente e Fongue no aldeamento de Nonohay, que representavam outros interesses de não indígenas como os de seu Diretor José Joaquim de Oliveira.

Dentro do aldeamento e seus arredores transitava um razoável contingente indígena, segundo os relatórios de 1855 e 1856, algo em torno de mil, contabilizados somente os aldeados. Com o restante do contingente que habitava pelos arredores, chegava-se sem dúvida a mais de mil indígenas, tornando-se fácil imaginar o quanto havia em termos de mobilidade em torno dessa região e quanto as relações estavam instáveis e a ponto de irromperem a qualquer momento. Muito mais se levarmos em consideração que em julho de 1855 havia acontecido mais um ataque com rapto de pessoas, ai dentro de condições que muito se assemelham aos *malones*, com mortes, destruição, pilhagem e sequestro. “*No Districto de Passo Fundo perto do aldeamento de Nonohay forão assassinados em princípios de julho por alguns indígenas não aldeados, residentes nos Campos do Portella, 4 pacíficos moradores daquelles lugares Joaquim de Macedo, e um seu filho, um genro, e um peão.*”<sup>577</sup> O Ataque foi atribuído pelo Subdelegado Diogo José de Oliveira ao grupo de Marau, Thomé, Salvador e Luiz, os três primeiros filhos de João Grande, e o último, irmão do cacique Pedro Nicafim. Ainda, segundo o Subdelegado, para perseguir os “malfeitores” foi montada uma escolta capitaneada pelo índio Kaingang Luís Portela composta de 13 homens. A expedição foi paga pelos habitantes de Passo Fundo e no dia 18 de julho de 1855 partiram para o resgate (havia a hipótese de sequestro de um menino).

(...) de que resultou a morte dos quatro Índios acima referidos, ainda quatro chinês e toda pilhagem que haviam feito ao infeliz Macedo, e não vindo o menino por acharem-o morto. Estes Índios malfeitores acima érao restos da já extincta

---

<sup>577</sup> Idem, p. 6-7, Segurança Individual e Propriedade.

tribu de João Grande, vivião vagando e fasião parte de sua habitação nas mattas visinhas a esta freguesia.<sup>578</sup>

Dias depois, Luís Portela, o comandante da execução de Marau, Thomé, Salvador e Luiz também foram assassinado por um índio de nome Agostinho como “vingança pela morte de seus amigos”<sup>579</sup>. E dessa forma encontravam-se as coisas em torno dos campos de Nonohay, um verdadeiro barril de pólvora à espera da fásca incendiária.

Esta fásca que faltava para iniciar um grande processo de ruptura no aldeamento aconteceu em dezembro do mesmo ano de 1855, um novo ataque agora atribuído a índios comandados por Pedro Nicafim e Manuel Grande. O Conselheiro Barão de Muritiba, no relatório em que passou a Presidência da Província ao Conselheiro e General Jerônimo Francisco Coelho, sobre este episódio assim escreveu:

Não estavam ainda esquecidos os assassinatos de que forão victimas em julho, Joaquim Macedo e outras pessoas de sua família, assim como o Indio Luiz Portella, que concorreu com sua tribo para captura dos matadores daquelles infelizes, quando em dias de dezembro alguns Indios da tribo de Manoel Grande e de Pedro Nicafim assassinarão aleivosa e barbaramente a Clementino dos Santos Pacheco, um sobrinho, um filho, o capataz e um filho deste, e mais um escravo. As autoridades policiaes e o Director Padre Leite Penteadado, fizerão seguir escoltas em alcance dos criminosos, alguns dos quais lograrão prender, sendo mortos como resistentes, ou com tal pretexto Pedro Nicafim, e outros seus companheiros.<sup>580</sup>

---

<sup>578</sup> Correspondência do Subdelegado Diogo José de Oliveira ao Diretor Geral dos Indios José Joaquim de Andrade Neves. Vila de Passo fundo, em 04 de agosto de 1855. AHRs. *Arquivo Indios*. Maço 3.

<sup>579</sup> *Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luís Alves Leite de Oliveira Bello, ao Presidente da Província Barão de Muritiba em 26 de setembro de 1855*. Porto Alegre: Typografia do Mercantil, 1855, p. 7, Segurança individual e Propriedade.

<sup>580</sup> *Relatório do Conselheiro Manuel José Vieira Tosta - Barão de Muritiba, ao entregar a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Conselheiro e General*

Um novo atentado, com destruição, mortes e pilhagem, cuja autoria mais uma vez foi atribuída aos grupos de Nicafim e ao *Clã Nicué*. O interessante é que no mesmo relatório acima, o Barão de Muritiba, que diz serem autores os grupos de Nicafim e Manoel Grande, ao falar dos crimes cometidos, inclui na relação dos homicídios o assassinato de Pedro Nicafim e seu grupo, e os conduz à idéia de suspeição de terem cometido o ataque à fazenda dos três serros de Clementino dos Santos Pacheco. “*Entre os homicídios enumerados, figurão os do Índio Nicafim e de três outros seus companheiros, suppostos autores ou cúmplices do atentado dos três serros, mortos como resistentes á escolta que os seguia*”.<sup>581</sup>

O Barão de Muritiba, no mesmo relatório, com relação a Doble, que continuava no Pontão próximo as terras de Felipe José de Souza e Francisco Ignácio Ferreira, dizia “*Que não fossse coagido a deixar por ora o lugar onde vivi em paz.*”<sup>582</sup> Chamamos a atenção para este excerto, porque Doble, em seu nome e sua ação, havia essa duplicidade. Doble não estava tão em paz, pelo menos não no que se refere a seus rivais Nicafim e Manuel Grande. Era a hora decisiva. Doble, principal ator na caçada a Nicué, podia dar a cartada final, eliminar Pedro Nicafim e o último do Clã dos Grande, Manuel Grande. Condá, isolado, teria que retirar-se das terras de Nonohay, onde foi visto durante muito tempo pelos indígenas e não indígenas como seu principal líder e articulador. Inclusive, na visão do engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, Presidente da Província do Paraná, Condá, era o “chefe dos aldeamentos de Nonohay.”<sup>583</sup>

Doble não iria perder essa oportunidade e, junto com os aliados, o primo Fongue e seu filho Antonio Prudente, estarão na expedição de

*Jeronimo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856*. Porto Alegre: Typografia do mercantil, p. 26, Cathequese e Civilização dos Índigenas.

<sup>581</sup> Idem, p. 8, crime.

<sup>582</sup> Idem, p. 27.

<sup>583</sup> *Relatório apresentado a Assembleia legislativa Provincial do Paraná no dia 19 de março de 1856 pelo Vice-Presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Typografia Paranaense de C. Martins Lopes, 1856, p. 55, Índios Cathequese. É evidente que tal afirmativa de condá como o Chefe dos aldeamentos de Nonohay era apenas a visão do Presidente da Província do Paraná, com certeza, sem dúvida que Vitorino Condá foi um forte articulador, mantendo estratégias, táticas e técnicas, que envolviam muitas negociações e alianças; mas sabemos que Condá respeitava as parcialidades, e as muitas lideranças que faziam parte do mundo clânico kaingang com sua totalidade baseado neste equilíbrio entre as patrimonialidades de sua organização sócio-política.

caça aos grupos de Pedro Nicafim e Manoel Grande, montada pelo diretor do aldeamento, o padre Antônio de Almeida Lente Penteadado, que assim relatou em ofício ao Presidente da Província de São Pedro:

No dia 15 expedimos duas escoltas, húa de 13 Índios da Tribu do Prudente, e outra de 18, sendo onze homens nossos, 4 Índios da tribu do Fongue, o Cacique Doble com 2 seos soldados. No dia 16 tive parte de ter a nossa escolta dado no poizo dos assassinos á uma legoa distante desta Freguesia, e de ter feito função com a outra. Para a perseguição e captura: creio que serão presos ante a actividade p. q., digo, com que são perseguidos por esta escolta.<sup>584</sup>

Em 15 de março de 1856, foram lançadas as escoltas de perseguição e captura. A documentação não traz a data precisa em que os soldados da Cia de Pedestres, junto com os guerreiros de Fongue, Antônio Prudente e Doble encontraram e assassinaram a Manoel Grande e Pedro Nicafim com seus comandados, matando o segundo e conseguindo fugir o primeiro. Ora, como o Barão de Muritiba em fins de abril já comunicava tal fato, é possível que tenha acontecido entre o fim de março e o início do mês de abril.

Com relação a Manoel Grande e sua fuga, João Cypriano da Rocha Loures ao dirigir interinamente o aldeamento de Nonohay<sup>585</sup>, em ofício ao Vice- Presidente da Província do Paraná, informava que após os assassinatos na fazenda dos três serros, Manoel Grande e seu grupo lograram a fuga e refugiaram-se na direção de Palmas, e pedia para que fossem tomadas as providencias de dar perseguição ao terrível malfeitor e seu bando<sup>586</sup>

A história desses fatos é narrada também pelo próximo Presidente da Província Jerônimo Francisco Coelho em relatório de dezembro de 1856, que inicia o relato afirmando que o aldeamento de Nonohay

---

<sup>584</sup> Ofício do Diretor de Nonohay, Padre Antonio de Almeida Leite Penteadado ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba, em 18 de março de 1856. AHRs. *Arquivo Índios*, Lata 299, Maço 1.

<sup>585</sup> *Ibidem*.

<sup>586</sup> Correspondência de João Cypriano da Rocha Loures Diretor Interino da Aldeia de Nonohay ao Vice-Presidente da Província do Paraná Engenheiro Henrique de Beaupaire Rohan, em 29 de março de 1856. Informa o assassinato de homens em uma fazenda, cometidos por índios comandados por Manoel Grande, e que fugiram para Palmas. *Fundo Administração Provincial*, DGI. 36, Cx 20, AP27.3.227. APPR.



estava situado no município de Cruz alta, próximo à margem esquerda do rio Uruguai, e ao arroio do Passo Fundo de Missões, compunha-se no ano findo de 938 indivíduos, concentrados “*por ordem do Presidente desde o anno de 1853*”.<sup>587</sup> Isto feito, o relatório passa a narrar os acontecimentos que envolveram muitos assassinatos, perseguições e consequente dismantelamento do aldeamento unificado, e a retração de Condá de seus domínios, tendo que estrategicamente retornar aos Campos do Covó, como vemos a seguir:

(...) Assim ião vivendo tendo por seu Director o Padre Antonio de Almeida Leite Penteadado, quando no mez de Dezembro do anno passado occorreu o atroz attentado da fazenda dos três serros, commettido aleivosamente por índios das tribus de Pedro Nicofé, e Manoel Grande, sendo victimas o Capitão Clementino dos Santos Pacheco, e mais cinco pessoas da família e domésticos.

Desde então tudo foi desordem e perturbação no aldeamento. Tratou-se da perseguição e capturados Indios assassinos cujos chefes com suas tribus ganharão as mattas. Os Indios fieis das tribus de Fongue, e de Antonio Prudente prestarão-se a todas as diligencias ordenadas pelas autoridades policiaes. Entretanto os moradores vizinhos do aldeamento pricipiarão a viver em sobresalto, e receiosos dos índios, que foragidos para as mattas, mostravão-se todavia em diferentes pontos e com promptidão desaparacião. Muitos encontros parciaes houverão entre os Indios foragidos, e as partidas que os perseguião, resultando algumas mortes de ambos os lados, sendo a mais notável a do assassino Cacique Nicofé, que foi morto em acto de resistencia; e alguns de seus cúmplices e de Manoel Grande forão prisioneiros. As diligencias por vezes penetravão nas mattas auxiliando-os para esse fim a viúva do falecido Capitão Clementino. O Cacique Victorino Condá aparentado com Nicofé e Manoel Grande, em

---

<sup>587</sup> *Relatório do Presidente da Província e Comandante de Armas general Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Provincial em 15 de dezembro de 1856.* Porto Alegre, Typografia do mercantil, 1856. Indios, p. 103.

consequência da perseguição a estes movida, retirou-se com a sua tribo para os Campos de Palmas, a unirse aos aldeamentos que alli ha por conta do governo da província do Paraná.<sup>588</sup>

Uma das surpresas da história é a participação da viúva de Clementino dos Santos Pacheco, na caçada aos supostos assassinos de seu finado marido, o que demonstra o quanto as mulheres fronteiriças também faziam parte deste arranjo social onde tinham que fazer valer seus direitos e suas questões litigiosas, por vezes da mesma forma que os homens, colocando em risco a vida e submetendo-se aos perigos e contradições das muitas guerras e fronteiras que nestes lugares vão ser atuantes e protagonistas.

Vitorino Condá retirou-se para os Campos de Palmas, diante da situação em que agora se encontrava, diante das desavenças e rivalidades que se formara com o Índio Antonio Prudente, filho da liderança indígena Fongue, e que agora atuava como aliado junto ao Governo da Província de São Pedro. As rivalidades já vinham de muito, desde o início dos trabalhos de cooptação e reunião dos Kaingang de uma grande região em único aldeamento, tarefa que cabia, como já vimos, a Vitorino Condá. Os índios do aldeamento da Guarita eram dirigidos por Jose Joaquim de Oliveira e tendo à frente Fongue e seu filho Prudente, relutavam em se juntar aos de Nonohay, “para não se sujeitarem por causa de certas desconfianças que deles tinham e que ainda dura.”<sup>589</sup>

Depois da morte de Nicafim, de Nonohay, e da fuga do último chefe do “clã dos Grandes”, Manoel Grande, uma nova situação política se estabeleceria na região no que se referiam às questões indígenas. O Padre Penteado não mais retornaria à direção do aldeamento, e o Diretor Interino e também um dos principais aliados de Condá entre os não indígenas nos Campos de Cima da Serra, João Cypriano da Rocha Loures, seria substituído, já que o Barão de Muritiba designou um novo diretor para o aldeamento: o aliado de Fongue e Antonio Prudente, o ex-diretor do aldeamento da Guarita, Jose Joaquim de Oliveira. A situação para Vitorino Condá se tornou insustentável e perigosa, não restou outra opção a não ser a retirada no outono de 1856 para os Campos de Palmas.

---

<sup>588</sup> Ibidem.

<sup>589</sup> Correspondência do Padre Bernardo Pares ao Presidente João Capistrano de Miranda em 06 de Novembro de 1848. Apud NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: Século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 56-57.

Após a retirada de Vitorino Condá, agora no comando do aldeamento de Nonohay estava Antônio Prudente, que no inverno deste mesmo ano, no mês de julho de 1856, encontramos em Porto Alegre no gabinete do governo, em audiência com o General e Presidente da Província Jerônimo Coelho, buscando sua continuidade como Comandante em Nonohay<sup>590</sup>, provavelmente com sua farda de Capitão como era comum aos índios usarem, quando de sua ida para falar com o chefe dos não indígenas, o Presidente da Província. Tais fardas eram distribuídas pelo próprio governo na política de alianças com os indígenas, distribuindo honrarias e galões militares, que como já vimos, faziam parte da guerra de conquista. O mesmo Antônio Prudente que, no final de 1850, depois de um pedido coadjuvado por seu Diretor no aldeamento da Guarita, José Joaquim de Oliveira, junto ao Ministro do Império, foi beijar a mão do Imperador, recebendo o título honorífico de Capitão dos índios de Guarita: “*dois de seus chefes pediram-me licença para irem a essa Corte beijarem a mão a S. M. o Imperador, conhecê-lo...*”<sup>591</sup> Antônio Prudente e seu subordinado, Antônio Moreira, foram ao Rio de Janeiro para reafirmar sua aliança com o próprio Imperador, e retornaram no início de 1851, conforme correspondência do Diretor da Guarita.<sup>592</sup> O mesmo Antônio Prudente que comandaria um destacamento de 42 índios voluntários para combater contra os Exércitos de Rosas, e já figurava como Capitão, e Antônio Moreira como seu Tenente, honraria recebida do próprio Imperador e confirmado pelo Diretor de Guarita que em carta ao Conde de Caxias, apresentando os indígenas voluntários para combater na guerra contra Rosas, que assim nos dizia: “[...] *Além do Capitão Antonio Prudente e o Tenente Antonio Moreira, que sua Majestade o Imperador se serviu elevá-los, quando foram à Corte*”.<sup>593</sup>

Enquanto no ano de 1856, Antônio Prudente estabelecia seu domínio visitando o Governo em Porto Alegre e atuando como comandante dos indígenas em Nonohay, nos Campos de Cima da Serra,

---

<sup>590</sup> *Relatório do Presidente da província e comandante de Armas general Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da assembléa Provincial em 15 de dezembro de 1856.* Porto Alegre Typografia do mercantil, 1856. Índios, p. 104.

<sup>591</sup> Correspondência do Diretor Geral dos Índios da Província de São Pedro ao Ministro do Império em 28 de Outubro de 1850. *Arquivo Índios*, Lata 300, maço 3.AHRS.

<sup>592</sup> Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província de São Pedro, em de 3 de Junho de 1851. *Arquivo Índios* – Catequese Lata 300, maço 3.AHRS.

<sup>593</sup> Correspondência de José Joaquim de oliveira, Diretor do aldeamento da Guarita ao Presidente da Província de São Pedro, em 09 de Outubro de 1851. *Arquivo Índios*, Catequese, lata 300, maço 3.AHRS.

em julho deste mesmo ano alguns índios remanescentes dos grupos de Nicafim “*alçados e bravios, que assaltarão alguns moradores desgarrados pelas roças e campo, sendo por esta ocasião perseguidos e batidos.*”<sup>594</sup> Deixaram segundo as autoridades “*7 índios de menor idade*” que foram remetidos para Porto Alegre “*os quaes vierão para esta capital e aqui forão distribuídos por diferentes famílias para lhes darem educação.*”<sup>595</sup> Enquanto isso, de acordo com o mesmo relatório em relação a Doble, dizia: “*Acha-se hoje no lugar do Pontão e Districto de Vaccaria, nas imediações das fazendas de Francisco Ignácio Ferreira e Felipe José de Souza, sob cuja protecção vivem inoffensivos e pacificamente, julgou conveniente não violentál-os a recolherem-se a Nonohay.*”<sup>596</sup> Mais uma vez, Doble não estava tão pacífico assim, pois continuava prestando seus serviços para as expedições dos não indígenas, principalmente quando estas atividades de guerra e caça aos indígenas eram contra rivais em potencial, facções inimigas cujo extermínio lhe era assaz interessante. Como a expedição contra os índios de Manuel Grande, cujo alojamento fora descoberto na serra geral com a consequente perseguição e morte dos que estavam sendo caçados, conforme segue no relatório do Vice-Presidente da Província Patrício Corrêa da Câmara em 1857:

Depois da morte de Clementino dos Santos Pacheco, forão perseguidos os assassinos deste; alguns se achão presos, e outros forão mortos pelos mesmos índios, havendo-se escapado o chefe Manoel Grande e mais 3 ou 4, os quaes sendo descobertos na Serra Geral no dia 22 de julho do corrente anno, e perseguidos por uma partida dos Indios de Nonohay, forao mortos no encontro o chefe, dous Indios e uma china, evadindo-se somente dous do grupo desta horda de assassinos: com este acontecimento ficou aquelle districto desassombrado desse assassino furiozo, Manoel Grande.<sup>597</sup>

---

<sup>594</sup> *Relatório do Presidente da província e comandante de Armas general Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856.* Porto Alegre Typografia do mercantil, 1856. Índios, p. 104.

<sup>595</sup> *Ibidem.*

<sup>596</sup> *Ibidem.*

<sup>597</sup> *Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o Commendador Patrício Correa da Camara, na abertura da assembleia Provincial em 11 de Outubro de 1857.* Porto Alegre: Typografia do mercantil, 1857, Catecheze, p. 25.

Desta maneira, com a morte de Manoel Grande termina a saga do “clã dos Grandes”. E assim, em São Pedro, nos Campos e matas de Cima da Serra, Doble, Fongue e Prudente vão estabelecer seu domínio, aliados com José Joaquim de Oliveira, que de Diretor de Guarita passa a ser Diretor também em Nonohay. Está claro pela documentação estudada que as lideranças indígenas aliavam-se a lideranças não indígenas. Essas relações não podem ser descartadas de imediato como desinteressadas e por vezes solidárias, mas é claro que não se pode deixar de pensar que a princípio o que contava eram as relações de mútuo interesse. Para os fazendeiros, ter alguma forma de poder sobre as populações indígenas poderia significar ter uma forma de ascensão política neste mundo fronteiro. Pedro Nicafim e Manoel Grande foram derrotados não apenas pelas ações dos colonizadores, mas também com ações de Doble, Fongue, Prudente e seus comandados. Tais ações estariam embutidas de uma teórica colaboração com autoridades do governo. Teórica porque em realidade e nesta investigação, tal prática demonstra não ser merecedora desta visão e interpretação, como demonstro adiante, ao compararmos com a atuação de lideranças indígenas Ranqueles e Mapuches.

### **Vitorino Condá, Yanquetruz e Calfucurá. Entre a Guerra e a paz**

Com relação às possibilidades de alianças e negociações realizadas por índios *versus* índios, ou índios *versus* não índios, é possível mais uma vez traçar alguns paralelos com o que acontecia do outro lado da fronteira, em território argentino. A ação *colaboracionista*, assim chamada em alguns momentos por segmentos intelectuais brasileiros, a participação de indígenas em operações de guerra promovida pelos governos provincial ou mesmo imperial, em meu entendimento, não pode ser vista como uma opção única e definitiva, como se a tal colaboração fosse um posicionamento ao lado do inimigo invasor. Mesmo Calfucurá, um dos maiores nomes da história indígena argentina, no que se refere à resistência aos invasores, também em determinado momento foi aliado de não indígenas. Citamos, por exemplo, o ataque indígena massivo, combinado de vários grupos em 1839 à campanha de Buenos Aires, que foi rechaçado e vencido pelas tropas confederadas de Juan Manuel Rosas. Os militares argentinos só

obtiveram a vitória na batalha pela participação decisiva de guerreiros indígenas, como vemos a seguir na carta do Coronel Nicolas Granada a Rosas:

Los del 3 de igual modo resistieron con firmeza los ataques que les hacían. Por todas partes se esforzaban los indios y por todas partes heran acuchillados, y se peleaba con la mayor tenacidad hasta que dadas las órdenes, y llegado el momento decisivo toda la división se movió con ímpetu, y despues de resistir el enemigo imposible esta última carga, volvió la espalda sin poderse rehacer, y la tropa de indios amigos empearon a lanzearlos y acuchillarlos sin alivio, poniéndolos en completa derrota, y persiguiéndolos de muerte asta el anohecer en la distancia de dies y ocho leguas dejando un número crecido de muertes, mas de 1900 caballos de ellos, con todas las armas que llevaban, y prisioneros un capitán de los indios chilenos, y cinco indios mas que existen presos hasta que V. E. disponga de ellos.

La fuerza enemiga compuesta de ranqueles y chilenos que recien han pasado la cordillera, mil cien hombres de lanza, y mas de cien de bola, segun las declaraciones contestes de el referido capitán e indios prisioneros [...]

Los caciques e indios amigos han contribuído con su valor y empeño en el buen éxito de esta jornada, y son dignos de la consideración de V. E.<sup>598</sup>

Como se vê na mensagem do Coronel Nicolas Granada, depois de um pesado ataque das tropas do governo, Índios ‘Ranqueles y Chilenos’, em sua retirada, deparam-se com a tropa de *índios amigos* que “*empesaron a lanzearlos y acuchillarlos sin alivio, poniéndolos en*

---

<sup>598</sup> Campañas contra los Indios, 20 de agosto combate en Tapaquer. El coronel Nicolas Granada da parte que al toque de Diana fue atacado el campamento de la Division del Sud por indios Ranqueles y Chilenos en número de 1200, los que fueron rechazados a dos leguas del acantonamiento se renovo el combate y fueron los invasores completamente derrotados, persiguiéndolos diez y ocho leguas. Del Coronel Comandante de la división del Sud Nicolás Granada en Tapaque 22 de agosto de 1839. Al Exelentísimo Señor Gobernador y Capitán General de la provincia de Buenos Aires. Nuestro ilustre restaurador de las leyes Brigadier Don Juan Manuel de Rosas. Sala X, 27-7-6. *Division Gobierno Nacional. Indios. Partes de combates. Tratados de paz. Fronteras (1818-1858)*. Buenos Aires. Archivo General de La Nación.

*completa derrota.*” Ora, ainda dentro desse tema, em 24 de maio de 1857, o “temível” comandante Ranquele Yanquetruz assinaria um tratado de paz com o governo de Buenos Aires, conforme correspondência do Ministro da Guerra a Comandância Militar dos Patagones:

Al comandante militar de Patagones

Que se le acompaña copia del tratado hecho hoy con Yanquetruz que este tratado si Yanquetruz lo cumple como es de esperar, pues el se manifiesta muy contento del gobierno que le ha concedido cuanto ha pedido, asegura solidariamente sus patagones y además provee a otras necesidades y objetos relacionados con la defensa general de la frontera, y con las operaciones que puedan oportunamente emprenderse contra Calchurá. (...) <sup>599</sup>

O governo não tinha certeza se Yanquetruz cumpriria os acordos estabelecidos, mas contava com seu apoio em objetos relacionados com a defesa da fronteira, e principalmente em operações contra Calchurá, uma das lideranças indígenas. Yanquetruz se estabeleceu no *Arroyo de Balcheta* com seus comandados<sup>600</sup>, e aceitava ajudar o governo em seu intento de convencer outras lideranças a assinarem um tratado de paz<sup>601</sup>, mas impunha suas condições como o recebimento de roupas e soldados.

(...) Llenando, Yanquetruz, dede esta fecha las condiciones de sus tratados, de establecerse en Balcheta con 80 indios y 8 caciques, le hago presente al Supremo Gobierno para que se digne

---

<sup>599</sup> 1857- 1858. Indios. Tratado de Paz celebrado com el cacique Yanquetruz (Comandancia Militar de Patagones). Del ministro de Gerra y Marina Don José Matías Zapiola para el comando militar de Patagones em 24 Mayo 1857. Sala X, 27-7-6. *Division Gobierno Nacional. Indios. Partes de combates. Tratados de Paz. Fronteras (1818-1858)*. Buenos Aires. Archivo General de La Nación.

<sup>600</sup> Copia de carta de la Comandancia Militar de Patagones / Agosto 1857 ao ministro da guerra Don José Matías Zapiola. Sala X, 27-7-6. *Division Gobierno Nacional. Indios. Partes de combates. Tratados de Paz. Fronteras (1818-1858)*. Buenos Aires. Archivo General de La Nación.

<sup>601</sup> Carta de la Comandancia Militar de Patagones Al Señor Ministro de Guerra y Marina General Matías Zapiola en 02 de Octubre de 1857. Sala X, 27-7-6. *Division Gobierno Nacional. Indios. Partes de combates. Tratado de Paz. Fronteras (1818-1858)*. Buenos Aires. Archivo General de La Nación.

ordenar la remisión de los sueldos y vestuários correspondientes, haciendo saber a Vuestra Señoría que si dichos sueldos dilatasen de la capital, habría que negociarlos aquí, por que esta exigencia ya me la anuncia Yanquetruz.

Tengo el honor de adjuntar copia de una juiciosa carta de consejos que Yanquetruz dirige a Calfucurá la que remito, hoy mismo a su título.  
602

Yanquetruz operava ao seu modo suas condições de aliança e negociação. Teoricamente, ajudava não indígenas na tarefa de vencer ou submeter uma das principais lideranças indígenas que rivalizavam contra o poder *hispanocriollo*, Calfucurá. Mas sua ação era controversa, e negociava a sobrevivência de seu grupo com soldados, roupas e o que mais necessitasse. O que se conclui dos documentos analisados até aqui é a complexidade da atuação das lideranças, que ora estavam de um lado, ora do outro. Mas uma das perguntas que pode ser feita, no sentido de entender o posicionamento das lideranças indígenas em suas alianças com autoridades do governo invasor, é se existe a possibilidade de estabelecer lados opostos, onde um deles representa o certo e viável e o outro o seu contrário? Se a resposta fosse afirmativa, e existisse de fato um lado certo ou correto, nesse, as atitudes e atos são inquestionáveis, e na outra face dessa moeda, todas as ações passar a ser configuradas como errôneas em sua compreensão. Desse outro lado, as histórias passam a ser negativas, e fundam-se alicerces para uma torpe visão maniqueísta. E assim Yanquetruz, Calfucurá, Veri, Doble, ‘Nicué-João Grande’, Pedro Nicañim, Antonio Prudente, Fongue, Nonohay, Vitorino Condá e Manoel Grande, só para citar alguns exemplos, todos a seu modo em algum momento, seriam a banda podre da história indígena. Dessa forma, as fontes pesquisadas até aqui seriam um equívoco, pois afirmam até aqui exatamente o caminho inverso.

O que fica claro é que as lideranças indígenas atuavam de forma dupla suas ações e estratégias que envolviam algo vital para as negociações e a sobrevivência e manutenção de seu grupo. Nesse sentido, resta ao ofício de historiador entendê-los como são todos os personagens arrolados em qualquer acontecimento – como sujeitos históricos em suas complexidades, dentro de suas condições específicas de existência. No caso das ações das lideranças indígenas, deve-se tentar

---

<sup>602</sup> Ibidem.



construir essa historicidade analisando as muitas fontes que circundam a temática e respeitando as dinâmicas locais, o sistema sócio-político e as estruturas do mundo fronteiriço e suas muitas guerras. Guerras e fronteiras, que de forma real ou imaginária, utilizava-se do ‘perigo indígena’, e de certa forma guerras e fronteiras que atendia a várias demandas e como tal em muitas vezes, conveniente a muitos setores que deste mundo belicoso, eram beneficiários de prontidão, apenas no aguardo de pôr em prática interesses que em geral estavam vinculados a recebimento de verbas governamentais, ascensão política, aquisição de terras e auferir lucros com a comercialização de bens móveis e gêneros de primeira necessidade.<sup>603</sup> Mas guerras e fronteiras também marcadas por assaltos e *malones*, cuja dinâmica complexa estava intrincada nas formas de atuar, proceder e decidir das lideranças e comandantes indígenas: ambígua; dupla, porém necessária às possíveis escolhas.

Vitorino Condá, após todos os acontecimentos, e a nova ordem que se organizava entre índios e não índios, nos Campos de Cima da Serra, adotaria nova estratégia para um novo momento. No dia 30 de abril de 1856 deixaria sua morada no Goyo-En, atravessando o registro de Chapecó.<sup>604</sup> Mas, nos campos de Nonohay Condá deixaria alguns aliados, como o Índio Salvador, seu próprio filho Jacinto e dois sobrinhos, Perocan e Cavei. Nos anos seguintes, Vitorino Condá vai aparecer no cenário do contexto histórico do Paraná Provincial, atuando como o principal líder dos povos indígenas entre Palmas e o Goyo-En, junto à ascensão de seu aliado Francisco Ferreira da Rocha Loures que vai ser Diretor Geral dos Índios, na recém-criada Província do Paraná.

Condá ao entrar em terras agora pertencentes à província do Paraná já retorna a uma condição que ocupava anteriormente, já que Francisco Ferreira da Rocha Loures, o Diretor Geral dos Índios da Província, vai sugerir seu nome ao Presidente da Província como Cacique Geral dos Índios Mansos de Guarapuava.<sup>605</sup> Embora ao final do ano de 1856 o Juiz de Paz de Palmas Antonio de Oliveira Ribas solicitasse para o governo que Veri reassumi-se o posto de Comandante dos

---

<sup>603</sup> Sobre isto ver ORTELLI, Sara. *Trama de uma Guerra Conveniente: Nueva Viscaya y la sombra de los apaches. (1748-1790)*. México, D.F.: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

<sup>604</sup> Correspondência de Francisco Ferreira da Rocha Loures ao Presidente da província do Paraná, Vicente Pires da Mota, em 30 de abril de 1856. Informa a chegada do Capitão Vitorino Condá e seus comandados ao registro de Chapecó; sugere que Vitorino ocupe o posto de Cacique- geral dos Índios Mansos de Guarapuava. *Fundo administração provincial*, DGI. 38, Cx 20, AP28.4.121. Volume quatro, p. 23. APPR.

<sup>605</sup> *Ibidem*.

Índios de Guarapuava, ocupado agora por Condá<sup>606</sup>. O que de fato não aconteceu, pois cerca de meses depois, em 02 de Setembro de 1857, Condá encaminhava uma correspondência ao Vice-presidente da Província José Antonio Vaz de Carvalhaes, onde solicitava o pagamento de seu soldo atrasado há mais de um ano, e assinava como Cacique-Geral dos Índios de Palmas e Guarapuava.<sup>607</sup> E Veri mesmo perdendo influencia e prestígio com o retorno de Condá, mantém com este, antigas alianças, e o coadjuvou na difícil missão de vingar a morte de Salvador e do filho Jacinto, em julho de 1859, pelos índios de Prudente em Nonohay.<sup>608</sup> A difícil missão foi cumprida por Veri e Vitorino Condá, e seus comandados, que após três meses da morte de Jacinto Condá, em novembro, retornaram da província de São Pedro, matando um dos assassinos de Jacinto e Salvador, e entregando preso outros as autoridades provinciais.<sup>609</sup>

As alianças que Condá estabeleceu com autoridades de um grande território são significativas em sua trajetória, tinha influencia sobre uma boa parte de lideranças Kaingang e, portanto, de uma considerável população indígena, e ao mesmo tempo, montou uma aliança expressiva com uma parte da população não indígena. Vitorino Condá continuaria como uma forte liderança, e ao utilizar a estratégia da retirada e do deslocamento, encontrara morada para seu grupo em um espaço entre as três províncias do sul do Brasil, e ainda mais próximo dos chamados estados *hespanholes*, uma fronteira na fronteira nas matas

---

<sup>606</sup> Correspondência de Antonio de Oliveira Ribas, Juiz de Paz de Palmas para José Antonio Vaz de Carvalhaes, Vice-presidente da província do Paraná, em 20 de Dezembro de 1856. Sugere que o índio Veri reassuma seu cargo de cacique-geral dos índios de Guarapuava. *Fundo Administração Provincial*, PJU.1530, Cx 19, AP34.10.31. APPR.

<sup>607</sup> Correspondência de Victorino Condá, Cacique Geral dos Índios de Palmas ao Vice-Presidente da Província José Antonio Vaz de Carvalhaes, em 02 de Setembro de 1857. Solicita o pagamento de seu soldo, atrasado há mais de um ano. *Fundo Administração Provincial*, GPR.Cpa, Cx 2, AP52.3.44. APPR.

<sup>608</sup> Correspondência de Luís Francisco da Câmara Leal, Chefe de Polícia da Província do Paraná, ao Presidente da Província do Paraná José Francisco Cardoso, na cidade de Curitiba, em 18 de Julho de 1859. Comunica envio de cópia de ofício do Subdelegado de Polícia de Palmas José Joaquim de Almeida, informando-lhe sobre o assassinato do Cacique Jacinto Condá, filho de Victorino Condá, pelos índios de Nonohay. *Fundo Administração Provincial*, Cx 3, AP77.10.178-179. APPR.

<sup>609</sup> Correspondência de Francisco Ferreira da Rocha Loures, Diretor Geral dos Índios da Província do Paraná ao Presidente da província do Paraná José Francisco Cardoso, na Vila de Guarapuava, em 16 de novembro de 1859. Comunica que os caciques Victorino e Veri voltaram de Goio-en, onde foram presos os acusados dos assassinatos dos índios Jacinto e Salvador; informa que o Diretor de nonohay, por sua vez, pede que sejam presos os assassinos de um índio da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, morto pelos índios de Palmas. *Fundo Administração Provincial*, Cx 3, AP79.12.113. APPR.

próximas ao Goyo-En, no oeste catarinense e norte, noroeste do Rio Grande do Sul. No tempo que aí ficou, articulou alianças com outras lideranças indígenas da região dos Campos de Cima da Serra da Província de São Pedro e matas ao Sul de São Paulo Provincial, (depois de 1853, seria o Paraná Provincial). O recuo era parte da estratégia da não desistência, na recusa em abandonar a autonomia e seu *modus vivendi*.

A história do Brasil pode ser também a história de trajetórias como a do Barão de Antonina, Visconde de Guarapuava, ou Duque de Caxias; mas pode ser também a história de vida de um indígena em alguns dos muitos momentos de luta de seu povo, a história de um forte, como o foram muitos Comandantes kaingang. A história de um *Índio Criado*, como Veri, que passou boa parte de sua vida na experiência do aldeamento em Guarapuava; a história de um líder que não aceitava abdicar da liberdade e do comando, como Doble; a história de um índio que a partir de seu retorno ao *Paraná* não aceitaria mais ser aldeado, a história do *Índio* Kaingang Vitorino Condá.

## LEIS, TERRAS, ALDEAMENTOS E ÍNDIOS

### O Regulamento das Missões e a Diretoria Geral dos Índios

Em 1845, o Governo Imperial, preocupado em dar uma normatização para os aldeamentos e missões, e principalmente nas frentes de expansão, nas fronteiras de ocupação das terras indígenas com a colonização, através do decreto 426 de 24 de julho de 1845, aprova o Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios.<sup>610</sup> Na verdade, o regulamento tentava organizar as missões e os aldeamentos, na medida em que desde a extinção do Diretório Pombalino, em 1798<sup>611</sup>, não existia uma lei geral que os normatizasse,

---

<sup>610</sup> Decreto 426 de 24 de julho de 1845. Contém o Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios. Coleção das Leis do Império.

<sup>611</sup> O Diretório Pombalino, assim chamado por estar relacionado a um período da história do Brasil colonial, chamado administração pombalina ou administração do ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal. Segundo o historiador Boris Fausto “no Brasil, a consolidação do domínio português nas fronteiras do norte e do sul passava, segundo Pombal, pela falta de integração dos índios à civilização portuguesa.” Nesse sentido, ainda segundo o mesmo historiador para assegurar o controle das vastas regiões era necessário uma série de medidas com relação aos indígenas. “A escravidão dos índios foi extinta em 1757; muitas aldeias na Amazônia foram transformadas em vilas sob administração civil; a legislação incentivou os casamentos mistos entre brancos e índios.” FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo; Editora da USP, 1998, p. 110-111. Ainda sobre o Diretório Pombalino, Marta Rosa Amoroso, estudando os índios Mura do Rio Madeira no Grão-Pará Colonial, fala da chamada Lei das Liberdades, de 06 de julho de 1755, e regulada pelo ato de 3 de maio de 1757. A Lei instituiu o chamado Diretório as populações indígenas do Pará e do Maranhão, segundo a autora, “estabelecendo total liberdade à população indígena, que passava a dispor livremente de suas pessoas e de seus bens em um contexto de liberdade irrestrita”, mas neste contexto de liberdades asseguradas pelo Diretório Pombalino, ficavam de fora os Mura, Munduruku e Karajá, chamados de casos de “exceção de liberdade”. AMOROSO, Marta Rosa. “Corsários no Caminho Fluvial. Os Mura do Rio Madeira”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da.(Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 306. Rita Heloisa de Almeida conta que o Diretório Pombalino, destinado inicialmente ao norte do Brasil, foi entendido como “lei geral até sua extinção pela Carta Régia de 12 de maio de 1798”. ALMEIDA, Rita Heloisa de. O Diretório dos Índios- um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília: UNB, 1997, p. 150. Andre Ramos, estudando a escravidão indígena na Amazônia do século XIX, observa que pensar o fim da escravidão indígena com o Diretório Pombalino, é um erro, já que o cativo indígena permanece, ainda pela forma do aldeamento, da administração, da educação e civilização, ou pela catequização, formas que dissimulavam

cabendo a administração de alguns aldeamentos, inclusive a degredados, como foi no caso de Guarapuava. Assim, desaparece a figura do Administrador de Índios e agora os aldeamentos deveriam possuir um diretor, um tesoureiro, almoxarife, cirurgião, um missionário e ainda dentro das possibilidades deveria possuir oficiais de ofícios e pedestres, estes últimos, *pedestres* era a maneira pela qual cada vez mais se denominava a força armada dos que deveriam percorrer as matas, explorar novos campos e fazer contato com os indígenas selvagens.<sup>612</sup>

Manuela Carneiro da Cunha, analisando a política indigenista no século XIX, observa que a legislação indigenista, até 1845, era pontual e flutuante e havia um vazio desde a revogação do Diretório Pombalino, em 1798. Segundo a autora, “*só em 1845, com o ‘Regulamento acerca das Missões de Catechese e Civilização dos Índios’ (Decreto 426 de 24/7/1845), é que se tentará estabelecer diretrizes gerais, mais administrativos, na realidade, do que políticas, para o governo dos*

---

na maioria das vezes uma sincera escravidão. RAMOS, André R. F. “A Escravidão do Indígena, entre o Mito e Novas Perspectivas de Debates”. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v. 1, n. 1, p. 241-265, jul. de 2004.

<sup>612</sup> As forças de Pedestres passam a ser organizadas, ou incluídas as forças terrestres, a partir da Lei de 25 de Agosto de 1832, que fixa as Forças de terra do Império para o ano orçamentário de 1833-34. Coleção das Leis do Império. Esta Lei, atendendo a nova demanda das forças terrestres, e já alteradas no que se refere as Milícias e Companhias de Ordenanças que deixaram de existir, prevê Companhias de Ligeiros e Pedestres para as tropas de combate aos indígenas no Maranhão e Espírito Santo, nos moldes das que funcionavam no Rio Doce, em Minas Gerais, e Mato Grosso no combate as populações indígenas ali residentes. As tropas para este combate, exploração e contato, e que operavam em áreas de mata, passam a ser chamados de Pedestres e Ligeiros, independentemente de estarem vinculadas a Freguesia, Villa, Cidade, Província ou Império, ou a 1ª e 2ª linha das forças terrestres. A partir da metade do século XIX, as tropas terrestres destinadas ao movimento nas matas e combate aos indígenas, passam a ser quase que exclusivamente denominadas de Pedestres. Ainda sob as forças de pedestres, Ver BRINGMANN, Sandor Fernando. Índios, Colonos e Fazendeiros. Conflitos interculturais e resistência Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Florianópolis, UFSC, CFH, Dissertação de Mestrado em História, 2010. Segundo o autor os Pedestres na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atuaram na perseguição aos indígenas que cometiam as correrias nas colônias e fazendas e na defesa dos aldeamentos. “As Companhias de Pedestres foram criadas ou mobilizadas em diversos momentos, como a Companhia de Pedestres de Passo Fundo, criada em 1846 para controlar os ataques indígenas nas áreas de colonização e a Companhia de Pedestres de Nonoai, criada em 1847 para defender os indígenas aldeados de ataques dos índios ‘bravos’. O corpo destas companhias contava muitas vezes com soldados da Guarda Nacional e mesmo de indígenas que recebiam soldos para atuar na perseguição e captura de outros indígenas.” (p.65). Podemos acrescentar ainda sob os pedestres que essas forças em geral tinham vida curta, e sua organização em raro caso alcançava uma década.

*índios aldeados*”.<sup>613</sup> Ainda sobre o Regulamento das Missões, afirma Manuela Carneiro da Cunha:

O Regulamento das Missões, promulgado em 1845, é o único documento indigenista geral do Império. Detalhado ao extremo é mais um documento administrativo do que um plano político. Prolonga o sistema de aldeamentos e explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios. Depois dele, a única inovação perceptível é nos anos 70, a experiência de Couto de Magalhães no vale do Rio Araguaia, que o governo pretendeu estender ao Amazonas e ao Mucuri ou ao rio Doce: abandono da política de concentração e aldeamento dos índios, criação de um internato para crianças indígenas, obtidas a troco de ferramentas e destinadas a serem “interpretes” lingüísticos e culturais e a levarem, juntamente com os missionários, a “civilização” aos seus parentes.<sup>614</sup>

Na prática, esse plano administrativo raramente foi aplicado em sua íntegra. Na maioria das vezes, resumia-se de acordo com as palavras de um de seus diretores, à seguinte espinha dorsal – *Director, Capelão, e Força*.<sup>615</sup>

Por outro lado, o Decreto abria um novo leque de oportunidades para os grupos interessados na catequese e civilização dos povos indígenas. A criação de cargos e funções eram possibilidades abertas e, em alguns momentos, era uma oportunidade de ascensão social e política, principalmente no que concerne aos cargos de Diretores de Aldeia, Missionários e a criação de Diretorias Gerais nas Províncias que possuíam aldeamentos.

Uma das grandes inovações deste Regulamento constituía na criação, em seu artigo primeiro, do cargo de Diretor Geral dos Índios.

---

<sup>613</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 138

<sup>614</sup> Idem, p. 139.

<sup>615</sup> Ofício do Diretor de Nonoay, Padre Antonio de Almeida Leite Penteado, ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba. 18-03-1856. AHRS. Arquivo Índios. Maço 1.

Assim, a partir dessa data, cada província poderia ter uma Diretoria Geral dos Índios e, entre as muitas competências e atribuições desse cargo, uma delas era “*exercer toda a vigilância em que não sejam os índios constrangidos a servir a particulares; e inquirir se são pagos de seus jornaes, quando chamados para o serviço da aldeia, ou qualquer serviço público; e em geral que sejam religiosamente cumpridos os contractos de ambas as partes, que com elles se fizerem*”.<sup>616</sup> Além disso, deveria “*aprovar os jornaes para os índios que trabalham para o serviço do aldeamento ou para qualquer outro serviço*”<sup>617</sup>. O artigo 11, último artigo do Regulamento, embora não pareça muito significativo, no fundo revela aspectos interessantes: cada Diretor de aldeamento passava a contar com o título honorário de Tenente Coronel do Exército, o Tesoureiro como Capitão, e o Diretor Geral recebia o cargo de Brigadeiro, inclusive com os soldos e fardamento correspondente<sup>618</sup>. Para o Brasil imperial e escravista, onde as condições de mobilidade social não eram um caminho fácil, essa possibilidade era uma trilha aberta nas dificuldades de ascensão social.

O Presidente da Província de São Paulo, Manoel da Fonseca Lima e Silva, nomeia o Coronel José Joaquim Machado de Oliveira para o cargo de Diretor Geral dos Índios, cumprindo o Regulamento e criando a Diretoria Geral dos Índios na Província. A Diretoria durou de 1845 a 1873. Uma das primeiras ordens para o Diretor era que informasse com urgência sobre o número, importância e localidade das aldeias de índios que existissem na Província, e onde conviesse implantar novos aldeamentos<sup>619</sup>.

No ano seguinte é empossado Joaquim Antonio Pinto Junior para, na condição de advogado, defender no Foro os direitos dos Índios desta

---

<sup>616</sup> Artigo 1º, parágrafo 28 do Decreto 426 de 24 de julho de 1845. Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos Índios. *Coleção das Leis do Império*.

<sup>617</sup> Artigo 1º, parágrafo 35 do Regulamento das Missões (Dec. 426 de 24/07/1845).

<sup>618</sup> Artigo 11, Caput do Regulamento das Missões.

<sup>619</sup> Palácio do Governo de São Paulo, 18 de Outubro de 1845. Do Presidente da Província Manoel da Fonseca Lima e Silva ao Coronel José Joaquim Machado de Oliveira, informando de sua nomeação para o cargo de Diretor Geral dos Índios e suas primeiras missões. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 1. No arquivo público Estadual de São Paulo, encontrei o livro do Secretario de Governo Francisco Gomes de Almeida, com todas as ordens ao Diretor Geral dos Índios da Província de São Paulo, de 1845 a 1873, esse livro intitula-se Diretoria Geral dos Índios, e faz parte da seção de manuscritos do arquivo.

Província, especialmente no que diz respeito à reivindicação de terras de que são proprietários.<sup>620</sup>

Durante a década de 1840, para as Missões de catequese e civilização dos índios no Brasil, o governo opta pela saída de importar missionários da Itália. São escolhidos os missionários da Ordem dos Capuchinhos, assim chamada pelo hábito de seus monges, que possuía um capuz em forma de ponta.<sup>621</sup> O governo de São Paulo vai contratar alguns missionários capuchinhos para o serviço da catequese previsto pelo regulamento das missões. Agora, para regiões realmente perigosas, como era em verdade, os Campos de Palmas, nenhum missionário se propôs a ir. O salário de cerca de 1 conto de reis por ano não era muito convidativo para o risco de vida que se poderia correr, ou pelo menos assim deveria pensar frei Gaudêncio, que insistiu em não cumprir a vontade do governo que, em 1847, avisava que “*o missionario capuchinho frei Gaudencio deveria sair da vila da Faxina e ir para os Campo de Palmas.*”<sup>622</sup>

Em 1848 o governo provincial colocava à disposição do aldeamento de Itapeva e Palmas, depois de descontadas as gratificações dos missionários capuchinhos, “*a quantia de hum conto quinhentos e oitenta mil reis 1.580\$000, que resta da quantia consignada na Lei vigente do orçamento para a cathequese e civilização dos Indigenas dos aldeamentos dos Campos de Palmas e Villa de Itapeva.*”<sup>623</sup>

---

<sup>620</sup> Do Presidente da Província Manoel da Fonseca Lima e Silva ao Diretor Geral dos Índios Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, nomeando Joaquim Antonio Pinto Júnior para defender como advogado os índios em suas questões, o referido advogado também era Diretor do aldeamento de Carapucuyba e Baruary,. 1º de outubro de 1846. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 2.

<sup>621</sup> Os capuchinhos são Franciscanos, e sua ordem foi fundada por volta de 1520 pelo frei Matteo da Bascio, que desejava retornar aos princípios básicos de São Francisco de Assis, assim sendo, a vestimenta, por exemplo, deveria possuir um capuz com ponta, usar barbas, andar descalço e viver junto a natureza. Foram autorizados a vir para o Brasil para as missões de catequese dos índios pelo Decreto nº 285 de 24 de junho de 1843. Autoriza a vinda de missionários capuchinhos da Itália para províncias onde foram implantadas aldeamentos. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1853-1870*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007, p. 21. DEAP, Curitiba.

<sup>622</sup> Do Presidente da Província Manoel da Fonseca Lima e Silva, em 18 de fevereiro 1847, ao Diretor Geral dos Índios Brigadeiro José Joaquim machado de oliveira. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 5.

<sup>623</sup> Do Presidente da Província Domiciano Leite Ribeiro ao Diretor Geral dos Índios Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, 30 de maio de 1848. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 9



Em 1847, através de seu Presidente da Província, em relatório sobre a “*cathequese e civilização*” dos índios, fez-se a seguinte menção ao aldeamento de Guarapuava:

O aldeamento de Guarapuava tem ido em progressiva decadência. O seu pessoal conhecido era no fim do anno de 1845 de 60 indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, vivendo dispensas á sua discrição, e sem apparencia alguma da condição de aldeados.<sup>624</sup>

Diante deste quadro, o aldeamento de Guarapuava passa a ser mais um movimento de índios do que propriamente um local fixo de concentração, o que deixa claro uma certa liberdade de ação dentro dessa condição de semi-mansos, como os índios de Vitorino Condá e Veri. Desta forma, o próprio governo vai determinar a remoção dos indígenas de Guarapuava para o aldeamento de Itapeva da Faxina e determina que “*deveria ser feito o exame das terras aos mesmos pertencentes.*”<sup>625</sup>

Diante das possibilidades abertas pelo Regulamento das Missões de se compor novos aldeamentos e, com eles, a cooptação de possíveis cargos e verbas, os dirigentes de Guarapuava buscavam a instalação de novos aldeamentos ao norte do distrito de Guarapuava durante o ano de 1848, e lembravam da inoperância dos Corpos de Municipais Permanentes:

[...] os Índios Moradores nos Mattos ao Norte deste Districto, mandando-nos, como para contellos, destacamentos ora de linha, ora de Municipais Permanentes, todavia infelizmente não temos colhido os fructos, que dessas providencias podião resultar, pois que os ditos destacamentos commandados por pessoas indifferentes ao bem de nossa terra nem uma utilidade prestão, conforme já ponderei a v. e em officio de 02 de abril próximo passado; por isso sempre desejozo de promover a felicidade deste districto, lembrome indicar a v. ex um meio, que talvez fosse de

<sup>624</sup> Discurso recitado pelo Marechal de campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, Presidente da Província de São Paulo, a Assembléa Provincial, dia 07 de janeiro de 1847. São Paulo: Tipografia do Censor, p. 12.

<sup>625</sup> Do Presidente da província Domiciano Leite Ribeiro ao Diretor Geral dos Índios Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, 1º de Junho de 1848.. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 9.

bastante vantagem, e vem a ser que se estabeleça um aldeamento na campina denominada do Victorino, ou no Campo do abarracamento, ambos existentes nas Mattas ao norte desta freguesia em distância de 32 léguas mais ou menos, onde encontrão de todas [...] <sup>626</sup>

Como podemos observar, o Subdelegado de Polícia de Guarapuava, Antonio de Sá e Camargo, faz a sugestão de se instalar um aldeamento ao norte de Guarapuava, em uma campina denominada do Vitorino, ou no campo do abarracamento, diante disso o Presidente da Província determina ao Diretor Geral dos Índios que emita sua opinião a respeito, o diretor José Joaquim Machado de Oliveira responde da seguinte forma:

(...) acerca de estabelecer-se um aldeamento de indígenas ou na campina denominada do Victorino, ou no Campo do abarracamento, lugares estes situados nas mattas, que estam ao norte daquella freguesia, casados para taes estabelecimentos: porque por esse meio se possam evitar os assassínios, que continuamente perpetram em sua população os Índios que habitam aquellas Matas, cumpre emittir minha opinião a respeito,(...) ali chegando os conquistadores, havia em todas os Campos servido de refugio às hordas selvagens, na primitiva, quando se lhes tomou o território que dominavam nesta província, e foram a procurar lugares longinquios afim de evitarem o cativo ou amorte, e nas épocas posteriores áproporção que se iam pnenetrando os sertões dóeste , por onde correm o Igassu do Goioheins(...) O Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, pois que os destacamentos daí apossando-se violentamente

---

<sup>626</sup> Correspondência do Subdelegado de Polícia de Guarapuava, Antonio de Sá e Camargo, ao Presidente da Província de São Paulo, Domiciano Leite Ribeiro, julho de 1848, sugerindo um aldeamento no lugar denominado campina do Vitorino. Série manuscritos. *Ofícios* Diversos de Guarapuava (1824-1853). Cx 230, Pasta 2, documento 12, ordem 1025. APESP.

das roças dos Índios; dou causa áque estes abandonassem o aldeamento.<sup>627</sup>

O Diretor Geral dos Índios aproveitando-se da oportunidade de falar a respeito dos indígenas relata que os campos já haviam sido habitados por indígenas, e esses fugindo constantemente de forma mais incisiva foram se internando nas matas, e especificamente em relação aos índios de Palmas, deixou claro que muitos dos povoadores prejudicavam as populações indígenas, inclusive Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, que obrigava os índios a plantarem as roças, e depois se apoderava delas.<sup>628</sup> O governo de São Paulo em resposta ao brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, Diretor Geral dos Índios, sobre a petição do Subdelegado da Freguesia de Guarapuava Antonio de Sá e Camargo diria que:

(...) informando sobre oque representam o, acerca do estabelecimento de hum aldeamento de Indigenas ou na campina denominada do Vitorino, ou no Campo do abarracamento, este governo approva a providencia, que lembra; de chamar, as tribus do território de Guarapuava para o aldeamento da Faxina, e espera que dará as ordens e providencias necessárias para a concessão deste fim.<sup>629</sup>

O governo da Província apoiaria a idéia de um novo aldeamento e, ao mesmo tempo, afirmava a necessidade de chamar os indígenas de Guarapuava para o aldeamento de Itapeva da Faxina. O fato é que uma parte significativa dos índios do povoado muito provavelmente já estava incorporada à vida privada dos habitantes da Freguesia de Guarapuava, em sua maioria como mão-de-obra. Mas é preciso também pensar que,

---

<sup>627</sup> Correspondência do Brigadeiro Diretor Geral dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira, ao Presidente da Província de São Paulo, Domiciano Leite Ribeiro, 12 de agosto de 1848, respondendo sobre a sua opinião para instalação de um aldeamento no lugar denominado Campina do Vitorino. Série manuscritos. Offícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Cx 230, Pasta 2, documento 15, ordem 1025. APESP.

<sup>628</sup> *Ibidem*.

<sup>629</sup> Do Presidente da Província Domiciano Leite Ribeiro ao Brigadeiro Diretor Geral dos Índios, em 21 de Agosto de 1848, determinando o deslocamento dos indígenas de Guarapuava para o aldeamento de Itapeva da Faxina. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 10.

concomitantemente, existia uma considerável mobilidade de índios, em razão das proximidades com toda uma região ainda considerada fronteira e povoada por muitos indígenas. O desejo do governo da Província de chamar os indígenas de Guarapuava e conduzi-los para ao aldeamento de São João Batista de Itapeva da Faxina de fato não vai ser cumprido.

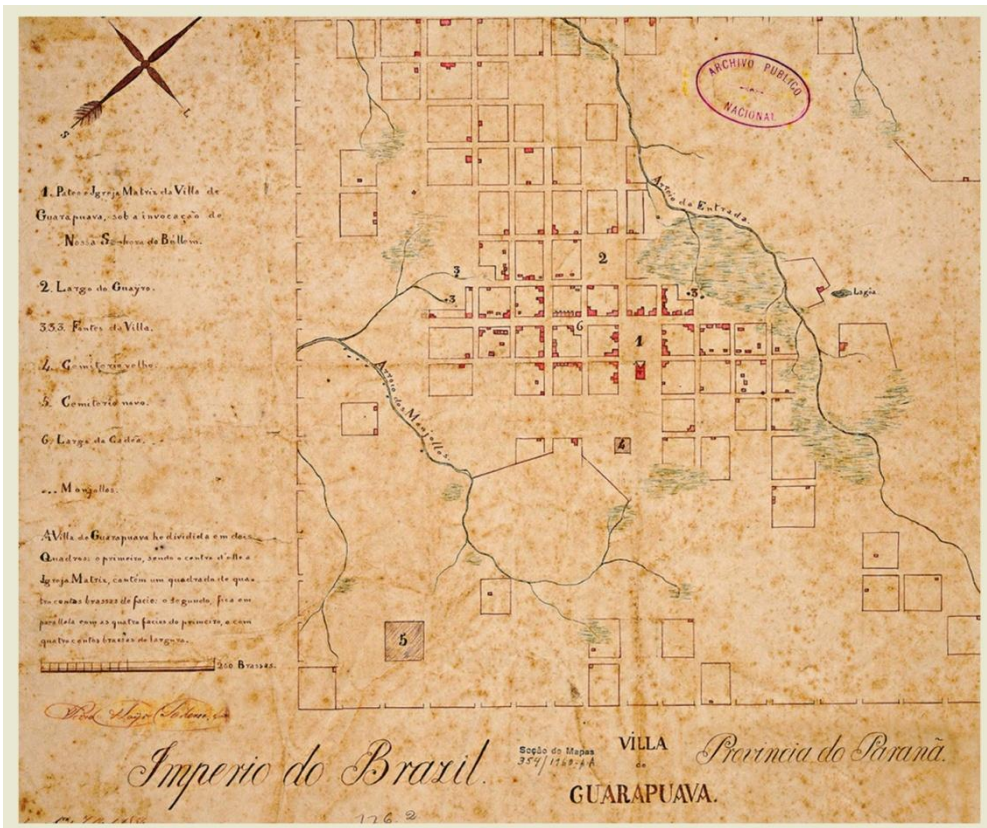
Guarapuava, nesse momento, já não possuía verdadeiramente um aldeamento. Mas dizer que o aldeamento de índios em Guarapuava era apenas uma desculpa das autoridades para conseguir verbas, e que tal havia terminado com o incêndio de Atalaia em 1825, não é plausível. O aldeamento persistiu até esse período pós-Regulamento das Missões, embora já estivesse em seus momentos finais, onde não passavam de transeuntes dentro do contexto do povoado, e outros já totalmente incorporados à vida cotidiana da Freguesia. Esta transitoriedade e movimentação de índios, de forma sazonal, é que permitia ainda a ideia de um possível aldeamento. Com esta situação acabava por existir o cargo de Diretor do Aldeamento, ou Diretor dos Índios que aí estavam ou permaneciam. Cargo esse que só deixou de existir a partir de 1855, quando Antonio de Sá e Camargo, que agora era Major da Guarda Nacional<sup>630</sup>, encaminha correspondência do governo desistindo do cargo de Diretor do Aldeamento de Guarapuava. Entre os motivos porque já atuava como Major da Guarda Nacional e Comandante desta no município de Guarapuava e também porque o aldeamento já estava extinto, desde sua derrocada final por ordem do governo de São Paulo de Domiciano Leite Ribeiro em 1º de junho de 1848, como demonstrei anteriormente.<sup>631</sup> Na figura que segue da vila, em 1857, percebe-se não haver já nenhuma referência a um aldeamento:

---

<sup>630</sup> Sobre a ascensão política de Antonio de Sá e Camargo ver SANTOS, Zelói Martins dos. *Visconde de Guarapuava: Um personagem na História do Paraná*. Curitiba, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2005.

<sup>631</sup> Correspondência de Antonio e Sá e Camargo, 23 de julho de 1857, Major Comandante do 4º Esquadrão da Guarda Nacional de Guarapuava, para Theófilo Ribeiro de Rezende, Vice-Presidente da Província do Paraná. Solicitação de demissão do cargo de Diretor dos Índios da extinta Aldeia de Guarapuava, por ocupar um comando na Guarda Nacional do mesmo Município. Fundo Administração Provincial, GPR. Cpa, DEAP-PR.

Mapa 5 : Vila de Guarapuava no Império (1857).



Fonte: Seção de Mapas do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro – RJ. Série 354/2969 – 6 A.

A idéia de estabelecer novos aldeamentos era vontade do Capitão do Presídio de Guarapuava, Antonio da Rocha Loures. No início do ano de 1849, nesse sentido encaminharia officio ao Presidente da província sobre um novo aldeamento nos Payquere. O Presidente da província por sua vez em março do mesmo ano sobre esse assunto recomendaria ao Diretor Geral dos Índios: “sobre o modo de levar a effeito o chamamento das tribus indígenas que habitao as margens do paequerê, tenho a communicar a v.s que, julgando esse objecto de bastante interesse, passo a leval-o ao conhecimento da Assembleia Legislativa

*Provincial*.”<sup>632</sup> A idéia de novos aldeamentos definidos pelo governo Imperial e Provincial é percebida pelos abastados e fazendeiros de Guarapuava como uma nova oportunidade de expansão de seus domínios. É assim que pensa o velho comandante do presídio Antonio da Rocha Loures quando olha para o norte e vê que os *Payquere* – Campos do Mourão - ainda não foram ocupados pela expansão das fazendas de criar. Mas o intento de Antonio da Rocha não seria realizado e mesmo se o fosse, não poderia vê-lo, o velho Capitão comandante da expedição viria a falecer em 20 de fevereiro de 1849 aos 68 anos.

Não se pode deixar de levar em consideração a importância da Diretoria Geral dos Índios e dos Aldeamentos. Em relação a estes últimos, é importante salientar que exerciam funções importantes na estrutura de expansão da fronteira. Nas palavras de Maria Regina Celestino de Almeida, “*a política de aldeamentos foi essencial para o projeto de colonização.*”<sup>633</sup> Na perspectiva da pesquisadora, a historiografia recente, ao não se preocupar com os estudos dos aldeamentos e ao possuir uma visão equivocada desses, ao perceber nesses espaços um lugar apenas de dominação e subordinação, onde os interesses indígenas eram sublimados pelos interesses de missionários, colonos e da Coroa, impossibilita a visibilidade dos indígenas no processo histórico e, desta forma, esses “*perdiam suas culturas e identidades, anulavam-se enquanto atores sociais e saíam da nossa história.*”<sup>634</sup>

A historiadora percebe estes lugares, os “aldeamentos”, que em suas palavras se configurariam como o “*mal menor*”<sup>635</sup> e uma possibilidade de sobrevivência, mas que possui, em seu conjunto, outros aspectos além de lugares de domínio e subordinação. Por exemplo, os semi-mansos que atualmente se intitulam como Kaingang, ou *os semi-bárbaros* como já havia dito o missionário Chagas ainda nos tempos da conquista dos campos de Guarapuava, atuavam dentro desses espaços e, muitas vezes, se utilizavam destes como forma de sobrevivência e fugiam sempre que esses não atendiam suas necessidades, como comida, roupas e alguma proteção. Exemplo disso foi a atuação das lideranças como Doble, Nonohay e Vitorino Condá, que atuavam ora ao lado dos

---

<sup>632</sup> Do Presidente da Província, Vicente Pires da Motta, ao Brigadeiro Diretor Geral dos Índios, 7 de Março de 1849. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 12.

<sup>633</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 71.

<sup>634</sup> *Ibidem*.

<sup>635</sup> *Ibidem*.

povoadores, dentro de seus interesses e ora ao lado dos indígenas, dentro dos interesses de sobrevivência dos Kaingang.

Ainda sobre a importância dos aldeamentos e sua utilização pelos povos indígenas, Lúcio Tadeu Mota, ao estudar as colônias indígenas no Paraná Provincial, com relação aos aldeamentos deste período, afirma que os indígenas tinham uma política de utilização e aproveitamento destes, ao mesmo tempo em que rejeitavam o enquadramento pela tal catequese e civilização desejada pelo governo. O autor assim concluiria:

Dessa forma, minha interpretação sobre as relações dos índios com os aldeamentos, foi no sentido de resgatar as perspectivas das populações indígenas que viveram nos aldeamentos e suas propriedades. O que foram essas instalações na perspectiva dos índios que a elas se achegavam? Ou que políticas os índios traçaram para essas instalações? A resposta é de que os índios viram nelas, primeiro, uma fonte de recursos de bens materiais da sociedade branca; segundo, um local de abrigo quando de suas escaramuças com forças contrárias – brancos ou tribos inimigas; terceiro, um local de abastecimentos de alimentos produzidos pelas roças dos aldeamentos. Se no primeiro momento os bens da sociedade conquistadora foram conseguidos através das razias às moradias dos brancos, como vimos no capítulo anterior, os aldeamentos eram locais onde eles poderiam ter acesso a esses bens de outra forma, sem ser através dessas razias. Os aldeamentos também eram abrigos seguros em caso de atritos com brancos ou com outras parcialidades, e depósito de comida acessível em caso de ocorrências naturais que alterassem a quantidade de alimentos disponíveis em seus territórios tradicionais. Enfim, essas instalações do Império poderiam ser exploradas, utilizadas, aproveitadas de várias formas, e foi isso que os índios fizeram.<sup>636</sup>

Em relação à estratégia das populações indígenas, é preciso frisar que no decorrer do período que estudei os aldeamentos, pelo menos até

---

<sup>636</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos Quatro ventos, 2000, p.186-187.

a primeira metade do século XIX, se configuravam miseravelmente, não passando no caso da expedição de Guarapuava e de Palmas de um ou mais barracões que mal os alojava.<sup>637</sup> Porém, mesmo diante de um número maior de adversidades próprias de mundos fronteiriços, os povos indígenas utilizavam-se do aldeamento e dos povoados como estratégia de manutenção do grupo étnico e, como tal, da permanência das fronteiras étnicas. Fazia parte das muitas lutas e fronteiras em que se empenharam essas populações na São Paulo provincial.

Uma das lutas que estabeleciam os índios era com relação às terras que foram suas. No caso do Regulamento das Missões, talvez os indígenas não o conhecessem, mas o fato é que lutavam por seus direitos às terras, estabelecidas dentro da política indígena e suas leis. Uma das premissas do Regulamento era com relação às terras indígenas, cujos direitos sobre elas deveriam ser garantidos. Dentro dessas possibilidades abertas, transitavam também as lutas políticas dos índios, onde atuavam como interlocutores, suas lideranças. Nesse intento, com relação à Sesmaria de terras doada por Dom João VI aos índios de Guarapuava, a discussão ainda seguia em pauta, e muito provavelmente também por ação dos índios remanescentes da Freguesia, ao ponto que o Diretor Geral dos Índios, em 16 de novembro de 1848, solicitou à Presidência a possibilidade de encontrar o título de Sesmaria que havia sido dado aos índios, ao qual o Presidente respondeu *“de que tendo-o mandado procurar com toda a diligencia na Secretaria deste governo, não foi possível encontrá-lo.”*<sup>638</sup>

No mesmo ano, o Diretor ainda insistiria na retirada da antiga Aldeia de Guarapuava dos “intrusos e arrendatários, que tem invadido a maior e melhor parte da sesmaria de terras que fora, concedida a mesma aldeã, e fazendo ver os receios de que os respectivos Índios assim, queiram talvez iniciar vingança contra os compradores”.<sup>639</sup> Esse tipo de

---

<sup>637</sup> Sobre o aldeamento em Palmas ver MACHADO, Paulo Pinheiro. “Colonização e conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os Campos de Palmas.” In: MOTTA, Márcia M.; OLINTO, Beatriz A.; OLIVEIRA, Oséias. (Orgs.). *História agrária: Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2009, p. 284. No Ofício do Fiel do Almoxarife e Escrivão da Expedição de Guarapuava Francisco Manuel de Assis França ao Presidente da Província, 10 de março de 1832, o mesmo, como já vimos, denunciava o aldeamento que não passava de um barracão onde os índios viviam amontoados e sujeitos as enfermidades.

<sup>638</sup> Do Presidente da Província, Vicente Pires da Motta, ao Brigadeiro Diretor Geral dos Índios, 20 de janeiro de 1849. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p.12.

<sup>639</sup> Do Presidente da Província Vicente Pires da Motta ao Brigadeiro diretor Geral dos Índios em 17 de junho de 1849. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 12.



temor, o receio dos ataques à Freguesia de Guarapuava, como já vimos até aqui, era recorrente, e de acordo com as condições de fronteira. Fato é que nos anos seguintes os intrusos e arrendatários aí permaneceriam, pois faziam parte da já estabelecida pequena elite local, e nem o título de sesmaria foi achado e a posse e o domínio sobre a terra da antiga sesmaria não voltou para os indígenas, e assim a terra ainda era uma grande questão a ser resolvida.

## As Margens do Paraná

Buscar consolidar aldeamentos indígenas era uma meta não só da Diretoria de Índios, mas das povoações fronteiriças do Sul de São Paulo. Por outro lado, é notório que as tropas governamentais, no que se refere ao combate aos indígenas, na prática de andar dos matos, na execução das expedições em áreas de mata fechada, deixavam a desejar, e estavam longe de se constituir, como aptas para as expedições e atividades de combate, caça e afugentamento de indígenas. Em geral essas tropas, estavam longe de se constituir, a priori, como força de guerra na mata. As tropas do governo e, principalmente, nas regiões fronteiriças, lugar onde soldado nenhum gostaria de servir, eram recrutadas em sua maioria de forma forçada e com pouca ou quase nenhuma capacidade para o trabalho nas matas, como dizia em seu ofício o Subdelegado de Guarapuava, Antônio de Sá e Camargo:

Tendo-se conservado á mais de dous mezes nesta povoação o Destacamento de Municipais permanentes, que sob o Commando do tenente José Maria de Macedo Rangel mandou V. Ex., que da Cidade de Coritiba viesse companhia conter ao Systema desregrado dos Indios, pertence-me ponderar á V. Ex que sendo dito destacamento composto de pessoas entregues á embriaguez, e sem a preciza practica de caminhar pelas Mattas, é incapaz de satisfazer ao fim, á que veio dirigido.<sup>640</sup>

---

<sup>640</sup> Correspondência do Subdelegado de Polícia de Guarapuava, Antônio de Sá e Camargo, ao Presidente da Província, maio de 1848. Série manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Cx 230, Pasta 2, documento 7, ordem 1025. APESP.

Nesse sentido, percebe-se que os elementos que eram utilizados para as expedições nas matas na busca e caça de índios eram arregimentados principalmente baseados no princípio da experiência dos elementos em contato com a terra, com a fronteira, e com as matas. Desta forma, muitos destes soldados vão ser arregimentados dentro da população indígena, como o índio Francisco Lopes de Sampaio que vai ser contratado pelo governo provincial na “*deligencia de attrahir para o Aldeamento de Guarapuava os Indios Selvagens d’aquellas circunvisinhanças e como para essa tenctativa serão indispensáveis algumas despesas fica v.s<sup>a</sup> auctorizado a mandal-as fazer.*”<sup>641</sup>

Para estas operações, os brindes e oferta de ferramentas e roupas para o inverno continuavam em pauta. Para a construção da estrada que seguia de Guarapuava até o rio Paraná é mandado distribuir os brindes pelo engenheiro encarregado da inspeção da estrada aos indígenas das imediações. Além disso, deveria se empregar a quantia de 200 mil réis na compra de ferramentas, e roupas grossas para ser distribuídas pelos índios, que estavam sendo esperados na fazenda do Alferes Domingos Floriano Machado.<sup>642</sup>

As estratégias de ocupação tinham suas constantes, algumas destas eram, por exemplo, a distribuição de ferramentas, roupas e brindes aos indígenas. Com a expectativa de se aldearem dentro da política de concentração, teoricamente imbuída do pretexto de catequizar e civilizar, termo recorrente nos relatórios dos Presidentes da Província de um longo período do século XIX, que vinham já com o subtítulo “*Cathequese e Civilização*”. Somado a isto, era uma constante a cooptação de pessoas preparadas para o serviço dentro das matas, que eram arregimentadas nas matrizes internas da própria população indígena, ou de pessoas que possuíam comprovada experiência para esse tipo de trabalho.

As explorações em terrenos próximos a Guarapuava e em direção às matas também continuavam. Francisco Ferreira da Rocha Loures comunicava o resultado da exploração que, juntamente com outros, tentará ao Oeste de Guarapuava pelo acampamento de Chagú, a direita da picada do rio Paraná, e informava que havia a possibilidade de, com

---

<sup>641</sup> Do Presidente da Província Vicente Pires da Mota ao Brigadeiro Diretor geral dos Índios em 09 de Novembro de 1848. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 11.

<sup>642</sup> Do Presidente da Província, Josino do Nascimento Silva, ao Diretor Geral dos Índios, 25 de março de 1853. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 16.

algun dinheiro, realizar a catequese dos indígenas encontrados na dita exploração.<sup>643</sup>

A Câmara Municipal da agora Vila de Guarapuava, recém-criada em julho de 1852, também mostrava sua preocupação com a exploração dos terrenos denominados de Chagú, e dos indígenas que por aí viviam e da possibilidade de se estabelecer um aldeamento, e quais conseqüências poderiam resultar desse fato:

Em officio de 15 de fevereiro do anno corrente dirigido a v. ex pelo cidadão Francisco Ferreira da Rocha Loures manifestando os pormenores de uma diligencia, que elle e outro intentarao ao Oeste desta povoação pelo denominado acampamento de chagú, salientou não só a fundação de uma catequese aos Indios daquelles lados como medida de vantajosa utilidade, mas também alguma quantia, para desde logo distribuir em beneficio dos ditos Indios. Em conseqüência a Camara Municipal desta Villa, a quem foi presente por copia a referida representação, deliberou em sessão de hoje ponderar à v. e, que não estando em duvida à respeito dos bens, que trará uma tal catequese, insta a empenhar-se com v. e. por esta medida, como a mais efficáz, para chamar á vida social essa gente, que acostumada ao Systema errante dos Mattos, não perde occasião de agredir aos habitantes deste e de outros lugares, sabemos de facto que repetidas vezes tem feito, e está Camara assegurando a v. e. franca e decidida coadjuvação para levar á effecto esta empreza tem motivos para crer que as diligencias que constantemente apparecem, assim como agora ofizerão em numero de mais de duzentos pellas immediações das laranjeiras, em procura de ferramentas e mais misteres são mostras de querer abraçar a vida domicilica, que v.e mande pôr desde logo á disposição desta Camara algum quantitativo para ser distribuído em beneficio dos mesmos.

---

<sup>643</sup> Do Presidente da Província, Josino do Nascimento Silva, ao Diretor Geral dos Índios, 7 de março de 1853. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 16.

A Camara julga mais de seu devêr fazer vêr a v. e. que existindo na povoação de Palmas uma porção de índios semimansos, quasi que sem destino, é de absoluta necessidade a criação de um Director para elles, o qual munido de intruções próprias os dirija de maneira convinhável.<sup>644</sup>

O Presidente da Província de São Paulo, Josino do Nascimento Silva, por sua vez, encaminharia a documentação referente aos acampamentos do Chagú ao Brigadeiro Diretor Geral dos Índios. Participando o resultado das explorações realizadas neste local, e nos sertões adjacentes, e da descoberta dos Índios acostumados ao “*Systema errante dos Mattos*”, e que “*nêlle habitão e forão encontrados pelos emprehendedores, para que este propusesse medidas que fossem as mais convenientes.*”<sup>645</sup>

Uma das medidas que acabaria acontecendo foi a instalação do aldeamento do Chagú, que teria vida curta, funcionou a partir de sua verdadeira instalação em 1859, sob a administração do Diretor de Índios Joaquim Antonio de Moraes Dutra, e deixou de existir em de janeiro de 1862.<sup>646</sup>

É certo que diante do avanço das explorações em direção as matas, com as expedições de caça, ou reconhecimento, sendo punitivas ou não, as respostas e as resistências das populações indígenas aconteciam a todo o momento. Em 1853, o Delegado de Policia da Vila do Príncipe, e do Subdelegado de Polícia do Rio Negro comunicavam a

---

<sup>644</sup> Correspondência da Câmara Municipal de Guarapuava ao Presidente da Província, Josino do Nascimento Silva, em Sessão Ordinária de 20 de maio de 1853. Assinaram o documento entre outros, nomes como o de Francisco Ferreira da Rocha Loures, Pedro de Siqueira Cortez, Antonio de Sá e Camargo e Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira. Série manuscritos. Offícios Diversos de Guarapuava (1824-1853). Cx 230, Pasta 2, documento 61, ordem 1025. APESP.

<sup>645</sup> Do Presidente da Província, Josino do Nascimento Silva, ao Diretor Geral dos Índios, 1 de abril de 1853. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria Geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 17.

<sup>646</sup> Sobre a nomeação de Joaquim Antonio Moraes Dutra ver a correspondência de Pedro de Araújo Lima, Marques de Olinda, Ministro do Império, ao Presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1858. Fundo da Administração provincial, C131.98, volume 1, p. 77. Departamento do Arquivo Público do Paraná (DEAP-PR). Sobre a extinção do Aldeamento do Chagu ver a correspondência de Joaquim Antonio de Moraes Dutra ao Presidente da Província do Paraná, Antonio Barbosa Gomes Nogueira, aldeamento do Chagu em 25 de janeiro de 1862. Fundo da administração provincial. AP 131.2.246. Volume 2, p. 122. DEAP-PR.

agressão dos índios no Taquaral .<sup>647</sup> O Juiz de Paz de Guarapuava comunicava o “*aparecimento de uma porção de Índios naquela Villa.*”<sup>648</sup>

## De Retorno ao “uso e praxe na conformidade dos costumes antigos”

As reações indígenas tinham seu lado de luta e resistência contra a pressão de todos os lados, bélicas ou não, e contra o cativoiro também. O cativoiro indígena teoricamente não existia, pelo menos dentro dos princípios do direito vigente, mas existia, na prática, outra lógica de compreensão e interpretação da lei, e firmada com raízes profundas nos chamados *usos e costumes da terra*, assim como podemos perceber nas palavras do Presidente da Província de São Pedro, em 1847:

A grande distancia das localidades, onde se passão essas scenas; temeroso de algum modo pela segurança dos moradores, submetto-me a imperiosa necessidade, mas também temo, que não apareça a tentação de se olhar para um Índio com os mesmos olhos, com que se olha para um africano; em mais de uma província se pratica assim, e faço votos para que o *decreto n° 426 de 24 de julho de 1845 seja o balsamo de tão graves Males.* Finalmente, calcula-se, entre Nonohay, Palmeira, Matto Castelhana e visinhanças, perto de 2000 indígenas, dispostos a aldear-se.”<sup>649</sup> (os grifos são meus)

O governo provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul lembra que no mundo fronteiriço existe a possibilidade de a escravidão, que era aplicada aos africanos, fosse estendida também às populações indígenas de Nonohay, Guarita e arredores. E afirma que em mais de uma

<sup>647</sup> Correspondência Do Presidente da Província, Josino do Nascimento Silva, ao Diretor Geral dos Índios, 14 de março de 1853. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 16.

<sup>648</sup> Correspondência do presidente da Província, Josino do Nascimento Silva, ao Brigadeiro Diretor Geral dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira, 30 de junho de 1853. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733, APESP, p. 18.

<sup>649</sup> *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Senador Conselheiro Manoel Antonio Galvão*, na abertura da assembleia Legislativa Provincial em 05 de outubro de 1847. Porto Alegre: Typografia d’Argus, 1847, p. 13.

provincia se pratica assim, e fazia votos para que o “*decreto Nº 426 de 24 de julho de 1845 fosse o bálsamo de tão graves males*”, ou seja, que o Regulamento das Missões cumprisse de fato com o previsto no seu artigo 1º, que era coibir o cativo e escravidão dos índios. As discrepâncias entre a lei e o costume eram evidentes no que concerne ao processo de expansão das fronteiras, em seu pressuposto de expansão e invasão às terras ocupadas pelos grupos indígenas. Por exemplo, na mesma Província de São Pedro, alguns anos depois, em 1850, o governo relatava o quanto de plantações de milho e feijão estavam por conta do serviço dos aldeados em Guarita e Nonohay. Tratavam-se de 25 ½ alqueires de milho e 7 a 8 de feijão.<sup>650</sup> Os indígenas, além de uma série de atividades diárias que deveriam executar (o serviço militar, por exemplo), plantavam milho e feijão em um território equivalente a uns 230 campos de futebol. Levando-se em conta que 323 índios (na sua maioria, mulheres e crianças) produziam quantidades de milho e feijão muito mais que o necessário para as suas necessidades, é possível sugerir que grande parte dessa produção era destinada ao próprio sistema governamental de expansão fronteiriça.

Se isto acontecia na Província de São Pedro, na Província de São Paulo, o governo determinava ao Diretor Geral dos Índios que se estabelecesse uma tabela de prêmios para os índios capturados:

Constando ao Governo Provincial, que não só as forças que se mandão contra os Indios como elles próprios em suas contendias fazem prizioneiros, que depois entregão nos povoados por preço certo, e que esses *Indios vivem quazi como escravos* contra todos os princípios de nosso direito, e não convindo acabar com *o uso de se fazerem prizioneiros*, e sendo por tanto *necessário conservar o incentivo do lucro*, que delles tirão as escoltas e os próprios Indios, cumpre que v.s. ordene aos Directores parciais que com a indispensável urgência formem uma tabella dos prêmios que nos lugares de sua jurisdição se *costuma* dar pelos Indios e a remettão a v.s. para

---

<sup>650</sup> *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno*, na abertura da Assembléia Provincial no 1º de outubro de 1850. Porto Alegre: Typografia de F. Pomatelli, 1850, p. 12 .

me ser apresentado por seu intermédio.<sup>651</sup> ( os grifos são meus)

Quero deter-me na análise do excerto acima, para ressaltar a questão do uso e costume. O governo, mesmo sabendo que os índios viviam “*quazi como escravos*” e contra os princípios do direito, deixava claro, que na prática, não se convinha acabar com “*o uso de se fazerem prisioneiros*” e, ao mesmo tempo, esta prática, determinava o incentivo enraizado do lucro, que se encontrava internalizado no “*costume que se tinha de pagar prêmios pelos índios*” capturados nas expedições de guerra.

Este episódio remete diretamente ao acontecido em 1825 na vila de Curitiba, quando o Sargento Joaquim Ruiz Danhoso comunicou que índios haviam sido vistos saindo em uma paragem perto dos Pinhais, nas plantações dos povoadores e estes, por sua vez, queriam organizar uma escolta para segui-los, por conta disso o Capitão Mor Antonio José da Silva da Villa de Curitiba determinou ao Capitão Mor Comandante da Freguesia de Palmeira, Veríssimo Antonio de Souza, para juntar um número avultado de homens fragueiros e armados, e que seguissem os índios “*conforme hum uso e praxe na conformidade dos costumes antigos*”.<sup>652</sup> A *praxe*<sup>653</sup> era não arriscar a vida de homem algum nas operações de captura dos índios, e isso significava matar e capturar os inimigos, com o mínimo de resistência por parte dos índios atacados. Esta prática de combate, e o cativo dos prisioneiros decorrentes dessas lutas, ao que parece, faz parte de uma ação conformada dentro dos usos e costumes antigos.

John Monteiro, ao analisar o sistema de administração dos índios pelos paulistas, principalmente em relação aos guaranis, percebe que os índios ‘*ditos mansos, ou domesticados*’, não recebiam o nome de cativos ou escravos, mas de administrados, isso durante um largo período. Mas Monteiro ainda afirma que, mesmo chamados de administrados, os paulistas dispunham dos índios como cativos e escravos, e que a

---

<sup>651</sup> Correspondência do Presidente da Província, Josino do Nascimento Silva, ao Brigadeiro Diretor Geral dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira, sobre a criação de uma tabela de prêmios por índios capturados pelas expedições de apresamento. Em 23 de abril de 1853. Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. *Diretoria geral dos Índios (1845-73)*. E00733, APESP, p. 17.

<sup>652</sup> Sobre isto ver o Capítulo 2 e o subtítulo “O uso e praxe na conformidade dos costumes antigos”.

<sup>653</sup> A *praxe*, no sentido de rotina, procedimento costumeiro, e a *práxis*, na direção do resultado dos usos, costumes e tradições que permitem uma determinada atividade humana, a sua prática enfim.

distinção não era apenas nominal: antes era fundamentada na percepção de direitos adquiridos historicamente, o chamado “*uso e costume da terra*”<sup>654</sup>. Acrescenta Monteiro que um visitador jesuíta a Vila de São Paulo no final do século XVII, escreveu que “*estavam tão firmes os moradores daquela vila em que os Índios eram cativos que ainda que o Padre Eterno viesse do céu com um cristo crucificado nas mãos a pregar-lhes que eram livres os Índios, o não haviam de crer*”<sup>655</sup>. Nessa perspectiva Nelson Werneck Sodré, ao analisar a formação das Ordenanças para a ocupação e povoamento das terras, diria que os povoadores eram postos em armas, dentro da característica básica destes estabelecimentos coloniais, cuja conformação estabelecia-se na tarefa preliminar de expulsão dos Indígenas, apossamento das terras e ainda de sua escravização, em muitos casos, fazendo do índio capturado o escravo da lavoura e fazendas de criação.<sup>656</sup>

Voltando a análise do período em que trabalho a investigação, percebe-se que o processo de estabelecimento de expedições de captura, combate e afugentamento de indígenas teve características semelhantes em grande parte da América meridional e, concentrando-nos em regiões mais próximas a que estudamos, podemos pensar as expedições de guerra impelidas pelo governo da província de Buenos Aires contra os Ranqueles e Mapuches, onde as populações eram submetidas à guerra e ao cativeiro.<sup>657</sup> Podemos igualmente fazer analogia, se não de todo, pelo menos em parte, dos ocorridos com os índios Nakenuks no povoado de São José de Porto Alegre, na região do Mucuri do Poté, sudeste de Minas Gerais, principalmente em relação à compra e venda de crianças indígenas, chamadas de *Kurucas*. Conforme narrado por um cronista deste tempo, Teófilo Otoni, que assim escreveu:

São José de Porto Alegre era, em 1847, uma aldeia miserável, povoada em máxima parte pelos descendentes dos tupiniquins; município pobríssimo, sem agricultura e sem outro comércio senão o dos *Kurucas*.

<sup>654</sup> MONTEIRO, John. “Os Guarani e o Brasil meridional.” In: CUNHA, Manuela Carneiro. Op. Cit., p. 495.

<sup>655</sup> Visita do padre Antonio Rodrigues, 25 de janeiro de 1700, *Archivum Romanum Societatis Iesu*, Roma/ Brasília 10, f. 2v. Apud MONTEIRO, John, Idem.

<sup>656</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Editora Expressão popular, 2010, p. 34.

<sup>657</sup> División Gobierno nacional. *Índios. Partes de Combates, Tratados de Paz. Fronteras. 1818-1858*. Sala X. 5X. 27.7.6. Archivo General de La Nacion. Buenos Aires.



Cada um custava cem mil réis. E vinham ao mercado não só os prisioneiros de guerra feitos pelas tribos que ali comerciavam, como também os meninos dessas mesmas tribos, que lhe eram arrancados de mil modos.

Em 1848 o secretário da Câmara Municipal de São José de Porto Alegre, que falava bem a língua dos selvagens, internou-se pelas matas acompanhando a tribo do capitão Urufu, na intenção de fazer uma boa provisão de *kurucas*. Nunca mais apareceu, e supõe-se que tendo-se apropriado de alguns *kurucas*, os pais para reavê-los o assassinaram.<sup>658</sup>

### **A Lei de Terras, seu Regulamento e os Índios**

No início do século XIX até 1822, o governo português entendia que as terras ainda desocupadas, ou vazias, e como tal devolutas, pertenciam ao Rei, e mesmo as indígenas eram terras a serem possuídas pela guerra de conquista e, desta maneira, eram ou passariam a ser do domínio de *El Rey*. Quem ocupava a terra entrava no que o Direito Colonial vai entender como o *Uti Possidetis*, ou seja, a posse útil da terra. O Rei detinha o domínio sobre as propriedades e todas as terras, e como tal distribuía de acordo com sua vontade o direito à posse, que era denominado de Sesmaria ou regime Sesmarial de terras. Este regime de distribuição de terras cessa a partir de 1822, já na Regência de Dom Pedro, a partir daí não foram mais concedidas sesmarias, gerando um período onde a ocupação da terra passa a ser realizada sem uma norma, uma regra ou uma legislação que regulasse essas ocupações. Mas diante de um Império onde a vontade dos senhores donos de fazendas e estâncias eram determinantes, esse vazio legal atendia em cheio suas aspirações.

O Império vivia um plano de expansão territorial, seja para o interior e em direção as terras indígenas ou na guerra sobre o controle do estuário do rio Prata. Neste plano de expansão territorial em direção ao continente, as terras altas, e, em nosso caso, no rumo das terras indígenas de uma extensa região entre Campos Gerais, os Campos de

---

<sup>658</sup> OTONI, Teófilo. *Notícias sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 49-50.

Guarapuava, o Oeste de Santa Catarina, e os Campos de Cima da Serra de São Pedro. Acontecia uma ocupação militarizada, onde os Comandantes dos povoados, que iam se formando, determinavam a distribuição das terras e a ocupação dos Campos, como já demonstrei até aqui. Exemplos como o de Antonio da Rocha Loures que autorizou varias invasões, entre elas, a da sesmaria de Atalaia e o Campo do Pinhão, ou outros como Luciano Carneiro Lobo e Domingos Ignácio de Araujo.

Este vazio legal, esta ausência de uma regra, ao que parece, era um desejo de todos esses homens, pois era a força que mediava todas essas ações. Quem determinava se a posse era legal ou ilegal era a lei do mais forte, dentro de uma regra, na época segundo o entendimento geral, natural, baseado num principio chave, os donos naturais da terra são aqueles que a conquistam, os fortes e poderosos. A terra era do mais forte, daquele que conseguia fazer frente ao invasor. É claro que, nesse estado de coisas, os pobres e desvalidos do Império que ocupavam a terra, cuja única força era a do trabalho, e sem dispor de recursos para montar forças para demonstrar sua pseudo-legalidade natural, passam a se constituir como invasores. Assim, esse sistema político-militarizado e consubstanciado na força, acabava por determinar quem seriam os lavradores legalizados. Uma força que estava ao lado dos fazendeiros, que comandavam a política e a justiça local, e que se identificavam como posseiros desbravadores e pioneiros da colonização, cúmplices do desenvolvimento da Província. Assim, o mito que se gerava e permaneceria do posseiro invasor tinha apenas uma única face: a do pequeno posseiro.<sup>659</sup>

Em 1850, já no segundo reinado do Império, é promulgada uma legislação para regular a ocupação e a invasão das terras e acabar com o vácuo legal fundiário. A lei adotada pelo Império tinha, entre outras funcionalidades, determinar quais eram as terras devolutas, e adotava em seu artigo primeiro que a partir da sua publicação em 18 de setembro de 1850 ficavam proibidas as aquisições de terra devolutas por outro título que não seja o de compra. A historiografia se refere em geral a essa legislação como “Lei de Terras”, e os historiadores e sociólogos a entenderam como uma lei cuja meta básica era de proteger os interesses dos grandes proprietários.

---

<sup>659</sup> MOTTA, Márcia. “Posseiros no Oitocentos e a Construção do Mito Invasor no Brasil (1822-1850)”. In: ZARTH, Paulo e MOTTA, Márcia (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008, p. 100.

A partir de uma política de trabalho livre que já tinha ganho terreno na esfera imperial com a Lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico inter-atlântico de escravos em 04 de Setembro de 1850, mesmo mês e ano quando fora promulgada a Lei de Terras, estavam dispostas as bases para a colonização das terras devolutas, que prioritariamente deveriam ser montadas a partir da imigração estrangeira europeia para o Brasil; esse conjunto de leis de setembro, mês da dita independência, não foram publicadas por coincidência nesta época e ano, 1850, é como um ano marco, início de um longo período de governo e estas leis abriam o espaço necessário para o advento do que se entende como a grande migração, onde colônias de estrangeiros, como alemãs e italianas, principalmente, vão proliferar na ocupação das terras ditas devolutas, previstas na Lei de Terras.

Dentro desse viés, para o sociólogo José de Souza Martins, essa ascensão do trabalho livre não permitia um regime de terras livres, já que estariam à disposição destes homens uma grande possibilidade de também conquistar terras, e nesse sentido, a lei acabaria por criar no conjunto das terras devolutas, terras cativas que não estariam à disposição de homens e mulheres livres que dispusessem apenas de sua força de trabalho. Dentro da legislação imperial, o processo de legitimação da posse era campo aberto para os grandes proprietários-posseiros, mas era campo minado para os pequenos posseiros, cujos tramites e documentação por vezes era impossível de se conseguir dadas as condições que os órgãos locais de governo lhes impunham.<sup>660</sup>

Se a lei beneficiava tanto assim os grandes fazendeiros, porque esses silenciaram diante da lei, naquilo que José Murilo de Carvalho tratou como o veto dos barões?<sup>661</sup> É claro que se a lei os beneficiava, a sua inexistência ainda lhes tinha sido melhor, como bem já demonstrou Márcia Menendes Motta em estudos recentes de história agrária, e daí o silêncio dos Barões da terra.<sup>662</sup> Todavia, trabalhos recentes demonstram que este silêncio não era absoluto, pelo menos no Rio Grande do Sul, de acordo com Cristiano Luís Christillino<sup>663</sup>, os estancieiros, principalmente nas regiões de serra, planalto e missões, largamente

---

<sup>660</sup> MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

<sup>661</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ (Relume-Dumará), 1996.

<sup>662</sup> MOTTA, Márcia. Op. Cit.

<sup>663</sup> CHRISTILLINO, Luís Cristiano. Sendo senhor: eu Grilo. A desconstrução das cadeias sucessórias. In: MOTTA, Márcia. SECRETO, Maria Verônica.(Orgs.). *O Direito às Avessas: por uma história social da propriedade*. Guarapuava: UNICENTRO; Niterói, EDUFF, 2011.

utilizariam os processos de legitimação de terras para afirmação de suas posses.

A lei estava a favor dos fazendeiros, por outro lado, em suas brechas, também se permitia a possibilidade de legalização da posse de pequenos sitiantes, roceiros e lavradores, desde que estes mantivessem moradia habitual e a terra que requeriam deveria produzir alguma cultura agrícola efetiva. Mas essa população pobre, desvalida, entendida atualmente como “*os cablocos*” e que só dispõe de sua força de trabalho, nas regiões do Planalto e serra da Província de Santa Catarina como Campos Novos, Curitibanos e Lages, não participarão efetivamente deste processo onde alguns se beneficiavam do projeto imperial de desenvolvimento, e outros não. As terras que foram dadas aos colonos estrangeiros foram negadas e usurpadas de índios, mestiços e pobres de modo geral, que tentavam viver nas fronteiras meridionais.<sup>664</sup>

O Regulamento de Terras, Decreto nº1.318 de 1854, não viria mudar o quadro até aqui desenhado. As regras de ordenação da legitimação da terra dita devoluta, ocupada por posse mansa e pacífica, ou sesmaria era, na prática, um conjunto de documentos que deviam percorrer desde os registros paroquiais, a cartórios civis, e órgãos como a Repartição Geral das Terras Públicas, com suas Delegacias de Terras Públicas, e suas Inspetorias Especiais de Terras. Em uma estrutura na qual se movimentavam engenheiros, agrimensores, oficiais de cartório, párocos e juízes, e onde dificilmente acessavam os pobres sitiantes, roceiros e indígenas.<sup>665</sup>

Os povos originários, em geral, também foram vistos pelos estudiosos como populações que, com a Lei de terras em 1850 e a sua lei regulamentadora em 1854, sofreram com um avanço mais agressivo em direção às suas terras. Porém, é preciso dizer que esse avanço em direção às terras dos povos indígenas, nessa época, acontecia da mesma forma, é claro com suas especificidades, em boa parte dos países meridionais sul-americanos. A segunda metade do século XIX assistiu Ranqueles, Mapuches e Kaingang defendendo suas terras contra um avanço implacável de velhos e novos colonizadores, os velhos como os *hispanocriollos* e luso-brasileiros, e também novos com as colônias para instalação de imigrantes europeus. Na Argentina e no Brasil os índios

---

<sup>664</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República. (1854-1912). *ANAIS DO XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

<sup>665</sup> *Ibidem*.

lutavam pela terra, Kaingang, Ranqueles e Mapuches a seu modo reivindicaram seus campos. O chefe Calfucurá cinco meses antes de sua morte, em janeiro de 1873, encaminharia sua última carta, endereçada desta vez ao Presidente Domingo Faustino Sarmiento onde dizia: “*Nada sacamos matándonos unos a otros. Es mejor que vivamos como hermanos en una misma tierra. Pido a Usía que lo piense lo mismo, que Usía nada saca si nos hacen la guerra. Nosotros que somos los dueños de esta América, no es justo que nos dejen sin campo.*”<sup>666</sup>

No caso de dois dos mais expressivos líderes indígenas meridionais, como o Mapuche Calfucurá e o Kaingang Vitorino Condá, é possível se dizer que ambos lutaram por manter seus campos, ou pelo menos os que ocuparam na maior parte de sua vivência. Carhué e a imensidão das Salinas Grandes para Calfucurá, e uma extensa região que compreendia o oeste da província de Santa Catarina e sudoeste da Província do Paraná, no caso de Vitorino Condá. Igualmente, ambos os chefes, antes de sua morte, ainda buscavam preservar seus campos de morada. A lenda conta que as últimas palavras de Calfucurá no leito de morte 04 de junho de 1873 foram “*No entregar Carhué al huinca*”.<sup>667</sup> Por seu lado Vitorino Condá, e coincidentemente também meses antes de sua morte, vai empreender uma jornada em busca do reconhecimento de suas terras.

O que pretendo daqui pra frente é analisar mais esta última missão diplomática e política de Vitorino Condá e discutir como que essas populações indígenas fizeram frente ao problema que enfrentavam de manutenção de suas terras e em que medida estas lutas estiveram alicerçadas à lei de terras, seu regulamento e a uma política mais geral de terras do governo imperial brasileiro.

Nos fins de maio de 1869, Vitorino Condá, já com 64 anos, vai fazer sua última viagem a uma capital de província para levar ao Presidente uma pauta de reivindicações para seu povo, entre as quais a solicitação de terrenos para se estabelecerem, pois estavam morando em terras alheias; os índios solicitam também um ferreiro e um professor de primeiras letras.<sup>668</sup>

A ida de Condá para Curitiba foi avalizada pelo Diretor de Índios de Palmas, o Capitão Pedro Ribeiro de Souza que, em correspondência

<sup>666</sup> Sobre isto ver VALDEZ, Javier; BONATTI, Andrés. *Histórias Desconocidas de la Argentina Indígena*. Buenos Aires: Edhasa, 2011, p. 50.

<sup>667</sup> Idem, p. 35. “Huinca” é a expressão Mapuche utilizada para definir o invasor.

<sup>668</sup> Correspondência de Pedro Ribeiro de Souza Diretor do Aldeamento de Palmas ao Presidente da Província Antonio Augusto da Fonseca em 25 de maio de 1869. Fundo Administração Provincial, 307.10, p. 322-323. DEAP-PR.

informava a ida dos índios e que os mesmos não fossem impedidos de seguir para Curitiba.<sup>669</sup> Ao chegar dois meses depois em Curitiba com uma comitiva de 30 pessoas, a recepção por parte do governo, foi a princípio a comum para essas ocasiões, dar alojamento e procurar fazer com que voltem para seus aldeamentos o mais rápido possível. Assim procedeu o Presidente, informando o Delegado da Repartição das Terras Públicas e Colonização da Província do Paraná, Candido Rodrigues Soares de Meirelles, em 27 de julho de 1869, onde noticiava a apresentação dos índios de Condá com um guia do Diretor do aldeamento de Palmas, Pedro Ribeiro de Souza, e solicitando alojamento, e que o Delegado os fizesse regressar para Palmas o mais breve possível.<sup>670</sup>

Neste período, os assuntos relativos à catequese e civilização dos indígenas e colônias militares estavam a cargo da 5ª seção do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de acordo com o decreto de 29 de abril de 1868. Aliás, essa conotação de regular a questão indígena pelas Delegacias de Repartição das Terras Públicas, começa com a lei de terras de 1850, que foi quase que ausente nesse sentido, já que a única coisa que trazia sobre as terras indígenas estava em seu artigo 12 onde o governo reservaria, das terras devolutas, as que julgasse necessárias para a colonização dos indígenas.<sup>671</sup> Ou seja, as terras indígenas não existiam, todas as terras sem dono eram do Império brasileiro, já que as terras dos povos originários eram vistas como tal e ao Império cabia a decisão de distribuir as terras que julgasse convenientes aos índios.

No entanto, em 1854, o Decreto Regulamentador da Lei de Terras definiu melhor as condições para se estabelecerem reservas indígenas e traz alguns artigos com relação às reservas de terras para os índios, como podemos observar:

---

<sup>669</sup> Idem.

<sup>670</sup> Correspondência de Presidente da Província, Antônio Augusto da Fonseca, ao Delegado da Repartição das Terras Públicas e Colonização da Província do Paraná, Cândido Rodrigues Soares de Meirelles, 27 de julho de 1869. Fundo Administração Provincial, C 458, p. 379. DEAP.

<sup>671</sup> Lei nº 601 (Lei de Terras), de 18 de Setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil, Tomo XI, parte I. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1850, p. 307.

## Capitulo VI

### Das terras reservadas

Art. 72. Serão reservadas terras devolutas para colonização, e aldeamento de indígenas nos districtos, onde existirem hordas selvagens.

Art. 73. Os Inspectores, e Agrimensores, tendo noticia da existência de taees hordas nas terras devolutas, que tiverem de medir, procurarão instruir-se de seu gênero e índole, do numero provável de almas, que ellas contêm, e de sua facilidade, ou difficuldade, que houver para o seu aldeamento, e os meios de o obter; bem como a extensão de terra para isso necessária.

Art. 74. A vista de taes informações, o Director Geral proporá ao Governo Imperial a reserva das terras necessárias para o aldeamento, e todas as providencias para que este se obtenha.

Art. 75. As terras reservadas para colonização de Indigenas, e por elles distribuída, são destinadas ao seu usufructo; e não poderão ser alienadas, em quanto o Governo Imperial, por acto especial, não lhes conceder o pleno gozo dellas, ou assim o permitir o seu estado de civilização.<sup>672</sup>

A Lei e seu Regulamento trazem para as populações indígenas uma série de dificuldades para a obtenção legal de suas terras, já que existe em seu bojo uma verdadeira armadilha jurídica, pois a condição da população indígena está sempre em dúvida interpretativa. Se por um lado aos índios vistos como mansos ou civilizados não era permitido acessar as terras de aldeamento, por outro, dos índios bravos - as tais hordas selvagens - a terra era para usufruto, a propriedade definitiva em nome dos indígenas estava condicionada a um estado de civilização que deveriam atingir. Após a Lei de Terras e seu Regulamento, a questão indígena, a partir da década de 1860, saía da alçada do Ministério do Império, e se vinculava ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

---

<sup>672</sup> Decreto nº 1318 de 30 de Janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850- Lei de Terras e dá regulamento para a sua execução. Coleção das Leis do Império do Brasil, Tomo 17, parte 2, seção 6ª. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1854, p. 347.

Uma forma de ação política dos povos originários, diante das situações que eram colocadas pela ocupação e invasão não indígena, estava em se aproveitar das duplicidades da própria legislação. Com certeza por aí transitavam, e principalmente no caso de Vitorino Condá, que havia conseguido durante sua trajetória prestígio e respeito de índios e não índios. Condá, ao contrário de muitos indígenas que iam as capitais de província, falava o português, não só ele como muitos de seus tenentes. Somado ao fato que, contando com a população Kaingang em Palmas sob o comando de Veri e mais o seu grupo nas terras do Chapecó, formavam um contingente de mais de 300 índios. Com um grupo guerreiro de quase 100 pessoas, o que diante das minúsculas forças militares que operavam em Palmas e Guarapuava,<sup>673</sup> era uma ameaça considerável e, como tal, Condá recebia o que a maioria das lideranças não conseguia: respeito, ser ouvido e ter suas reivindicações atendidas.

A ida de Condá a Curitiba gerou uma mobilização de autoridades que englobavam entre outras o Diretor de Índios, o Diretor Geral dos Índios, um Juiz Comissário, o Delegado da Repartição das Terras Públicas, o Presidente da Província do Paraná e o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, como veremos a seguir.

A princípio o Presidente da Província, Antonio Augusto da Fonseca, encaminha a burocrática recomendação que não se repitam as viagens do cacique Vitorino Condá a Curitiba, que de nada servem para a catequese<sup>674</sup>, mas isso foi nos primeiros dias de Vitorino Condá em Curitiba. Após suas possíveis entrevistas com o governo, a partir do dia 29 de julho o Presidente da Província disparou uma série de ofícios para diversas autoridades. Ao Delegado da Repartição das Terras Públicas e Colonização da Província do Paraná, Candido Rodrigues Soares de Meirelles, autorizava a compra de objetos solicitados pelo cacique Vitorino Condá, desde que se despenda a quantia máxima de 200 mil réis.<sup>675</sup> Os objetos solicitados por Condá não eram apenas os brindes como quinquilharias de vidro, algumas roupas usadas e uma que outra

---

<sup>673</sup> Correspondência de José Segundino Lopes de Gomensoro Juiz de Direiro da Comarca de Guarapuava ao Vice-Presidente da Província do Paraná, Agostinho Ermelino de Leão, 17 de outubro de 1870. Fundo Administração Provincial, AP 315, p. 189-190. DEAP-PR

<sup>674</sup> Correspondência do Presidente da Província Antonio Augusto da Fonseca a Pedro Ribeiro de Souza, Diretor do Aldeamento de Palmas em 26 de Julho de 1869. Fundo Administração Provincial, C 458, p. 380. DEAP-PR.

<sup>675</sup> Correspondência do Presidente da Província Antonio Augusto da Fonseca ao Delegado da Repartição das Terras Públicas e Colonização da Província do Paraná, Cândido Rodrigues Soares de Meirelles, 29 de julho de 1869. Fundo Administração Provincial, C 458, p. 386. DEAP-PR.



ferramenta. Os objetos solicitados por Condá poderiam ser orçados até em 200 mil réis, uma quantia razoável em termos de mercadorias que poderiam ser compradas. Em outro documento ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim Antão Fernandes Leão, em 31 de Julho de 1869, informava a situação dos Índios de Palmas liderados pelo cacique Vitorino Condá, que solicitam terrenos próprios, um ferreiro e um professor de primeiras letras e pedia “*providencias para que se crie um aldeamento para esses índios.*”<sup>676</sup>

As solicitações de Condá além de ferramentas, tecidos, pólvora, armas, incluíam a demarcação de suas terras que haviam sido usurpadas por fazendeiros, um ferreiro e um professor de primeiras letras. Com relação à solicitação de um ferreiro fazia parte de um contexto onde esse tipo de profissional era necessário e muito requisitado por todos. Um bom ferreiro fazia desde as rodas das carroças, ferramentas agrícolas, os equipamentos de montaria até a confecção de armas, atividade laboral importante na sociedade da época, indígena ou não. O pedido de terras e de um mestre-escola está vinculado à condição de semi-mansos dos índios de Condá, que se enquadrava dentro do que previa o Regulamento de Terras, já que eram, segundo este entendimento, “*hordas selvagens*” e, por outro lado, o adiantado grau de civilização que já alcançavam seus comandados, já que falavam português, ou pelo menos dentro daquilo que previa e entendia as leis do Império, permitiam que adiantassem também um processo de gozo pleno das suas terras, e aí a cartada de pedir um professor de primeiras letras.

Dentro da temática das terras indígenas, o presidente encaminha também correspondência a Francisco Ferreira da Rocha Loures, Diretor Geral dos Índios na Província do Paraná, e solicitava as informações sobre terrenos supostamente usurpados, segundo reclamações dos índios sob o comando do cacique Vitorino Condá.<sup>677</sup> As Terras de Palmas e de Chapecó foram paulatinamente invadidas e usurpadas de Condá e seus comandados, entre outros, por grandes fazendeiros posseiros, como o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, e que legalizavam suas posses de forma mais fácil já que operavam como cúmplices do aparelho de Estado.

---

<sup>676</sup> Correspondência do Presidente da Província Antônio Augusto da Fonseca ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim Antão Fernandes Leão, 31 de Julho de 1869. Fundo Administração Provincial, AP 308, p.64-65. DEAP-PR.

<sup>677</sup> Correspondência do Presidente da Província Antônio Augusto da Fonseca ao Diretor Geral dos Índios da Província do Paraná, Francisco Ferreira da Rocha Loures, 31 de julho de 1869. Fundo Administração Provincial, C 458, p. 389. DEAP-PR.

O Presidente da Província ainda encaminhou outro ofício a Pedro Ribeiro de Souza, Diretor de Índios em Palmas, acusando o recebimento de seu ofício que participava a vinda de Curitiba dos índios sob o comando de Vitorino Condá. O Presidente informou que já levou ao conhecimento do governo imperial suas reclamações pela demarcação de terras, a demanda de um professor de primeiras letras e um ferreiro; mas acrescentava a reprimenda de sempre para não permitir que os índios empreendam tais viagens, por não beneficiar a catequese e só faziam com que continuassem como errantes.<sup>678</sup>

O Presidente da província do Paraná, em relatório de seu governo durante o ano de 1869, assim descreveria os acontecimentos com a ida de Condá a capital:

#### **Índios de Palmas**

Apresentou-se nesta capital o cacique Victorino Condá com 30 índios, trazendo um ofício do respectivo director Pedro Ribeiro de Souza, em que reclamava que se lhes dessem terras, que não tinham, um ferreiro e um mestre escola.

Exigi a respeito, em data de 31 de julho, informações minuciosas do Director Geral dos Índios que ainda não as deu. Dirigi-me ao mesmo tempo ao Ministério da Agricultura pedindo providencias sobre a concessão de terras sem a qual não podem ser satisfeitos os outros pedidos.

A criação de uma escola pode ser feita pela Assembléa Provincial independente de intervenção do Governo Geral e estou convencido que a Assembléa attenderia devidamente aos interesses da Provincia se a fizesse.

Estes índios são os mais adiantados que vi na Provincia, posto que ainda o seu estado seja o da barbárie.

Exprimen-se em portuguez todos os maiores, o que não se dá nos outros que tem

---

<sup>678</sup> Correspondência de Presidente da Província Antonio Augusto da Fonseca a Pedro Ribeiro de Souza, Diretor dos Índios de Palmas, 31 de Julho de 1869. Fundo Administração Provincial, C 458, p. 391. DEAP-PR.

vindo a esta capital, durante a minha administração.<sup>679</sup>

O Ministro da Agricultura, em resposta às indagações do Presidente da Província do Paraná, ordena que seja nomeada pessoa habilitada para exercer as funções de Juiz Comissário da Freguesia de Palmas, a fim de medir e demarcar o terreno para estabelecimento dos índios que acompanham o Capitão Vitorino Condá.<sup>680</sup> O Presidente da Província, por sua vez, nomeia o Engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho para o cargo de Juiz Comissário do Município de Guarapuava e faz recomendações para que o mesmo se esforce para fazer prosperar o aldeamento de Palmas, sob a direção do Capitão Pedro Ribeiro de Souza. O Presidente determina ainda ao Capitão Pedro Ribeiro que procure nas vizinhanças um sacerdote brasileiro ou português para servir de Capelão e Professor de primeiras letras neste aldeamento.<sup>681</sup>

Ao que tudo indica a pauta de reivindicações de Vitorino Condá com relação à demarcação das terras, e de se conseguir um professor de primeiras letras estava sendo cumprida. Com relação ao ferreiro, o próprio capitão Pedro Ribeiro de Souza fez coro ao pedido de Vitorino Condá, em solicitação encaminhada ao Diretor Geral dos Índios da Província que respondeu que, antes que seja enviado um ferreiro, é necessário organizar o aldeamento e transferi-lo para um local mais apropriado.<sup>682</sup>

No Relatório do Presidente da Província Antonio Luis Affonso de Carvalho, em início de 1870, assim foram descritos estes acontecimentos:

---

<sup>679</sup> Relatório apresentado ao exmo senhor Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo excelentíssimo Ex-Presidente Antonio Augusto da Fonseca, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná, 05 de dezembro de 1869, p. 17-18. Índios. Curitiba, Tipografia de Candido Martins Lopes, 1869.

<sup>680</sup> Correspondência do Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim Antão Fernandes Leão, ao Vice-Presidente da Província do Paraná, Agostinho Ermelino de Leão, 30 de setembro de 1869. Fundo Administração Provincial, C270, p. 269. DEAP-PR.

<sup>681</sup> Ofício do Presidente da Província do Paraná, Antonio Luís Affonso de Carvalho, ao Diretor dos Índios de Palmas, Pedro Ribeiro de Souza, 10 de dezembro de 1869. Fundo Administração Provincial, C458, p. 526. DEAP-PR.

<sup>682</sup> Ofício de Francisco Ferreira da Rocha Loures Diretor geral dos índios da província do Paraná ao presidente da província Antonio Luiz Affonso de Carvalho em 12 de fevereiro de 1870. Fundo Administração Provincial, AP 327, p. 182. DEAP-PR.

### Aldeamento de Palmas

Para estabelecer regularmente o aldeamento de Palmas recomendei em execução do aviso de 30 de setembro ultimo ao respectivo Director Pedro Ribeiro de Souza e ao Director Geral que, de acordo com o juiz commissário nomeado para o Município de Guarapuava, assentassem na escolha conveniente do terreno para distribuir-se aos indios e dos meios mais acertados á empregar-se para a sua permanência. Exigi também informações sobre a melhor maneira de ter alli um sacerdote e um professor e também um ferreiro, que é muito reclamado.

Em outro logar trato deste núcleo que pode ser aproveitado nas vizinhanças de uma freguesia importante.

Ao juiz commissario, há pouco nomeado vou de novo recommendar, que parta para esse logar a escolher, medir e demarcar o terreno necessário. Estes indios dão mostras bem significativas de quererem abraçar a vida civilizada. É conveniente que crieis alli uma escola. É auxílio, que a Província pode prestar e pelo qual talvez se consiga chamar para o aldeamento alguns moradores civilizados, com quem os índios travem relações, por isso que em numero de 30 já vieram no anno passado á esta capital, capitaneados pelo cacique Victorino Condá e portaram-se bem.<sup>683</sup>

Conforme o Governo, os índios comandados por Vitorino Condá eram índios que se portavam bem, que queriam abraçar a vida civilizada e ainda mereciam uma escola, um ferreiro e que deveria ser demarcado um terreno para seu aldeamento. Mas a continuidade destes empreendimentos com certeza ficou à deriva, pois em Chapecó faleceu Vitorino Condá no ano de 1870, aos 65 anos. Por coincidência, Condá morreu um ano após o início de sua última viagem, dia 25 de maio. Sua

---

<sup>683</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 1ª sessão da 9ª legislatura pelo Presidente Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1870. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1871, p. 47.

morte seria comunicada dois meses depois ao Presidente da Província pelo Capitão Pedro Ribeiro de Souza.<sup>684</sup>

Com a morte de Vitorino Condá, fazendeiros e sitiantes continuam seu projeto de ocupação, invasão e usurpação de terras indígenas, como o fazendeiro Joaquim José Gonçalves. Os filhos de Vitorino Condá temendo perderem seu lugar de morada viajam à capital Curitiba para exigir seus direitos sobre as terras de seu pai. O governo da Província, por sua vez, informou em correspondência a Francisco Ferreira da Rocha Loures que já tinha oficiado ao Juiz Municipal e de Órfãos de Guarapuava para que o mesmo garantisse o direito que têm os filhos do falecido Cacique Vitorino Condá aos terrenos por ele deixados, dos quais quer se apossar Joaquim José Gonçalves.<sup>685</sup>

Os filhos de Condá além de pedirem por suas terras, também buscavam o recebimento dos tais brindes que eram distribuídos pelo governo, que ajudavam de certa forma a ingressar alguns gêneros de necessidade a manutenção do grupo que ficava em Chapecó. O governo fez a distribuição dos brindes e pagou a estadia do grupo dos filhos de Condá enquanto esses permaneceram na capital Curitiba expedindo ordens para o Delegado da Repartição das Terras Públicas para o pagamento das despesas com alimentação dos 14 índios de Palmas que estiveram em Curitiba, bem como das despesas com a compra de brindes e ferramentas aos mesmos.<sup>686</sup> Mais uma vez essa sequência de acontecimentos foram relatadas pelo governo como demonstro a seguir:

O cacique Victorino Condá, chefe dos índios mansos aldeados em Palmas, e a quem se abonava a gratificação de 30\$000 mensaes pelos bons serviços que prestava, falleceu no dia 25 de maio findo.

Um de seus filhos, acompanhados de alguns companheiros de sua tribu, dirigiu-se a esta capital pedindo providencias que garantissem-lhe o direito que tem aos terrenos

<sup>684</sup> Correspondência de Pedro Ribeiro de Souza, Diretor do aldeamento de Palmas ao Vice-Presidente da Província, Agostinho Ermelino de Leão, 03 de julho de 1870. Fundo Administração Provincial, AP 338327, p. 182. DEAP-PR.

<sup>685</sup> Correspondência do Vice-Presidente da Província do Paraná, Agostinho Ermelino de Leão ao Diretor Geral dos Índios, Francisco Ferreira da Rocha Loures, 16 de agosto de 1870. Fundo Administração Provincial, C458, p. 136. DEAP-PR.

<sup>686</sup> Correspondência do Vice-Presidente da Província do Paraná, Agostinho Ermelino de Leão ao Delegado da Repartição das Terras Públicas, Candido Rodrigues Soares de Meirelles, 19 de agosto de 1870. Fundo Administração Provincial, C458, p. 145. DEAP-PR.

deixados pelo dito cacique, visto pretender apossar-se delles o individuo de nome Joaquim Jose Gonçalves.

Dei ordem ao juiz municipal e de orphãos do termo de Guarapuava e ao Brigadeiro Diretor Geral dos Índios para que não consentisse em semelhante abuso.

Os índios voltaram satisfeitos para o aldeamento tendo também recebido alguns brindes que pediram.<sup>687</sup>

Tudo indica que o povo de Vitorino Condá, agora comandado por seus filhos, permaneceu nas terras de seu pai, e estas foram sendo utilizadas dentro da reserva prevista na legislação de terras do Império. Analisando as possibilidades de ações e estratégias dos Kaingang, pode-se concluir: quando a existência de uma legislação para a ocupação de terras é prejudicial aos indígenas, a sua ausência tem se demonstrado em uma realidade muito mais atroz. Se comparamos com o que aconteceu nos pampas da Argentina, com a chamada *Carhué*, coração das Salinas Grandes, a terra pela qual Calfucurá lutou e morreu que foi repartida entre os principais terratenentes de Buenos Aires e membros da Sociedade Rural, entidade que havia financiado grande parte das campanhas militares contra os indígenas. Somado a isto, o fato de que depois da guerra seu filho, a quem pedira para não entregar Carhué ao Huinca, chamado Manuel Namuncurá, uma vez derrotado, conjuntamente com muitos de seus lanceiros passaram a formar parte do Exercito Nacional Argentino.<sup>688</sup>

Seis meses depois da morte de Calfucurá, sua tumba foi profanada em Salinas Grandes e seus restos mortais foram levados para Buenos Aires. Desde então, e até os dias atuais, os herdeiros de Calfucurá vêm realizando gestões para lograr que seus restos, que ainda permanecem retidos nos depósitos do Museu de la Plata, sejam transladados para a Província de Neuquén.<sup>689</sup>

---

<sup>687</sup> Relatório apresentado ao Excelentissimo senhor Presidente Dr. Venâncio Jose de Oliveira Lisboa pelo exmo senhor Vice-Presidente, Dr Agostino Ermelino de Leão, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná, 24 de dezembro de 1870. Curityba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1871, p. 19, indios.

<sup>688</sup> BONATTI, Andrés y VALDEZ, Javier. *Historias desconocidas de la Argentina indígena*.

Op. Cit., p. 51.

<sup>689</sup> Idem.

Desta forma, no Brasil Imperial, os aldeamentos, as reservas de terras devolutas para a colonização dos indígenas (como preconizava a Lei de Terras e seu Regulamento), e a própria legislação de forma mais geral, mesmo diante de todo um processo de espoliação e usurpação, foram lugares não só de domínio das populações invasoras e ocupacionistas diante de povos originários submetidos. Foram os aldeamentos e a legislação existente que permitiram, em muitos casos (ou em quase todos), as terras que até hoje pertencem aos Kaingang.

Através das políticas de aldeamento, alguns grupos indígenas conseguiram a sobrevivência apesar de todas as ações, atividades, e inúmeras expedições e campanha contra essas populações, de todas as intenções de caça, aprisionamento e cativo. E, em alguns casos, o reconhecimento de determinados espaços territoriais como seus. Nesse período em que se promulgou o Regulamento das missões e a Lei de terras e seu regulamento, foi acentuado, mais uma vez, as ações políticas dos povos originários, que atuavam dentro da legislação e fora dela, se não dominavam totalmente a política e as estratégias jurídicas dos invasores e não indígenas tiravam proveito delas em suas possibilidades de interpretação, e encaminhavam a luta por seu espaço territorial que permitisse criar as próximas gerações e afirmar a continuidade de sua cultura e de seu povo.

## ALGUMAS CONCLUSÕES

Por volta das seis horas chegaram os pistoleiros. Os homens entraram em fila já chamando pelo Nísio. Eles falavam segura o Nísio, segura o Nísio. Quando Nísio é visto, recebe o primeiro tiro na garganta e com isso seu corpo começou a tremer. Em seguida levou mais um tiro no peito e na perna. O neto pequeno de Nísio viu o avô no chão e correu para agarrar o avô. Com isso um pistoleiro veio e começou a bater no rosto de Nísio com a arma. Mais duas pessoas foram assassinadas. Alguns outros receberam tiros, mas sobreviveram. Atiraram com balas de borracha também. As pessoas gritavam e corriam de um lado para o outro tentando fugir e se esconder no mato. As pessoas se jogavam de um barranco que tem no acampamento. Um rapaz que foi atingido por um tiro de borracha se jogou no barranco e quebrou a perna. Ele não conseguiu fugir junto com os outros então tiveram que esconder ele embaixo de galhos de árvore para que ele não fosse morto.

Outro rapaz se escondeu em cima de uma árvore e foi ele que me ligou para me contar o que tinha acontecido. Ele contou logo em seguida. Ele ligou chorando muito. Ele contou que chutaram o corpo de Nísio para ver se ele estava morto e ainda deram mais um tiro para garantir que a liderança estava morta. Ergueram o corpo dele e jogaram na caçamba da caminhonete levando o corpo dele embora.<sup>690</sup>

\*\*\*\*

O relato acima bem que poderia ser no início do século XIX, como o leitor deve estar pensando, mas não é, aconteceu no início do século XXI na cidade de Amambaí no Mato Grosso do Sul, que vivenciou em 18 de novembro de 2011, mais um caso de massacre à população indígena Guarani Kaiowa. Como forma de protesto, os alunos indígenas da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) - Unidade de Amambaí, através da divulgação pela professora e antropóloga Aline Crespe, escreveram uma carta contando os detalhes do acontecimento, e este relato acima faz parte dessa carta. As informações contidas na carta foram recebidas por pessoas que estavam

---

<sup>690</sup> Carta dos Estudantes Guarani e Kaiowa dos cursos de ciências sociais e história e moradores da aldeia de Amambaí e encaminhada à rede mundial de computadores pela antropóloga Aline Crespe em email enviado por Flavia Carolina da Costa Flaviacarolinac@yahoo.com.br e divulgado no GT Índios na História organizado por John Monteiro.



no acampamento na hora do massacre e que são alunos nos Cursos de Ciências Sociais e História.

O relato faz parte de mais uma situação de violência contra um grupo indígena acampado em uma área em litígio e a espera da continuidade do processo de regularização fundiária da terra indígena no Brasil do início do século XXI. O acampamento se localiza em Amambaí, sul de Mato Grosso do Sul, a menos de cem quilômetros da fronteira com o Paraguai. A área esta inserida no conjunto de terras indígenas que deverão ser demarcadas no Mato Grosso do Sul. O processo de identificação destas áreas começou em 2007 e desde então vem sido repetidamente interrompido pelos conflitos políticos que o envolve. Enquanto isso, repetidos atos de assassinatos contra grupos indígenas que aguardam pela identificação e demarcação destas áreas vem ocorrendo.

Desde o início do século XIX, onde começamos nossa investigação, até esse ocorrido, é um arco bicentenário, cujas cordas que o compõem, continuam a ser tensionadas pelas mesmas forças estruturais, quer queiram ou não os estudiosos. As formas de luta dos povos originários mantêm algumas similitudes, mesmo dentro das diferenças mais óbvias. Os povos do planalto meridional, como demonstrei até aqui, mantiveram uma luta continua pela manutenção de suas culturas e de seus territórios, e com os Kaiowa do Mato Grosso do Sul em 2011 não foi diferente, como se pode ver na continuação da carta que segue:

Nós estamos aqui reunidos para pedir união e justiça neste momento.

Afinal, o que é o índio para a sociedade brasileira?

Vemos hoje os direitos humanos, a defesa do meio ambiente, dos animais. Mas e as populações indígenas como vêm sendo tratadas?

As pessoas que fizeram isso conhecem as leis, sabem de direitos, sabem como deve ser feita a demarcação da terra indígena, sabem que isso é feito na justiça. Então porque eles fazem isso? Eles estão acima da lei?

O estado do Mato Grosso do Sul é um dos últimos estados do Brasil, mas é o primeiro em violência contra os povos indígenas. É o estado que mais mata a população indígena. Parece que o nazismo está presente aqui. Parece que o Mato Grosso do Sul se tornou um campo de

fuzilamento dos povos indígenas. Prova disso é a execução do Nísio. Quando não matam assim matam por atropelamento. Nós podemos dizer que o estado, os políticos e a sociedade são cúmplices dessa violência quando eles não falam nada, quando não fazem nada para isso mudar. Os índios se tornaram os novos judeus.

E onde estão nossos direitos, os direitos humanos, a própria constituição? E nós estamos aí sujeito a essa violência. Os índios vivem com medo, medo de morrer. Mas isso não aquieta a luta pela demarcação das terras indígenas. Porque Ñandejara está do lado do bom e com certeza quem faz a justiça final é ele.<sup>691</sup>

De acordo com a carta, mesmo diante de tantos percalços, e de uma vida ameaçada, os Kaiowa não desistem de lutar pela demarcação das terras indígenas. Lutas essas que no caso do Planalto Meridional, que já tinha se iniciado nos séculos anteriores, tem seu auge no início do século XIX com a chegada da expedição de conquista dos Campos de Guarapuava, que exatos dez anos depois em 1820, tinha alcançado seu objetivo. Os campos haviam sido conquistados e o butim de guerra, os índios aprisionados e mesmo aqueles que apenas se renderam, conjuntamente com suas terras foram distribuídos entre moradores das vilas e povoados. Assim tinha início a história da expansão luso-brasileira no Planalto Meridional, uma história, que ia perdurar durante todo o século XIX.

Durante todo o século XIX, permaneceu na maioria das vezes, com relação aos indígenas aprisionadas em expedições, o cativo como resultado imediato e um comércio principalmente com a venda de mulheres e crianças. O estabelecimento de uma intrincada rede de beneficiários das expedições e das atividades de guerra e caça aos indígenas na fronteira Sul de São Paulo Provincial e o fato irremediável de convivência com um Brasil Imperial e escravista, onde através do imperativo dos chamados *usos e costumes da terra*, ou ainda dentro de um *uso e praxe na conformidade dos costumes antigos*, os indígenas continuariam a ser usados na condição de cativo como mão de obra nos Caminhos do Sul do Brasil. Entre outras histórias as do fortim Atalaia,

---

<sup>691</sup> Ibidem

que virou aldeamento e seus momentos finais, e com ele o fim da missão do Padre Francisco das Chagas Lima. Dentro desse quadro, um dos personagens históricos que vai se sobressair (no sentido de uma frequência nas fontes) é Vitorino Condá. Condá estabeleceu alianças com autoridades de um grande território, tinha influencia sobre uma boa parte de lideranças Kaingang. Para continuar como uma forte liderança, se utilizou repetidas vezes do recuo estratégico, em um primeiro momento, quando de sua primeira retirada nos anos vinte, seguiu os passos de Hipólito Condói, e se refugiou nos campos do Pinhão, já nos anos trinta, com a ocupação dos campos do Pinhão pelos fazendeiros, retira-se para os campos de Palmas. Na década de quarenta mais uma vez com o avanço sobre estes pastos pela ambição dos fazendeiros, retirou-se para os campos de Chapecó, onde em contato com lideranças da província vizinha de São Pedro, manteve um domínio sobre uma grande população indígena, e aí permaneceu até seu falecimento em 1870.

Em todo esse período em que investigamos, se promulgaram leis como o Regulamento das Missões, a lei dos Órfãos e a Lei de Terras e seu Regulamento, e mesmo diante de uma legislação, nem sempre benéfica, e apesar de todas as ações, as atividades, e as inúmeras expedições, e de toda a campanha contra as populações indígenas, de todas as intenções de caça e aprisionamento, da expansão territorial dos colonizadores, das violências, da escravidão e do cativo, os indígenas desenvolveram estratégias de convivência, de alianças, de negociação, e de auxílio mútuo em relação aos luso-brasileiros.

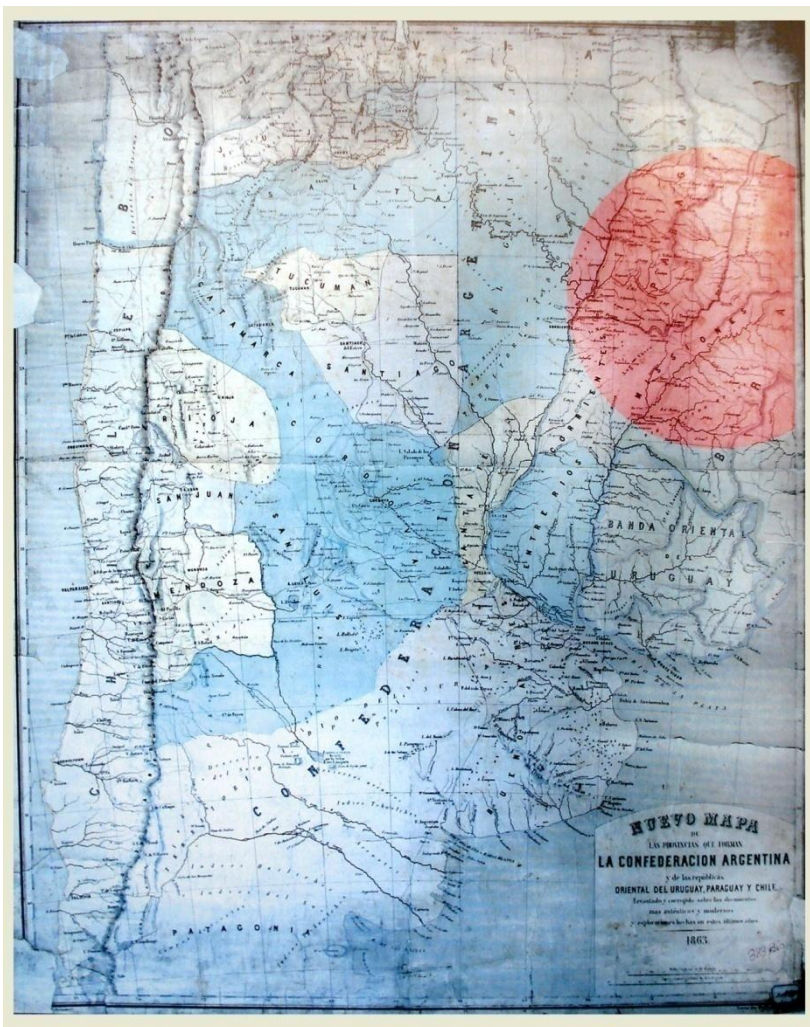
A história indígena está em franca vitalidade, e a guerra que se protagonizou contra os povos originários pode e deve ter seus estudos intensificados, até porque sempre se afirmou de forma equivocada, com letras grandes de sua impossibilidade, dado a ausência das fontes (embora muitos estudiosos como John Monteiro e Beatriz-Perrone Moisés, já tinham alertado para a multiplicidade de fontes espalhadas pelos diversos arquivos do Brasil). Minha pesquisa foi de encontro à perspectiva da guerra e do conflito, e de uma fronteira de guerra, que não desejava um encontro de dois mundos em seu isolamento, onde aparece um bloco monolítico invasor e equivocadamente chamado de brancos e de outro um bloco chamado índios, um primeiro opressor e um segundo ou vitimizado ou guindado a heróica resistência. Minha intenção foi apenas uma, através da leitura do maior número possível de fontes sobre o período que investiguei, demonstrar que estes mundos são atravessados pelo movimento e pelo deslocamento entre essas fronteiras, e que mesmo no conflito, e na guerra, é possível identificar atitudes,

ações, e estratégias, alianças e negociações que forjaram esse encontro, e que os povos originários atuaram das mais diversas formas mesmo diante de um processo de coerção excessiva.

No Brasil, as populações indígenas durante a primeira metade do século XIX sofreram um processo de avanço em direção às suas terras ancestrais de morada, com o cativo e escravidão como uma de suas consequências mais nefastas. E não foi diferente em relação aos grupos indígenas combatidos pelo governo provincial de São Paulo em sua fronteira Sul. Por outro lado, essas populações mantiveram estratégias, táticas e técnicas, de aliança e conflito, de sobrevivência e permanência de identidade e do seu modo de vida: um seminomadismo, de vivência em uma região territorial que tinha suas limitações, como definem os antropólogos e etnohistoriadores, ou o *Sistema Errante das Mattas*, como assim era chamado pelos invasores de seus territórios.

## ANEXOS

## 1. Mapa da Confederação Argentina em 1863 e província de Misiones.



Fonte: Setor de mapas de La Biblioteca de La Nación, Buenos Aires. No mapa está assinalado em alguns lugares Território Índio. Adaptação e destaque da província de Missões (círculo vermelho) por SPINA, Tiago, 2012.

## 2. Mapa da Província do Paraná no Império. (1864)



Fonte: Seção de Mapas do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro - RJ. Série 776.2-9G

## Anexo 3A



Anexo 3B





## ARQUIVOS E FONTES

### **Museu do Índio, Rio de Janeiro – RJ:**

Documentos audiovisuais e Iconográficos BRMISPIDASEVI11001-11009/ Álbum de Contato SPI 11004, 01-02. Duas Imagens- *Violência Contra Índios*. Fundo/série/subsérie: Serviço de Proteção aos Índios/documento audiovisual/Seção de estudos/Violência contra Índios. 1 contato, P&B, 35 mm. Reprodução fotográfica, possivelmente de relatórios do SPI (não identificado). Álbum organizado pela seção de Estudo que informa ser o texto original das fotografias.

### **Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – RJ:**

Livros da Secretaria do Estado com as ordens do Conde de Linhares aos capitães gerais e conselheiros das províncias do Brasil. Capitania de São Paulo 1808 – 1813 – N. 1 –

*Livros da Secretaria do Estado com as ordens do Conde de Linhares aos Capitães Gerais e Conselheiros das Províncias do Brasil*. Capitania de São Paulo, 1813 – 1818 – N. 3 .

### **Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, São Paulo –SP:**

Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Castro e Guarapuava (1822-31). Caixa 192, ordem 987.

Série manuscritos, Ofício diversos de Guarapuava (1824-53). Caixa 230, ordem 1025.

Seção Manuscritos, Ofícios Diversos de Itapeva da Faxina (1823-38). Caixa 217, ordem 1012.

Seção manuscritos, Of. Div. Itapetininga (1822-29). Caixa 259, Ordem 1054.

Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Curitiba (1822-1830). Caixa 205, ordem 1000.

Série Manuscritos. Ofícios Diversos de Castro (1831-40). Caixa 193, ordem 0988.

Série Manuscritos. Correspondência dos Presidentes da Província. Diretoria geral dos Índios (1845-73). E00733.

### **Documentos Interessantes para a História dos Costumes de São Paulo- DIHCSP:**

Sessão 29<sup>a</sup> do Conselho Geral da Província de São Paulo, 1 de setembro de 1821. V. 1, 3<sup>a</sup> edição, 23 de maio de 1822. São Paulo: Cardozo e filho, 1913.

Sessão 28<sup>a</sup> do Conselho Geral da Província de São Paulo, 29 de agosto de 1821. V. 1, 3<sup>a</sup> edição, 23 de maio de 1822. São Paulo: Cardozo e filho, 1913.

Alvará Régio de 04 de Abril de 1755. Volume III. Diversos. 3<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Tipografia Cardozo Filho, 1913, p. 36-39.

Sessão do Conselho Geral da Província de São Paulo em 05 de fevereiro de 1832. *Boletim*. V. 15. Atas do Conselho da Província de São Paulo, anos 1829-32. 1961, p. 203-204. (23 de maio de 1822). Volume I, 3<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Tipografia Cardozo Filho e Cia, 1913, p. 46-49.

MASCARENHAS, D. Francisco de Assis. Proclamação Convidando os Milicianos para Entrarem Voluntariamente na Organização dos Corpos de Voluntários de Milícias a Cavalos Destinados para Marcharem para o Sul (1817). 1963. Vol. 88, p. 82-83.

PEREIRA, D. Mateus de Abreu. Requerimento para o Tenente Antônio da Rocha Loures, Comandante Interino do Povoamento de Guarapuava (1818). 1963. Vol. 88. p. 98-99.

\_\_\_\_\_. Ordem Para o Tenente Antônio da Rocha Loures. (1818). 1963. Vol. 88, p. 188.

PORTARIA Para se Prover da Real Fazenda Mandar Assistir com Chumbo que Precisar o Coronel Francisco Pinto para a Expedição que Vai ao Tibagi (1767). 1940. Vol. 65, p. 157.

**Departamento de Arquivo do Estado do Paraná- DAEP – Curitiba  
(PR)**

*Fundo Administração Provincial:*

DGI. 36, Cx 20, AP27.3.227.

DGI. 38, Cx 20, AP28.4.121. Volume quatro, p. 23.

PJU.1530, Cx 19, AP34.10.31.

GPR.Cpa, Cx 2, AP52.3.44.

Cx 3, AP77.10.178-179.

Cx 3, AP79.12.113.

GPR. Cpa,

Cx131. 98, volume 1.

AP 131.2.246. Volume 2, 307.10.

Cx 458.

AP 315, AP 308.

Cx270.

AP 338327.

**Coleção de mapas**

CAMPOS de Guarapuava. MO 41, gaveta C, 1771.

CARTA Geográfica de la Provincia de Corrientes y Parte de la Republica del Paraguai. MO 88, gaveta E, 1849.

CONFINS do Brasil com Terras da Coroa Espanhola na América Meridional. MO 51, gaveta D, 1749.

PLANO General del Territorio en Litígio Entre la Republica Argentina y el Império del Brasil. M 114, s/d.

**Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) - Rio de Janeiro (RJ):**

AUTO de Fundação da Freguesia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Rio de Janeiro: IHGB, lata 05, doc. 07, 1819.

MOURÃO, D. Luís Antônio de Souza Botelho (Morgado de Mateus). Ofício ao Marquês de Pombal Informando Sobre as Conquistas do Tibagi, Iguatemi e Guarapuava. Rio de Janeiro: IHGB, lata 110, doc. 08, 1772.

PINTO, Antônio Corrêa. Notícia do Caminho Certo de São Paulo Para Viamão. Rio de Janeiro: IHGB, lata 103, pasta 2, doc. 2, 1766.

SILVA, João Floriano. Súplica e Informações Sobre os Campos de Curitiba e Guarapuava. Rio de Janeiro: IHGB, lata 66, pasta 18, 1808-1816.

**Arquivo Nacional (AN) – Rio de Janeiro (RJ):**

CARAVELAS, Antônio Luis Afonso. Nomeação de Engenheiro para o Cargo de Juiz Comissário de Guarapuava. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Agricultura, SDE, DB, DEP 311, cx. 26, 1869.

*Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Códices Diversos, SDE, código 477, vol. 1, 1818-1830.

Secretaria do Governo da Província de São Paulo - *Fundo Registro de Ordem Régias e Avisos Ministeriais relativos à Real Expedição e Conquista de Guarapuava contra os Índios*. – Codice 458- vol. 1 e vol. 2. 8E 02370 . Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN) .

Setor de Mapas do Arquivo Nacional

O Paraná Provincial no Império.

Vila de Guarapuava no Império.

Mapa Geral da linha traçada de Curitiba a Colônia Theresa

**Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava (ACMG) - Guarapuava (PR):**

Registros de Ofícios Câmara Municipal de Guarapuava. Livros I, II e III. Guarapuava: ACMG, 1853-1873.

Coleção Sandro Casagrande – CSC, 1818, ACMG.

**Arquivo Municipal de Guarapuava (AMG) – Unicentro – Guarapuava. PR:**

*Ofícios Diversos(1830-1850).* Guarapuava.

*Processos Crime. (1830-1840).* Guarapuava.

**Arquivo da Diocese Nossa Senhora de Belém de Guarapuava-ADNSBG – Guarapuava-PR:**

LIVRO DE BATISMOS de Pessoas Livres. Guarapuava: APNSBG, Livros I, II e III, 1811-1867.

LIVRO DE MATRIMÔNIOS. Guarapuava: APNSBG, 1811-1856.

LIVRO DE ÓBITOS de Pessoas Livres. Guarapuava: APNSBG, 1811-1872.

**Arquivo Histórico Municipal José Ferreira da Silva- (AHMJFS)  
Blumenau- SC:**

Cópia de uma carta, onde Curt Unkel Nimuendaju Indianista e Humanista escreve ao médico Dr. Hugo Gensch de Blumenau com quem manteve correspondência anos a fio relatando, sobre suas pesquisas entre índios brasileiros. Aldeia de Araribá 14 de abril de 1912. Pasta 1.1 Índios,.

Coleção Indígenas. Pastas: 01.1, 01.1.13, 01.1.17, 01.2, 01.7.73, 01.9, 01.10, 01.11.02, 01.11.3.

Anotações deixadas por Augusto Zittlow, sobre ataques de índios, de 1890 à 1913, e despesas pagas ao Bugreiro Martim Marcelino de Jesus.(pasta 1.09)

Tradução de um resumo do Trabalho: “A educação de uma menina indígena.” Colaboração para a solução do problema dos Índios, do Dr. Hugo Gensch, médico com prática em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. Dedicado a memória do amigo sincero, abnegado e corajoso dos índios brasileiros: Couto Magalhães. *Trabalho apresentado no XVI Congresso de “Americanistas Internacionais”*, realizado em Viena, em 1908. Pasta 1.1-Índios.

**Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) :**

*Correspondência de correspondentes diversos para o Presidente da Província. D. 1831-1835.*

*Correspondência de diversos para o presidente da província. D. 1860-90.*

*Correspondência de Correspondentes Diversos para o Presidente da Província. D. 1851-1855.*

*Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da província (1842-1892).* Acervo N° 1 estante N° 3E, caixa 36. Transcrição Paleográfica Índios.

### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) - Porto Alegre- RS:**

*Arquivo Índios (1845-1847). Maço 2.*

*Arquivo Índios (1838-1845). Maço 1.*

*Arquivo Índios (1847-1855). Maço 3.*

### **Archivo General de la Nación (AGN)– Buenos Aires:**

Sala X, 27-7-6. Division Gobierno Nacional. Indios. Partes de combates. Tratados de paz. Fronteras (1818-1858).

Sala IX, I – 5- 3. Bienes pagados por el rescate de uma cautiva.

Sala X, 5-7-6. Division Gobierno Nacional. Gobierno-Corrientes. 1833-1851. 486.

Sala X. 16.4. 1 . 1222. Guerra . Lista de revista. Expedicion contra los Indios. 1833.

Sala X 42.10.10. Division Gobierno Nacional. Fronteras. Pacificacion de Indios. Años 1823-1870.

### **Biblioteca de La Nación, Buenos Aires**

Mapa da Confederação Argentina em 1863 e província de Misiones.

### **Fontes acessadas por meio da rede mundial de computadores:**

Provincial Reporters, Center for research Libraries, recurso eletrônico disponível no endereço:

<http://www.crl.uchicago.edu/content/provopen.htm/>

No site encontra-se os relatórios e falas dos Presidentes da Província no Brasil Imperial.

Coleção das Leis do Império. Site da Câmara Federal  
WWW2.camara.gov.br.

IHGB <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php> - encontrasse as publicações da revista do IHGB

Anuário Anais da Biblioteca Nacional. [objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm)

Biblioteca Digital Curt Nimuendaju <http://biblio.etnolinguistica.org> – encontrasse vários documentos impressos relacionados a temática indígena

Portal do cidadão-povos indígenas [WWW.funai.gov.br](http://WWW.funai.gov.br)

Carta dos Estudantes Guarani e Kaiowa dos cursos de ciências sociais e história e moradores da aldeia de Amambaí e encaminhada à rede mundial de computadores pela antropóloga Aline Crespe em email enviado por Flavia Carolina da Costa [Flaviacarolinac@yahoo.com.br](mailto:Flaviacarolinac@yahoo.com.br) e divulgado no GT Índios na História organizado por John Monteiro.

Carta de Sesmaria de Atalaia se encontra no Arquivo Histórico-UNICENTRO- Guarapuava, no site [http://orbita.starmedia.com/marcos\\_ae/guarapuava/documentos.html](http://orbita.starmedia.com/marcos_ae/guarapuava/documentos.html)



## BIBLIOGRAFIA

ABELLA, Gonzalo. *Artigas el resplandor desconocido*. Montevideo : BETUMSAN, 2007.

\_\_\_\_\_. *Historia Diferente Del Uruguay*. Montevideo: BETUMSAN, 2007. ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios- um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/Antropologia/USP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Corsários no Caminho Fluvial. Os Mura do Rio Madeira*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ALVES, Rosilene M. *Se mostram de novo os bugres: abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

AREND, Sílvia Maria Fávero e BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

AUED, Bernadete Wrublewski. *História de profissões em Santa Catarina. Ondas largas “civilizadoras”*. Florianópolis, Ed. Do Autor, 1999.

AVE-LALLEMANT. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade numa economia de abastecimento interno (Sorocaba nos séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1994.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo; Editora da UNESP, 1998.

BANDEIRA, José Joaquim Pinto. Notícias da descoberta dos Campos de Palmas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 14, 1851.

BERARDI, Giancarlo. “Rastos no Vento. Palavras e escritos dos Índios da América”. *Revista Ken Parker*, Nº 14, ano II. São Paulo: Editora VECCHI dezembro de 1979.

BIASI, Renato Estevão. *A caminhada eclesial pós-conciliar junto ao povo Kaingang*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto teológico São Paulo. São Paulo, Pontifício Ateneu Santo Anselmo, 2010.

BONATTI, Andrés; VALDEZ, Javier. *Historias desconocidas de la Argentina Indígena*. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

BORBA, Telêmaco. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. In: *Revista do Museu Paulista*, Volume VI. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1904.

BORGES, Luís Adriano Gonçalves. *O Barão Bandeirante: João da Silva Machado e os interesses públicos e privados nas questões indígenas em meados do século XIX*. V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Outubro de 2010.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BRANCHER, ANA (org). *História de Santa Catarina, estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, Colonos e Fazendeiros. Conflitos interculturais e resistência Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)*. Florianópolis, UFSC, CFCH, Dissertação de mestrado, 2010.

---

Fronteiras da inclusão e da exclusão. Reflexos do contato entre os kaingang e as frentes de expansão (séc. XIX). In: KERN, Arno, SANTOS, M. Cristina dos. GOLIN, Tau. (Org.) *Povos Indígenas*. V. 5 Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009.

BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. Porto Alegre, L&PM, 2006, \_\_\_\_\_ . *Homens e Sombras*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ (Relume-Dumará), 1996.

CASAL, Manoel Ayres de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfico do reino do Brasil*, vol. 27. Coleção Reconquista do Brasil. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1976.

CASTRO, Jeanne Berrance. A Guarda Nacional. In: ELLIS, Mirian. (Org.) *Brasil monárquico: declínio e queda do império*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História geral da Civilização Brasileira; t.2, v.4).

CHALLOUB, Sidnei. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHRISTILLINO, Luís Cristiano. Sendo senhor: eu Grilo. A desconstrução das cadeias sucessórias. In: MOTTA, Márcia. SECRETO, Maria Verônica.(Orgs.). *O Direito às Avessas: por uma história social da propriedade*. Guarapuava: UNICENTRO; Niterói, EDUFF, 2011.

CONVENÇÃO PARA GRAFIA DE NOMES INDÍGENAS. 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, em 1953, Foi publicada na *Revista de Antropologia* (vol. 2, nº 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152)

COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da Terra firme*. V.1. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982,

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da.(Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Pesquisas de Antropologia Política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

DIAS, Haylor Delambre Jacques. “Cultura Serrana Tropeando pelo Planalto Catarinense”. *Revista História Catarina*. Ano V, Numero 32, junho 2011, p. 62-82.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço. Os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: RECORD, 2002.

D’ANGELIS, Wilmar, Et. Alli. *Toldo Chimbangue: História e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: Conselho Missionário Indigenista (CIMI- Regional Sul), 1984.

ELIAS, Norbert. *El Proceso de La Civilizacion*. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. Hitos del reconocimiento del pluralismo jurídico y el derecho indígena en las políticas indigenistas y el constitucionalismo andino. In: BERRAONDO, Mikel(Org.) *Pueblos Indígenas y derechos humanos*. Bilbao: Universidade de Deusto, 2006.

\_\_\_\_\_ A los veinte años del Convenio 169 de la OIT: Balance y retos de implementación de los derechos de los pueblos indígenas en Latinoamérica. In: \_\_\_\_\_. *Pueblos Indígenas. Constituciones y reformas políticas en américa latina*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro, vol. I*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

FERNANDES, Loureiro. *Os Caingangues de Palmas*. Arquivo do Museu Paranaense. Vol. 1. Curitiba, Paraná, Junho de 1841.

FERNANDES, Ricardo Cid. uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang. In: TOMMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004.

FERRARI, Maristela. *Conflitos e Povoamento na fronteira Brasil-Argentina*. Dionísio Cerqueira, Barracão, Bernardo de Irigoyen. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri. *Visões do Vale, perspectivas históricas recentes*. Blumenau: Nova Letra Editora, 2000.

FERREIRA JUNIOR, Francisco. *A prisão sem muros: Guarapuava e o degredo no Brasil do século XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, UFF, 2007.

FERRO, Marc. *História das colonizações. Das Conquistas às Indepedências- séculos XIII a XX*. São Paulo: Cia das letras, 2006.

FILGUEIRAS Jr., Araújo. *Código Criminal do Império do Brasil (1830)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1876.

FRANCO, Arthur Martins. 1º centenário do Povoamento dos Campos de Palmas. In: *Revista do circuito de estudos bandeirantes*, p. 304-316, 1936.

\_\_\_\_\_ *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Tipografia João Haupt, 1943.

FORTES, João Borges. Rio Grande de São Pedro. (Povoamento e Conquista), Rio de Janeiro, 1941.

GROSSELLI, Renzo Maria. Vencer ou morrer. *Camponeses trentinos (Venêtos e Lombartos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux e FISCHMANN (org). *Povos indígenas e tolerância, construindo práticas de respeito e*

*solidariedade*. São Paulo, Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HARO, Martim Afonso Palma de (org). *Ilha de Santa Catarina. Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII-XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1996.

HERBERTS, Ana Lúcia. *Arqueologia do caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas*. Tese de Doutorado do programa de Pós-Graduação em História pela PUCRS, 2009.

HOBSBAWM, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras; 1998.

\_\_\_\_\_. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. A Fronda Pretoriana. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.) *Brasil monárquico: do império a república*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História geral da Civilização Brasileira; t.2, v.5).

KARASCH, Mary. Catequese e cativo. Política Indigenista em Goiás: 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da.(Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

KIESER, Daércio. *Um discurso para justificar a ação bugreira*. Monografia- Trabalho de Conclusão de Curso (curso de História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

KLEIN, Herbert S. A oferta de mueres no Brasil central: O mercado de Sorocaba. *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, p. 347-72, 1989.

KLUG, João. A Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Org.) *O Brasil Imperial. Vol. III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os Kaingangues. Momentos de Historicidades Indígenas. In: KERN, Arno, SANTOS, M. Cristina dos. GOLIN, Tau. (Org.) *Povos Indígenas*. V. 5 Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009.

\_\_\_\_\_. *Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)*. São Leopoldo: Pesquisas/Instituto Anchieta/Unisinus, 2000.

LAVINA, Rodrigo. *Os Xokleng de Santa Catarina. Uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da colonização. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. Tese de Doutorado defendida no departamento de história da USP, São Paulo em 2006.

LÉVI- STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

LIMA, Henrique espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul-dez, São Paulo: 2005.

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo IV, nº13. Rio de Janeiro: typografia de João Ignácio da Silva, 1842.

LIMA, Francisco das Chagas. Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do anno de 1821. In: Arthur Martins Franco. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Museu Paranaense, 1943.

LITTLE, Paul E. “Espaço, memória e migração. Por uma teoria da reterritorialização”. In: *Textos de História*. Brasília, v.2, nº4, 1994.

LOURES, Francisco da Rocha. Relatório Sobre os Índios dos Campos de Guarapuava. (1855). *Boletim do Arquivo do Paraná*, Curitiba, APPR, 1982.

LLOSA, Mario Vargas. *La tentación de lo imposible*. Madrid: Punto de Lectura, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Política de Colonização no Império*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. Bugres, Tropeiros e Birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, Ana e AREND, Silvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. Colonização e Conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os campos de Palmas. In: MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo e OLIVEIRA, Oséias de. *História Agrária: Propriedade e conflito*. Guarapuava: UNICENTRO, 2009.

\_\_\_\_\_. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República. (1854-1912). *ANAIS DO XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

MACHADO, João da Silva. Cartas do Barão de Antonina. *Boletim do IHGEP*, Curitiba, vol. VIII, fasc. 1-2-3, 1963.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Fronreira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Cativo da Terra*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MAYO, Carlos. La frontera; Cotidianidad, vida privada y identidad. In: DEVOTO, Fernando y MADERO, Marta.(Orgs.) *Historia de la vida privada em la argentina. País antiguo. De la colônia a 1870*. Buenos Aires: TAURUS, 1999.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cien Años de Soledad*. Madrid: Real Academia Española, 2007.

MARX, Karl. *El Capital*. Vol. II, México DF: Foundo de Cultura Econômica, 1995.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

\_\_\_\_\_. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In : MAIO, Marcos Chor (org.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCb, 1995.

\_\_\_\_\_. Os Guarani e o Brasil meridional. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas, Tese de Livre Docência apresentada no Departamento de Antropologia da Unicamp, agosto de 2001.

MOREIRA, Júlio Estrela. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá*. Curitiba, Imprensa oficial do Paraná, 1975.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. De Índio a Guarda Nacional: Cidadania e Direitos Indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). In: *TOPOI*, v. 11, nº 21, jul-dez. 2010.

MOTA, Lúcio Tadeu. *O aço, a cruz e a terra. Índios e Brancos no Paraná Provincial (1853-1890)*. Tese de Doutorado. São Paulo: UNESP, Assis, 1998.

\_\_\_\_\_. *As Guerras dos índios Kaingang. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

\_\_\_\_\_. A denominação Kaingang na literatura antropológica, histórica e lingüística. In: TOMMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. UEL, 2004.

\_\_\_\_\_. Os Índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, Lúcio T. NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye. (Orgs.). *Uri e Wãxi: Estudos interdisciplinares Kaingang*. Londrina: Ed. UEL, 2000.

\_\_\_\_\_. “O processo de desterritorialização dos índios Kaingang nos Koron-Bang-rê”. In MOTTA, Márcia; OLINTO Beatriz e OLIVEIRA, Oséias (orgs.). *História Agrária: Propriedade e conflito*. Guarapuava: UNICENTRO, 2009.

\_\_\_\_\_. *As colônias indígenas no Paraná Provincial*. Curitiba: Aos Quatro ventos, 2000.

MOTTA, Márcia. Posseiros no Oitocentos e a Construção do Mito Invasor no Brasil (1822-1850). In: ZARTH, Paulo e MOTTA, Márcia (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D'Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1836-37)*. 3ª Ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

NETTO, Fernando Franco. *População, Escravidão e Família em Guarapuava no século XIX*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogias Paranaenses*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2005.

NICOLAS, Maria. *Vultos Paranaenses*. Curitiba: Academia de Letras do Paraná, 1948. Vol. I,

NOELLI, Francisco & MOTA, Lúcio Tadeu. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no Guairá: Séculos XVI e XVII. In: *Revista Geonotas*, vol. 3.nº 3, Maringá: UEM, 1999.



NOELLI, Francisco Silva. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu. NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Edel, 2004.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: Século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. *O ciclo de Vida Kaingang*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. V. 3.

OTONI, Teófilo. Notícias sobre os selvagens do Mucuri. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ORTELLI, Sara. *Trama de uma Guerra Conveniente: Nueva Viscaya y la sombra de los apaches. (1748-1790)*. México, D.F.: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

ORTIZ, Renato. *A Sociologia de Pierre Bordieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz . Índios Livres e Índios Escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro Da.(Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PESSOA, Fernando Antonio Nogueira. *Poesias*. Porto Alegre: L & PM, 1996.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape. Um empresário da época da independência*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.

PINHEIRO, Niminon Suzel. *Os Nômades. Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912*. Dissertação de Mestrado, Assis, UNESP, 1992.

PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1994.

PORTAS, Julio Aníbal: *Malón contra malón (La solución final Del problema Del índio en la Argentina)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1967.

POTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

PRIPÁ, Aniel. Palestra no seminário *La Klãnõ, os caminhantes do sol, povo Xokleng*. História, Direitos, saúde, Educação. Florianópolis, UFSC, 04 de dezembro de 2009.

PUHL, Paula Regina, PRODANOV, Cleber Cristiano. KERBER, Alessander. Representações étnicas no folhetim “Maria Bugra: episódio dos princípios da colonização alemã” e a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 191-214, dez. 2007.

RAMOS, André R. F. A Escravidão do Indígena, entre o Mito e Novas Perspectivas de Debates. *Revista de estudos e Pesquisas, FUNAI*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 241-265, jul. de 2004.

REIS, José Alberione dos. *Arqueologia dos buracos de bugre: uma pré-história do planalto meridional*. Caxias do Sul: EDUCES - Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2002.

RENK, Arlene. *Migrações: de ontem e de hoje*. Chapecó: Grifos, 1999.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. LANGFUR, Hal. O ouro vermelho de Minas gerais. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ano 1, Nº 10. Rio de Janeiro, Maio-julho de 2006.

ROJAS LAGARDE, Jorge Luís. *Malones y comercio de ganado con Chile (Siglo XIX)*. Buenos Aires: El Elefante Blanco, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. São Paulo: Editora da USP, 1978.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Os Índios Xokleng, memória visual*. Florianópolis, Editora da UFSC; Itajaí, Editora da UNIVALI, 1997.

\_\_\_\_\_. *Índios e Brancos no Sul do Brasil. A Dramática Experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Editora Edeme, 1973.

SANTOS, Zeloí Martins dos. *Os Campos de Guarapuava na Política Indígena do Estado Provincial do Paraná*. Dissertação de mestrado Guarapuava/Assis: Unesp/Unicentro. Guarapuava/Assis, 1999.

\_\_\_\_\_. *Visconde de Guarapuava: um personagem na História do Paraná*. Curitiba, 2005. Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em História, UFPR.

SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí - Mirim, um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SCHADEN, Egon. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SCHUTEL, Duarte Paranhos. *A Massambu*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil(1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SILVA, Camillo Lellis da. Diário da Viagem Feita Pelos Sertões de Guarapuava ao Rio Paraná (1849). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXVIII, primeira parte, 1865. p. 6-123.

SILVA, Adriana Fraga da; BARCELOS, Artur Henrique Franco. A “terra de ninguém”: índios e bugres nos campos de Cima da Serra. In: KERN, Arno, SANTOS, M. Cristina dos. GOLIN, Tau. (Org.) *Povos Indígenas*. V. 5 Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2009.

SILVA, Cristina Nogueira da. Codificação de *usos e costumes* na doutrina colonial portuguesa (séculos XIX-XX). In: *Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno*, Firenzi, nºs 33-34, t. II, 2004-2005.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998,

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Editora Expressão popular, 2010.

SOCOLOW, Susana Migden. *Los Cautivos Espanholes en Las Sociedades Indígenas*. Anuario IHES, 2, TANDIL, 1987.

SOUZA, Afonso Botelho de S. Notícia da Conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi na Capitania de São Paulo, no Governo do General Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de sua Majestade. *Anais da Biblioteca Nacional*, V. 76. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações, 1956.

SPOSITO, Fernanda. *Nem Cidadãos, Nem Brasileiros. Indígenas na Formação do Estado Nacional Brasileiro e Conflitos na Província de São Paulo (1822-1845)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/História/USP, 2006.

TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em história social da universidade estadual de campinas- UNICAMP. Campinas, UNICAMP, 2005.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

TURNER, Frederick Jackson. *Oeste Americano. Quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América*. Niterói: EdUFF, 2004.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. "Os Índios Caingangs (Coroados de Guarapuava), monografia acompanhada de um vocabulário do Dialecto de que usam." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Suplemento ao Tomo LI da Revista Trimensal. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro & Cia, 1888.

VEIGA, Juracilda. *Organização social e cosmovisão Kaingang: Uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê meridional*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Campinas, UNICAMP, 1994.

VELLASCO, Ivan. "Policiais, pedestres e inspetores de quarteirão; algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na Província de Minas Gerais". In: CARVALHO, José Murilo de (Org.) *Nação e cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de Etnicidade na obra de Fredrik Barth. In: *Revista Mana* 10(1): 165-192, Buenos Aires, 2004.

VICTOR HUGO. *Os Miseráveis*. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

VITÓRIA, Francisco de. *Os Índios e o direito da guerra: de indis et de jure belli relectiones*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2006.

WEGNER, Robert. "Os Estados Unidos e a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda". In: Souza, Jessé de. *O malandro e o protestante*. Brasília: Ed. UNB, 1999.

WISSENBACH, Maria Cristina C. Desbravamento e catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do barão de Antonina no Brasil Meridional. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-155, 1995.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O Vapor e o Botoque- Imigrantes alemães e Índios Xokleng no vale do Itajaí (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Atos do Contato: Histórias do povo indígena Xokleng no vale do Itajaí. (1850-1926)*. Dissertação de Mestrado, fevereiro de 2005, Campinas, UNICAMP.